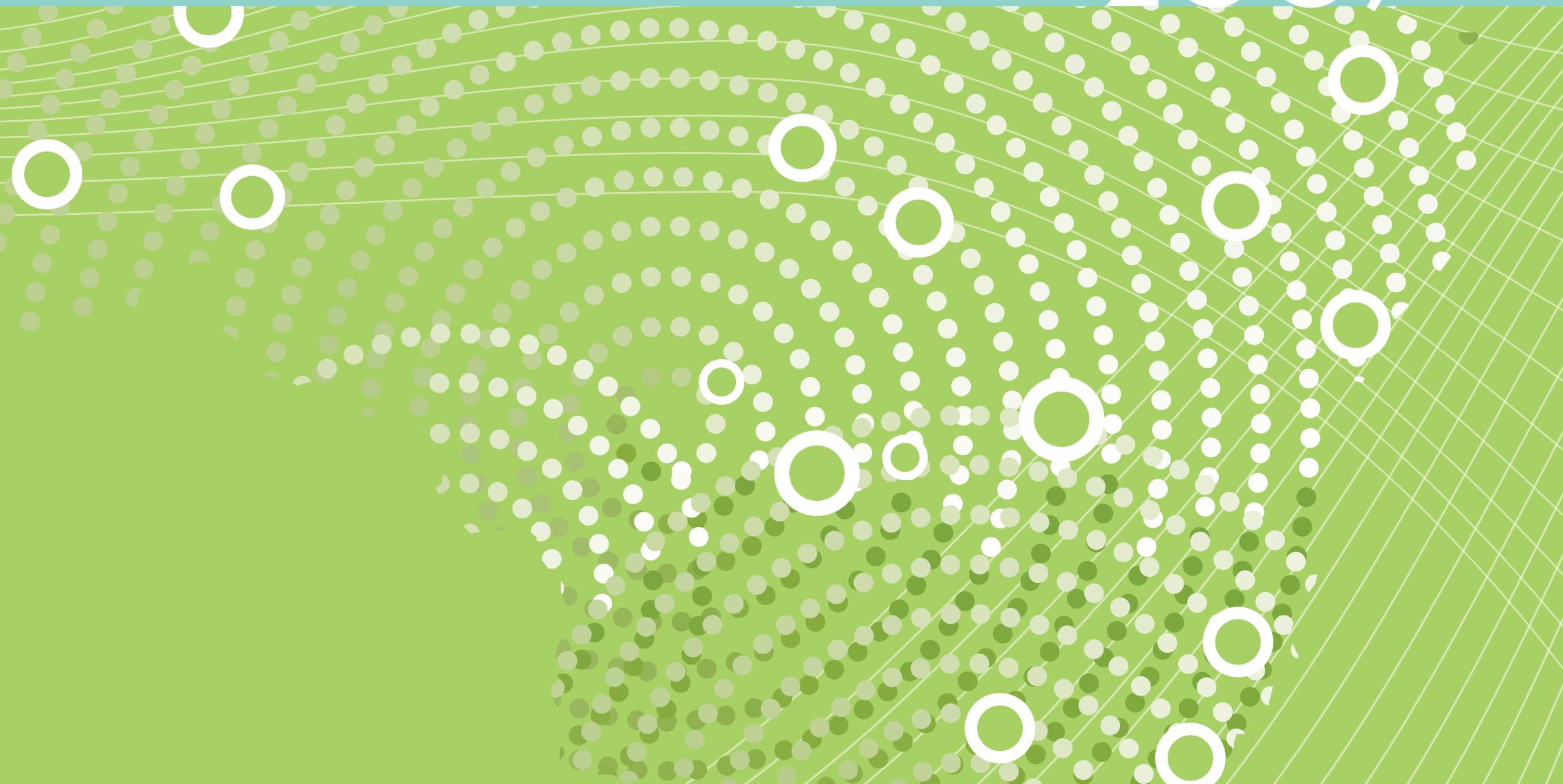


Regiões de Influência das CIDADES 2007



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Regiões de influência das cidades

2007

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4039-9 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4038-2 (meio impresso)

© IBGE. 2008

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Eduardo Sidney Araújo- Coordenação de *Marketing*/

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

- CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

A rede urbana brasileira

- Hierarquia dos centros urbanos
- Regiões de influência
- Relações entre as redes e entre os centros de mais alto nível
- Principais diferenças em relação aos quadros anteriores
 - Alterações na hierarquia
 - Alterações no alcance das redes

Quadro da rede urbana

- Matriz das regiões de influência
- Redes dos centros de mais alto nível

Metodologia

- Estudos anteriores
- Estudo atual
 - Centros de gestão do território
 - Gestão federal
 - Gestão empresarial
 - Equipamentos e serviços
 - Comércio e serviços
 - Instituições financeiras
 - Ensino superior
 - Saúde
 - Internet
 - Redes de televisão aberta
 - Coneções aéreas
 - Definição dos centros de gestão do território
- Regiões de influência
 - Ligações entre os centros de gestão
 - Ligações dos demais municípios
 - Desenho e aplicação do questionário
 - Tratamento das informações do questionário
- Definição das regiões de influência
- Hierarquia dos centros urbanos

Resultados intermediários

- Centralidade
- Gestão federal
 - Executivo
 - Judiciário
- Gestão empresarial
- Equipamentos e serviços
 - Comércio e serviços
 - Instituições financeiras
 - Ensino superior
 - Saúde
 - Internet
 - Redes de televisão aberta
 - Conexões aéreas
- Centros de gestão do território
- Áreas de Influência segundo temas específicos
 - Transportes coletivos
 - Compras
 - Ensino superior
 - Lazer
 - Saúde
 - Jornais
 - Aeroportos
 - Agropecuária

Referências

Apêndice

- Ligações empresariais dos centros de mais alto nível

Anexo

- Questionário da pesquisa Regiões de influência das cidades

Lista de siglas

RO – Rondônia
AC – Acre
AM – Amazonas
RR – Roraima
PA – Pará
AP – Amapá
TO – Tocantins
MA – Maranhão
PI – Piauí
CE – Ceará
RN – Rio Grande do Norte
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
AL – Alagoas
SE – Sergipe
BA – Bahia
MG – Minas Gerais
ES – Espírito Santo
RJ – Rio de Janeiro
SP – São Paulo
PR – Paraná
SC – Santa Catarina
RS – Rio Grande do Sul
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
GO – Goiás
DF - Distrito Federal

Apresentação

Com a publicação de *Regiões de Influência das Cidades*, o IBGE atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira, com estudo que constitui a quarta versão desta linha de pesquisa. A nova hierarquia dos centros urbanos, bem como a delimitação das regiões de influência associadas a cada um deles, foi construída com base em pesquisa específica, complementada com dados secundários.

Em relação aos anteriores, publicados em 1972, 1987, e 2000, ampliou-se o escopo deste volume pela divulgação, também, além da rede urbana, das análises setoriais e do banco de dados utilizados na pesquisa, que poderão ser empregados em estudos que enfoquem temas ou áreas em outras escalas.

Além disso, considerando que o IBGE realiza este trabalho há quatro décadas, as regiões de influência das cidades delimitadas nos estudos anteriores estão aqui mapeadas, de modo a permitir uma visão da evolução da rede urbana no período.

Espera-se que, como as versões anteriores, este estudo seja útil tanto para o planejamento da localização dos investimentos e da implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais, quanto como quadro de referência para pesquisas de avaliação das condições de acesso da população aos serviços.

Luiz Paulo Souto Fortes
Diretor de Geociências

Introdução

A presente delimitação das Regiões de Influência das Cidades dá continuidade à tradição do IBGE de estudar a rede urbana brasileira, e visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas nesta rede, no início do Século XXI, e procurando ver "como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado" (SANTOS, 1999, p. 60).

Ao investigar a rede urbana brasileira, pretende-se subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem. Num país tão extenso, e com tantas carências, a localização de serviços de saúde e educação tem de considerar as condições de acessibilidade da população aos locais onde estão instalados; e, como já ressaltava o primeiro estudo realizado pelo IBGE, "as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos [...] destinados ao atendimento da população de toda uma região" (DIVISÃO..., 1972, p. 9). De fato, a estrutura e a organização do território são o substrato que condiciona, e sobre o qual atuam, as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade. A partir dessas ações, ainda que nem sempre elas tenham o efeito esperado, reorganiza-se o território, num dinamismo que cria e recria a rede urbana, em que pese a tendência de estabilidade estrutural no longo prazo.

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE, a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. As classificações resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo. Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades.

O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes - de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica - cujos nós são constituídos pelas cidades. Nesse contexto, "a idéia de rede [...] chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos" (DIAS, 2005, p. 23), num processo que leva à difusão de funções urbanas de nível médio, pela redução dos limiares necessários à sua instalação (DEMATTÉIS, 1998). Desse maneira, como observa Offner (2000), atualmente convivem dois tipos de sistema urbano - o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros, e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial. Especialmente em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades de renda e de acesso a mercados consumidores, a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais - muitas vezes limitada aos níveis hierárquicos mais elementares para parcela significativa da população (CORRÊA, 1996) - e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente. Camagni e Salone (1993) propõem complementar a tradicional teoria de hierarquização dos centros da rede urbana com uma visão da rede de cidades definida por um sistema de relações horizontais, não-hierárquicas, de complementaridade e cooperação. Assim, uma vez estabelecido o desenho da rede, a exploração dos padrões de relacionamento avalia em que medida, e onde, as relações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou em que medida, e onde, tendem a fortalecer as relações horizontais entre centros de mesmo nível (VELTZ, 1996, p. 60).

Assim, na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão - pública e empresarial - mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços.

Os centros de gestão do território caracterizam-se como aquelas cidades onde se localiza uma grande

diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço (CORRÊA, 1995). Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade - informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet - complementa a identificação dos centros de gestão do território.

Uma vez estabelecidos os principais nós da rede, para os quais estão disponíveis grande número de informações secundárias, passa-se à etapa de definição das regiões de influência dos centros, com base nas redes de interação que conectam as cidades. As informações de fluxos - materiais e imateriais - entre cidades, que estão disponíveis a partir de fontes secundárias, não têm a abrangência necessária. Assim, para os municípios que não foram identificados como centros de gestão, o IBGE realizou um levantamento específico. De um universo de 5 564 municípios vigentes em 2007, foram pesquisados 4 625, dos quais cerca de 85% têm menos de 20 000 habitantes.

O questionário preenchido pela Rede de Agências do IBGE em fins de 2007 investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários). Note-se que tais informações não foram quantificadas, e que o informante é o próprio agente do IBGE, que, por realizar pesquisas regulares e percorrer o território, tem conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas.

A matriz de dados construída a partir do questionário integra o CD-ROM que acompanha a publicação, dada a diversidade e a riqueza das informações coletadas e a variedade de análises que propiciam. Os diferentes temas pesquisados podem ser trabalhados a partir

de múltiplas visões e enfoques, ressaltando-se ainda a variedade de escalas. Este trabalho tem visão necessariamente nacional, e estudos em níveis menores podem estabelecer recortes e articulações específicos.

Para facilitar a identificação dos municípios, apresenta-se, inicialmente, a relação de siglas das Unidades da Federação. A primeira parte do trabalho, "A rede urbana brasileira", apresenta os resultados da pesquisa – a hierarquia da rede urbana e as regiões de influência dos centros urbanos. Algumas observações sobre as relações que se estabelecem entre os centros, independente de sua posição hierárquica ou em distintas redes, também integram esta parte, que é complementada com uma visão das principais diferenças identificadas na rede ur-

bana brasileira atual, quando comparada aos quadros anteriores. Ao final deste item, apresenta-se o "Quadro da rede urbana", com a matriz das regiões de influência e um conjunto de mapas das redes de 43 dos centros de mais alto nível.

A segunda parte do trabalho detalha a metodologia da pesquisa. Com o objetivo de mostrar a continuidade e de esclarecer as diferenças, algumas páginas traçam breve relato dos estudos anteriores, desenvolvidos no IBGE, sobre a rede urbana brasileira. Apresentam-se neste capítulo todas as etapas de definição da hierarquia urbana e da construção da rede, incluídos o desenho, a aplicação do questionário e o tratamento dado às informações dele derivadas.

Finalmente, na terceira parte do trabalho, foram apresentados os resultados das classificações intermediárias empregadas na construção do atual quadro da rede urbana do país, bem como uma visão geral dos fluxos relatados no questionário da pesquisa.

Está anexada, ao final do trabalho, cópia do questionário da pesquisa, e também um apêndice com mapas de ligações empresariais dos 43 centros de mais alto nível.

Considera-se que a divulgação da estrutura da rede, das hierarquias estabelecidas a partir das análises de diversas funções urbanas, e dos padrões de relacionamento, hierárquicos e não-hierárquicos, poderá subsidiar novas análises sobre a atual configuração da rede urbana brasileira.

A rede urbana brasileira

Neste estudo, estabeleceu-se, inicialmente, uma classificação dos centros¹ e, a seguir, foram delimitadas suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços (item **Metodologia**, Estudo atual). O levantamento das ligações entre as cidades permitiu delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território. Verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influência mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. Neste último, há casos de atuação restrita ao próprio território municipal, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades não classificadas como centro de gestão do território cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. De fato, diferenças nos valores obtidos para centros em diferentes regiões não necessariamente implicam distanciamento na hierarquia, pois a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico da pesquisa (Anexo), que foram

combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos, tendo sido identificadas 12 redes de primeiro nível (Mapa 1).

Hierarquia dos centros urbanos

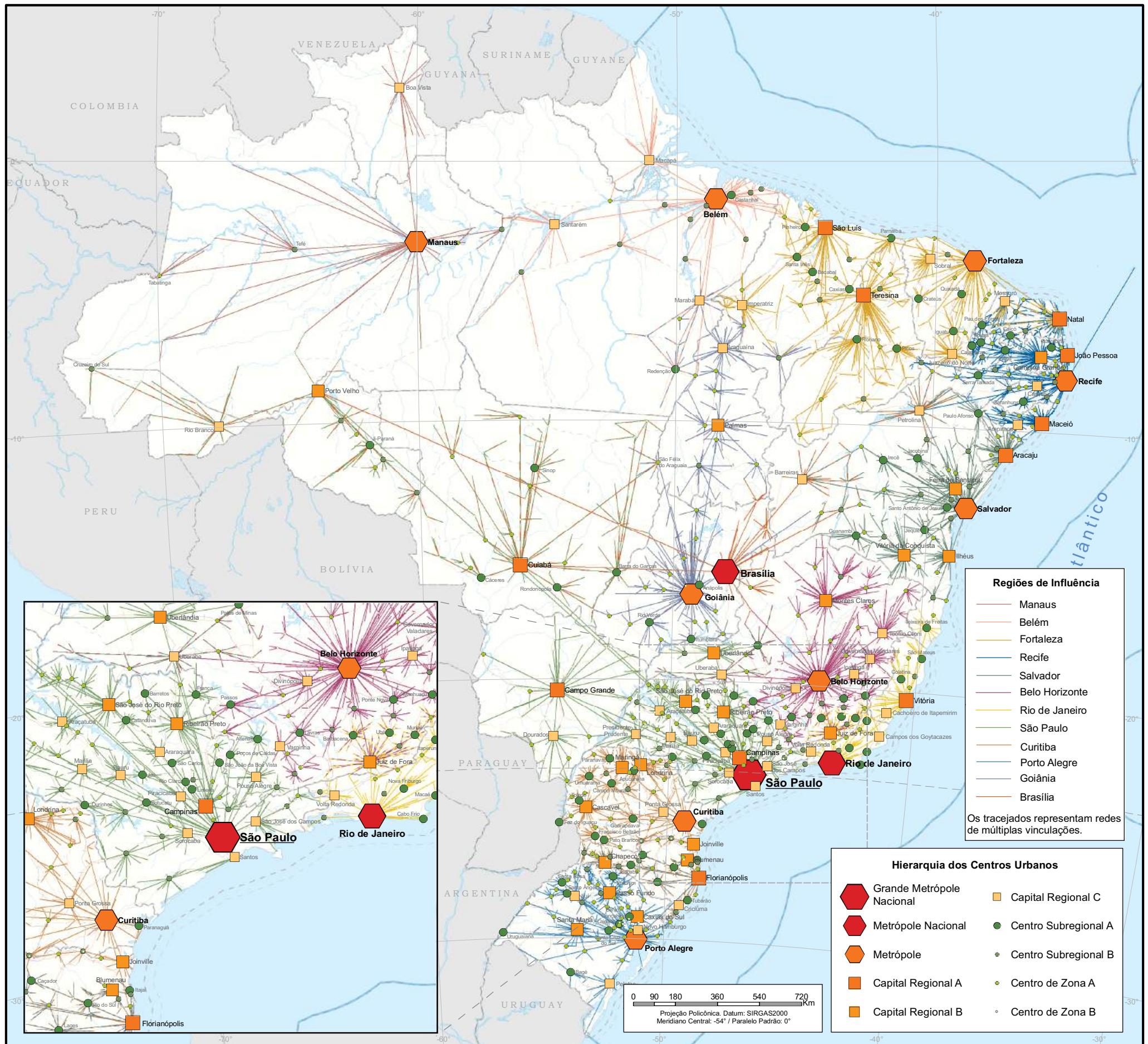
As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis (item **Metodologia**, Estudo atual), a saber:

- 1. Metrópoles** – são os 12 principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações:
 - a. Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
 - b. Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; e
 - c. Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.
- 2. Capital regional** – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País. Os grupos das Capitais regionais são os seguintes:
- a. Capital regional A – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos²;
- b. Capital regional B – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e
- c. Capital regional C – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
- 3. Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos, a saber:
 - a. Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e
 - b. Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
- 4. Centro de zona** – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:
 - a. Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam

¹ Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas sub-áreas. As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. As 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios, são: Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Teresina, Fortaleza, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Petrolina-Juazeiro, Maceió, Aracaju, Salvador, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Belo Horizonte, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitoria, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda-Barra Mansa, São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Joinville, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas-Rio Grande, Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e Brasília. A ACP de São Paulo está dividida, tendo como núcleo principal a cidade de São Paulo, sendo Campinas, Jundiaí, Santos, São José dos Campos e Sorocaba os outros núcleos. Na ACP de Porto Alegre, identifica-se subdivisão embrionária, tendo Porto Alegre como núcleo principal e Novo Hamburgo-São Leopoldo como sub-núcleo (CASTELLO BRANCO, 2006).

² O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino

Mapa 1 - Rede urbana - Brasil - 2007



- os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e
- b. Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.
- 5. Centro local** – as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Em relação aos elementos da análise, os 802 centros acima do nível 5 abrangem 548 centros de gestão do território³ e 254 cidades com centralidade identificada a partir dos questionários⁴, que foram incluídas no conjunto final. Destas 254 cidades, a maior parte está classificada como centro de zona, mas três centros – Bragança (PA), Itapipoca (CE) e Afogados da Ingazeira (PE) – exercem o papel de centro sub-regional em sua região.

A distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada – com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares – e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. O Centro-Sul do País é um exemplo do primeiro caso, pois conta com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais, com grande articulação entre si. As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, já que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz. Este ocorre tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde há esparsa ocupação do território, quanto do Nordeste, apesar de sua ocupação consolidada e, em muitas áreas, densa. Nesta região, as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços e são poucas as opções de centros de nível intermediário, ainda que deva ser notado que estes, apesar de poucos, são tradicionais, e exercem forte polarização em suas áreas, a exemplo de Campina Grande, Petrolina-Juazeiro, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha e Mossoró.

Regiões de influência

Foram identificadas 12 redes urbanas comandadas pelas metrópoles (item **Metodologia**, Definição das regiões de influência). Tais redes foram definidas como

de primeiro nível, porque a principal ligação externa de cada uma das Metrópoles se dá com as Metrópoles Nacionais. As redes são diferenciadas em termos de tamanho, organização e complexidade (Tabela 1) e apresentam interpenetrações devidas à ocorrência de vinculação a mais de um centro, resultando em dupla ou tripla inserção na rede. Em relação ao primeiro nível das redes, veja-se o caso de Florianópolis, que integra as áreas de Curitiba e de Porto Alegre, e o de Natal, nas redes comandadas por Recife e Fortaleza. Por essa razão, a soma dos valores apresentados para cada uma das redes supera o total nacional.

tos, Ourinhos, São João da Boa Vista, Poços de Caldas, Patos de Minas, Alfenas, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Ji-Paraná. Dentre os Centros sub-regionais B nela inseridos estão: Itapetininga, Bragança Paulista, Araras, Guaratinguetá, Assis, Avaré, Andradina, Registro, Itapeva, Ituiutaba, Itajubá, Cruzeiro do Sul, Cacoal, Ariquemes e Vilhena.

O Rio de Janeiro, Metrópole nacional, tem projeção imediata no próprio estado e no Espírito Santo, em parcela do sul do Estado da Bahia, e na Zona da Mata, em Minas Gerais, onde tem influência dividida com Belo Horizonte. Com área bem mais reduzida, quando

Tabela 1 – Dimensão das redes de primeiro nível

Redes de primeiro nível	Dimensão					
	Número de capitais regionais	Número de centros sub-regionais	Número de centros de zona	Número de municípios	População (2007)	Área (km ²)
São Paulo	20	33	124	1 028	51 020 582	2 279 108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20 750 595	137 811,66
Brasília	4	10	44	298	9 680 621	1 760 733,86
Manaus	1	2	4	72	3 480 028	1 617 427,98
Belém	3	11	10	161	7 686 082	1 389 659,23
Fortaleza	7	21	86	786	20 573 035	792 410,65
Recife	8	18	54	666	18 875 595	306 881,59
Salvador	6	16	41	486	16 335 288	589 229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16 745 821	483 729,84
Curitiba	9	28	67	666	16 178 968	295 024,25
Porto Alegre	10	24	89	733	15 302 496	349 316,91
Goiânia	2	6	45	363	6 408 542	835 783,14

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: mar. 2008.

São Paulo, Grande Metrópole Nacional, tem projeção em todo o País, e sua rede abrange o Estado de São Paulo, parte do Triângulo Mineiro e do sul de Minas Gerais, estendendo-se a oeste pelos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Concentra, nos municípios que a compõem, cerca de 28,0% da população brasileira e 40,5% do Produto Interno Bruto - PIB de 2005. A alta concentração/primazia se reflete no PIB per capita, que é de R\$ 21,6 mil para São Paulo, e R\$ 14,2 mil para os demais municípios do conjunto. Compõem a rede de São Paulo: Campinas, Campo Grande e Cuiabá (Capitais regionais A); São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Uberlândia e Porto Velho (Capitais regionais B); Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Araraquara, Araçatuba, Uberaba, Pouso Alegre, Dourados e Rio Branco (Capitais regionais C). Fazem parte da rede os seguintes Centros sub-regionais A: Franca, Limeira, São Carlos, Rio Claro, Jaú, Botucatu, Catanduva, Barre-

comparada à de São Paulo, a rede conta com 11,3% da população do País e 14,4% do PIB nacional. O PIB per capita é da ordem de R\$ 15 mil no centro, e R\$ 14,8 mil nos demais municípios da rede. Compõem a rede do Rio de Janeiro: Vila Velha, como Capital regional A; Juiz de Fora, Capital regional B; e Cachoeiro de Itapemirim, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda - Barra Mansa, Capitais regionais C. Os Centros sub-regionais A de Barbacena, Muriaé, Ubá, Teixeira de Freitas, Colatina, São Mateus, Cabo Frio, Itaperuna, Macaé e Nova Friburgo; e os Centros sub-regionais B de Cataguases, Linhares, Resende, Angra dos Reis e Teresópolis também integram a rede do Rio de Janeiro.

³ Não foram considerados os 163 centros de gestão que exercem funções centrais apenas para sua própria população

⁴ Entre os municípios não definidos como centros de gestão, 2 546 receberam alguma menção no questionário e, destes, 309 foram arrolados no estudo da gestão, sendo 232 centros alocados à última classe da gestão federal e 77 à última classe da gestão empresarial.

A rede imediata da Metrópole Nacional de Brasília possui, em termos relativos, um pequeno contingente populacional que representa 2,5% da população do País e 4,3% do PIB nacional. A extensão dessa rede também é reduzida, compreendendo o oeste da Bahia, alguns municípios de Goiás e do noroeste de Minas Gerais. Característica importante dessa rede é a alta concentração de população e renda no centro, que responde por 72,7% da população e 90,3% do PIB da rede. Entre todas as redes, esta tem o mais alto PIB *per capita*, R\$ 25,3 mil. Na rede imediata de Brasília estão Barreiras, Capital regional C, e Bom Jesus da Lapa, Centro sub-regional B. Além dessa rede imediata, Brasília comanda também, em conjunto com São Paulo, as redes de Cuiabá e Porto Velho, o que amplia em muito a sua área, que passa a se estender para o Mato Grosso, Rondônia, Acre e pequena parcela do Amazonas. Os centros destas redes são Cuiabá (Capital regional A); Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (Centros sub-regionais A); e Porto Velho (Capital regional B) e os centros a ele vinculados, Rio Branco (Capital regional C), Ji-Paraná (Centro sub-regional A) e Cruzeiro do Sul, Cacoal, Ariquemes e Vilhena (Centros sub-regionais B).

Manaus controla uma das redes de maior área, 19% da área do País, e de menor densidade, 2,2 hab./km², correspondendo a 1,9% da população do País e 1,7% do PIB nacional. De modo similar à rede imediata de Brasília, Manaus concentra a maior parte da população e do PIB da rede, respectivamente 47,3% e 75,5%. Tal concentração tem como efeito grande disparidade no PIB *per capita*, que é de R\$ 10,4 mil para o conjunto da rede, correspondendo R\$ 16,5 mil ao centro, Manaus, e R\$ 4,8 mil aos demais municípios. A rede abrange apenas os Estados do Amazonas e de Roraima, sendo composta pela Capital regional B de Boa Vista, e pelos Centros sub-regionais B de Parintins e Tefé.

A rede de Belém, assim como a de Manaus, apresenta muito baixa densidade, 5,5 hab./km², correspondendo a 4,2% da população do País. Em 2005, a rede respondia por 2% do PIB nacional, com PIB *per capita* de R\$ 5,7 mil, um dos menores do País, sendo o valor de Belém R\$ 7,9 mil, e o dos demais municípios de R\$ 4,8 mil. A rede urbana de Belém estende-se pelos Estados do Pará e Amapá, alcançando uma pequena área do Maranhão. Compõem a rede as Capitais regionais C – Marabá, Santarém e Macapá; os Centros sub-regionais A – Redenção e Castanhal; e os Centros sub-regionais B – Itaituba,

Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Capa-nema, Paragominas e Tucuruí.

A rede de Fortaleza, a terceira maior em população do País (11,2%), contava, em 2005, com apenas 4,5% do PIB nacional. Como consequência, possui o menor PIB *per capita* entre as redes, com R\$ 4,7 mil, registrando em Fortaleza R\$ 7,6 mil e no restante da rede R\$ 4,1 mil. Com população dispersa, apenas 15,8% da população total encontra-se na metrópole, que concentra 25,7% do PIB da rede. Abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão e compartilha a área do Rio Grande do Norte com Recife. Dela fazem parte as Capitais regionais A de São Luís, Teresina e Natal; as Capitais regionais C de Imperatriz, Mossoró, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha e Sobral; os Centros sub-regionais A de Bacabal, Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Caxias, Floriano, Parnaíba, Picos, Caicó, Pau dos Ferros, Crateús, Iguatu, Quixadá; e os Centros sub-regionais B de Balsas, Açu, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, Campo Maior, São Raimundo Nonato, Currais Novos e Itapipoca.

A rede urbana de Recife é a quarta maior em população do País, com 10,3% de sua população. Deste total, 19,5% se concentram em Recife. Em 2005, a rede detinha 4,7% do PIB nacional, sendo Recife responsável por 29,0% desta parcela, com um PIB *per capita* de R\$ 8,0 mil, e de R\$ 4,7 mil no restante da rede. Abrange os Estados do Pernambuco, Paraíba e Alagoas, além do Rio Grande do Norte (dividido com Fortaleza). Por conta da divisão da área de Petrolina-Juazeiro com Salvador, a rede de Recife avança ainda sobre a Bahia. Compõem a rede as Capitais regionais A de João Pessoa, Maceió e Natal; a Capital regional B de Campina Grande; as Capitais regionais C de Arapiraca, Caruaru, Mossoró e Petrolina-Juazeiro; os Centros sub-regionais A de Caicó, Pau dos Ferros, Cajazeiras, Guarabira, Patos, Souza, Garanhuns e Serra Talhada; e os Centros sub-regionais B de Açu, Currais Novos, Itaporanga, Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Palmares, Vitória de Santo Antão, Santana do Ipanema e Senhor do Bonfim.

Salvador e sua rede urbana respondem por 8,8% da população do País e 4,9% do PIB nacional. Salvador concentra 22,4% da população e 44,0% do PIB da rede, com um PIB *per capita* de R\$ 12,6 mil, enquanto para os demais municípios componentes este valor é de R\$ 4,6 mil. A rede abrange os Estados da Bahia e de Sergipe, dividindo o comando de parte do oeste da Bahia com Brasília, e tem como centros: Aracaju (Capital regional A);

Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (Capitais regionais B); Barreiras e Petrolina-Juazeiro (Capitais regionais C); Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Santo Antônio de Jesus (Centros sub-regionais A); e Itabaiana, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Valença (Centros sub-regionais B).

Belo Horizonte e sua rede urbana respondem por 9,1% da população e 7,5% do PIB do País. A metrópole concentra 30,5% da população e 40,4% do PIB da rede. Assim como nas anteriores, o PIB *per capita* do centro é mais alto, de R\$ 12,7 mil, enquanto os demais municípios da rede não passam de R\$ 8,2 mil *per capita*. O Estado de Minas Gerais corresponde à área de influência desse centro, exceto pela área no sul do estado, ligada a São Paulo, e as áreas de influência compartilhada – a Zona da Mata com o Rio de Janeiro e parte do Triângulo, com São Paulo. Fazem parte da rede de Belo Horizonte as Capitais regionais B de Juiz de Fora (também ligada ao Rio de Janeiro) e Montes Claros; as Capitais regionais C de Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Varginha e Uberaba (também ligada a São Paulo); os Centros sub-regionais A de Barbacena, Muriaé, Ubá, Patos de Minas, Lavras, Manhuaçu, Passos e Ponte Nova; e os Centros sub-regionais B Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João del Rei.

Curitiba e sua rede reúnem 8,8% da população do País e 9,9% do PIB nacional. Em Curitiba, concentram-se 18,6% da população e 23,5% do PIB da rede. O PIB *per capita* indica menos desigualdade na renda, ainda que o do centro seja superior ao do restante da rede (R\$ 16,6 mil e R\$ 12,3 mil, respectivamente), com uma das menores razões, entre todas as redes. Abrange os Estados do Paraná e de Santa Catarina (compartilhando com Porto Alegre a área de Florianópolis). Compõem a rede Florianópolis (Capital regional A); Cascavel, Londrina, Maringá, Blumenau, Chapecó e Joinville (Capitais regionais B); e Ponta Grossa e Criciúma (Capitais regionais C). Também fazem parte da rede os Centros sub-regionais A de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí, Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages e Tubarão; e os Centros sub-regionais B de Ivaiporã, Santo Antônio da Platina, Cianorte, União da Vitória, Concórdia, São Miguel do

Oeste, Xanxerê, Araranguá, Videira, Balneário Camboriú e Mafra.

A população da rede urbana de Porto Alegre representa 8,3% do total nacional e o PIB é de 9,7%. Porto Alegre concentra 19,2% da população e 24,1% do PIB da rede; o seu PIB *per capita*, de R\$ 17,1 mil, é relativamente pouco superior ao do restante da rede (R\$ 12,8 mil). Abrange os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, dividindo a área de Florianópolis com Curitiba. Compõem a rede a Capital regional A de Florianópolis; as Capitais regionais B de Caxias do Sul, Passo Fundo, e Santa Maria; as Capitais regionais C de Ijuí, Novo Hamburgo–São Leopoldo, Pelotas–Rio Grande e Criciúma; os Centros sub-regionais A de Bento Gonçalves, Erechim, Santo Ângelo, Bagé, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Uruguaiana, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages e Tubarão; e os Centros sub-regionais B de Carazinho, Frederico Westphalen, Cruz Alta, Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Araranguá, Videira e Balneário Camboriú.

Goiânia e sua rede urbana concentram 3,5% da população e 2,8% do PIB nacional. Goiânia concentra 30,2% da população, e 29,7% do PIB da rede; possui PIB *per capita* de R\$ 9,2 mil, e é o único caso de centro com este valor inferior ao do restante da rede, que é de R\$ 9,5 mil. Abrange os Estados de Goiás e Tocantins, tendo ainda alguma penetração no Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso. Fazem parte da rede de Goiânia: Palmas (Capital regional B); Araguaína (Capital regional C); Anápolis, Itumbiara, Rio Verde e Redenção (Centros sub-regionais A); e Balsas e Gurupi (Centros sub-regionais B).

Relações entre as redes e entre os centros de mais alto nível

Na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas, caracterizadas por ligações horizontais, sendo as noções de interação, especialização, complementaridade e sobreposição necessárias para compreender a hierarquia urbana. Os centros que comandam as 12 redes urbanas identificadas neste trabalho se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos, especialmente pelas ligações da gestão federal e empresarial. Ao mesmo tempo, os centros articulam-se também em relações horizontais, que se estruturam so-

bre ligações de interação, em padrão particularmente característico daqueles no topo da hierarquia.

Exemplos de quatro diferentes tipos de interação entre os centros de nível metropolitano – a gestão federal, a gestão empresarial, as ligações aéreas e as ligações rodoviárias de transporte coletivo – apresentam diferentes padrões (Mapa 2). As ligações definidas pela gestão federal têm estrutura hierárquica, e Brasília é o grande centro de coordenação do País, a capital federal e sede da grande maioria das instituições públicas federais. Ligações secundárias também destacam o papel regional de Belém, Porto Alegre e Recife.

Em relação às conexões determinadas pela gestão empresarial, a rede, embora mais complexa, é ainda predominantemente hierárquica, e as metrópoles nacionais representam o foco das demais. São Paulo, concentrador de grandes empresas, é o grande centro de comando, e para ele convergem as principais ligações de todas as metrópoles. Em segundo lugar, está o Rio de Janeiro, e, em terceiro, Brasília. Como foco de ligações de quarta ordem, outros centros importantes são Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife.

As ligações aéreas intermetropolitanas estão condicionadas pela forma de organização do setor no País, com um *hub* principal em São Paulo, e um secundário em Brasília. Assim, tal como para as conexões empresariais, São Paulo é o principal foco de todas as metrópoles, e sua principal ligação é com o Rio de Janeiro. No segundo plano, a estrutura do setor promove alterações: Brasília atrai as ligações de Manaus, Belém, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio de Janeiro, por sua vez, atrai as de Salvador, Curitiba e Porto Alegre. A segunda maior ligação de Fortaleza é com Recife; a de Recife com Salvador, um padrão de associação mais regional, o qual é mais comum no terceiro e quarto níveis. Nestes, registram-se ligações entre Belém, Manaus e Fortaleza; entre Curitiba e Porto Alegre; entre Brasília e Belo Horizonte, e daí com o Rio de Janeiro; e entre Salvador, Recife e Fortaleza. As ligações mais distantes são as de Fortaleza e Recife com o Rio de Janeiro, de Goiânia com Recife e Salvador, e do Rio e São Paulo com Salvador.

As ligações de ônibus invertem o padrão anterior, e as principais têm forte associação regional. As primeiras ligações desenham três grupos, um ao norte, de Belém, Fortaleza, Recife, e Salvador; o segundo, de Goiânia e Brasília; e o terceiro, com foco em São Paulo,

reúne Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, e Porto Alegre. As segundas ligações, de um lado, reforçam este padrão, mas o seu conjunto é dominado pelas ligações atraídas por São Paulo. No conjunto seguinte, as ligações dirigem-se preferencialmente para o Rio de Janeiro, enquanto, no quarto grupo, além do Rio de Janeiro, aparece Brasília como importante destino das ligações.

Os diferentes padrões de interações entre os centros de nível metropolitano ilustram a multiplicidade de relações estabelecidas, em que convivem padrões hierárquicos e horizontais, dependendo do tipo de fluxo envolvido – de comando, econômico-financeiro, de pessoas.

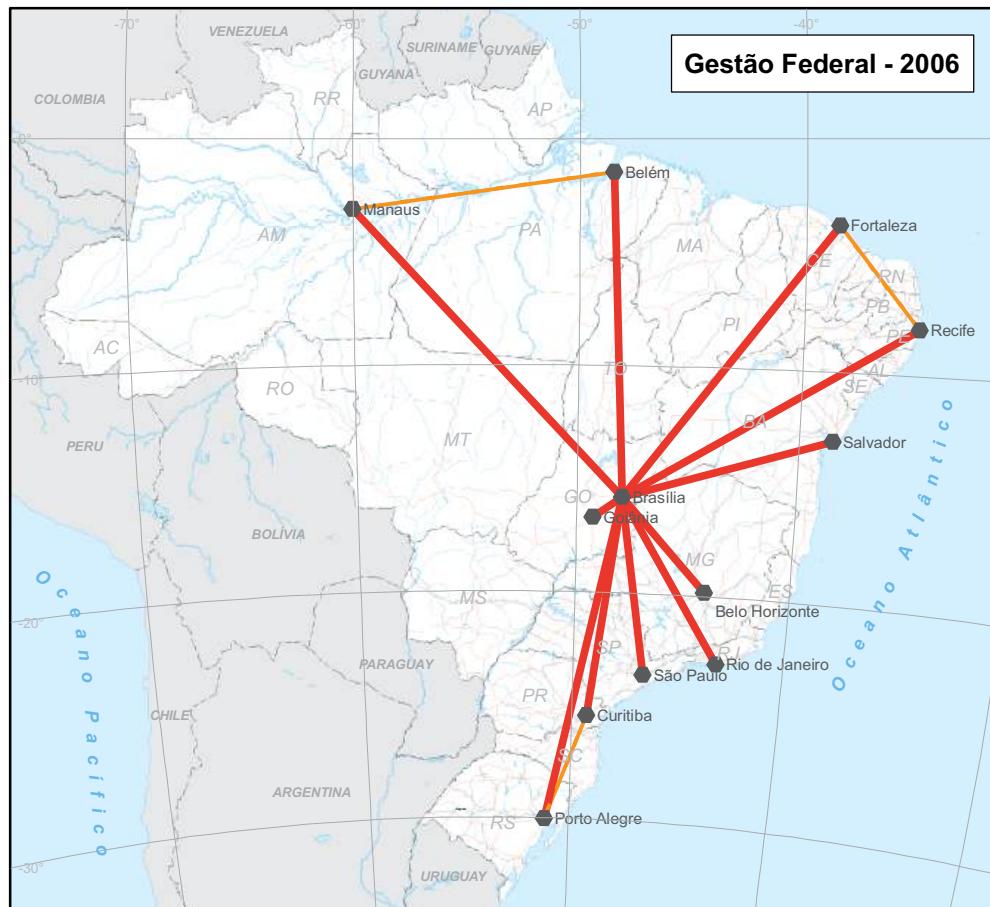
Nos mapas que apresentam as conexões externas das redes (item **Quadro da rede urbana**, Redes dos centros de mais alto nível, Mapas 3 a 46) e a intensidade de relacionamentos empresariais (Apêndice), verifica-se uma diferença entre as metrópoles, que, com intensidade e distribuição diferenciadas, estão presentes em todo o território nacional, e os demais centros.

São Paulo, a grande metrópole nacional, apresenta relações empresariais mais intensas com seu entorno, compreendendo o Estado de São Paulo, o do Rio de Janeiro, o sul de Minas Gerais e o norte do Paraná, mas mantém, além destes, vínculos em todas as Unidades da Federação, e com todos os centros até o nível de Capital regional B. Nas áreas de maior densidade econômica, é grande o número de centros, mesmo nos níveis mais baixos da hierarquia, que possuem conexão relevante com São Paulo, especialmente nas redes de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. Já nas redes de Salvador, Recife e Fortaleza, destacam-se as ligações com Brasília.

As duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília, ainda que menos intensamente, também apresentam relações com todo o território. No caso do Rio de Janeiro, as ligações mais fortes ocorrem no interior do próprio estado, estendendo-se, para além dele, por São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Quando comparadas às de São Paulo, as ligações do Rio de Janeiro mostram-se mais concentradas e privilegiam as capitais dos estados. As ligações empresariais de Brasília são bem semelhantes às do Rio de Janeiro, com intensidade um pouco mais reduzida, e maior concentração nos estados do Centro-Sul.

As metrópoles de Belém, Fortaleza, Manaus, Recife e Goiânia, apesar da presença nacional, apresentam

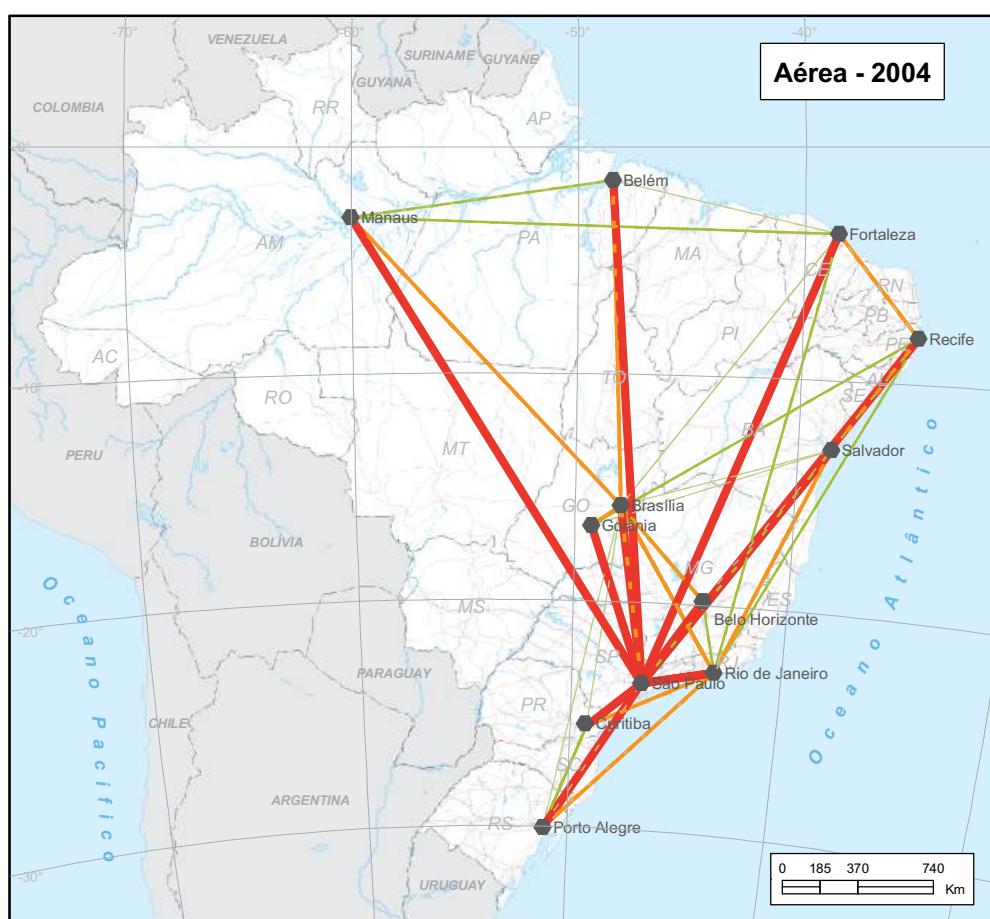
Mapa 2 - Ligações entre metrópoles



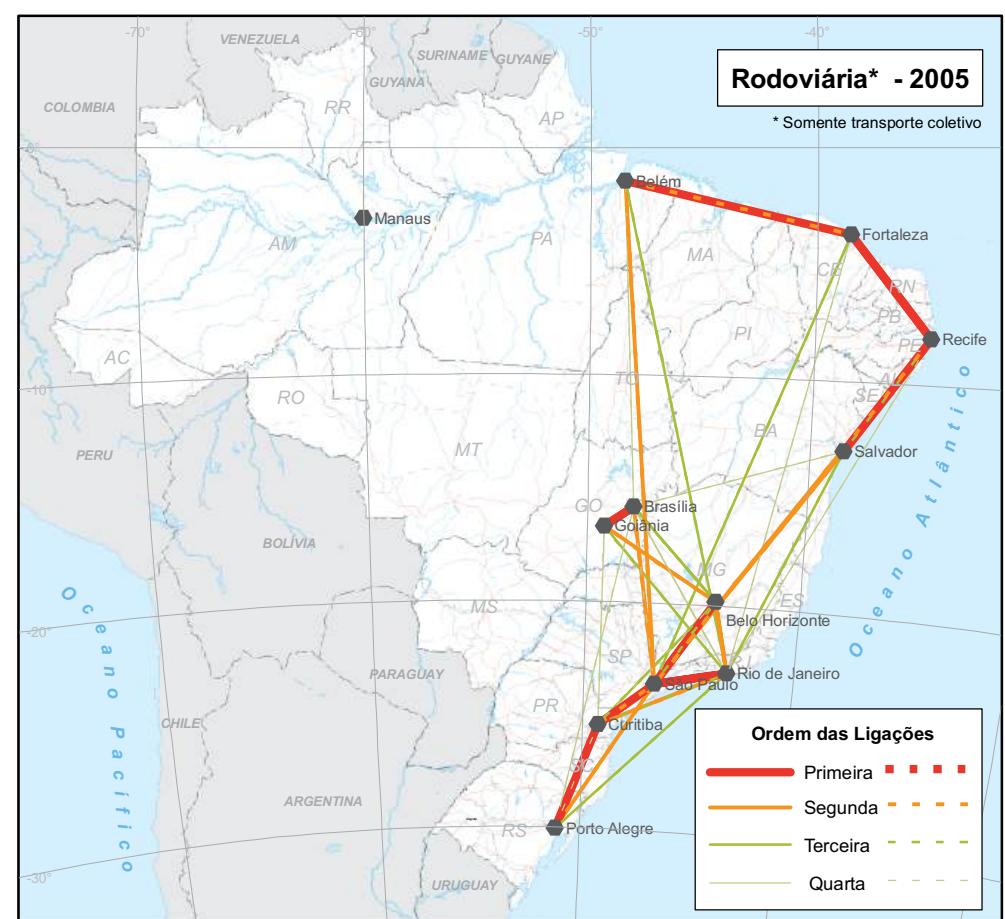
Fontes: Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.



Fonte: Anuário do transporte aéreo 2004. Brasília, DF: Departamento de Aviação Civil, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/estatistica/estatisticas1.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2004.



Fonte: Anuário estatístico dos transportes terrestres 2005. Brasília, DF: Agência Nacional de Transportes Terrestres, 2005. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/aett/aett_2005/FSCOMMAND/index.htm>. Acesso em 14 jan. 2008.

padrão de ligações mais restrito, vinculando-se especialmente às capitais estaduais e a cidades economicamente mais dinâmicas. A área de ação empresarial de Belém alcança as capitais de alguns estados nordestinos, mas concentra-se de forma mais expressiva no norte do País, particularmente no próprio Estado do Pará, dividindo com Manaus o controle empresarial de parcela importante daquela área. Fortaleza e Recife possuem vínculos marcadamente regionais. Goiânia, por sua vez, mantém importantes ligações no eixo que se estende de São Paulo a Belém, apresentando também ligações com Cuiabá. Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, por outro lado, embora também possuam conexões nacionais importantes, especialmente com as demais metrópoles, apresentam maior intensidade de relações empresariais em sua área de influência imediata.

Principais diferenças em relação aos quadros anteriores

Ao comparar, ainda que de modo sucinto, os resultados do presente trabalho com os resultados dos estudos anteriores, observam-se algumas das permanências e modificações na rede urbana; considerado um período que já compreende quatro décadas (item **Metodologia, Estudos anteriores**), verifica-se que a rede urbana apresenta notável estabilidade, principalmente no que se refere aos níveis hierárquicos mais altos, que, de modo geral, mantêm-se os mesmos. As principais alterações evidenciadas acompanham o processo de ocupação do território no período, e as mudanças são mais freqüentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa.

Ao comparar-se os centros urbanos identificados em 1966 com aqueles examinados neste estudo, verifica-se que os centros que emergiram no período se localizam predominantemente nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, no oeste do Amazonas e no sul do Pará. Observa-se igualmente que, embora com menor intensidade, ocorre a ascensão de novos centros no Maranhão e Piauí. Nas áreas de ocupação mais antiga, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais, o quadro é mais estável, e algumas cidades deixam de exercer maior centralidade, num processo possivelmente ligado às mudanças nas redes de comunicação e transportes.

Alterações na hierarquia

A tendência estrutural à estabilidade no estrato superior da rede urbana ao longo do tempo é compro-

vada pela relação dos 12 centros identificados como metrópoles, no topo da hierarquia – São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. Dentre estes, registram-se apenas duas diferenças em relação ao quadro apresentado há 40 anos, a ascensão de Brasília e a de Manaus.

Brasília, então recém-criada, foi classificada como Centro regional B, observando-se que "no Planalto Central está se estruturando uma área de influência urbana comandada por Goiânia, que cresce na atuação regional juntamente com Brasília" (DIVISÃO..., 1972, p. 18). No estudo de 1978, é classificada como Capital Regional, mantendo-se a subordinação a Goiânia (REGIÕES..., 1987). Já em 1993, embora sua classificação seja *Muito Forte*, e não *Máxima*, foi considerada como cabeça-de-rede, "por seu papel político-administrativo, como Capital Federal, por representar, de forma inequívoca, um centro de poder e decisão" (REGIÕES..., 2000, p. 28). Quanto a Manaus, subordinada a Belém no estudo de 1966, teve a sua emergência como metrópole regional reconhecida no estudo de 1978.

No segundo nível, imediatamente inferior ao metropolitano, o das Capitais Regionais, encontram-se alguns centros que, em 1966, eram classificados no terceiro nível, o dos Centros sub-regionais. São exemplos deste movimento ascendente, no Norte do País, Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá e Santarém (PA), e Macapá (AP); no Nordeste, Imperatriz (MA) e Barreiras (BA); no Centro-Sul, Volta Redonda-Barra Mansa (RJ), Santos e São José dos Campos (SP), Cascavel (PR) e Dourados (MS). Casos mais extremos são os de Boa Vista (RR), de Araguaína (TO), de Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (MG) e de Novo Hamburgo-São Leopoldo (RS), que saltam do quarto nível para o segundo, e o de Palmas (TO), criada em 1989, e também no segundo nível. Na direção inversa, há centros que estavam no segundo nível da classificação, em 1966, e estão no terceiro nível, em 2007. São exemplos, no Nordeste, Floriano (PI), Garanhuns (PE) e Jequié (BA); no Centro-Sul, Muriaé (MG), Ourinhos (SP), Pato Branco (PR), Lages (SC), Santa Rosa e Cruz Alta (RS) e Anápolis (GO).

Reiterando o padrão que acompanha o processo de ocupação do território, grande parte dos atuais Centros sub-regionais não incluídos no estudo de 1966 constituem cidades criadas depois daquela data, a exemplo de Santa Inês (MA), de Sinop (MT), e de Ji-

Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, em Rondônia. O mesmo acontece com cidades que já existiam à época, como é o caso de Tucuruí, Paragominas e Itaituba, no Pará, que tiveram ascensão promovida pelo avanço da frente de ocupação. Inversamente, Nova Cruz (RN), Jaboticabal e Pirajuí (SP) e Laguna (SC), que eram Centros sub-regionais em 1966, não aparecem no quadro de centros atual.

No quarto nível, nos dois períodos, a flutuação é grande – dos 556 centros de nível 4 em 2007, 238 centros também estavam no nível 4 em 1966, e 254 não eram classificados como centro. Em relação a 1966, dos 507 centros de nível 4, 218 não se mantêm como centro, em 2007.

Alterações no alcance das redes

As principais mudanças no período devem-se ao adensamento, ou mesmo à emergência, de redes em territórios de ocupação anteriormente rarefeita e ao fortalecimento do papel das capitais estaduais, um processo já sinalizado no estudo de 1978, que tende a fazer com que as redes acompanhem os limites estaduais. Além disso, o surgimento de novos centros de nível intermediário provoca subdivisão das áreas de influência dos grandes centros, no período entre 1966 e 2007.

Como decorrência, as grandes transformações ocorrem nas Regiões Norte e Centro-Oeste e consistem, tanto no fracionamento, quanto em alterações, nas articulações das redes. Manaus, que, em período anterior, já dividira a extensa área abrangida por Belém, tem sua área dividida pela ascensão de Porto Velho, que, incorporando a rede de Rio Branco, passa a vincular-se, preferencialmente, não mais a Manaus, mas a São Paulo e a Brasília. A rede de Manaus perde território e novos centros consolidam-se, adensando-se as ligações pelo fracionamento municipal.

A criação do Estado do Tocantins – e de sua capital – altera a estruturação da rede de Goiânia. Palmas, além de assumir a função de capital do novo estado, demonstra forte centralidade e, embora se mantenha na região de influência de Goiânia, efetivamente articula sua própria rede, na qual Araguaína divide uma região de influência com Marabá no sul do Pará, na área de Redenção, antes diretamente subordinada a Belém; e com Balsas, no sul do Maranhão, que está ligada a três centros, Imperatriz e Teresina, além de Araguaína, em padrões que evidenciam a permanência de certa fluidez

naquela área. Note-se que a área de Imperatriz passa a ligar-se com São Luís, e não mais com Belém.

No norte de Mato Grosso, Sinop emerge como importante Centro sub-regional; em Mato Grosso do Sul, refletindo a influência dos novos limites, Corumbá tem sua área de influência reduzida. Na mesma área, observa-se que Campo Grande permanece na região de influência de São Paulo, mas Cuiabá passa a ter dupla ligação – com São Paulo, como anteriormente, mas também com Brasília, que, por sua vez, passa a dividir a rede de Barreiras com Salvador, que aumenta seu domínio no oeste da Bahia.

Nas redes mais consolidadas, as transformações são mais restritas, e sublinham o crescente comando das capitais estaduais. Recife tem sua região de influência reduzida, perdendo a área do sul do Piauí, assumida por Teresina, e passando a dividir a rede de Natal com Fortaleza. O alcance da rede de Fortaleza amplia-se tanto a leste, pela rede de Natal, como pela expansão das redes de São Luís e de Teresina, que continuam a integrar aquela rede. Florianópolis assume o controle de quase todo o Estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede

de Joinville, no norte, que continua diretamente ligada a Curitiba) e passa a ter dupla vinculação, participando da região de influência de Curitiba e da de Porto Alegre. No norte do Paraná, as redes de Londrina e de Maringá passam a integrar a rede de Curitiba e não mais a de São Paulo e, em Minas Gerais, a rede de Uberaba passa a ter dupla vinculação, isto é, com São Paulo e Belo Horizonte. Na mesma linha, também a rede de Juiz de Fora passa a ter sua ligação com o Rio de Janeiro dividida com Belo Horizonte, que assume as redes de Varginha e de Passos, anteriormente subordinadas a São Paulo, e as de São Lourenço e de Caxambu, anteriormente subordinadas ao Rio de Janeiro.

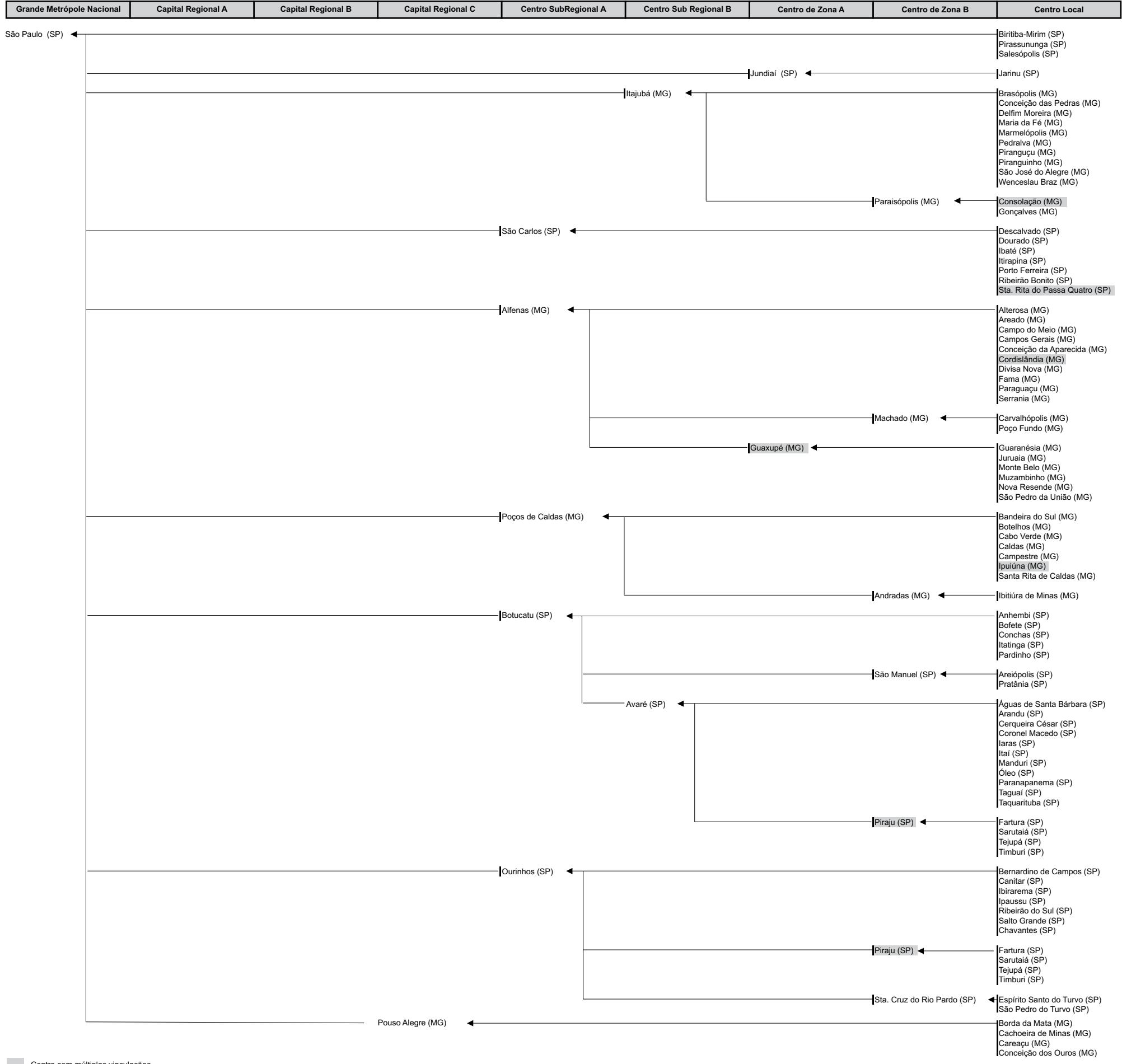
Como indicado inicialmente, neste trabalho observou-se a rede urbana em duas dinâmicas distintas – a de um sistema de localidades centrais que comanda sua hinterlândia e a de um sistema de cidades articuladas em redes (CORRÊA, 1996; CAMAGNI; SALONE, 1993; OFFNER, 2000). Assim, optou-se por investigar os níveis superiores da rede urbana a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território

a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Para identificação dos níveis mais baixos da rede e delimitação das regiões de influência, foram investigadas as ligações diretas dos centros menores, na busca por bens e serviços. Além da questão conceitual já apontada, há uma questão operacional: apenas para as menores cidades, é viável o levantamento das informações necessárias com o modelo de questionário aplicado. Não se procurou estabelecer uma hierarquia dos itens pesquisados, considerando a difusão das funções de nível médio já observada no estudo da rede brasileira de 1993 (REGIÕES..., 2000) e por Dematteis (1998).

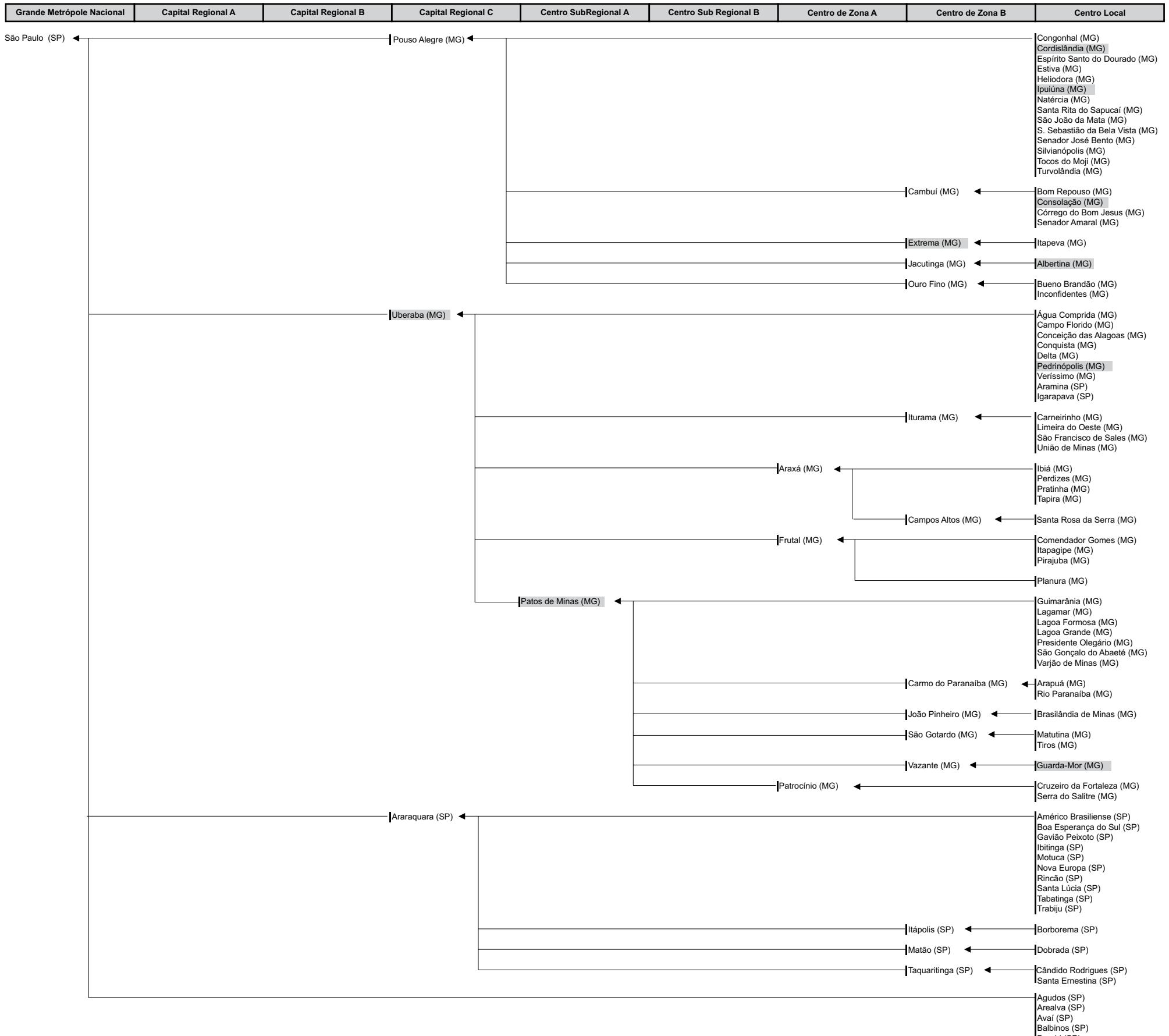
Os resultados encontrados neste trabalho, pela combinação destes enfoques, apóiam as premissas adotadas. Até o terceiro nível da hierarquia, os centros têm atividades de gestão relevante; os padrões gerais de centralidade e de relacionamentos derivados das diversas informações pesquisadas pelo questionário são recorrentes; as variações ocorrem mais freqüentemente em relação aos centros de menor alcance, os centros de zona, no quarto nível, e os locais, no quinto.

Quadro da rede urbana - Matriz das regiões de influência

Região de Influência de São Paulo - 2007

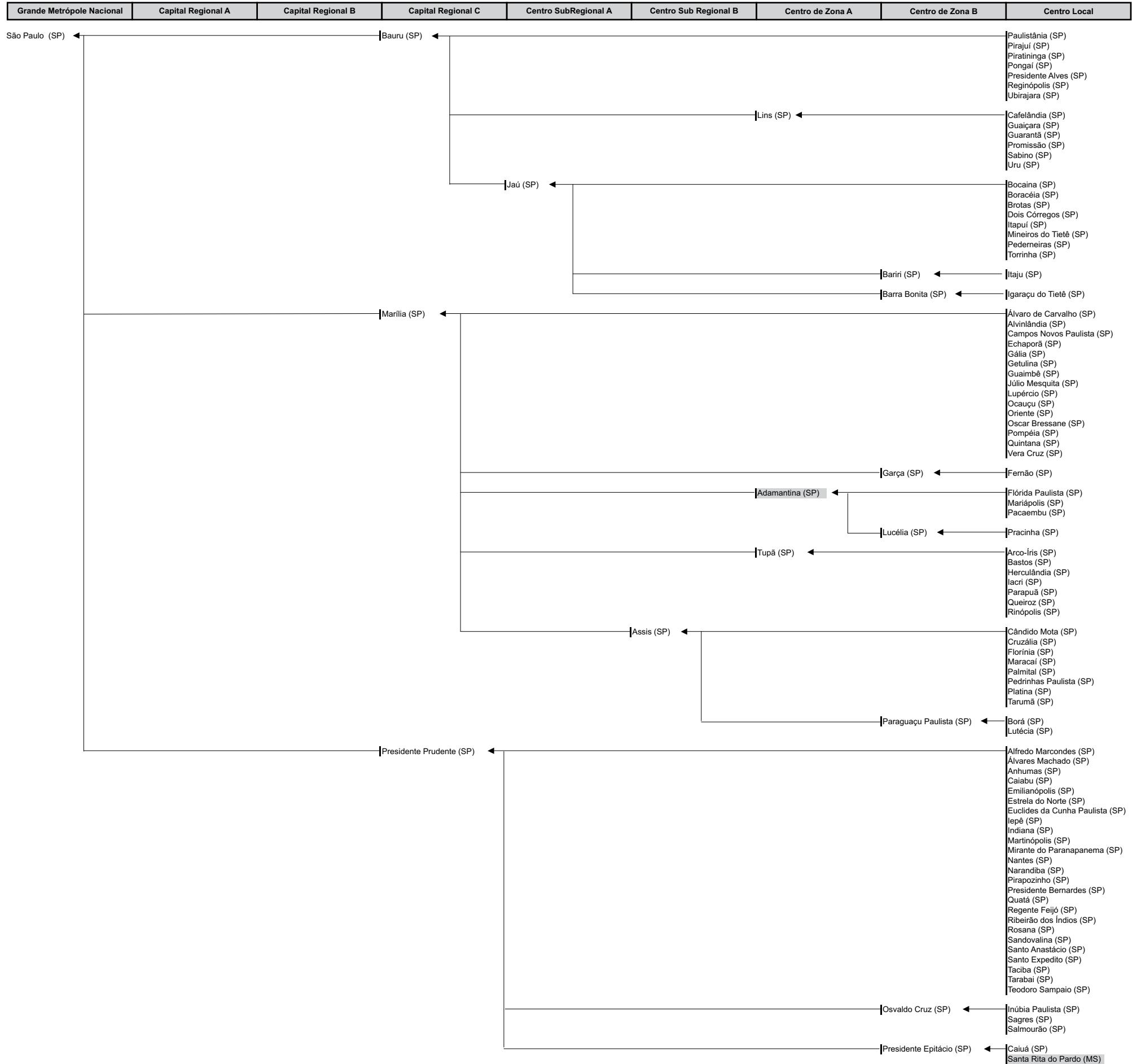


Região de Influência de São Paulo - 2007



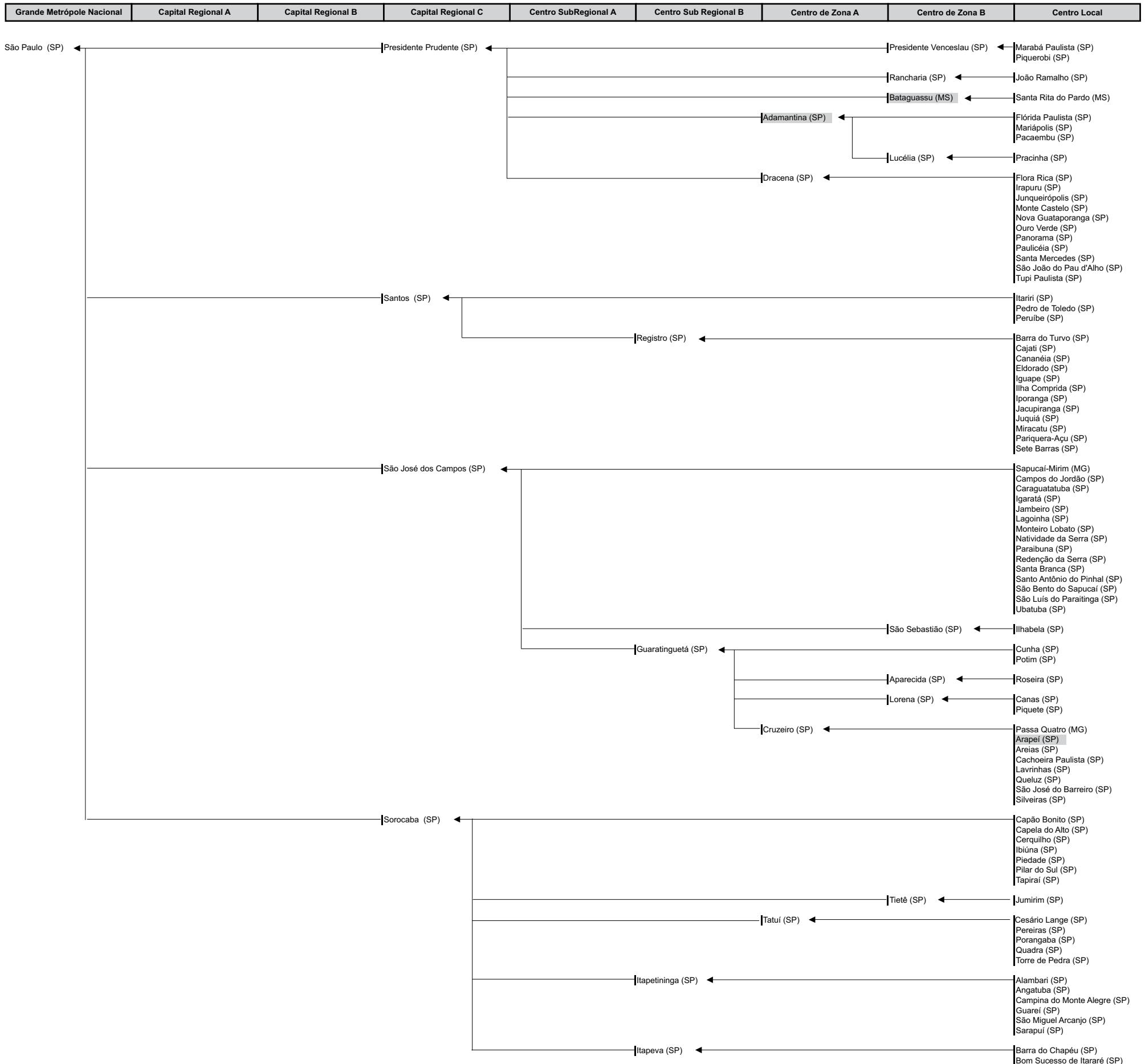
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de São Paulo - 2007

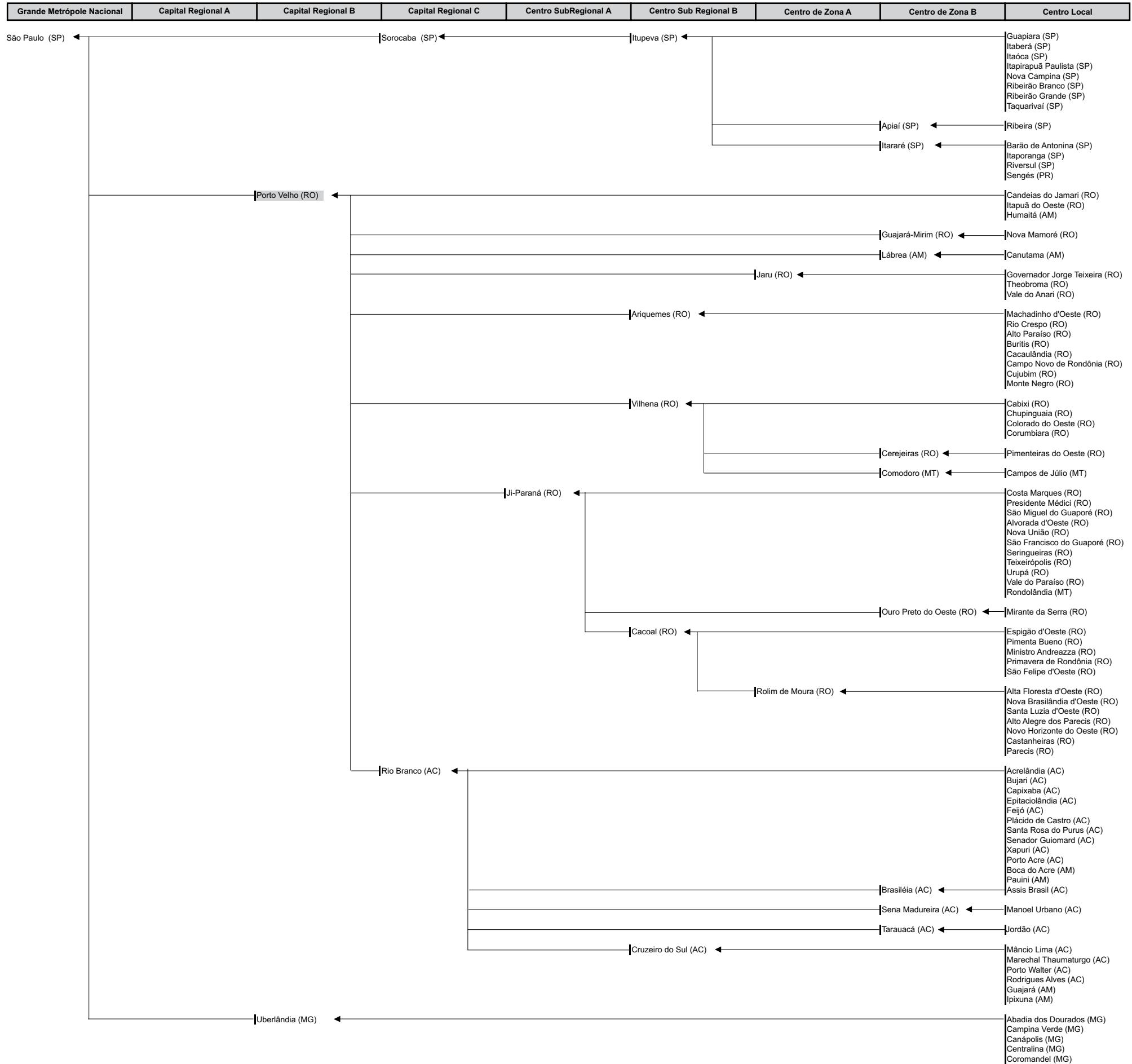


Centro com múltiplas vinculações

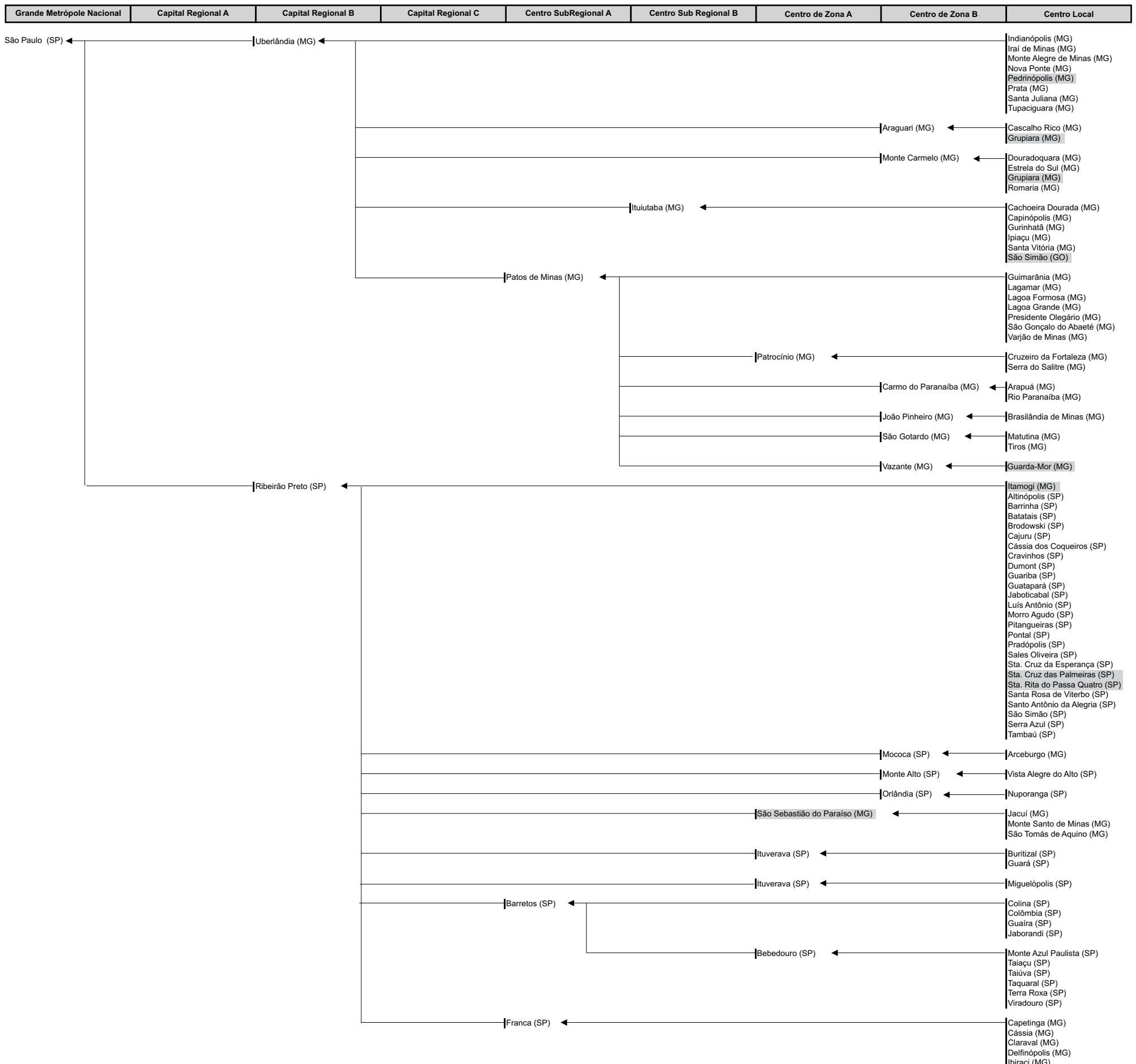
Região de Influência de São Paulo - 2007



Região de Influência de São Paulo - 2007

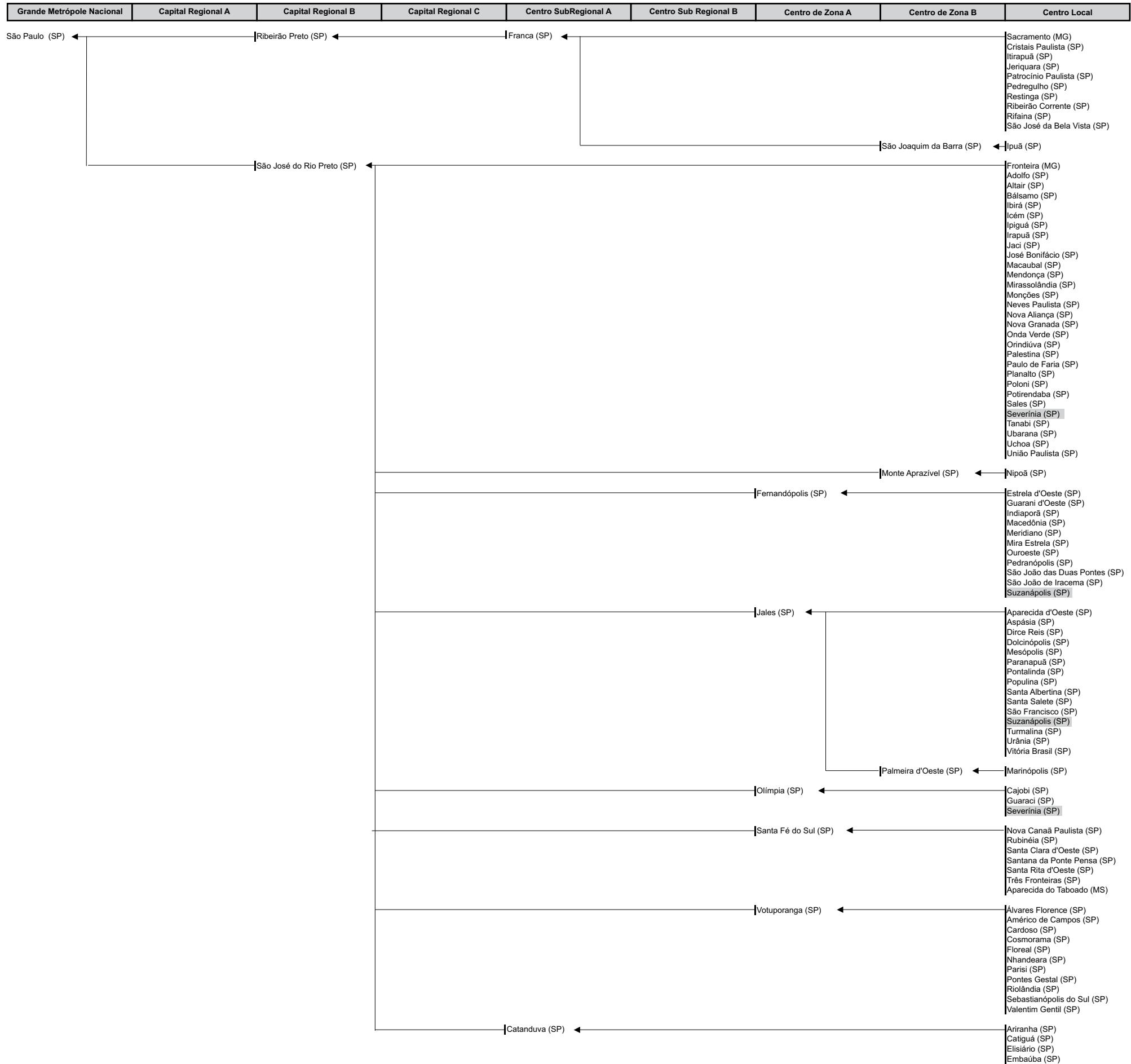


Região de Influência de São Paulo - 2007

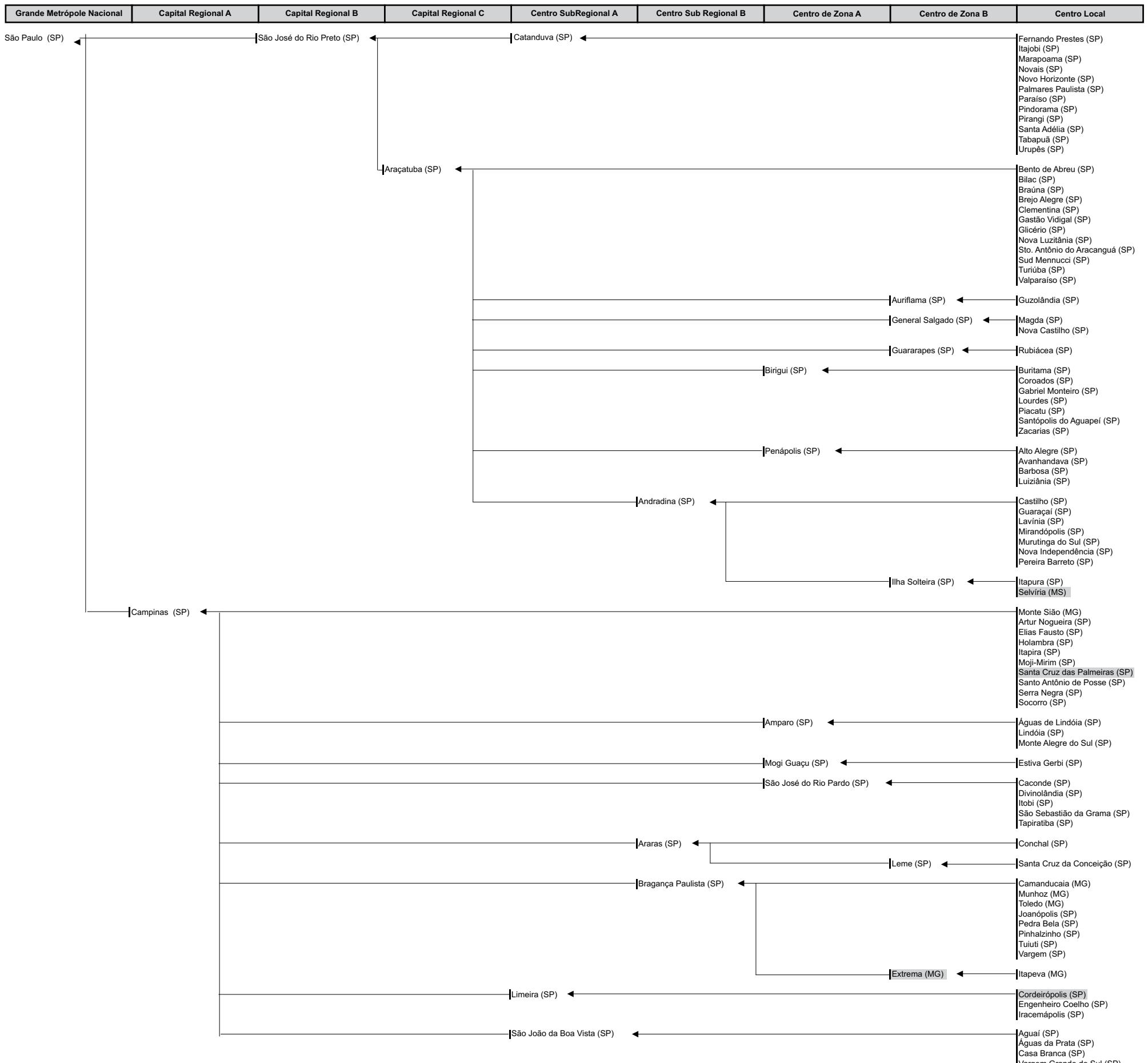


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de São Paulo - 2007



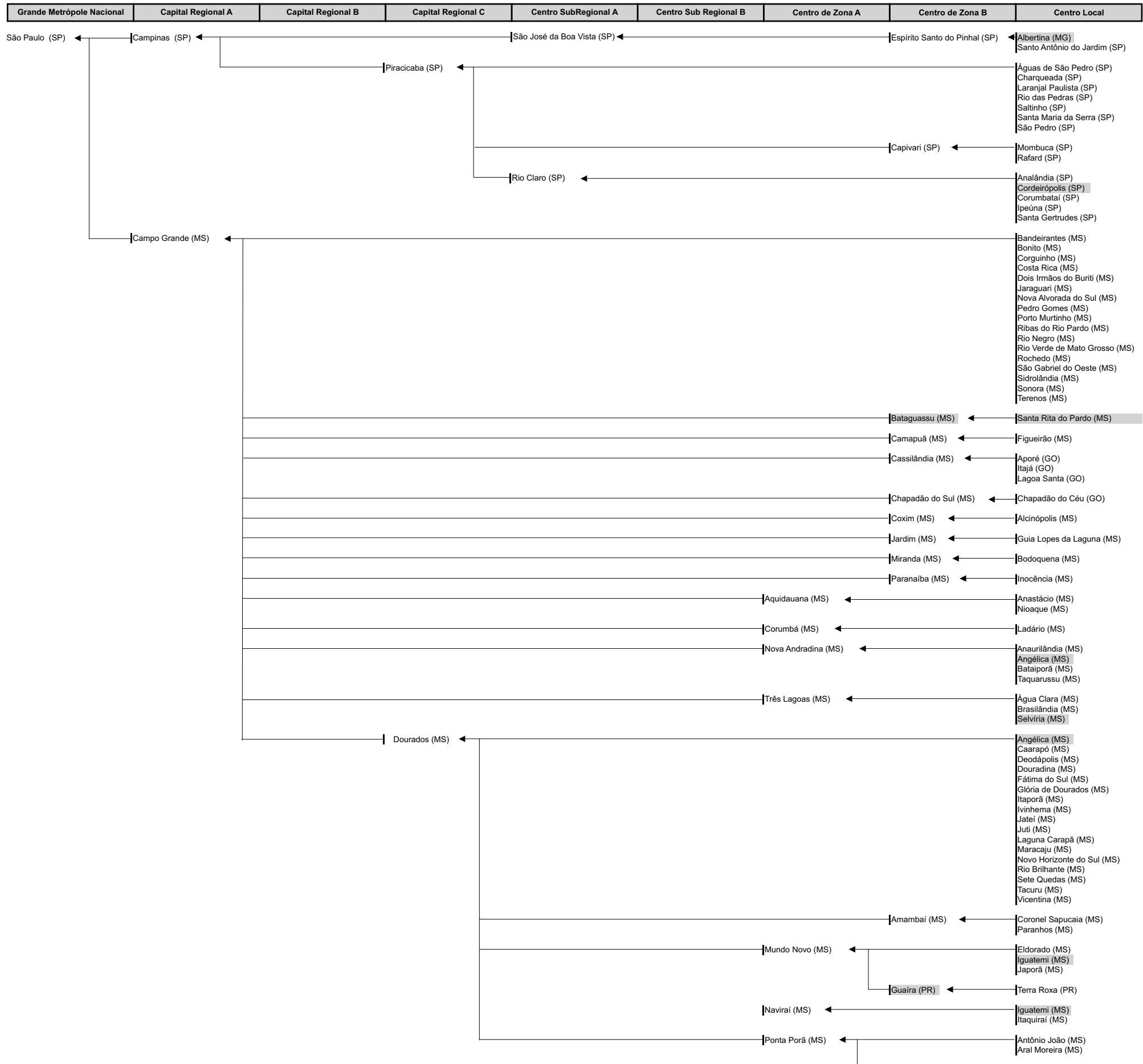
Região de Influência de São Paulo - 2007



Centro com múltiplas vinculações

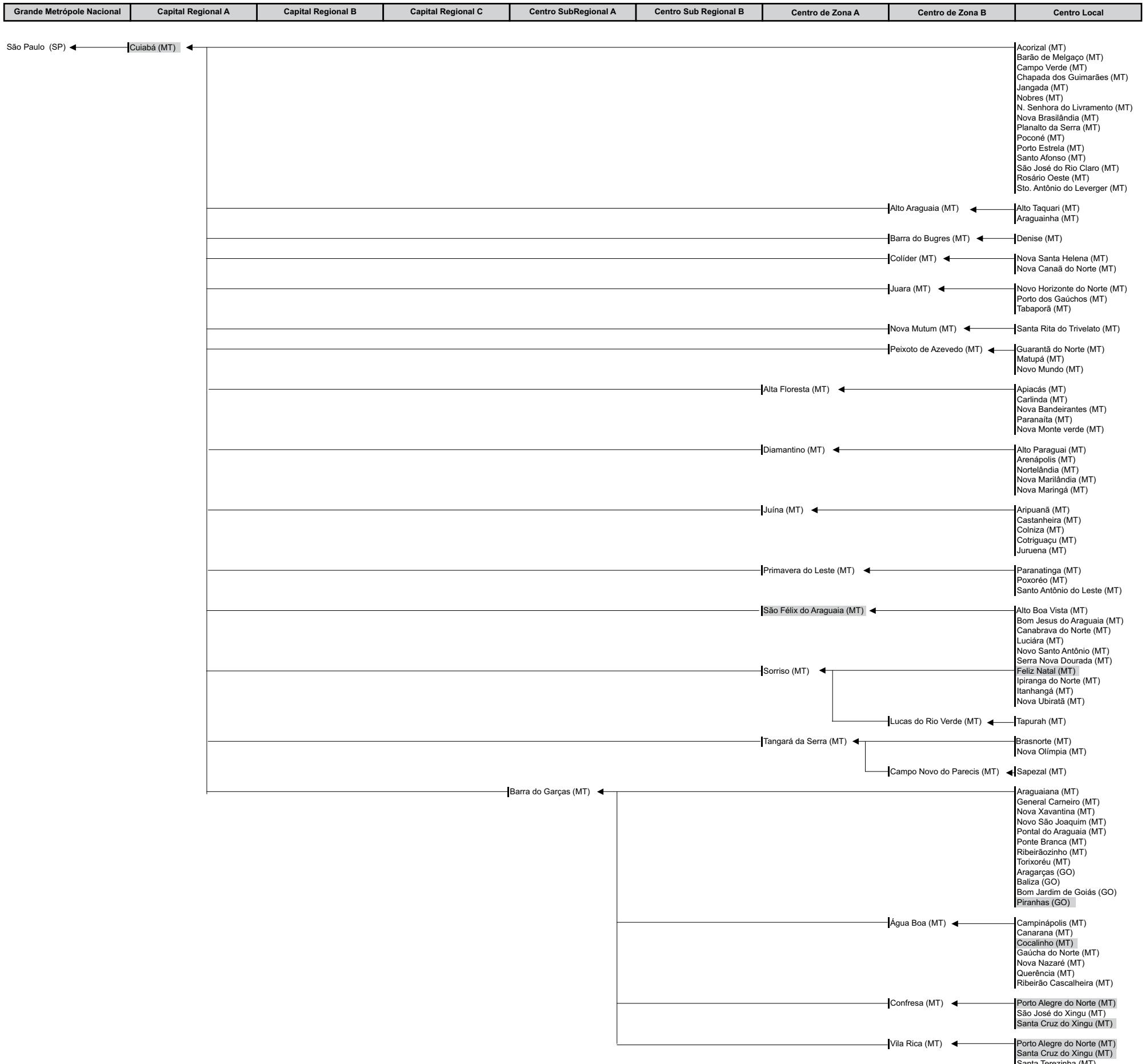
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de São Paulo - 2007



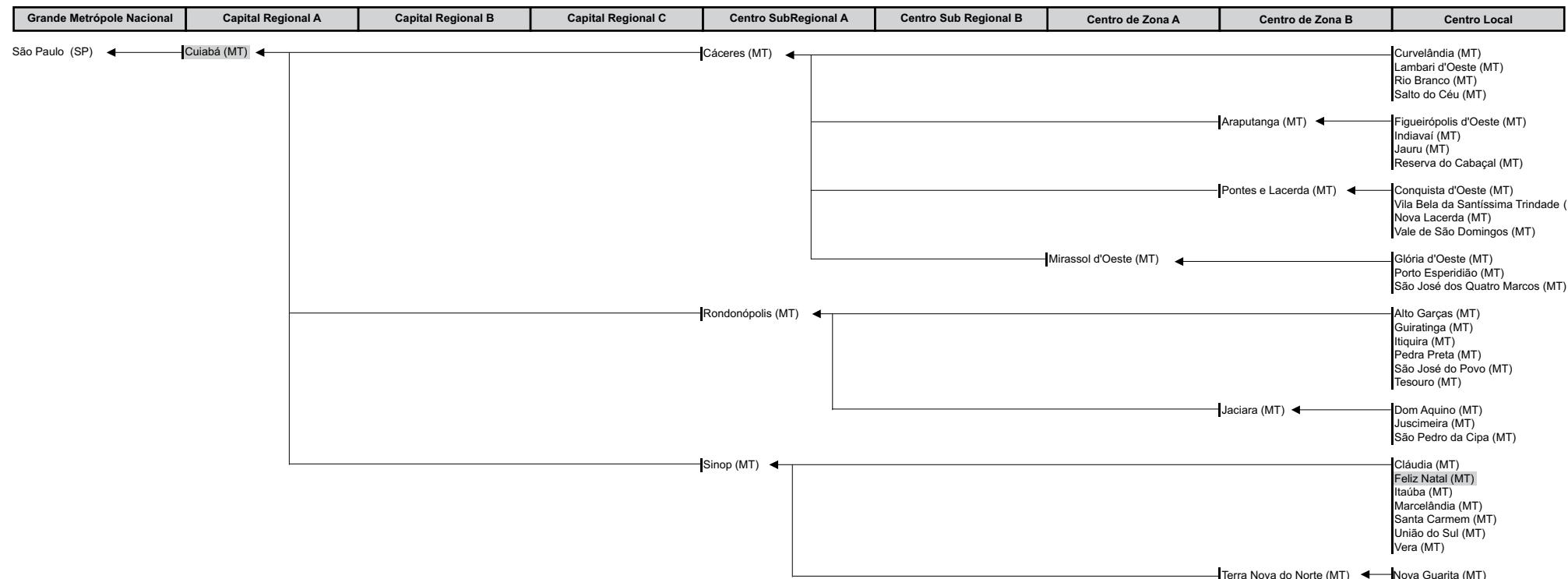
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de São Paulo - 2007

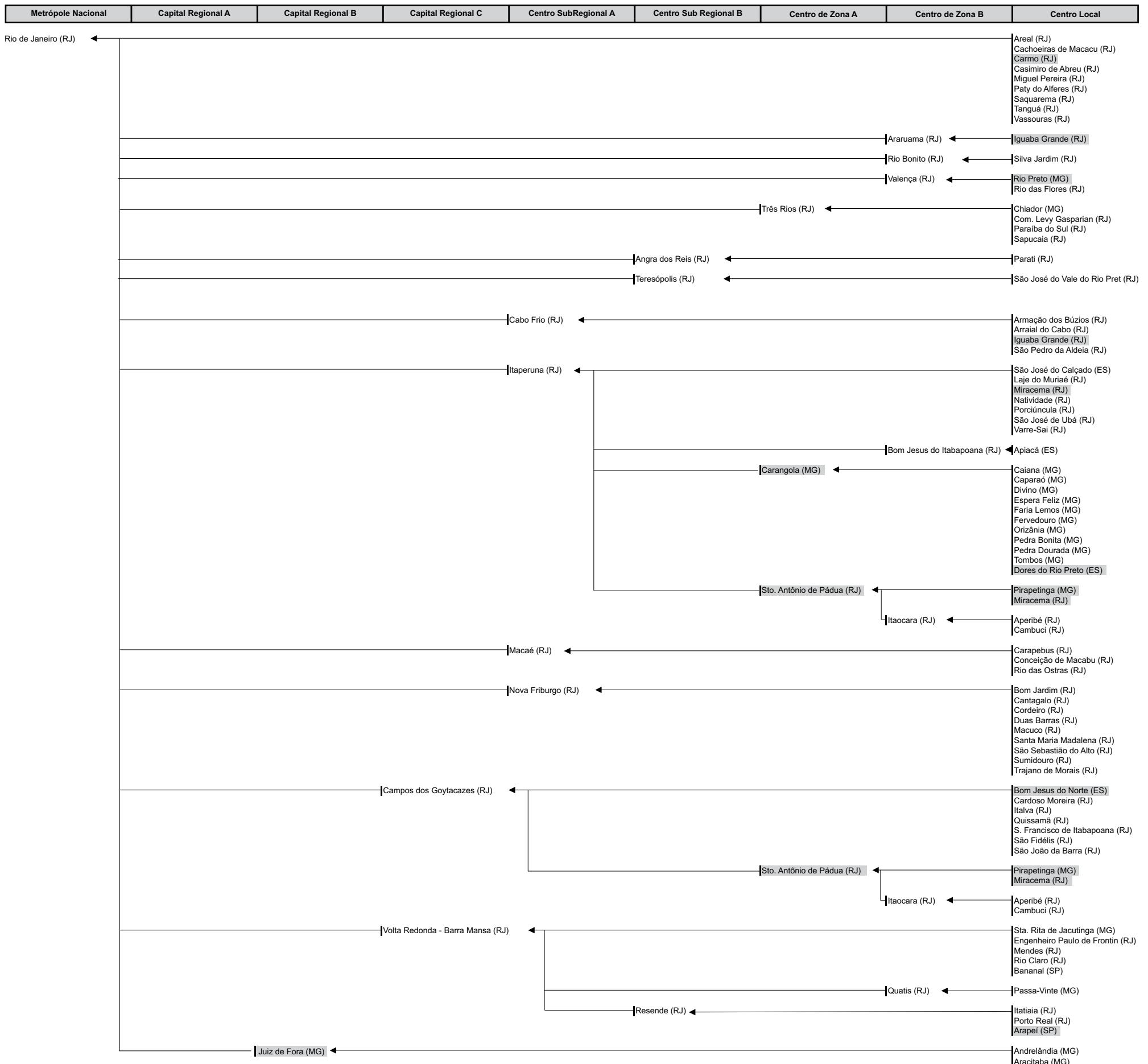


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de São Paulo - 2007

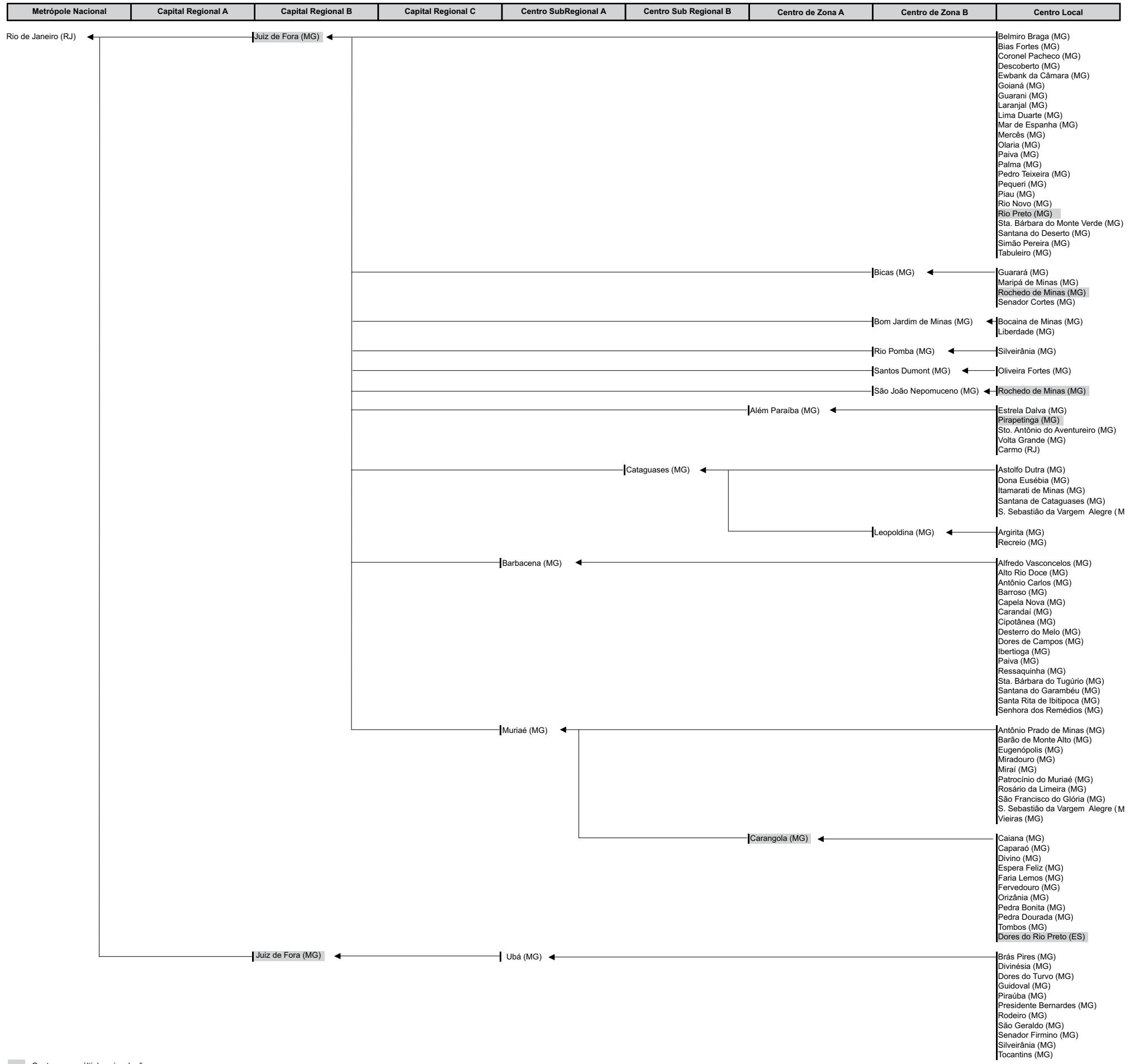


Região de Influência do Rio de Janeiro - 2007

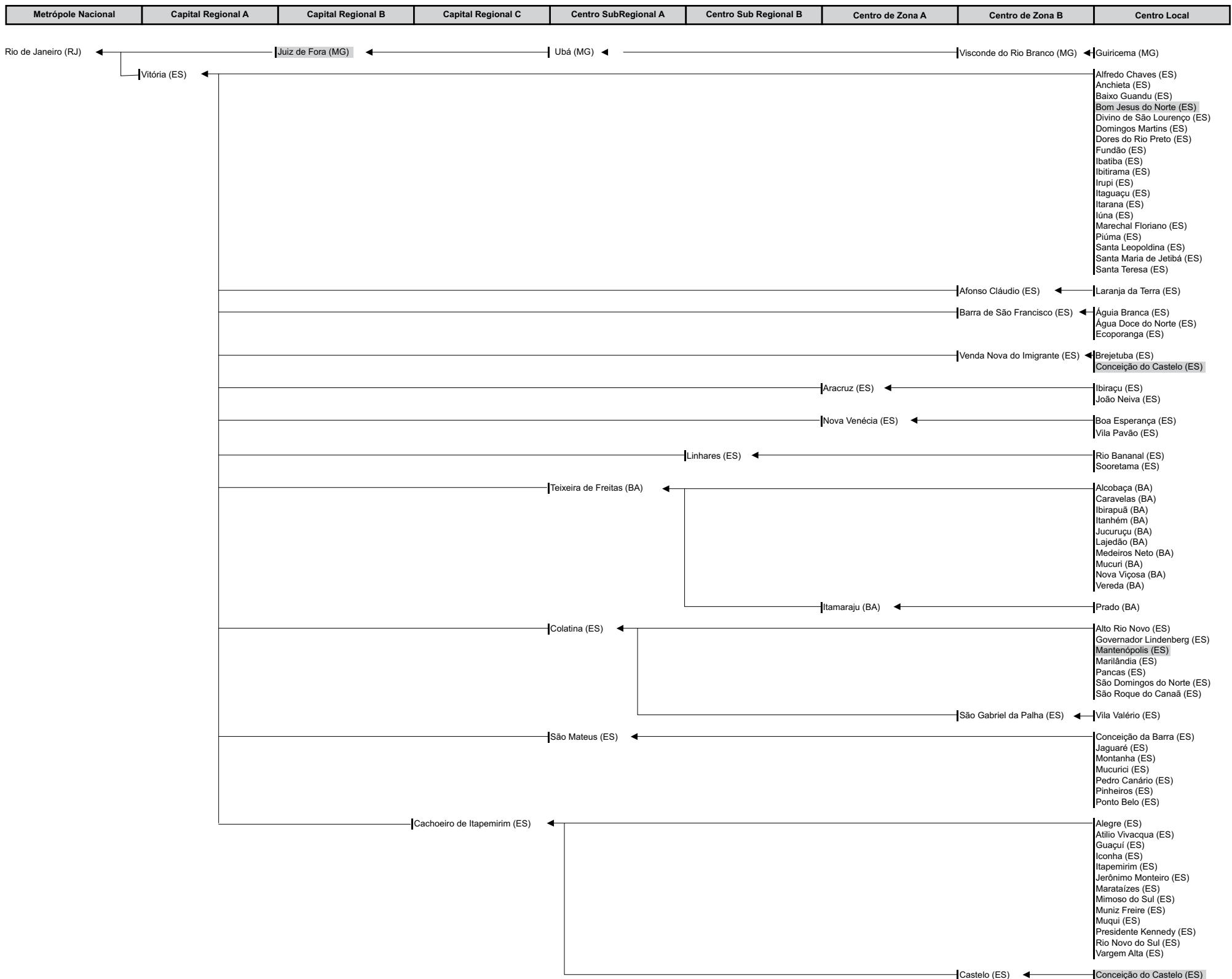


Centro com múltiplas vinculações

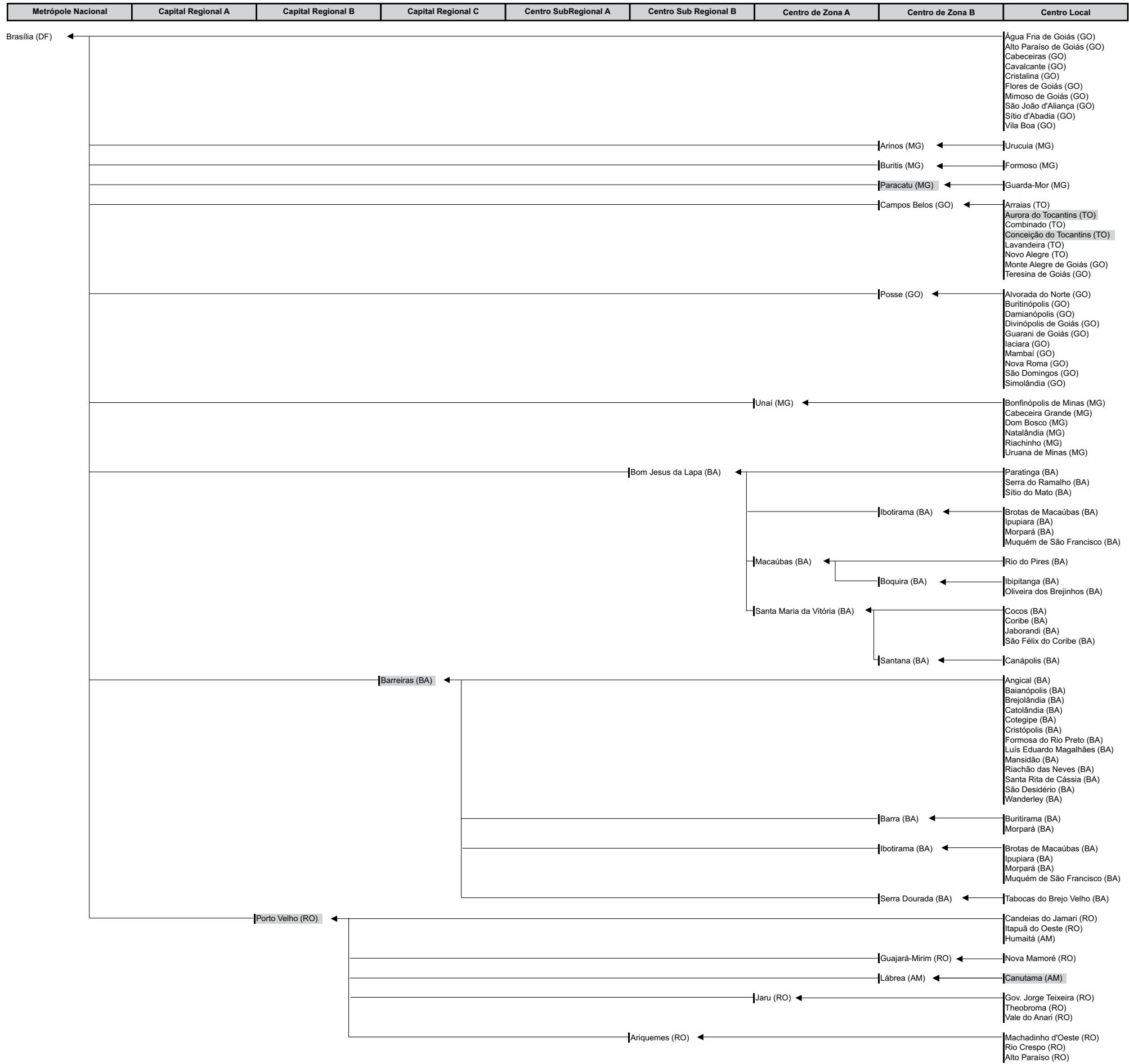
Região de Influência do Rio de Janeiro - 2007



Região de Influência do Rio de Janeiro - 2007

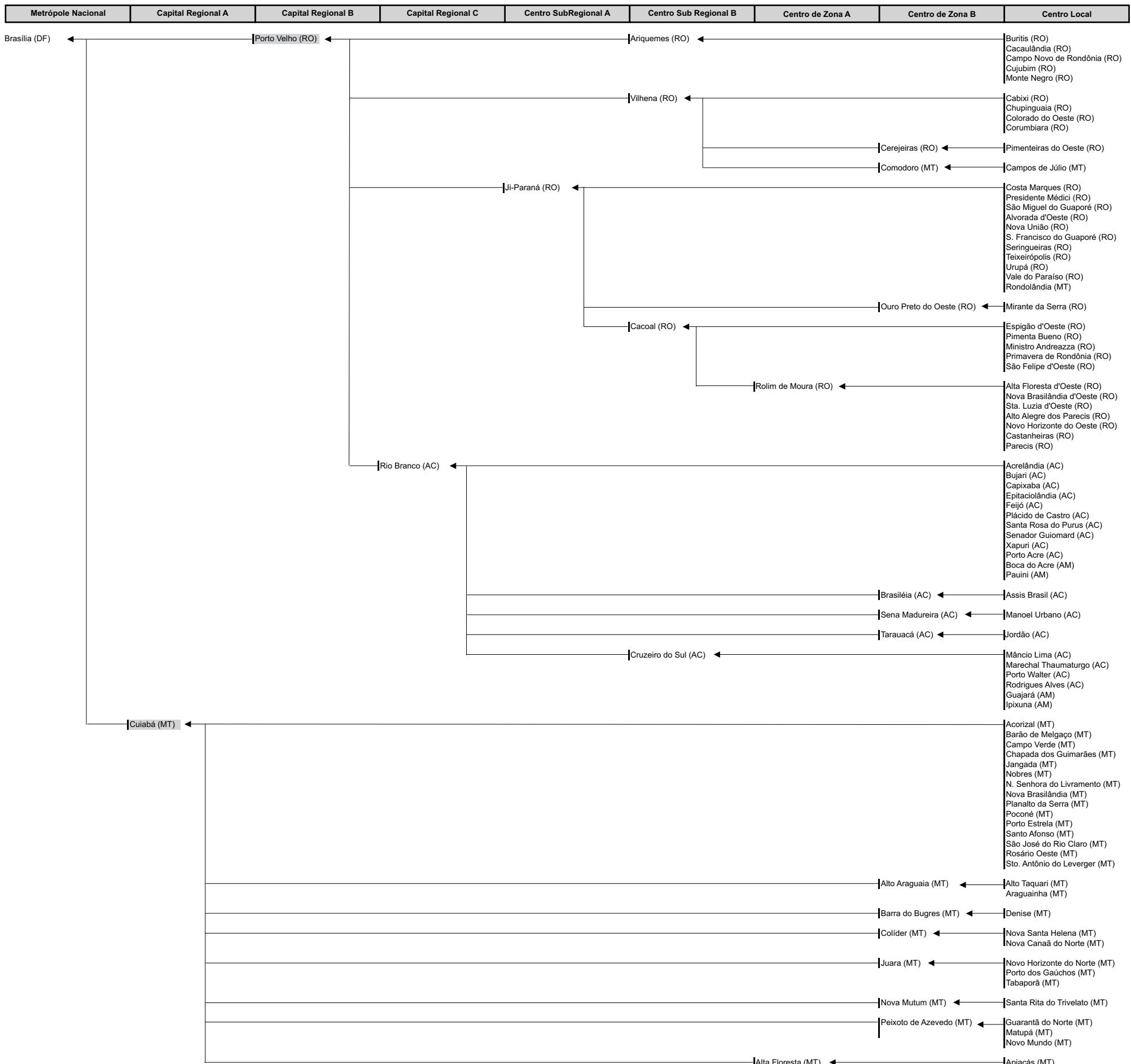


Região de Influência de Brasília - 2007



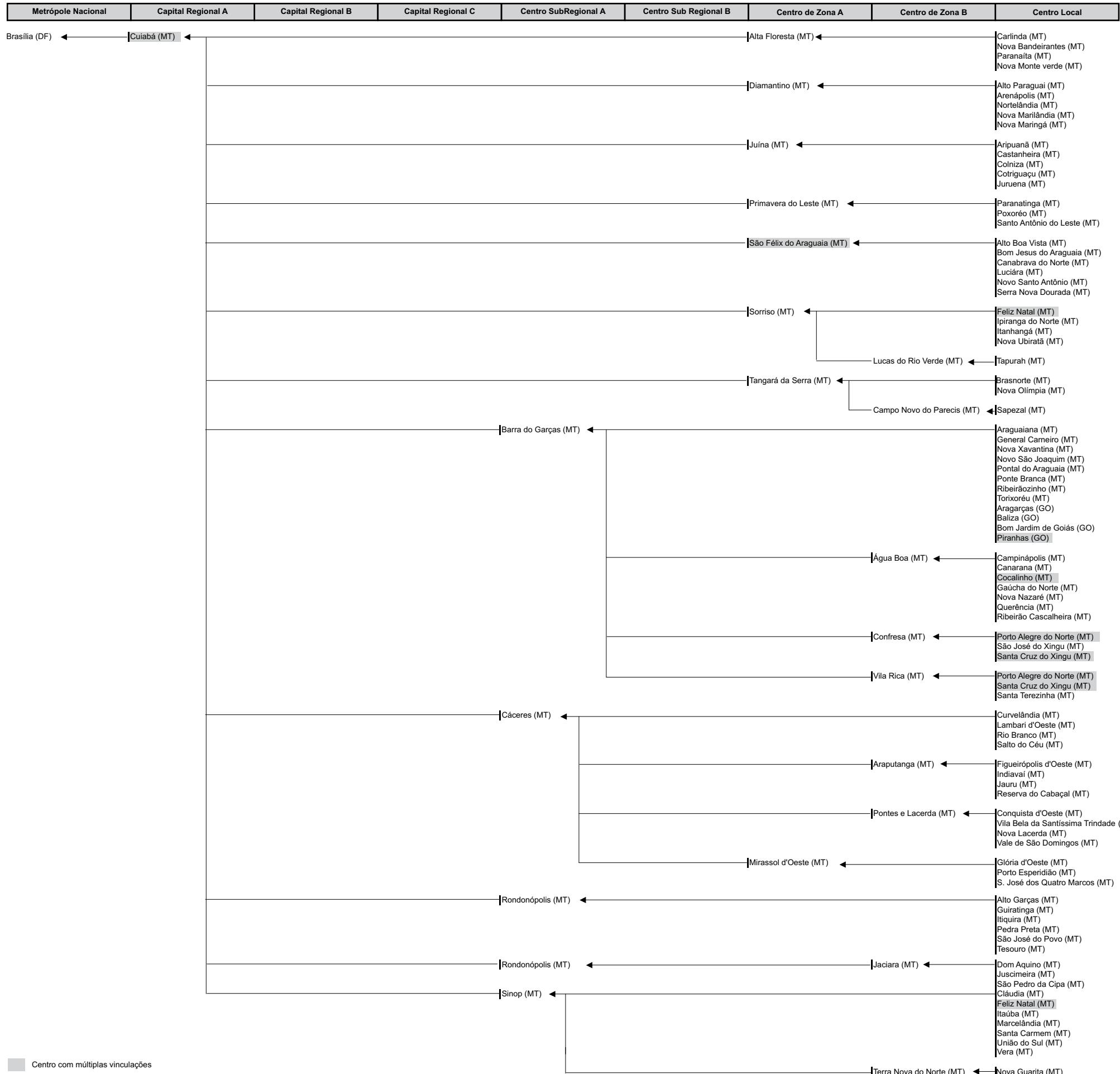
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Brasília - 2007



Centro com múltiplas vinculações

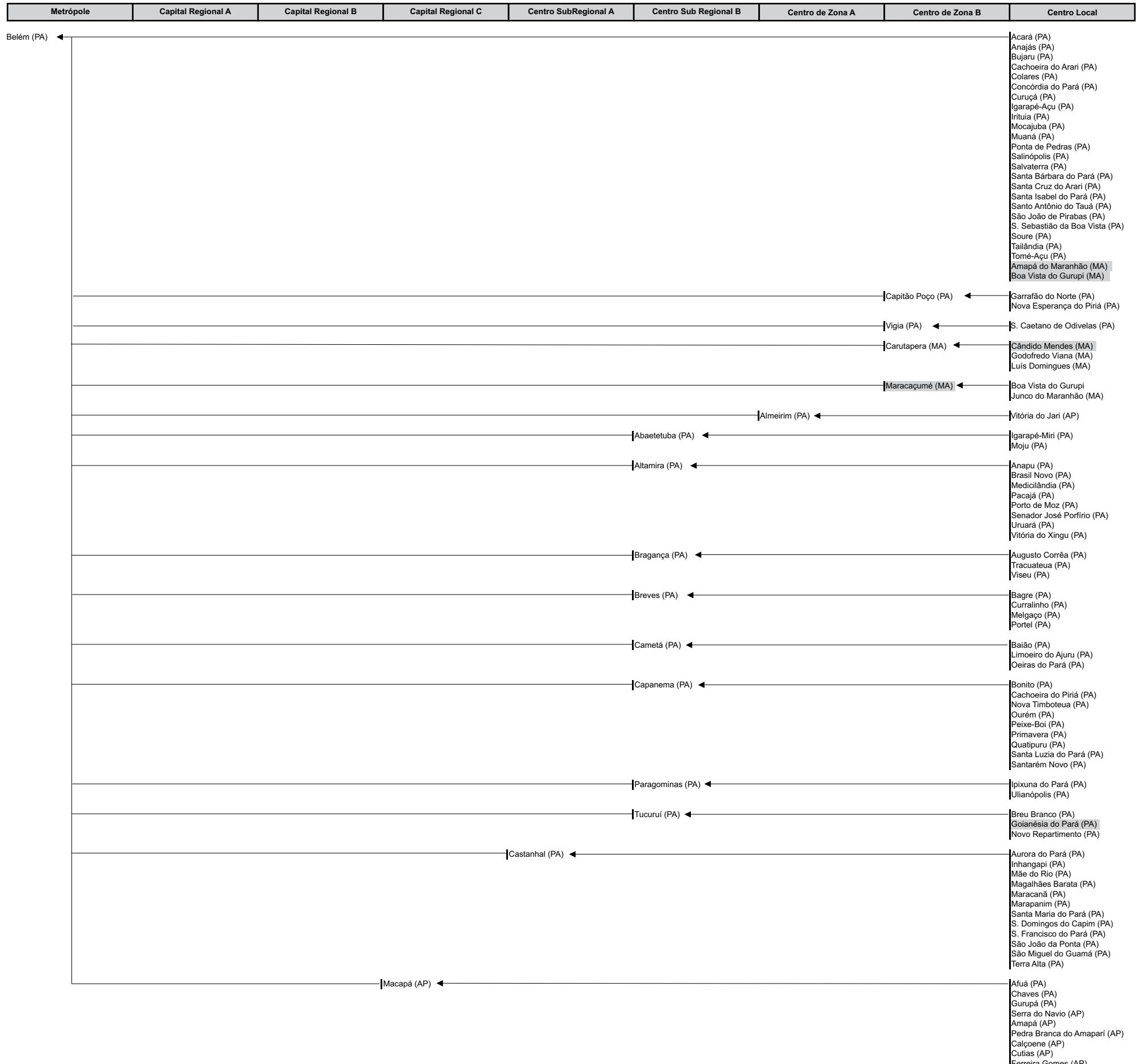
Região de Influência de Brasília - 2007



Região de Influência de Manaus - 2007

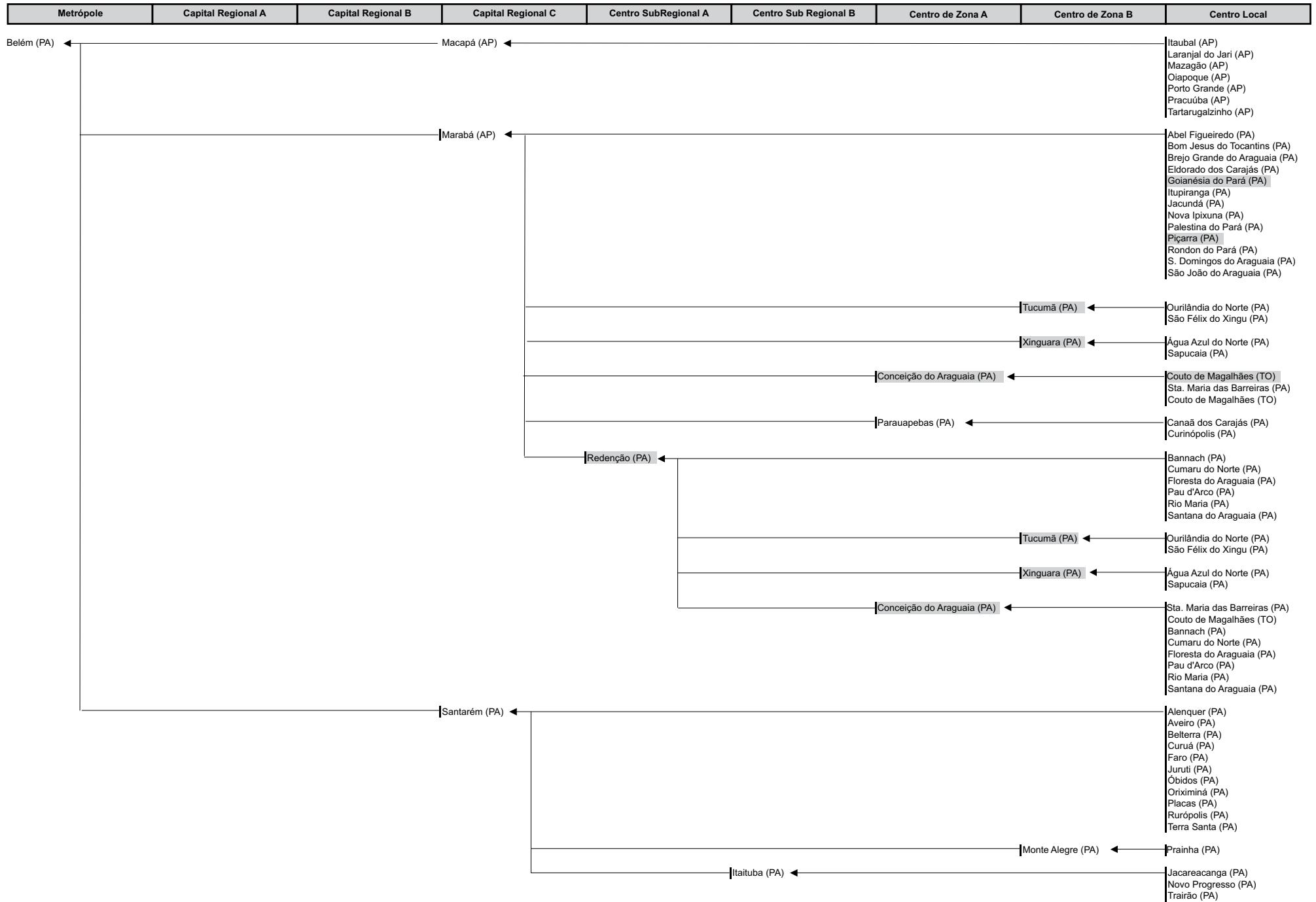


Região de Influência de Belém - 2007

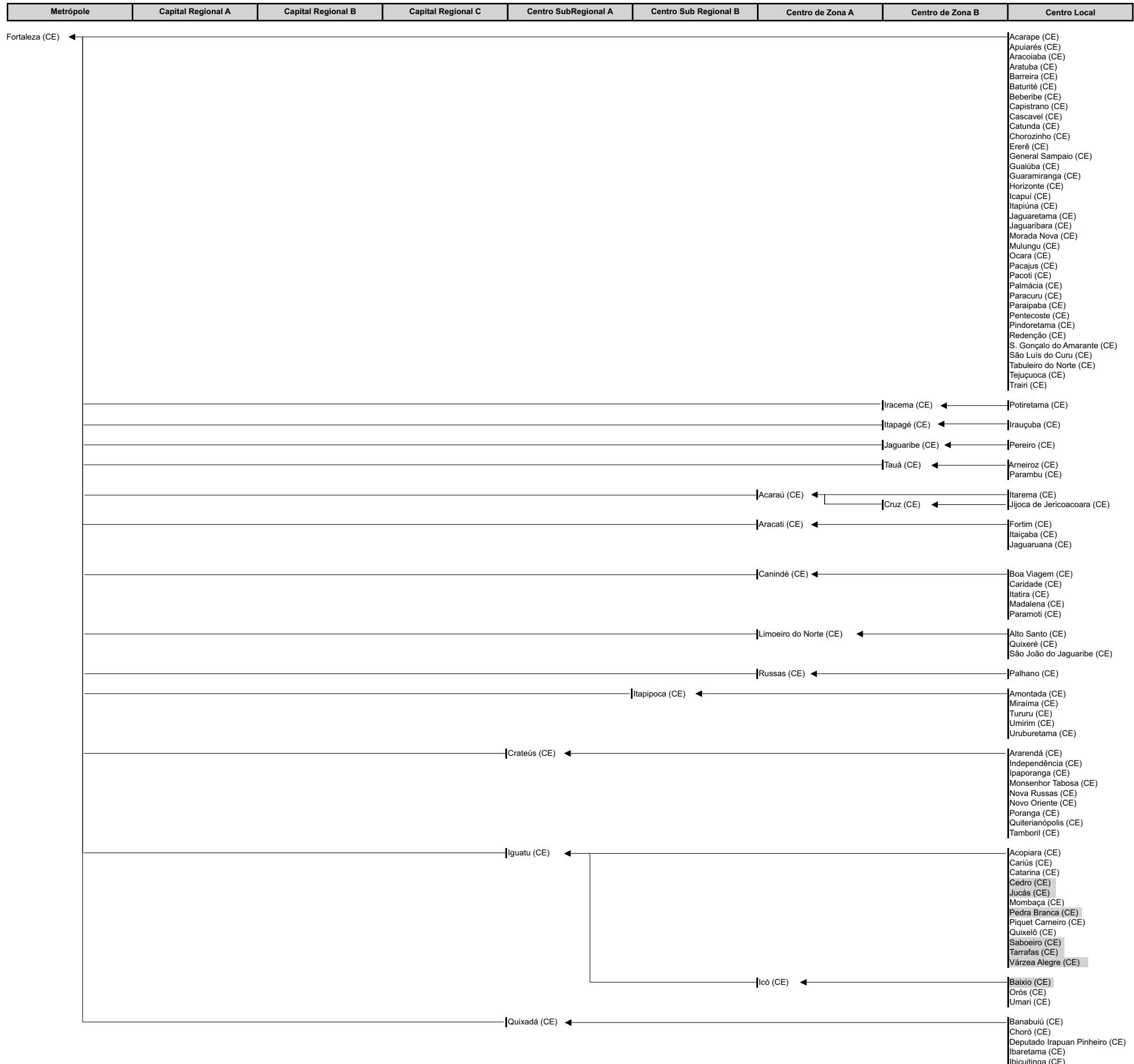


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Belém - 2007

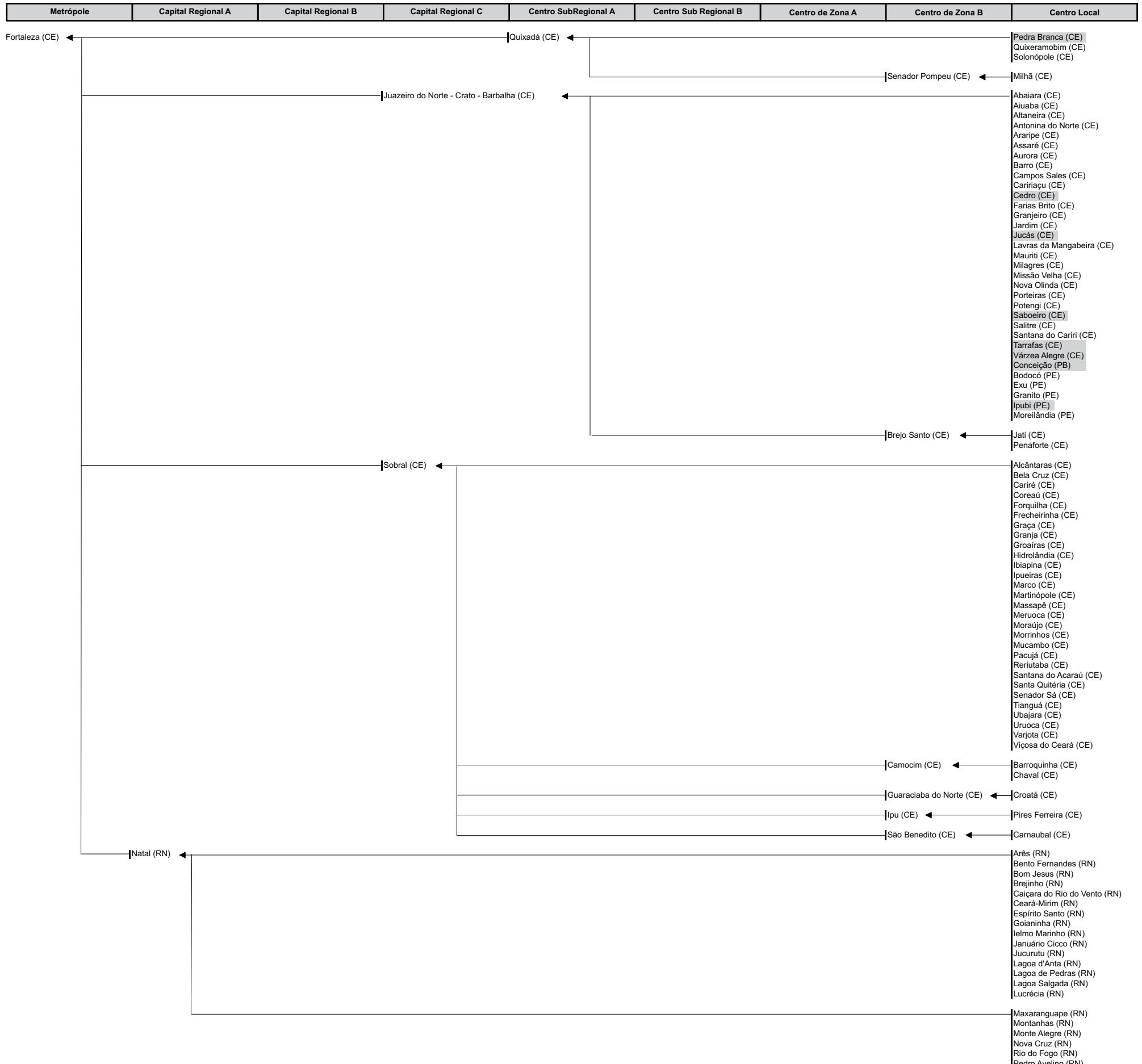


Região de Influência de Fortaleza - 2007

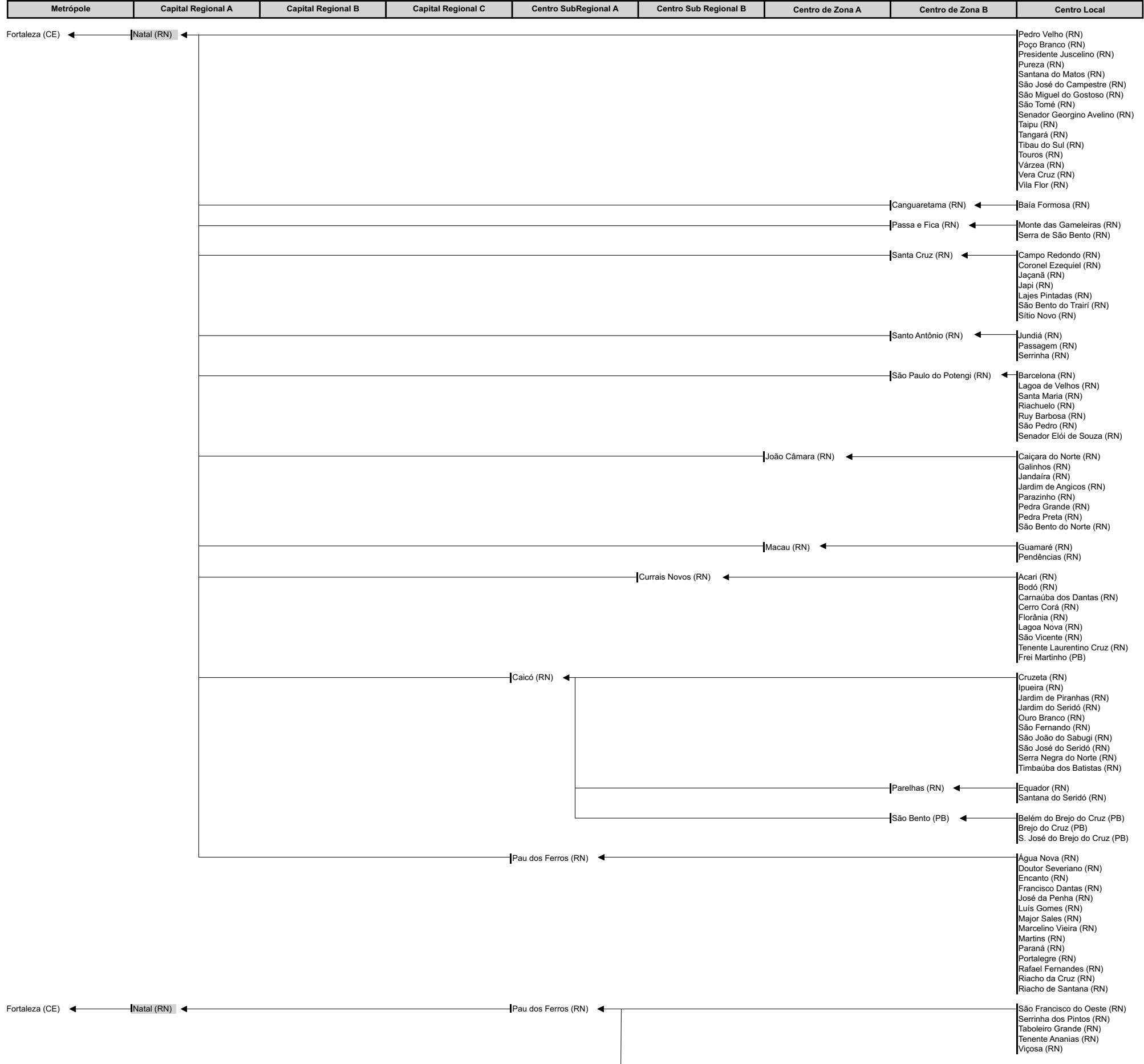


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Fortaleza - 2007

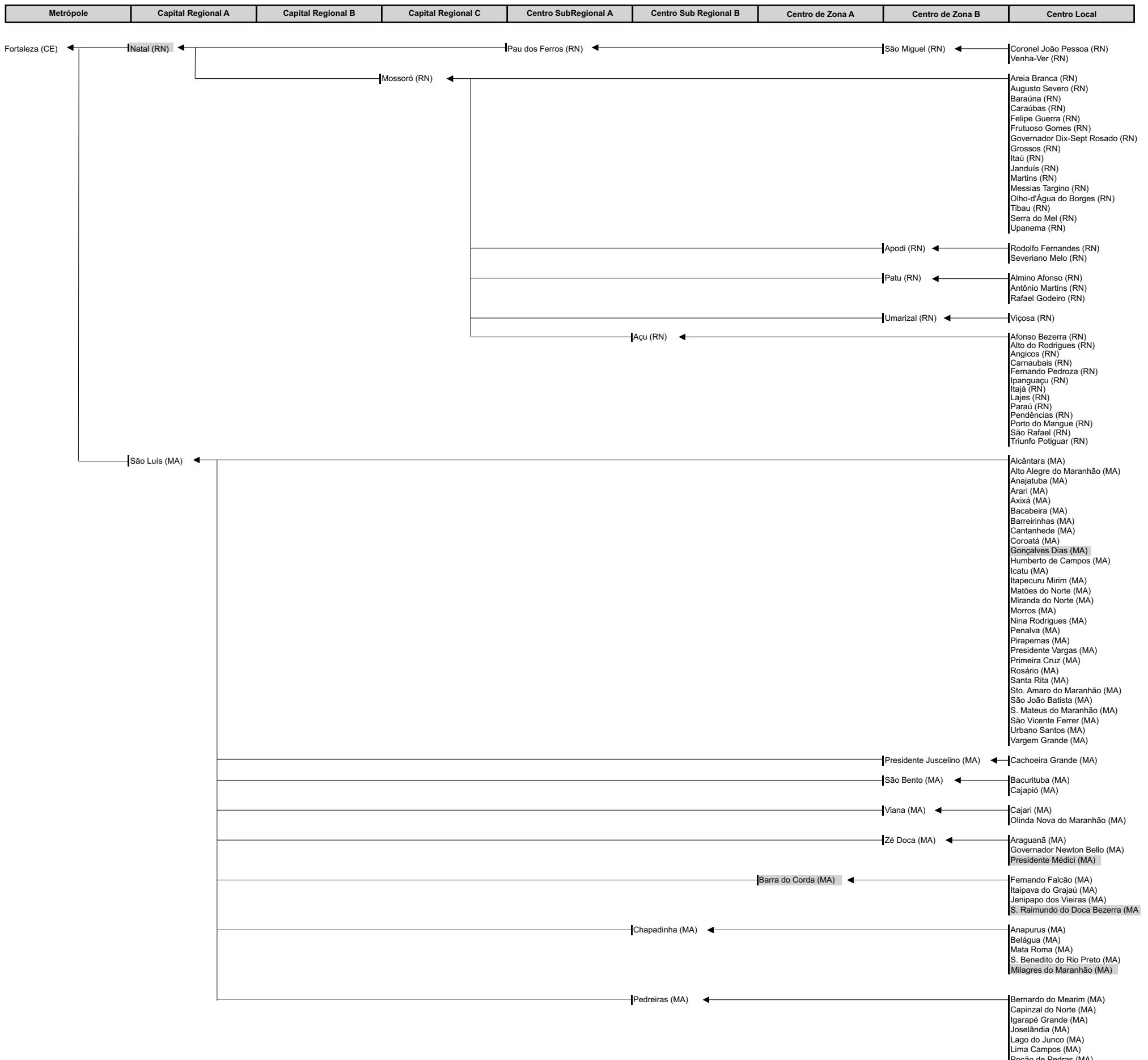


Região de Influência de Fortaleza - 2007

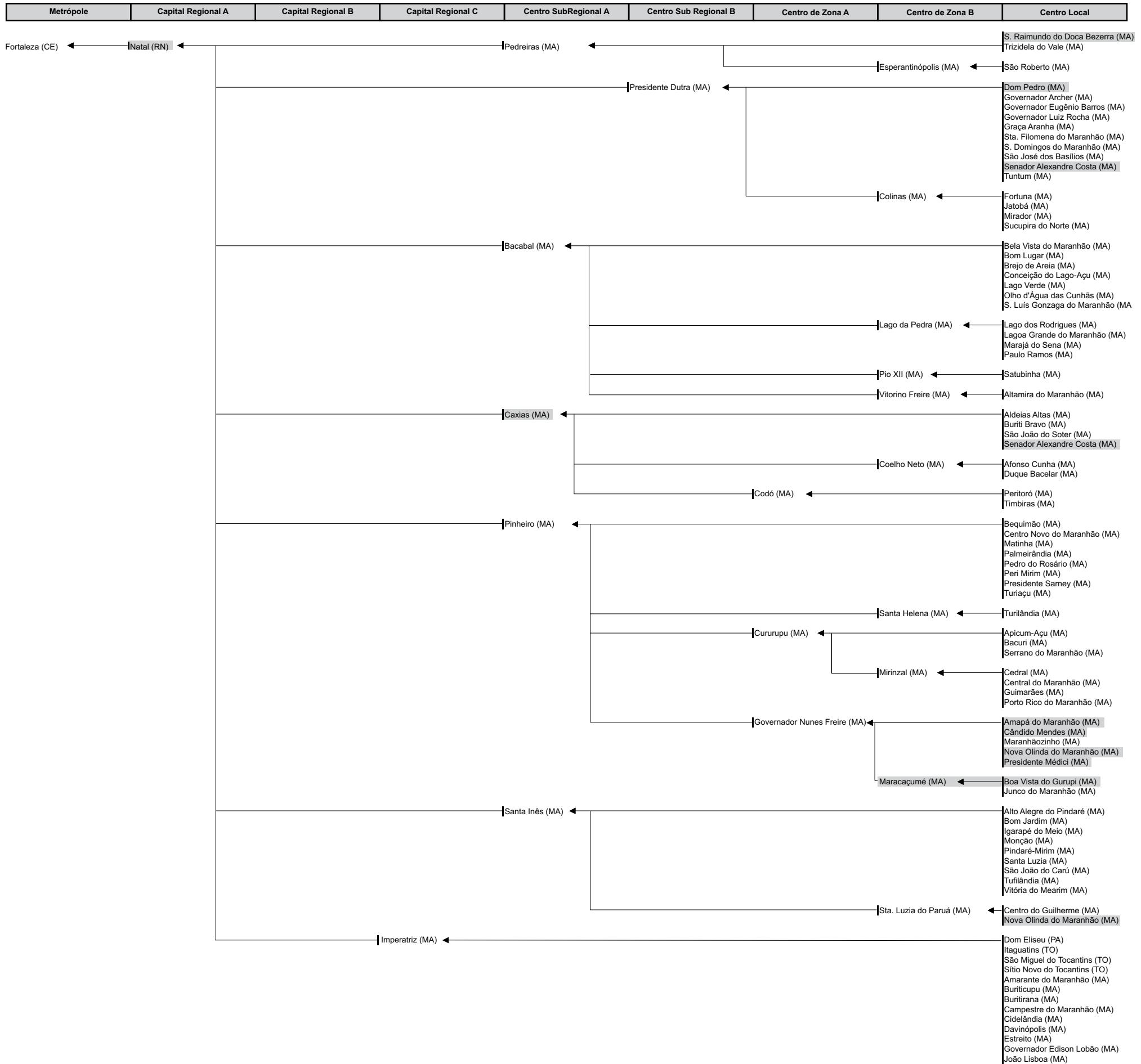


 Centro com múltiplas vinculações

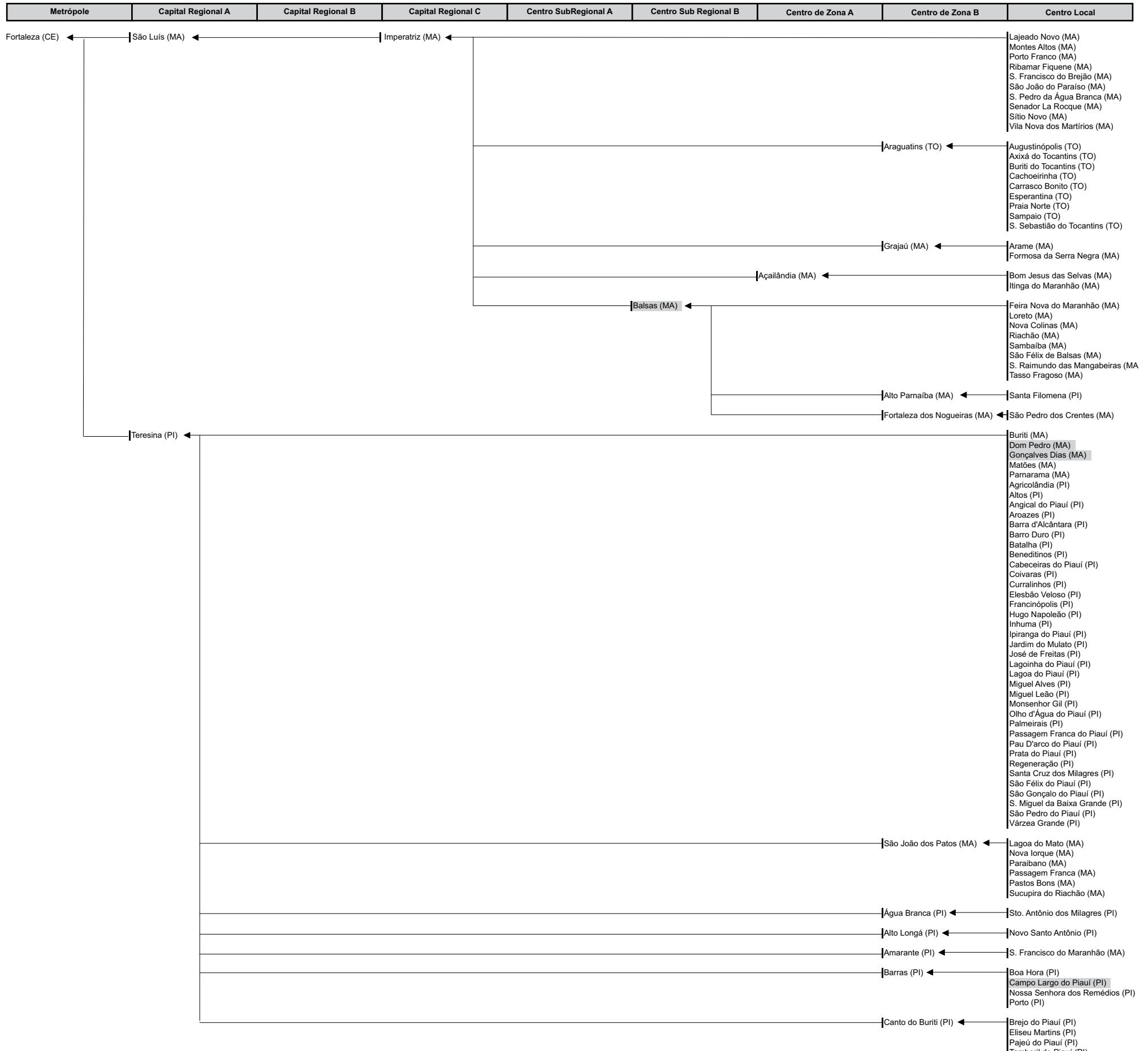
Região de Influência de Fortaleza - 2007



Região de Influência de Fortaleza - 2007



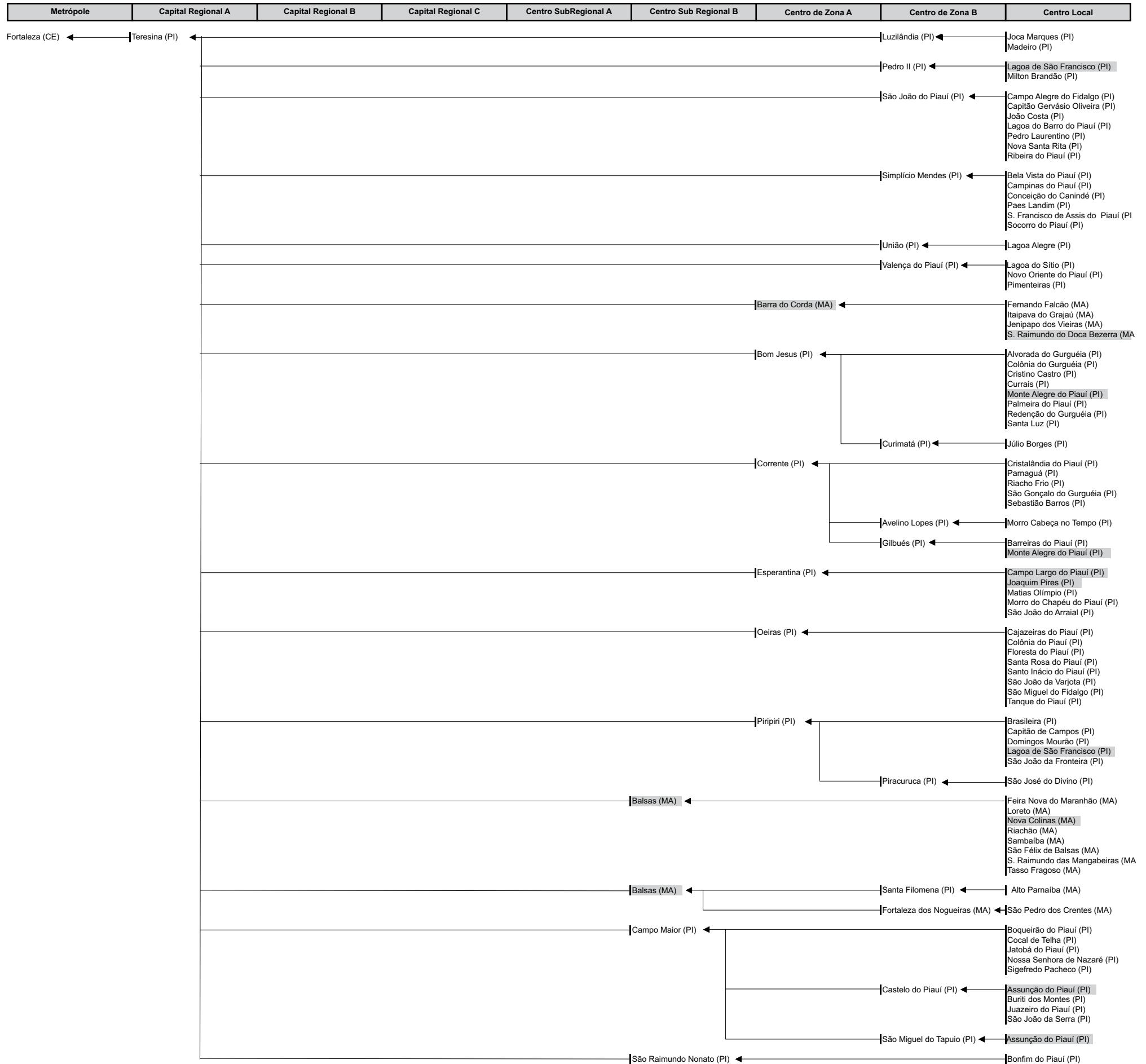
Região de Influência de Fortaleza - 2007



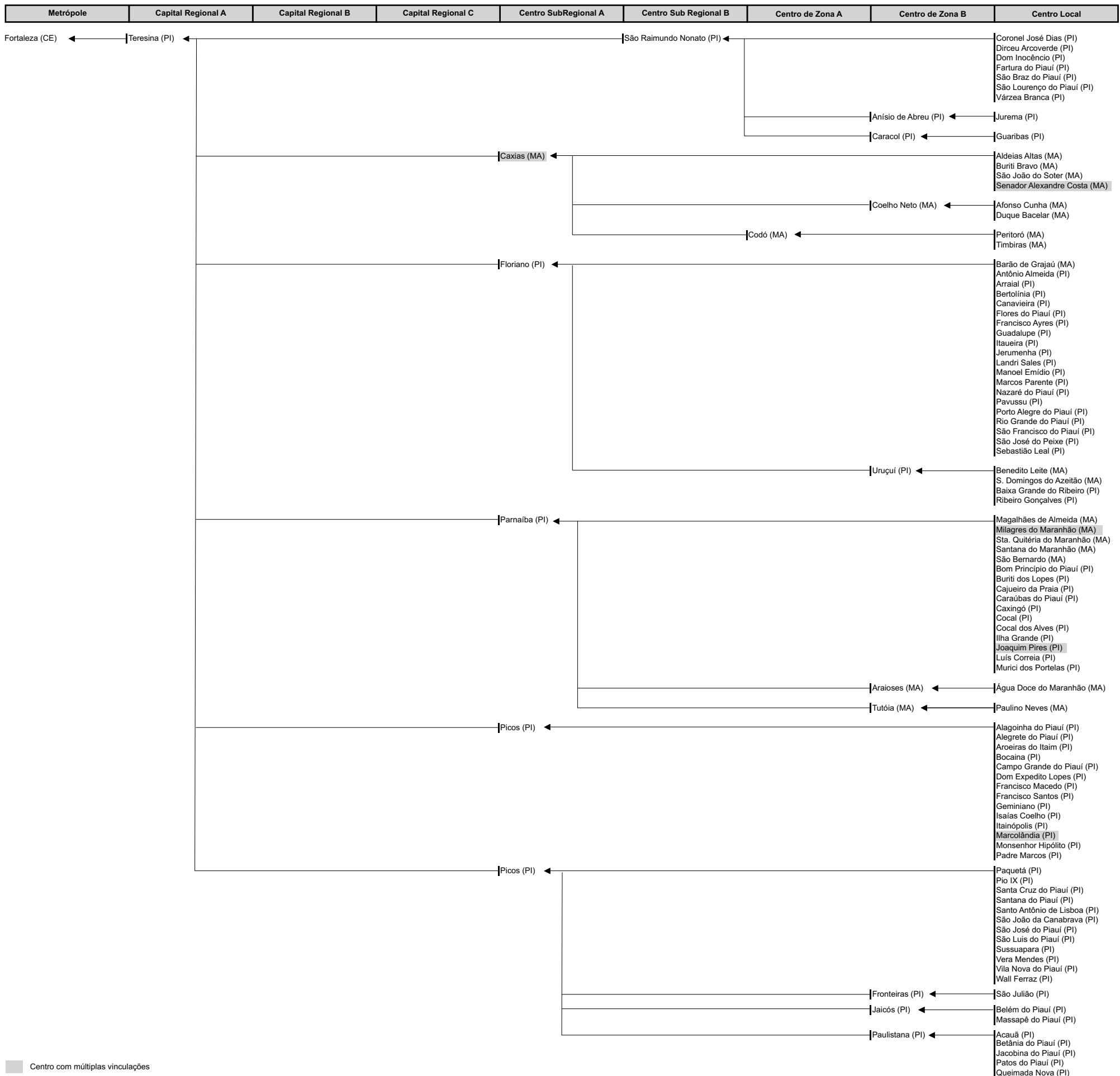
 Centro com múltiplas vinculações

Quadro da rede urbana - Matriz das regiões de influência

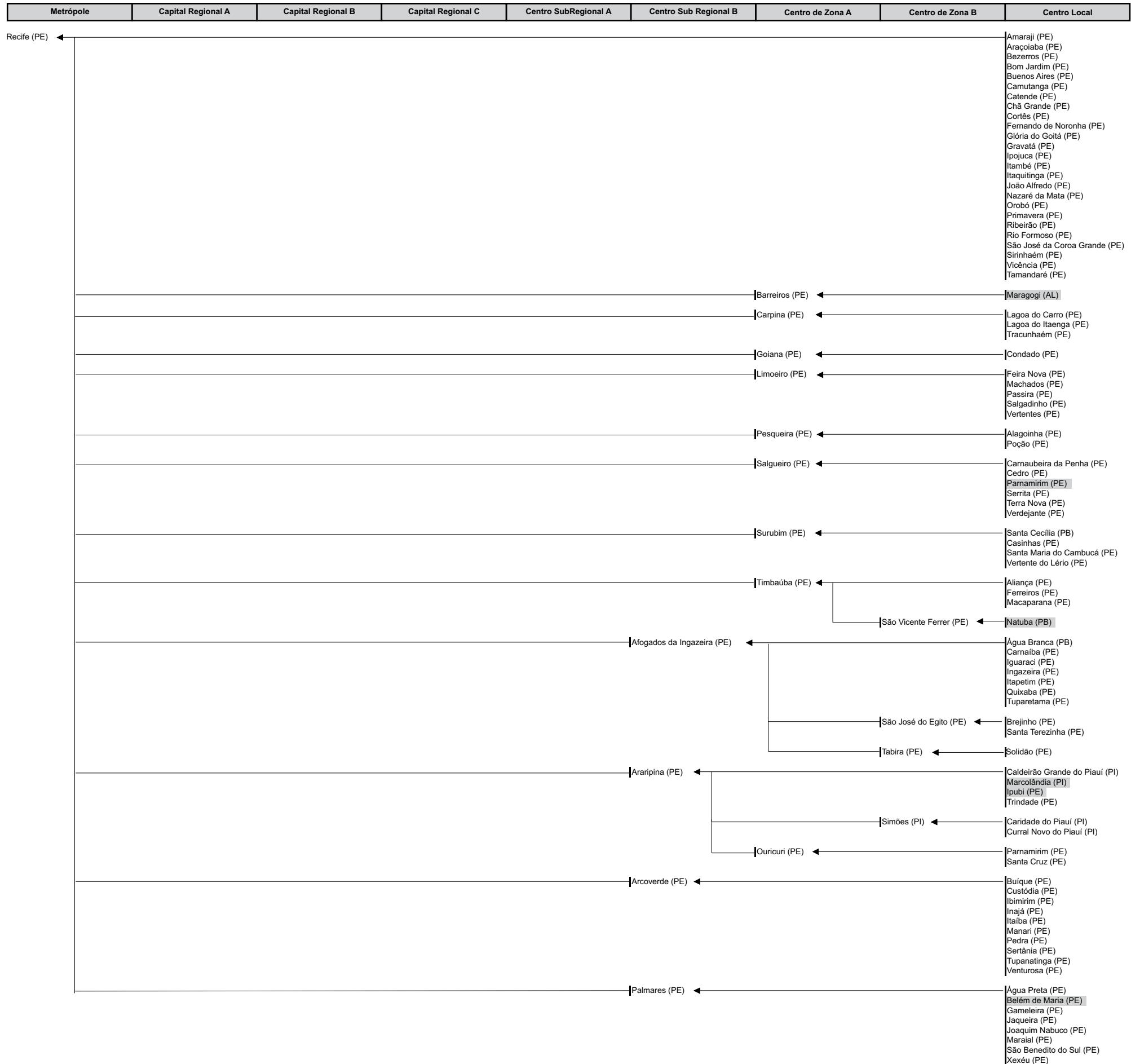
Região de Influência de Fortaleza - 2007



Região de Influência de Fortaleza - 2007

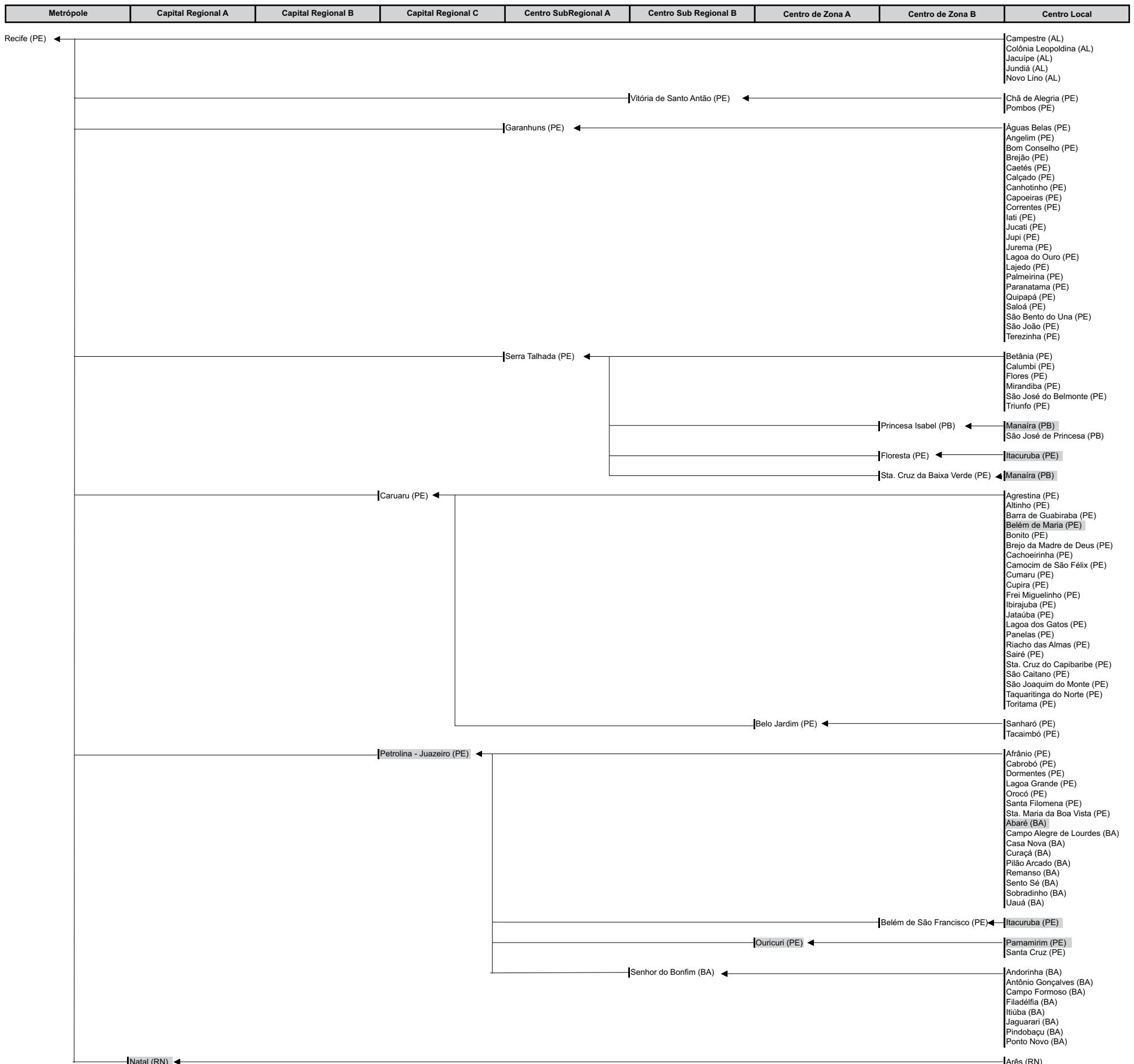


Região de Influência de Recife - 2007

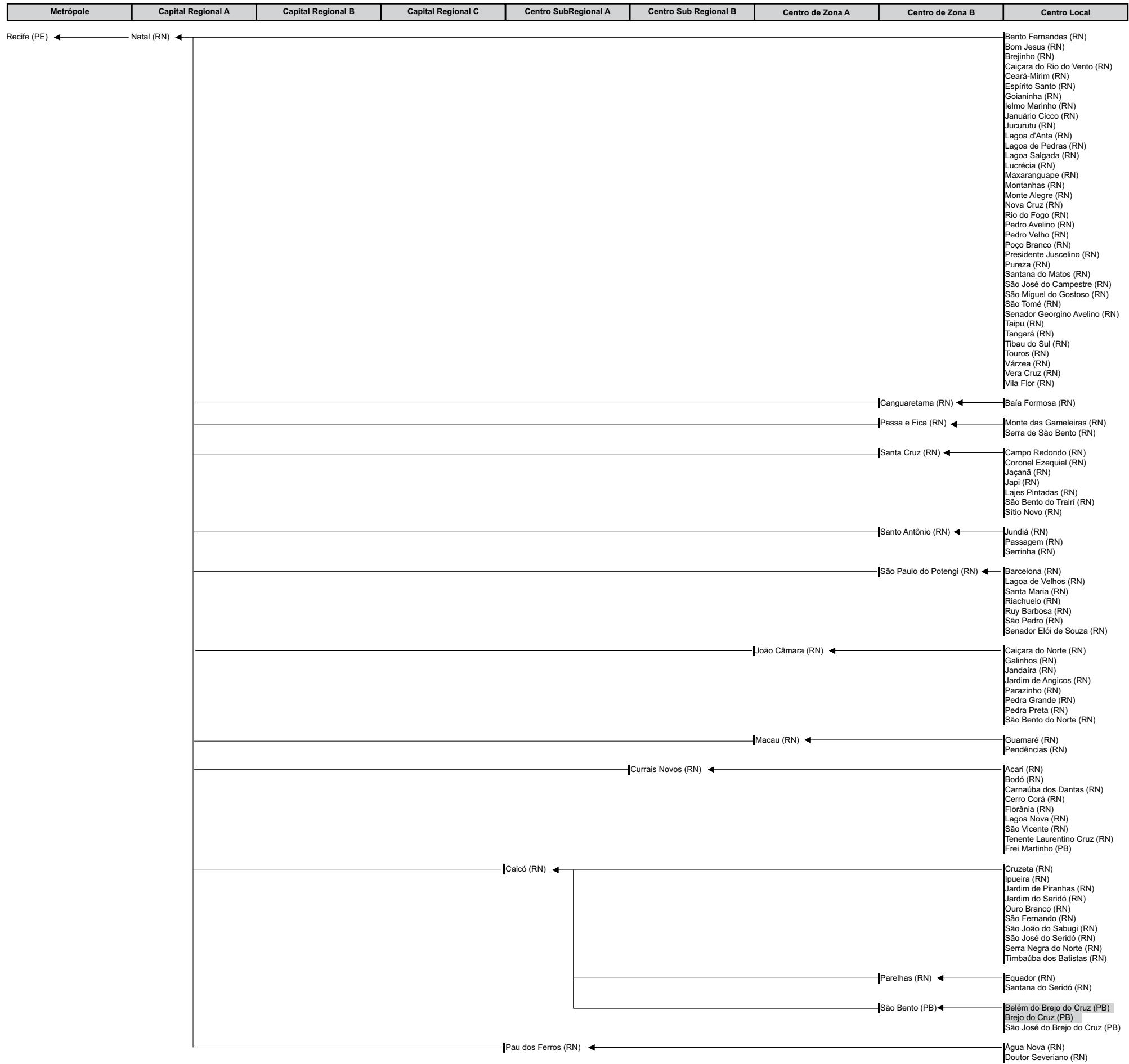


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Recife - 2007

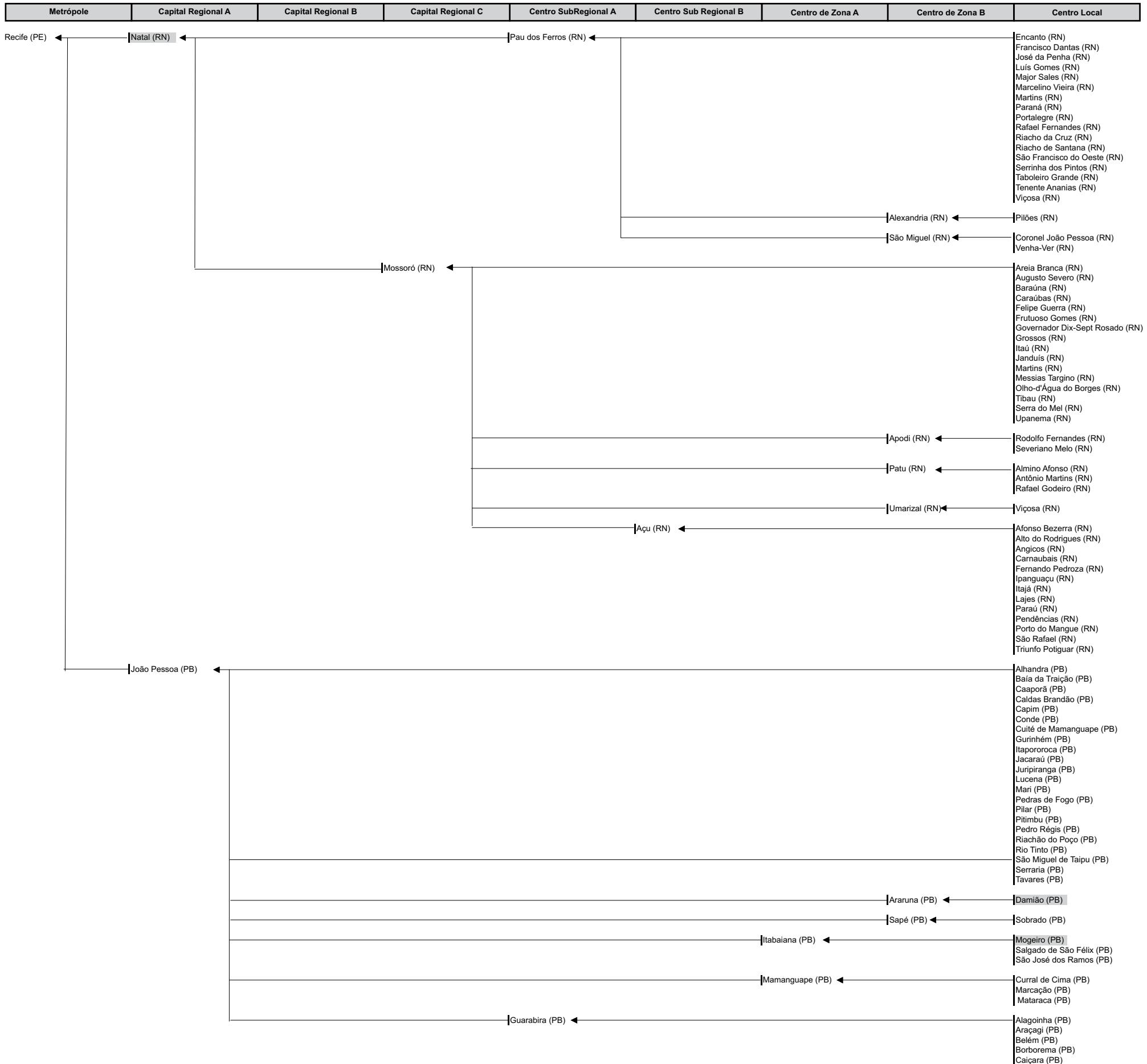


Região de Influência de Recife - 2007

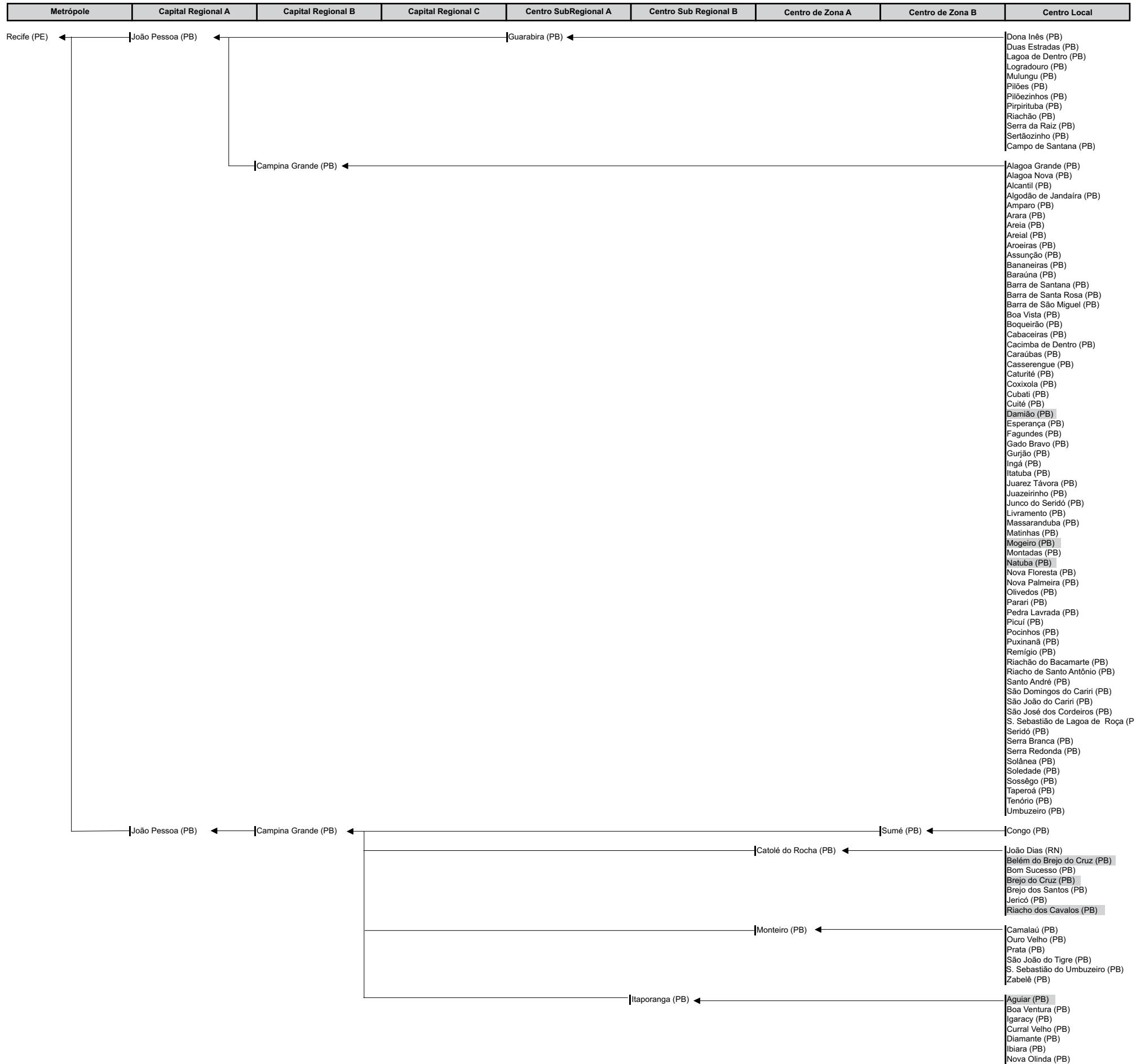


Centro com múltiplas vinculações

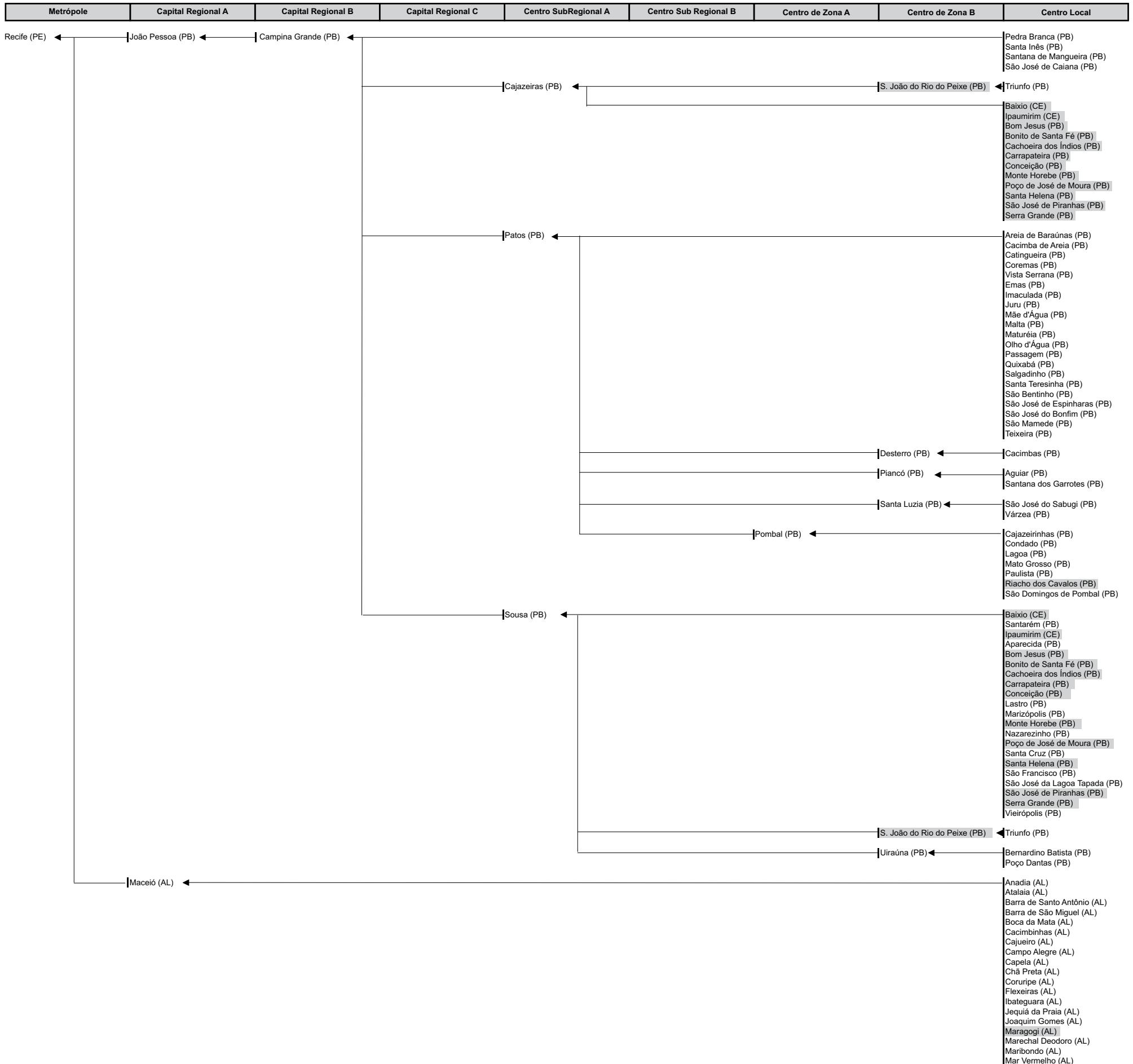
Região de Influência de Recife - 2007



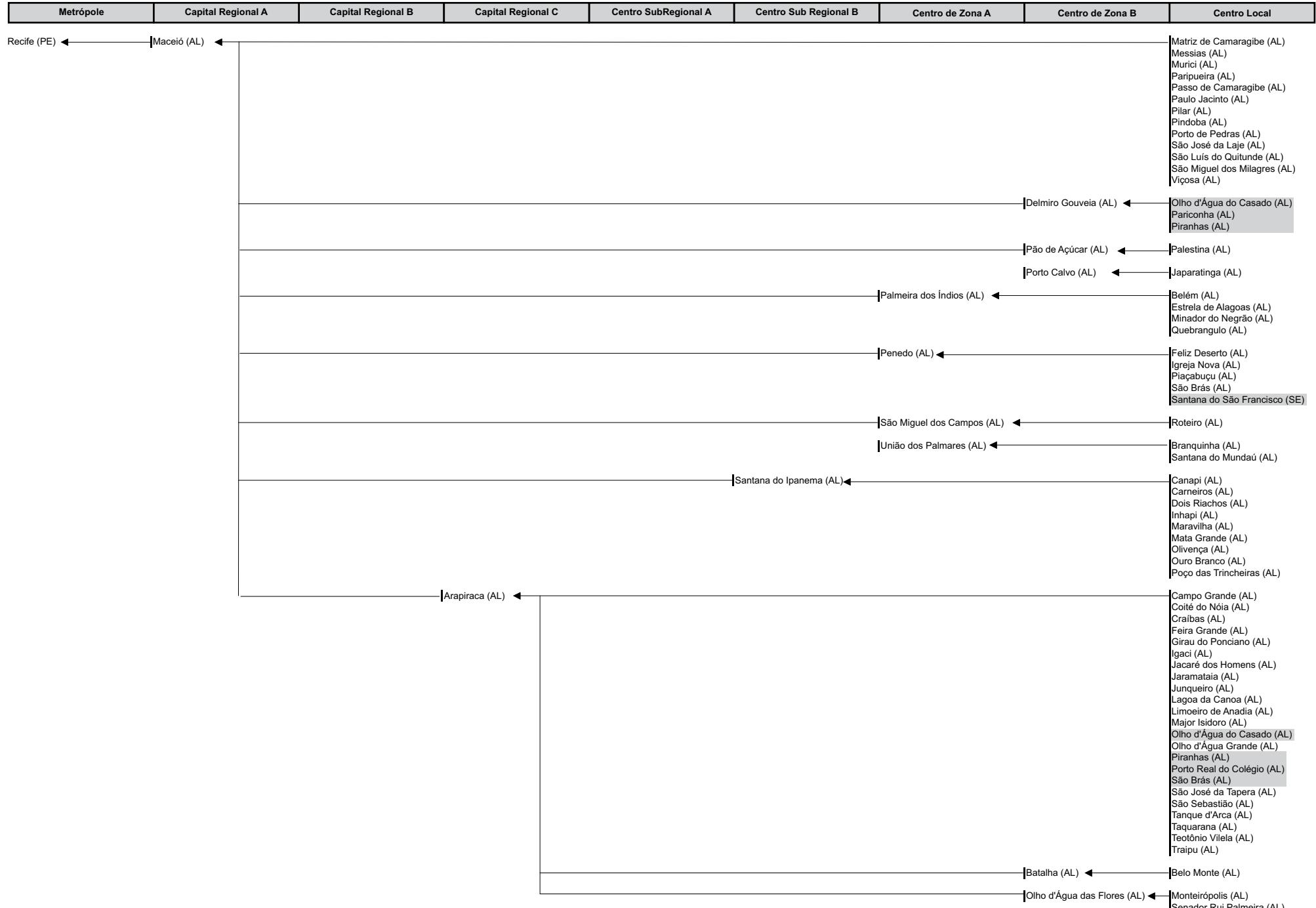
Região de Influência de Recife - 2007



Região de Influência de Recife - 2007

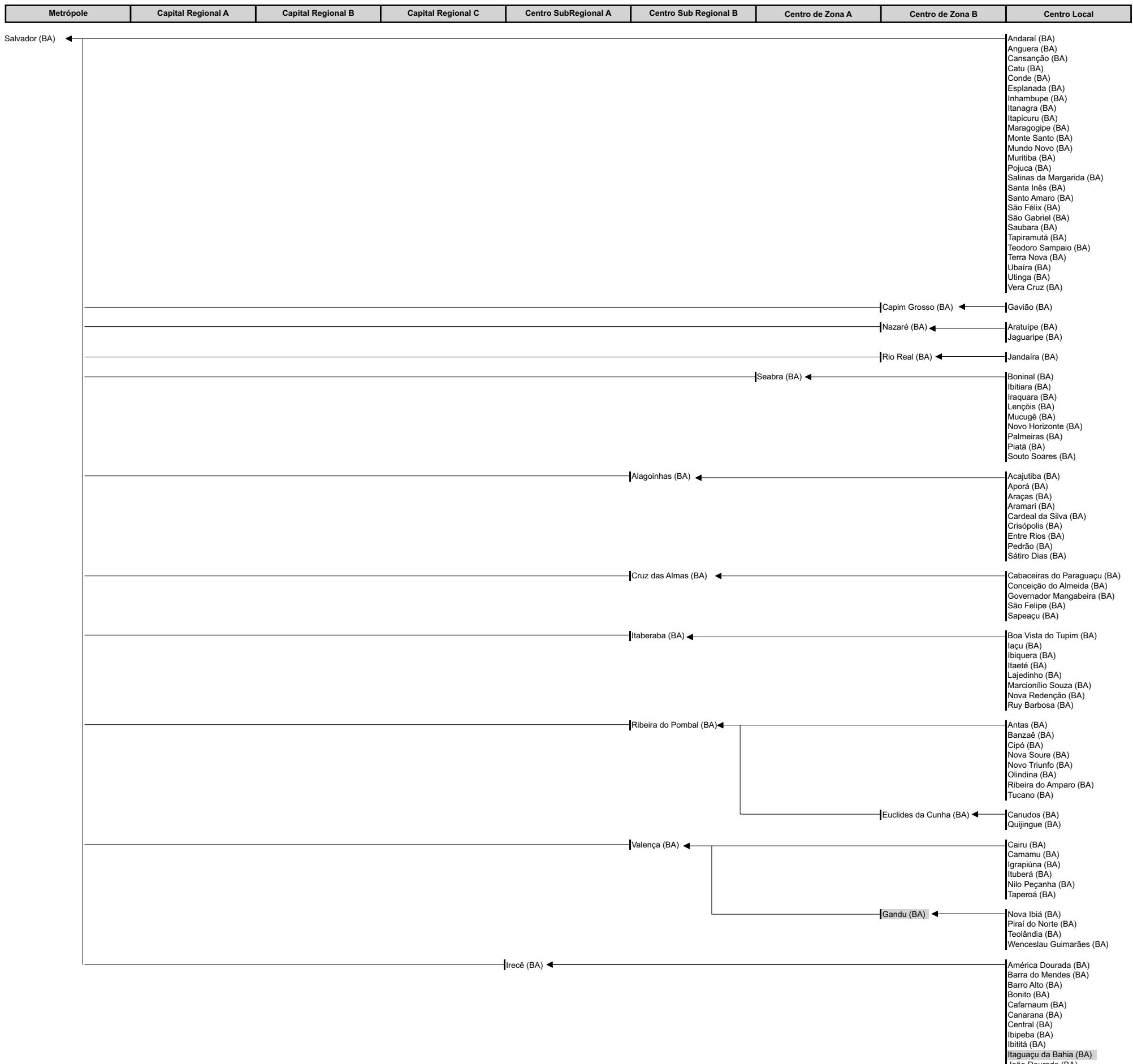


Região de Influência de Recife - 2007

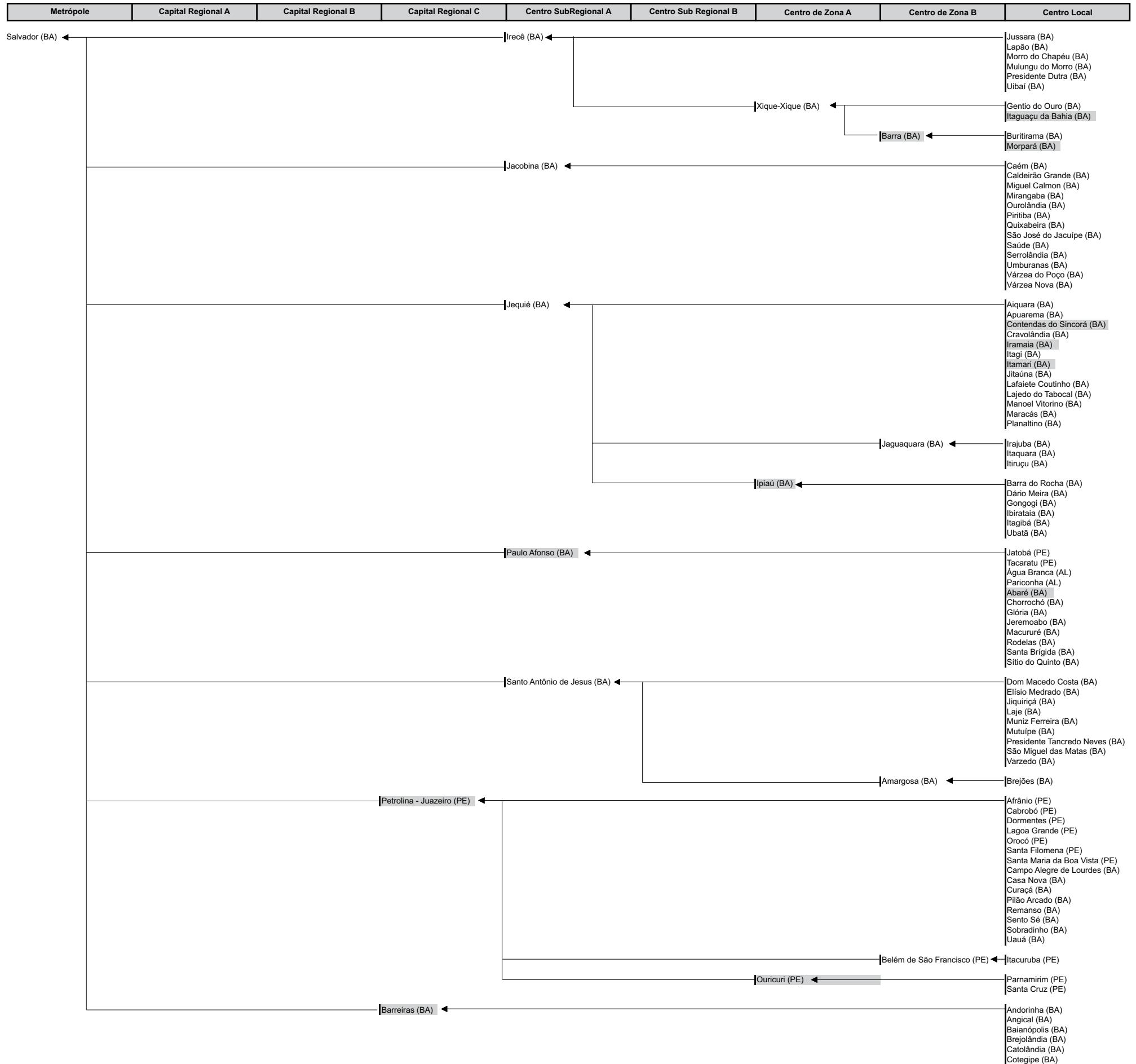


 Centro com múltiplas vinculações

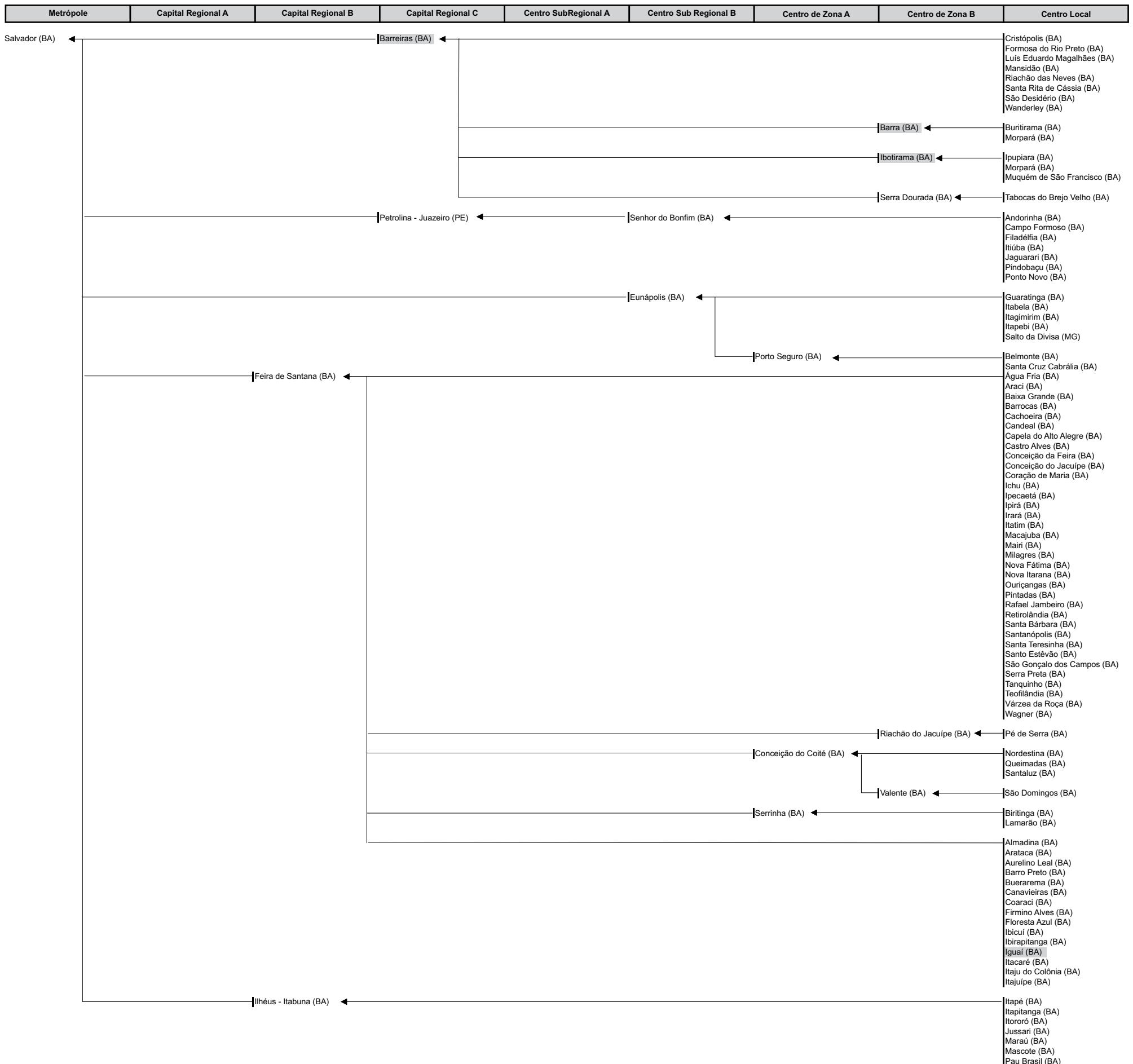
Região de Influência de Salvador - 2007



Região de Influência de Salvador - 2007

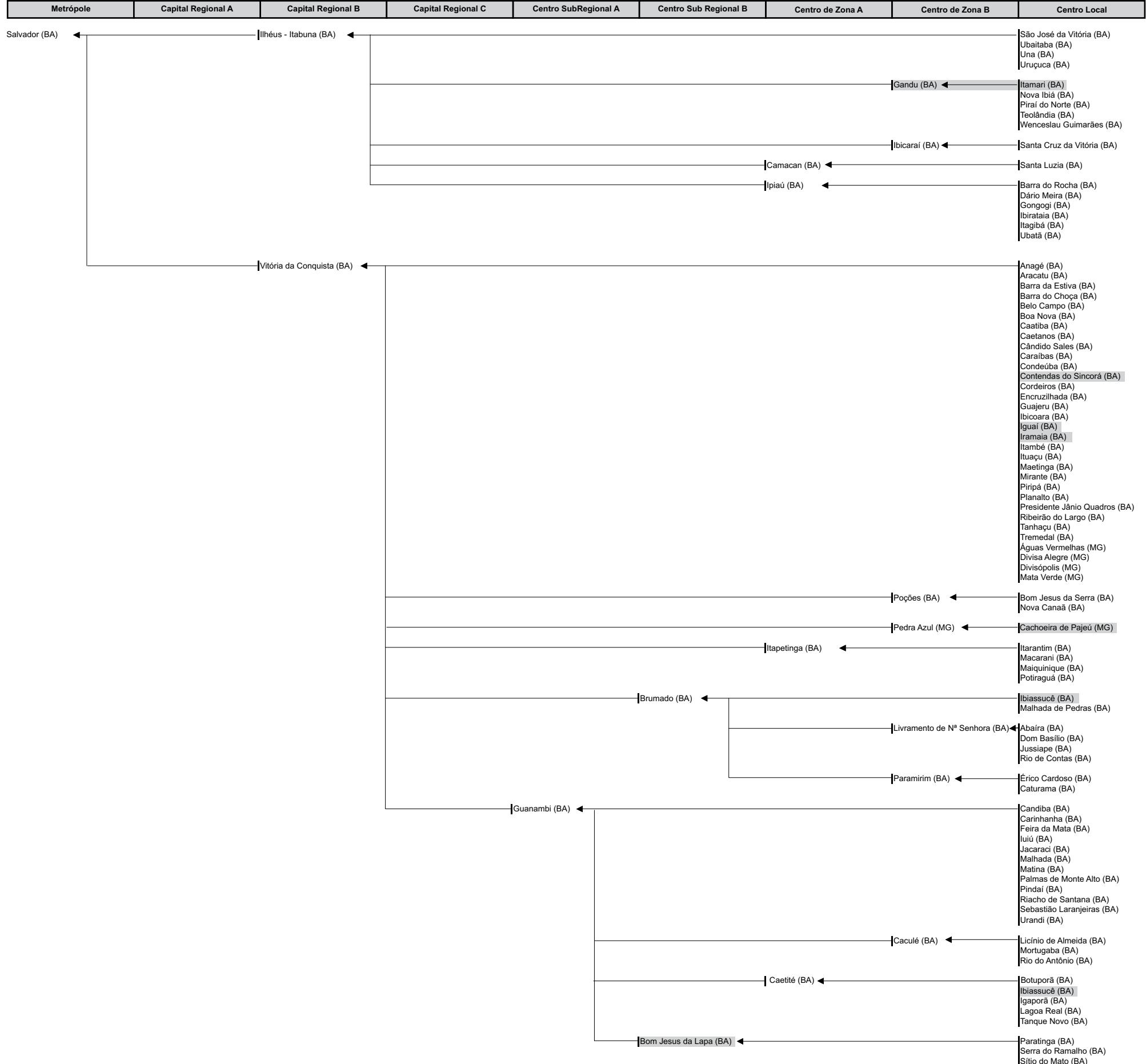


Região de Influência de Salvador - 2007



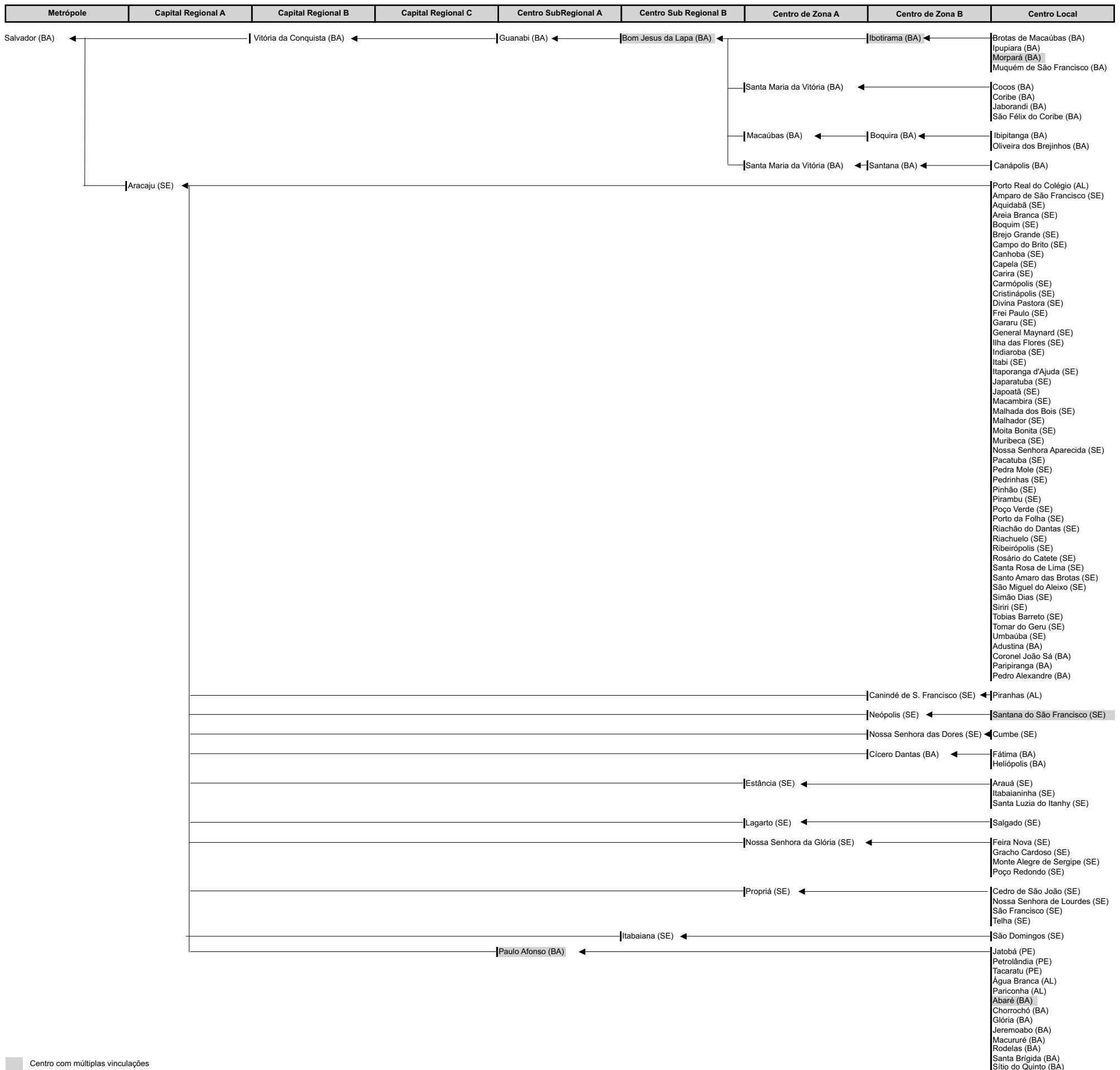
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de Salvador - 2007



Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Salvador - 2007



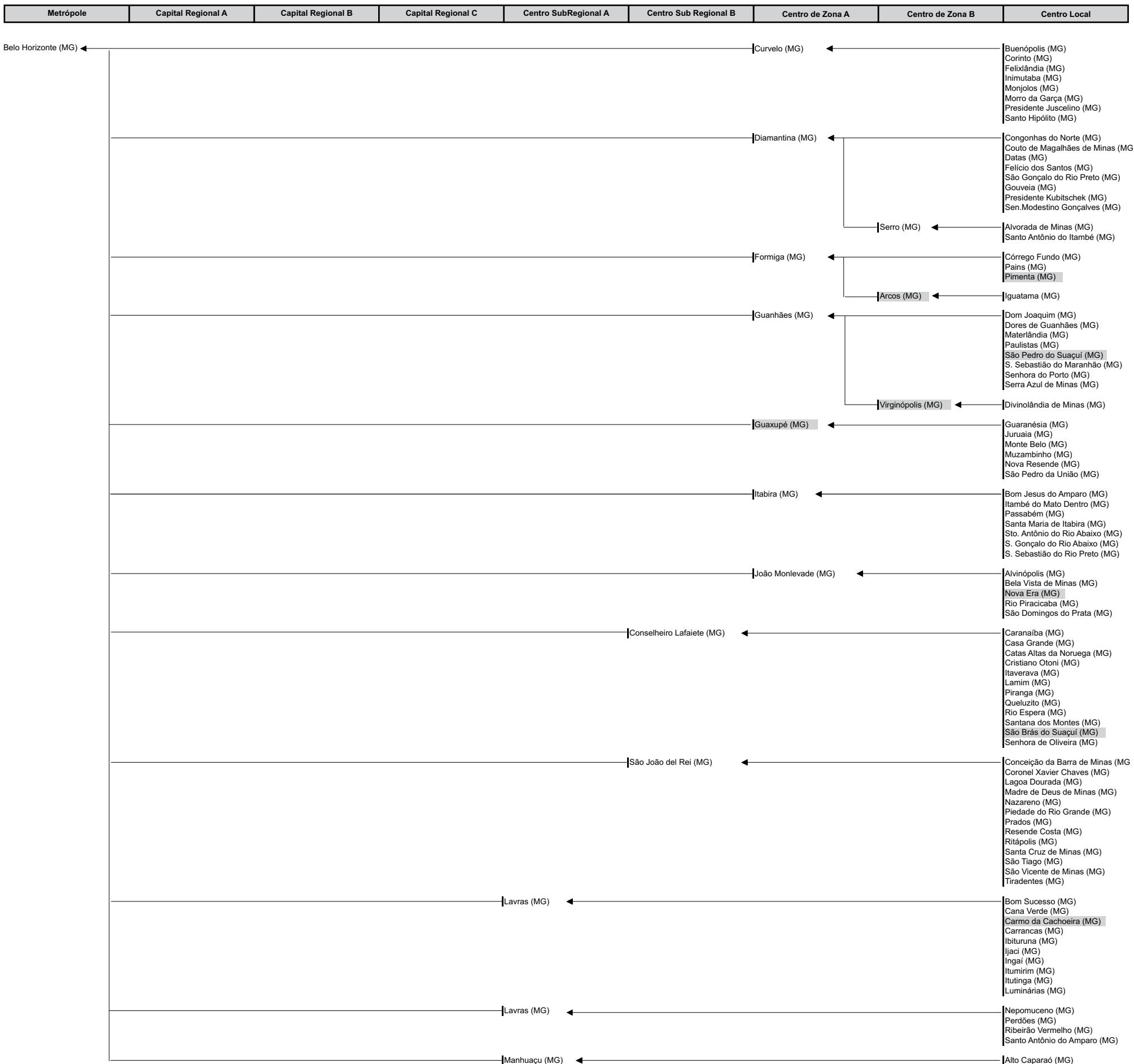
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de Belo Horizonte - 2007



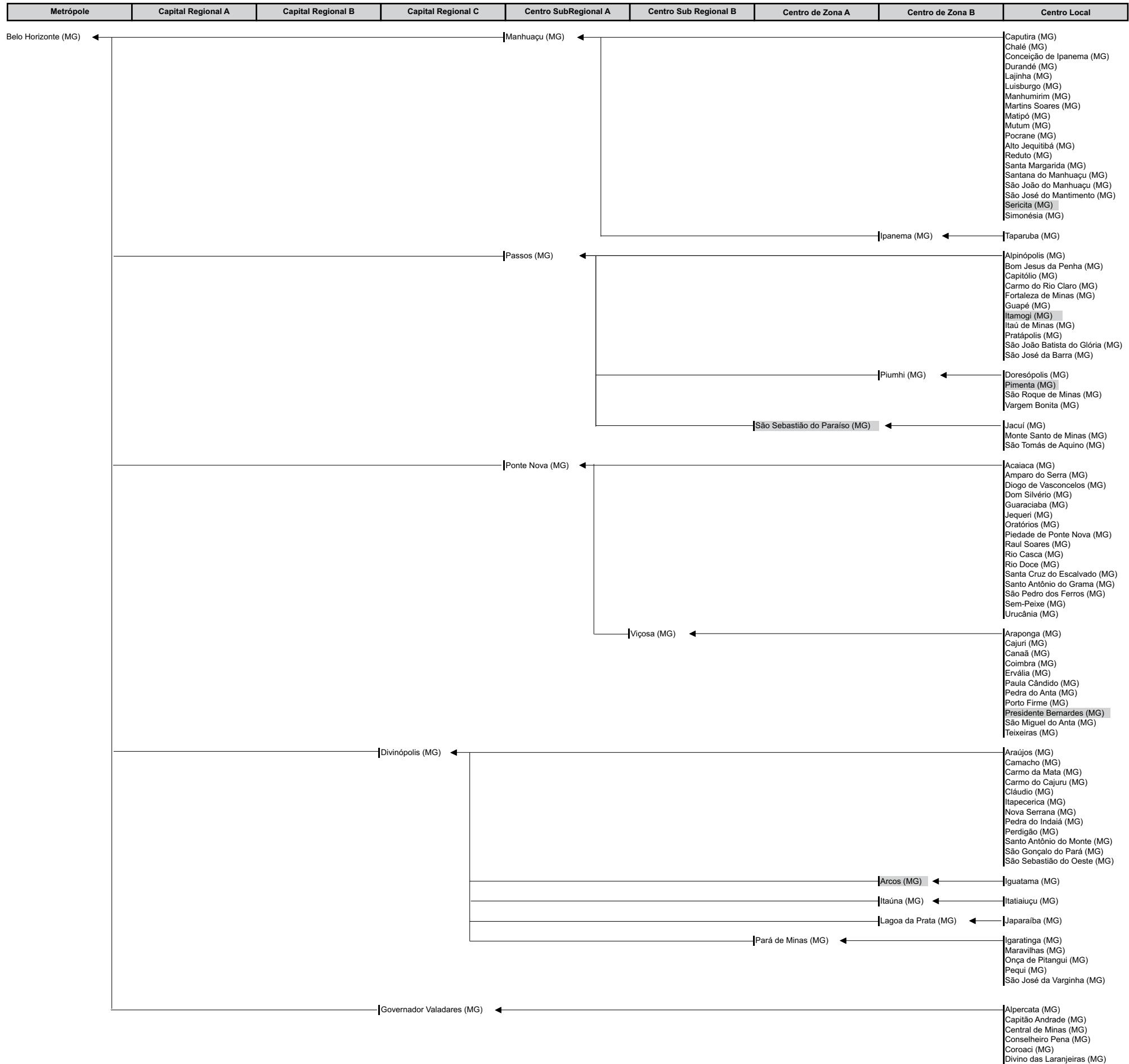
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Belo Horizonte - 2007

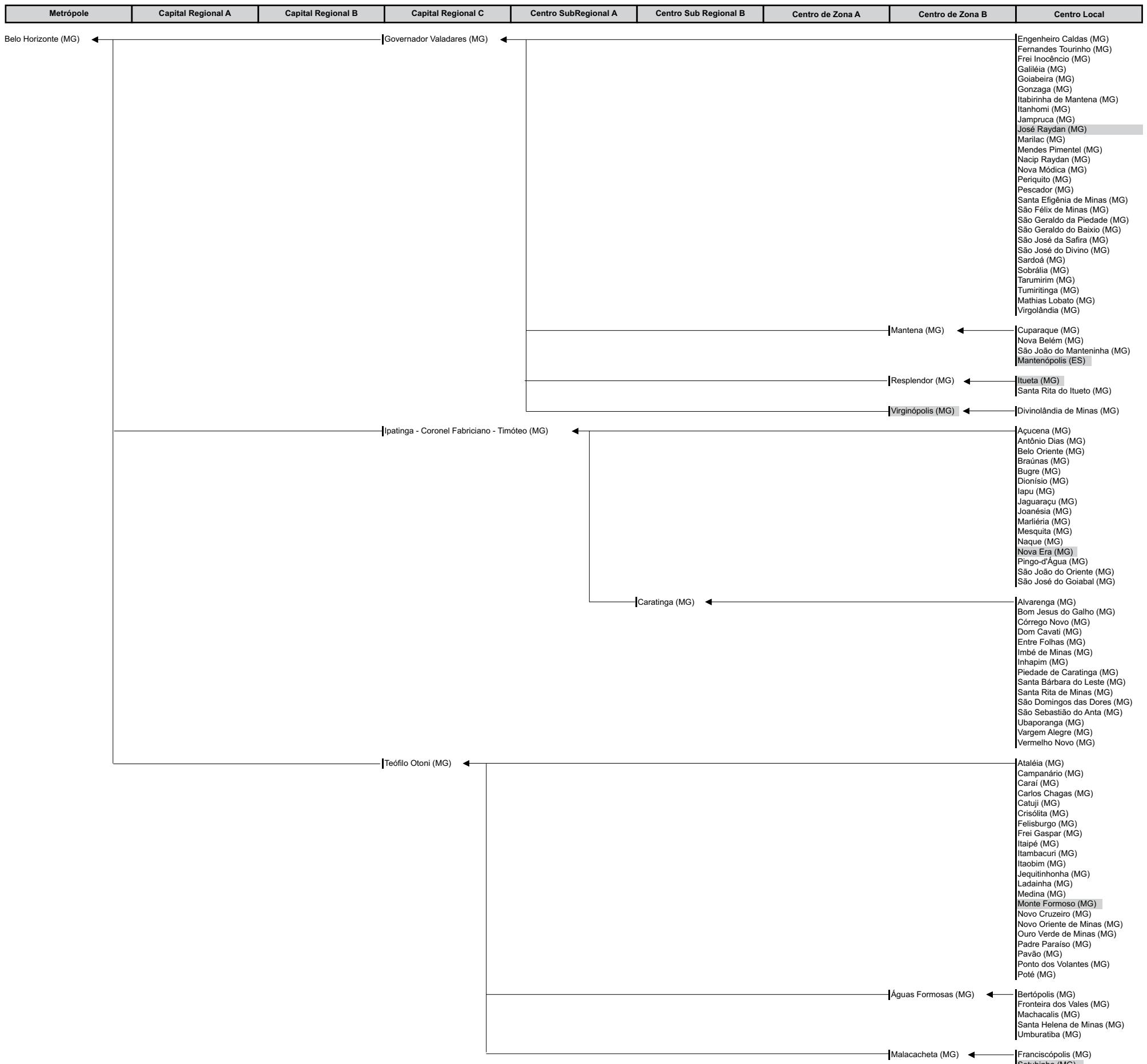


 Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Belo Horizonte - 2007

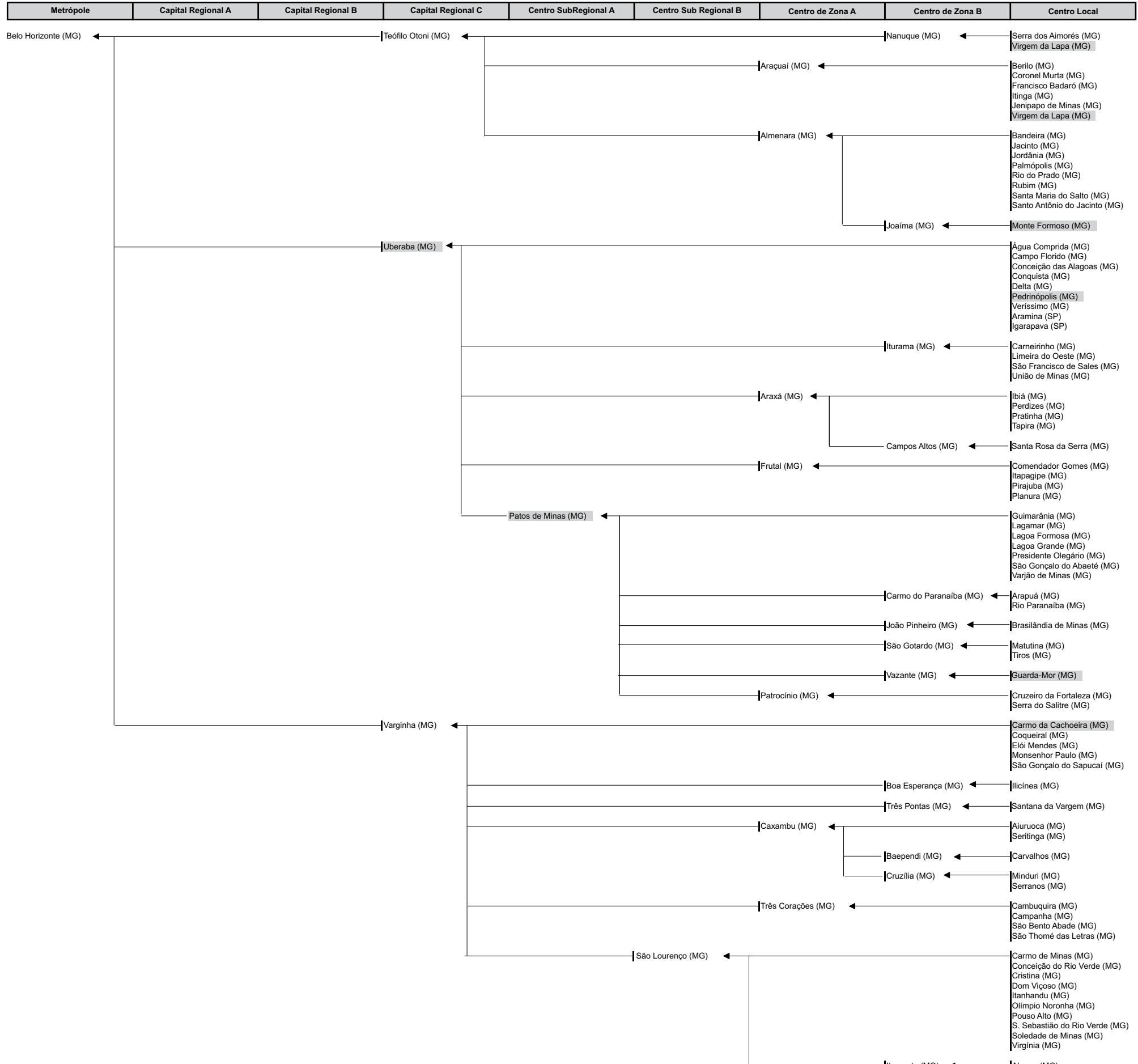


Região de Influência de Belo Horizonte - 2007

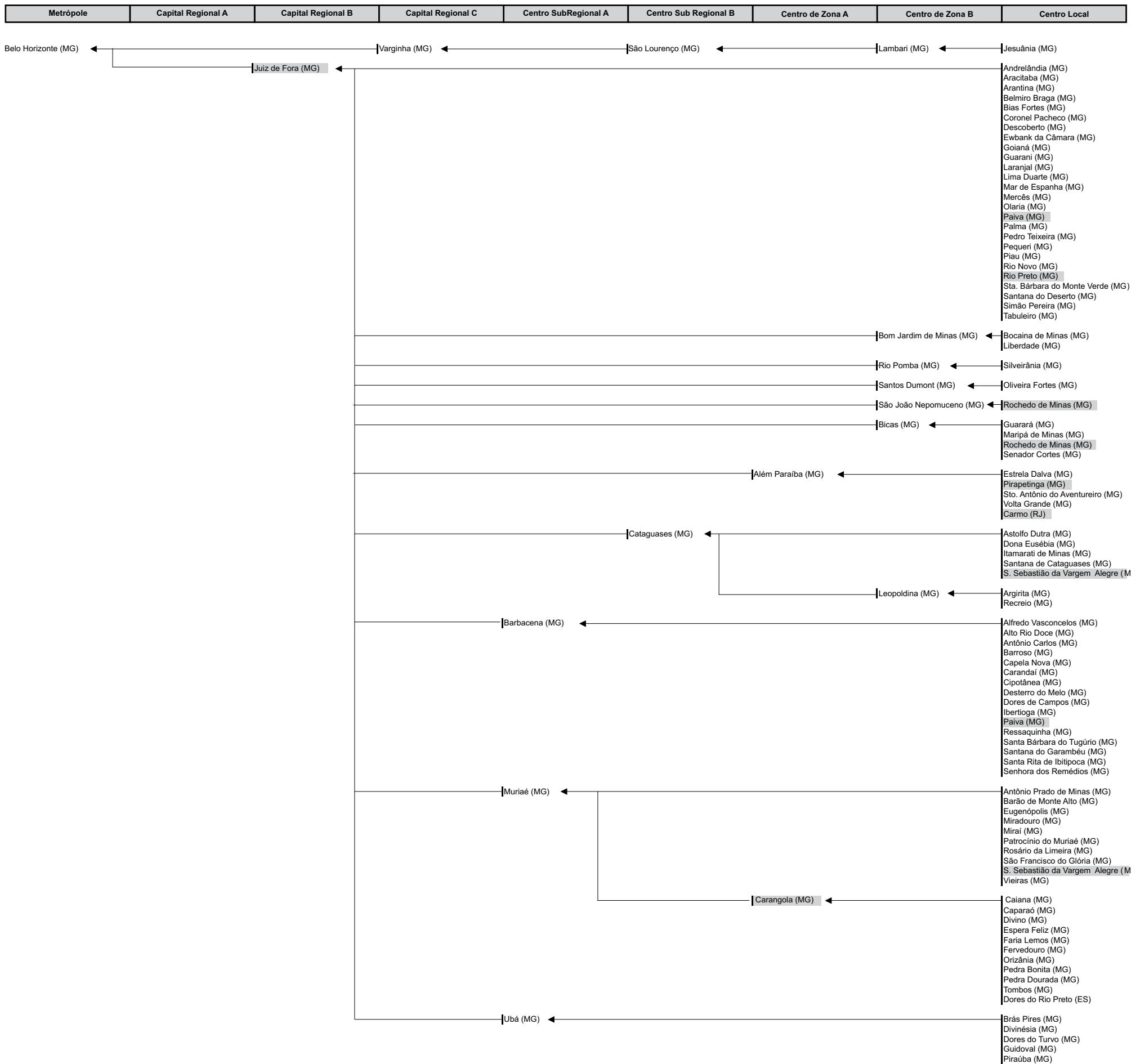


Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Belo Horizonte - 2007

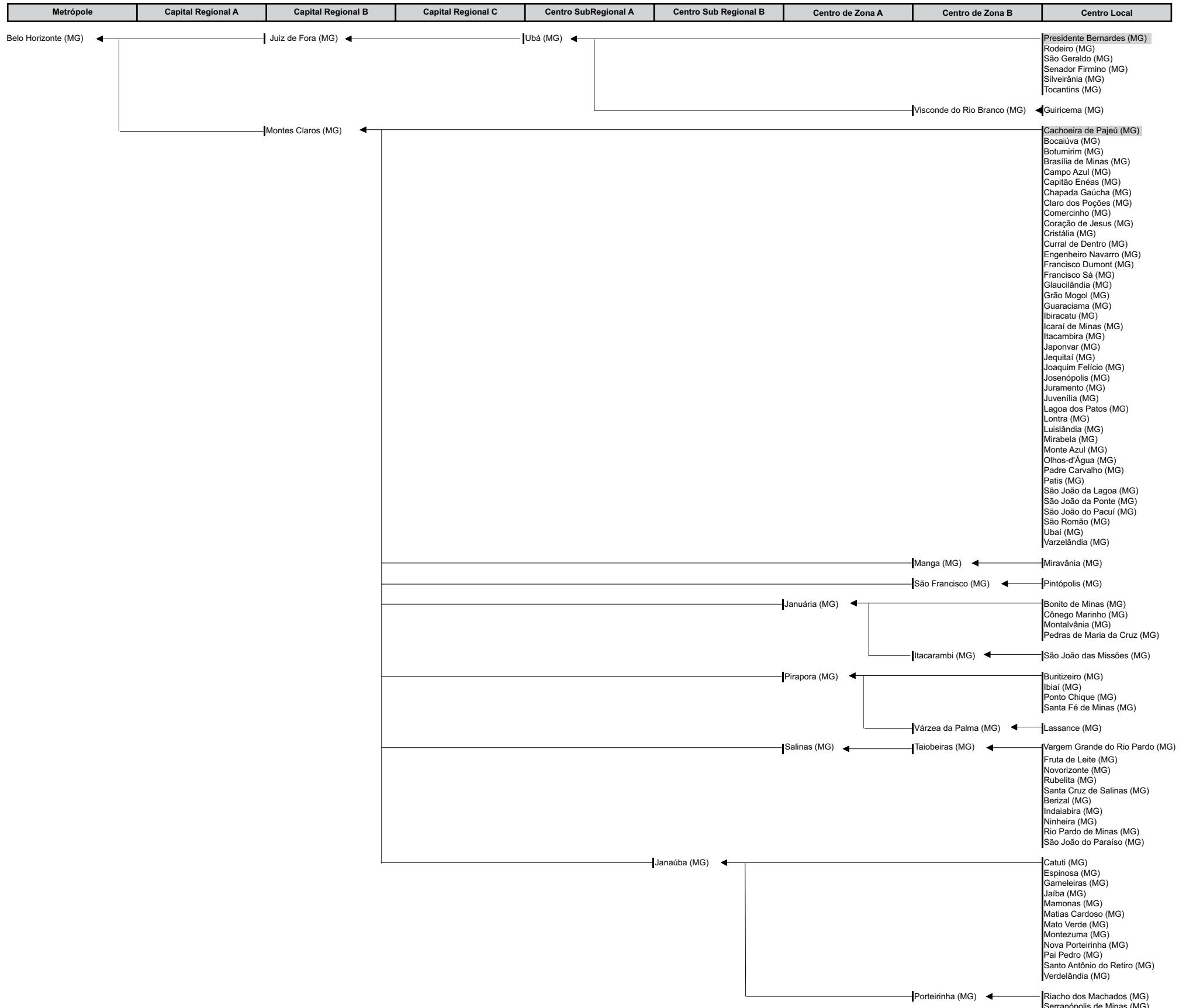


Região de Influência de Belo Horizonte - 2007



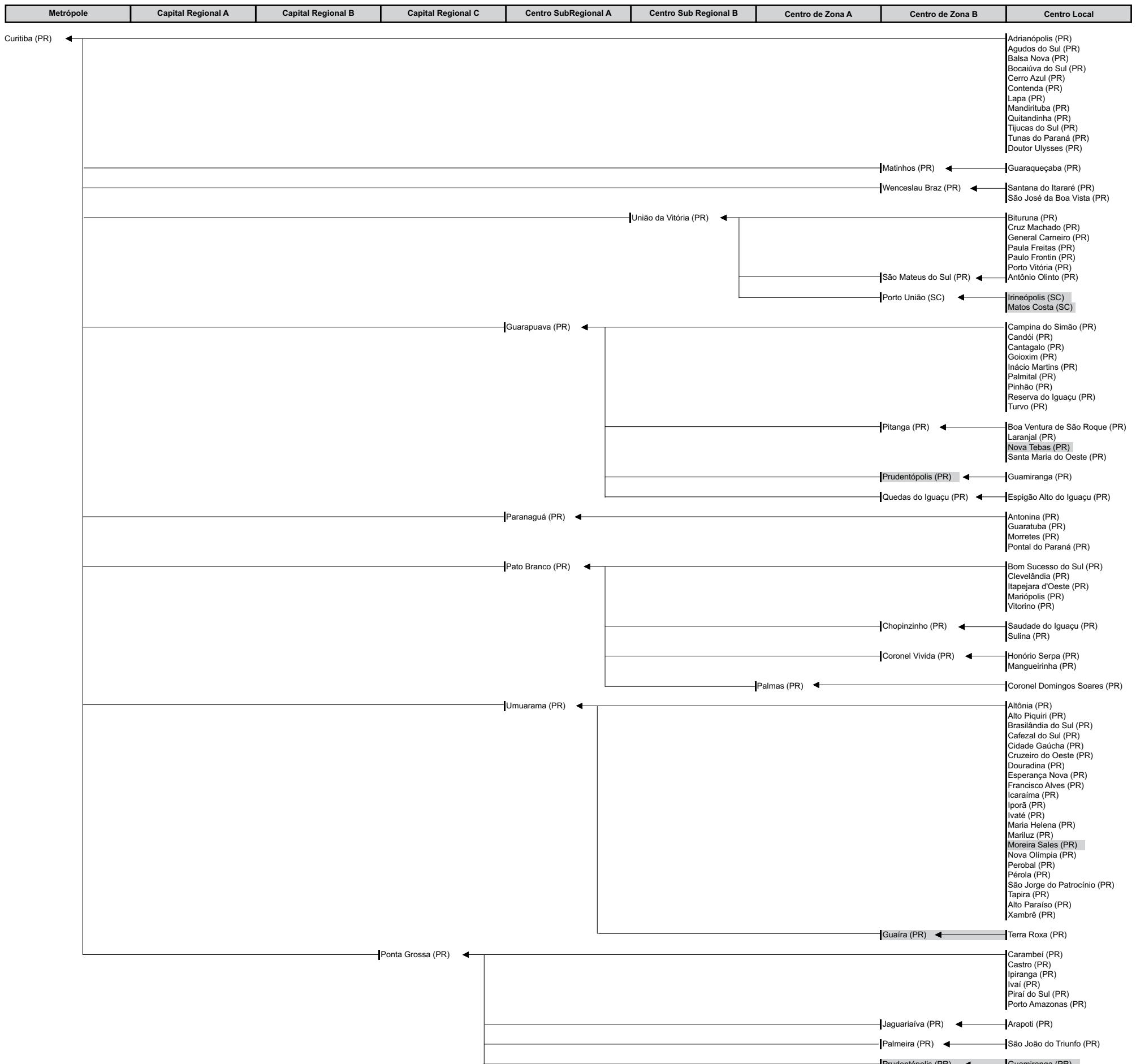
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Belo Horizonte - 2007



Centro com múltiplas vinculações

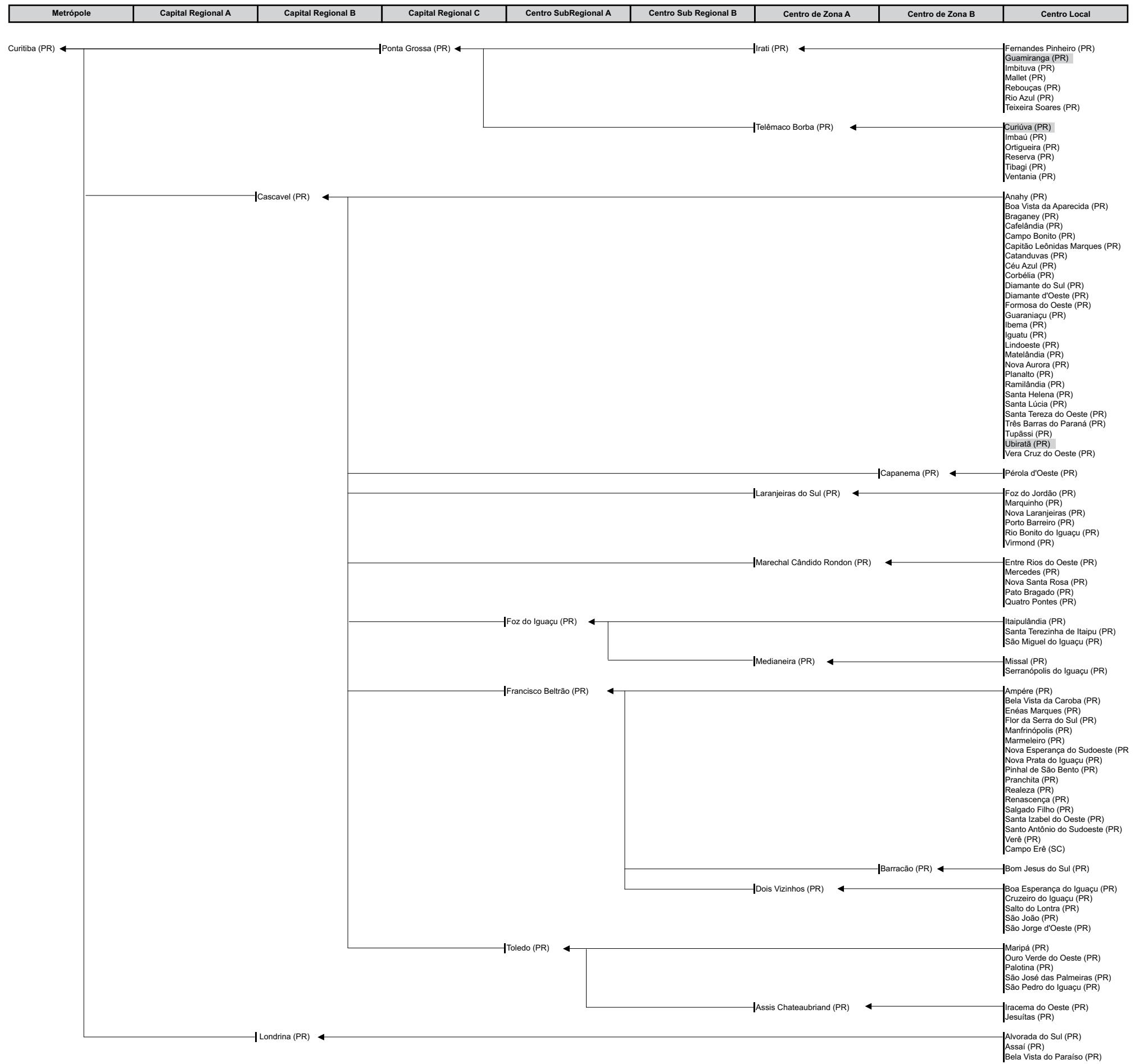
Região de Influência de Curitiba - 2007



Centro com múltiplas vinculações

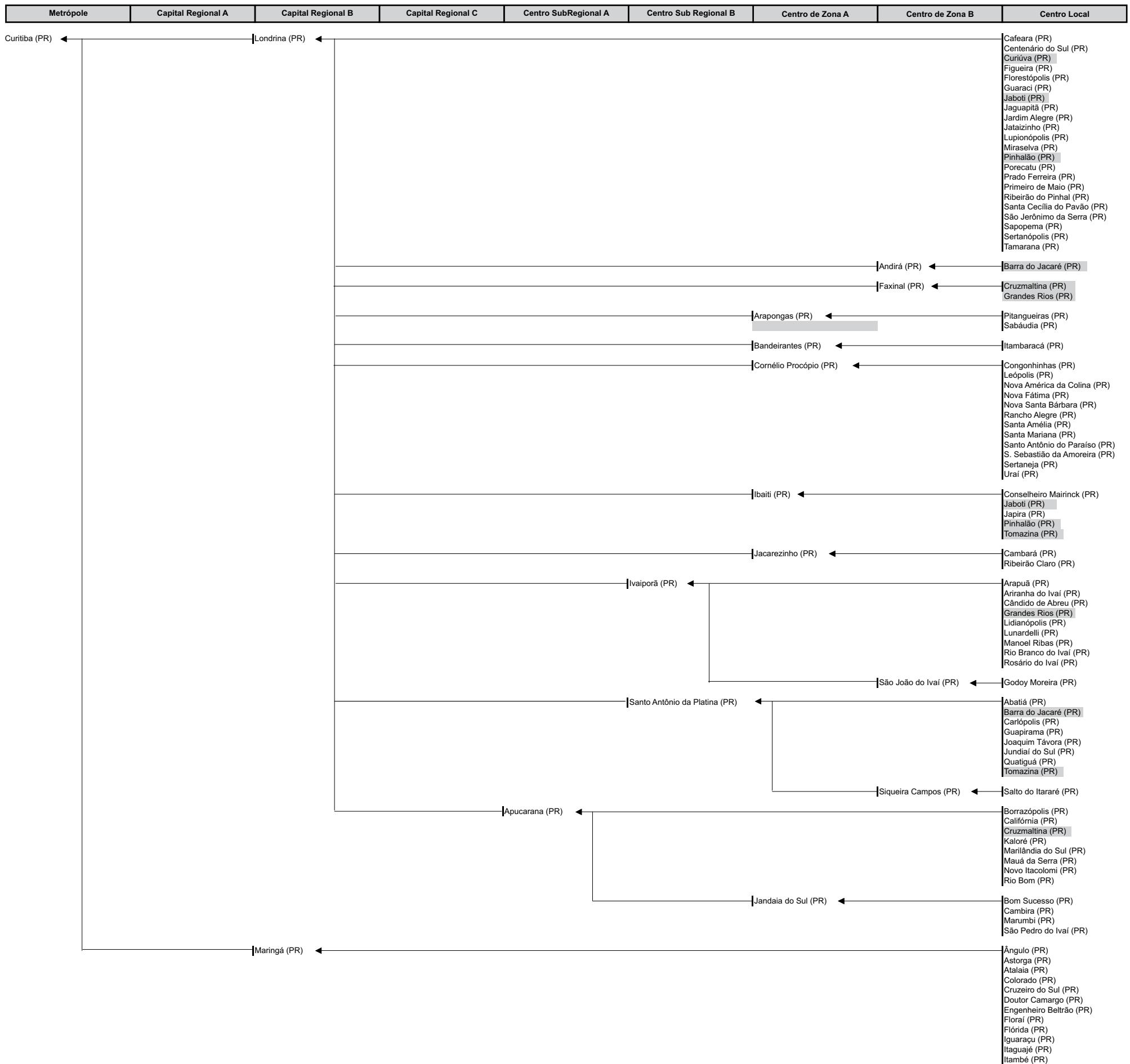
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de Curitiba - 2007

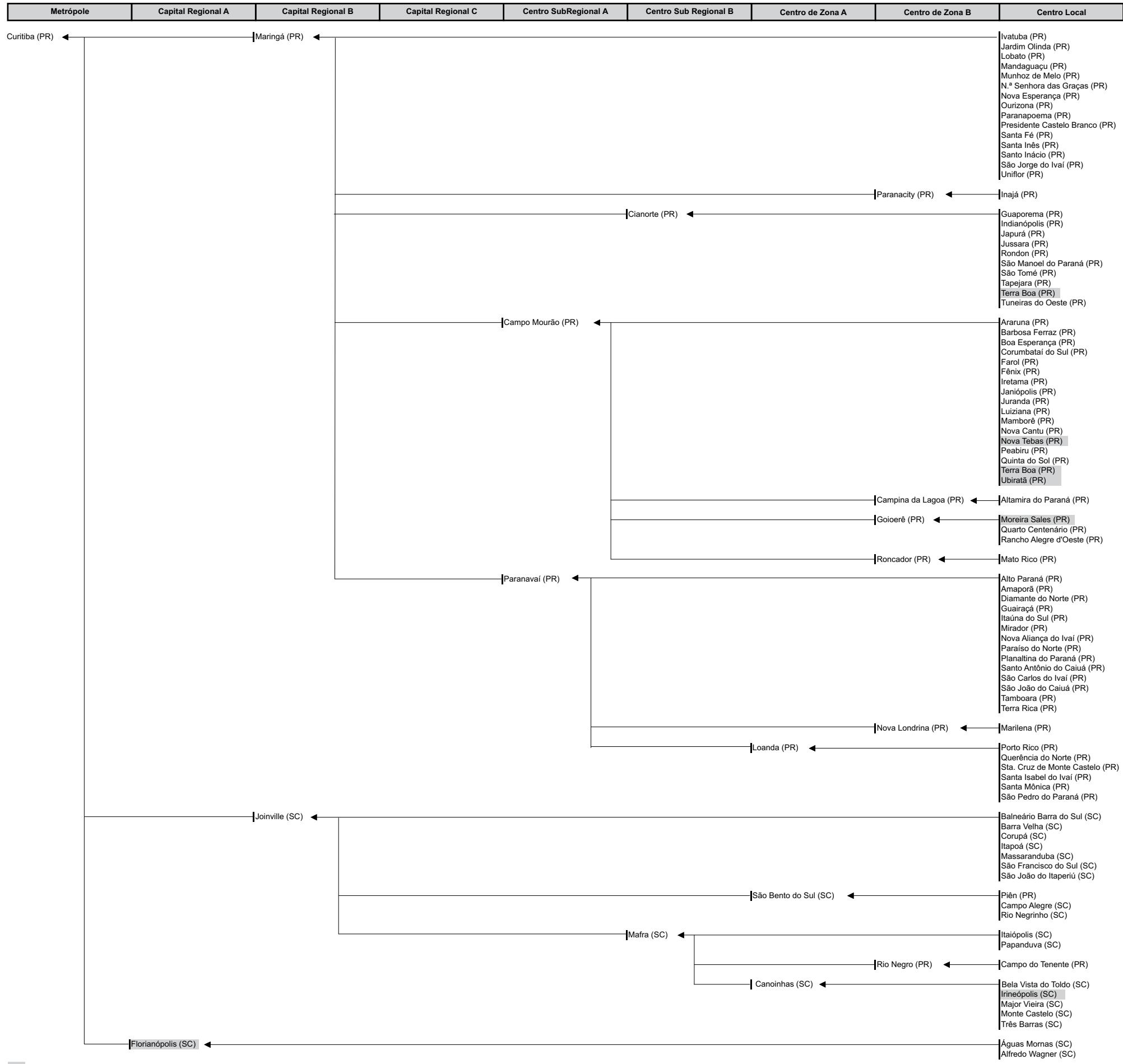


Centro com múltiplas vinculações

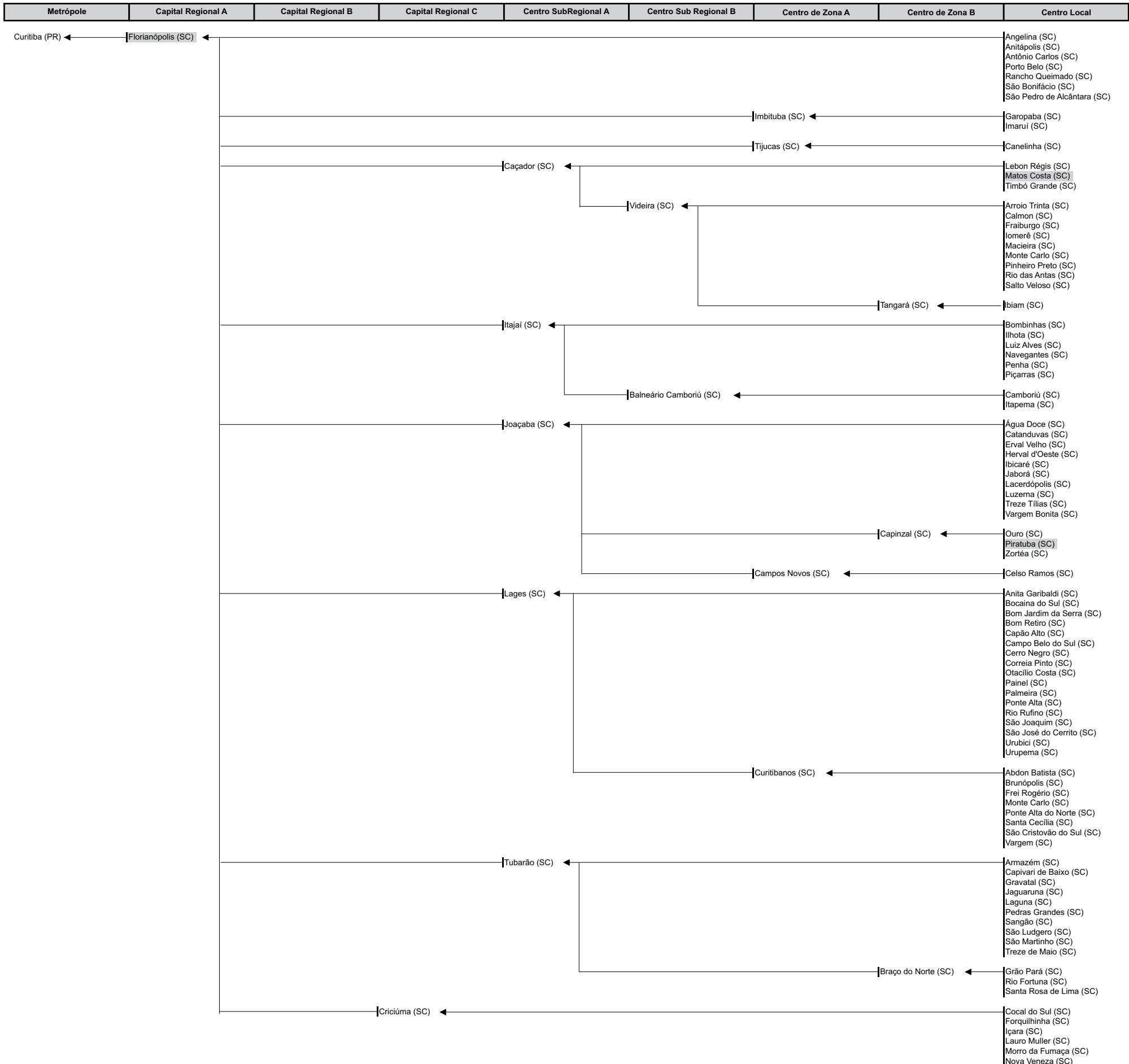
Região de Influência de Curitiba - 2007



Região de Influência de Curitiba - 2007



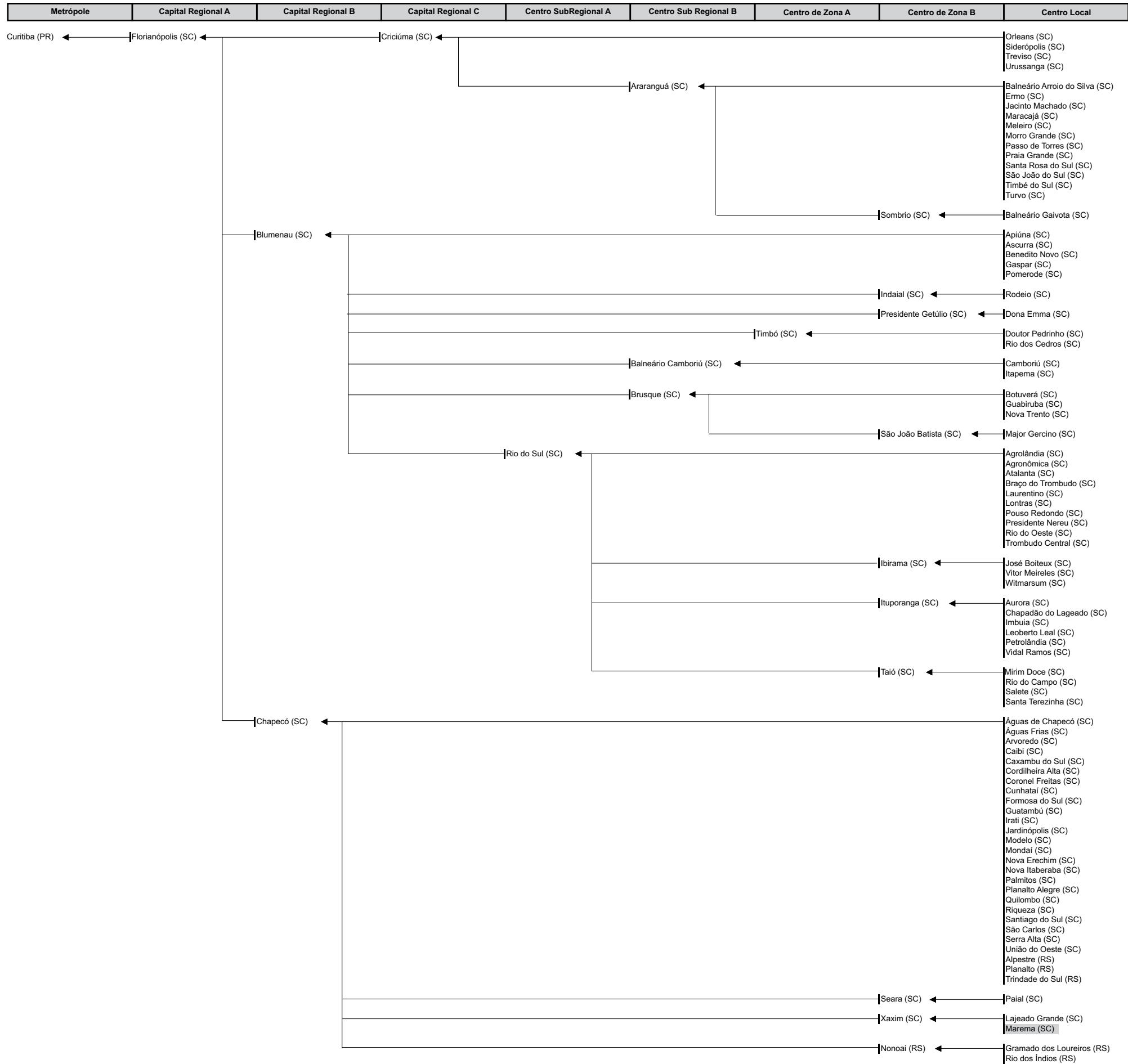
Região de Influência de Curitiba - 2007



Centro com múltiplas vinculações

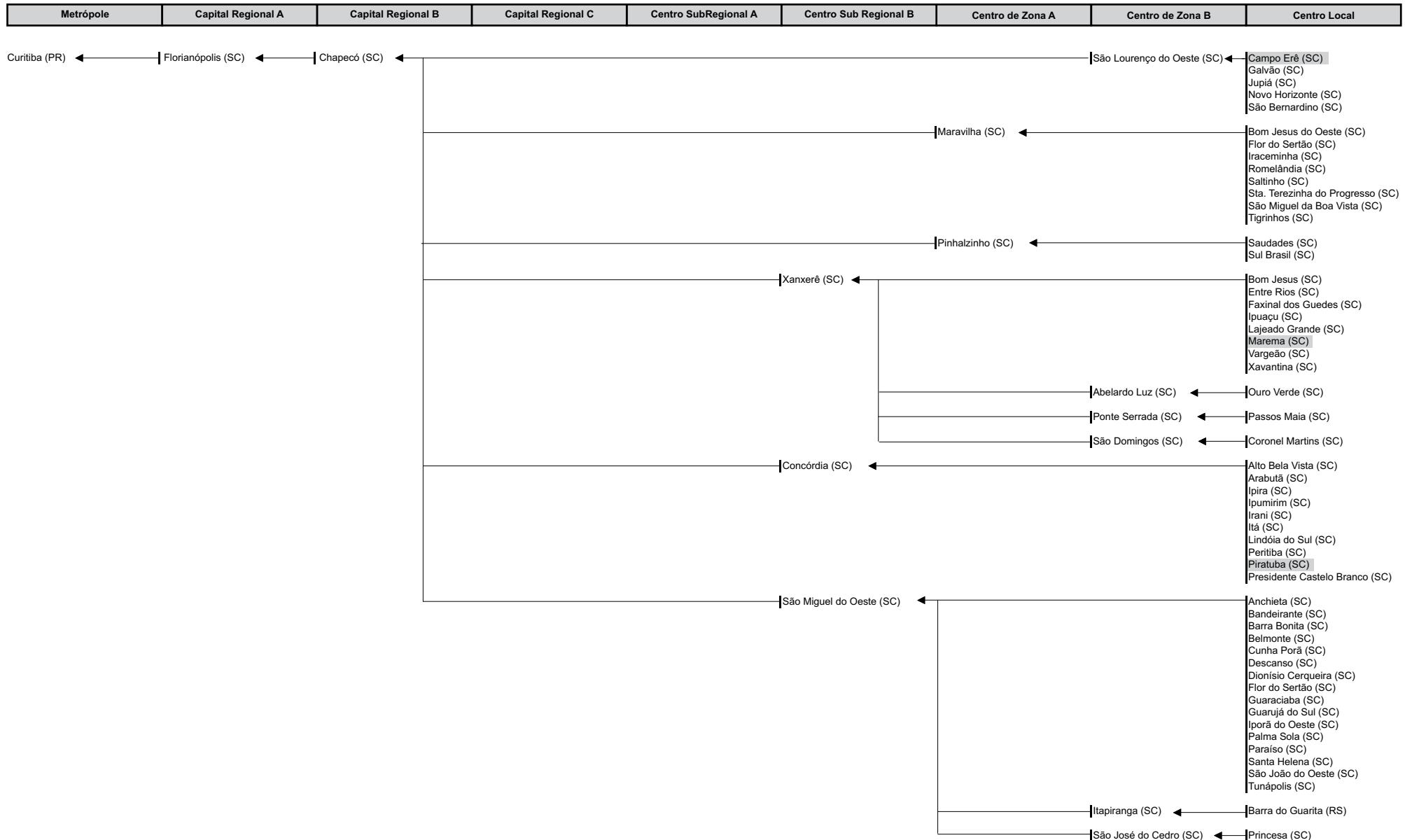
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de Curitiba - 2007

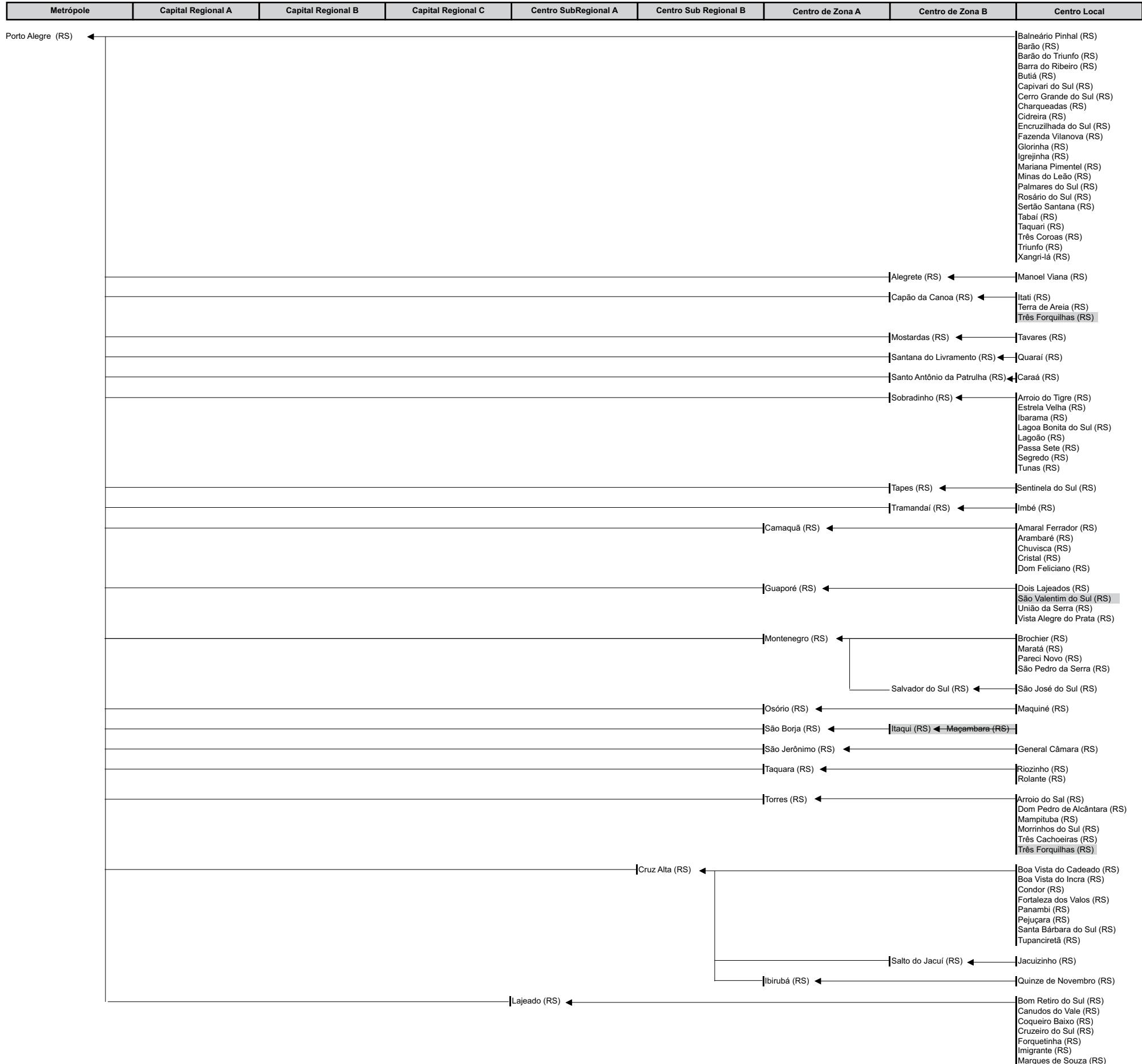


Centro com múltiplas vinculações

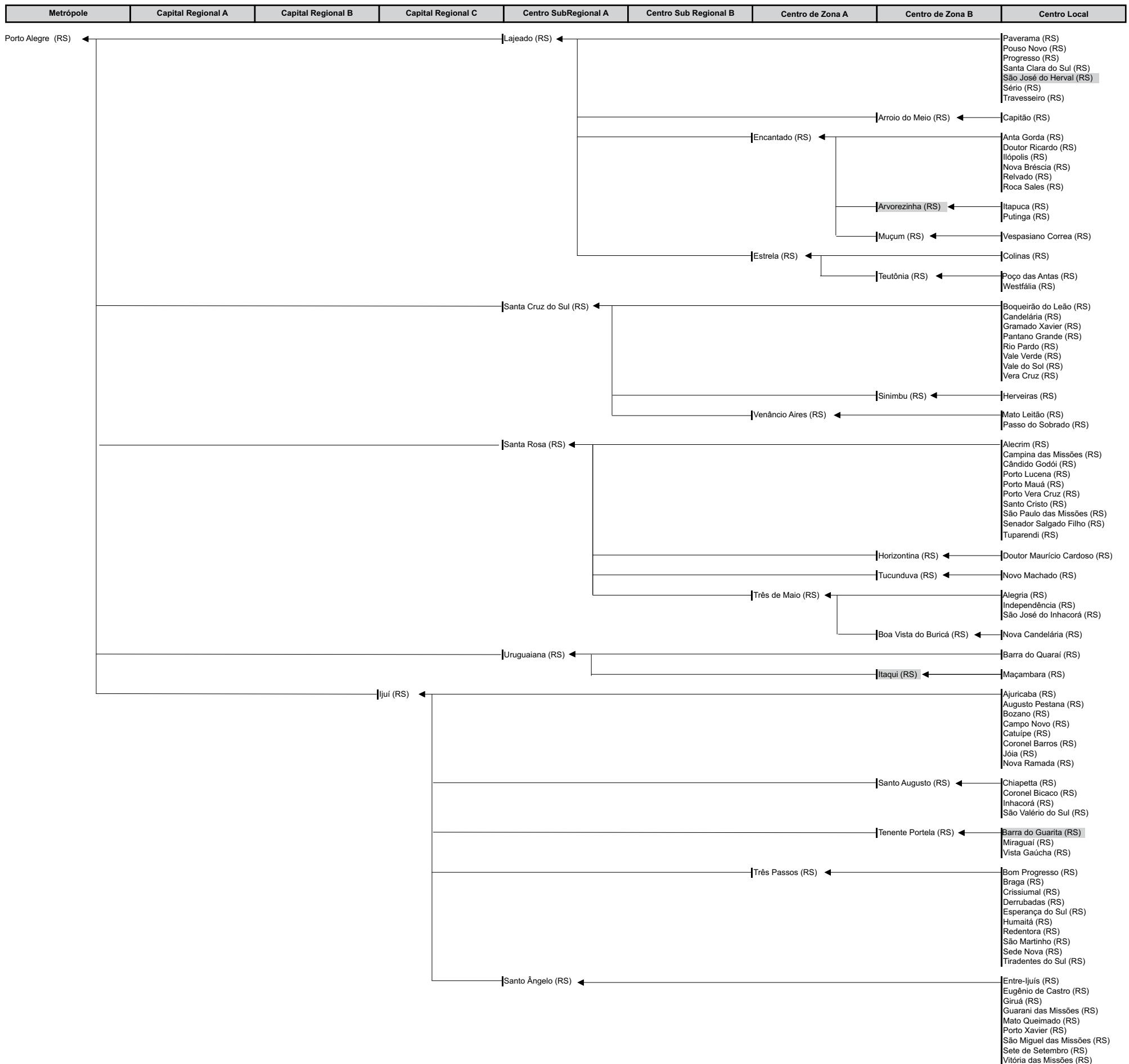
Região de Influência de Curitiba - 2007



Região de Influência de Porto Alegre - 2007

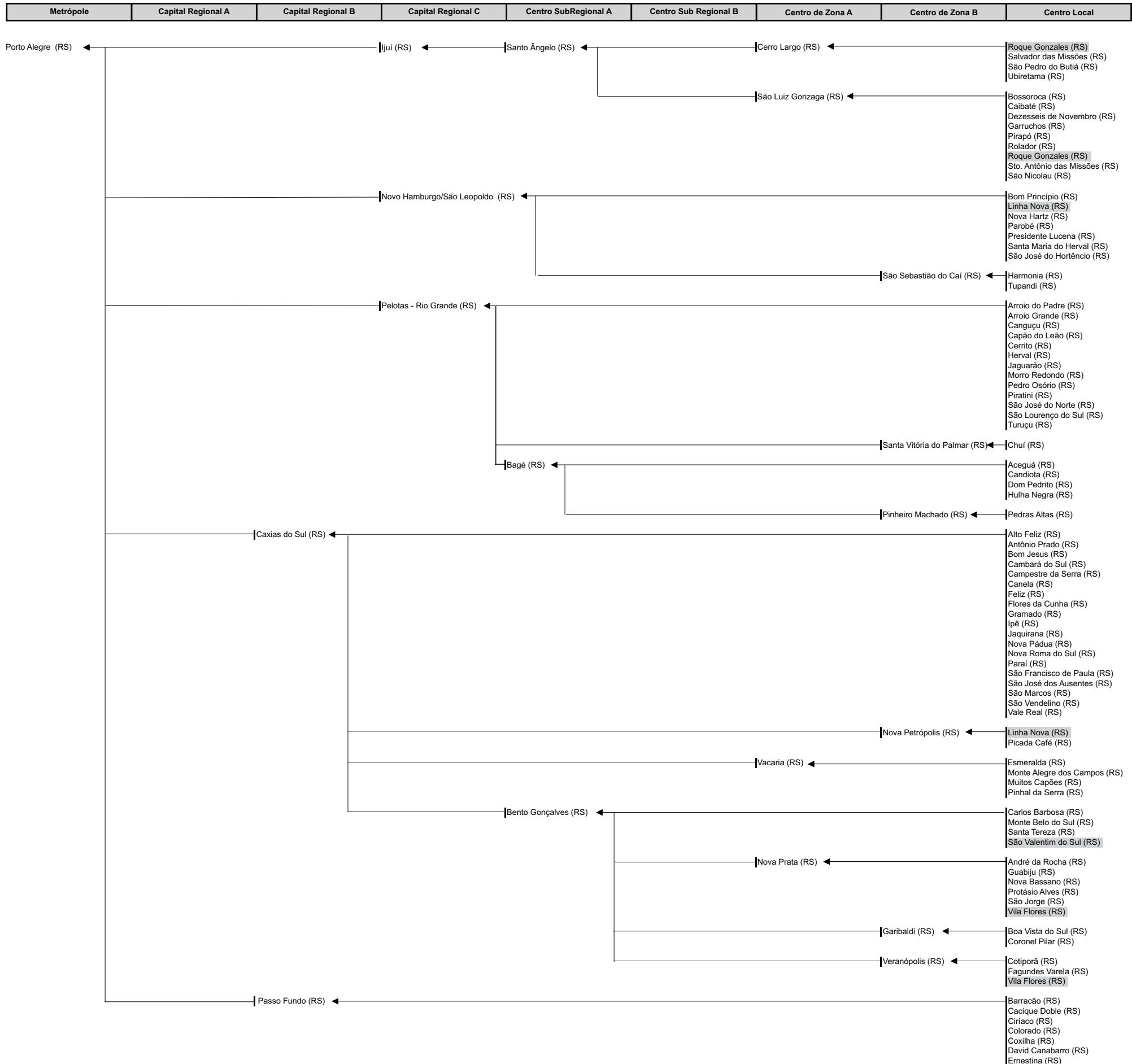


Região de Influência de Porto Alegre - 2007



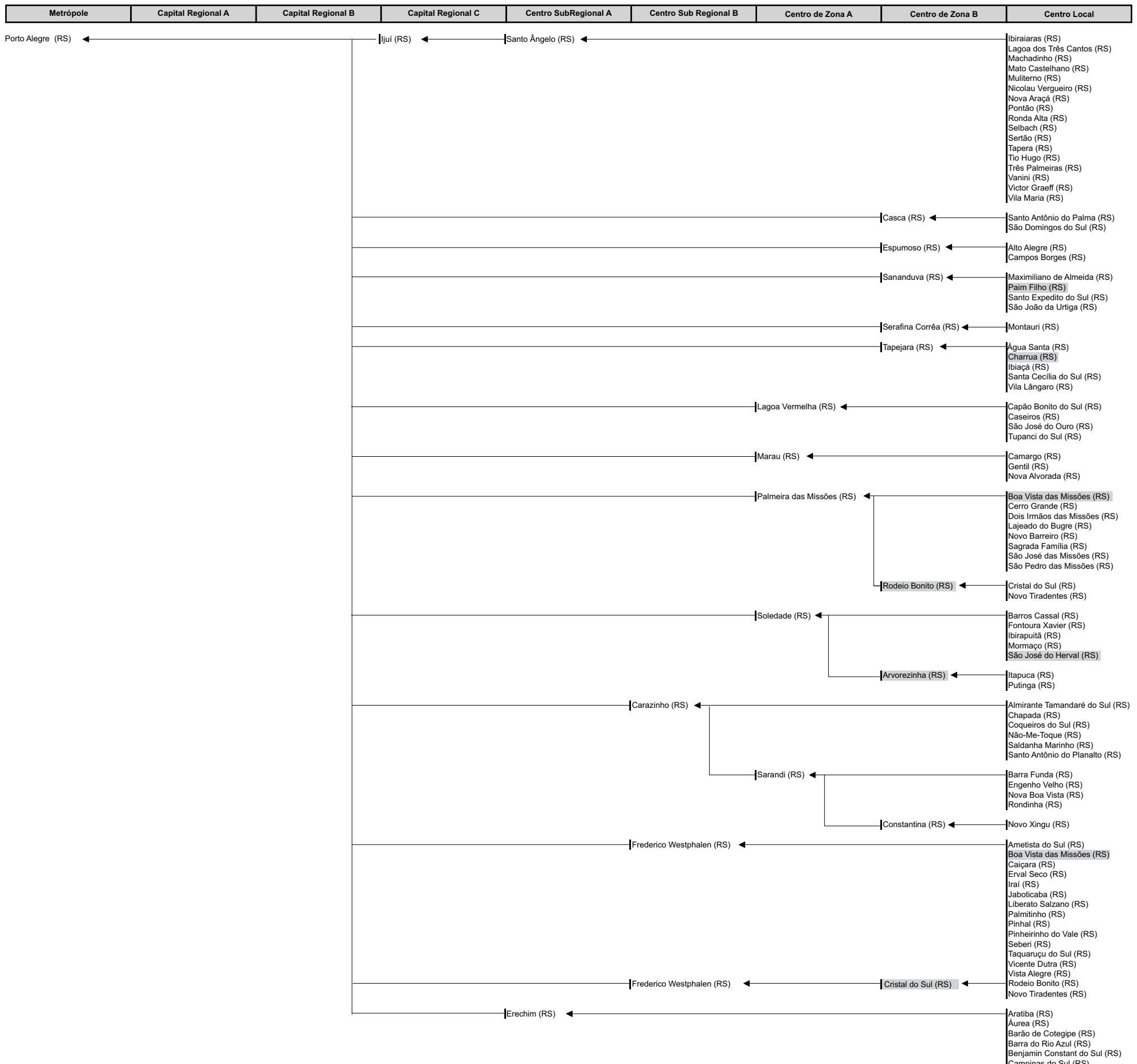
Quadro da rede urbana – Matriz das regiões de influência

Região de Influência de Porto Alegre - 2007



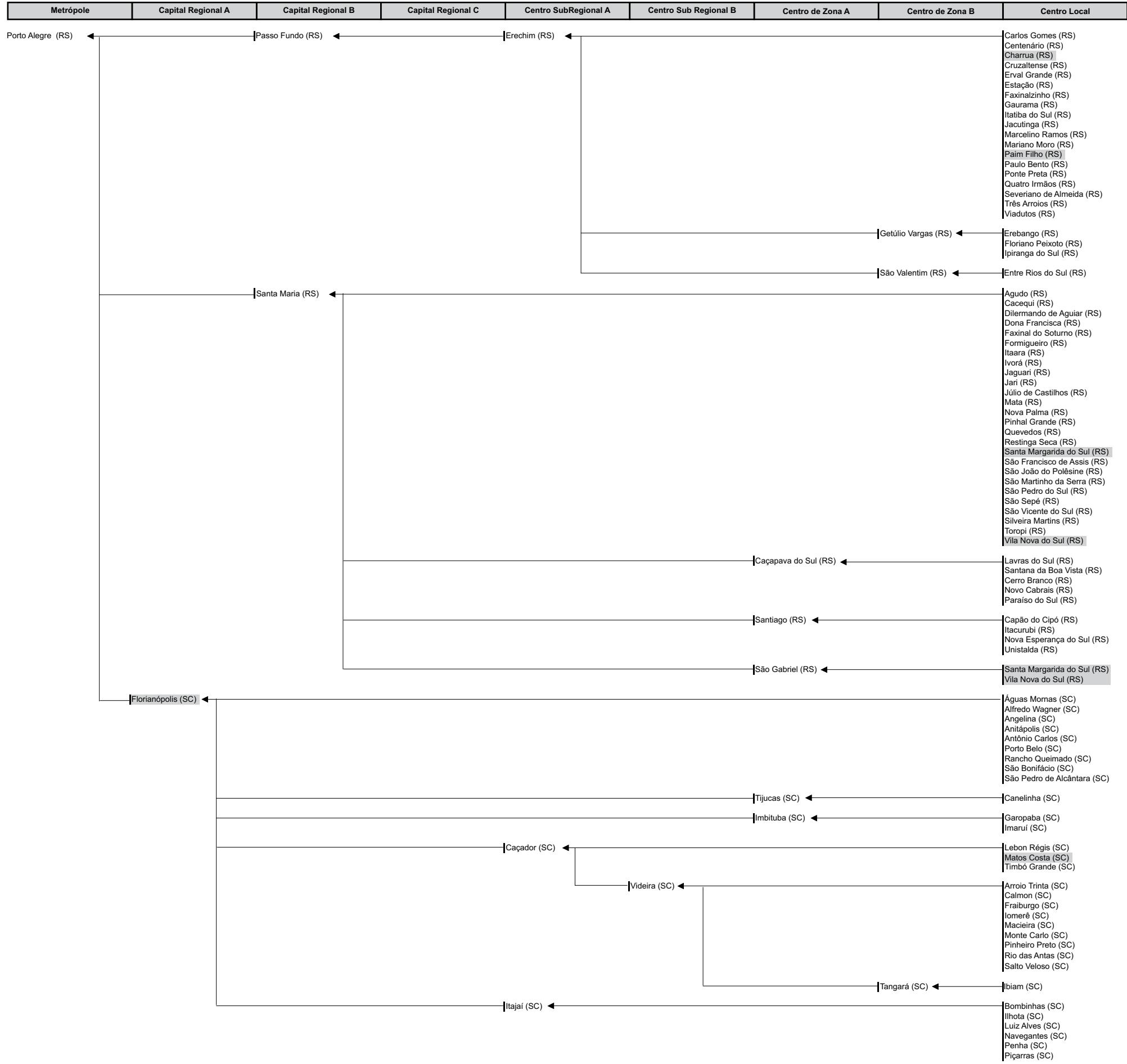
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Porto Alegre - 2007

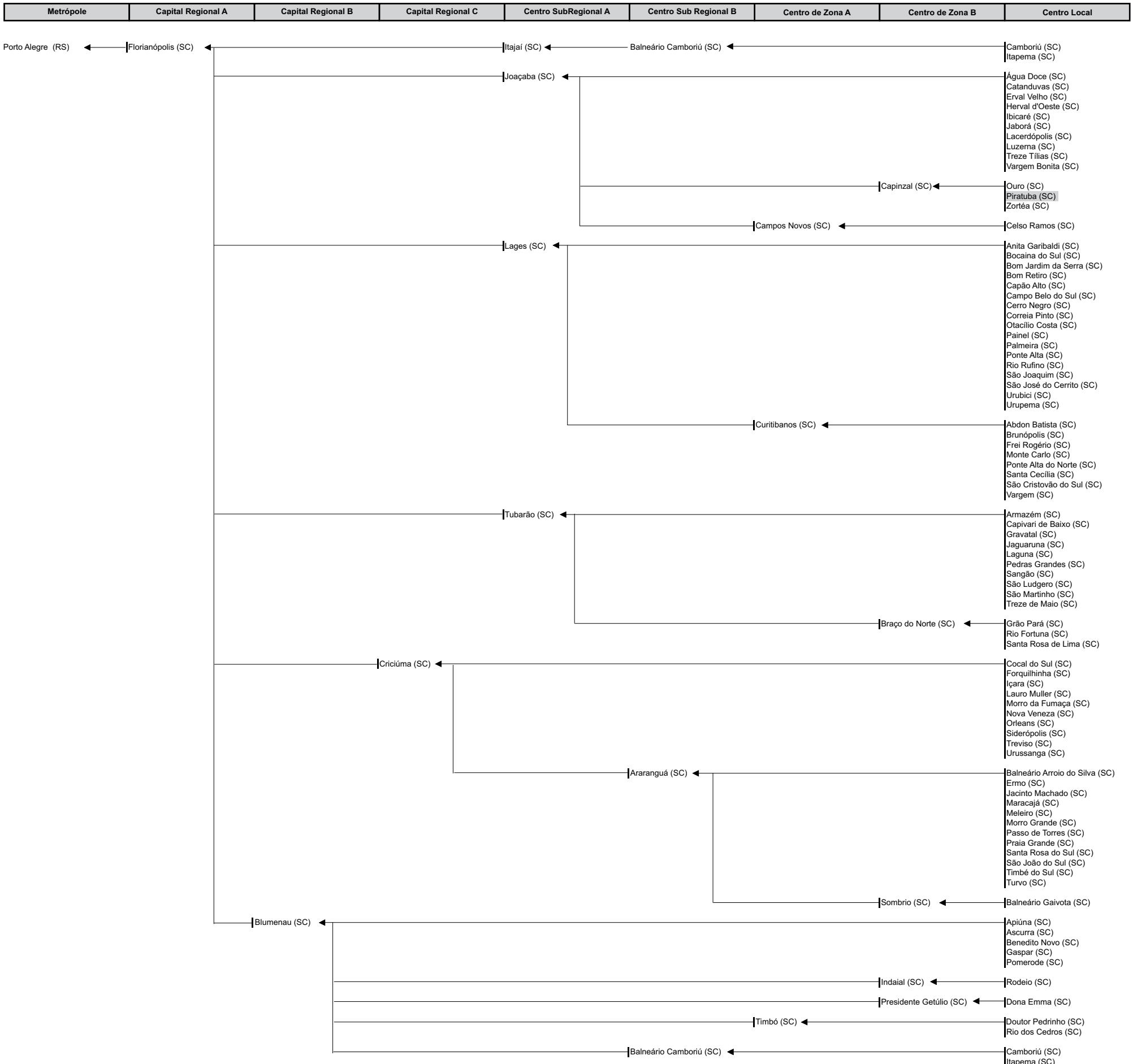


 Centro com múltiplas vinculações

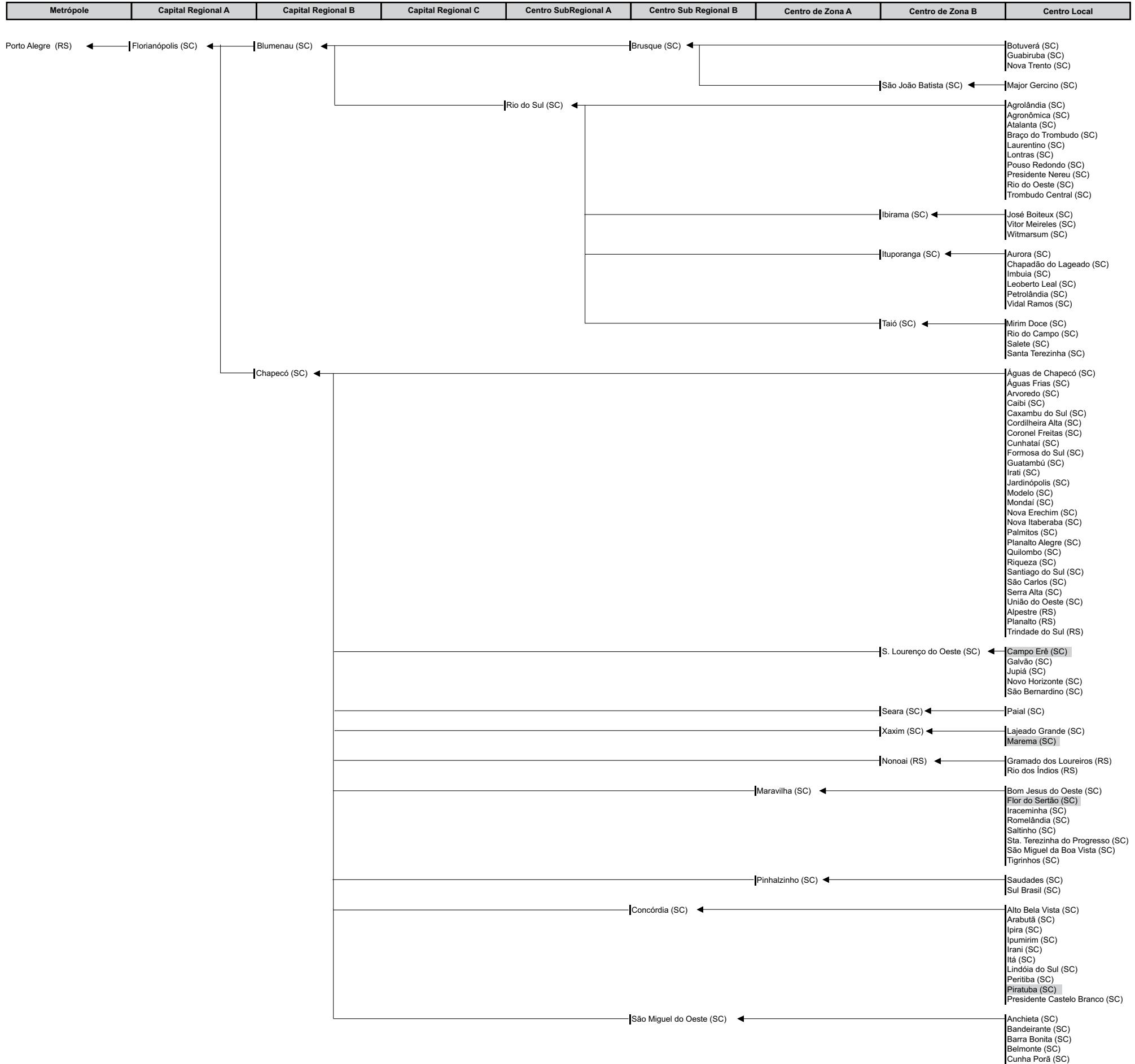
Região de Influência de Porto Alegre - 2007



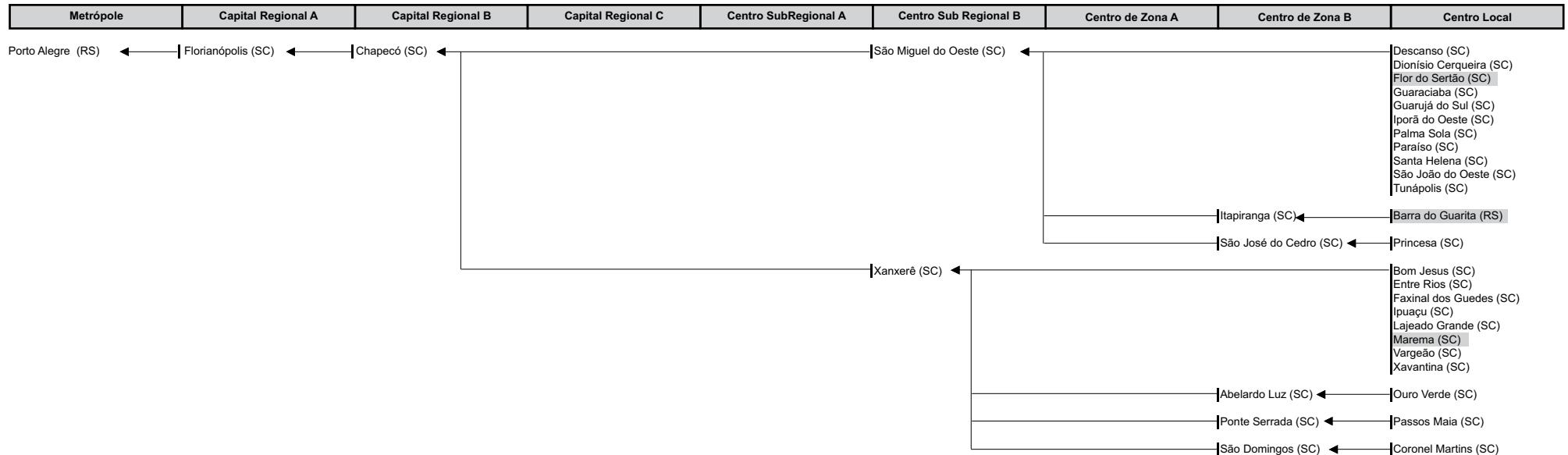
Região de Influência de Porto Alegre - 2007



Região de Influência de Porto Alegre - 2007



Região de Influência de Porto Alegre - 2007

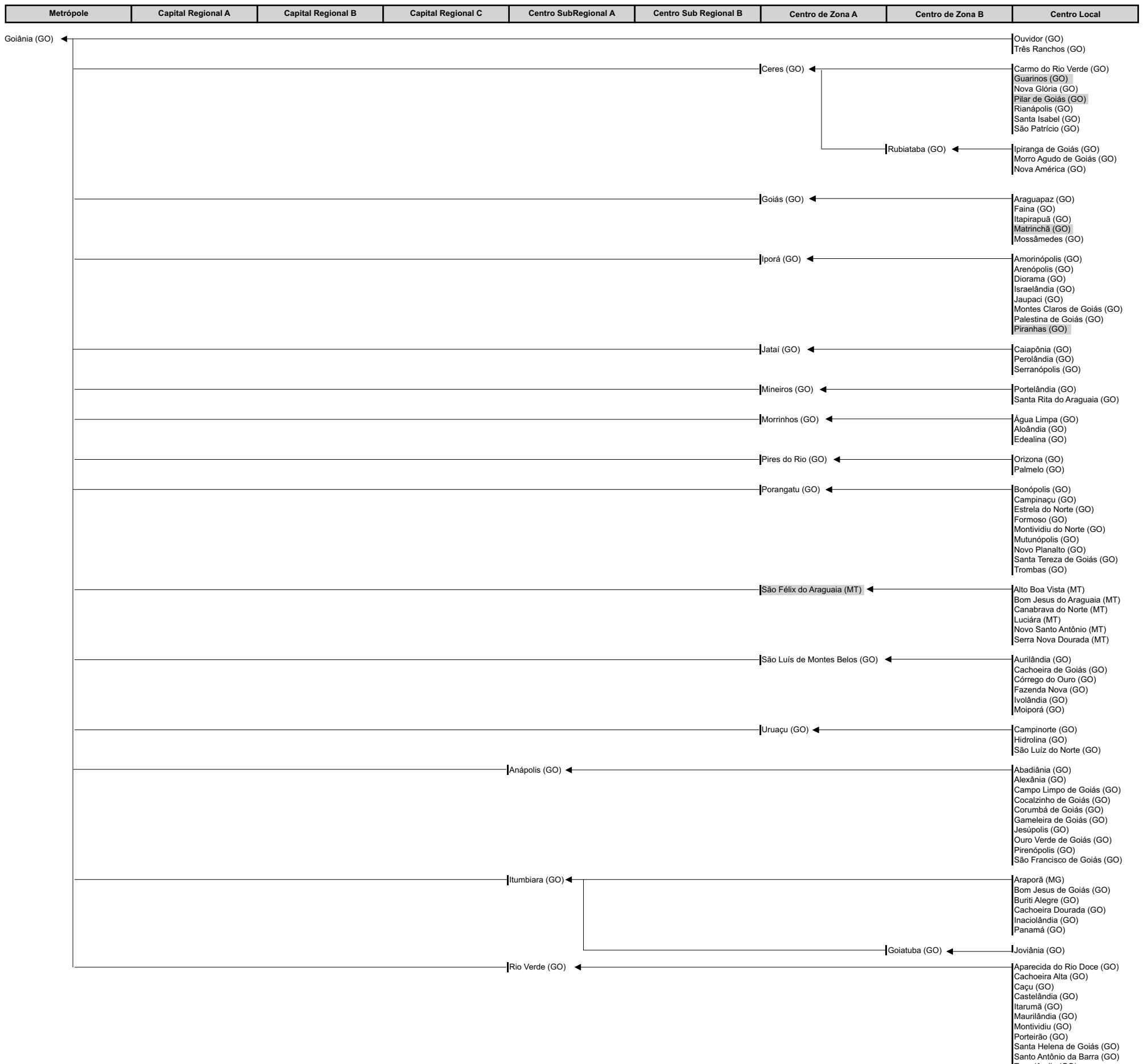


Região de Influência de Goiânia - 2007



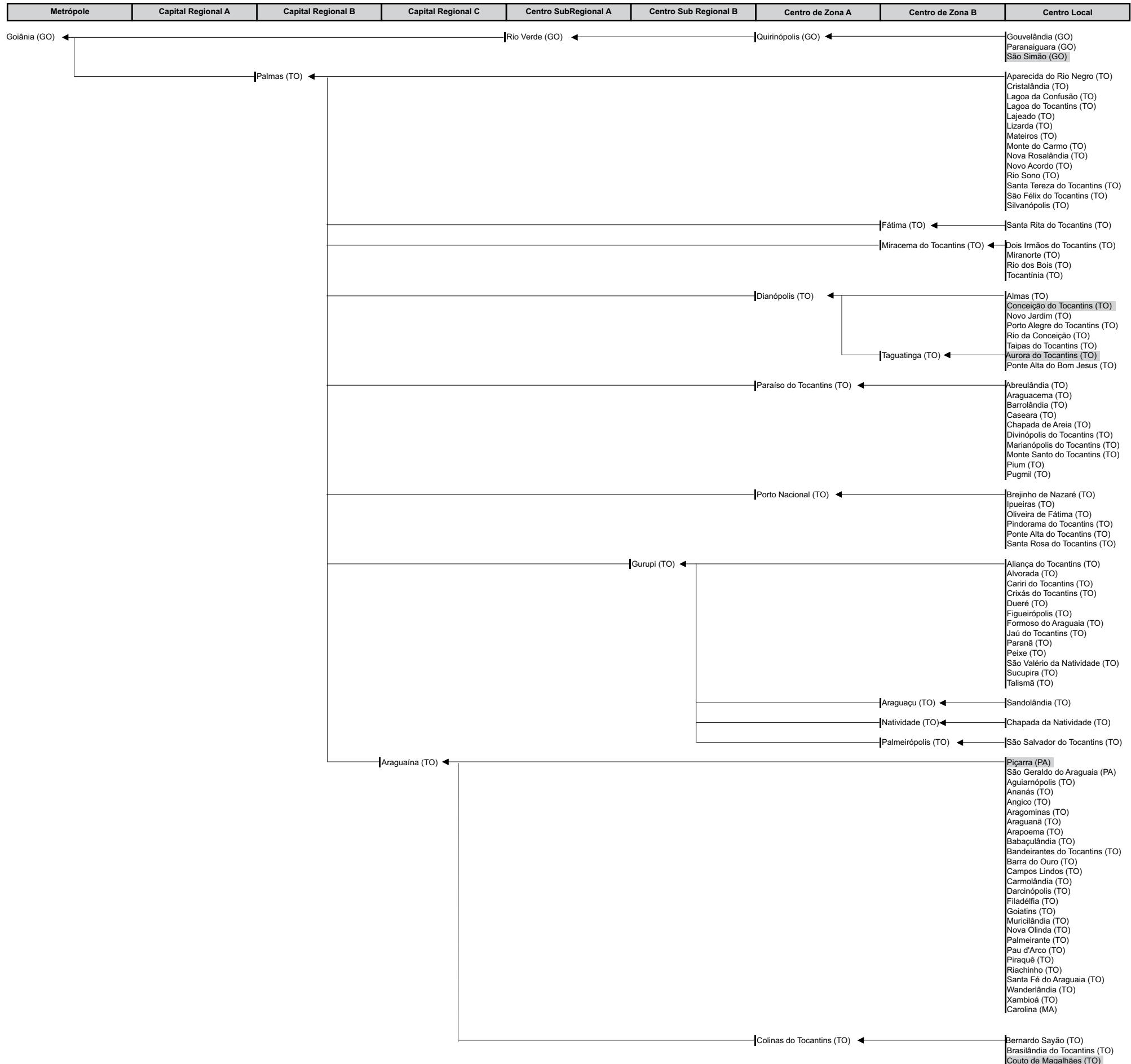
Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Goiânia - 2007

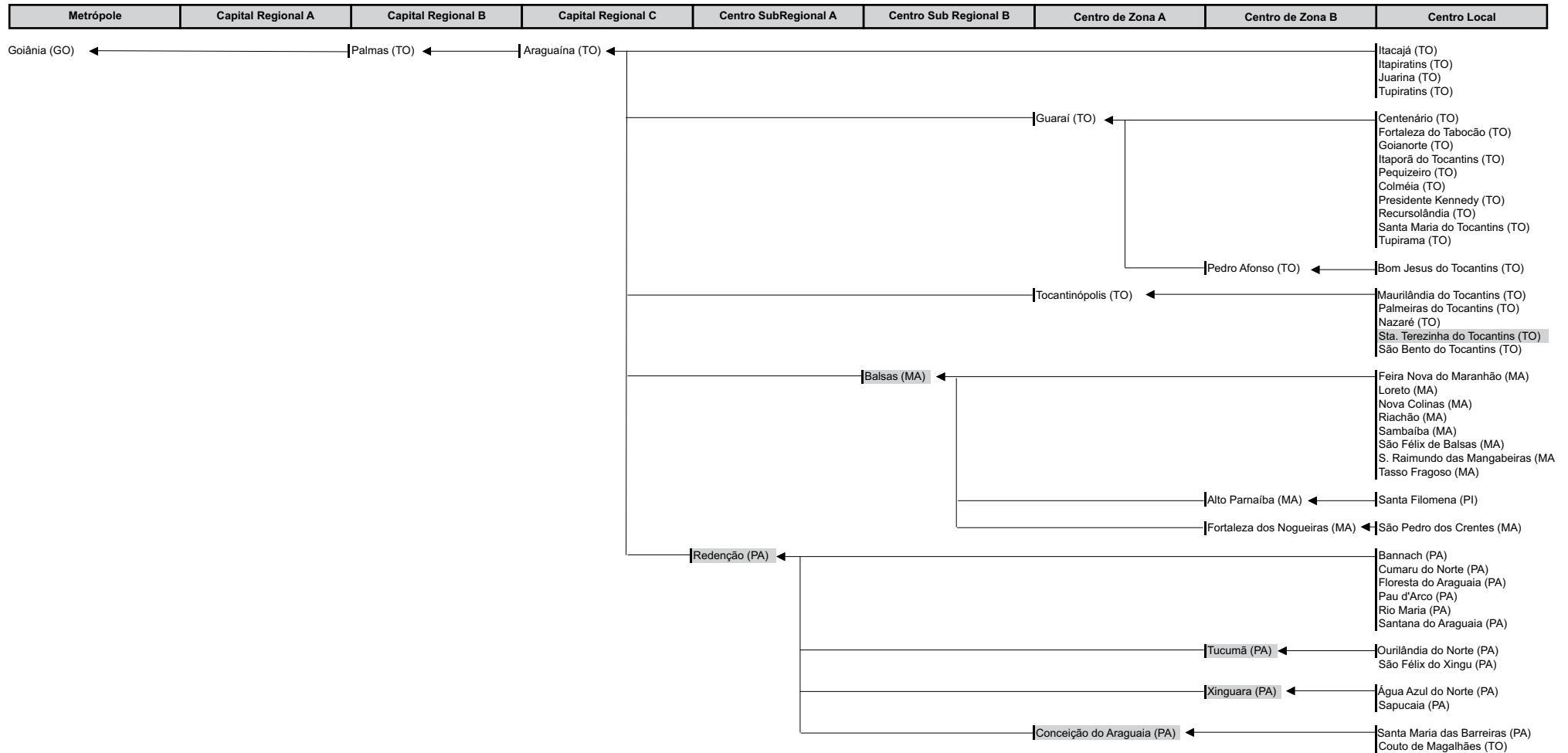


 Centro com múltiplas vinculações

Região de Influência de Goiânia - 2007



Região de Influência de Goiânia - 2007



Mapa 3 - Índice-legenda dos centros de mais alto nível

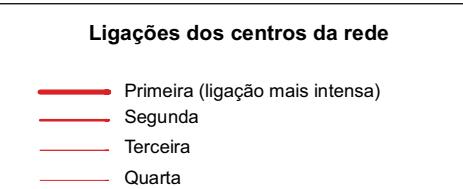
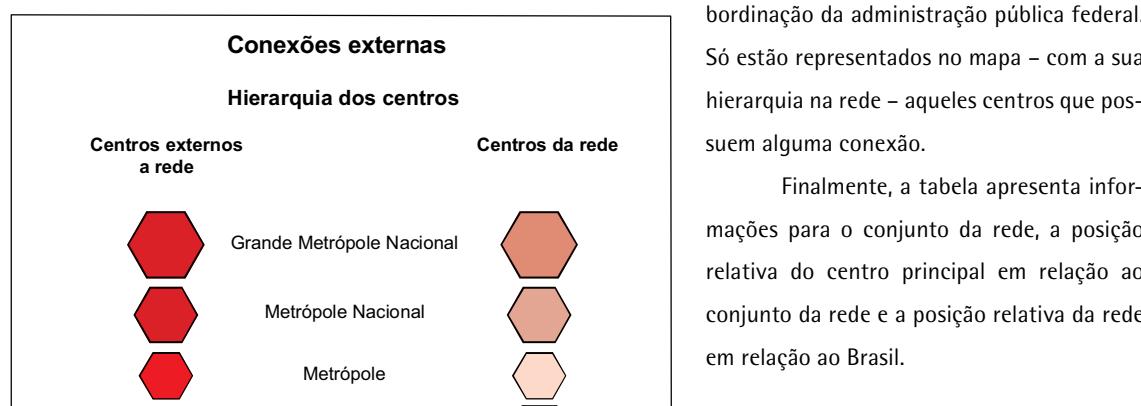
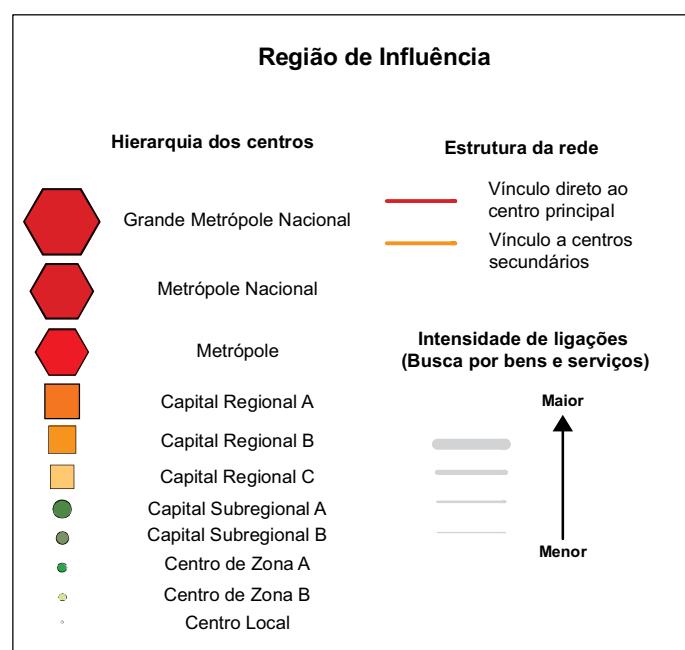


O conjunto de mapas e tabelas, a seguir, detalham a estrutura da rede e as interações dos 43 centros de mais alto nível, isto é, a Grande Metrópole Nacional (São Paulo), as Metrópoles Nacionais (Rio de Janeiro e Brasília) as 9 Metrópoles, as 11 Capitais Regionais A e as 20 Capitais Regionais B.

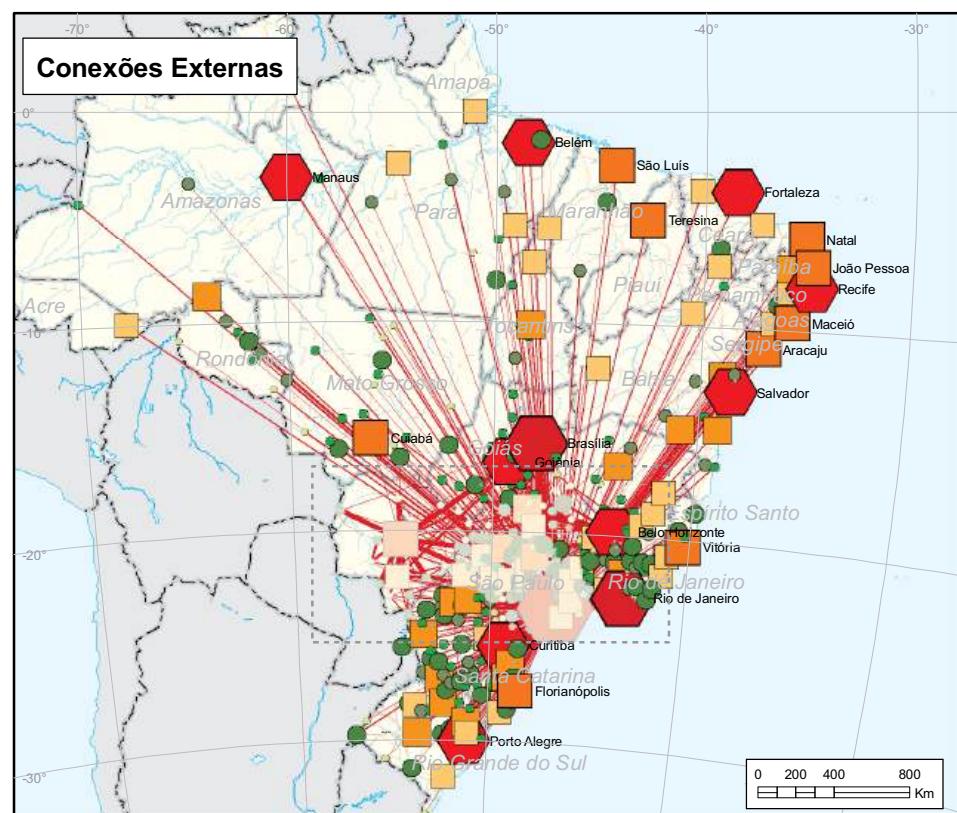
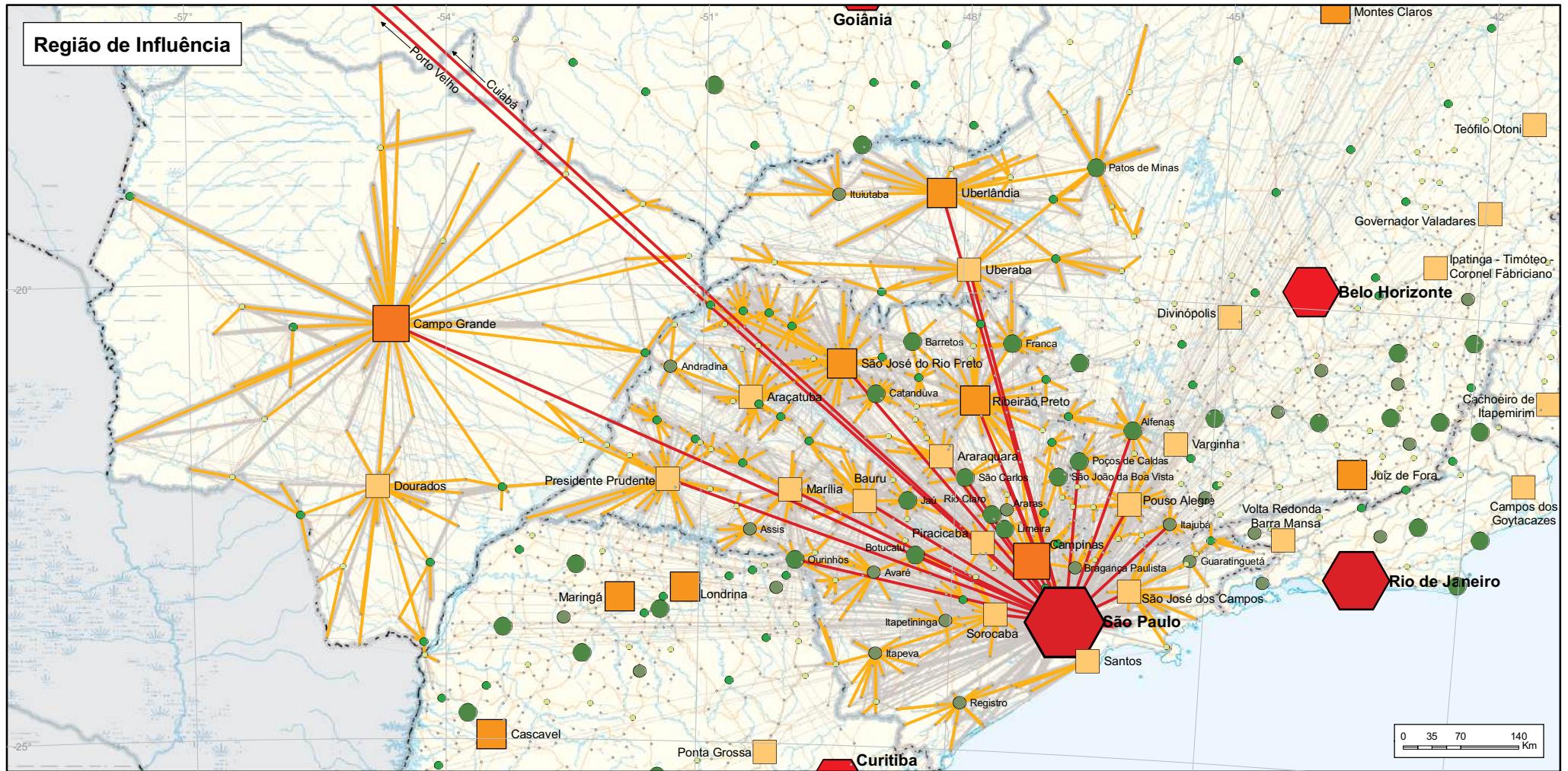
Em cada página, no primeiro mapa, Região de Influência, destaca-se a estrutura da rede, indicando conexões diretas ao centro principal e conexões mediadas por um centro secundário. No mesmo mapa está representada a hierarquia dos centros pertencentes a rede e daqueles a ela adjacentes. Além disto, estão apresentadas, em cinza, todas as ligações dos centros – acima do nível local – relativas à busca por bens e serviços, informadas no questionário da pesquisa. A presença de uma ligação indica que o centro foi apontado como opção (de primeira, segunda, terceira ou quarta ordem) para algum(s) dos itens pesquisados.

O segundo mapa é o de conexões externas. Neste, são apresentadas as quatro principais ligações de cada um dos centros da rede acima do nível local. Neste caso, as ligações representam o conjunto da intensidade de ligações empresariais (Apêndice) e da subordinação da administração pública federal. Só estão representados no mapa – com a sua hierarquia na rede – aqueles centros que possuem alguma conexão.

Finalmente, a tabela apresenta informações para o conjunto da rede, a posição relativa do centro principal em relação ao conjunto da rede e a posição relativa da rede em relação ao Brasil.



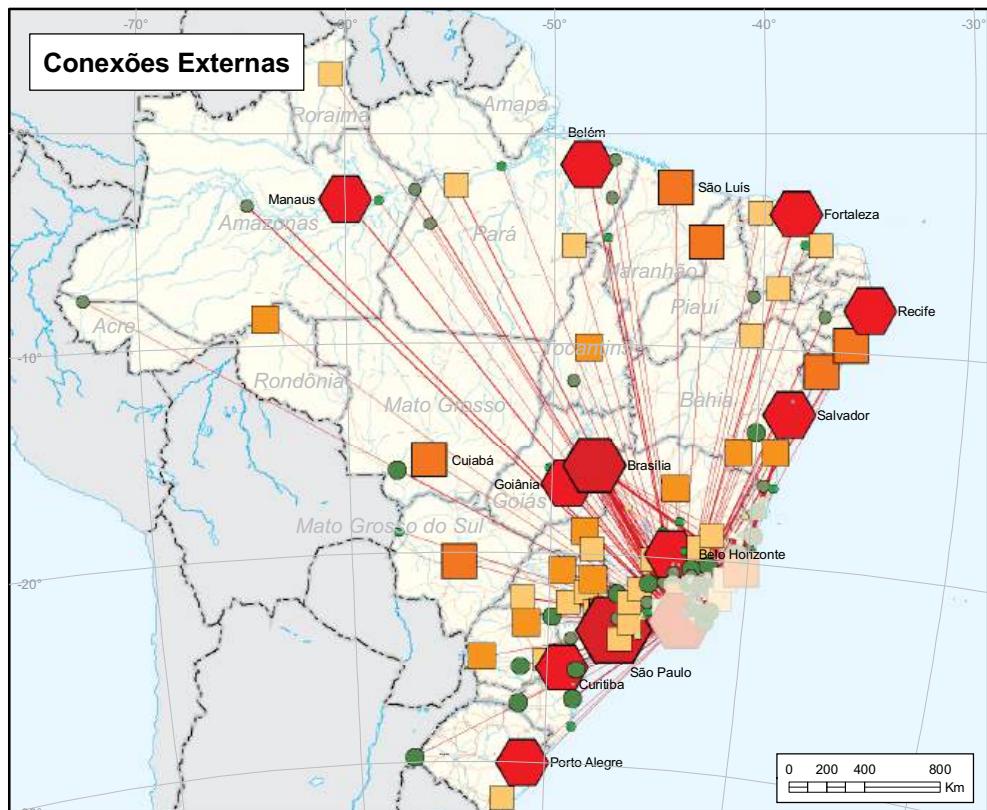
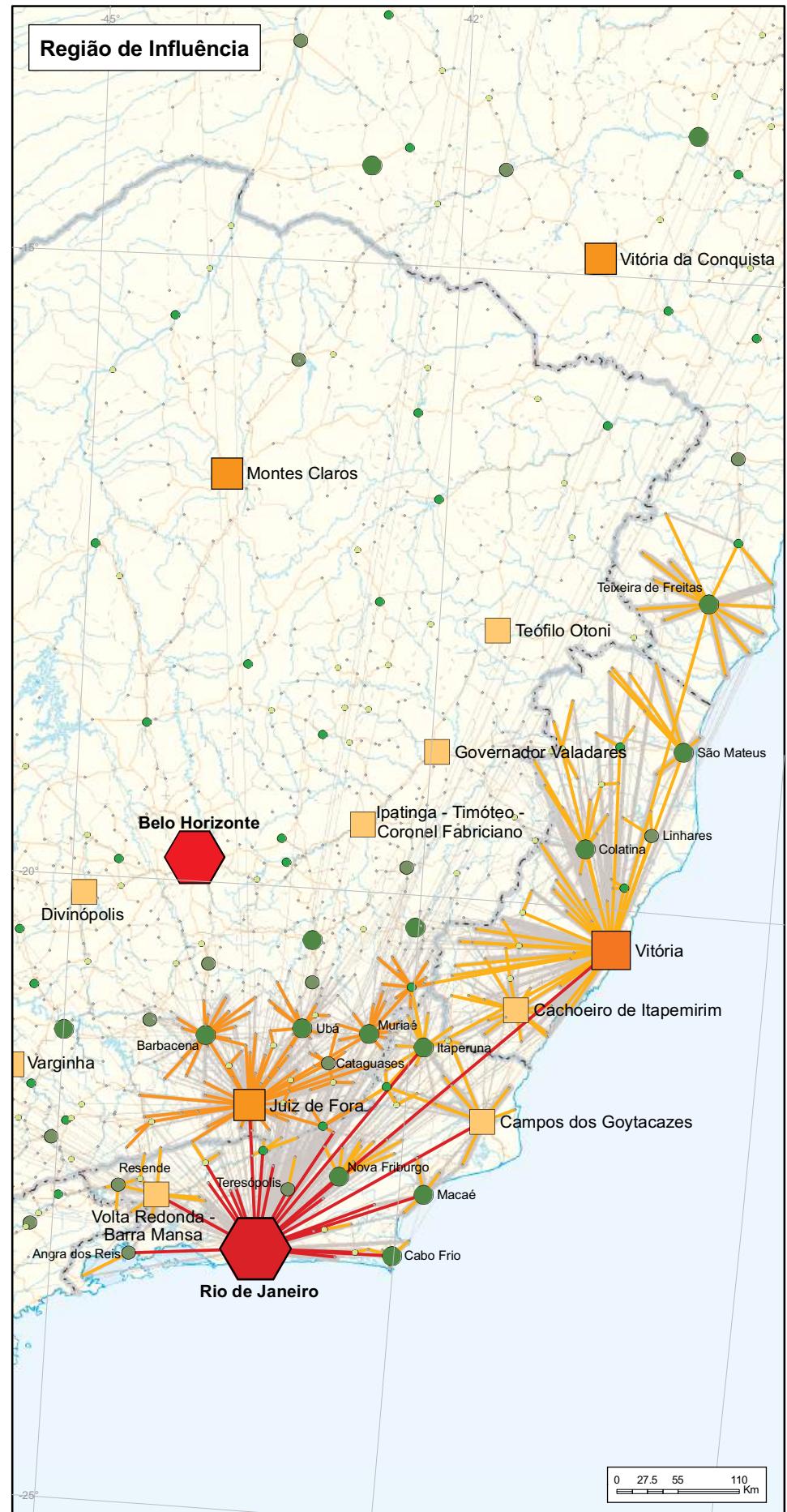
Mapa 4 - São Paulo (SP) - Metrópole nacional (1A)



Características	Região de influência de São Paulo (A)	Participação da região de influência de São Paulo no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (São Paulo) (B)	Participação de São Paulo em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	51 587 582	28	19 592 271	37,98
Área (km²)	2 496 353,58	29,33	9 715,54	0,39
Densidade demográfica (hab/km²)	66,88	309,52	2 016,59	3 015,19
Número de municípios	1 085	19,50	46	4,24
Intensidade de relacionamento (1)	12 857	-	1 340	10,42
PIB 2005 total (1 000 R\$)	871 293 264	40,57	423 319 822,78	48,59
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	399 891 987	50,58	223 338 693,00	55,85
Valor Adicionado Indústria	223 006 578	41,35	100 035 786,27	44,86
Valor adicionado agropecuária	42 296 647	40,23	423 319 822,78	1 000,84
Valor adicionado administração pública	67 827 404	24,46	25 140 026,35	37,06
Impostos	132 089 329	43,30	74 549 164,92	56,44
PIB per capita (R\$)	16 890	144,66	21 606,47	127,93
Centros identificados				
Capitais Regionais A: Campinas (SP), Porto Velho (RO) e Campo Grande (MS); Capitais Regionais B: Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG); Capitais Regionais C: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Santos, São José dos Campos e Sorocaba (SP), Rio Branco (AC), Pouso Alegre e Uberaba (MG) e Dourados (MS); Centros Subregionais A: Barretos, Botucatu, Catanduva, Franca, Jaú, Limeira, Ourinhos, Rio Claro, São Carlos e São João da Boa Vista (SP), Ji-Paraná (RO), Alfenas, Patos de Minas e Poços de Caldas (MG), Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (MT); Centros Subregionais B: Andradina, Araras, Assis, Avaré, Bragança Paulista, Guaratinguetá, Itapebinga, Itapeva, Registro (SP), Cruzeiro do Sul (AC), Ariquemes, Cacoal e Vilhena (RO), Itajubá e Ituiutaba (MG); Centros de Zona A: Adamantina, Amparo, Bebedouro, Birigui, Cruzéiro, Dracena, Fernandópolis, Ituverava, Jales, Jundiaí, Lins, Mogi Guaçu, Olímpia, Penápolis, Santa Fé do Sul, São José do Rio Pardo, Tatuí, Tupã e Votuporanga (SP), Jaru e Rolim Moura (RO), Araxá, Frutal, Guaxupé, Patrocínio, Patrocínio e São Sebastião do Paraíso (MG), Aquidauana, Corumbá, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas (MS), Alta Floresta, Diamantino, Juina, Mirassol d'Oeste, Primavera do Leste, São Félix do Araguaia, Sorriso e Tangará da Serra (MT); Centros de Zona B: Aparecida, Apiaí, Aurora Flama, Bariri, Barra Bonita, Capivari, Espírito Santo do Pinhal, Garça, General Salgado, Guararapes, Ilha Solteira, Itápolis, Itararé, Leme, Lorena, Lucélia, Matão, Mococa, Monte Alto, Monte Aparelho, Orlando, Osvaldo Cruz, Paraguaçu Paulista, Piraju, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Santa Cruz do Rio Pardo, São Joaquim da Barra, São Manuel, São Sebastião, Taquaritinga e Tietê (SP), Brasiléia, Sena Madureira e Tarauacá (AC), Lábrea (AM), Cerejeiras, Guaporé-Mirim e Ouro Preto do Oeste (RO), Andradina, Araguari, Cambuí, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Extrema, Iturama, Jacutinga, João Pinheiro, Machado, Monte Carmelo, Ouro Fino, Paraisópolis, São Gotardo, Vazante (MG), Guaira (PR), Amambai, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Coxim, Jardim, Miranda, Paranaíba (MS), Águia Boa, Alto Araguaia, Araputanga, Barra do Bugres, Campa Novo do Parecis, Colíder, Comodoro, Confresa, Jaciara, Juara, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Terra Nova do Norte e Vila Rica (MT).				

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 5 – Rio de Janeiro (RJ) – Metrópole nacional (1B)

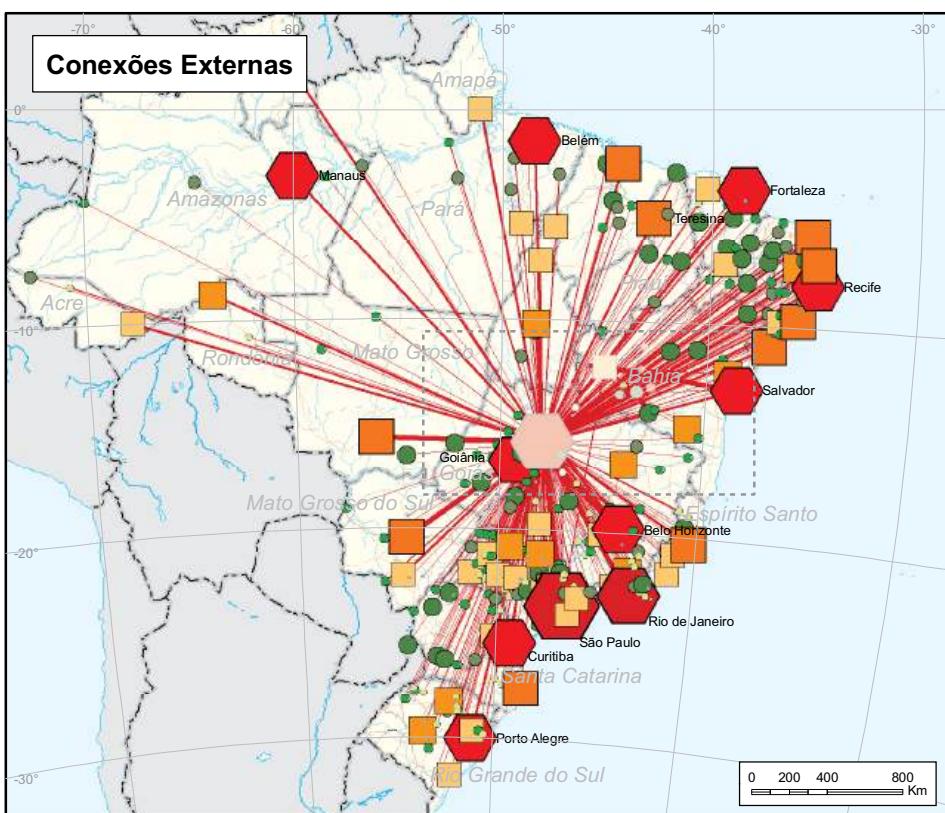
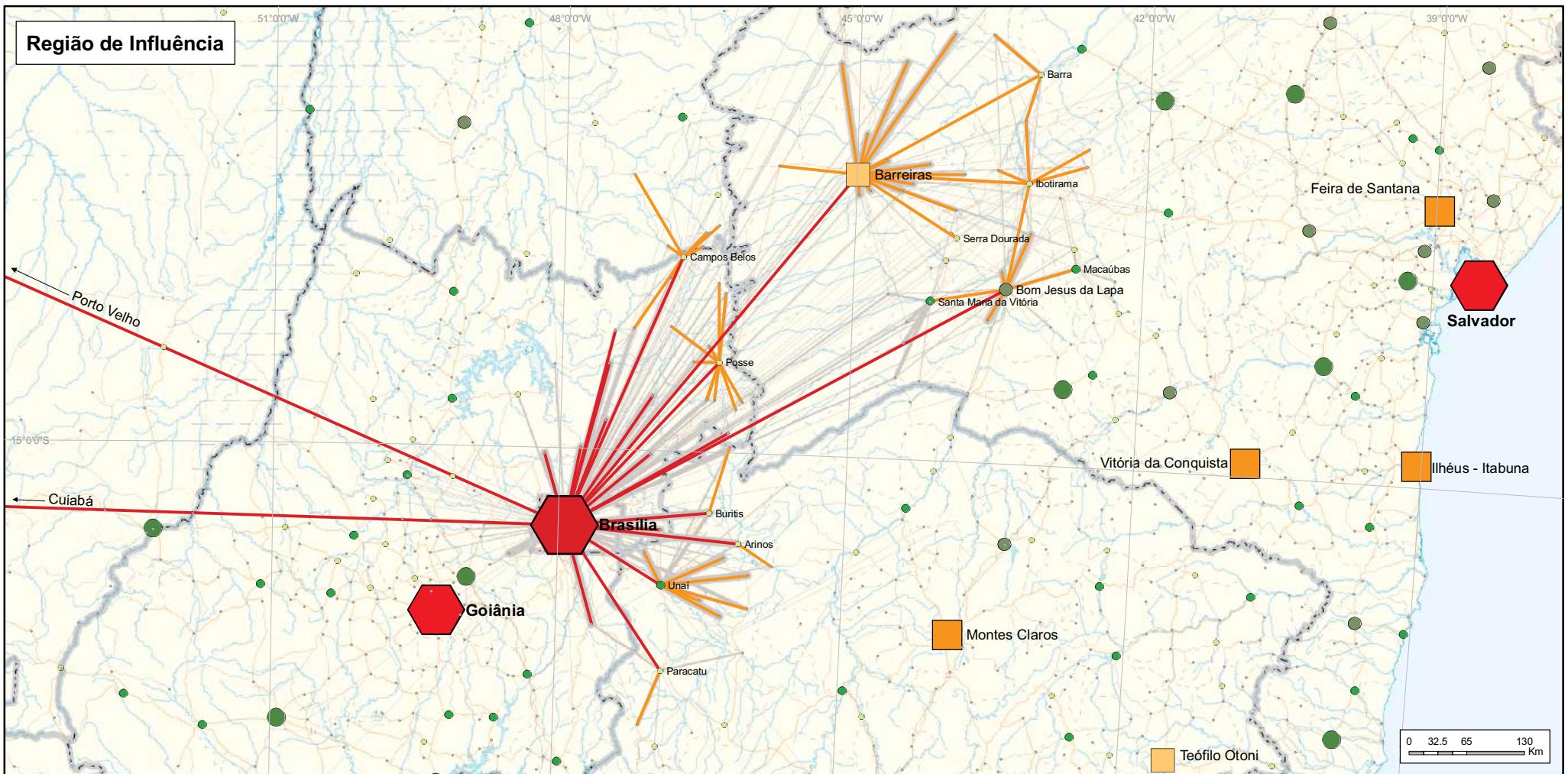


Características	Região de influência de Rio de Janeiro (A)	Participação da região de influência de Rio de Janeiro no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Rio de Janeiro) (B)	Participação de Rio de Janeiro em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	20 750 595	11,28	11 849 940	57,11
Área (km ²)	137 811,66	1,62	6 271,78	4,55
Densidade demográfica (hab/km ²)	150,57	696,84	1 889,41	1 254,82
Número de municípios	264	4,74	19	7,20
Intensidade de relacionamento (1)	3 124	-	424	13,57
PIB 2005 total (1 000 R\$)	309 075 787	14,39	175 520 988,22	56,79
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	130 123 001	14,13	89 373 542,00	68,68
Valor Adicionado Indústria	79 225 150	14,69	24 697 370,18	31,17
Valor adicionado agropecuária	5 846 179	5,56	154 286,23	2,64
Valor adicionado administração pública	44 279 316	15,97	28 150 733,81	63,58
Impostos	49 602 141	16,26	33 145 055,64	66,82
PIB per capita (R\$)	14 895	127,63	14 811,97	99,44

Centros identificados	Capital Regional A: Vitória (ES); Capital Regional B: Juiz de Fora (MG); Capitais Regionais C: Campos de Goytacazes e Volta Redonda-Barra Mansa (RJ) e Cachoeiro de Itapemirim (ES); Centros Subregionais A: Barbacena e Ubá (MG), Cabo Frio, Itaperuna, Macaé, Muriá e Nova Friburgo (RJ), Colatina e São Mateus (ES), Teixeira de Freitas (BA); Centros Subregionais B: Angra dos Reis, Resende e Teresópolis (RJ), Cataguases (MG), Linhares (ES); Centros de Zona A: Santo Antônio de Pádua e Três Rios (RJ), Itamaraju (BA), Aracruz e Nova Venécia (ES), Além Paraíba e Carangola (MG); Centros de Zona B: Araruama, Bom Jesus do Itabapoana, Itacaré, Quatis, Rio Bonito e Valença (RJ), Bicas, Bom Jardim de Minas, Leopoldina, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Visconde do Rio Branco (MG), Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Castelo, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante (ES).
-----------------------	--

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE

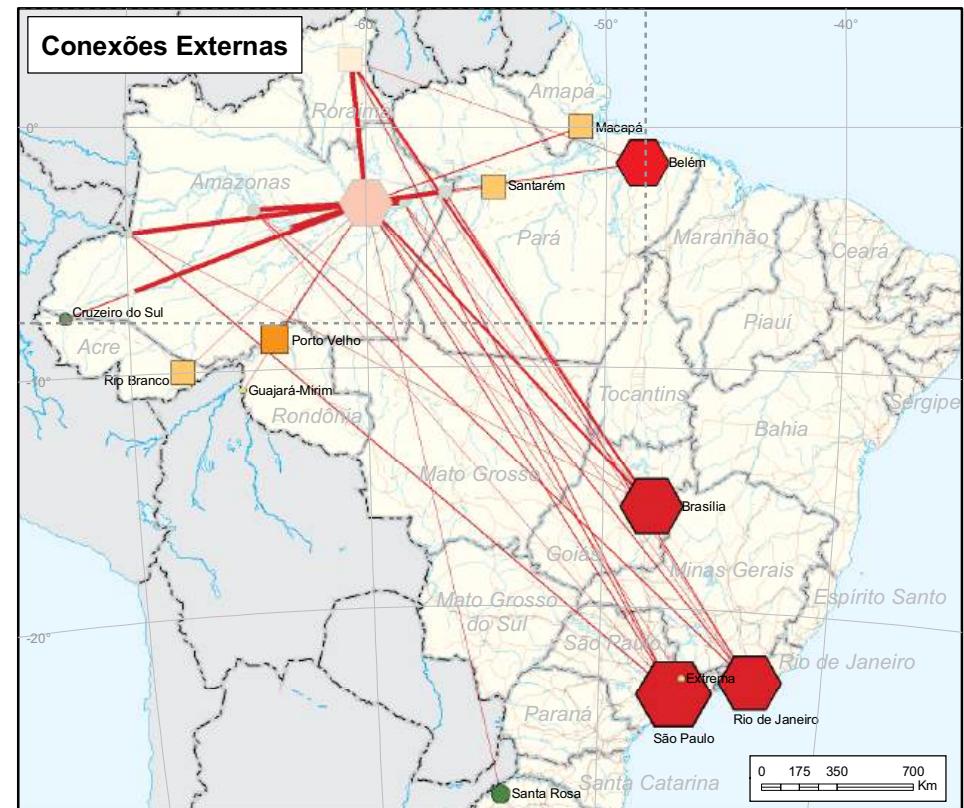
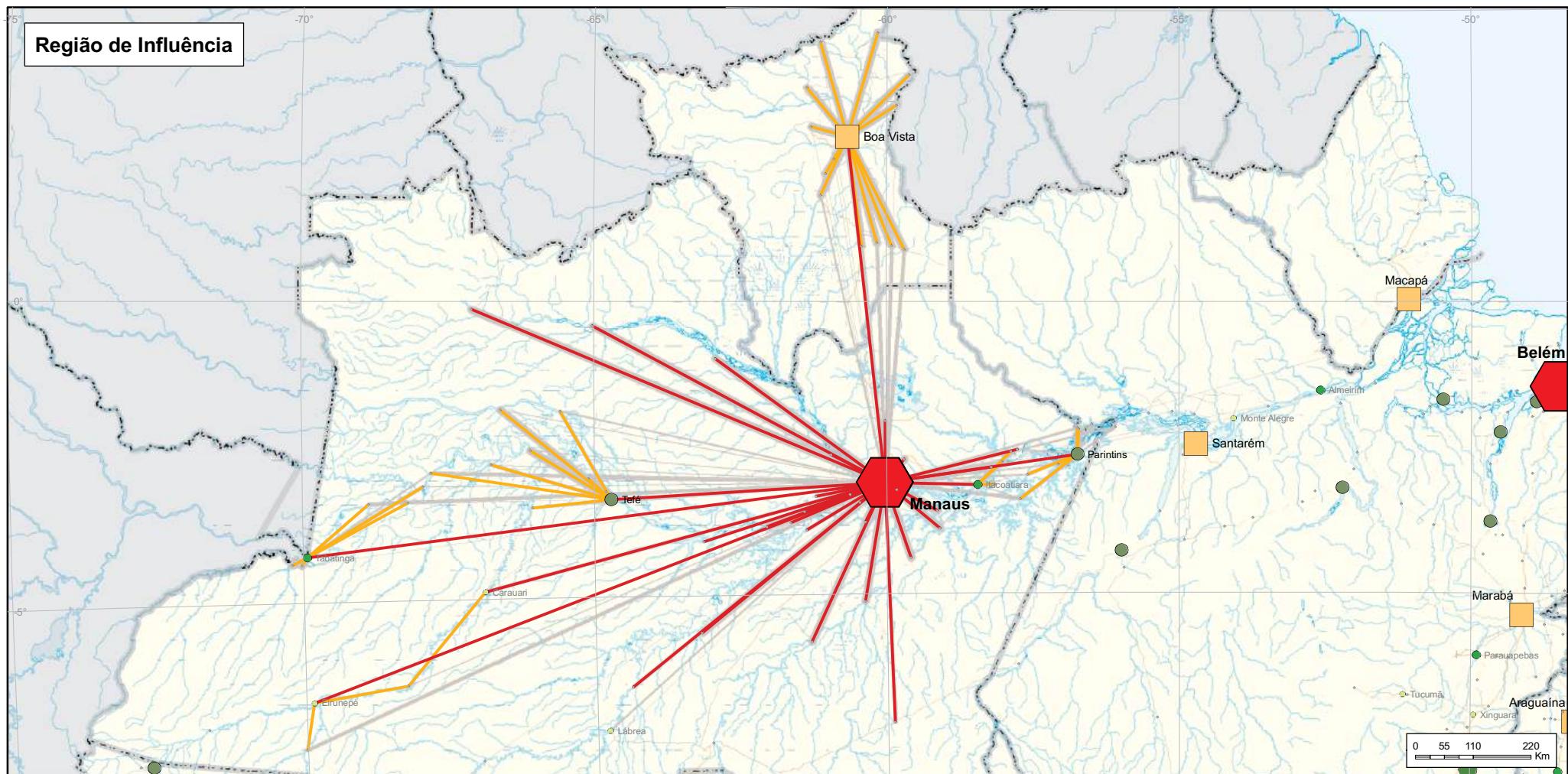
Mapa 6 - Brasília (SP) - Metrópole nacional (1B)



Características	Região de influência de Brasília (A)	Participação da região de influência de Brasília no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Brasília) (B)	Participação de Brasília em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	9 680 621	5,26	3 278 649	33,87
Área (km²)	1 760 733,86	20,69	23 016,84	1,31
Densidade demográfica (hab/km²)	25,45	117,80	142,45	559,63
Número de municípios	298	5,36	10	3,36
Intensidade de relacionamento (1)	2 908	-	309	10,63
PIB 2005 total (1 000 R\$)	148 520 823	6,91	83 923 704,58	56,51
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	49 453 845	9,80	28 352 104,00	57,33
Valor Adicionado Indústria	15 577 611	2,89	6 084 054,98	39,06
Valor adicionado agropecuária	17 762 847	16,89	383 000,08	2,16
Valor adicionado administração pública	49 602 599	17,89	39 531 932,34	79,70
Impostos	16 123 920	5,29	9 572 613,14	59,37
PIB per capita (R\$)	15 342	131,40	25 597,04	166,84
Centros identificados	Capitais Regionais B: Porto Velho (RO) e Cuiabá (MT); Capitais Regionais C: Rio Branco (AC) e Barreiras (BA); Centro Subregional A: Ji-Paraná (RO); Centros Subregionais B: Ariquemes, Cacoal e Vilhena (RO), Cruzeiro do Sul (AC) e Bom Jesus da Lapa (BA); Centros de Zona A: Jaru e Rolim Moura (RO), Macaúbas e Santa Maria da Vitória (BA) e Unai (MG); Centros de Zona B: Cerejeiras, Guajará-Mirim e Ouro Preto do Oeste (RO), Brasiéria, Sena Madureira e Tarauacá (AC), Lábrea (AM), Barra, Boquirá, Ibotirama, Santana e Serra Dourada (BA), Arinos, Buritis e Paracatu (MG), Comodoro (MT), Campos Belos e Posse (GO).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

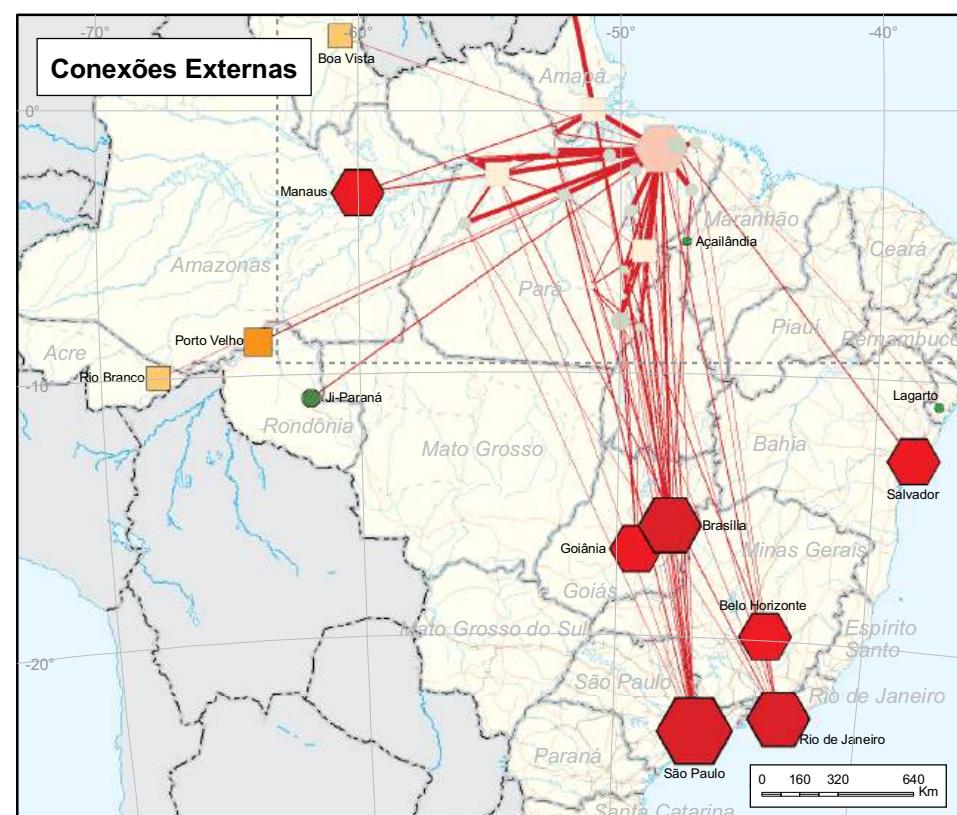
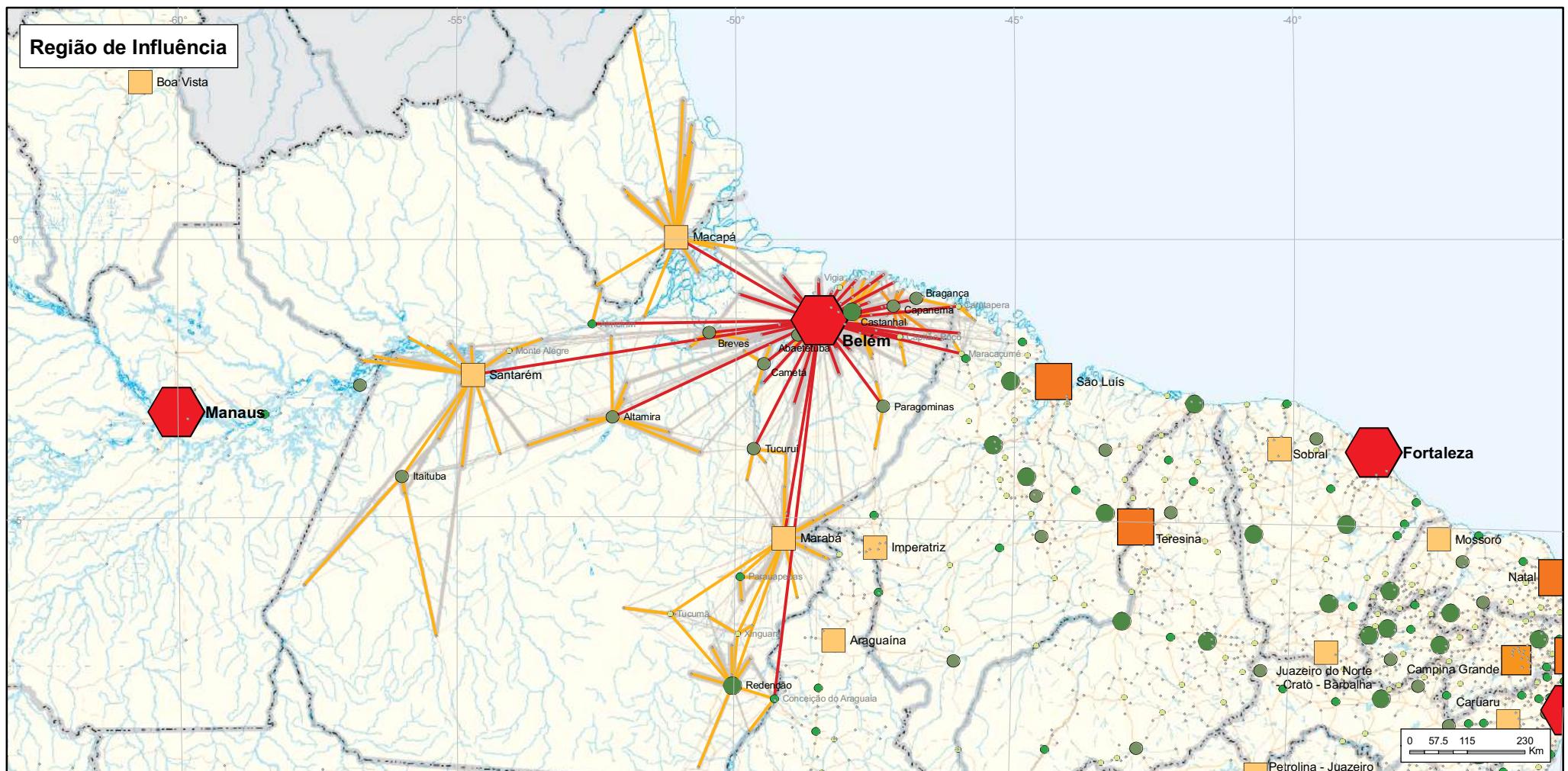
Mapa 7 – Manaus (AM) – Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Manaus (A)	Participação da região de influência de Manaus no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Manaus) (B)	Participação de Manaus em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	3 480 028	1,89	1 646 602	47,32
Área (km²)	1 617 427,98	19,00	11 401,06	0,70
Densidade demográfica (hab/km²)	2,15	9,96	144,43	6 712,52
Número de municípios	72	1,29	1	1,39
Intensidade de relacionamento (1)	554	-	299	53,97
PIB 2005 total (1 000 R\$)	36 064 497	1,68	27 214 212,77	75,46
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	10 294 736	1,12	8 325 451,00	80,87
Valor Adicionado Indústria	12 622 743	2,34	11 307 489,35	89,58
Valor adicionado agropecuária	1 535 424	1,46	29 791,05	1,94
Valor adicionado administração pública	5 898 350	2,13	2 358 323,96	39,98
Impostos	5 713 244	1,87	5 193 157,72	90,90
PIB per capita (R\$)	10 363	88,80	16 527,50	159,48
Centros identificados	Capital Regional C: Boa Vista (RR); Centros Subregionais B: Parintins e Tefé (AM); Centros de Zona A: Itacoatiara e Tabatinga (AM); Centros de Zona B: Carauari e Eirunepé (AM).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

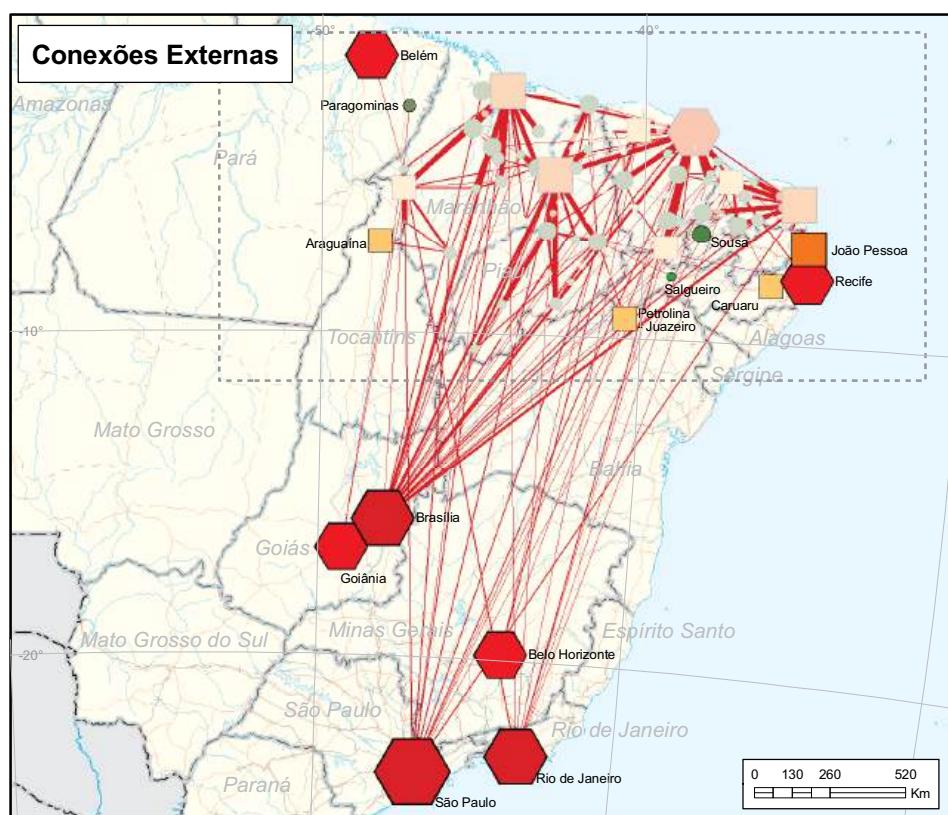
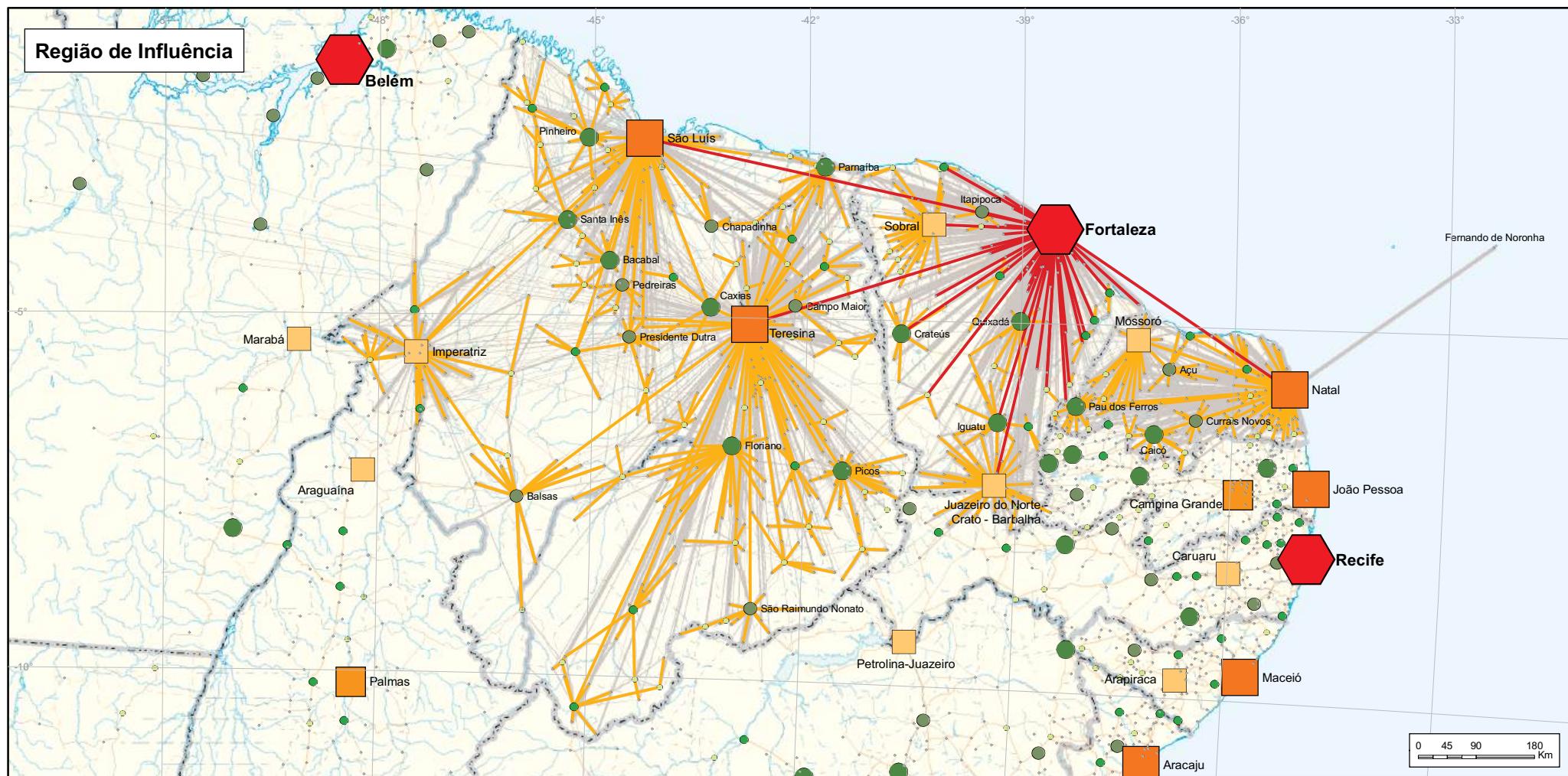
Mapa 8 - Belém (PA) - Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Belém (A)	Participação da região de influência de Belém no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Belém) (B)	Participação de Belém em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	7 686 082	4,18	2 114 383	27,51
Área (km²)	1 389 659,23	16,32	2 851,45	0,21
Densidade demográfica (hab/km²)	5,53	25,60	741,51	13 406,69
Número de municípios	161	2,89	5	3,11
Intensidade de relacionamento (1)	1 575	-	522	33,14
PIB 2005 total (1 000 R\$)	43 460 517	2,02	16 763 912,95	38,57
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	15 135 783	1,70	8 141 067,00	53,79
Valor Adicionado Indústria	12 135 783	2,25	4 183 875,90	34,48
Valor adicionado agropecuária	3 300 911	3,14	49 890,25	1,51
Valor adicionado administração pública	8 178 491	2,95	1 892 580,83	23,14
Impostos	4 152 749	1,36	2 496 498,71	60,12
PIB per capita (R\$)	5 654	48,45	7 928,51	140,22
Centros identificados	Capitais Regionais C: Marabá e Santarém (PA) e Macapá (AP); Centros Subregionais A: Castanhal e Redenção (PA); Centros Subregionais B: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Itaituba, Paragominas e Tucuruí (PA); Centros de Zona A: Almeirim, Conceição do Araguaia e Parauapebas (PA); Centros de Zona B: Capitão Poço, Monte Alegre, Tucumã, Vigia e Xinguara (PA) e Carutapera e Maracácumé (MA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

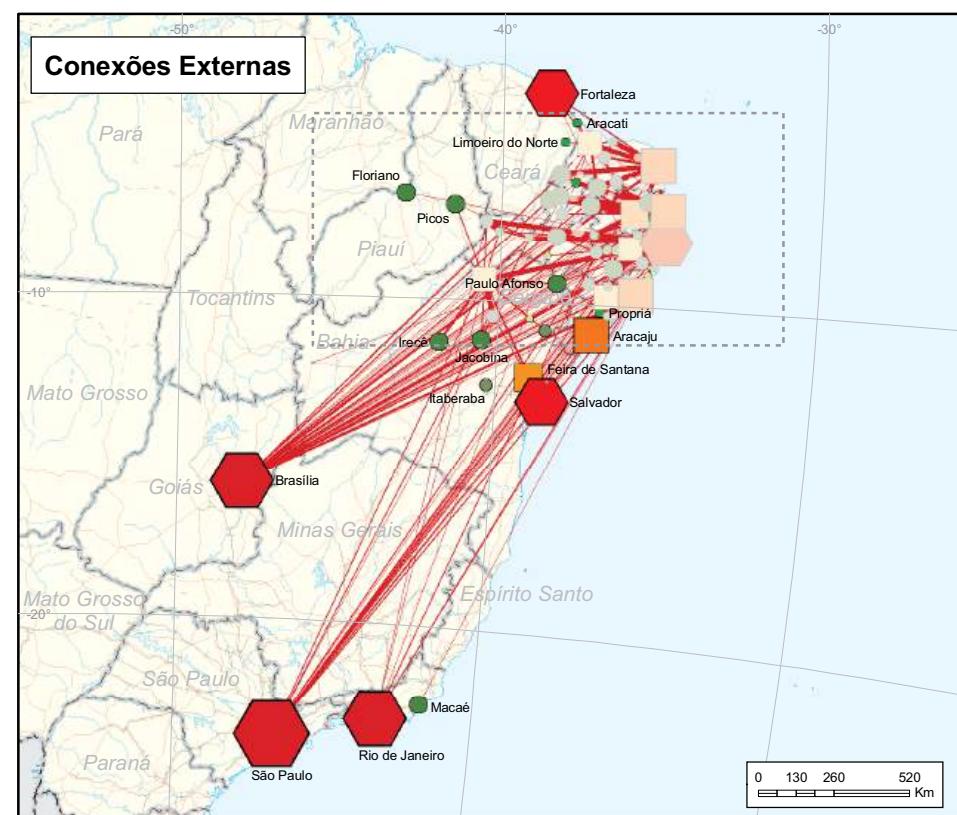
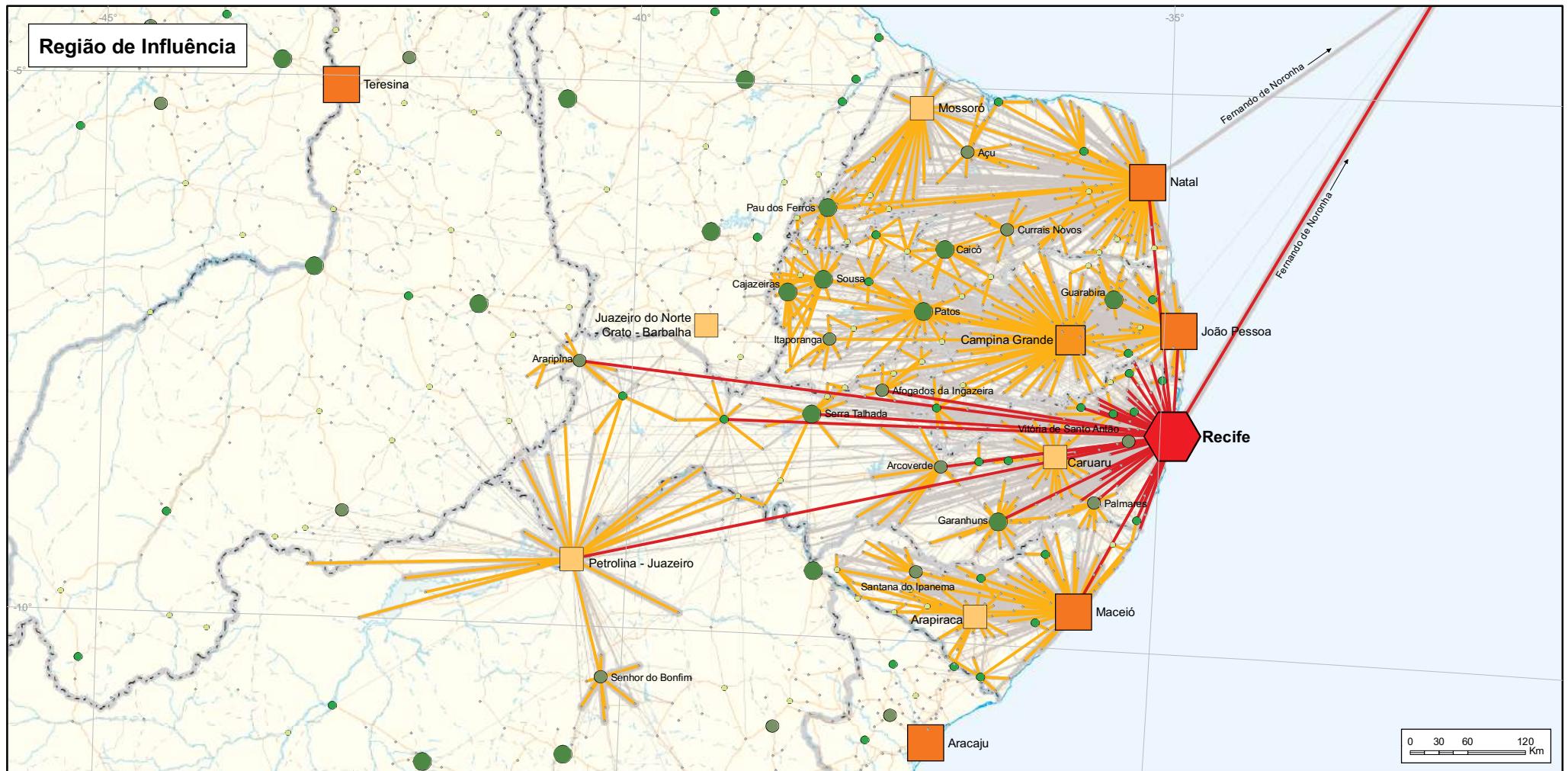
Mapa 9 - Fortaleza (CE) - Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Fortaleza (A)	Participação da região de influência de Fortaleza no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Fortaleza) (B)	Participação de Fortaleza em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	20 573 035	11,18	3 250 937	15,80
Área (km²)	792 410,65	9,31	3 078,33	0,39
Densidade demográfica (hab/km²)	25,96	120,15	1 056,07	4 067,67
Número de municípios	786	14,13	8	1,02
Intensidade de relacionamento (1)	8 530	-	830	9,73
PIB 2005 total (1 000 R\$)	95 945 410	4,47	24 664 582,69	25,71
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	40 161 793	4,36	12 686 071,00	31,59
Valor Adicionado Indústria	18 205 365	3,38	5 265 240,47	28,92
Valor adicionado agropecuária	8 332 085	7,92	109 982,95	1,32
Valor adicionado administração pública	18 771 553	6,77	3 173 691,35	16,91
Impostos	10 474 614	3,43	3 429 596,51	32,74
PIB per capita (R\$)	4 664	39,96	7 586,92	162,68
Centros identificados	Capitais Regionais A: São Luís (MA), Teresina (PI) e Natal (RN); Capitais Regionais C: Juazeiro-Crato-Barbalha e Sobral (CE), Imperatriz (MA) e Mossoró (RN); Centros Subregionais A: Crateús, Iguatu e Quixadá (CE), Bacabal, Caxias, Pinheiro e Santa Inês (MA), Floriano, Parnaíba e Picos (PI), Caiçó e Pau dos Ferros (RN); Centros Subregionais B: Itapipoca (CE), Balsas, Chapadinha, Pedreiras e Presidente Dutra (MA), Campo Maior e São Raimundo Nonato (PI), Açu e Currais Novos (RN); Centros de Zona A: Acerá, Aracati, Canindé, Icó, Limoeiro do Norte, Russas (CE), Açaílândia, Barra do Corda, Codó, Cururupu, Governador Nunes Freire (MA), Bom Jesus, Corende, Esperantina, Oeiras, Piripiri (PI), João Câmara, Macau (RN); Centros de Zona B: Brejo Santo, Camocim, Cruz, Guaraciaba do Norte, Ipu, Iracema, Itapagé, Jaguaripe, São Benedito, Senador Pompeu, Tauá (CE), Araguatins (TO), Alto Parnaíba, Araioses, Brejo, Coelho Neto, Colinas, Esperantinópolis, Fortaleza dos Nogueiras, Grajáu, Lago da Pedra, Maracajumé, Mirinzal, Pio XII, Presidente Juscelino, Santa Helena, Santa Luzia do Pará, São Bentinho, São João dos Patos, Tutóia, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca (MA), Água Branca, Alto Longá, Amarante, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Canto do Buriti, Caracol, Castelo do Piauí, Curimatá, Fronteiras, Gilbués, Jaicós, Luzilândia, Paulistana, Pedro II, Piracuruca, São João do Piauí, São Miguel do Tapuio, Simplicio Mendes, União, Uruçuí e Valença do Piauí (PI), Alexandria, Apodi, Canguaretama, Parehas, Passa e Fica, Patu, Santa Cruz, Santo Antônio, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal (RN) e São Bento (PB).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

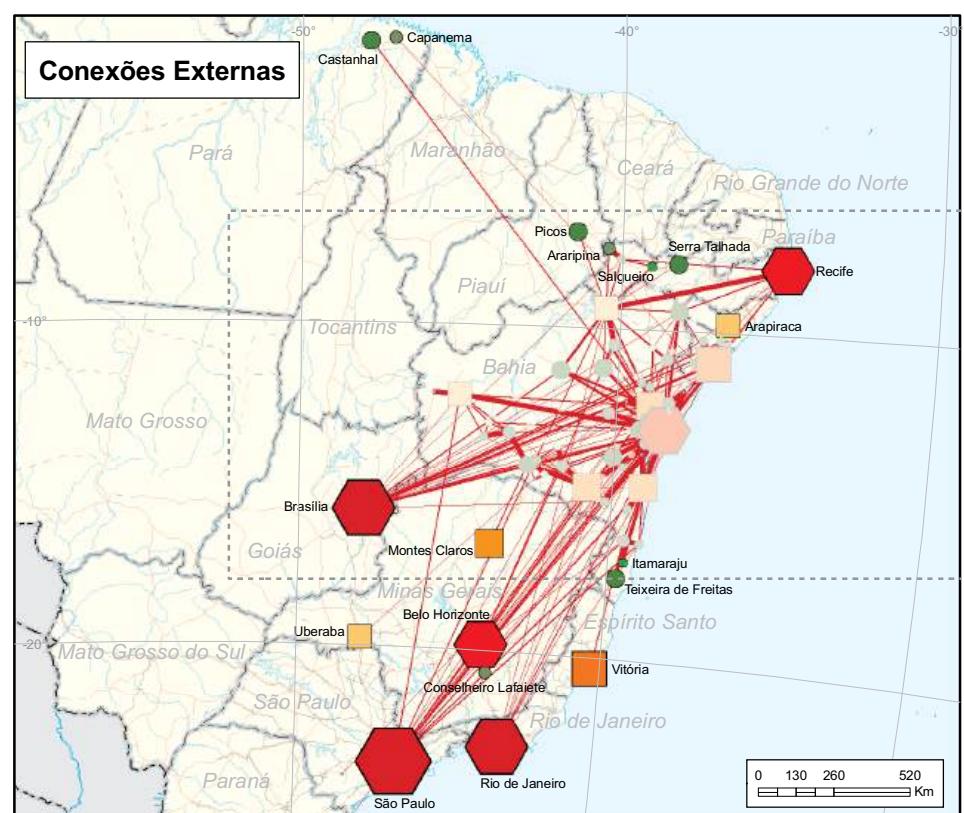
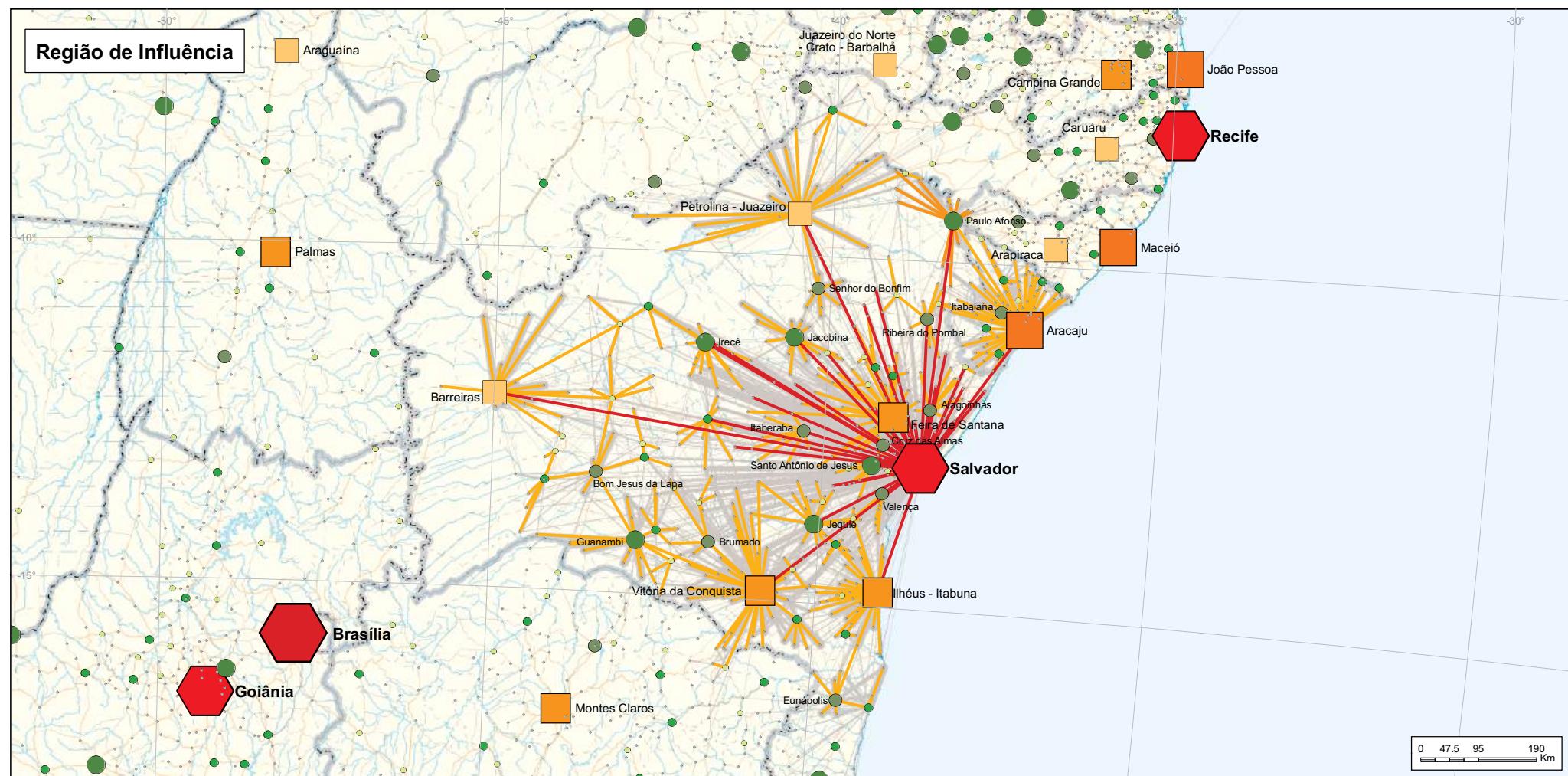
Mapa 10 - Recife (PE) - Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Recife (A)	Participação da região de influência de Recife no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Recife) (B)	Participação de Recife em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	18 875 595	10,26	3 677 355	19,48
Área (km ²)	306 881,59	3,60	2 769,75	0,90
Densidade demográfica (hab/km ²)	61,51	284,65	1 327,69	2 158,57
Número de municípios	666	11,97	14	2,10
Intensidade de relacionamento (1)	8 164	-	704	8,62
PIB 2005 total (1 000 R\$)	101 101 402	4,71	29 347 968,56	29,03
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	39 907 555	4,34	13 613 042,00	34,11
Valor Adicionado Indústria	20 695 689	3,84	6 204 698,76	29,98
Valor adicionado agropecuária	5 628 541	5,35	200 452,52	3,56
Valor adicionado administração pública	22 327 948	8,05	4 332 169,12	19,40
Impostos	12 541 669	4,11	4 997 606,61	39,85
PIB per capita (R\$)	5 356	45,90	7 980,73	149,00
Centros identificados	Capitais Regionais A: Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL); Capital Regional B: Campina Grande; Capitais Regionais C: Mossoró (RN), Arapiraca (AL), Caruaru (PE) e Petrolina (PE)-Juazeiro (BA); Centros Subregionais A: Garanhuns e Serra Talhada (PE), Caicó e Pau dos Ferros (RN), Cajazeiras, Guarabira, Patos e Sousa (PB); Centros Subregionais B: Afogados da Ingazeira, Araripe, Arcos, Palmares e Vitória de Santo Antônio (PE), Açu e Currais Novos (RN), Itaporanga (PB), Santana do Ipanema (AL) e Senhor do Bonfim (BA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 11 – Salvador (BA) – Metrópole (1C)

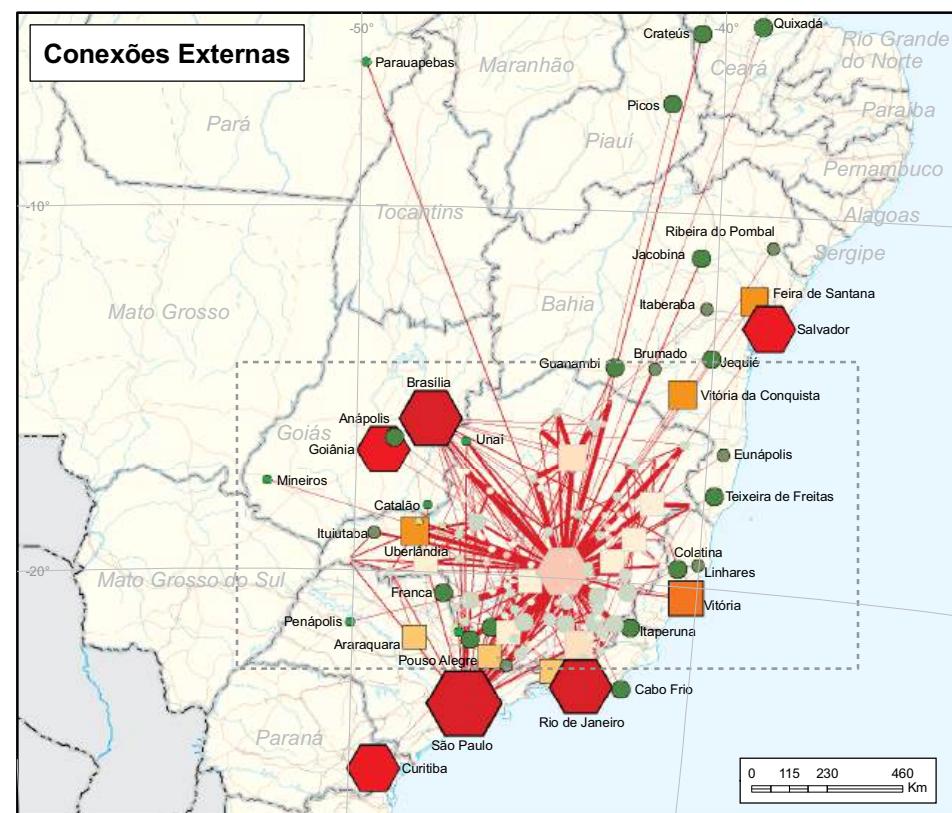
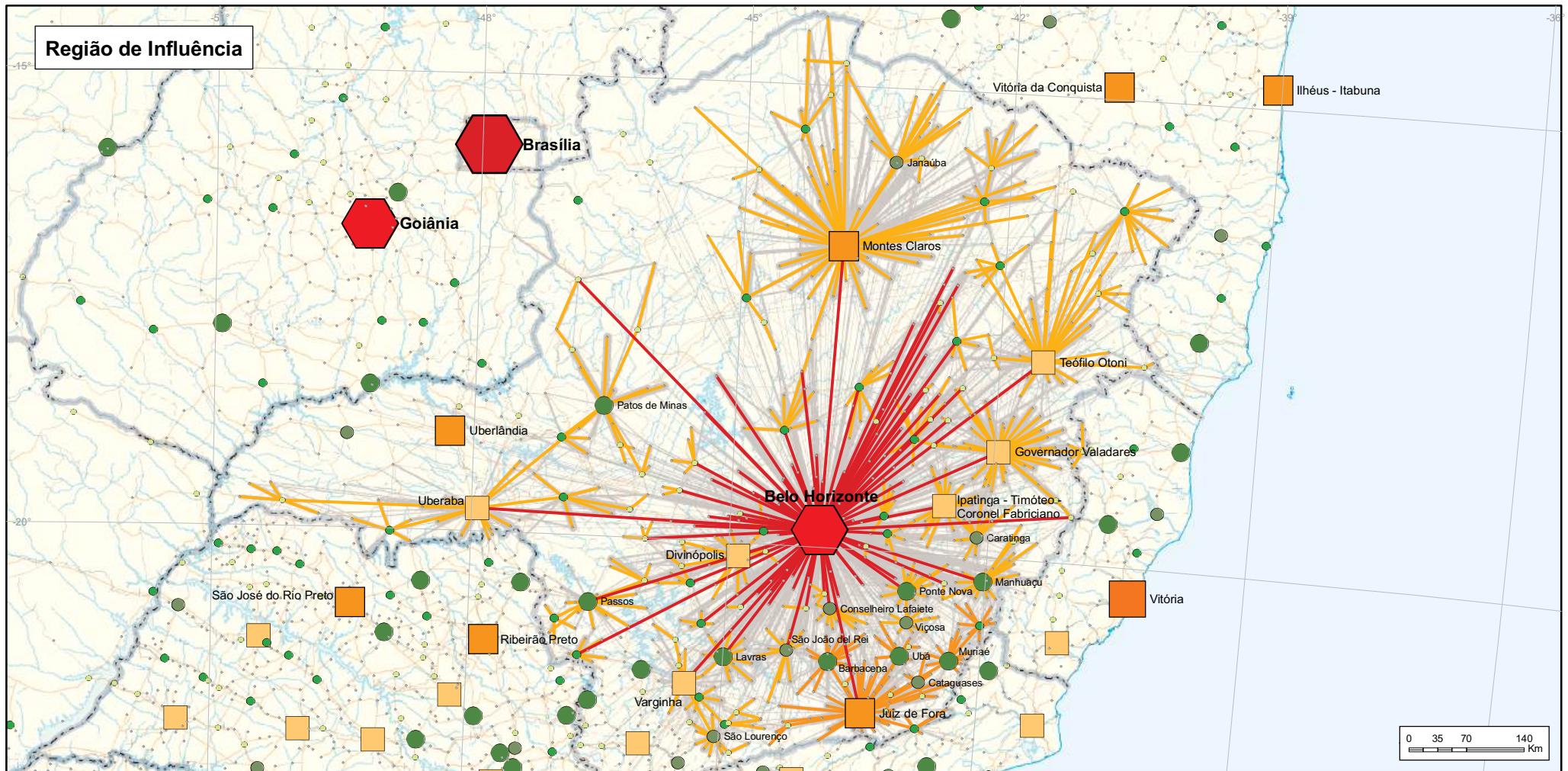


Características	Região de influência de Salvador (A)	Participação da região de influência de Salvador no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Salvador) (B)	Participação de Salvador em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	16 335 288	8,88	3 664 096	22,43
Área (km ²)	589 229,74	6,92	3 928,23	0,67
Densidade demográfica (hab/km ²)	27,72	128,30	932,76	3 364,55
Número de municípios	486	8,73	12	2,47
Intensidade de relacionamento (1)	5 869	-	1 207	20,57
PIB 2005 total (1 000 R\$)	104 996 166	4,89	46 204 061,77	44,01
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	38 905 030	4,23	18 371 236,00	47,22
Valor Adicionado Indústria	29 385 100	5,45	16 357 419,13	55,67
Valor adicionado agropecuária	7 137 116	6,79	70 699,30	0,99
Valor adicionado administração pública	15 467 804	5,58	3 164 604,07	20,46
Impostos	14 101 117	4,62	8 240 103,18	58,44
PIB per capita (R\$)	6 428	55,08	12 609,95	196,19

Centros identificados	<p>Capital Regional A: Aracaju (SE); Capitais Regionais B: Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA); Capitais Regionais C: Petrolina (PE)-Juazeiro (BA) e Barreiras (BA); Centros Subregionais A: Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Santo Antônio de Jesus (BA); Centros Subregionais B: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Eunápolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Valença (BA) e Itabaiana (SE); Centros de Zona A: Caetité, Camacan, Conceição do Coité, Ipiáu, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique (BA), Ouricuri (PE), Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá (SE); Centros de Zona B: Amargosa, Barra, Boqueirá, Caculé, Capim Grosso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Gandu, Ibicarai, Ibotirama, Jaguauara, Livramento de Nossa Senhora, Nazaré, Paramirim, Poções, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santana, Serra Dourada e Valente (BA), Belém de São Francisco (PE), Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores (SE) e Pedra Azul (MG).</p>
-----------------------	--

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 12 - Belo Horizonte (MG) - Metrópole (1C)

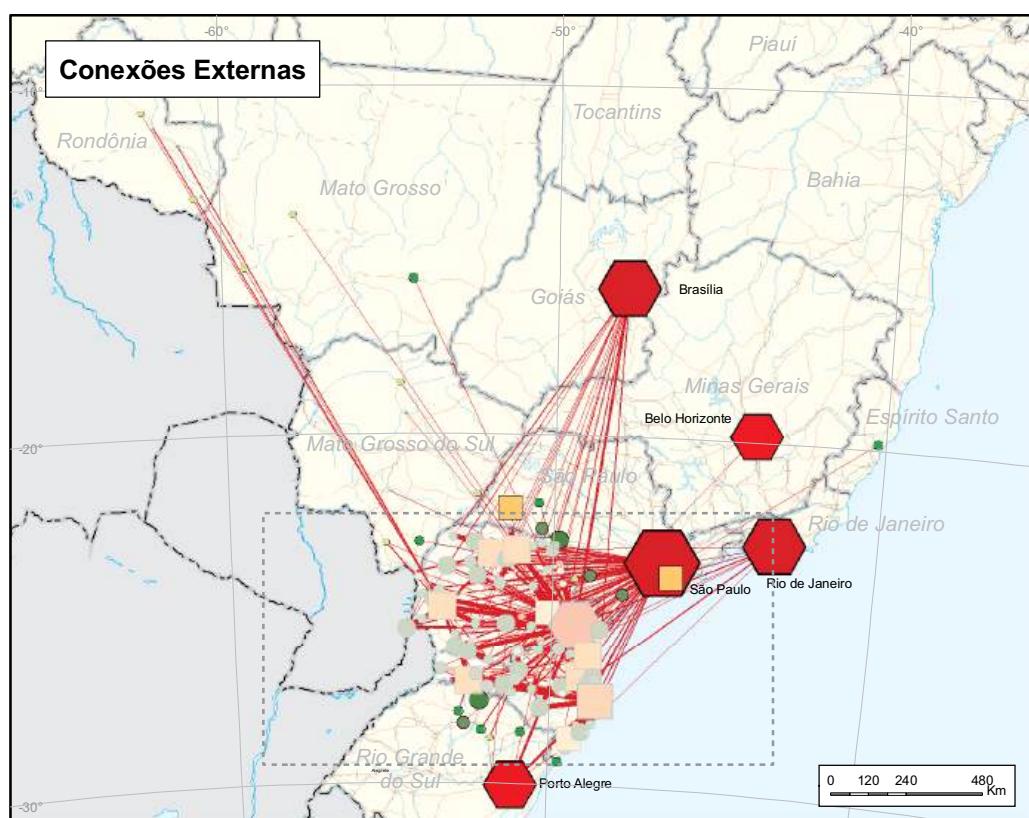
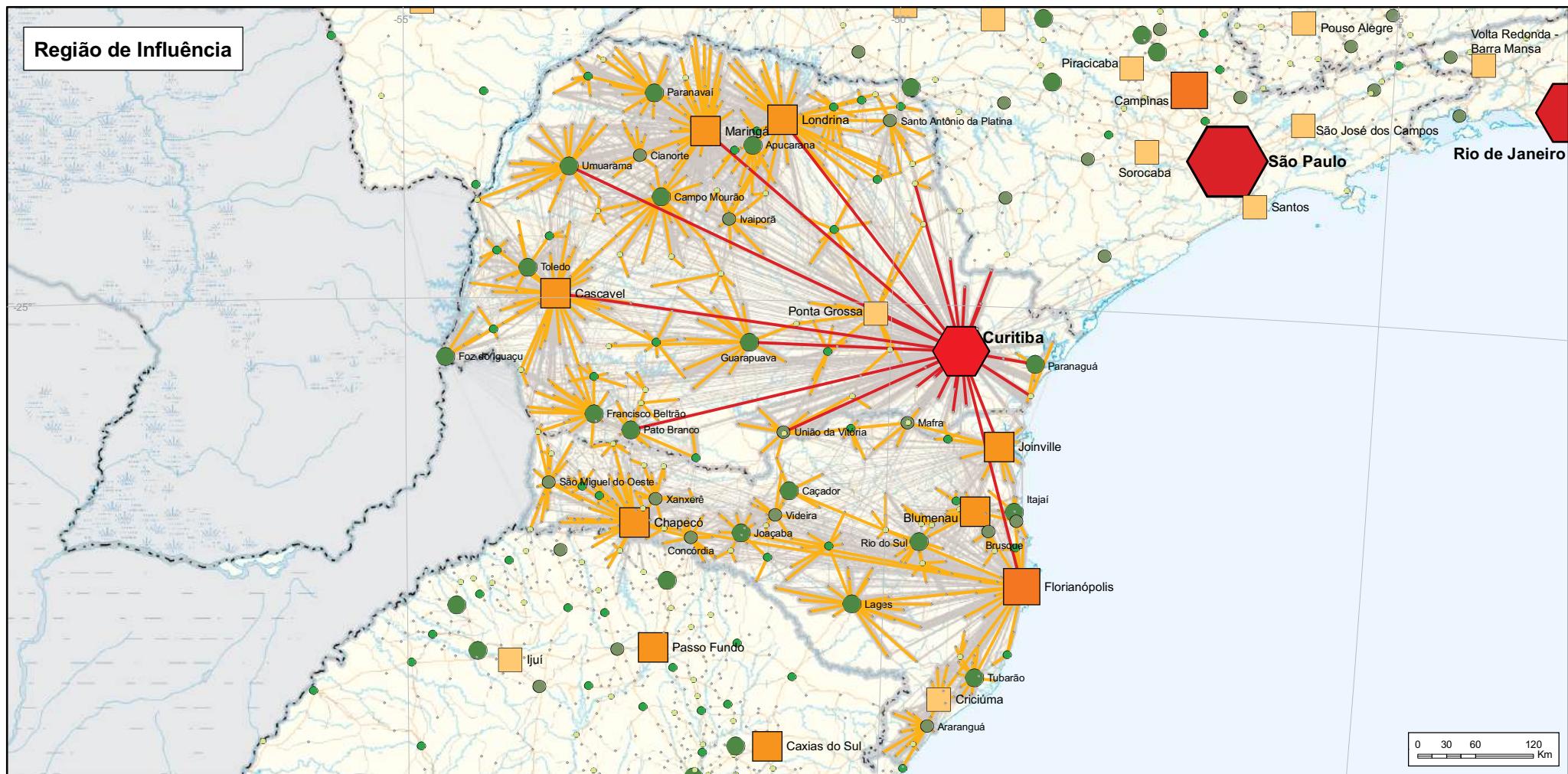


Características	Região de influência de Belo Horizonte (A)	Participação da região de influência de Belo Horizonte no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Belo Horizonte) (B)	Participação de Belo Horizonte em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	16 745 821	9,10	5 100 265	30,46
Área (km²)	483 729,84	5,68	6 830,17	1,41
Densidade demográfica (hab/km²)	34,62	160,21	746,73	2 157,04
Número de municípios	698	12,54	28	4,01
Intensidade de relacionamento (1)	8 520	-	1 989	23,35
PIB 2005 total (1 000 R\$)	160 464 785	7,47	64 764 628,32	40,36
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	63 082 309	6,85	28 670 526,00	45,45
Valor Adicionado Indústria	45 258 026	8,39	18 201 777,94	40,22
Valor adicionado agropecuária	11 611 231	11,04	192 569,65	1,66
Valor adicionado administração pública	19 520 133	7,04	6 299 543,36	32,27
Impostos	20 993 086	6,88	11 400 211,06	54,30
PIB per capita (R\$)	9 582	82,11	12 698,29	132,52

Centros identificados	Capitais Regionais B: Juiz de Fora e Montes Claros (MG); Capitais Regionais C: Divinópolis, Governador Valadarez, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Uberaba e Varginha (MG); Centros Subregionais A: Barbacena, Lavras, Manhuaçu, Muriaé, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova e Ubá (MG); Centros Subregionais B: Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Janaúba, São João del Rei, São Lourenço e Viçosa (MG); Centros de Zona A: Além Paraíba, Almenara, Araçuaí, Araxá, Campo Belo, Capelinha, Carangola, Caxambu, Curvelo, Diamantina, Formiga, Frutal, Guanhães, Guaxupé, Itabira, Januária, João Monlevade, Pará de Minas, Patrocínio, Pirapora, Salinas, São Sebastião do Paraíso e Três Corações (MG); Centros de Zona B: Abaeté, Abre Campo, Águas Formosas, Aimorés, Arcos, Baependi, Bambuí, Bicas, Boa Esperança, Bom Jardim de Minas, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coluna, Congonhas, Cruzilândia, Dores do Iardá, Entre Rios de Minas, Ipanema, Itacarambi, Itamonte, Itaúna, Iturama, Joaíma, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Lambari, Leopoldina, Malacacheta, Manga, Mantena, Nanuque, Oliveira, Paracatu, Peçanha, Pitangui, Piumhi, Porteirinha, Resplendor, Rio Pomba, Santa Bárbara, Santa Maria do Suáqui, Santos Dumont, São Francisco, São Gotardo, São João Evangelista, São João Nepomuceno, Serro, Taiobeiras, Três Pontas, Turmalina, Várzea da Palma, Vazante, Virginópolis e Visconde do Rio Branco (MG).
-----------------------	--

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

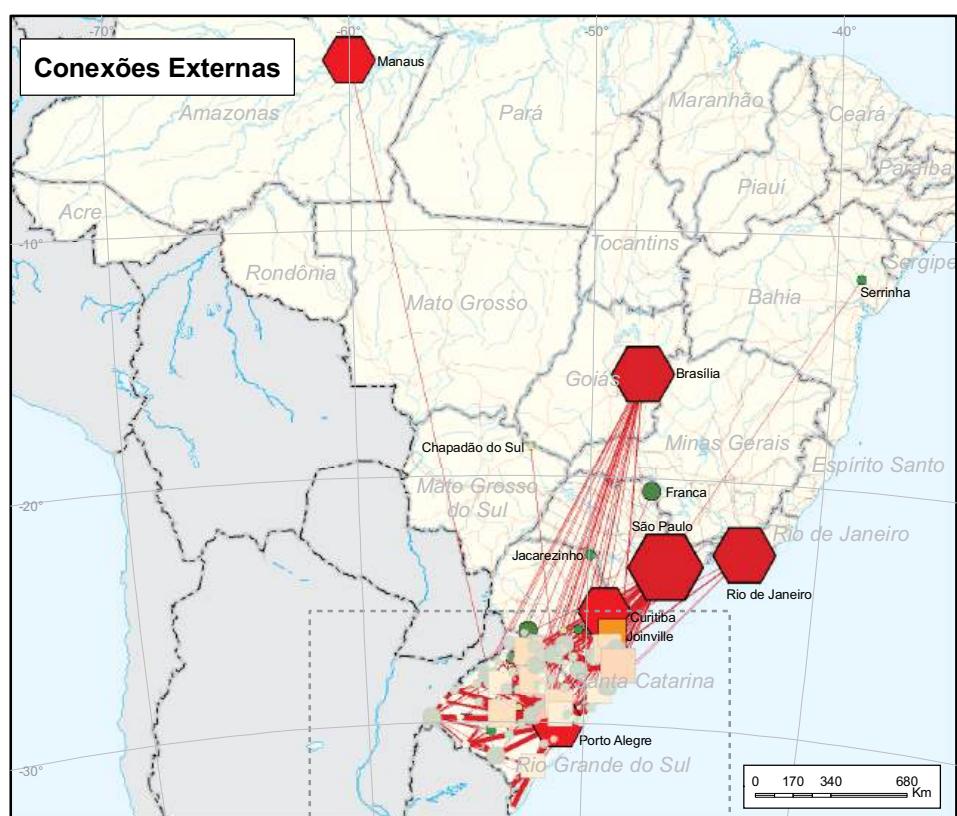
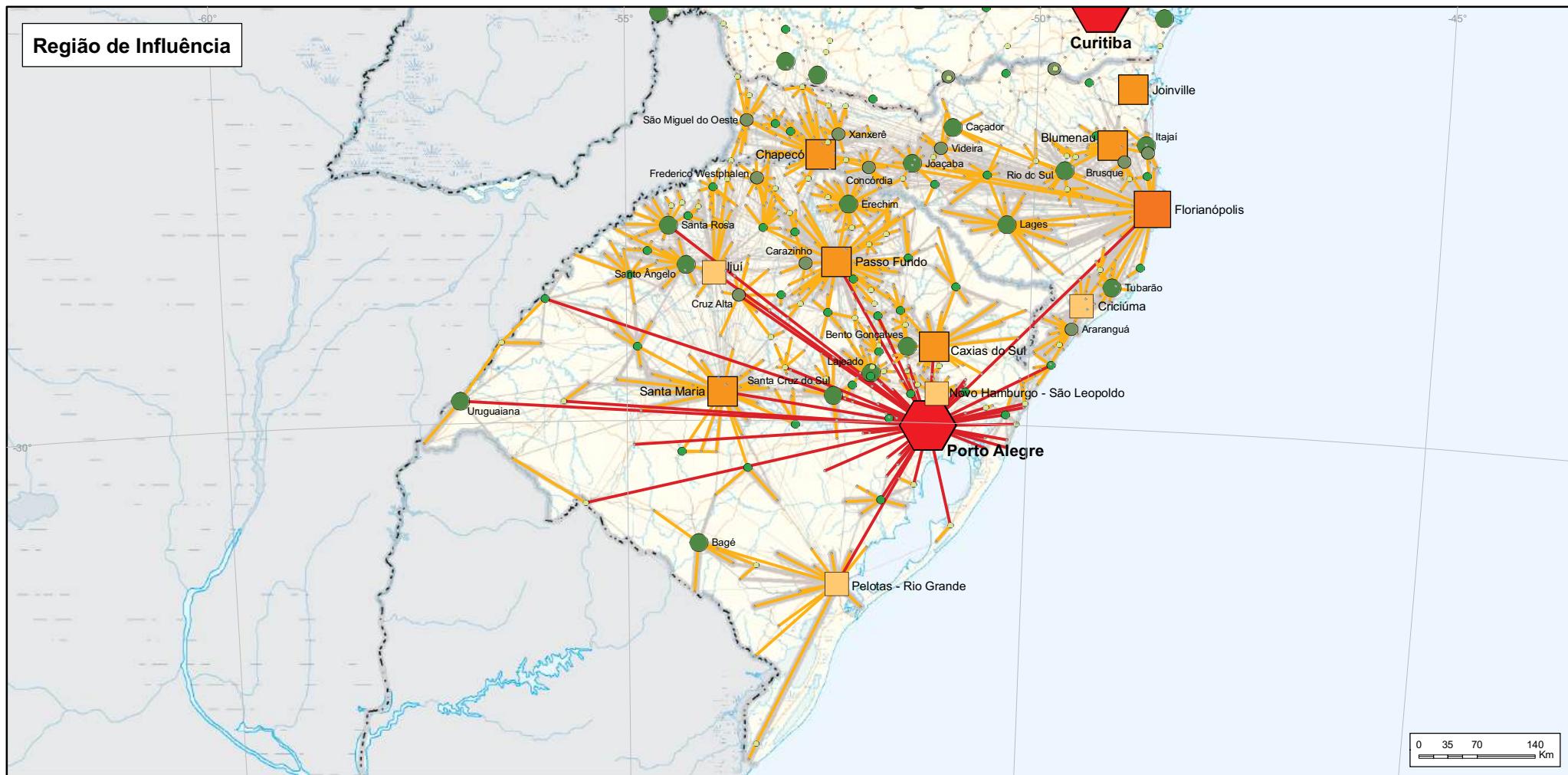
Mapa 13 - Curitiba (PR) - Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Curitiba (A)	Participação da região de influência de Curitiba no Brasil [(A)x100/Valor Brasil]	Núcleo da rede (Curitiba) (B)	Participação de Curitiba em sua região de influência [(B)x100/(A)]
População total (2007)	16 178 968	8,79	3 001 839	18,55
Área (km²)	295 024,25	3,46	6 019,28	2,04
Densidade demográfica (hab/km²)	54,84	253,79	498,70	909,39
Número de municípios	666	11,97	14	2,10
Intensidade de relacionamento (1)	9 113	-	812	8,91
PIB 2005 total (1 000 R\$)	211 981 322	9,87	49 893 092,79	23,54
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	91 142 972	9,90	24 105 393,00	26,45
Valor Adicionado Indústria	58 723 863	10,89	13 724 330,68	23,37
Valor adicionado agropecuária	15 594 243	14,83	203 262,91	1,30
Valor adicionado administração pública	19 988 250	7,21	3 472 277,54	17,37
Impostos	26 531 994	8,70	8 387 828,90	31,61
PIB per capita (R\$)	13 102	112,27	16 620,84	126,85
Centros identificados	Capital Regional A: Florianópolis (SC); Capitais Regionais B: Cascavel, Londrina e Maringá (PR), Blumenau, Chapecó e Joinville (SC); Capitais Regionais C: Ponta Grossa (PR) e Criciúma (SC); Centros Subregionais A: Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Toledo e Umuarama (PR), Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages, Rio do Sul e Tubarão (SC); Centros Subregionais B: Cianorte, Ivaiporã, Santo Antônio da Platina e União da Vitória (PR), Araranguá, Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, Mafrá, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxeré (SC); Centros de Zona A: Arapongas, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, Ibaiti, Iratí, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Laranjeiras do Sul, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palmas e Telêmaco Borba (PR), Campos Novos, Canoinhas, Curitibanos, Imbituba, Maravilha, Pinhalzinho, São Bento do Sul, Tijucas e Timbó (SC); Centros de Zona B: Andirá, Barracão, Campina da Lagoa, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Faxinal, Goioerê, Guaira, Jaguariaíva, Matinhos, Nova Londrina, Palmeira, Paranaíta, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Rio Negro, Roncador, São João do Ivaí, São Mateus do Sul, Siqueira Campos e Wenceslau Braz (PR), Abelardo Luz, Braço do Norte, Capinzal, Ibirama, Indaiá, Itapiranga, Ituporanga, Ponte Serrada, Porto União, Presidente Getúlio, São Domingos, São João Batista, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Seara, Sombrio, Taió, Tangará e Xaxim (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 14 - Porto Alegre (RS) - Metrópole (1C)

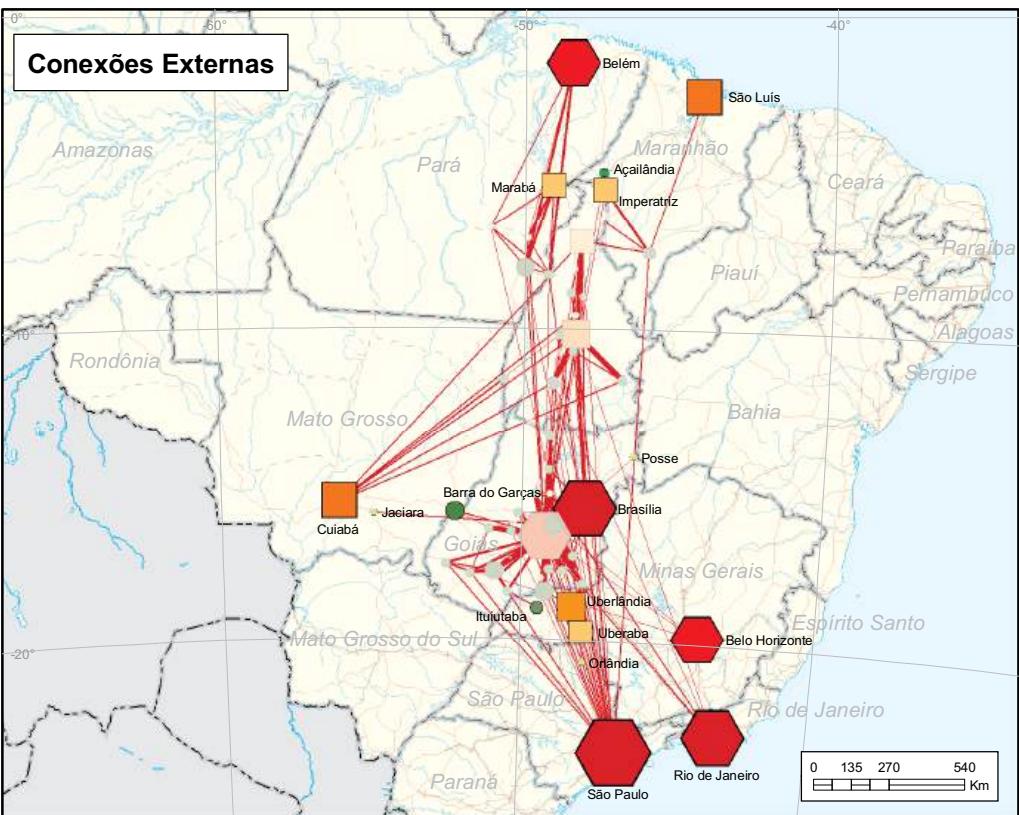
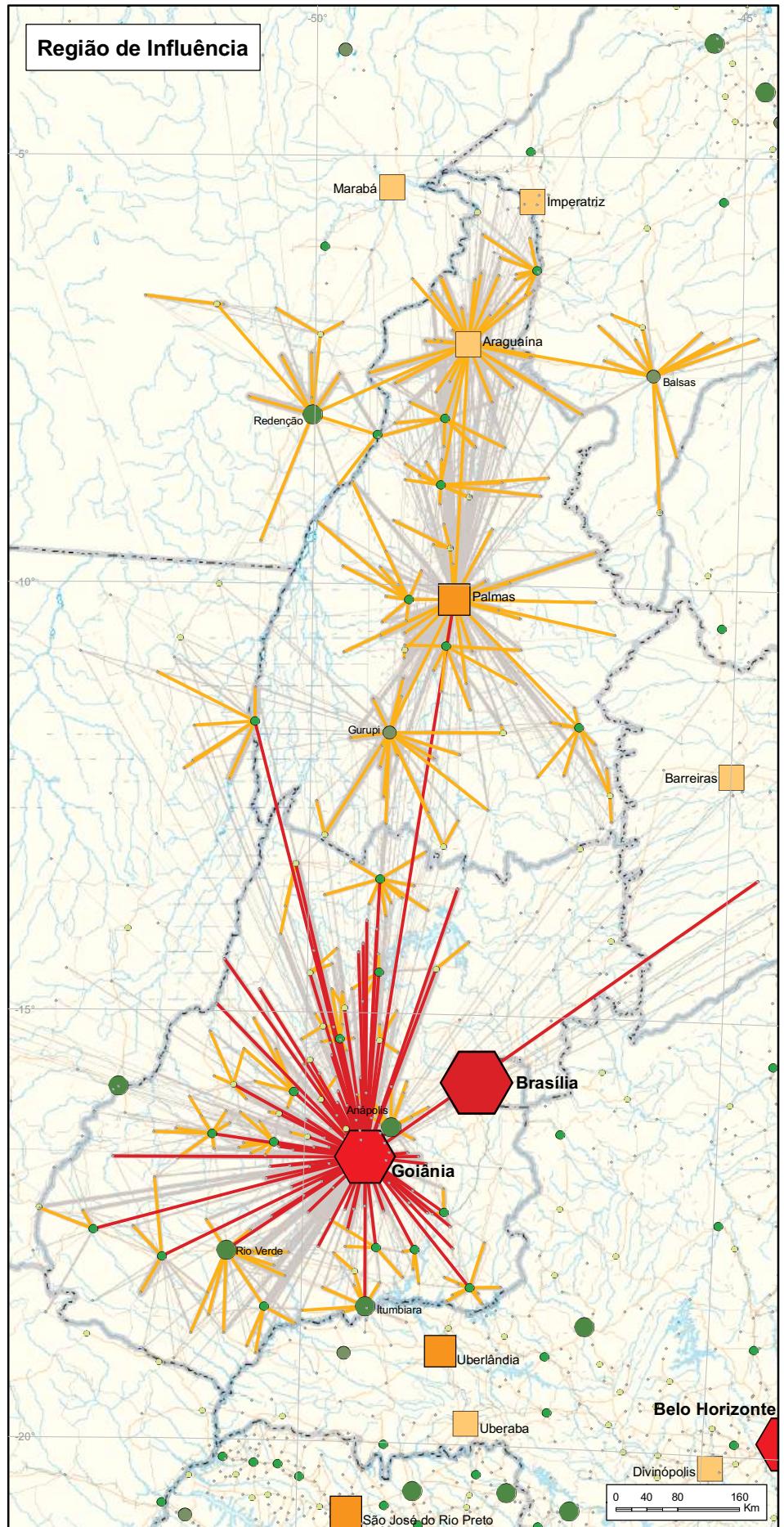


Características	Região de influência de Porto Alegre (A)	Participação da região de influência de Porto Alegre no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Porto Alegre) (B)	Participação de Porto Alegre em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	15 302 496	8,32	2 941 435	19,22
Área (km²)	349 316,91	4,10	4 317,19	1,24
Densidade demográfica (hab/km²)	43,81	202,73	681,33	1 555,31
Número de municípios	733	13,17	12	1,64
Intensidade de relacionamento (1)	9 088	-	1 204	13,25
PIB 2005 total (1 000 R\$)	209 042 241	9,74	50 410 445,70	24,11
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	88 666 219	9,63	25 495 983,00	28,76
Valor Adicionado Indústria	54 789 928	10,16	10 962 972,55	20,01
Valor adicionado agropecuária	14 199 239	13,50	135 059,14	0,95
Valor adicionado administração pública	22 798 297	8,22	4 864 543,87	21,34
Impostos	28 588 558	9,37	8 951 887,37	31,31
PIB per capita (R\$)	13 661	117,05	17 138,05	125,46

Centros identificados	Capital Regional A: Florianópolis (SC); Capitais Regionais B: Blumenau e Chapecó (SC), Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria (RS); Capitais Regionais C: Criciúma, Ijuí, Novo Hamburgo e Pelotas-Rio Grande (RS); Centros Subregionais A: Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages, Rio do Sul e Tubarão (SC), Bagé, Bento Gonçalves, Erechim, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Ângelo e Uruguaiana (RS); Centros Subregionais B: Araranguá, Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê (SC), Carazinho, Cruz Alta e Frederico Westphalen (RS); Centros de Zona A: Campos Novos, Curitibanos, Imbituba, Maravilha, Pinhalzinho, Tijucas e Timbó (SC), Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Camacuã, Cerro Largo, Encantado, Estrela, Guaporé, Ibirubá, Lagoa Vermelha, Marau, Montenegro, Nova Prata, Osório, Palmeira das Missões, Santiago, São Borja, São Gabriel, São Jerônimo, São Luiz Gonzaga, Sarandi, Soledade, Taquara, Torres, Três de Maio, Três Passos, Vacaria e Venâncio Aires (RS); Centros de Zona B: Abelardo Luz, Braço do Norte, Capinzal, Ibirama, Indaiá, Itapiranga, Ituporanga, Ponte Serrada, Presidente Getúlio, São Domingos, São João Batista, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Seara, Sombrio, Taió, Tangará e Xaxim (SC), Alegrete, Arroio do Meio, Arvorezinha, Boa Vista do Buricá, Capão da Canoa, Casca, Constantina, Espumoso, Garibaldi, Getúlio Vargas, Horizontina, Itaqui, Mostardas, Muçum, Nonoai, Nova Petrópolis, Pinheiro Machado, Rodeio Bonito, Salto do Jacuí, Salvador do Sul, Samanduva, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, São Sebastião do Cai, São Valentim, Serafina Corrêa, Sinimbu, Sobradinho, Tapejara, Tapes, Tenente Portela, Teutônia, Tramandaí, Tucunduva e Veranópolis (RS).
-----------------------	--

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

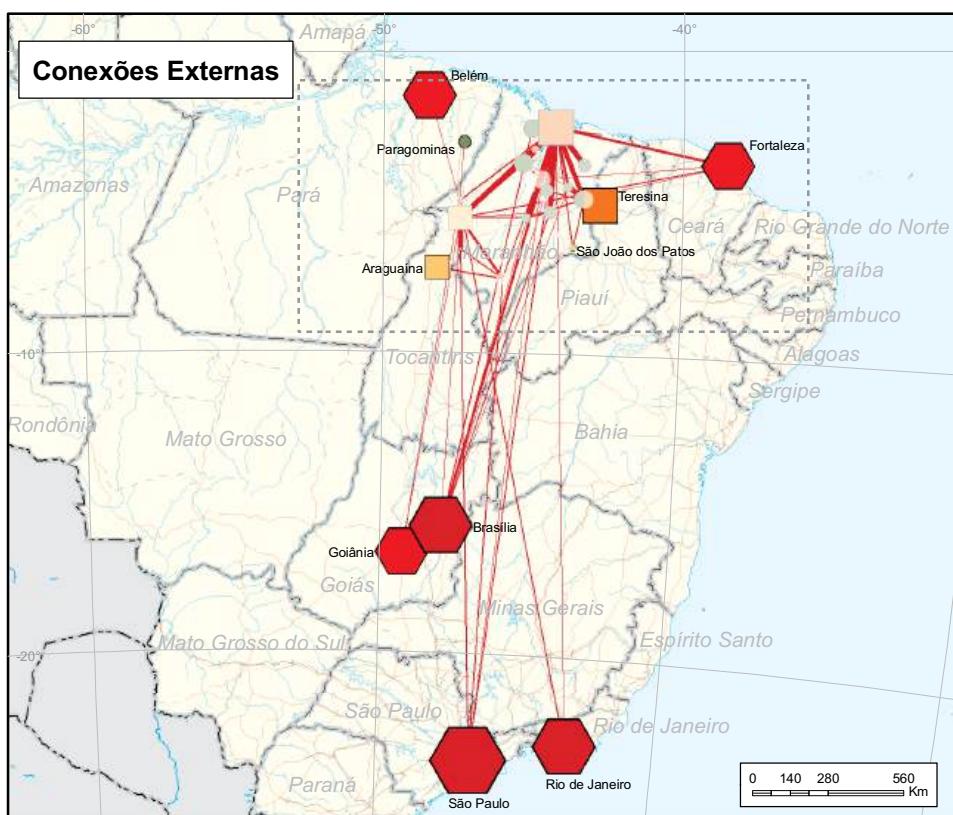
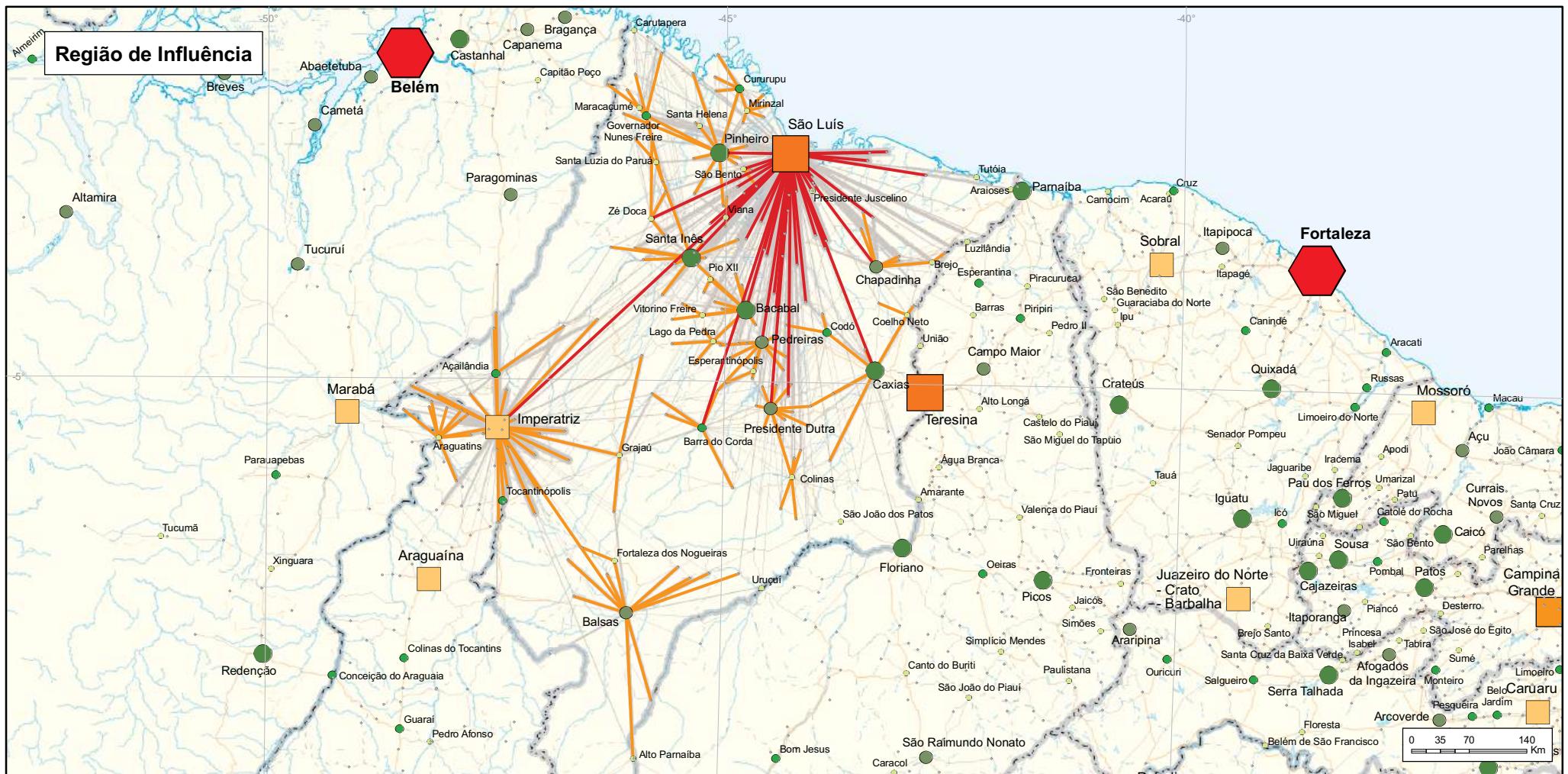
Mapa 15 - Goiânia (GO) - Metrópole (1C)



Características	Região de influência de Goiânia (A)	Participação da região de influência de Goiânia no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Goiânia) (B)	Participação de Goiânia em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	6 408 542	3,48	1 937 368	30,23
Área (km²)	835 783,14	9,82	2 537,06	0,30
Densidade demográfica (hab/km²)	7,67	35,49	763,63	9 959,01
Número de municípios	363	6,52	7	1,93
Intensidade de relacionamento (1)	3 827	-	974	25,45
PIB 2005 total (1 000 R\$)	60 194 471	2,80	17 890 607,23	29,72
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	23 064 064	2,51	10 138 356,00	43,96
Valor Adicionado Indústria	14 316 826	2,65	3 029 019,41	21,16
Valor adicionado agropecuária	8 494 967	8,08	17 890 607,23	210,60
Valor adicionado administração pública	7 478 742	2,70	2 087 109,96	27,91
Impostos	6 839 872	2,24	2 584 952,53	37,79
PIB per capita (R\$)	9 393	80,48	9 234,49	98,31
Centros identificados	Capital Regional B: Palmas (TO); Capital Regional C: Araguaína (TO); Centros Subregionais A: Anápolis, Itumbiara e Rio Verde (GO) e Redenção (PA); Centros Subregionais B: Gurupi (TO) e Balsas (MA); Centros de Zona A: Caldas Novas, Catalão, Ceres, Goiás, Iporá, Jataí, Mineiros, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, São Luís de Montes Belos e Urucuá (GO), Conceição do Araguaia (PA), Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Paraisópolis do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis (TO) e São Félix do Araguaia (MT); Centros de Zona B: Anicuns, Crixás, Goianésia, Goiatuba, Inhumas, Itaberá, Itapaci, Itapuranga, Jussara, Niquelândia, Rubiataba, Sancrolândia e São Miguel do Araguaia (GO), Tucumã e Xinguara (PA), Araguacu, Fátima, Miracema do Tocantins, Natividade, Palmeirópolis, Pedro Afonso e Taguatinga, (TO), Alto Parnaíba e Fortaleza dos Nogueiras (MA).			

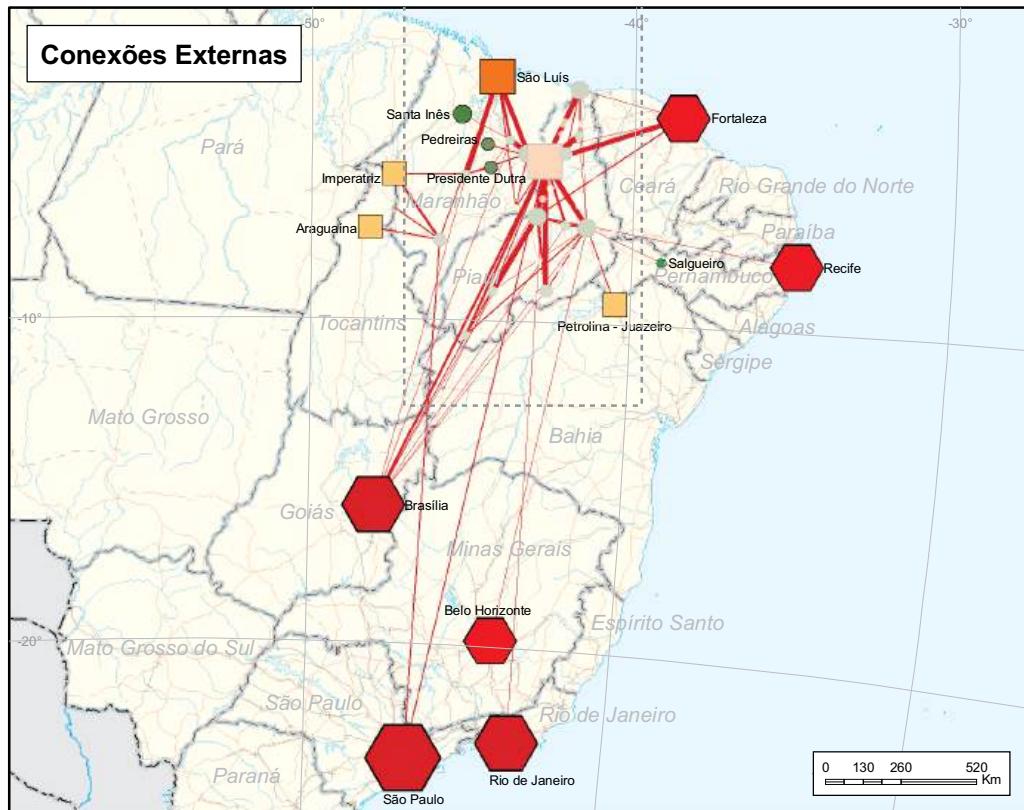
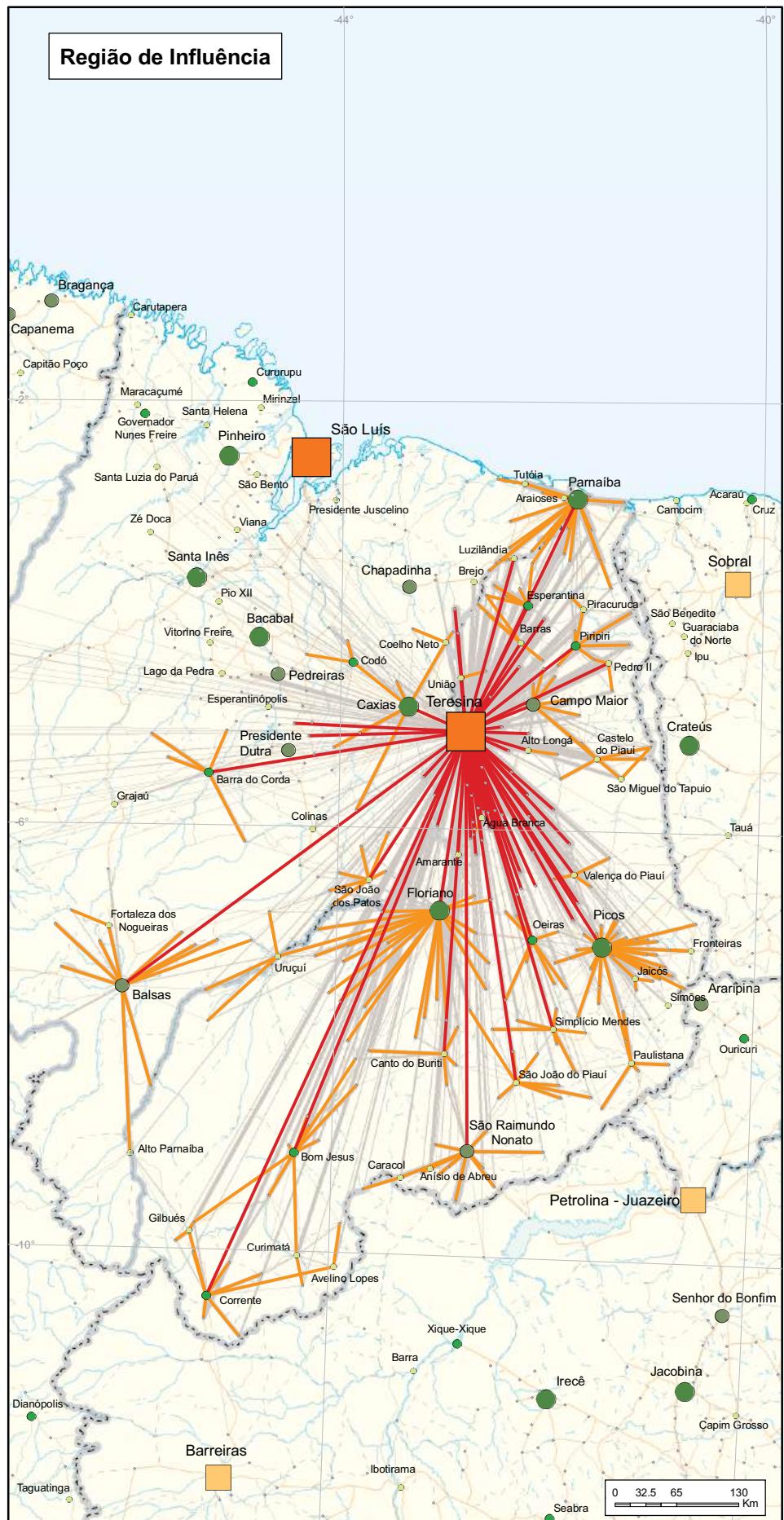
(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 16 – São Luís (MA) – Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de São Luís (A)	Participação da região de influência de São Luís no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (São Luís) (B)	Participação de São Luís em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	5 652 892	3,07	1 211 270	21,43
Área (km ²)	306 890,57	3,60	1 410,02	0,46
Densidade demográfica (hab/km ²)	18,42	85,25	859,05	4 663,69
Número de municípios	202	3,63	4	1,98
Intensidade de relacionamento (1)	2 072	-	636	30,69
PIB 2005 total (1 000 R\$)	24 472 254	1,14	9 824 063,38	40,14
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	10 154 690	1,10	5 140 337,00	50,62
Valor Adicionado Indústria	3 871 529	0,72	2 227 919,01	57,55
Valor adicionado agropecuária	3 883 019	3,69	75 066,55	1,93
Valor adicionado administração pública	4 146 957	1,50	873 442,73	21,06
Impostos	2 416 058	0,79	1 507 298,44	62,39
PIB per capita (R\$)	4 329	37,10	8 110,55	187,35
Centros identificados	Capital Regional C: Imperatriz (MA); Centros Subregionais A: Bacabal, Caxias, Pinheiro e Santa Inês (MA); Centros Subregionais B: Balsas, Chapadinha, Pedreiras e Presidente Dutra (MA); Centros de Zona A: Açaíândia, Barra do Corda, Codó, Cururupu e Governador Nunes Freire; Centros de Zona B: Alto Parnaíba, Brejo, Coelho Neto, Colinas, Esperantinópolis, Fortaleza dos Nogueiras, Grajau, Lago da Pedra, Maracanumé, Mirinzal, Pio XII, Presidente Juscelino, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, São Bento, Viana, Vitorino Freire, Zé Doca (MA) e Araguitans (TO).			

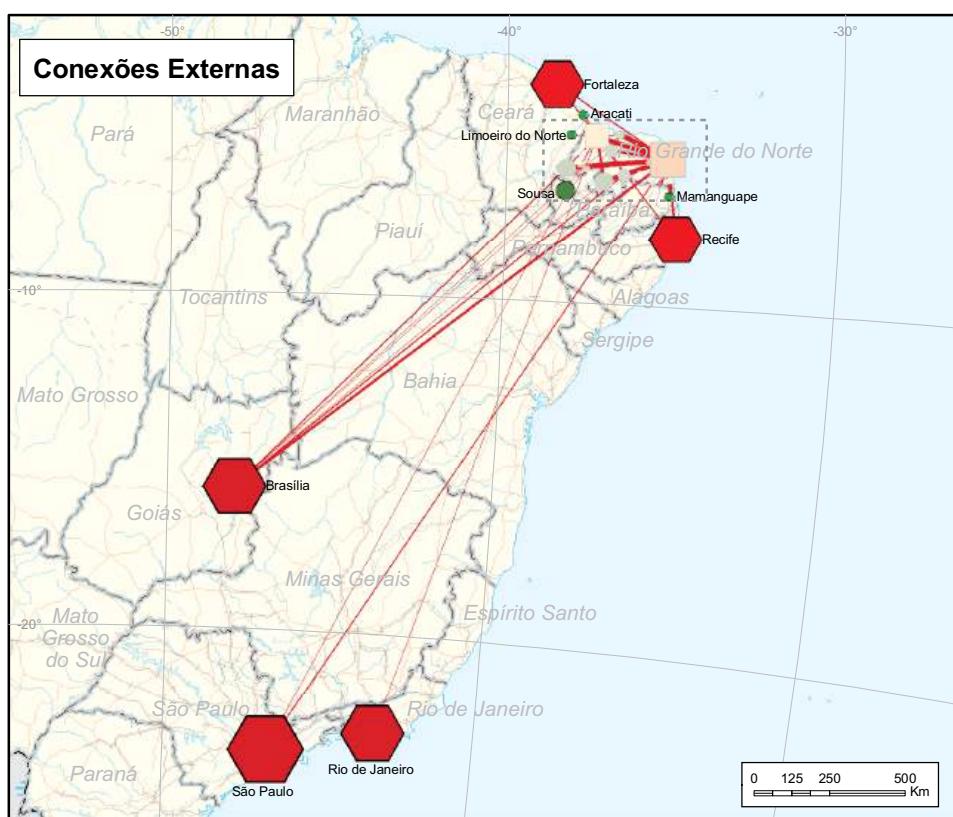
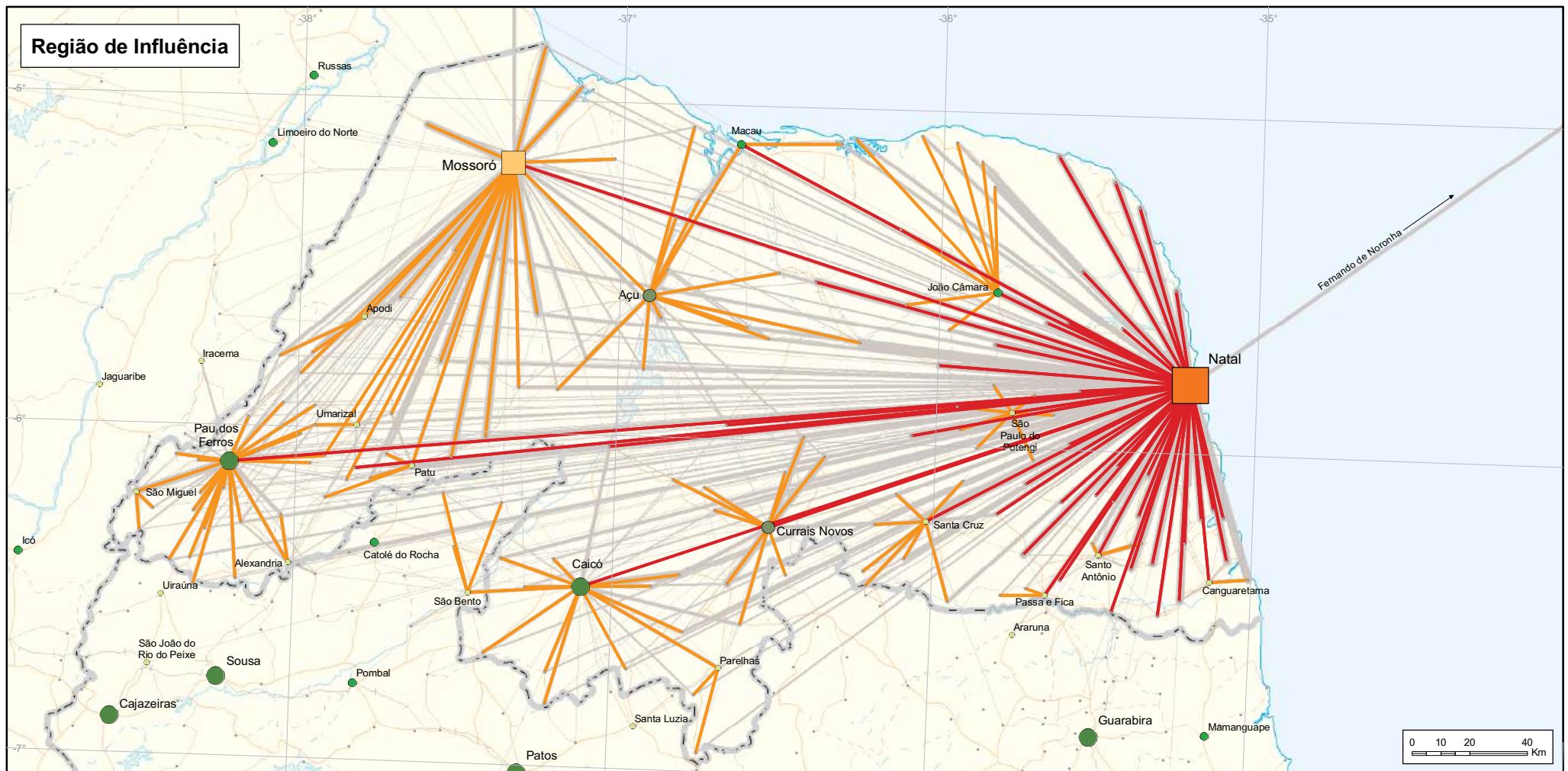
(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 17 - Teresina (PI) - Capital regional A (2A)

Características	Região de influência de Teresina (A)	Participação da região de influência de Teresina no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Teresina) (B)	Participação de Teresina em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	4 338 879	2,36	937 078	21,60
Área (km ²)	369 244,39	4,34	3 717,28	1,01
Densidade demográfica (hab/km ²)	11,75	54,38	252,09	2 145,29
Número de municípios	271	4,87	3	1,11
Intensidade de relacionamento (1)	2 695	-	1 119	41,52
PIB 2005 total (1 000 R\$)	16 019 957	0,75	5 709 175,61	35,64
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 398 234	0,70	2 878 723,00	44,99
Valor Adicionado Indústria	2 220 211	0,41	1 096 247,38	49,38
Valor adicionado agropecuária	2 264 484	2,15	58 428,37	2,58
Valor adicionado administração pública	3 566 118	1,29	823 553,48	23,09
Impostos	1 570 910	0,52	852 223,17	54,25
PIB per capita (R\$)	3 692	31,64	6 092,53	165,01
Centros identificados	Centros Subregionais A: Floriano, Parnaíba e Picos (PI) e Caxias (MA); Centros Subregionais B: Campo Maior e São Raimundo Nonato (PI) e Balsas (MA); Centros de Zona A: Bom Jesus, Corrente, Esperantina, Oeiras e Piripiri (PI) e Barra do Corda e Codó (MA); Centros de Zona B: Água Branca, Alto Longá, Amarante, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Canto do Buriti, Caracol, Castelo do Piauí, Curimatá, Fronteiras, Gilbués, Jaicós, Luzilândia, Paulistana, Pedro II, Piracuruca, São João do Piauí, São Miguel do Tapuio, Simplicio Mendes, União, Urucuí e Valença do Piauí (PI), Alto Parnaíba, Araioses, Coelho Neto, Fortaleza dos Nogueiras, São João dos Patos e Tutóia (MA),			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

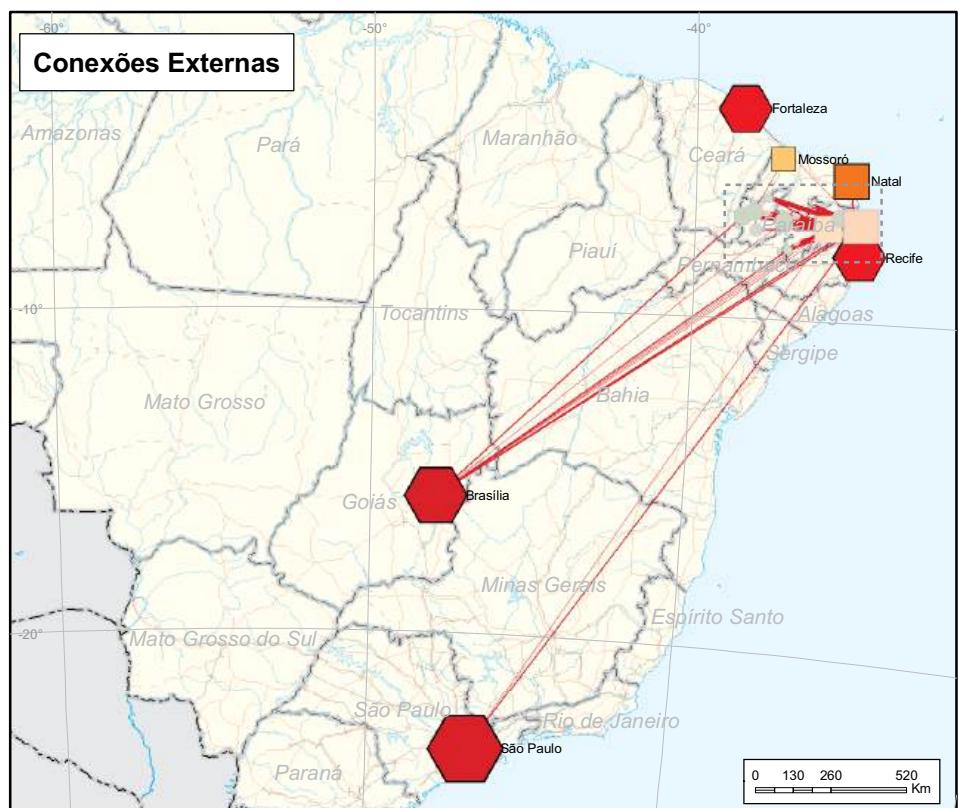
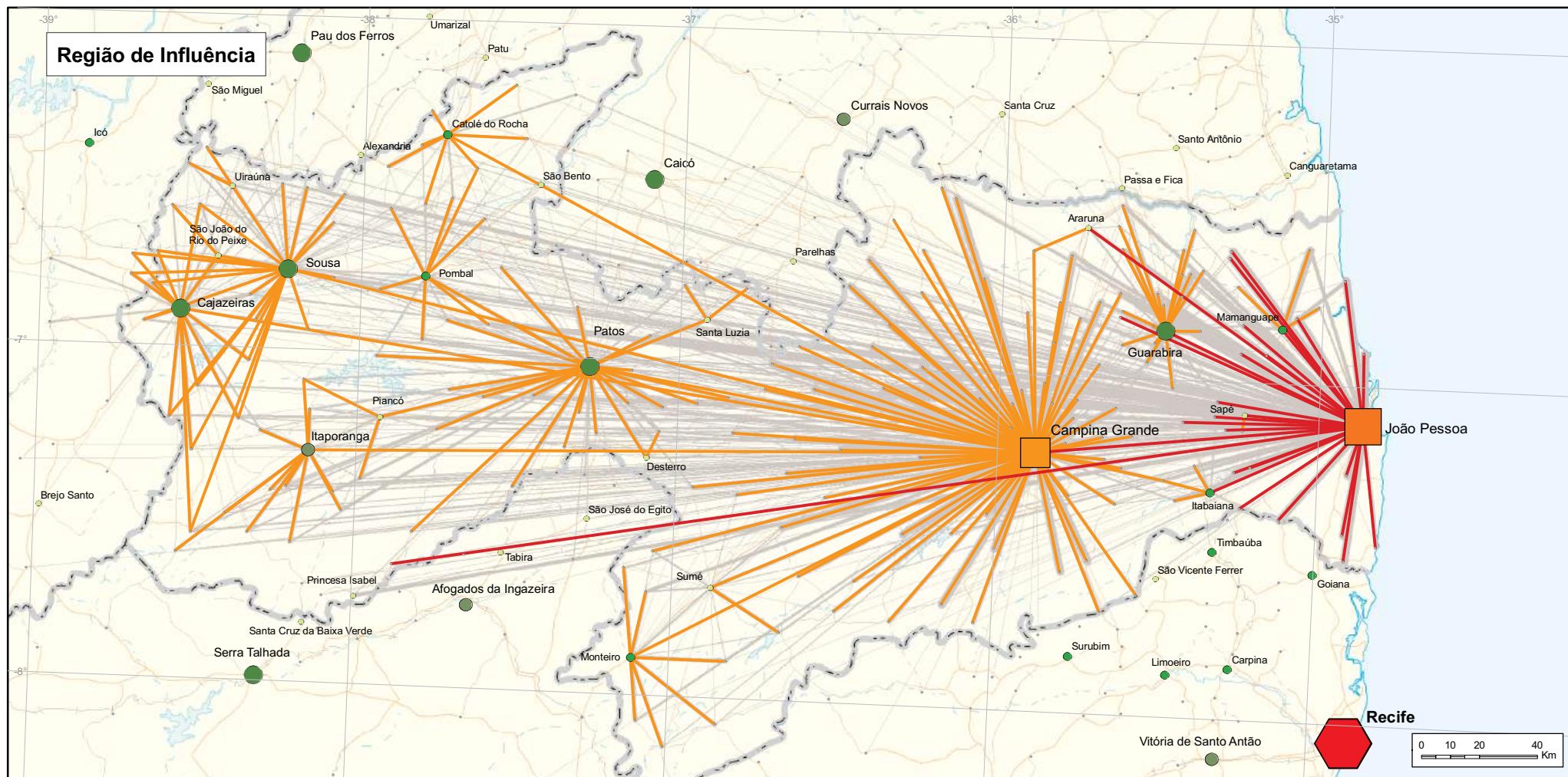
Mapa 18 - Natal (RN) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Natal (A)	Participação da região de influência de Natal no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Natal) (B)	Participação de Natal em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	3 064 259	1,67	1 169 369	38,16
Área (km²)	54 456,10	0,64	1 779,89	3,27
Densidade demográfica (hab/km²)	56,27	260,41	656,99	1 167,56
Número de municípios	165	2,97	7	4,24
Intensidade de relacionamento (1)	2 006	-	838	41,77
PIB 2005 total (1 000 R\$)	17 988 733	0,84	9 738 475,68	54,14
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 718 741	0,73	4 756 655,00	70,80
Valor Adicionado Indústria	4 119 209	0,76	1 700 942,92	41,29
Valor adicionado agropecuária	891 944	0,85	123 162,33	13,81
Valor adicionado administração pública	4 138 970	1,49	1 569 088,93	37,91
Impostos	2 119 869	0,70	1 588 626,55	74,94
PIB per capita (R\$)	5 871	50,30	8 327,97	141,86
Centros identificados	Capital Regional C: Mossoró (RN); Centros Subregionais A: Caicó e Pau dos Ferros (RN); Centros Subregionais B: Açu e Currais Novos (RN); Centros de Zona A: João Câmara e Macau (RN); Centros de Zona B: Alexandria, Apodi, Canguaretama, Parelhas, Passa e Fica, Patu, Santa Cruz, Santo Antônio, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal (RN) e São Bento (PB).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

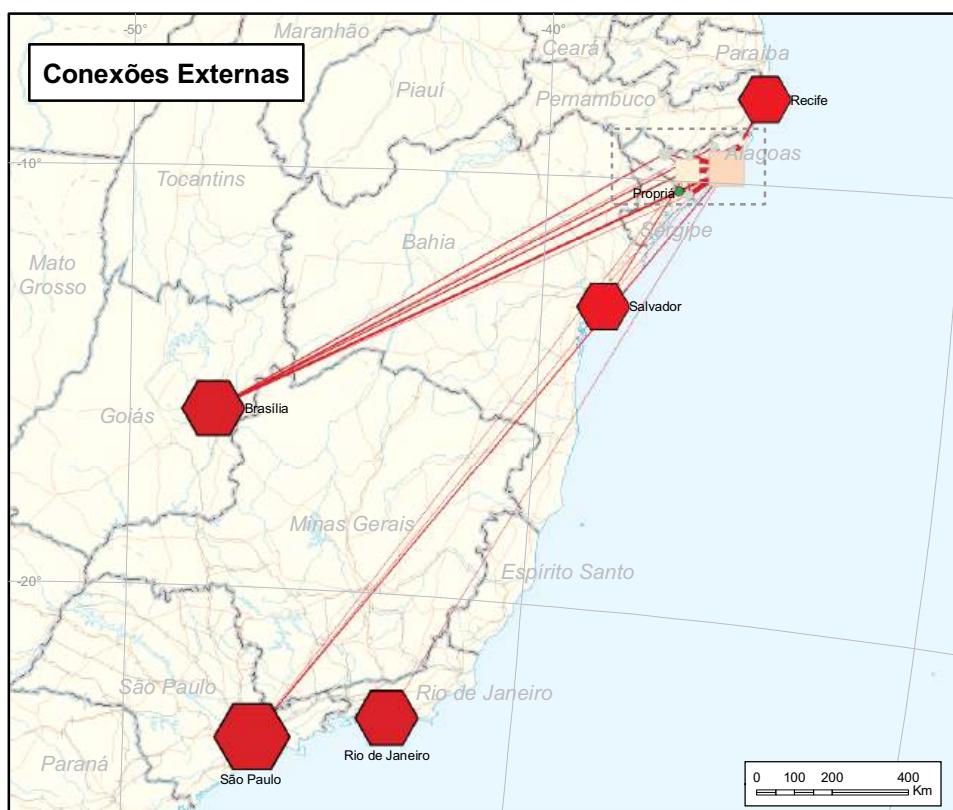
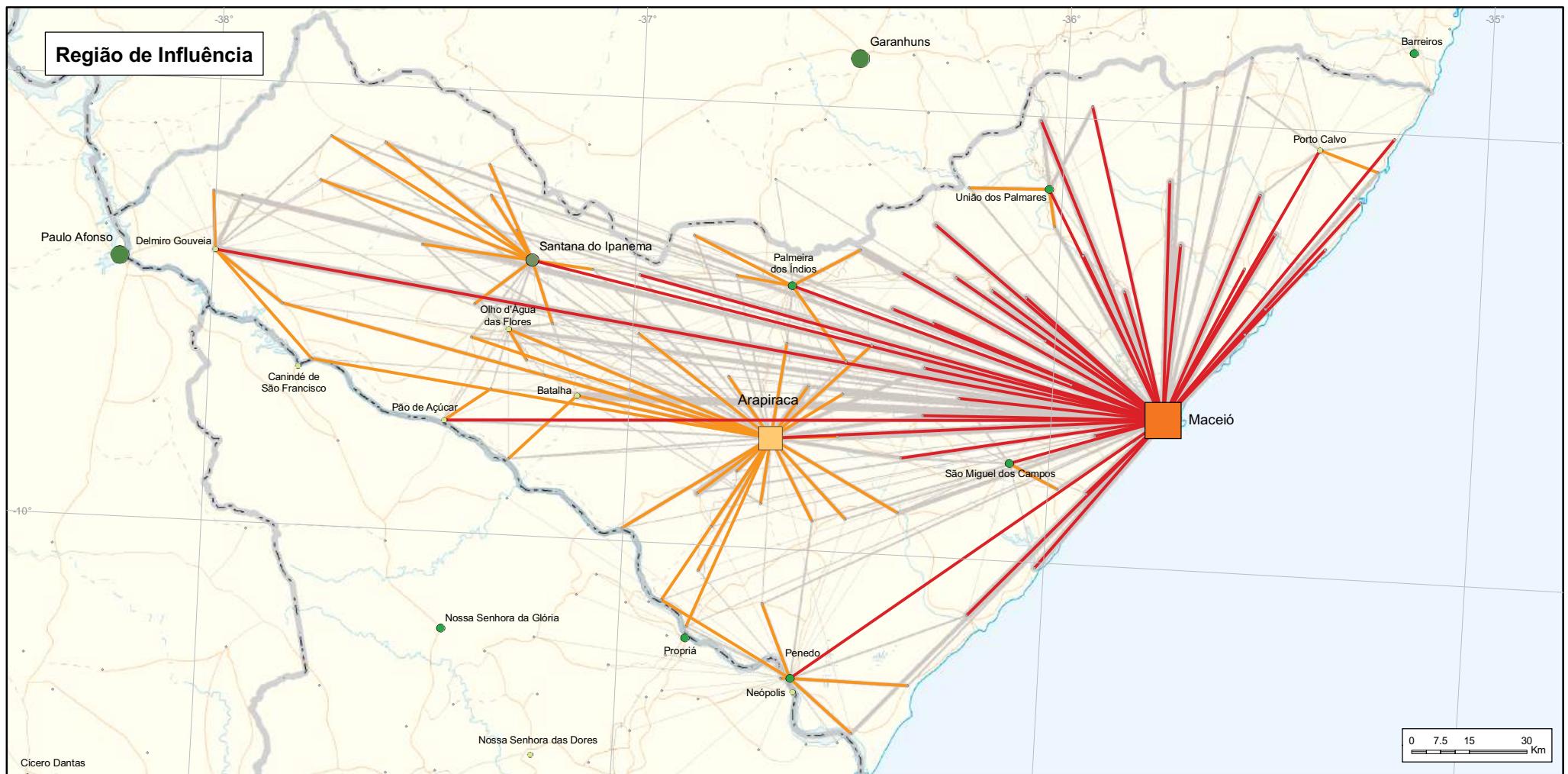
Mapa 19 - João Pessoa (PB) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de João Pessoa (A)	Participação da região de influência de João Pessoa no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (João Pessoa) (B)	Participação de João Pessoa em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	3 576 513	1,94	955 116	26,71
Área (km²)	54 875,48	0,64	1 195,76	2,18
Densidade demográfica (hab/km²)	65,18	301,62	798,75	1 225,55
Número de municípios	212	3,81	5	2,36
Intensidade de relacionamento (1)	2 670	-	738	27,64
PIB 2005 total (1 000 R\$)	16 702 888	0,78	7 616 331,59	45,60
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	5 843 832	0,63	3 411 939,00	58,39
Valor Adicionado Indústria	3 373 801	0,63	1 717 172,98	50,90
Valor adicionado agropecuária	1 057 075	1,01	98 126,71	9,28
Valor adicionado administração pública	4 626 210	1,67	1 258 789,57	27,21
Impostos	1 801 970	0,59	1 130 303,50	62,73
PIB per capita (R\$)	4 670	40,02	7 974,25	170,75
Centros identificados	Capital Regional B: Campina Grande (PB); Centros Subregionais A: Cajazeiras, Guarabira, Patos e Sousa (PB); Centro Subregional B: Itaporanga (PB); Centros de Zona A: Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Pombal e São João do Rio do Peixe (PB); Centros de Zona B: Araruna, Desterro, Piancó, Santa Luzia, Sapé, São João do Rio do Peixe, Sumé e Uiraúna (PB).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

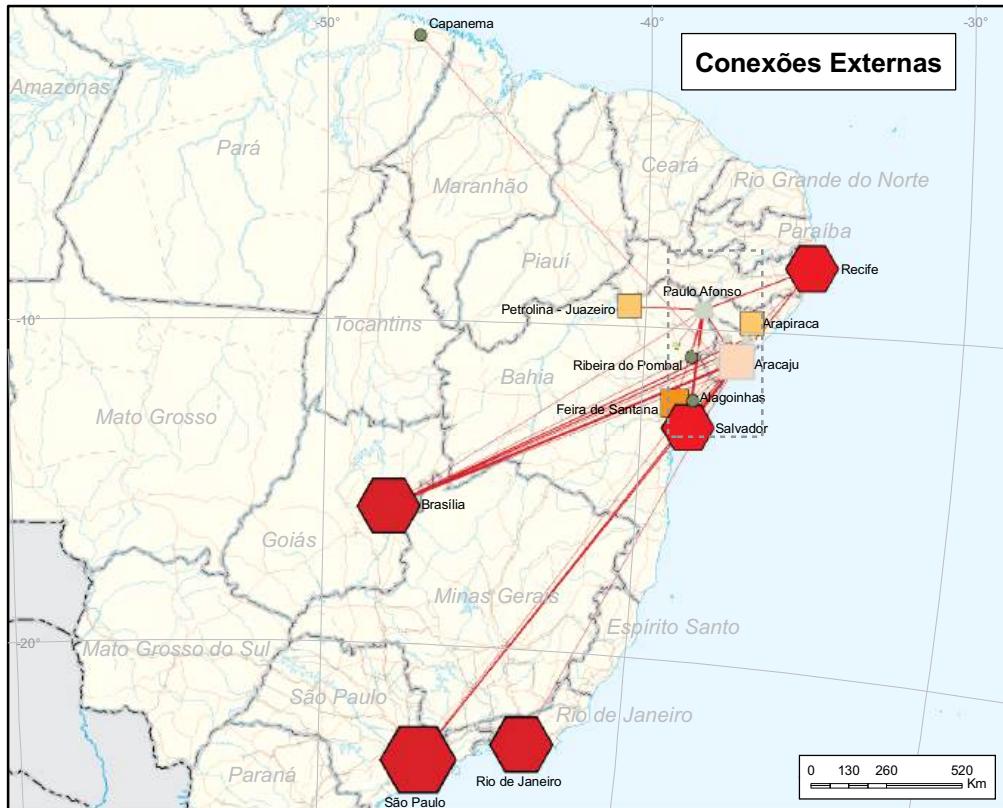
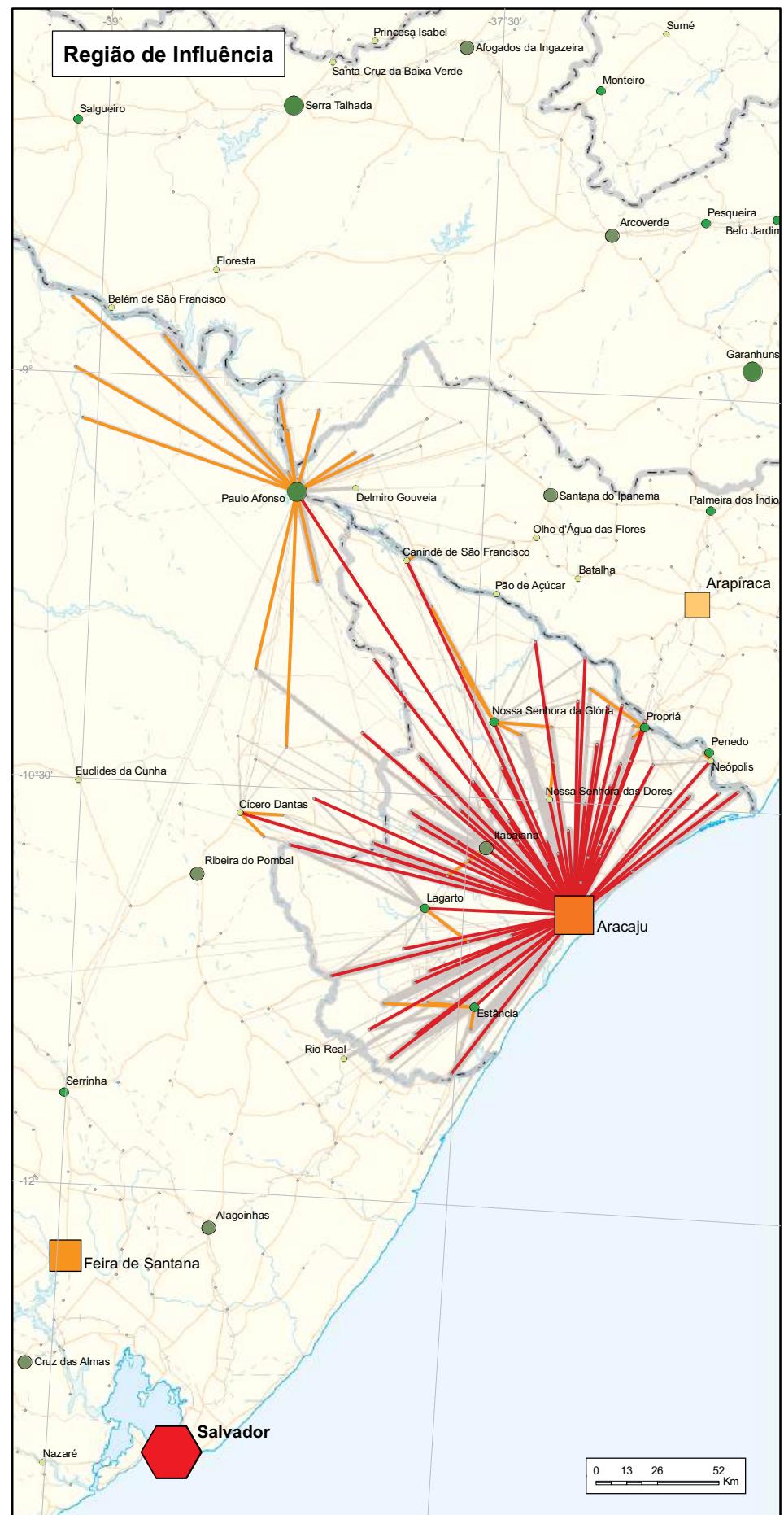
Mapa 20 - Maceió (AL) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Maceió (A)	Participação da região de influência de Maceió no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Maceió) (B)	Participação de Maceió em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 975 777	1,62	989 135	33,24
Área (km²)	26 499,07	0,31	931,44	3,51
Densidade demográfica (hab/km²)	112,30	519,70	1 061,94	945,65
Número de municípios	93	1,67	5	5,38
Intensidade de relacionamento (1)	1 048	-	453	43,23
PIB 2005 total (1 000 R\$)	13 954 323	0,65	6 516 611,80	46,70
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	5 130 073	0,56	3 322 583,00	64,77
Valor Adicionado Indústria	3 416 654	0,63	1 286 941,42	37,67
Valor adicionado agropecuária	1 056 057	1,00	53 909,09	5,10
Valor adicionado administração pública	2 973 422	1,07	1 019 658,70	34,29
Impostos	1 378 118	0,45	833 519,36	60,48
PIB per capita (R\$)	4 689	40,18	6 588,19	140,49
Centros identificados	Capital Regional C: Arapiraca (AL); Centro Subregional B: Santana de Ipanema (AL); Centros de Zona A: Palmeira dos Índios, Penedo, São Miguel dos Campos e União dos Palmares (AL); Centros de Zona B: Batalha, Delmiro Gouveia, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Ponto Calvo (AL).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

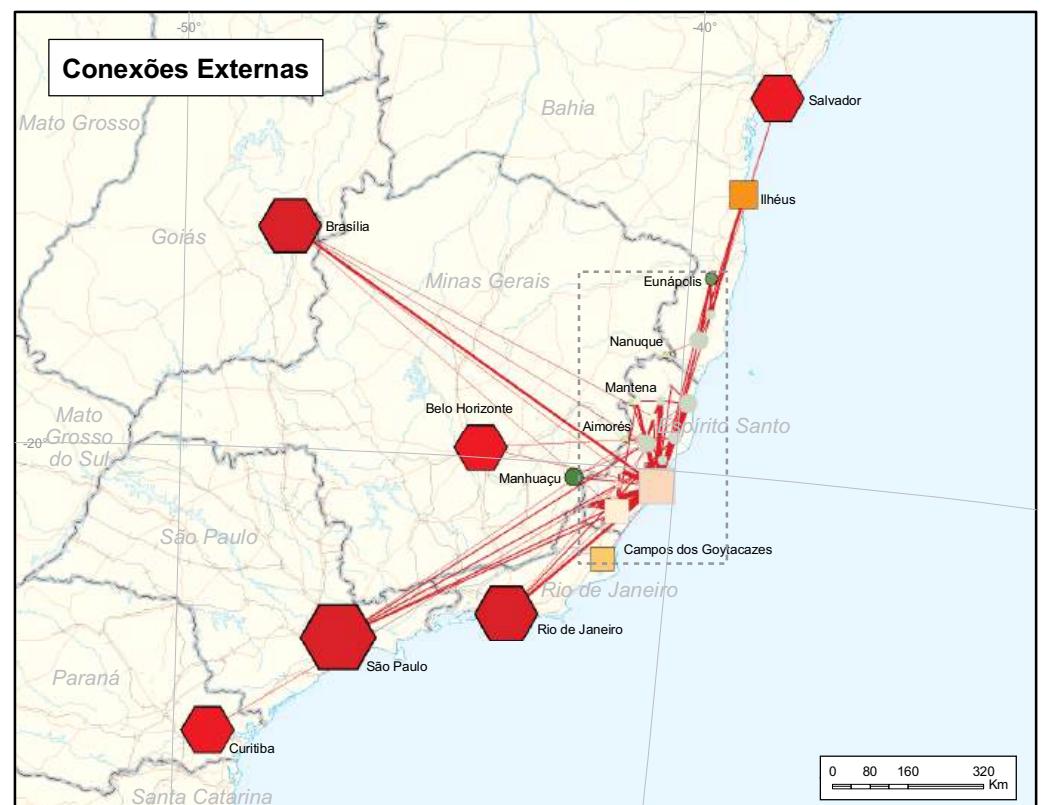
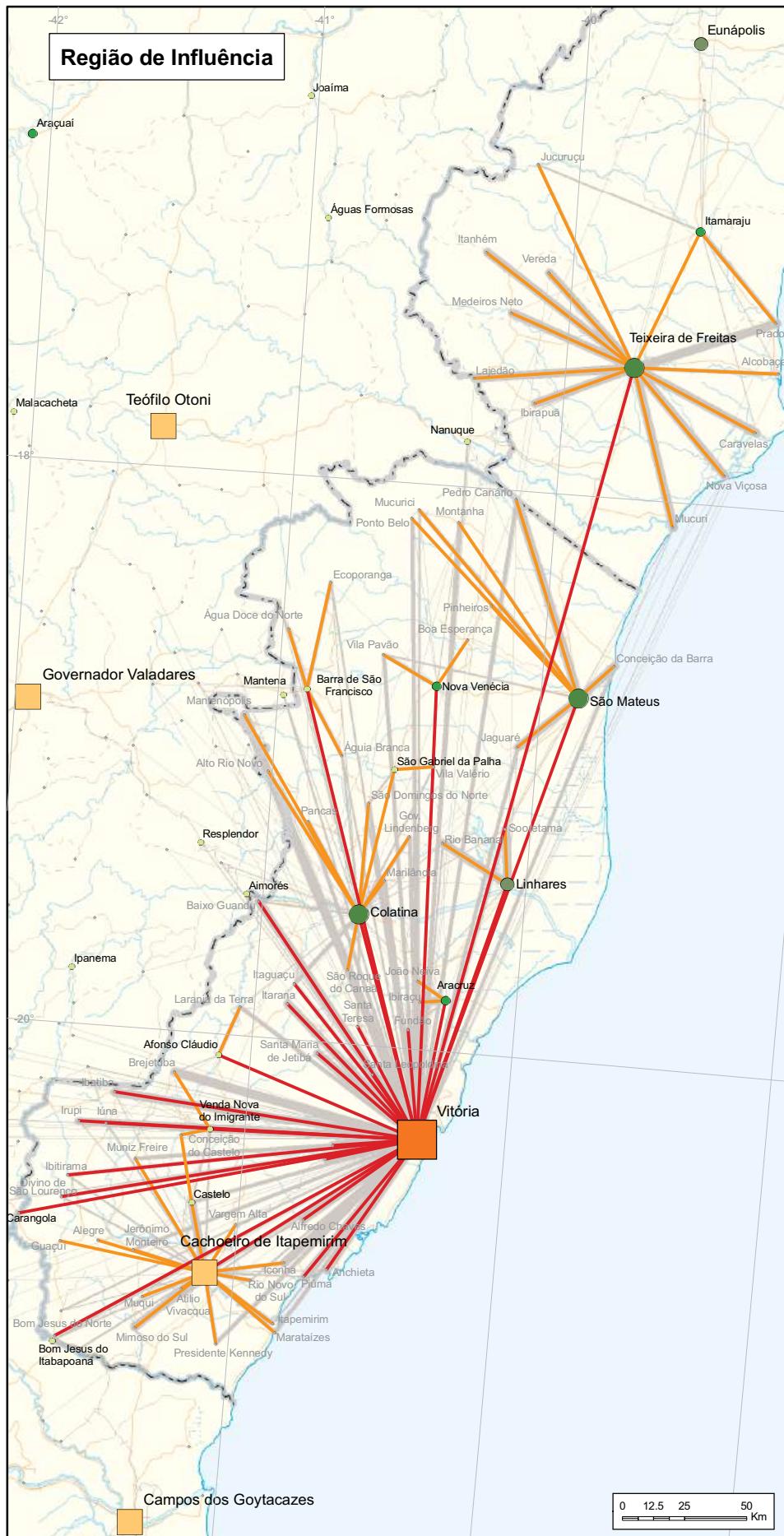
Mapa 21 – Aracaju (SE) – Capital regional (2A)



Características	Região de influência de Aracaju (A)	Participação da região de influência de Aracaju no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Aracaju) (B)	Participação de Aracaju em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 443 479	1,33	799 071	32,70
Área (km ²)	48 589,89	0,57	1 116,94	2,30
Densidade demográfica (hab/km ²)	50,29	232,73	715,41	1 422,64
Número de municípios	93	1,67	6	6,45
Intensidade de relacionamento (1)	1 006	-	487	48,41
PIB 2005 total (1 000 R\$)	16 051 168	0,75	7 197 450,93	44,84
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	5 242 791	0,57	3 358 197,00	64,05
Valor Adicionado Indústria	5 398 644	1,00	1 714 477,23	31,76
Valor adicionado agropecuária	721 003	0,69	47 973,09	6,65
Valor adicionado administração pública	3 174 203	1,15	1 070 676,64	33,73
Impostos	1 514 527	0,50	1 006 126,95	66,43
PIB per capita (R\$)	6 569	56,29	9 007,27	137,12
Centros identificados	Centro Subregional A: Paulo Afonso (BA); Centro Subregional B: Itabaiana (SE); Centros de Zona A: Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá (SE); Centros de Zona B: Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores (SE) e Cícero Dantas (BA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

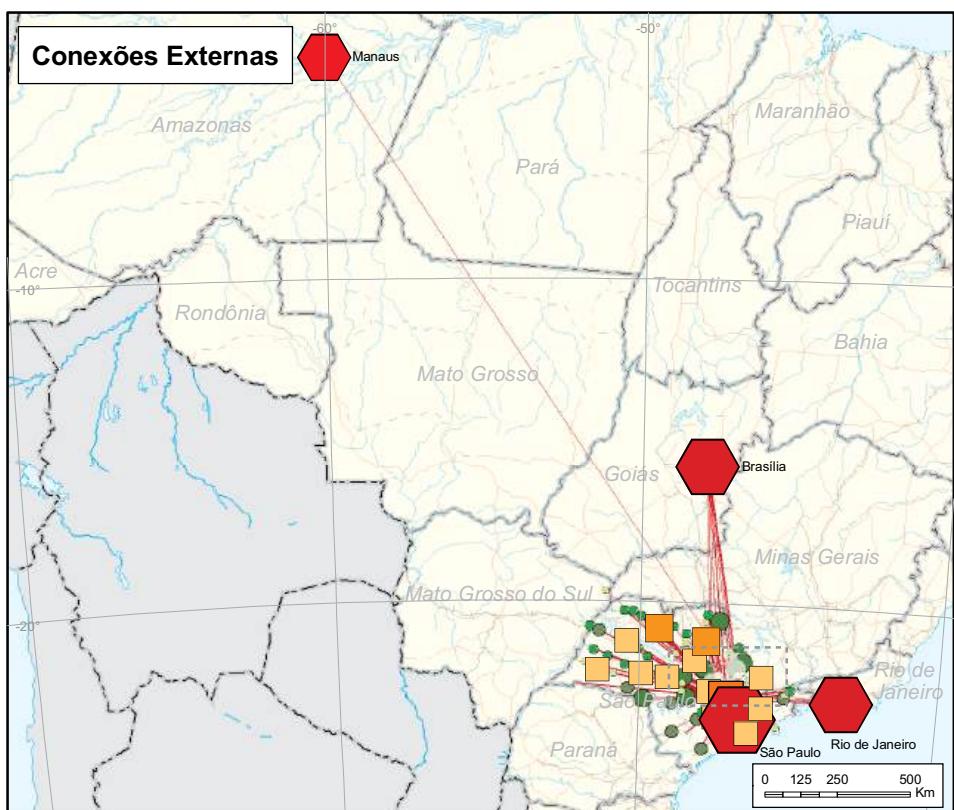
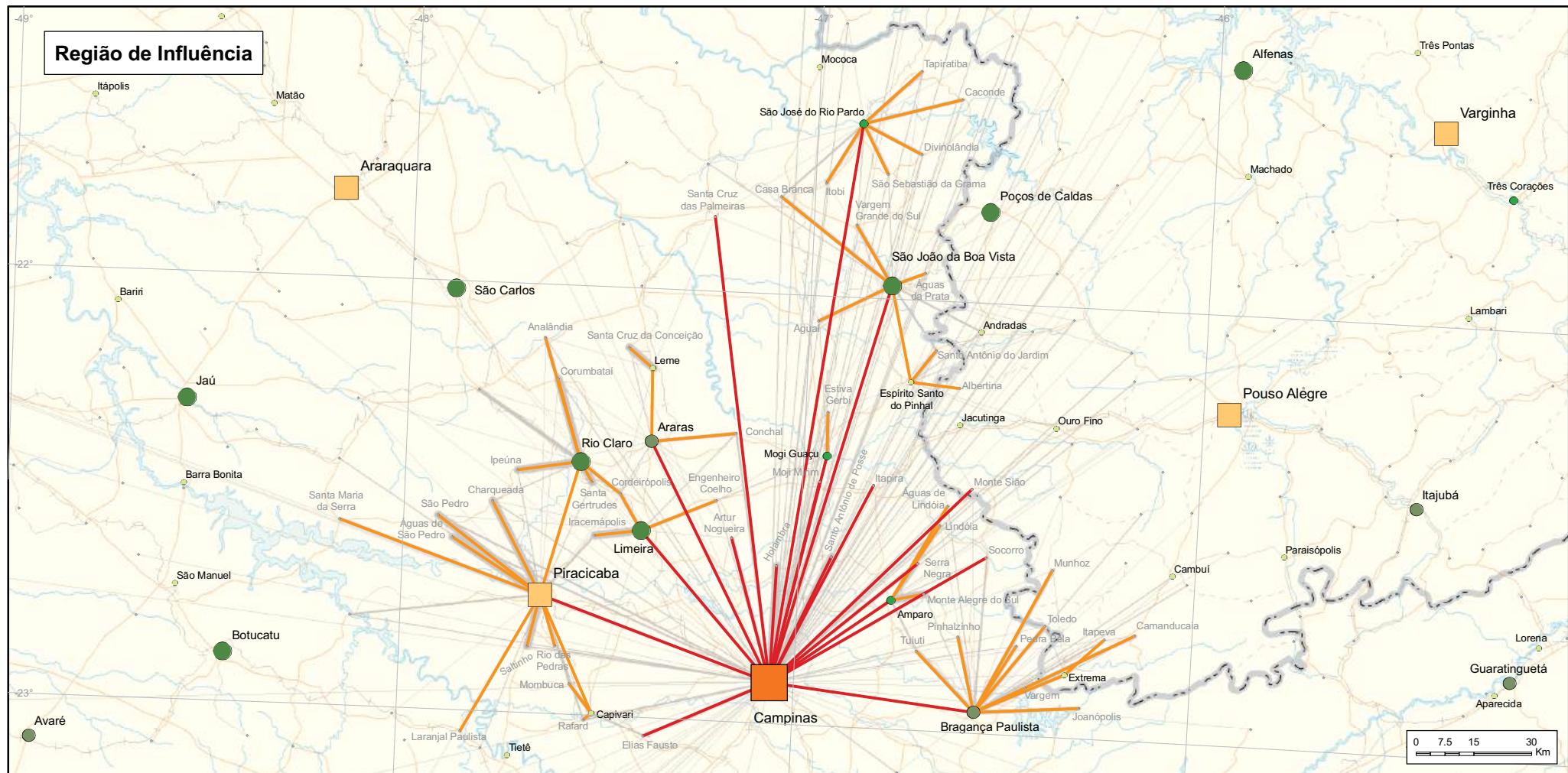
Mapa 22 - Vitória (ES) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Vitória (A)	Participação da região de influência de Vitória no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Vitória) (B)	Participação de Vitória em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	3 722 974	2,02	1 609 628	43,24
Área (km ²)	64 125,50	0,75	2 039,27	3,18
Densidade demográfica (hab/km ²)	58,06	268,69	789,32	1 359,54
Número de municípios	84	1,51	6	7,14
Intensidade de relacionamento (1)	876	-	401	45,78
PIB 2005 total (1 000 R\$)	49 562 431	2,31	29 675 930,77	59,88
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	17 288 575	1,88	12 008 032,00	69,46
Valor Adicionado Indústria	13 296 466	2,47	7 476 915,55	56,23
Valor adicionado agropecuária	3 875 626	3,69	76 382,46	1,97
Valor adicionado administração pública	5 506 514	1,99	2 390 327,27	43,41
Impostos	9 595 251	3,15	7 724 273,36	80,50
PIB per capita (R\$)	13 313	114,07	18 436,52	138,49
Centros identificados	Capital Regional C: Cachoeiro de Itapemirim (ES); Centros Subregionais A: Colatina e São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas (BA); Centro Subregional B: Linhares (ES); Centros de Zona A: Aracruz (ES) e Itamaraju (BA); Centros de Zona B: Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Castelo, São Gabriel da Palha e Venda Nova do Imigrante (ES).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

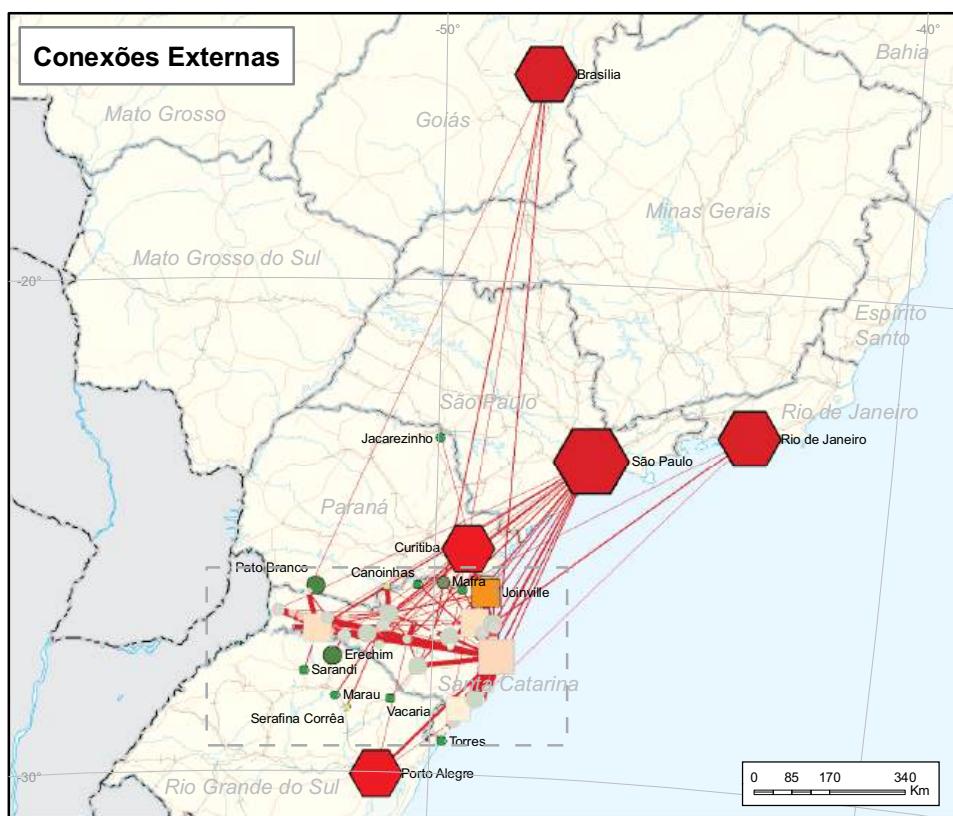
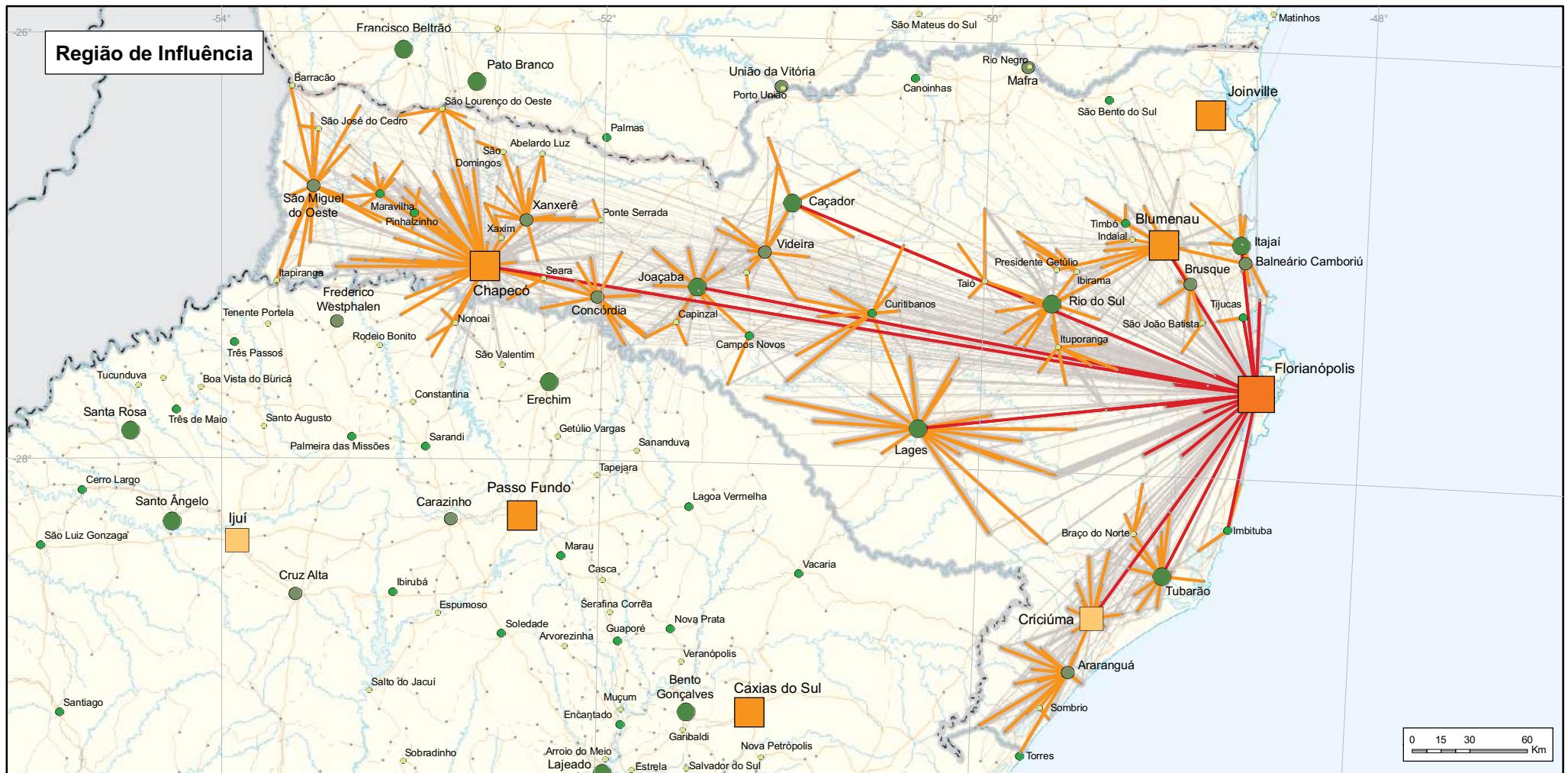
Mapa 23 - Campinas (SP) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Campinas (A)	Participação da região de influência de Campinas no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Campinas) (B)	Participação de Campinas em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	4 905 074	2,67	2 460 923	50,17
Área (km²)	21 952,93	0,26	2 817,20	12,83
Densidade demográfica (hab/km²)	223,44	1 034,04	873,53	390,95
Número de municípios	66	1,19	14	21,21
Intensidade de relacionamento (1)	707	-	254	35,93
PIB 2005 total (1 000 R\$)	90 276 616	4,20	55 092 670,22	61,03
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	37 978 212	4,13	22 681 558,00	59,72
Valor Adicionado Indústria	28 608 097	5,30	17 698 886,12	61,87
Valor adicionado agropecuária	1 578 763	1,50	148 580,51	9,41
Valor adicionado administração pública	6 758 651	2,44	3 645 117,27	53,93
Impostos	15 352 893	5,03	10 918 528,74	71,12
PIB per capita (R\$)	18 405	157,70	22 386,99	121,64
Centros identificados	Capital Regional C: Piracicaba; Centros Subregionais A: Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista (SP); Centros Subregionais B: Araras e Bragança Paulista (SP); Centros de Zona A: Amparo, Mogi Guacu e São João do Rio Pardo (SP); Centros de Zona B: Capivari, Espírito Santo do Pinhal e Leme (SP) e Extrema (MG).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

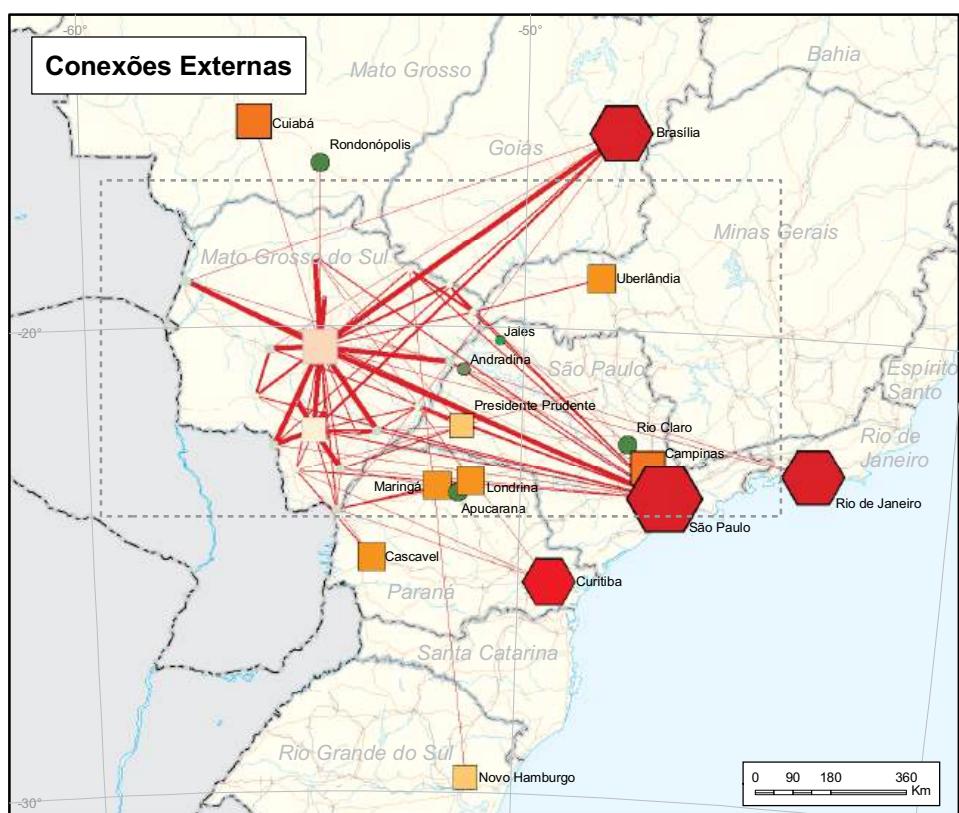
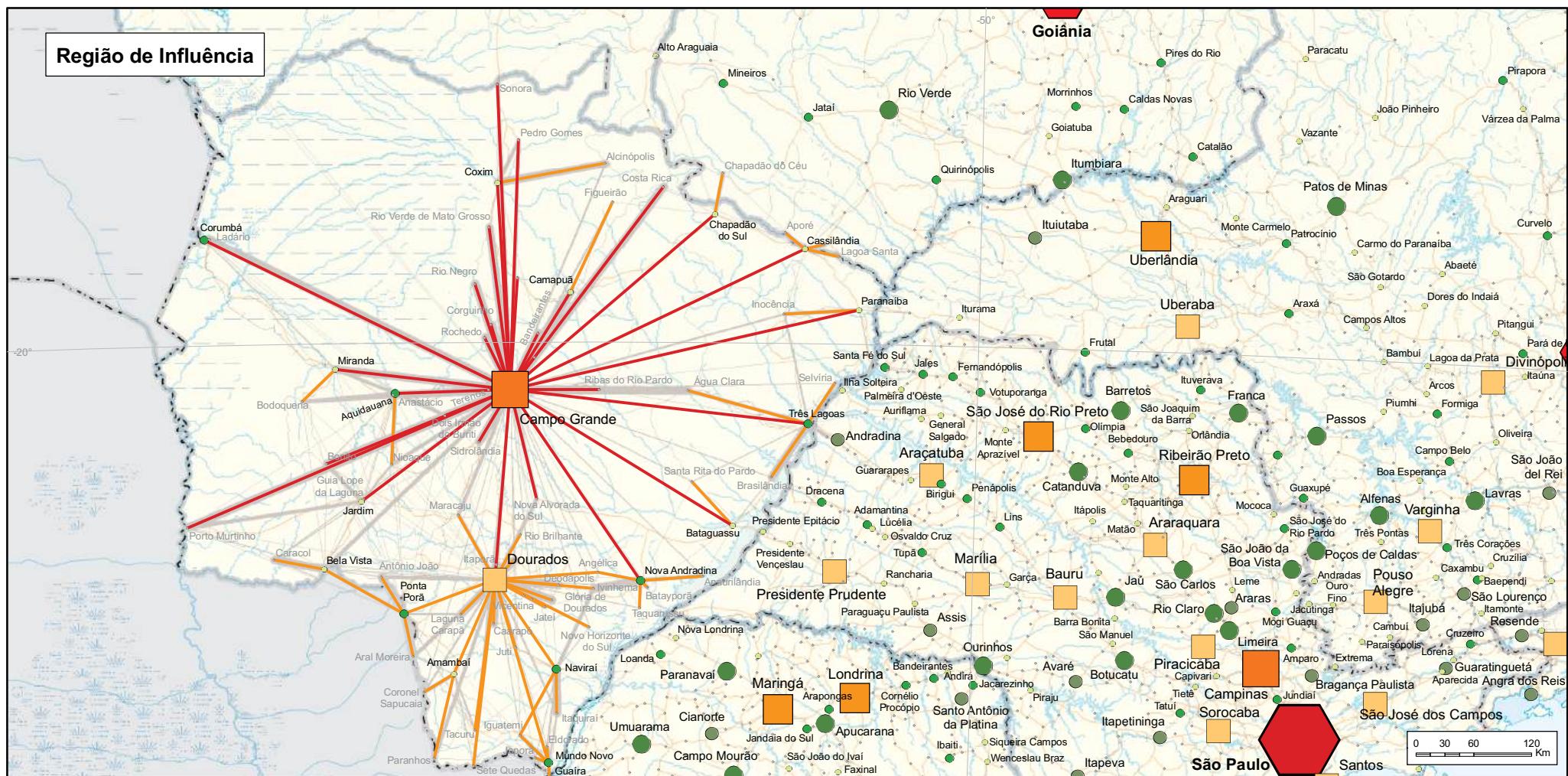
Mapa 24 - Florianópolis (SC) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Florianópolis (A)	Participação da região de influência de Florianópolis no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Florianópolis) (B)	Participação de Florianópolis em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	4 766 943	2,59	806 132	16,91
Área (km ²)	82 159,37	0,96	2 119,84	2,58
Densidade demográfica (hab/km ²)	58,02	268,51	380,28	655,42
Número de municípios	268	4,82	7	2,61
Intensidade de relacionamento (1)	3 274	-	593	18,11
PIB 2005 total (1 000 R\$)	64 991 571	3,03	10 659 979,90	16,40
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	27 593 506	3,00	6 216 149,00	22,53
Valor Adicionado Indústria	17 342 298	3,22	1 353 071,11	7,80
Valor adicionado agropecuária	5 508 960	5,24	107 021,74	1,94
Valor adicionado administração pública	6 415 307	2,31	1 103 428,06	17,20
Impostos	8 131 500	2,67	1 880 309,69	23,12
PIB per capita (R\$)	13 634	116,82	13 223,62	96,99
Centros identificados	Capitais Regionais B: Blumenau e Chapecó (SC); Capital Regional C: Criciúma (SC); Centros Subregionais A: Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages, Rio do Sul e Tubarão (SC); Centros Subregionais B: Araranguá, Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxeré (SC); Centros de Zona A: Campos Novos, Curitibanos, Imbituba, Maravilha, Pinhalzinho, Tijucas e Timbó (SC); Centros de Zona B: Abelardo Luz, Braço do Norte, Capinzal, Ibirama, Indaial, Itapiranga, Ituporanga, Ponte Serrada, Presidente Getúlio, São Domingos, São João Batista, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Seara, Sombrio, Taió, Tangará e Xaxim (SC) e Nonoai (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

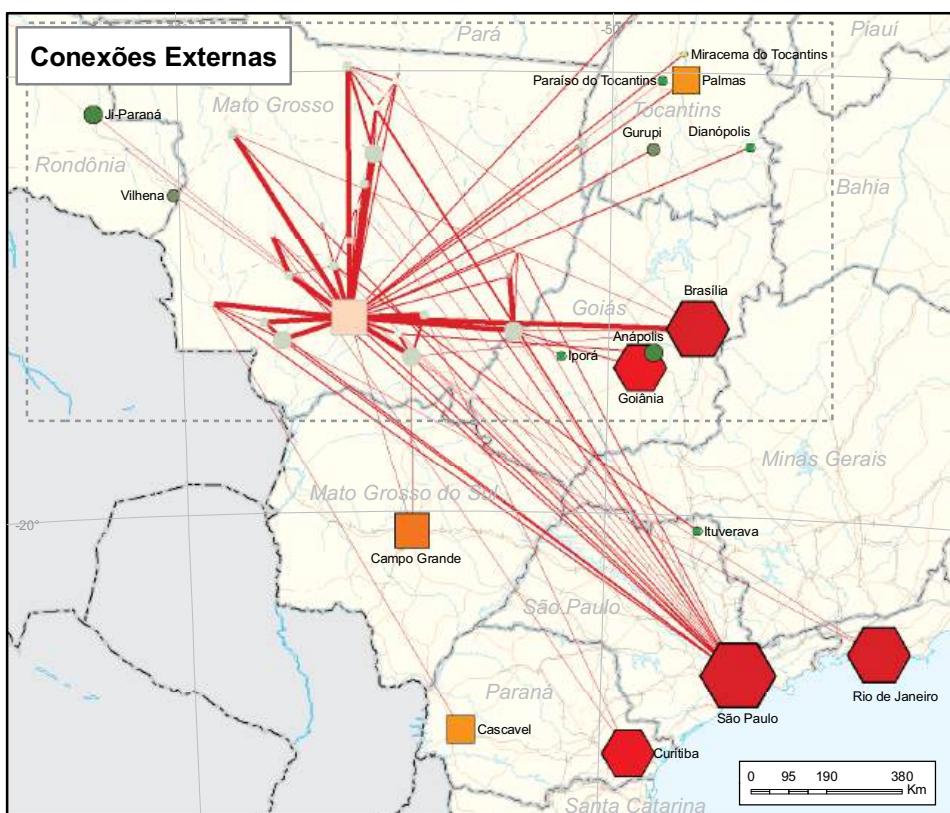
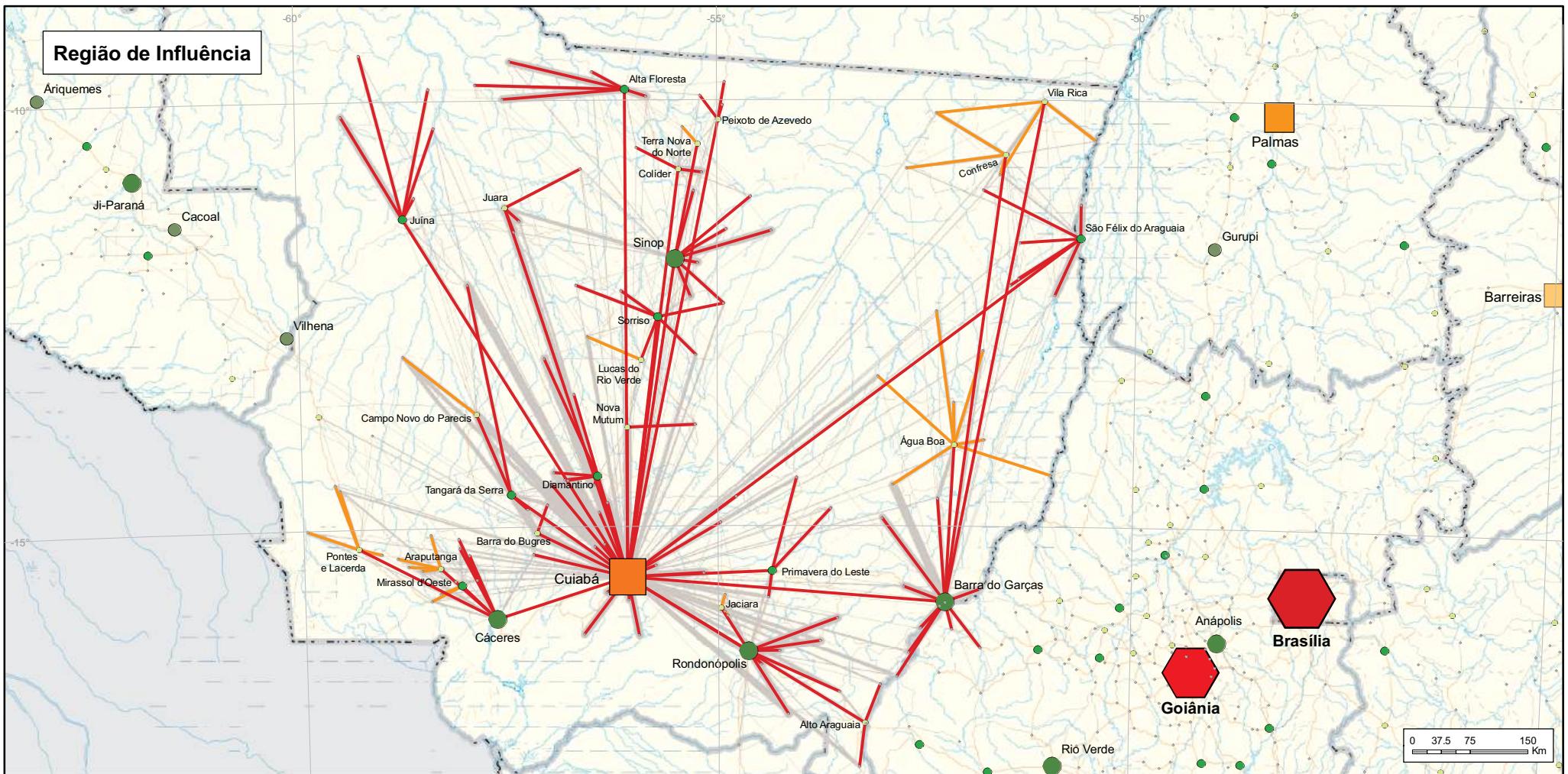
Mapa 25 - Campo Grande (MS) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Campo Grande (A)	Participação da região de influência de Campo Grande no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Campo Grande) (B)	Participação de Campo Grande em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 306 362	1,25	724 524	31,41
Área (km ²)	363 544,68	4,27	8 096,05	2,23
Densidade demográfica (hab/km ²)	6,34	29,36	89,49	1 410,62
Número de municípios	83	1,49	1	1,20
Intensidade de relacionamento (1)	818	-	245	29,95
PIB 2005 total (1 000 R\$)	22 207 556	1,03	6 903 355,77	31,09
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	9 214 529	1,00	3 503 106,00	38,02
Valor Adicionado Indústria	3 211 079	0,60	1 037 442,94	32,31
Valor adicionado agropecuária	3 036 532	2,89	73 571,71	2,42
Valor adicionado administração pública	3 486 572	1,26	1 102 586,29	31,62
Impostos	3 258 845	1,07	1 186 648,84	36,41
PIB per capita (R\$)	9 629	82,51	9 528,13	98,95
Centros identificados	Capital Regional C: Dourados (MS); Centros de Zona A: Aquidauana, Corumbá, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas (MS); Centros de Zona B: Amambai, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Coxim, Jardim, Miranda e Paranaíba (MS) e Guairá (PR).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

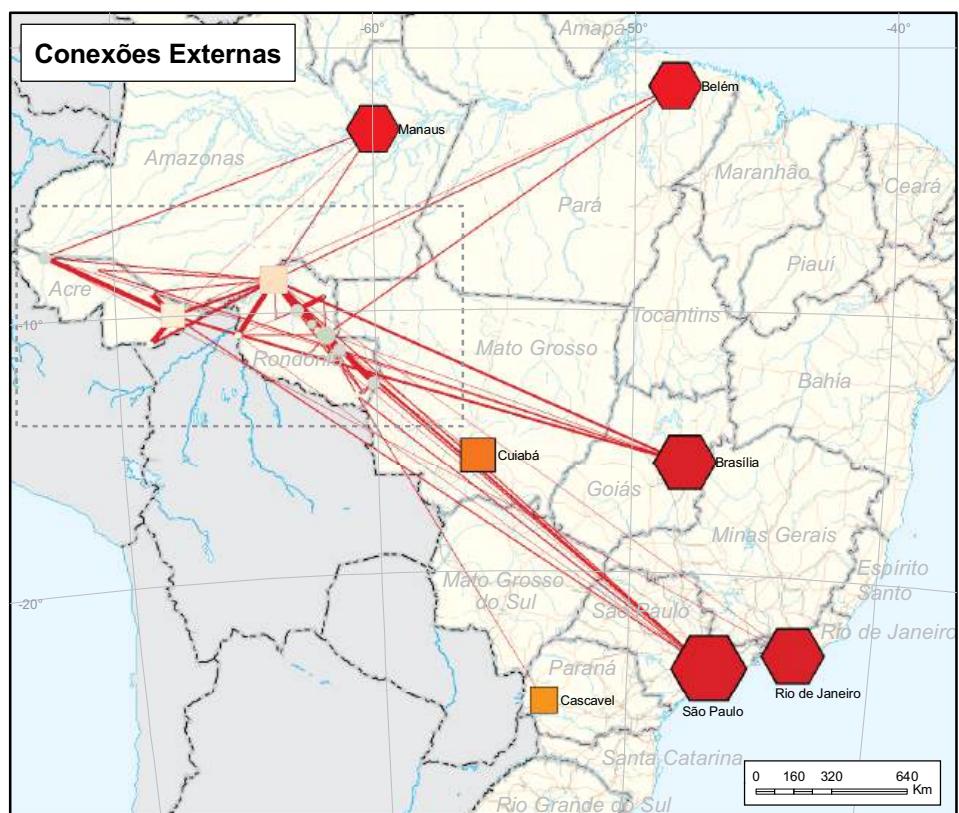
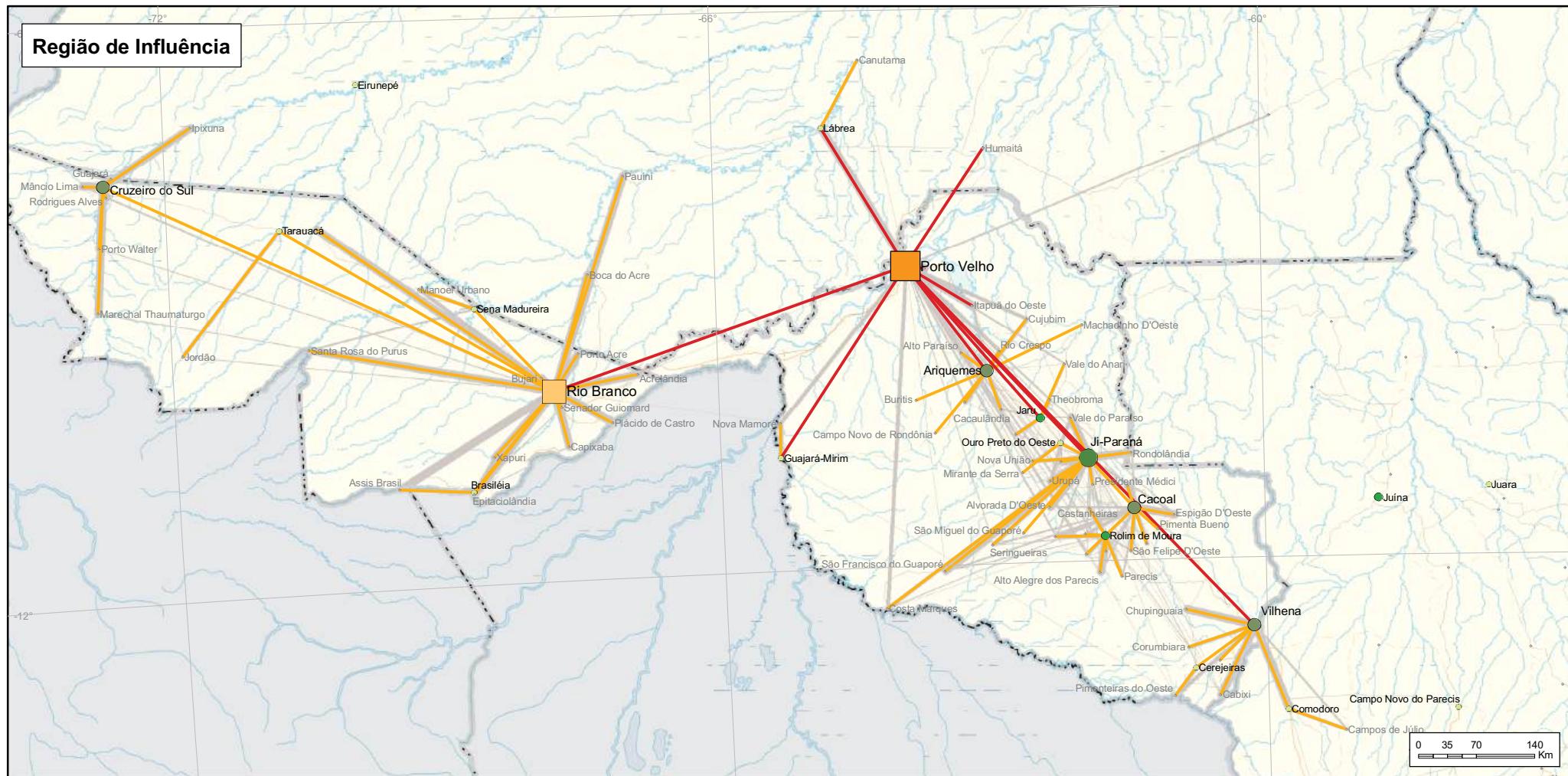
Mapa 26 - Cuiabá (MT) - Capital regional A (2A)



Características	Região de influência de Cuiabá (A)	Participação da região de influência de Cuiabá no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Cuiabá) (B)	Participação de Cuiabá em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 868 551	1,56	757 138	26,39
Área (km²)	867 807,12	10,19	4 476,22	0,52
Densidade demográfica (hab./km²)	3,31	15,30	169,15	5 117,10
Número de municípios	141	2,53	2	1,42
Intensidade de relacionamento (1)	1 410	-	432	30,64
PIB 2005 total (1 000 R\$)	37 080 149	1,73	8 600 330,99	23,19
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	12 256 915	1,33	4 052 489,00	33,06
Valor adicionado indústria	6 207 288	1,15	2 057 544,36	33,15
Valor adicionado agropecuária	10 518 175	10,00	69 609,40	0,66
Valor adicionado administração pública	4 066 801	1,47	1 084 394,22	26,66
Impostos	4 030 971	1,32	1 336 294,08	33,15
PIB per capita (R\$)	12 926	110,76	11 359,00	87,87
Centros identificados	Centros Subregionais A: Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (MT); Centros de Zona A: Alta Floresta, Diamantino, Juína, Mirassol d'Oeste, Primavera do Leste, São Félix do Araguaia, Sorriso e Tangará da Serra (MT); Centros de Zona B: Água Boa, Alto Araguaia, Araputanga, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Colider, Confresa, Jaciara, Juara, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Terra Nova do Norte e Vila Rica (MT).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

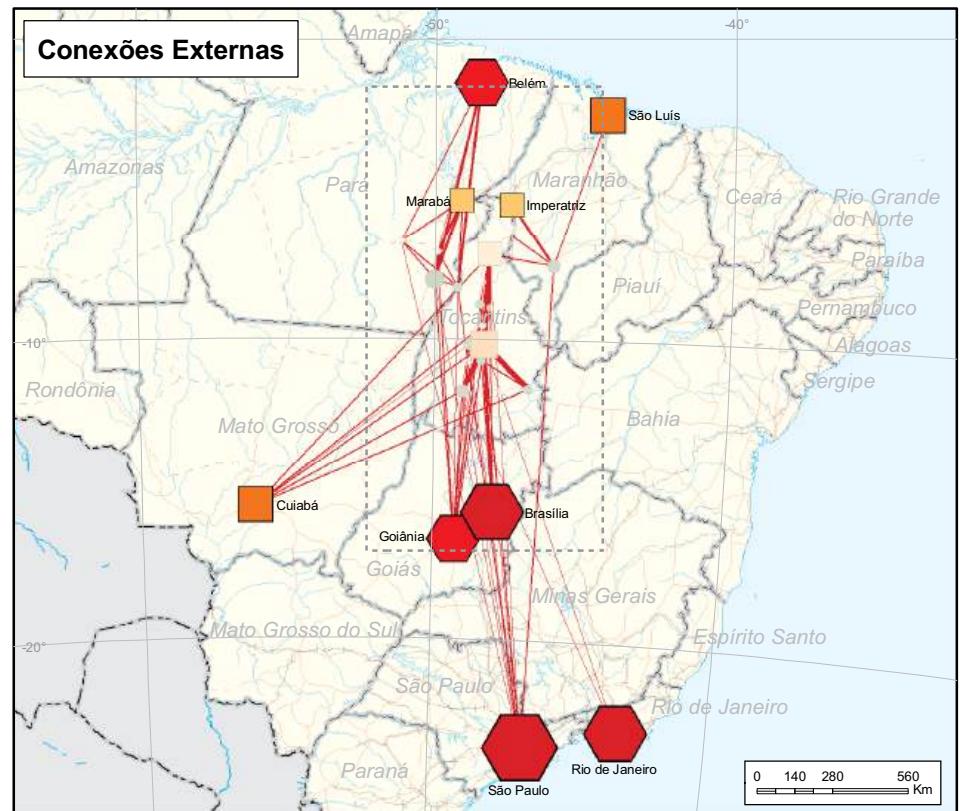
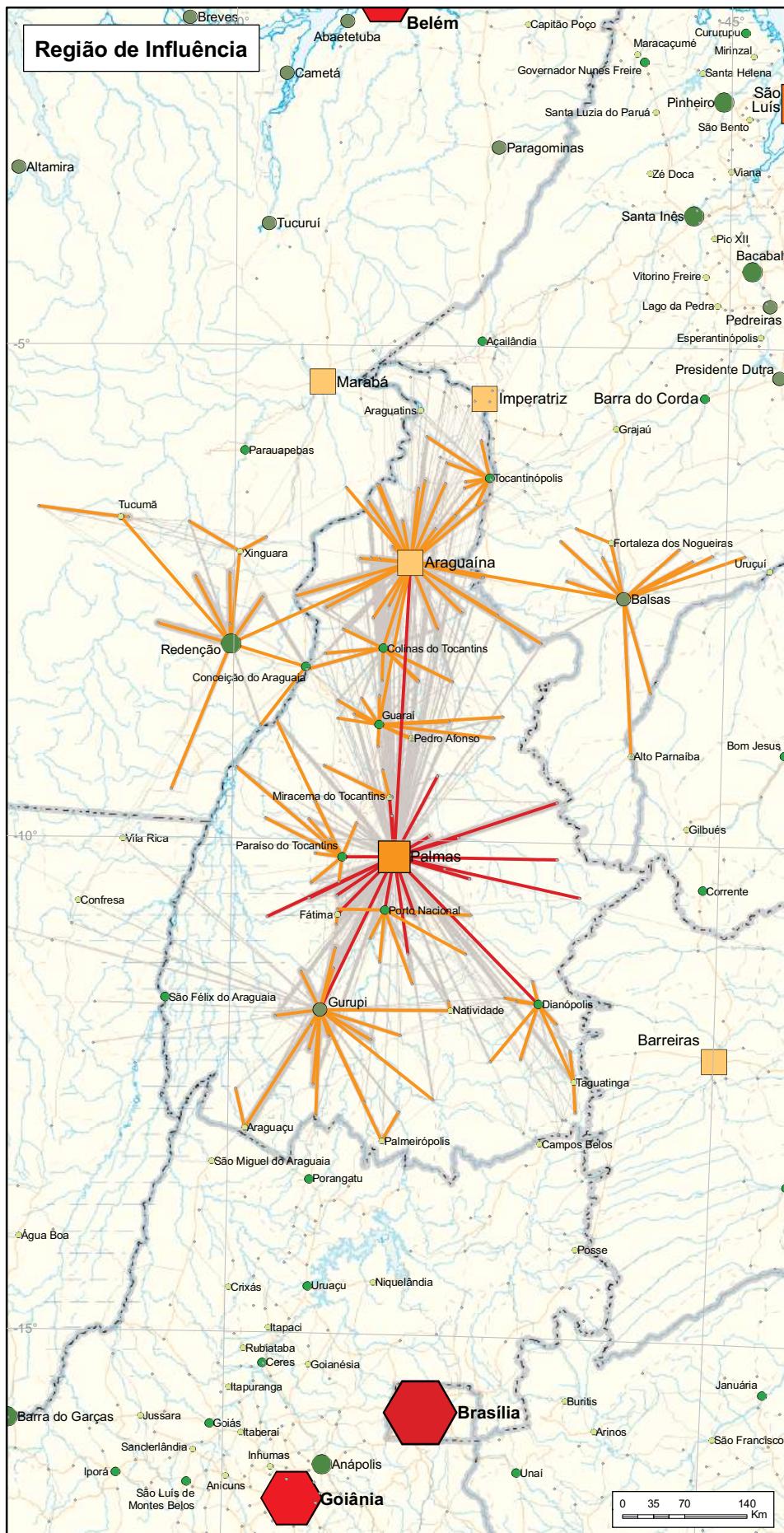
Mapa 27 - Porto Velho (RO) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Porto Velho (A)	Participação da região de influência de Porto Velho no Brasil ((A)x100/Vale Brasil)	Núcleo da rede (Porto Velho) (B)	Participação de Porto Velho em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 301 551	1,25	369 345	16,05
Área (km²)	650 561,99	7,64	34 082,37	5,24
Densidade demográfica (hab./km²)	3,54	16,37	10,84	306,32
Número de municípios	84	1,51	1	1,19
Intensidade de relacionamento (1)	676	-	128	18,93
PIB 2005 total (1 000 R\$)	18 490 651	0,86	3 656 512,48	19,77
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 075 597	0,66	1 925 046,00	31,68
Valor adicionado indústria	2 140 520	0,40	274 071,59	12,80
Valor adicionado agropecuária	3 609 943	3,43	108 453,80	3,00
Valor adicionado administração pública	4 781 347	1,72	764 419,46	15,99
Impostos	1 883 243	0,62	584 521,95	31,04
PIB per capita (R\$)	8 034	68,84	9 899,99	123,23
Centros identificados	Capital Regional C: Rio Branco (AC); Centro Subregional A: Ji-Paraná (RO); Centros Subregionais B: Ariquemes, Cacoal e Vilhena (RO) e Cruzeiro do Sul (AC); Centros de Zona A: Jaru e Rolim Moura (RO); Centros de Zona B: Cerejeiras, Guajará-Mirim e Ouro Preto do Oeste (RO), Brasiléia, Sena Madureira e Tarauacá (AC), Lábrea (AM) e Comodoro (MT).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

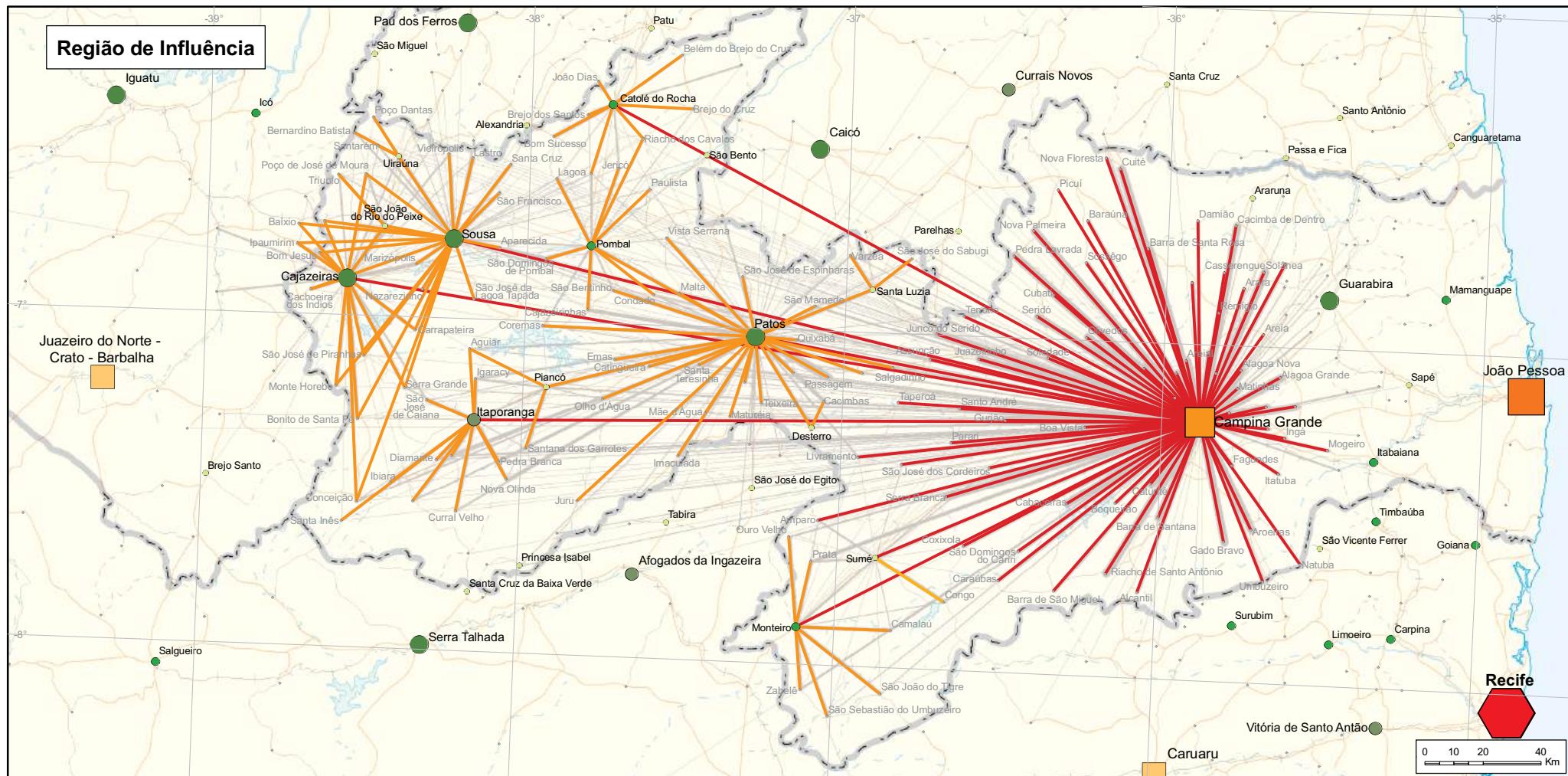
Mapa 28 - Palmas (TO) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Palmas (A)	Participação da região de influência de Palmas no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Palmas) (B)	Participação de Palmas em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 768 090	0,96	178 386	10,09
Área (km²)	508 052,22	5,97	2 218,93	0,44
Densidade demográfica (hab./km²)	3,48	16,11	80,39	2 310,04
Número de municípios	153	2,75	1	0,65
Intensidade de relacionamento (1)	1 658	-	507	30,58
PIB 2005 total (1 000 R\$)	13 114 778	0,61	1 733 265,17	13,22
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	3 935 735	0,43	640 703,00	16,28
Valor adicionado indústria	2 735 233	0,51	532 776,96	19,48
Valor adicionado agropecuária	3 160 777	3,01	19 278,02	0,61
Valor adicionado administração pública	2 133 805	0,77	337 637,03	15,82
Impostos	1 149 229	0,38	202 870,39	17,65
PIB per capita (R\$)	7 417	63,56	9 716,37	130,99
Centros identificados	Capital Regional C: Araguaína (TO); Centro Subregional A: Redenção (PA); Centros Subregionais B: Gurupi (TO) e Balsas (MA); Centros de Zona A: Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guarai, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis (TO) e Conceição do Araguaia (PA); Centros de Zona B: Araguaçu, Fátima, Miracema do Tocantins, Natividade, Palmeirópolis, Pedro Afonso e Taguatinga, Tucumã e Xinguara (PA), Alto Parnaíba e Fortaleza dos Nogueiras (MA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

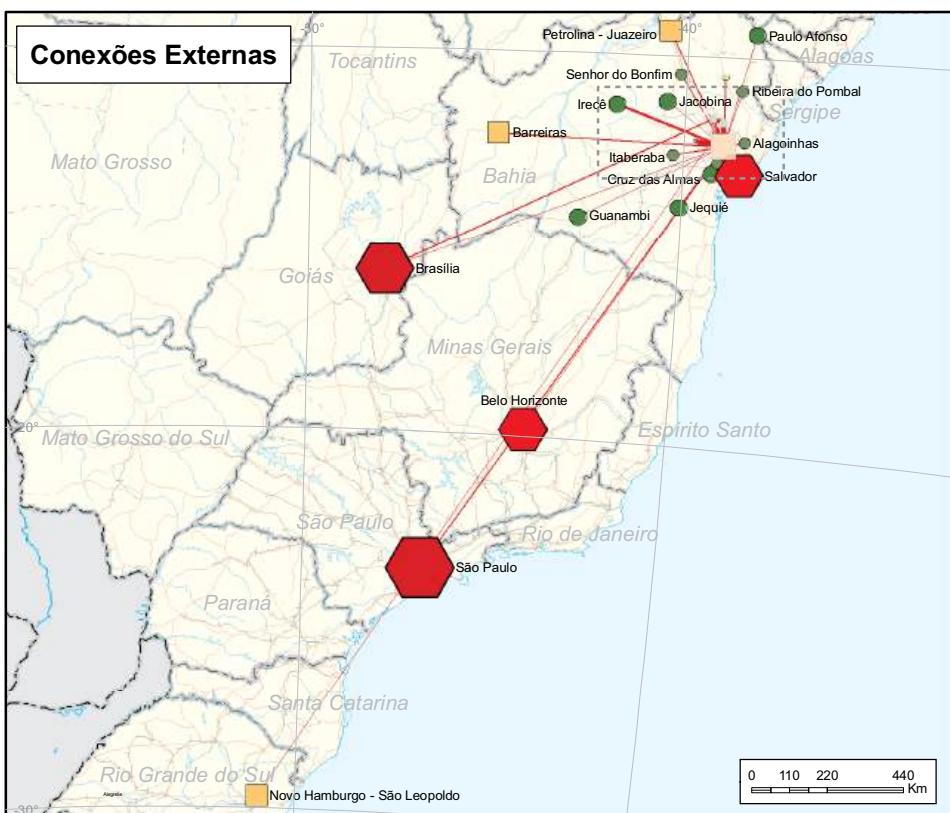
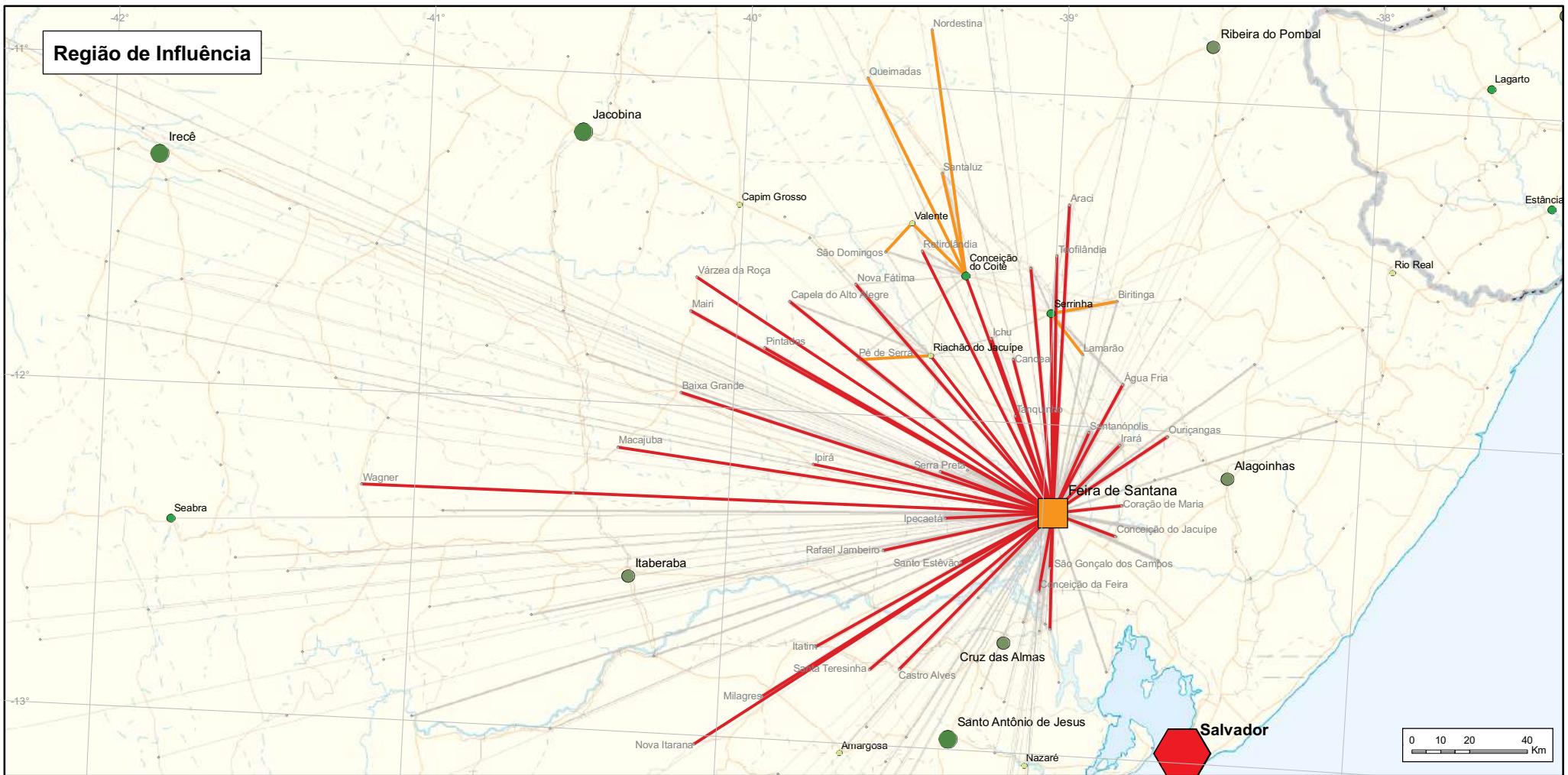
Mapa 29 - Campina Grande (PB) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Campina Grande (A)	Participação da região de influência de Campina Grande no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Campina Grande) (B)	Participação de Campina Grande em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 966 267	1,07	434 880	22,12
Área (km ²)	46 464	0,55	1 139,17	2,45
Densidade demográfica (hab./km ²)	42,32	195,84	381,75	902,11
Número de municípios	160	2,88	3	1,88
Intensidade de relacionamento (1)	1 644	-	687	41,79
PIB 2005 total (1 000 R\$)	6 624 344	0,31	2 411 548,14	36,40
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	1 900 747	0,21	810 586,00	42,65
Valor adicionado indústria	1 213 709	0,23	762 783,56	62,85
Valor adicionado agropecuária	519 925	0,49	36 746,89	7,07
Valor adicionado administração pública	2 499 909	0,90	531 237,18	21,25
Impostos	490 053	0,16	270 194,69	55,14
PIB per capita (R\$)	3 369	28,87	5 545,32	164,60
Centros identificados	Centros Subregionais A: Cajazeiras, Patos e Sousa (PB); Centro Subregional B: Itaporanga (PB); Centros de Zona A: Catolé do Rocha, Monteiro e Pombal (PB); Centros de Zona B: Desterro, Piancó, Santa Luzia, São José do Rio do Peixe, Sumé e Uiraúna (PB).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

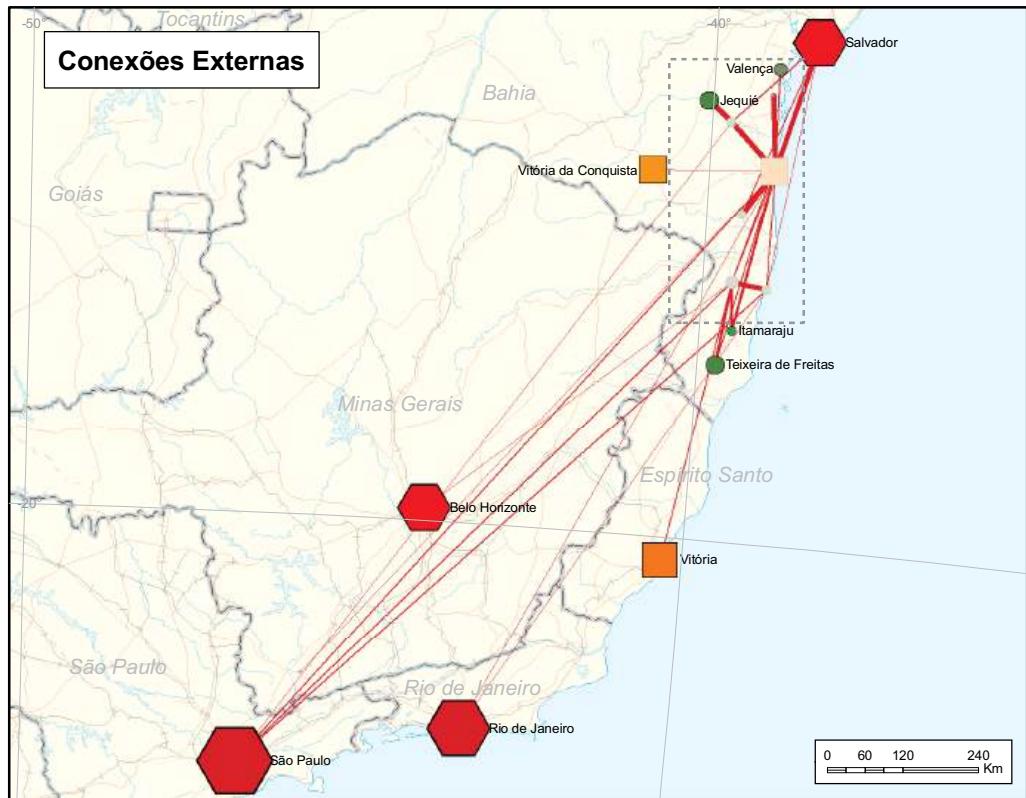
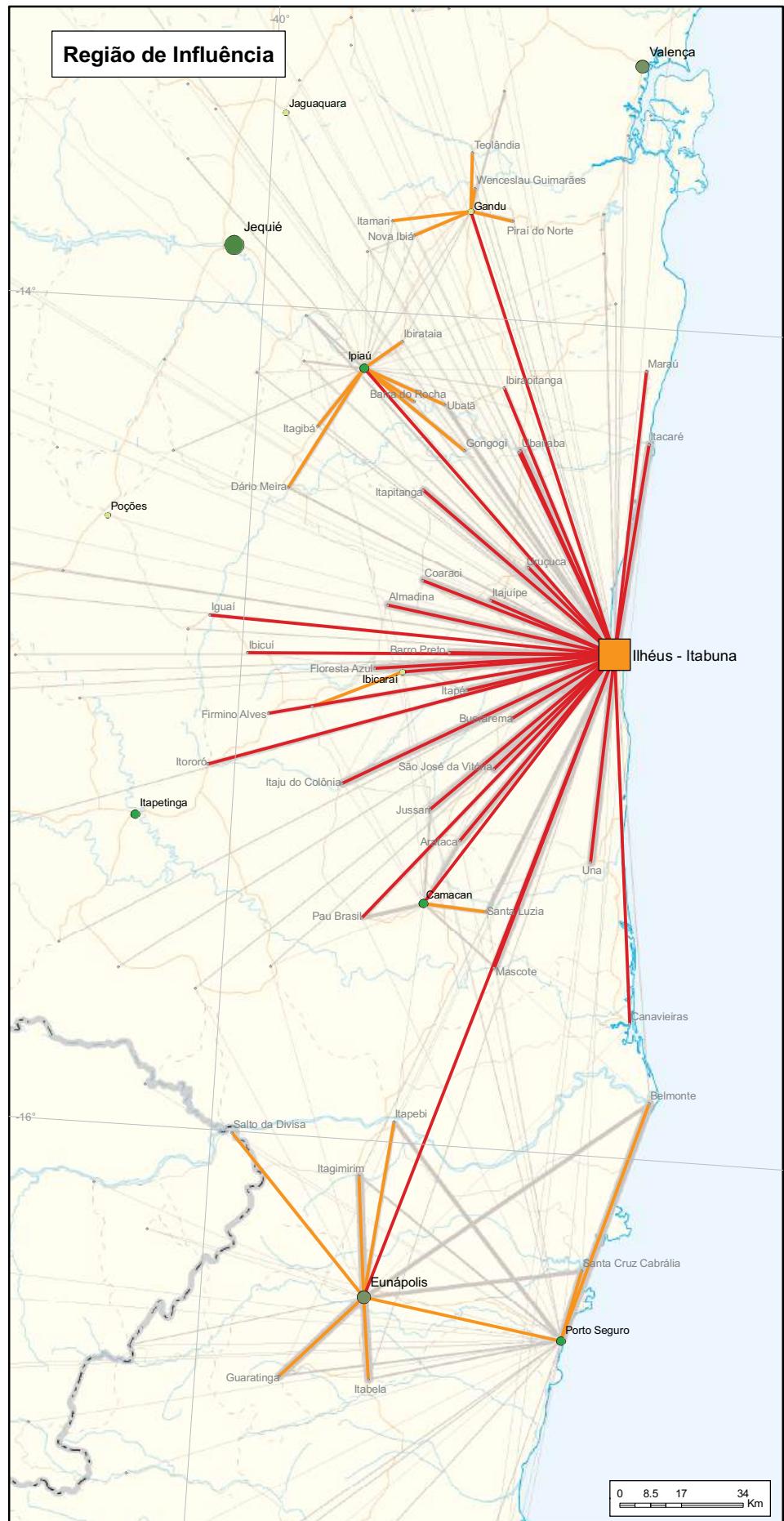
Mapa 30 - Feira de Santana (BA) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Feira de Santana (A)	Participação da região de influência de Feira de Santana no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Feira de Santana) (B)	Participação de Feira de Santana em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 539 959	0,84	571 997	37,14
Área (km²)	29 818,55	0,35	1 362,88	4,57
Densidade demográfica (hab./km²)	51,64	239,01	419,70	812,67
Número de municípios	47	0,84	1	2,13
Intensidade de relacionamento (1)	533	-	414	77,67
PIB 2005 total (1 000 R\$)	6 204 708	0,29	3 500 549,58	56,42
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	2 653 796	0,29	1 796 331,00	67,69
Valor adicionado indústria	1 118 087	0,21	639 606,87	57,21
Valor adicionado agropecuária	402 792	0,38	58 210,51	14,45
Valor adicionado administração pública	1 256 153	0,45	433 250,00	34,49
Impostos	773 879	0,25	573 151,14	74,06
PIB per capita (R\$)	4 029	34,52	6 119,87	151,89
Centros identificados	Centros de Zona A: Conceição do Coité e Serrinha (BA); Centros de Zona B: Riachão do Jacuípe e Valente (BA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

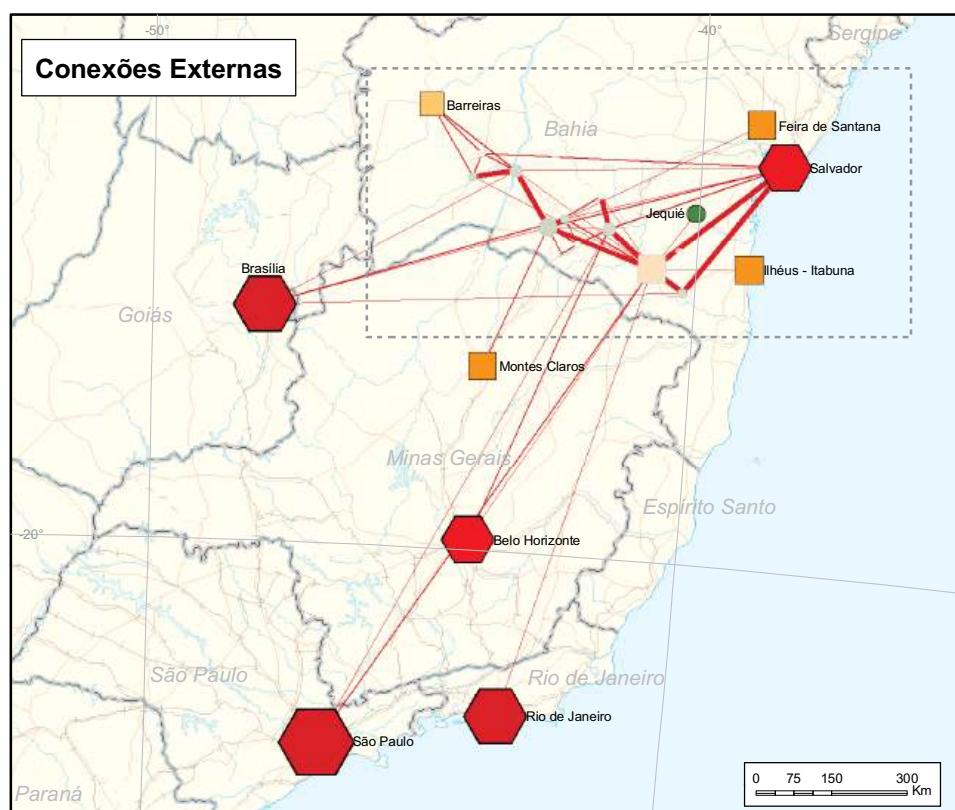
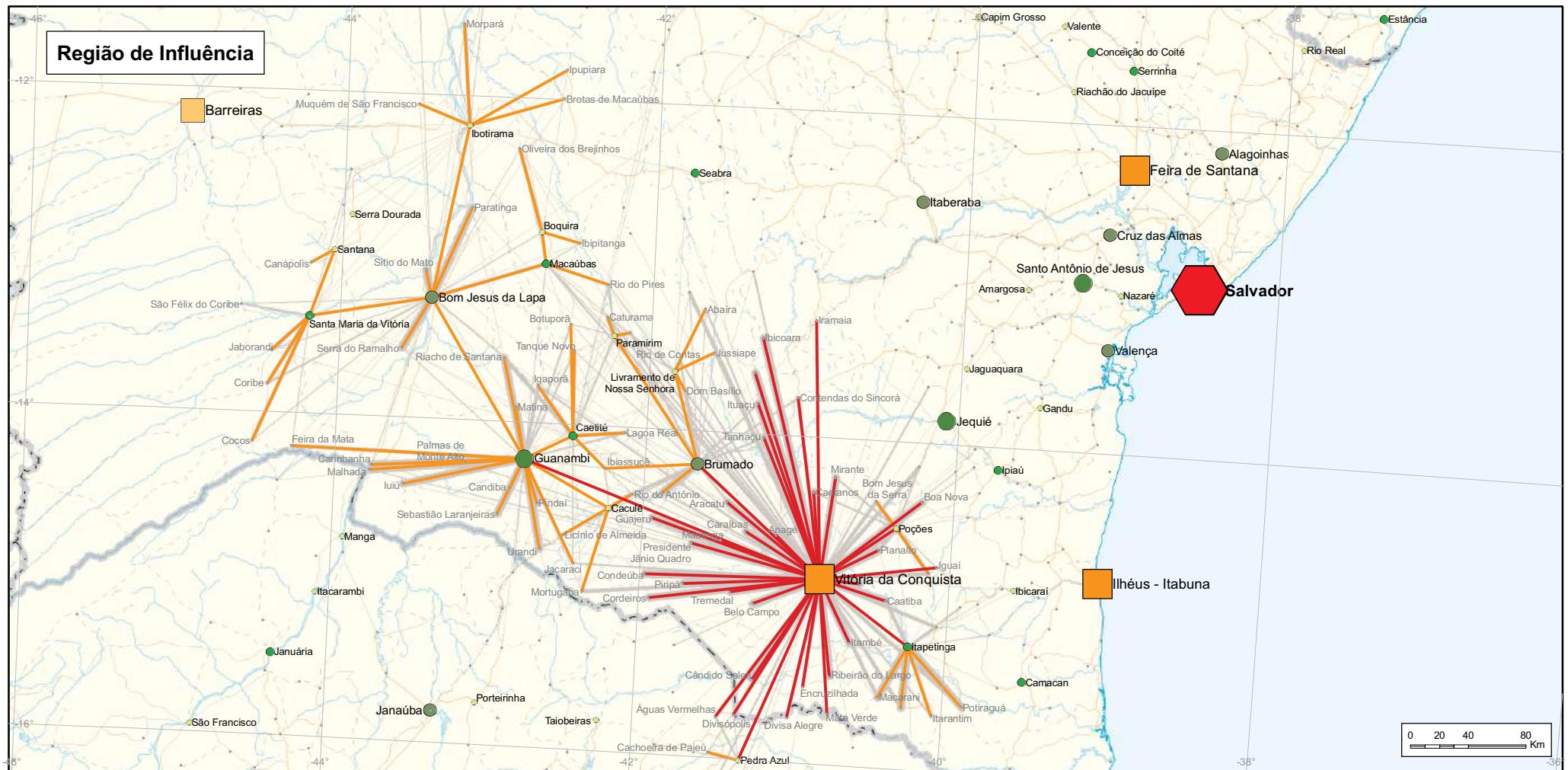
Mapa 31 - Ilhéus - Itabuna (BA) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Ilhéus - Itabuna (A)	Participação da região de influência de Ilhéus - Itabuna no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Ilhéus - Itabuna) (B)	Participação de Ilhéus - Itabuna em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 480 025	0,80	430 748	29,10
Área (km²)	35 133,32	0,41	2 284,19	6,50
Densidade demográfica (hab./km²)	42,13	194,96	188,58	447,65
Número de municípios	53	0,95	2	3,77
Intensidade de relacionamento (1)	589	-	330	56,03
PIB 2005 total (1 000 R\$)	7 247 405	0,34	3 192 437,16	44,05
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	2 826 850	0,31	1 456 767,00	51,53
Valor adicionado indústria	1 364 295	0,25	736 368,19	53,97
Valor adicionado agropecuária	656 345	0,62	49 889,04	7,60
Valor adicionado administração pública	1 365 706	0,49	394 906,08	28,92
Impostos	1 034 209	0,34	554 506,38	53,62
PIB per capita (R\$)	4 897	41,96	7 411,38	151,35
Centros identificados	Centro Subregional B: Eunápolis (BA); Centros de Zona A: Camacan, Ipiáu e Porto Seguro (BA); Centros de Zona B: Gandu e Ibicarai (BA).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

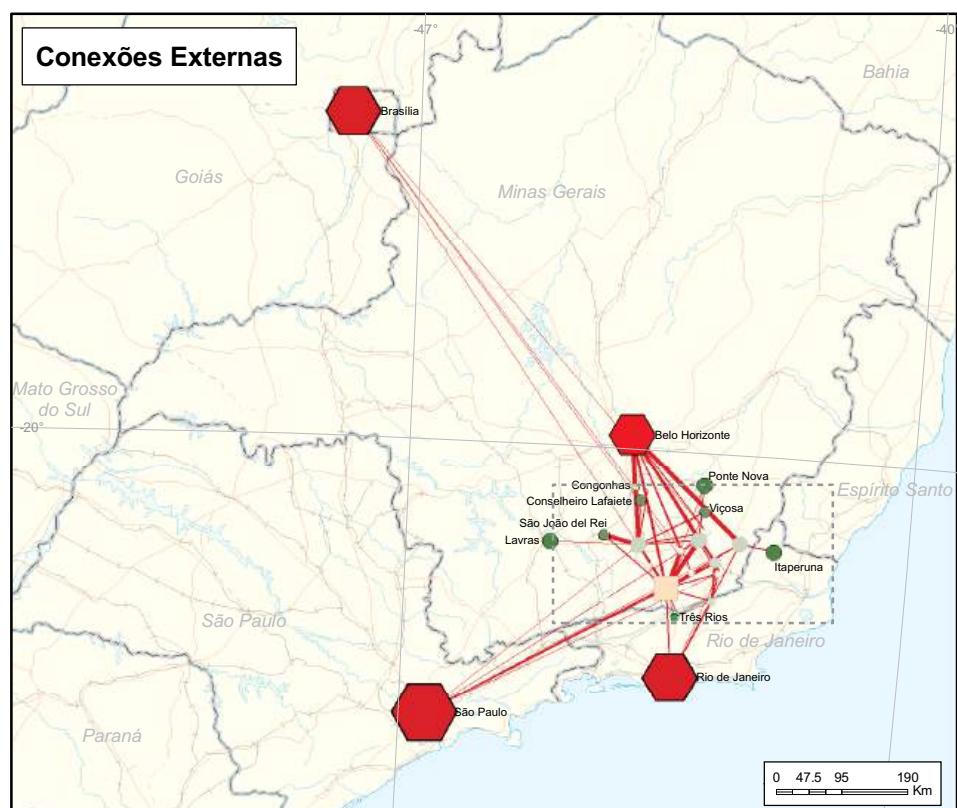
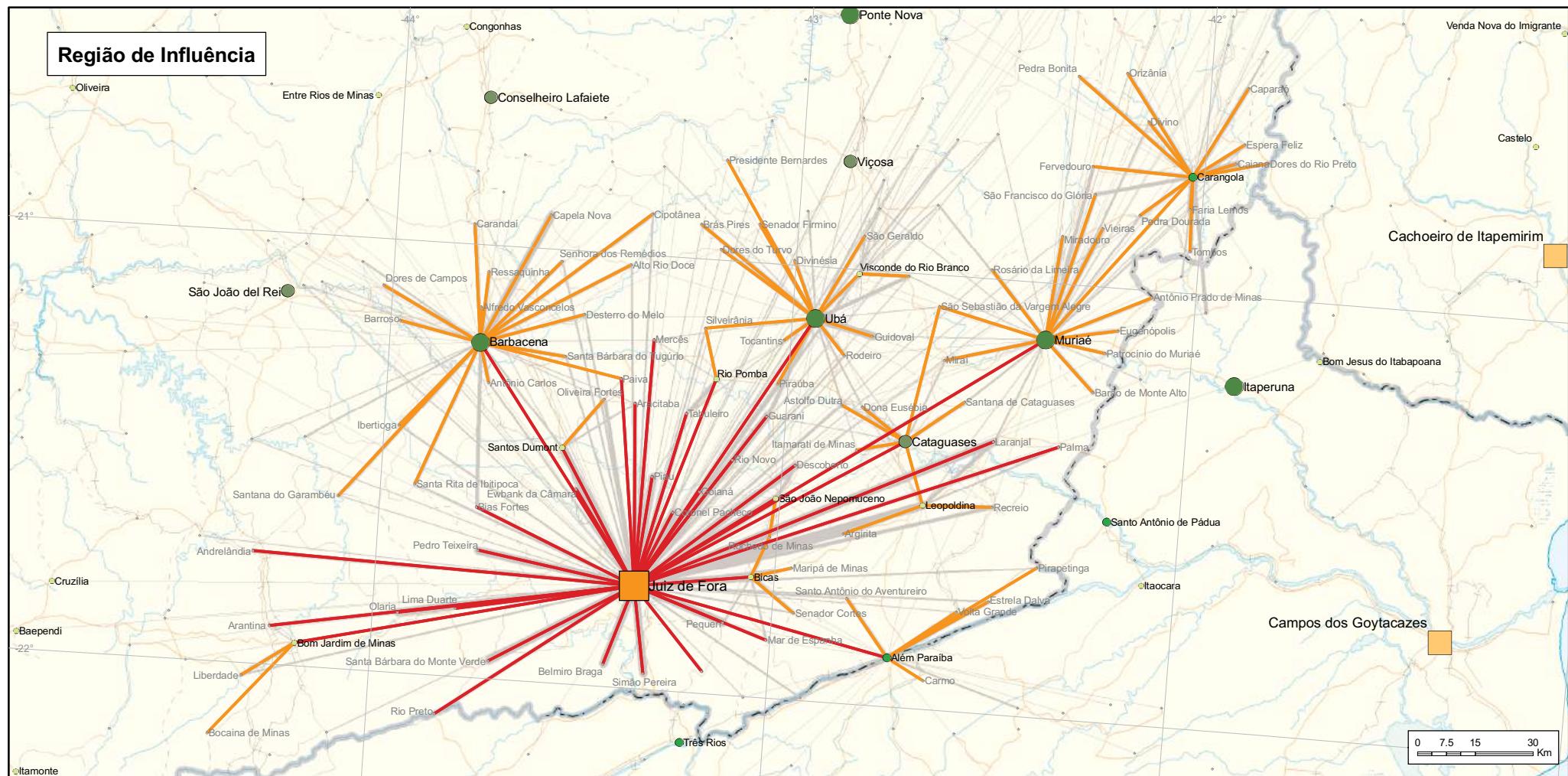
Mapa 32 - Vitória da Conquista (BA) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Vitória da Conquista (A)	Participação da região de influência de Vitória da Conquista no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Vitória da Conquista) (B)	Participação de Vitória da Conquista em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 121 638	1,15	308 204	14,53
Área (km²)	145 962,64	1,71	3 204,26	2,20
Densidade demográfica (hab./km²)	14,54	67,27	96,19	661,73
Número de municípios	97	1,74	1	1,03
Intensidade de relacionamento (1)	1 009	-	398	39,44
PIB 2005 total (1 000 R\$)	7 403 460	0,34	1 793 824,65	24,23
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	2 683 392	0,29	977 682,00	36,43
Valor adicionado indústria	970 098	0,18	215 977,67	22,26
Valor adicionado agropecuária	1 228 287	1,17	66 682,49	5,43
Valor adicionado administração pública	1 909 945	0,69	264 631,83	13,86
Impostos	611 738	0,20	268 850,51	43,95
PIB per capita (R\$)	3 490	29,90	5 820,25	166,79
Centros identificados	Centro Subregional A: Guanambi (BA); Centros Subregionais B: Bom Jesus da Lapa e Brumado (BA); Centros de Zona A: Caetité, Itapetinga, Macaúbas e Santa Maria da Vitória (BA); Centros de Zona B: Boqueirá, Caculé, Ibotirama, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Poções e Santana (BA) e Pedra Azul (MG).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

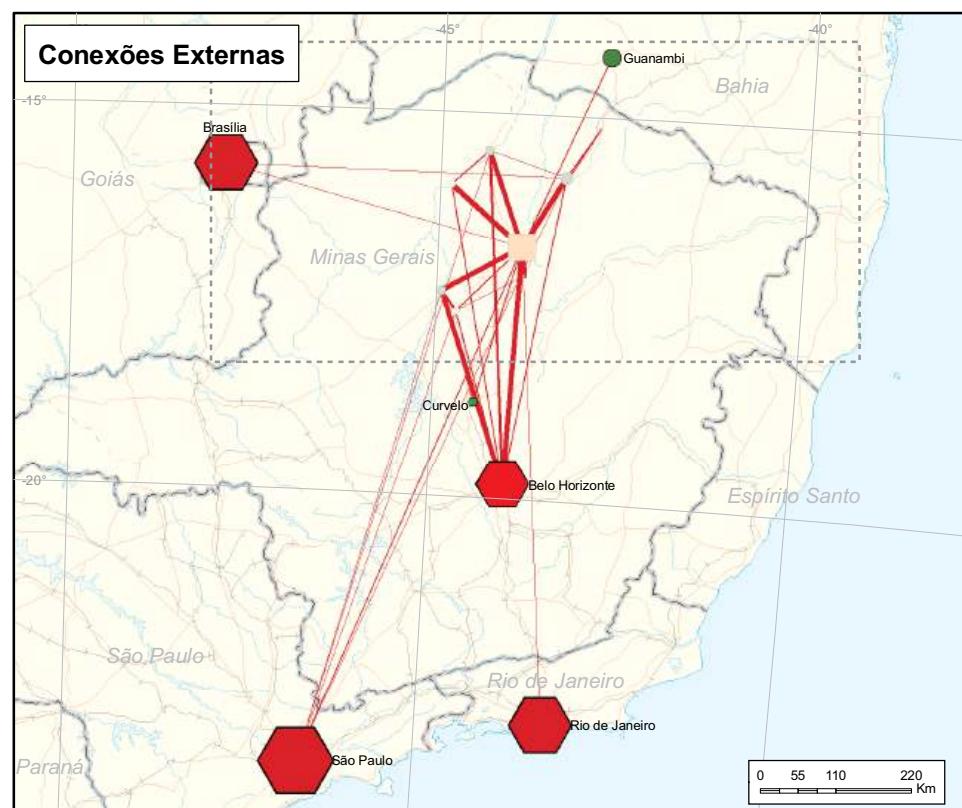
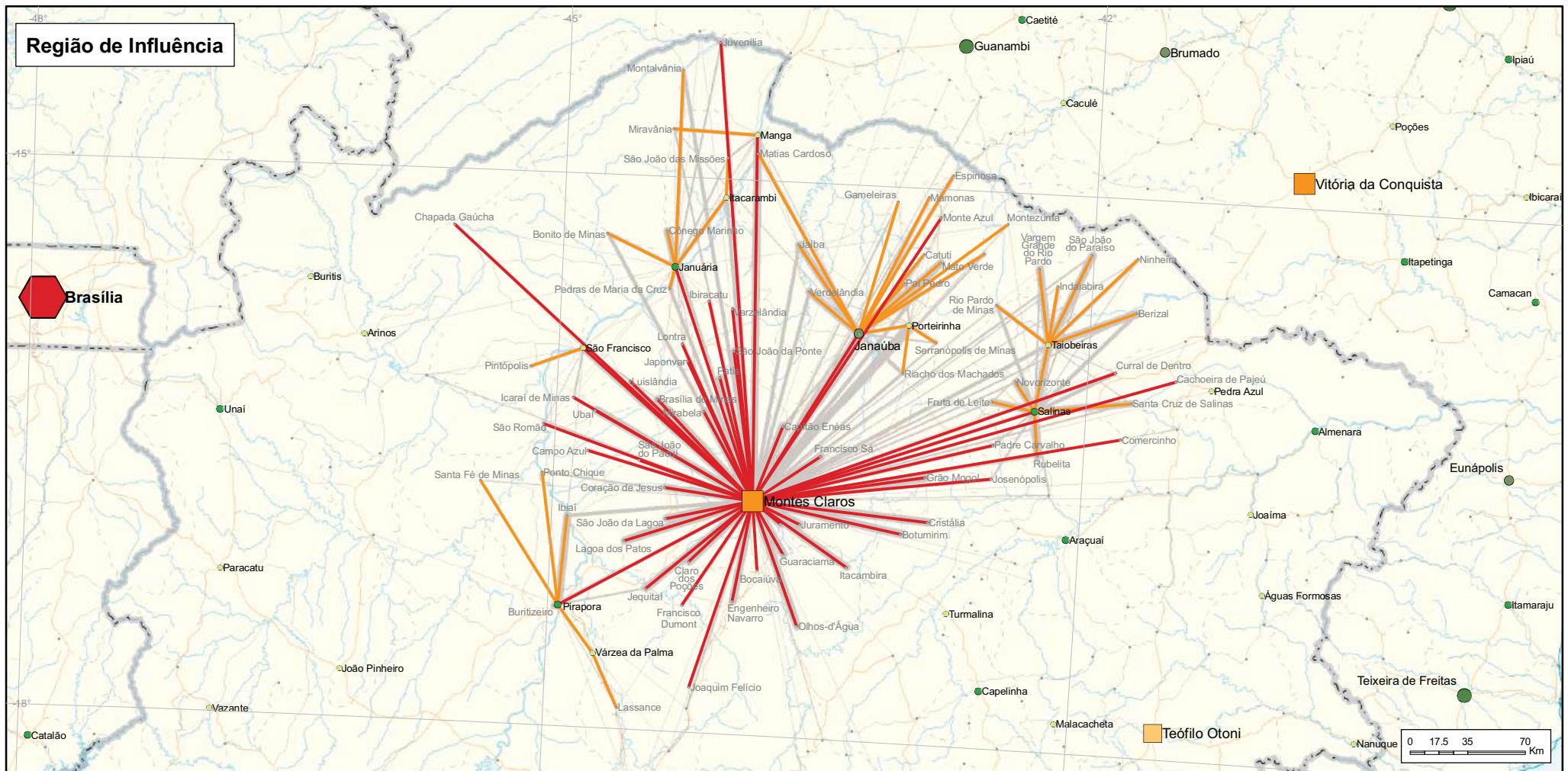
Mapa 33 – Juiz de Fora (MG) – Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Juiz de Fora (A)	Participação da região de influência de Juiz de Fora no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Juiz de Fora) (B)	Participação de Juiz de Fora em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 770 952	0,96	529 166	29,88
Área (km ²)	28 325,23	0,33	1 746,45	6,17
Densidade demográfica (hab./km ²)	62,52	289,35	302,99	484,62
Número de municípios	106	1,91	3	2,83
Intensidade de relacionamento (1)	1 268	-	460	36,28
PIB 2005 total (1 000 R\$)	13 547 209	0,63	5 513 943,68	40,70
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	5 891 819	0,64	2 725 856,00	46,27
Valor adicionado indústria	3 109 535	0,58	1 292 329,26	41,56
Valor adicionado agropecuária	888 404	0,84	32 756,07	3,69
Valor adicionado administração pública	2 108 241	0,76	651 015,18	30,88
Impostos	1 549 209	0,51	811 986,72	52,41
PIB per capita (R\$)	7 650	65,55	10 420,06	136,22
Centros identificados	Centros Subregionais A: Barbacena, Muriaé e Ubá (MG); Centro Subregional B: Cataguases (MG); Centros de Zona A: Além Paraíba e Carangola (MG); Centros de Zona B: Bicas, Bom Jardim de Minas, Leopoldina, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Visconde do Rio Branco (MG).			

¹¹ A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

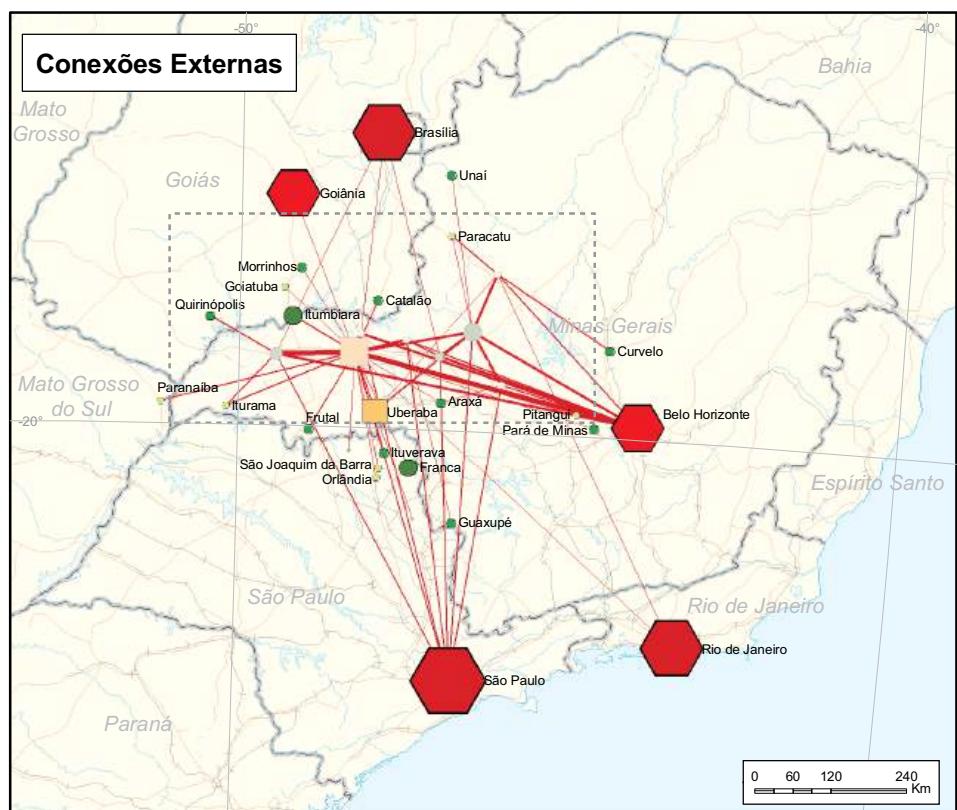
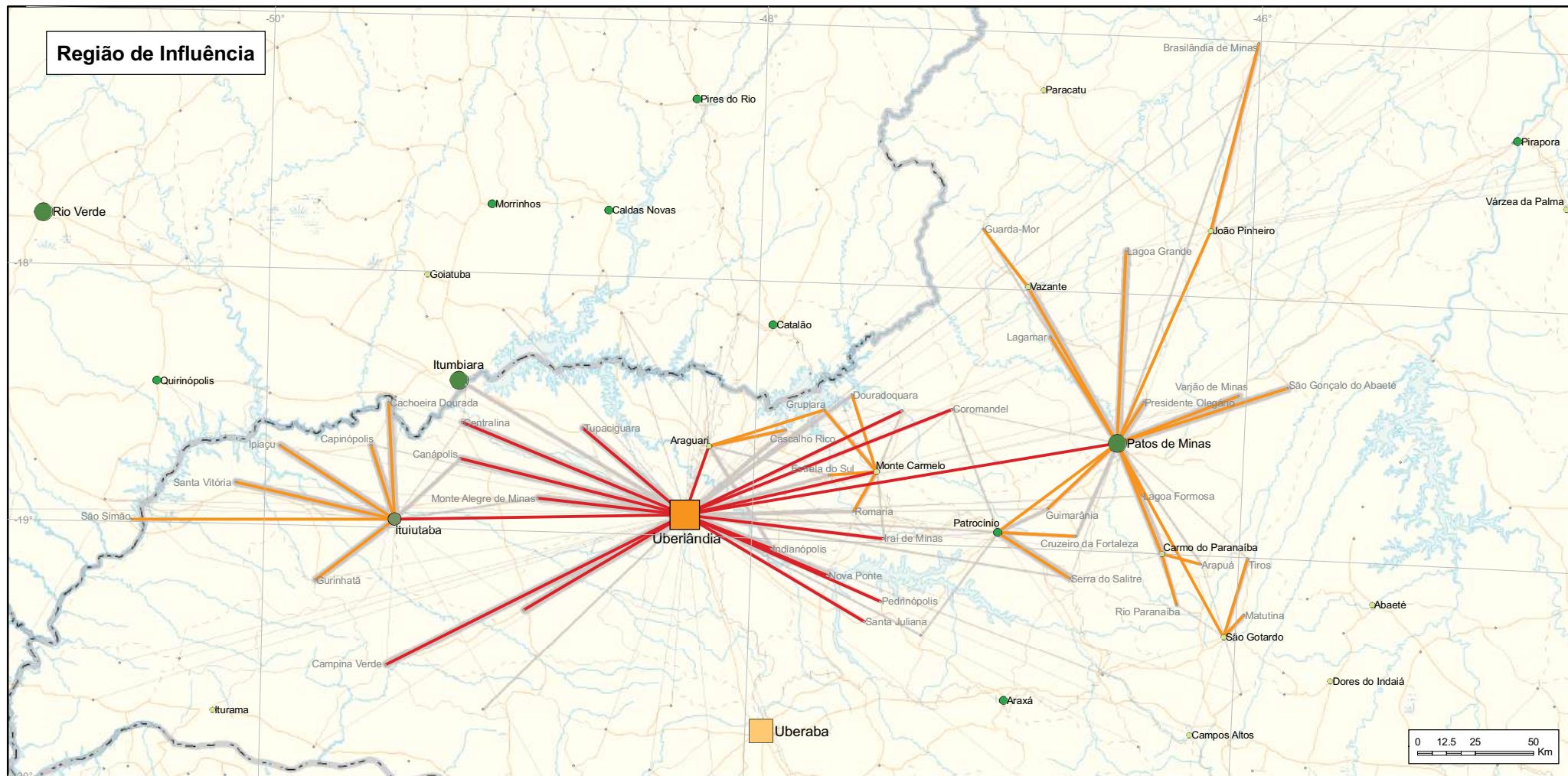
Mapa 34 - Montes Claros (MG) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Montes Claros (A)	Participação da região de influência de Montes Claros no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Montes Claros) (B)	Participação de Montes Claros em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 565 644	0,85	352 384	22,51
Área (km ²)	125 352,19	1,47	3 582,03	2,86
Densidade demográfica (hab./km ²)	12,49	57,80	98,38	787,64
Número de municípios	88	1,58	1	1,14
Intensidade de relacionamento (1)	845	-	459	54,32
PIB 2005 total (1 000 R\$)	7 489 153	0,35	2 573 172,33	34,36
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	2 579 057	0,28	1 171 189,00	45,41
Valor adicionado indústria	1 666 947	0,31	653 175,78	39,18
Valor adicionado agropecuária	935 068	0,89	73 291,79	7,84
Valor adicionado administração pública	1 613 092	0,58	335 550,07	20,80
Impostos	694 988	0,23	339 965,78	48,92
PIB <i>per capita</i> (R\$)	4 783	40,90	7 302,18	152,66
Centros identificados	Centro Subregional B: Janaúba (MG); Centros de Zona A: Januária, Pirapora e Salinas (MG); Centros de Zona B: Itacarambi, Manga, Porteirinha, São Francisco, Taiobeiras e Várzea da Palma (MG).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

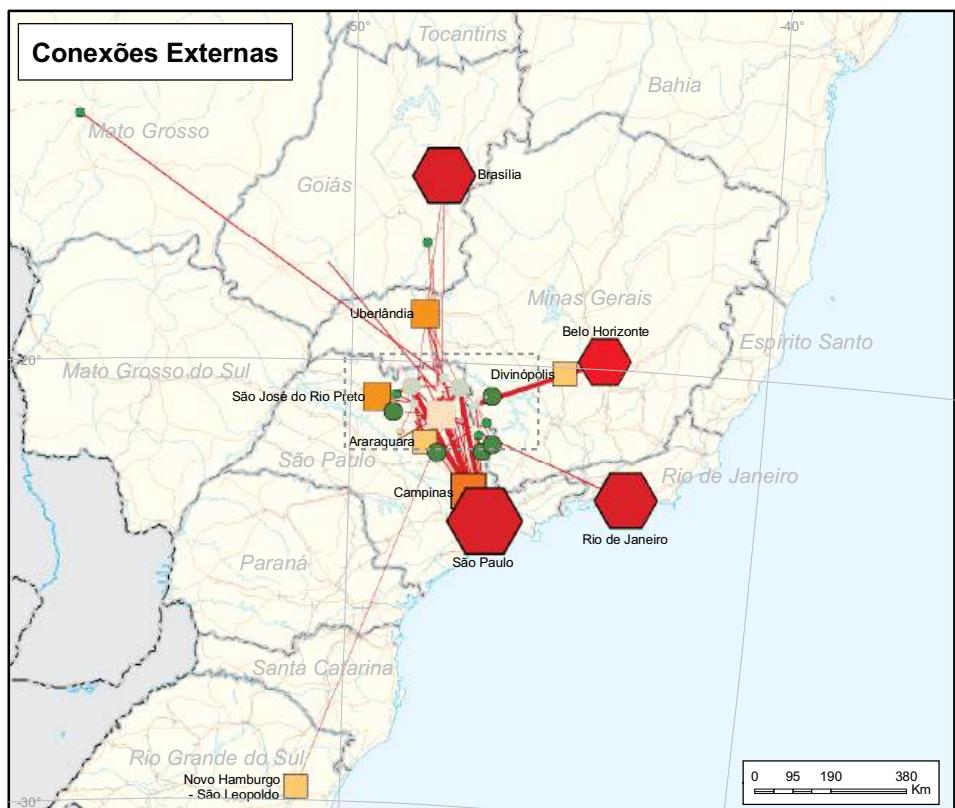
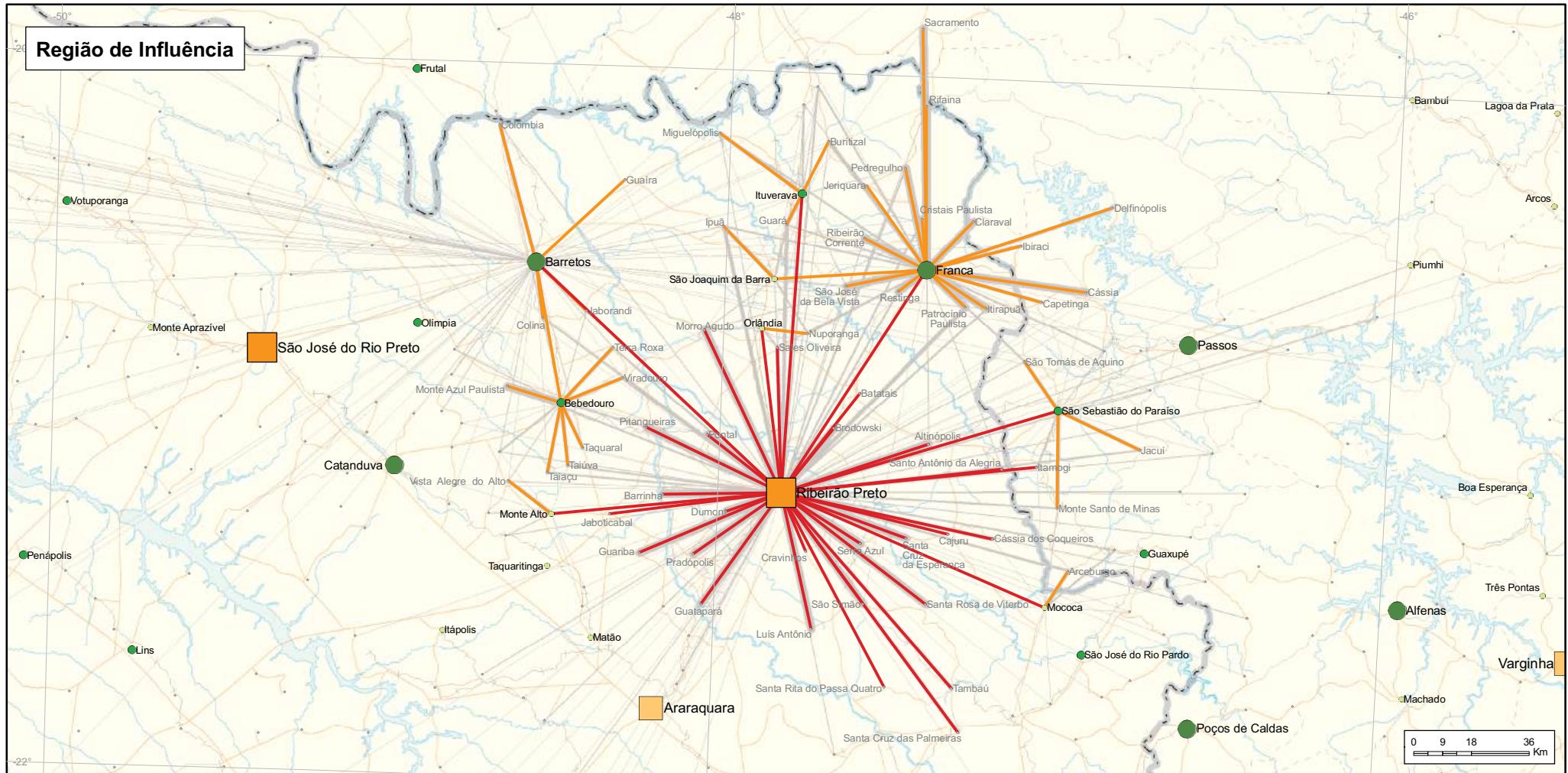
Mapa 35 - Uberlândia (MG) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Uberlândia (A)	Participação da região de influência de Uberlândia no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Uberlândia) (B)	Participação de Uberlândia em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 572 166	0,85	608 369	38,70
Área (km ²)	82 676,58	0,97	4 115,82	4,98
Densidade demográfica (hab./km ²)	19,02	88,00	147,81	777,31
Número de municípios	49	0,88	1	2,04
Intensidade de relacionamento (1)	499	-	196	39,28
PIB 2005 total (1 000 R\$)	20 848 929	0,97	9 190 673,07	44,08
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	8 341 632	0,91	4 705 296,00	56,41
Valor adicionado indústria	5 029 354	0,93	2 016 857,09	40,10
Valor adicionado agropecuária	3 108 190	2,96	250 858,23	8,07
Valor adicionado administração pública	1 808 753	0,65	667 105,43	36,88
Impostos	2 561 001	0,84	1 550 555,86	60,54
PIB per capita (R\$)	13 261	113,63	15 107,07	113,92
Centros identificados	Centro Subregional A: Patos de Minas (MG); Centro Subregional B: Ituiutaba (MG); Centro de Zona A: Patrocínio (MG); Centros de Zona B: Araguari, Carmo do Paranaíba, João Pinheiro, Monte Carmelo, São Gotardo e Vazante (MG).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

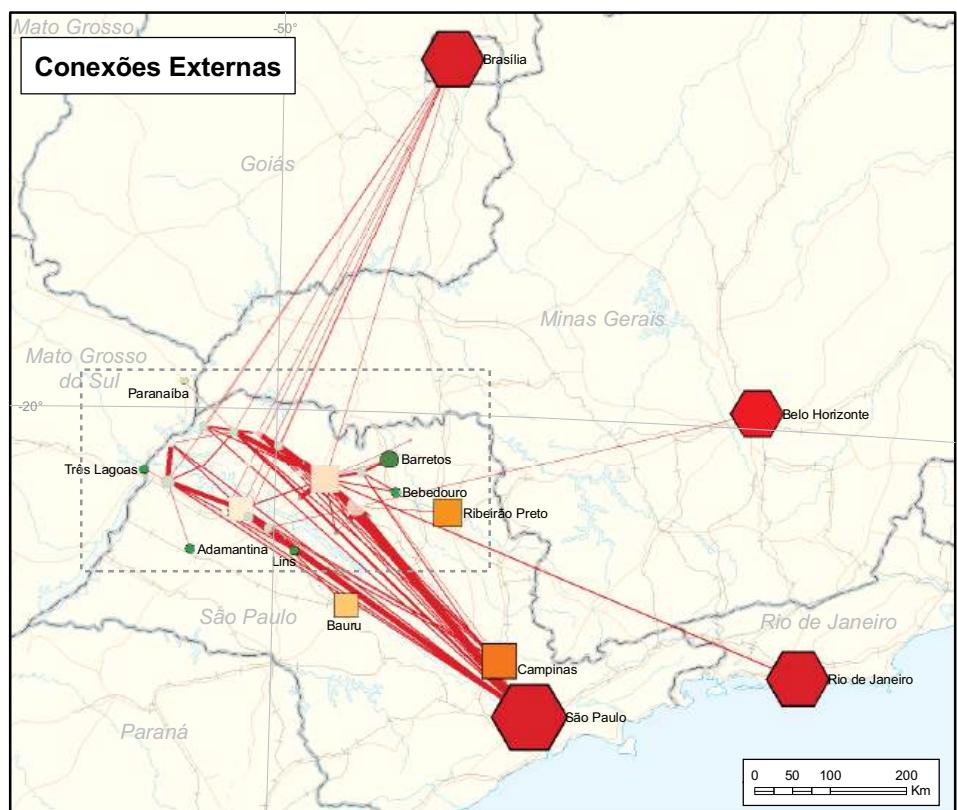
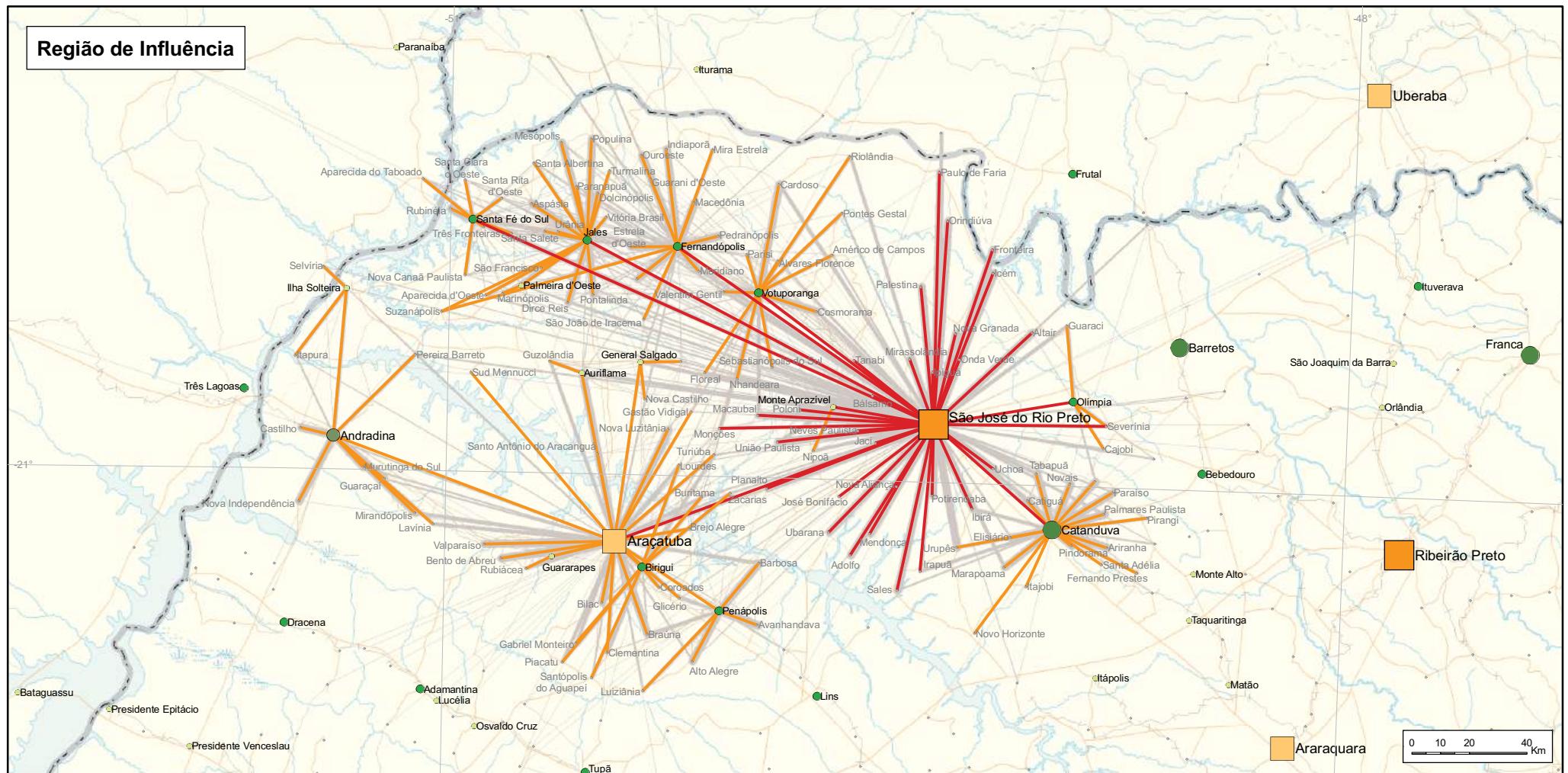
Mapa 36 - Ribeirão Preto (SP) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Ribeirão Preto (A)	Participação da região de influência de Ribeirão Preto no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Ribeirão Preto) (B)	Participação de Ribeirão Preto em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 439 516	1,33	722 182	29,60
Área (km²)	36 085,05	0,42	1 682,27	4,66
Densidade demográfica (hab./km²)	67,60	312,87	429,29	635,00
Número de municípios	71	1,28	4	5,63
Intensidade de relacionamento (1)	853	-	371	43,49
PIB 2005 total (1 000 R\$)	34 532 651	1,61	12 735 778,56	36,88
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	16 422 261	1,78	7 451 914,00	45,38
Valor adicionado indústria	9 086 428	1,68	2 752 809,63	30,30
Valor adicionado agropecuária	2 364 959	2,25	111 534,86	4,72
Valor adicionado administração pública	3 121 710	1,13	950 770,69	30,46
Impostos	3 537 293	1,16	1 468 749,06	41,52
PIB per capita (R\$)	14 156	121,29	17 635,14	124,58
Centros identificados	Centros Subregionais A: Barretos e Franca (SP); Centros de Zona A: Bebedouro e Ituverava (SP) e São Sebastião do Paraíso (MG); Centros de Zona B: Mococa, Monte Alto, Orlândia e São Joaquim da Barra (SP).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

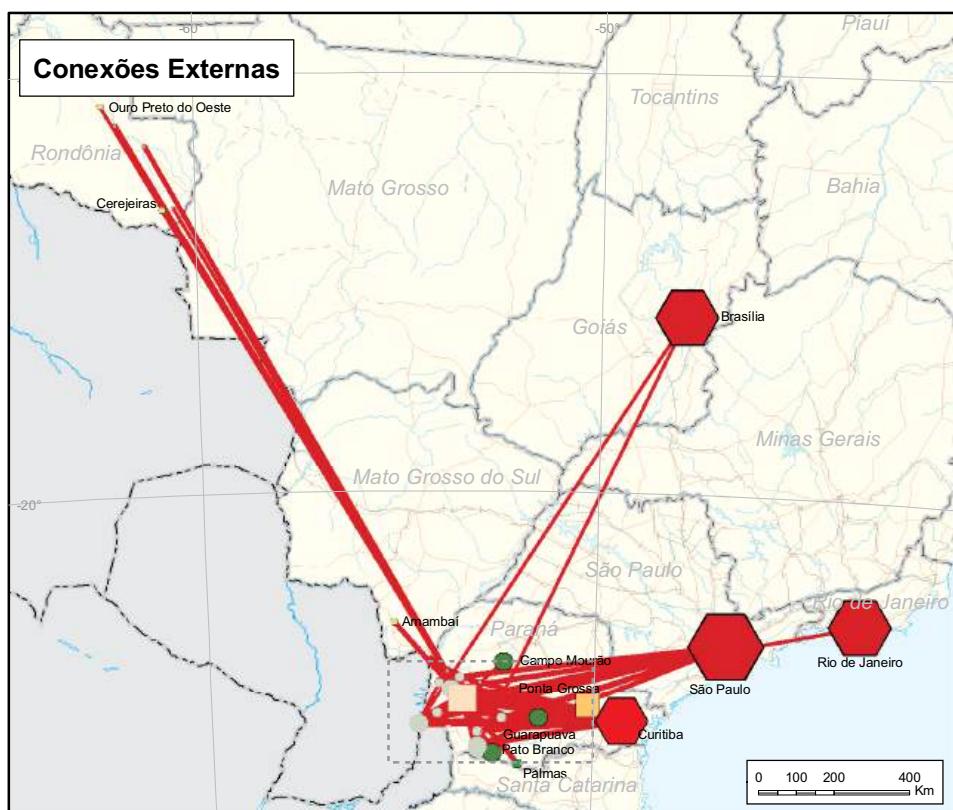
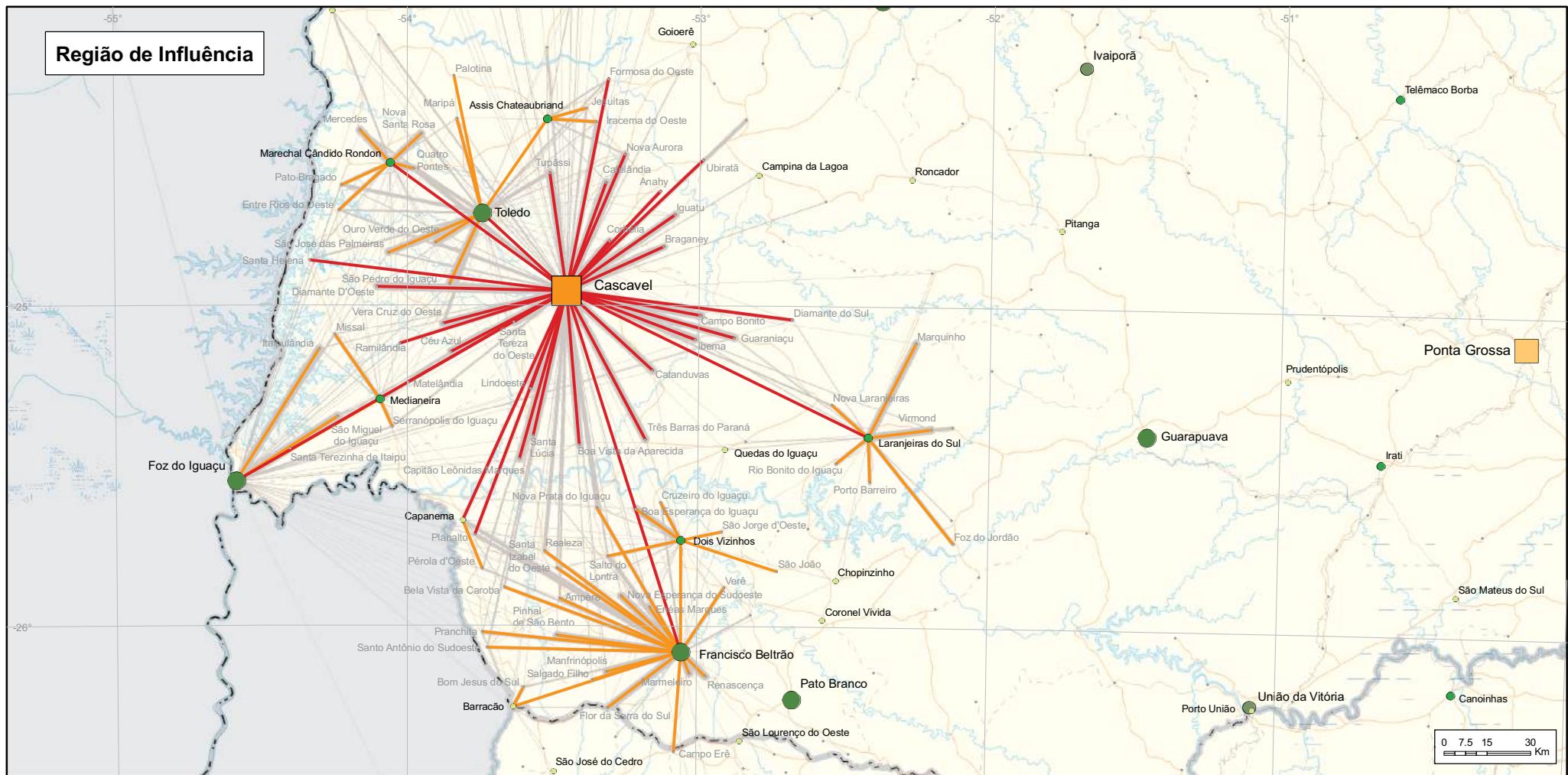
Mapa 37 - São José do Rio Preto (SP) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de São José do Rio Preto (A)	Participação da região de influência de São José do Rio Preto no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (São José do Rio Preto) (B)	Participação de São José do Rio Preto em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	2 230 647	1,21	491 468	22,03
Área (km²)	52 744,25	0,62	1 307,34	2,48
Densidade demográfica (hab./km²)	42,29	195,72	375,93	888,89
Número de municípios	146	2,62	5	3,42
Intensidade de relacionamento (1)	1 798	-	573	31,87
PIB 2005 total (1 000 R\$)	29 150 051	1,36	6 359 034,12	21,81
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	12 338 490	1,34	3 953 594,00	32,04
Valor adicionado indústria	9 427 504	1,75	1 096 703,77	11,63
Valor adicionado agropecuária	2 142 060	2,04	78 350,15	3,66
Valor adicionado administração pública	2 841 904	1,03	565 632,16	19,90
Impostos	2 400 093	0,79	664 753,62	27,70
PIB per capita (R\$)	13 068	111,98	12 938,86	99,01
Centros identificados	Capital Regional C: Araçatuba (SP); Centro Subregional A: Catanduva (SP); Centro Subregional B: Andradina (SP); Centros de Zona A: Birigui, Fernandópolis, Jales, Olímpia, Penápolis, Santa Fé do Sul e Votuporanga (SP); Centros de Zona B: Auriflama, General Salgado, Guararapes, Ilha Solteira, Monte Aprazível e Palmeira d'Oeste (SP).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

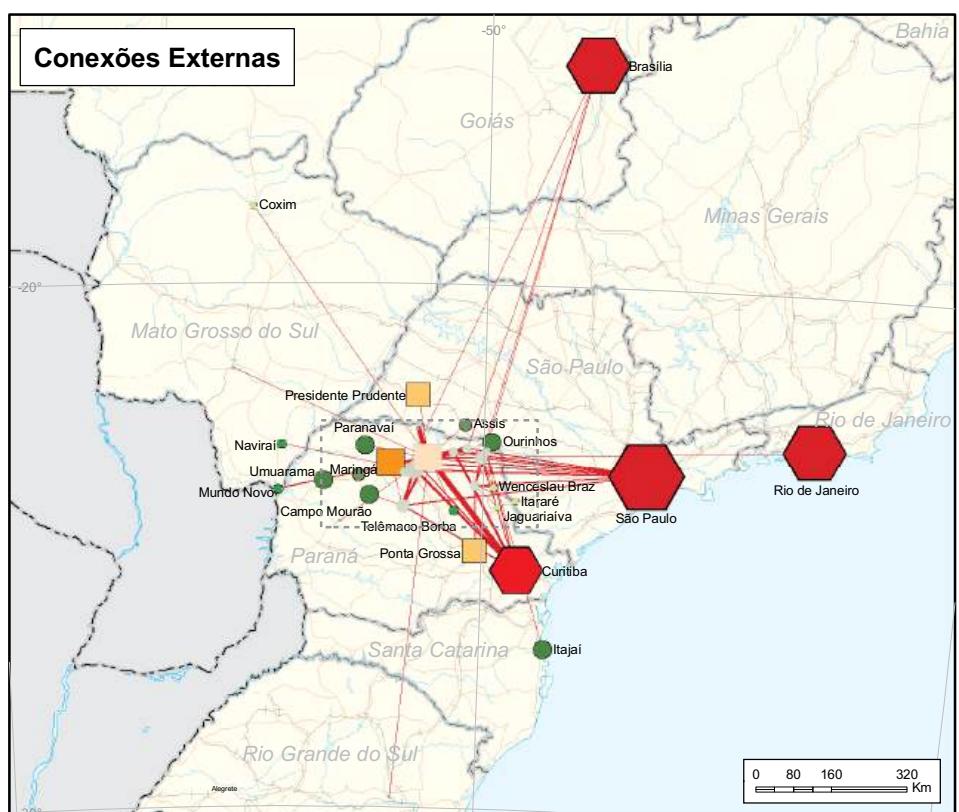
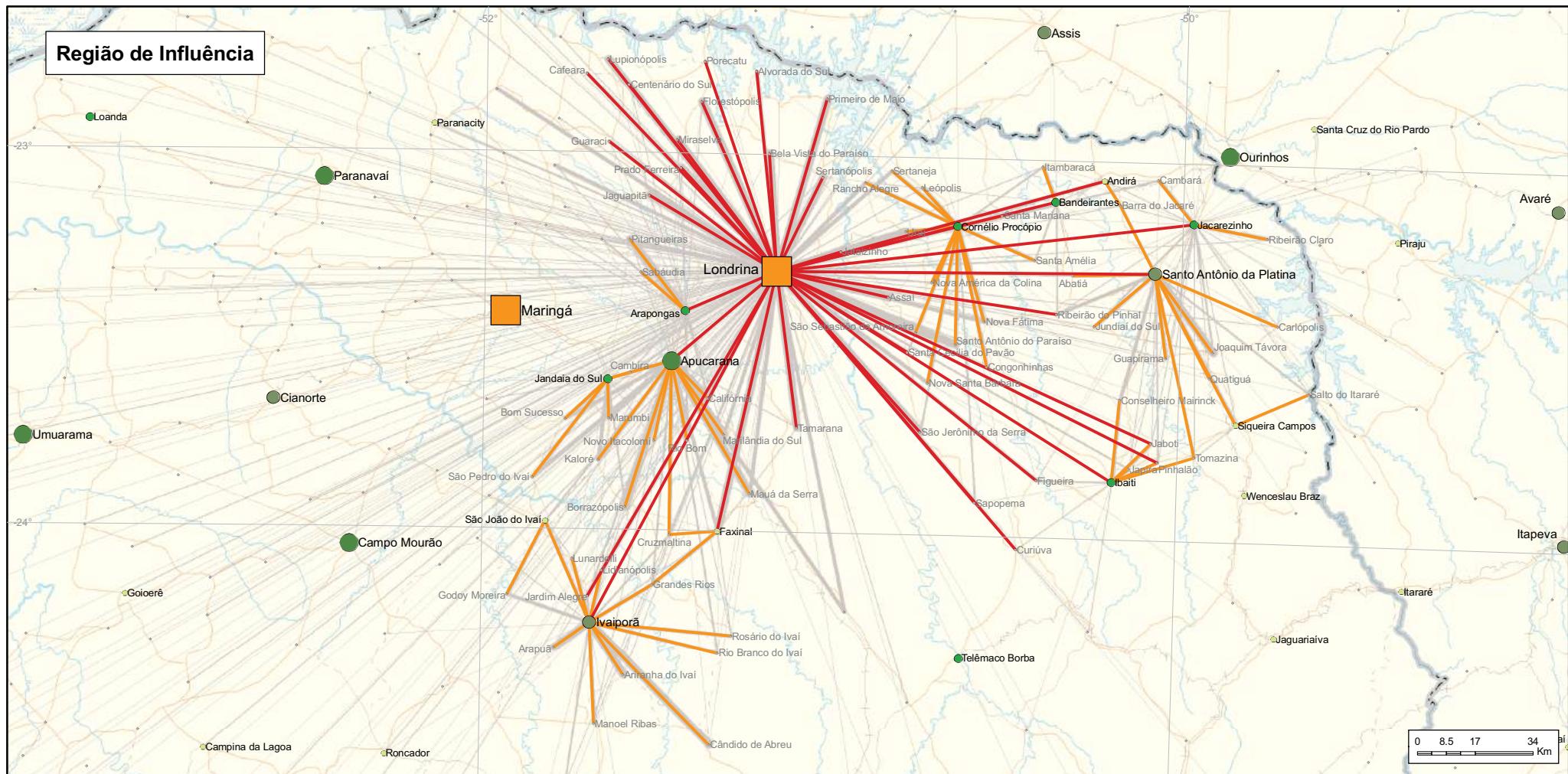
Mapa 38 - Cascavel (PR) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Cascavel (A)	Participação da região de influência de Cascavel no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Cascavel) (B)	Participação de Cascavel em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 641 335	0,89	285 784	17,41
Área (km²)	34 692,29	0,41	2 100,11	6,05
Densidade demográfica (hab./km²)	47,31	218,95	136,08	287,63
Número de municípios	85	1,53	1	1,18
Intensidade de relacionamento (1)	1 086	-	391	36,00
PIB 2005 total (1 000 R\$)	18 584 427	0,87	2 914 239,20	15,68
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 840 176	0,74	1 607 902,00	23,51
Valor adicionado indústria	6 219 589	1,15	542 232,53	8,72
Valor adicionado agropecuária	2 095 036	1,99	106 114,56	5,07
Valor adicionado administração pública	1 954 649	0,71	297 797,22	15,24
Impostos	1 474 978	0,48	360 193,29	24,42
PIB per capita (R\$)	11 323	97,02	10 197,35	90,06
Centros identificados	Centros Subregionais A: Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Toledo (PR); Centros de Zona A: Assis Chateaubriand, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon e Medianeira (PR); Centros de Zona B: Barracão e Capanema (PR).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

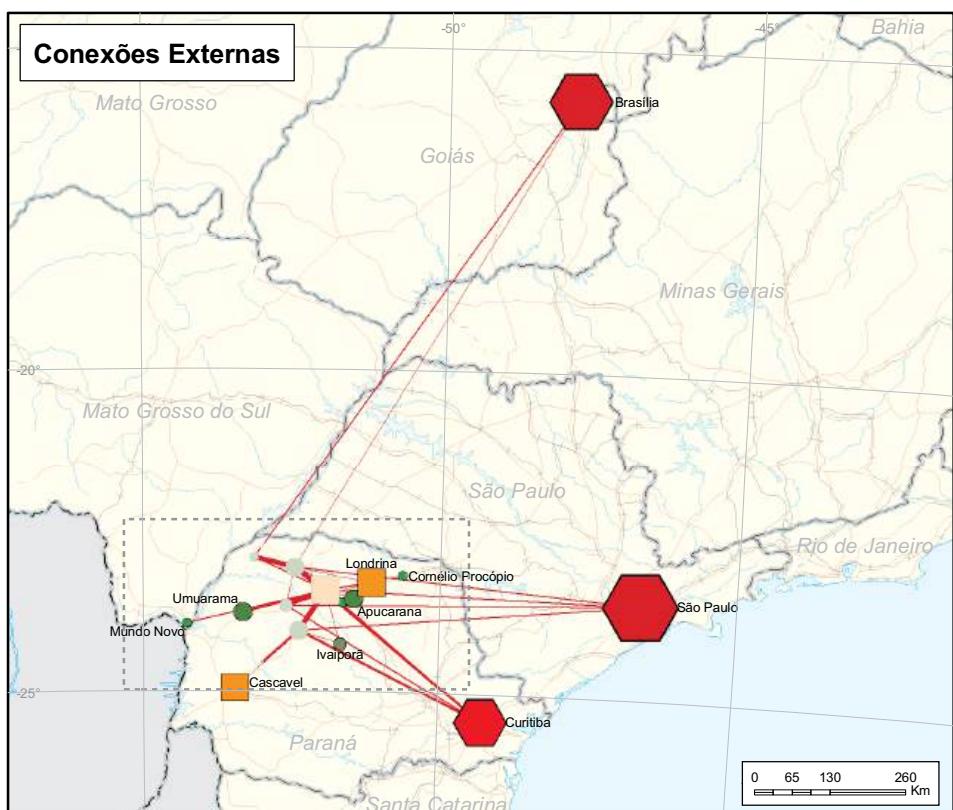
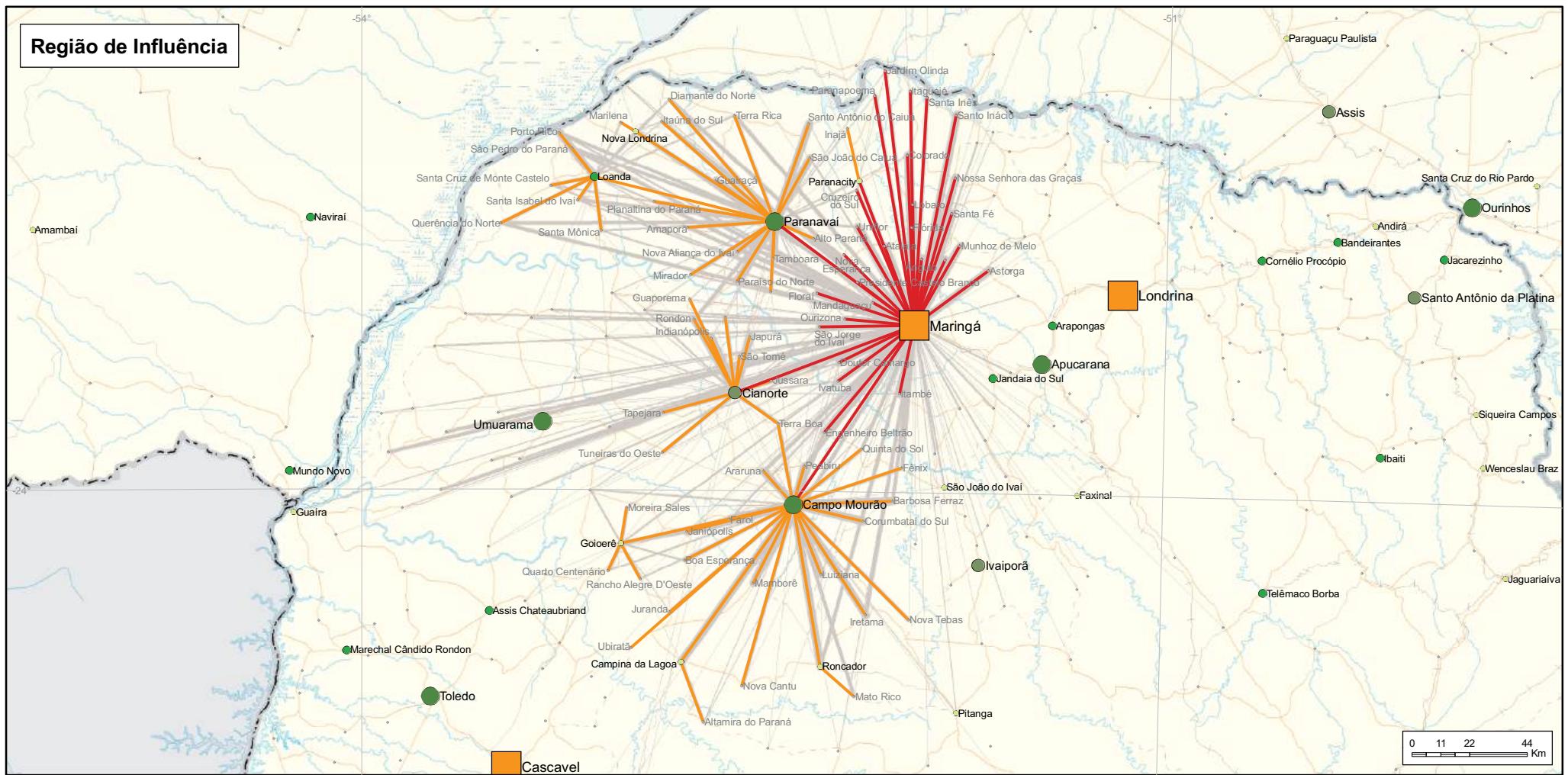
Mapa 39 - Londrina (PR) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Londrina (A)	Participação da região de influência de Londrina no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Londrina) (B)	Participação de Londrina em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 779 423	0,97	689.316,00	38,74
Área (km²)	32 063,41	0,38	2 905,84	9,06
Densidade demográfica (hab./km²)	55,50	256,84	237,22	427,44
Número de municípios	89	1,60	4	4,49
Intensidade de relacionamento (1)	1 370	-	613	44,74
PIB 2005 total (1 000 R\$)	17 382 301	0,81	8 270 715,28	47,58
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	8 136 429	0,88	4 395 757,00	54,03
Valor adicionado indústria	3 814 377	0,71	1 893 991,93	49,65
Valor adicionado agropecuária	1 553 131	1,48	172 753,38	11,12
Valor adicionado administração pública	2 104 521	0,76	825 795,68	39,24
Impostos	1 773 843	0,58	982 417,37	55,38
PIB per capita (R\$)	9 769	83,70	11 998,44	122,83
Centros identificados	Centro Subregional A: Apucarana (PR); Centros Subregionais B: Ivaiporã e Santo Antônio da Platina (PR); Centros de Zona A: Arapongas, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Ibaté, Jacarezinho e Jandaia do Sul (PR); Centros de Zona B: Andirá, Faxinal, São João do Ivaí e Siqueira Campos (PR).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

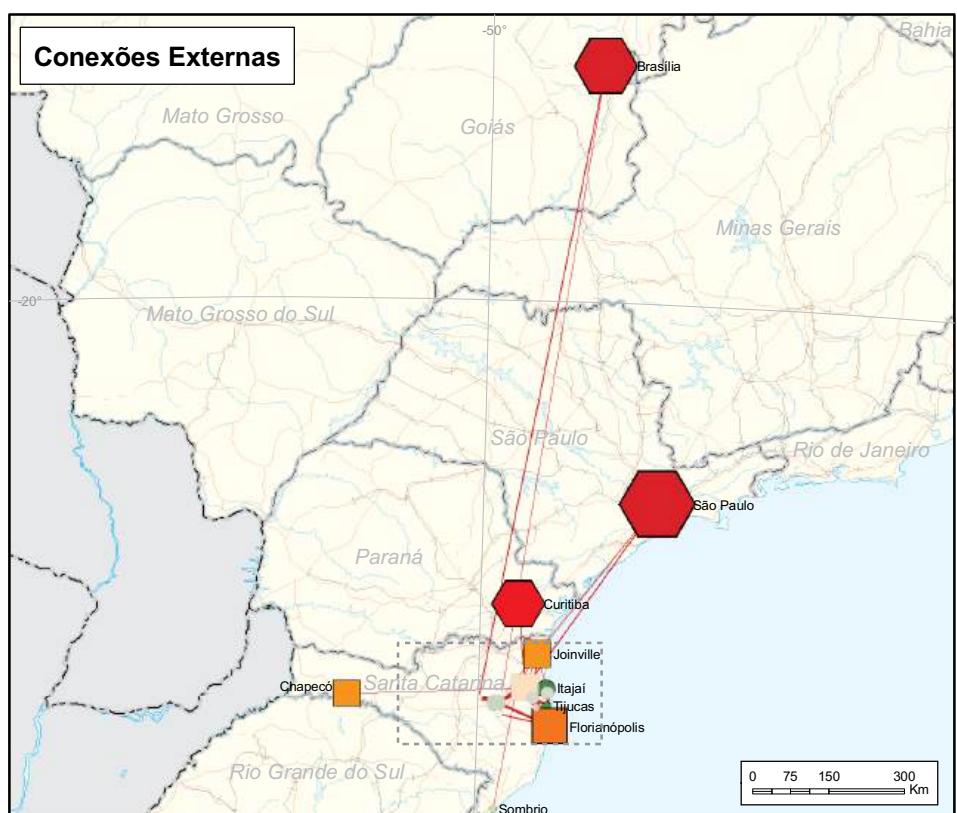
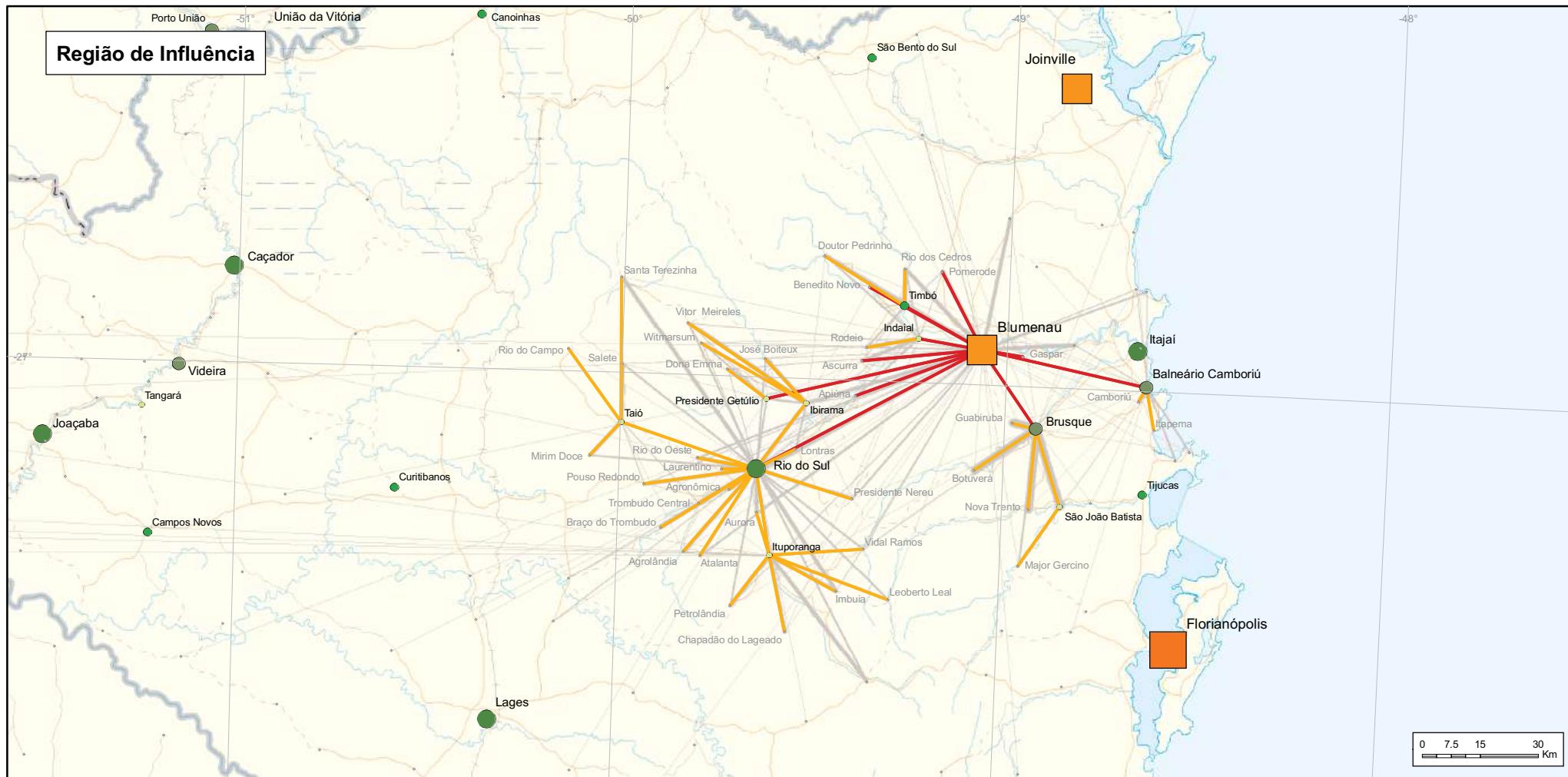
Mapa 40 - Maringá (PR) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Maringá (A)	Participação da região de influência de Maringá no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Maringá) (B)	Participação de Maringá em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 405 833	0,76	507 416	36,09
Área (km²)	33 354,82	0,39	1 731,37	5,19
Densidade demográfica (hab./km²)	42,15	195,06	293,07	695,34
Número de municípios	90	1,62	6	6,67
Intensidade de relacionamento (1)	1 248	-	615	49,28
PIB 2005 total (1 000 R\$)	13 679 410	0,64	5 743 424,23	41,99
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 468 627	0,70	3 150 217,00	48,70
Valor adicionado indústria	2 494 099	0,46	1 125 084,17	45,11
Valor adicionado agropecuária	1 682 626	1,60	138 491,55	8,23
Valor adicionado administração pública	1 595 484	0,58	555 511,53	34,82
Impostos	1 438 575	0,47	774 120,01	53,81
PIB per capita (R\$)	9 730	83,38	11 319	116,33
Centros identificados	Centros Subregionais A: Campo Mourão e Paranavaí (PR); Centro Subregional B: Cianorte (PR); Centro de Zona A: Loanda (PR); Centros de Zona B: Campina da Lagoa, Goioerê, Nova Londrina, Paranacity e Roncador (PR).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

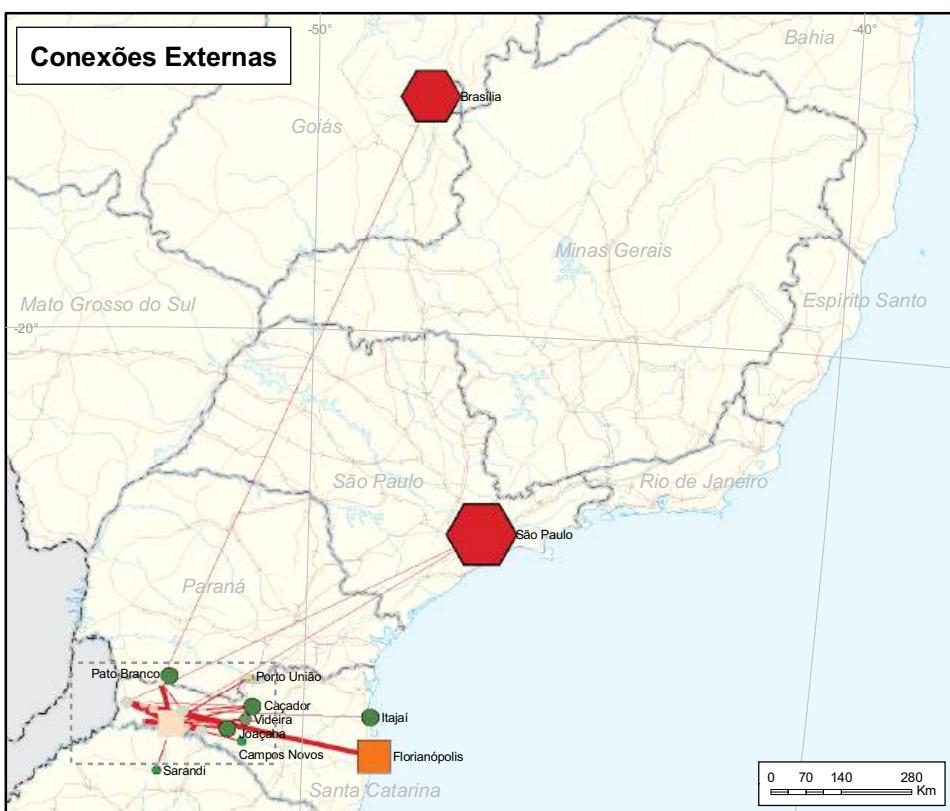
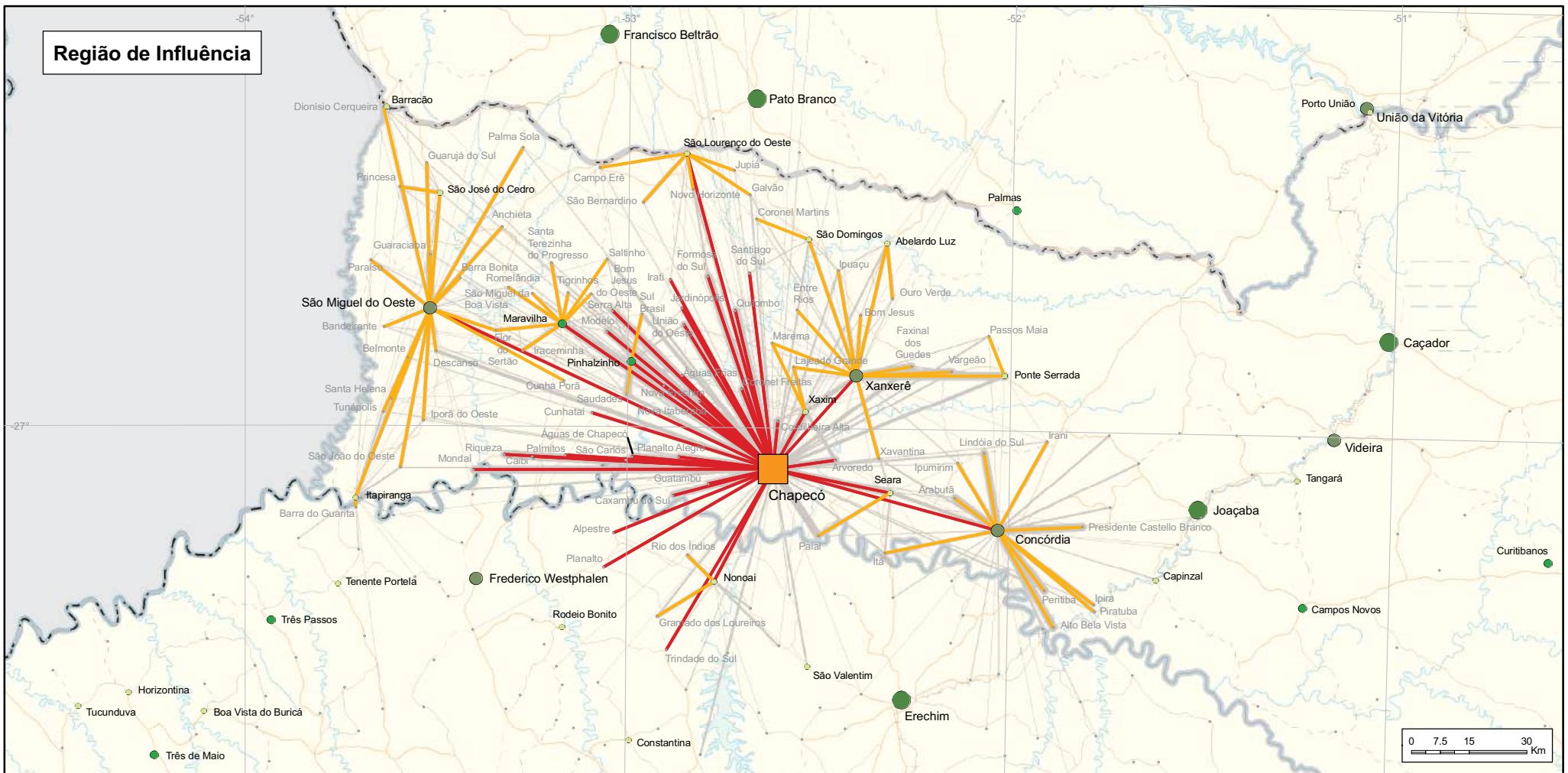
Mapa 41 - Blumenau (SC) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Blumenau (A)	Participação da região de influência de Blumenau no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Blumenau) (B)	Participação de Blumenau em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 095 561	0,60	292 972	26,74
Área (km²)	13 526,63	0,16	519,84	3,84
Densidade demográfica (hab./km²)	80,99	374,83	563,58	695,84
Número de municípios	49	0,88	1	2,04
Intensidade de relacionamento (1)	550	-	148	26,91
PIB 2005 total (1 000 R\$)	15 830 097	0,74	5 516 256,43	34,85
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 421 302	0,70	2 540 407,00	39,56
Valor adicionado indústria	5 090 734	0,94	1 727 400,85	33,93
Valor adicionado agropecuária	866 111	0,82	11 972,61	1,38
Valor adicionado administração pública	1 452 113	0,52	403 167,91	27,76
Impostos	1 999 837	0,66	833 307,61	41,67
PIB per capita (R\$)	14 449	123,81	18 828,61	130,31
Centros identificados	Centro Subregional A: Rio do Sul (SC); Centros Subregionais B: Balneário Camboriú e Brusque (SC); Centro de Zona A: Timbó (SC); Centros de Zona B: Ibirama, Indaial, Itaporanga, Presidente Getúlio, São João Batista e Taió (SC).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

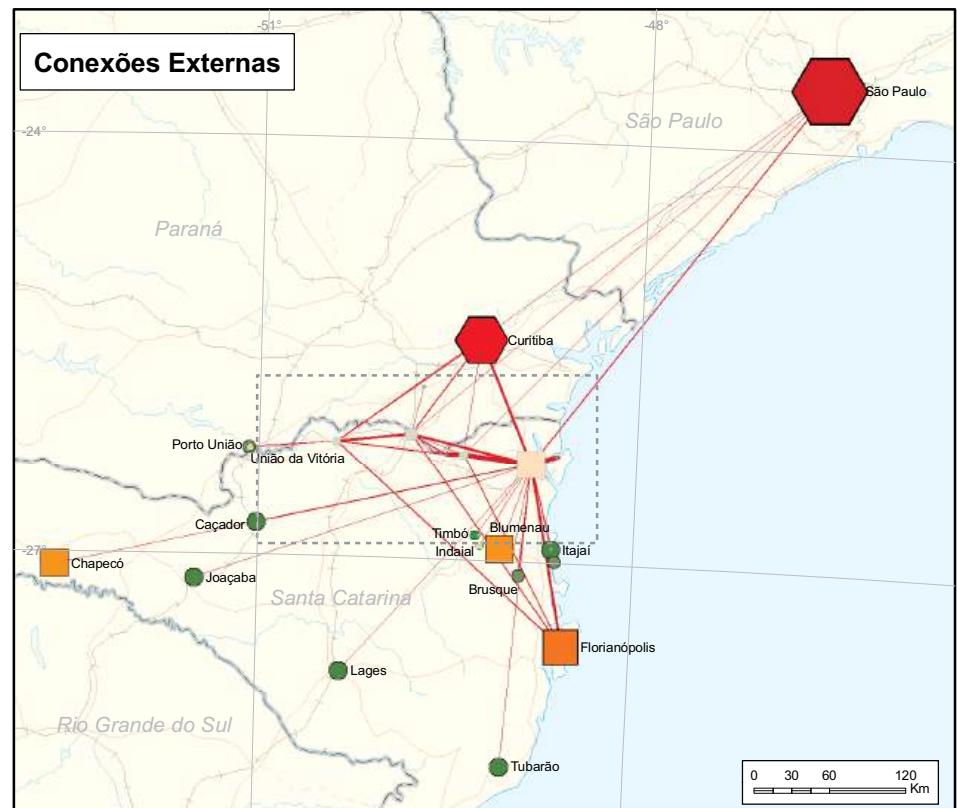
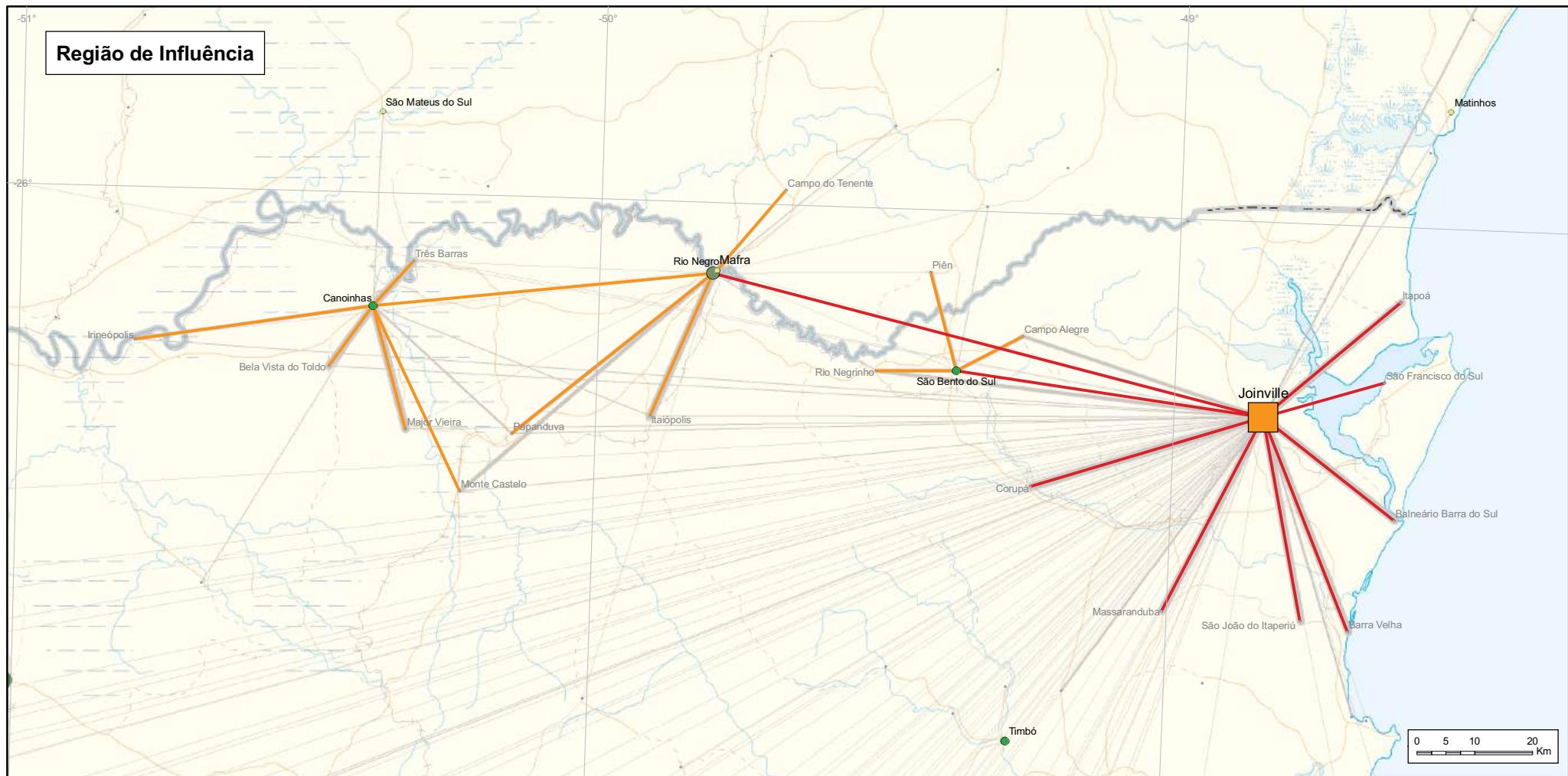
Mapa 42 - Chapecó (SC) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Chapecó (A)	Participação da região de influência de Chapecó no Brasil ($(A) \times 100 / \text{Valor Brasil}$)	Núcleo da rede (Chapecó) (B)	Participação de Chapecó em sua região de influência ($(B) \times 100 / (A)$)
População total (2007)	889 764	0,48	164 803	18,52
Área (km²)	19 959,17	0,23	624,31	3,13
Densidade demográfica (hab./km²)	44,58	206,31	263,98	592,15
Número de municípios	98	1,76	1	1,02
Intensidade de relacionamento (1)	1 086	-	413	38,03
PIB 2005 total (1 000 R\$)	11 844 917	0,55	2 889 818,12	24,40
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	4 096 420	0,44	1 156 035,00	28,22
Valor adicionado indústria	3 546 343	0,66	1 135 399,74	32,02
Valor adicionado agropecuária	1 978 602	1,88	52 967,84	2,68
Valor adicionado administração pública	1 192 346	0,43	222 324,76	18,65
Impostos	1 031 206	0,34	323 091,14	31,33
PIB per capita (R\$)	13 312	114,07	17 534,98	131,72
Centros identificados	Centros Subregionais B: Concórdia, São Miguel do Oeste e Xanxeré (SC); Centros de Zona A: Maravilha e Pinhalzinho (SC); Centros de Zona B: Abelardo Luz, Itapiranga, Ponte Serrada, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Seara e Xaxim (SC) e Nonoai (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

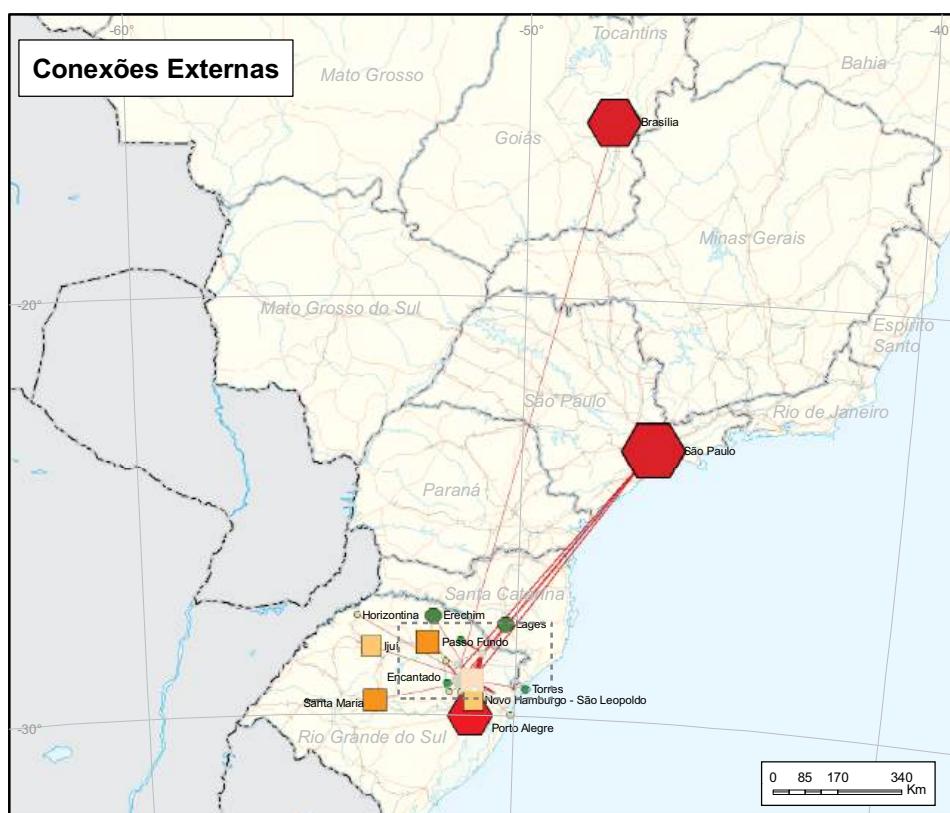
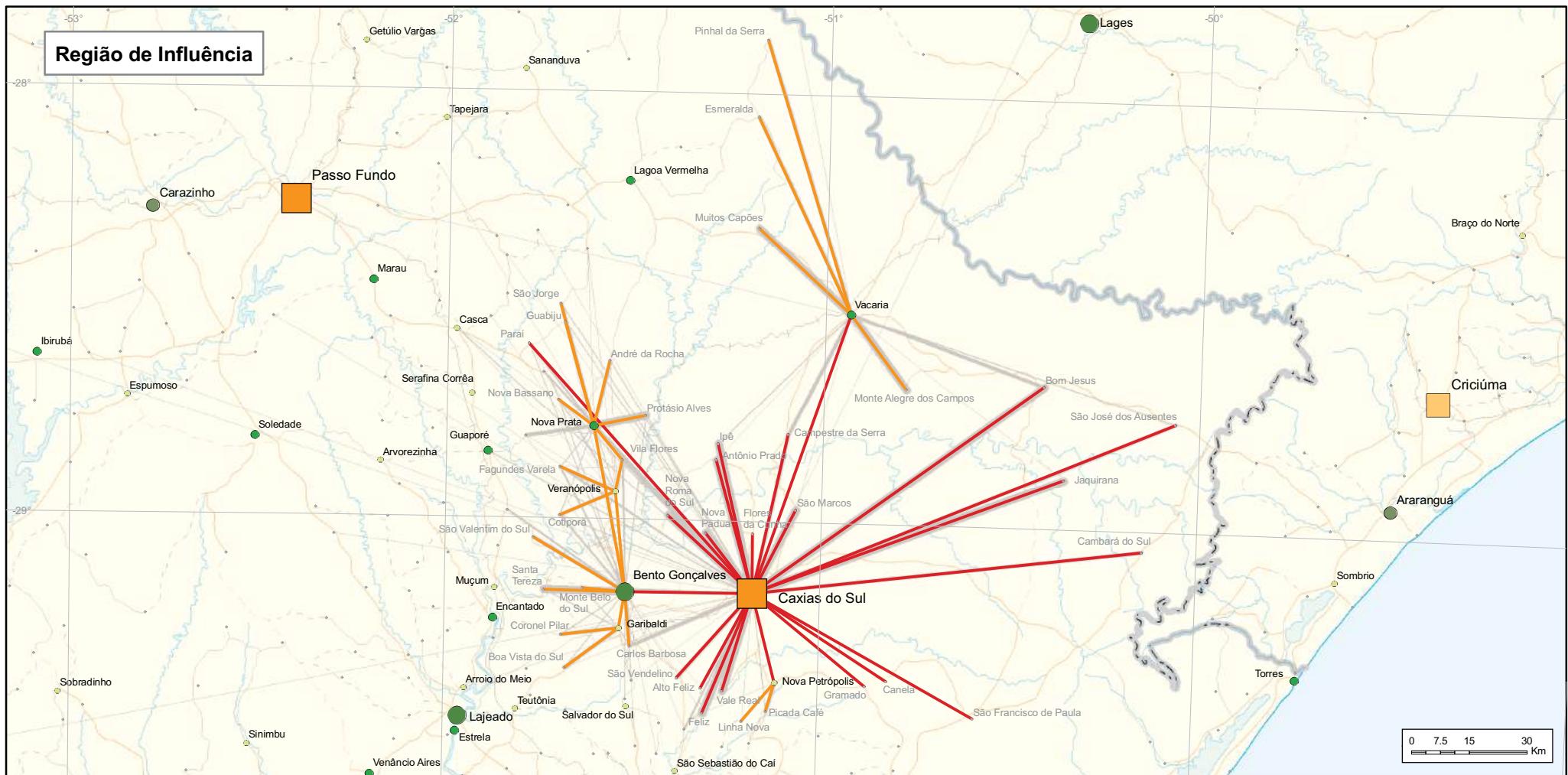
Mapa 43 - Joinville (SC) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Joinville (A)	Participação da região de influência de Joinville no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Joinville) (B)	Participação de Joinville em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 162 028	0,63	694 355	59,75
Área (km²)	15 228,06	0,18	2 978,63	19,56
Densidade demográfica (hab./km²)	76,31	353,15	233,11	305,49
Número de municípios	23	0,41	6	26,09
Intensidade de relacionamento (1)	307	-	189	61,56
PIB 2005 total (1 000 R\$)	21 118 215	0,98	13 714 368,92	64,94
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	7 701 789	0,84	5 167 895,00	67,10
Valor adicionado indústria	8 178 380	1,52	5 613 458,67	68,64
Valor adicionado agropecuária	881 018	0,84	102 256,75	11,61
Valor adicionado administração pública	1 600 765	0,58	961 410,30	60,06
Impostos	2 756 263	0,90	1 869 348,53	67,82
PIB per capita (R\$)	18 174	353,15	19 751,24	108,68
Centros identificados	Centro Subregional B: Mafra (SC); Centros de Zona A: Canoinhas e São Bentos do Sul (SC); Centro de Zona B: Rio Negro (SC).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

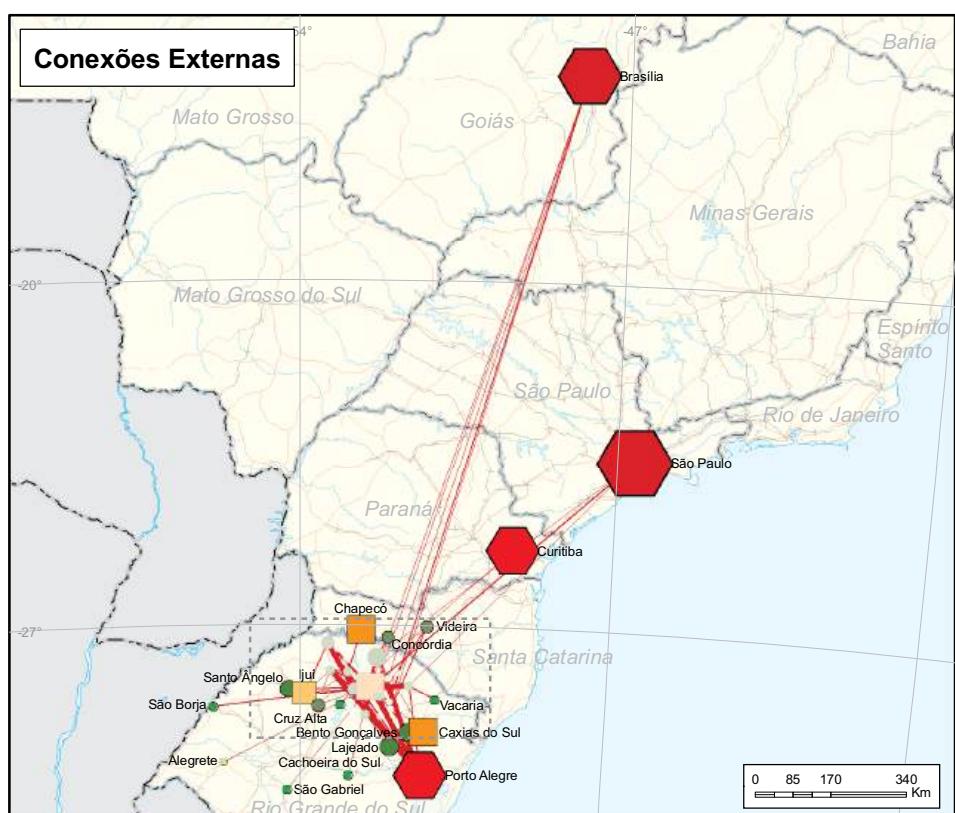
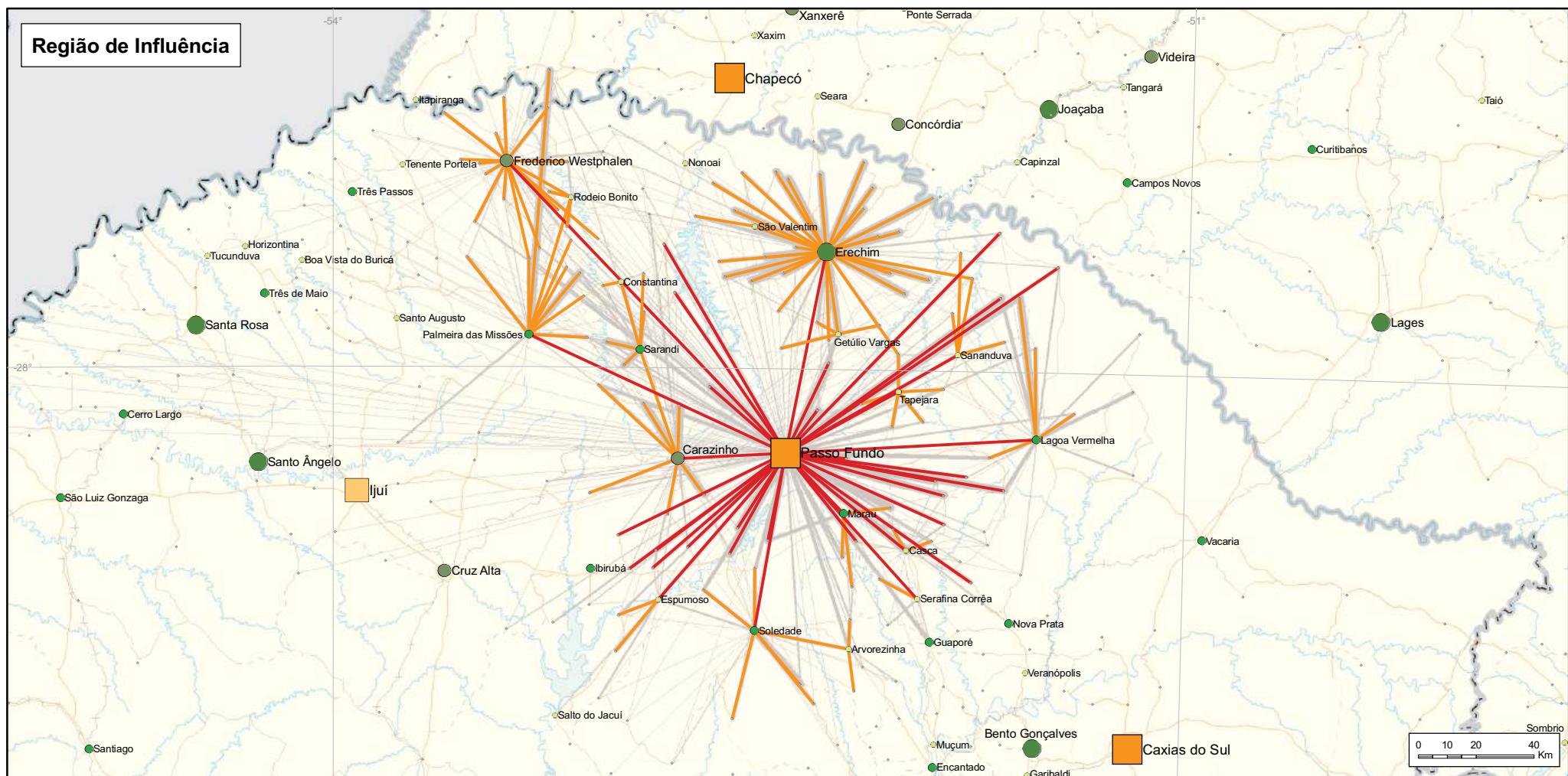
Mapa 44 - Caxias do Sul (RS) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Caxias do Sul (A)	Participação da região de influência de Caxias do Sul no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Caxias do Sul) (B)	Participação de Caxias do Sul em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 010 621	0,55	458 909	45,41
Área (km²)	23 062,51	0,27	2 005,70	8,70
Densidade demográfica (hab./km²)	43,82	202,80	228,80	522,13
Número de municípios	46	0,83	2	4,35
Intensidade de relacionamento (1)	423	-	177	41,84
PIB 2005 total (1 000 R\$)	17 856 023	0,83	9 531 116,52	53,38
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	6 555 470	0,71	3 696 492,00	56,39
Valor adicionado indústria	6 091 121	1,13	3 402 456,29	55,86
Valor adicionado agropecuária	1 018 034	0,97	173 557,38	17,05
Valor adicionado administração pública	1 602 598	0,58	749 158,54	46,75
Impostos	2 588 800	0,85	1 509 452,21	58,31
PIB per capita (R\$)	17 668	151,39	20 769,08	117,55
Centros identificados	Centro Subregional A: Bento Gonçalves (RS); Centros de Zona A: Nova Prata e Vacaria (RS); Centros de Zona B: Garibaldi, Nova Petrópolis e Veranópolis (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

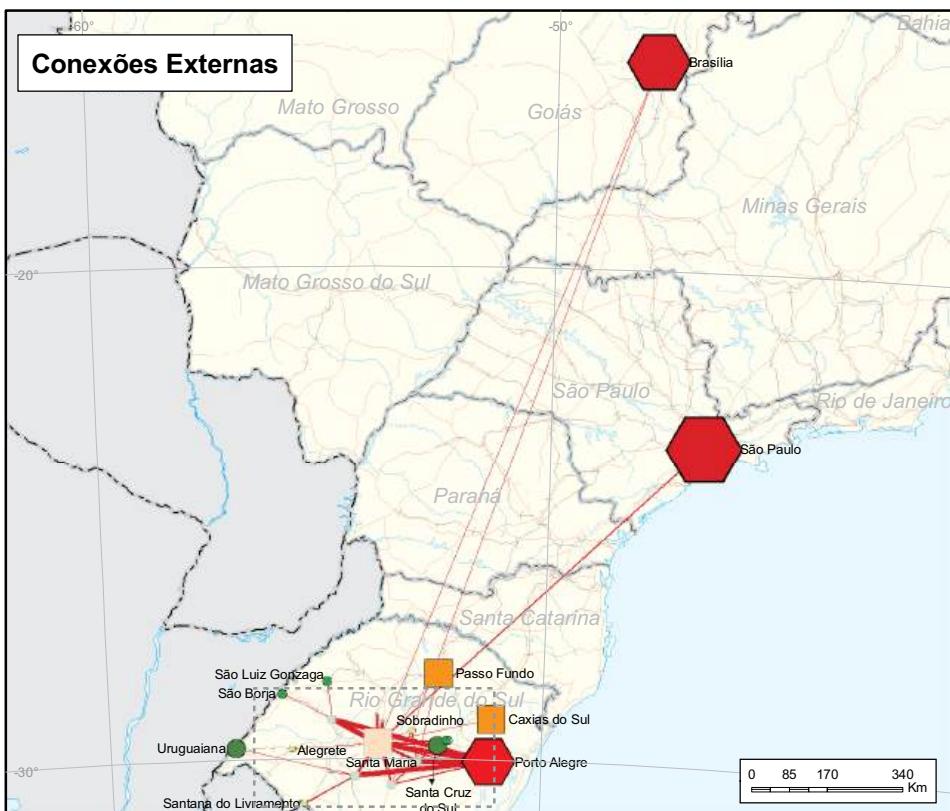
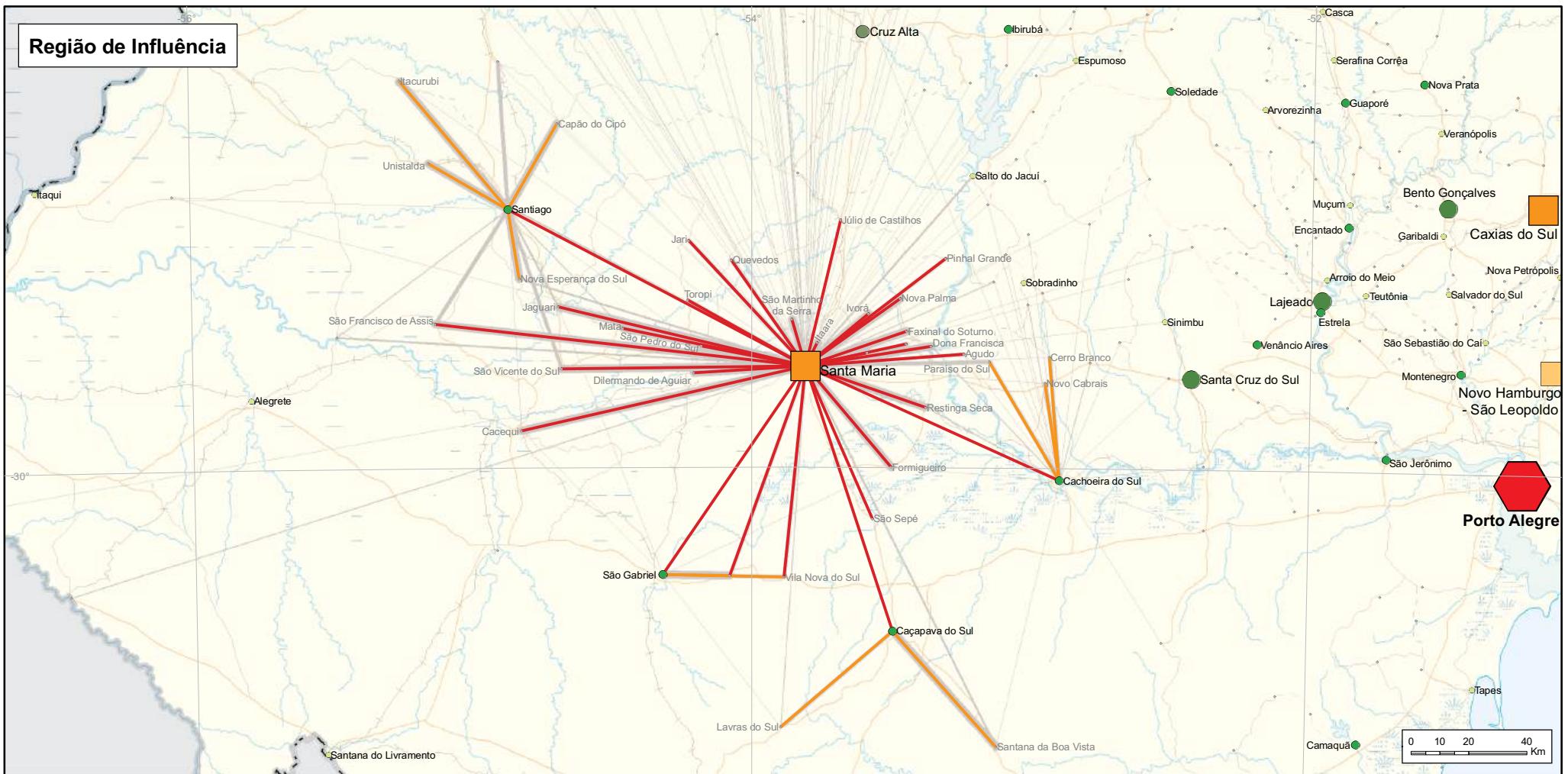
Mapa 45 - Passo Fundo (RS) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Passo Fundo (A)	Participação da região de influência de Passo Fundo no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Passo Fundo) (B)	Participação de Passo Fundo em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 079 810	0,59	183 300	16,98
Área (km²)	33 096,22	0,39	780,36	2,36
Densidade demográfica (hab./km²)	32,63	150,99	234,89	719,95
Número de municípios	1 321	2,37	1	0,08
Intensidade de relacionamento (1)	1 443	-	475	32,92
PIB 2005 total (1 000 R\$)	11 717 831	0,55	2 402 738,73	20,50
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	4 865 907	0,53	1 377 260,00	28,30
Valor adicionado indústria	2 610 173	0,48	430 331,29	16,49
Valor adicionado agropecuária	1 458 799	1,39	24 534,47	1,68
Valor adicionado administração pública	1 594 470	0,58	254 429,26	15,96
Impostos	1 188 483	0,39	316 183,45	26,60
PIB per capita (R\$)	10 852	92,99	13 108,23	120,79
Centros identificados	Centro Subregional A: Erechim (RS); Centros Subregionais B: Carazinho e Frederico Westphalen (RS); Centros de Zona A: Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade (RS); Centros de Zona B: Arvorezinha, Casca, Constantina, Espumoso, Getúlio Vargas, Rodeio Bonito, Sananduva, São Valentim, Serafina Corrêa e Tapejara (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Mapa 46 - Santa Maria (RS) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Santa Maria (A)	Participação da região de influência de Santa Maria no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Santa Maria) (B)	Participação de Santa Maria em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	747 631	0,41	263 403	35,23
Área (km²)	43678,68	0,51	1779,56	4,07
Densidade demográfica (hab./km²)	17,12	79,21	148,02	864,75
Número de municípios	40	0,72	1	2,50
Intensidade de relacionamento (1)	399	-	259	64,91
PIB 2005 total (1 000 R\$)	6 285 293	0,29	2 358 076,40	37,52
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)				
Valor adicionado indústria	892 635	0,17	308 829,12	34,60
Valor adicionado agropecuária	906 256	0,86	44 264,87	4,88
Valor adicionado administração pública	1 099 474	0,40	372 530,19	33,88
Impostos	541 130	0,18	263 646,37	48,72
PIB per capita (R\$)	8 407	72,04	8 952,35	106,49
Centros identificados	Centros de Zona A: Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Santiago e São Gabriel (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Metodologia

Estudos anteriores

Os primeiros estudos de centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira realizados pelo IBGE integraram a elaboração da nova Divisão Regional do Brasil e tiveram início em 1966. Este projeto resultou, além da *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas* 1968, publicado em 1970, na *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, publicado em 1972. Um estudo preliminar, *Subsídios à regionalização*, de 1968, apresentou uma análise dos componentes físicos, humanos e econômicos selecionados no escopo do projeto, tendo sido também divulgado o *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados*, em 1967.

A metodologia adotada foi aquela proposta por Michel Rochefort (ROCHEFORT 1961,1965; ROCHEFORT; HAUTREUX, 1963) para análise da rede urbana francesa, em trabalhos que buscavam identificar os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar.

A base de dados analisada foi o Inquérito Municipal CNG/EPEA de 1966. O questionário, elaborado em colaboração com o então Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada e preenchido pelos Agentes Municipais de Estatística do IBGE, foi aplicado em todos os municípios com população superior a 10 000 habitantes; tinha como foco a identificação dos lugares onde a população do município buscava bens e serviços não oferecidos naquele município e apresentava-se dividido em 135 itens agrupados em quatro capítulos: I - Atividade agrícola e extrativa vegetal; II – Pecuária; III – Atividade comercial; e IV – Saúde, educação, estabelecimentos bancários, transporte e comunicações.

O capítulo "Centralidade", em *Subsídios à regionalização*, utilizou os quesitos do questionário que se referiam à distribuição de produtos industriais (atacado, varejo, produtos finos e especializados, produtos para a economia agrária); distribuição de serviços (bancários,

hospitalar, médicos especializados e ensino); e localização dos assalariados externos na atividade industrial, de modo a identificar o equipamento funcional das cidades e a definir suas áreas de influência, com vistas a determinar as redes urbanas do Brasil.

O *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados*, além de indicar os centros de polarização, esboçou a delimitação de suas respectivas áreas de influência. Na primeira parte, estabeleceu uma classificação para os centros segundo a presença de equipamento terciário polarizador e comparou a presença desse equipamento com a população urbana e a atividade industrial presente no centro. Na segunda parte, investigou as áreas de atuação dos centros, pela análise de fluxos de passageiros e de mercadorias e das relações entre as atividades regionais e os centros de polarização.

A *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, publicada pelo IBGE em 1972, concluiu esta linha de estudos. Partindo dos indicadores de relacionamentos urbanos extraídos da pesquisa realizada em 1966, investigou também a localização dos assalariados externos na atividade industrial. Os dados foram organizados em uma matriz de relacionamentos para cada município. Nas linhas, constavam os nomes dos centros com os quais o município se relacionava e, nas colunas, identificava-se o tipo de ligação estabelecida (por fluxos agrícolas, pela distribuição de bens e serviços para a economia, pela prestação de serviços e distribuição de bens à população, ou por combinação destes).

Três etapas levaram à classificação dos níveis hierárquicos dos centros urbanos e à delimitação de suas áreas de influência. Na primeira, somou-se o número de pontos obtidos por cada centro em cada um dos setores (fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população) e o total geral. Na segunda, estabeleceu-se uma hierarquia em função dos totais em cada matriz. Finalmente, na terceira etapa, a hierarquia e a subordinação dos centros foram definidas pelo agrupamento das matrizes segundo a dominância de relações com cidades metropolitanas – as nove Regiões Metropolitanas previamente definidas – e mais a cidade de Goiânia, devido à sua extensa área de atuação e a seu forte relacionamento com São Paulo e Rio de Janeiro.

Foram estabelecidos quatro níveis de centros urbanos, os quais, por sua vez, apresentaram subdivisões. O primeiro nível foi dividido em: 1a) grande metrópo-

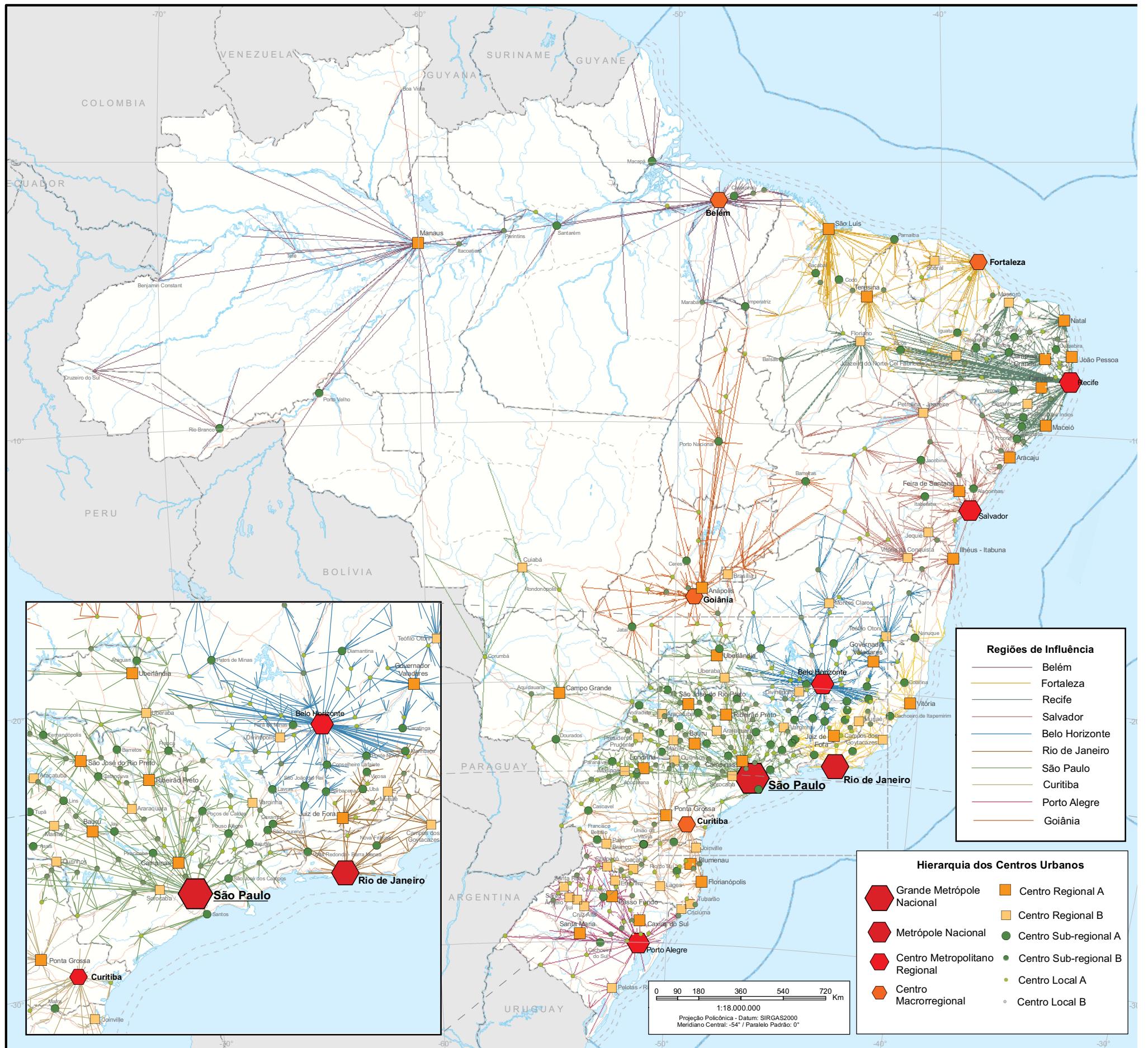
le nacional (São Paulo); 1b) metrópole nacional (Rio de Janeiro); 1c) centros metropolitanos regionais (Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre); e 1d) centros macrorregionais (Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia). O nível 2 era o dos centros regionais; o nível 3, dos centros sub-regionais; e o nível 4, dos centros locais (Mapa 47).

A pesquisa da rede urbana foi retomada em 1978, e seus resultados publicados como *Regiões de influência das cidades*, em 1987. Este novo estudo tomou como base conceitual a teoria das localidades centrais, centros urbanos cuja centralidade decorre do papel de distribuição de bens e serviços para a população (CHRISTALLER, 1966). Segundo esta teoria, a freqüência da demanda acarreta padrões de localização diferenciados: bens e serviços de consumo freqüente podem ser oferecidos por centros acessíveis a uma população próxima, e têm mercado mínimo e alcance espacial reduzidos. Os bens e serviços de uso mais raro, por outro lado, têm mercado mínimo e alcance espacial maiores, e tendem a localizar-se em um menor número de centros urbanos de hierarquia mais elevada.

Para o estudo de 1978, foram pesquisadas as 1 416 sedes municipais que dispunham de atividades que as capacitavam a exercer centralidade além de seus próprios limites municipais, ou que tinham sido definidos como os centros de mais baixo nível hierárquico na pesquisa anterior. O questionário realizado investigou, para bens e serviços de baixa complexidade, o município de procedência das pessoas que procuram cada uma das cidades pesquisadas; e para bens e serviços de média a elevada complexidade, a que cidades os moradores das cidades pesquisadas usualmente recorrem. Estas informações foram trabalhadas para definir os níveis hierárquicos, a área de influência das cidades e as relações de subordinação entre os centros.

Foram elaboradas matrizes descritivas, de atuação e de conexão. As matrizes descritivas indicavam, nas linhas, os municípios de procedência ou as cidades procuradas e, nas colunas, os bens e serviços procurados. À existência de relacionamento com outra unidade territorial foi atribuído o valor 1, e a soma de cada linha indicava a intensidade dos relacionamentos. As quatro matrizes de atuação descreviam a área de atuação dos centros metropolitanos, das capitais regionais, dos centros sub-regionais, e dos centros de zona, procurando identificar o tipo e a intensidade de atuação de cada um desses níveis hierárquicos. A rede de localidades cen-

Mapa 47 - Rede urbana - Brasil - 1966



Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966.

trais do País foi estabelecida a partir das matrizes de conexão: o universo foi dividido em conjuntos, os quais foram subdivididos em conjuntos menores, até chegar-se ao nível de um conjunto de municípios em torno de um centro de zona (Mapa 48). A relação de subordinação foi assim definida: "uma unidade está subordinada a um centro quando com este mantiver um relacionamento de intensidade igual ou superior ao dobro dos relacionamentos com centros alternativos de mesmo nível hierárquico" (REGIÕES..., 1987, p. 20).

A rede urbana brasileira, a hierarquia dos centros urbanos e suas áreas de influência foram novamente investigadas pelo IBGE, no estudo *Regiões de influência das cidades* 1993, publicado em 2000, com base em questionário realizado em 1993. O estudo focava o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação, fundamentais para a organização de um espaço onde os elementos fixos interagem pelo intercâmbio de fluxos. Ressaltava os diferentes níveis, intensidades e sentidos dos fluxos, sendo o espaço perpassado por redes desiguais e simultâneas, cujas ligações são utilizadas de maneiras distintas pelos vários agentes sociais. A rede de lugares centrais seria, então, um dos possíveis desenhos das redes geográficas.

Como no estudo anterior, definiu-se inicialmente um conjunto de 46 funções centrais, subdivididas em três grupos: funções de baixa complexidade, freqüentes em cidades de menor centralidade; funções de média a elevada complexidade, típicas de cidades de mais alta hierarquia e centralidade; e duas funções ligadas à procura por serviços de informação – sedes de jornais diários e de emissoras de rádios AM ou FM – que não integraram o conjunto das funções que definiu o nível hierárquico das cidades.

O questionário foi respondido pela Rede de Agências do IBGE, tendo sido selecionado para o estudo os 2 106 municípios com atividades indicativas de centralidade extramunicipal, mais os municípios com população superior a 20 000 habitantes. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília foram excluídas da pesquisa de informações, e sua atuação foi inferida a partir das citações a elas feitas pelos municípios investigados.

As informações do questionário foram trabalhadas em oito matrizes, formando três grupos. As duas primeiras identificavam o destino e a procedência das

pessoas na procura por bens e serviços de pouca complexidade; outras duas tratavam o destino e a procedência das pessoas na busca de produtos e serviços de média a elevada complexidade. As quatro matrizes restantes apresentavam os resultados dos fluxos de busca por bens e serviços de informação. Na construção da rede de lugares centrais foi considerada a posição relativa dos centros, definida a partir da composição de variáveis que expressavam a "intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade, e a disponibilidade de equipamentos funcionais" (REGIÕES..., 2000, p. 24). A centralidade foi calculada pelo total dos fluxos e os centros ordenados pela soma dos pontos alcançados, definindo-se oito níveis de centralidade: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco (Mapa 49).

A revisão dos estudos para a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras permite distinguir duas grandes linhas. No primeiro estudo, foram inicialmente definidos e classificados os centros segundo seu equipamento, sendo posteriormente identificadas, com base nos fluxos, suas áreas de influência. Os dois estudos subsequentes, por outro lado, estabelecem a hierarquia dos centros e definem suas áreas de influência em uma única etapa, limitando seu escopo ao dos questionários.

Duas questões emergem dos estudos anteriores, com reflexos na elaboração do presente trabalho. De um lado, o estudo de 1978 refere-se, em várias Unidades da Federação, a "um papel relevante [do] Estado como promotor da ascensão hierárquica da capital" (REGIÕES..., 1987, p. 22); de outro, análises empreendidas no âmbito do estudo de 1993 apontam a relativa dissociação que se estabelece entre a hierarquia dos bens e serviços oferecidos e a hierarquia urbana, refletindo as transformações socioeconômicas e espaciais que fazem com que funções de alto nível passem a ser encontradas em centros de hierarquia mais baixa.

Estudo atual

A atualização das Regiões de Influência das Cidades retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados no IBGE, que resultaram na *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, de 1972, ou seja, estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de atuação. Na atual versão, privilegiou-se a função de gestão do território,

considerando que "centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas" (CORRÊA, 1995, p. 83).

Com a utilização de informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. Além disso, tanto para qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados, quanto para garantir a inclusão de centros especializados possivelmente não selecionados por aquele critério, foram realizados estudos complementares (também com base em dados secundários), enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo. Ao final, foram identificados, e hierarquizados, os núcleos de gestão do território.

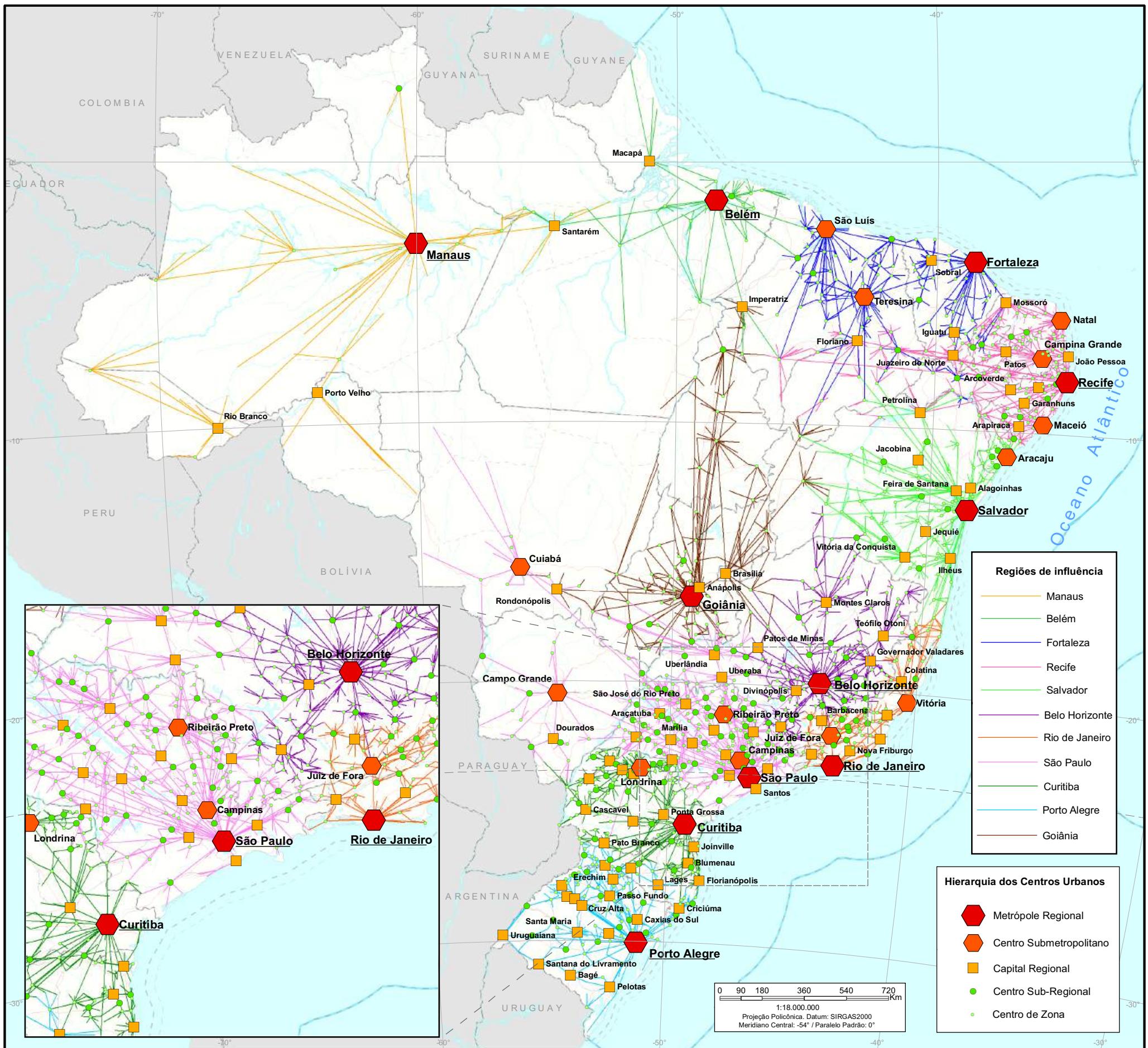
Na etapa seguinte, foram investigadas ligações entre cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros, e a esclarecer a articulação das redes no território. Para os centros de gestão do território, estas ligações foram estudadas com base em dados secundários; para as demais cidades, foi realizada pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos.

Uma vez delimitadas as regiões de influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. Neste último, há casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades não incluídas naquele conjunto cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras.

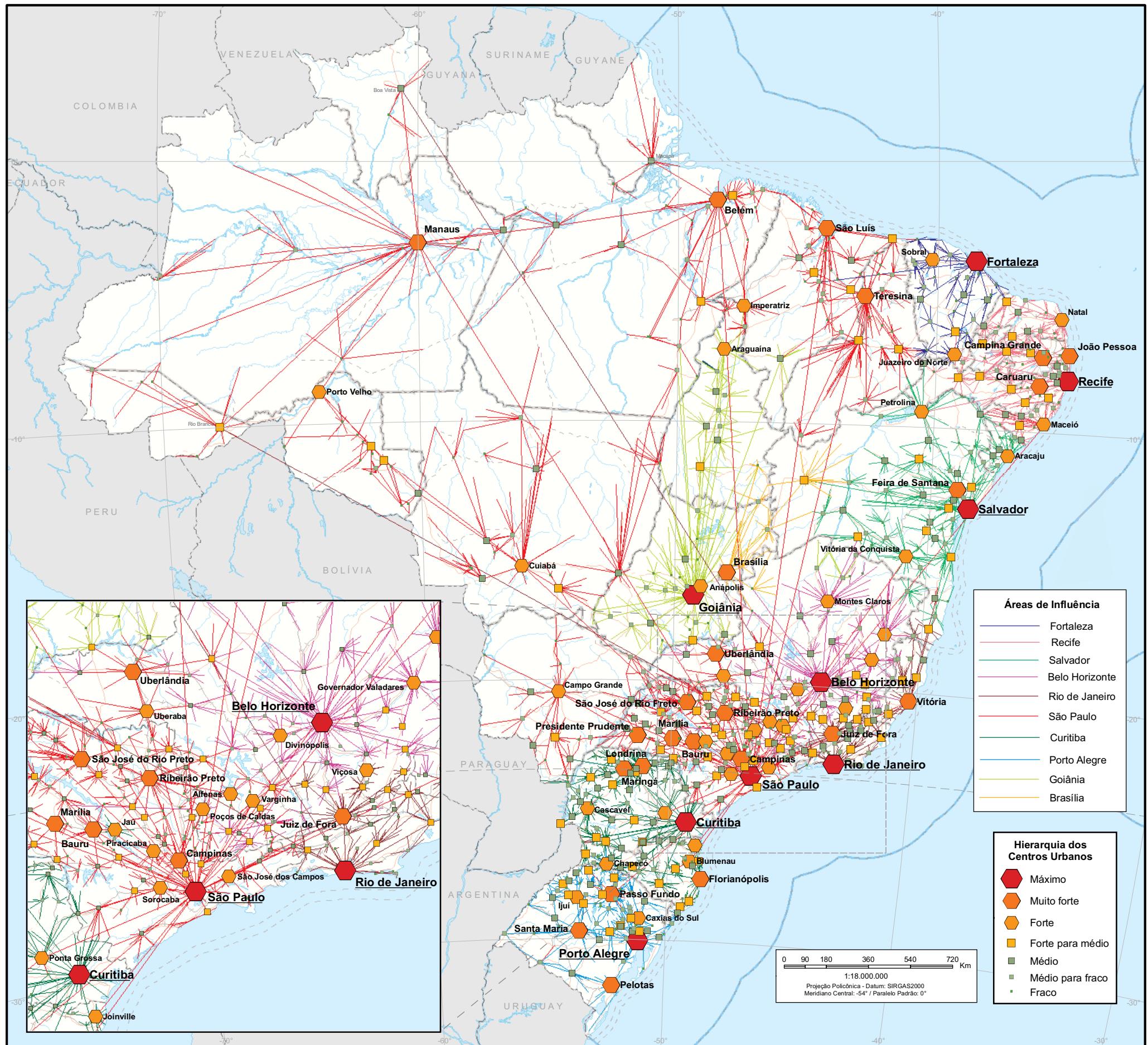
A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro.

Os municípios e as áreas de concentração de população foram as unidades territoriais que constituíram o universo do estudo, (item **Rede urbana brasileira**).

Mapa 48 - Rede urbana - Brasil - 1978



Mapa 49 - Rede urbana - Brasil - 1993



No correr da redação deste trabalho não se fará, sob esta denominação, menção às áreas de concentração de população, salvo nas situações em que a falta desta referência gere dubiedade na compreensão do texto.

Centros de gestão do território

Gestão federal

O exame da gestão federal considera que a seleção dos locais de instalação dos órgãos públicos não está pautada apenas pelas características da atividade de cada um deles, mas tende a refletir a possibilidade de acesso da população ao serviço, indicando, assim, determinado grau de centralidade. Foram considerados apenas órgãos federais, visto que os governos estaduais podem ter critérios de localização diversificados, o que poderia aumentar drasticamente os problemas de comparabilidade. Foram consideradas duas instâncias, a do Poder Executivo e a do Poder Judiciário, visto que o Poder Legislativo tem localização restrita a Brasília.

Em relação ao Executivo, examinou-se, dentre os órgãos com atuação descentralizada e cobertura nacional, a estrutura territorial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, presente em 777 unidades territoriais⁵; da Secretaria da Receita Federal - SRF, em 439; e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em 434. No total, foram selecionadas 874 unidades territoriais, 296 das quais contam com a presença dos três órgãos (OLIVEIRA et al., 2005).

A estrutura do INSS comprehende Agências da Previdência Social, supervisionadas por Gerências Executivas que, por sua vez, são articuladas por Superintendências, com jurisdição limitada a uma Unidade da Federação. As Superintendências Regionais da SRF têm jurisdição sobre mais de uma Unidade da Federação e coordenam as Delegacias, sendo o nível operacional constituído por Inspeções, Alfândegas e Agências (BRASIL, 2005). Quanto ao MTE, as Delegacias Regionais do Trabalho, localizadas nas capitais estaduais, subordinam subdelegacias às quais se reportam as agências de atendimento⁶. A Direção dos três órgãos é sediada na capital nacional.

A hierarquização dos centros foi baseada no nível da unidade de maior hierarquia das agências investigadas. Assim, por exemplo, se, em Brasília, o INSS conta com Agências da Previdência Social, Gerência Executiva e Presidência do Instituto, registrou-se ali a presença da Presidência.

Além da distribuição nacional desses três órgãos, considerou-se ainda a localização das sedes de órgãos da administração indireta, a saber: Agências, Conselhos Nacionais, Fundações e Institutos de Caráter Nacional, e Superintendências⁷.

Em relação ao Judiciário, examinou-se a distribuição dos órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada (Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral), que se organizam em Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal - STF, Superior Tribunal de Justiça - STJ, Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Tribunal Superior do Trabalho - TST), Tribunais de 2a Instância (Tribunal Regional Federal - TRF, Tribunal Regional do Trabalho - TRT e Tribunal Regional Eleitoral - TRE), e de 1a Instância. Na 1ª Instância, a Justiça Federal Comum está organizada em seções judicícias nas capitais estaduais, e em subseções, em municípios cuja jurisdição abrange os municípios vizinhos. Os níveis correspondentes na especializada são as varas do trabalho e as sedes de zonas eleitorais. A Justiça Federal Comum está presente em 131 unidades territoriais, a Justiça do Trabalho em 479, e a Justiça Eleitoral em 2 073⁸. Para estabelecer uma hierarquia baseada na organização judiciária, optou-se por selecionar apenas as 490 unidades territoriais que contam, pelo menos, com dois dos três tipos de Justiça.

Gestão empresarial

Para investigar a função de direção empresarial, foram utilizadas as informações do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, no ano de 2004, referentes ao endereço das unidades locais das empresas. Para definir os centros de gestão empresarial, considerou-se a distribuição no território das unidades locais situadas em município diferente daquele onde se localiza a sede, selecionando-se os 724 centros que têm pelo menos três diferentes entidades empresariais com unidades locais em outro município. Dado que a centralidade não se expressa apenas pela relação hierárquica de subordinação pelo comando das empresas, mas também pelo fato de centros polarizadores atraírem a instalação de filiais de empresas sediadas em outros centros, dois conjuntos de indicadores foram calculados. No primeiro, para cada centro, contou-se o número de filiais (unidades locais) de suas empresas em outras unidades territoriais, e o número de unidades territoriais com filiais (unidades locais) de suas empresas. O segundo conjunto – também para cada centro – liga-se à sua capacidade de atração e,

considerando as filiais ali instaladas, conta-se o número das sedes localizadas em outras unidades territoriais e o número de unidades territoriais onde se localizam estas sedes. Além disso, foram identificadas redes hierárquicas, considerando-se a ligação dominante (NYSTUEN; DACEY, 1961; OLIVEIRA; CARVALHO; TRAVASSOS, 2004). Dois resultados desta rede foram também utilizados: a distância média de cada município para o conjunto daqueles onde se localizam filiais de empresas ali sediadas e o fato de, nessa rede, o centro subordinar outros centros.

Para complementar, combinou-se a relação das 1 000 maiores empresas da revista *Exame*, em 2004 (segundo o valor das vendas), e das 1 000 maiores empresas definidas pelo jornal *Valor econômico* (segundo

⁵ No site do Ministério da Previdência Social é possível consultar os endereços das agências em cada município, no canal <<http://www010.datasprev.gov.br/endereco-APS/mps1.asp>>.

⁶ Informações consultadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego, no canal <http://www.mte.gov.br/institucional/estr_default.asp>, em 2005. Em janeiro de 2008, as Delegacias Regionais do Trabalho foram transformadas em Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

⁷ Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, Agência Espacial Brasileira - AEB, Agência Nacional de Águas - ANA, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Agência Nacional do Cinema - ANCINE, Agência Nacional do Petróleo - ANP, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODERFAT, Conselho Monetário Nacional - CMN, Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Conselho Nacional de Educação - CNE, Conselho Nacional do Esporte - CNE, Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - CONMETRO, Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, Conselho Nacional de Saúde - CNS, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Fundação Biblioteca Nacional - BN, Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Fundação Cultural Palmares - FCP, Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Fundação Habitacional do Exército - FHE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Instituto Benjamin Constant - IBC, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e IRB Brasil Resseguros.

⁸ Informações consultadas nos links relacionados no portal do Poder Judiciário - INFOTJUS (<http://www.infojus.gov.br/Portal/LinkListar.asp#categoria1>).

a receita líquida), para o mesmo ano. Na compatibilização dos dados das duas listagens utilizadas, observou-se que, mesmo partindo de diferentes metodologias, na maior parte dos casos, as empresas constavam nos dois rankings, ainda que em diferentes posições.

Equipamentos e serviços

Estudos complementares sobre diferentes equipamentos e serviços foram realizados, tanto para qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados, quanto para garantir a inclusão de centros especializados possivelmente não selecionados.

Comércio e serviços

Para a avaliação da centralidade da oferta de bens e serviços exercida pelas cidades na rede urbana do País, a fonte dos dados foi o Cadastro de Empresas - CEMPRE 2004, do IBGE. Deste, extraiu-se o número total de classes de atividades comerciais e de serviços segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0⁹ para todos os municípios do Brasil, partindo da premissa de que quanto maior o número de classes de atividade presentes, maior a diversidade de oferta dessas atividades, e maior, consequentemente, a centralidade exercida pela cidade.

Com base nesses dados, foi calculado inicialmente o percentual de classes presentes em cada município, em relação ao número máximo de classes, 231. A análise foi em seguida detalhada para o setor comércio total (72 classes) e serviços (158 classes)¹⁰.

A partir da observação das classes de dados, foi definida uma tipologia da distribuição espacial dos setores. A classificação usada na definição desta tipologia considerou os valores extremos para os setores de comércio e serviços, a mediana e o histograma dos dados de cada um. Os tipos definidos foram: máxima diversidade; diversidade muito elevada; elevada; intermediária; baixa; e muito baixa (Tabela 2).

Tabela 2 – Tipologia da diversidade dos setores de comércio e de serviços

	Nível	Comércio e Serviços	Comércio	Serviços
Máxima	1	98,01 - 98,70	100	97,01 - 98,10
Muito elevada	2	87,01 - 98,00	92,01 - 99,99	84,01 - 97,00
Elevada	3	76,01 - 87,00	76,01 - 92,00	74,01 - 84,00
Intermediária	4	50,01 - 76,00	50,01 - 76,00	50,01 - 74,00
Baixa	5	30,01 - 50,00	27,71 - 50,00	10,61 - 50,00
Muito baixa	6	0,43 - 30,00	1,30 - 27,70	0,60 - 10,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

Instituições financeiras

Para investigar a oferta de serviços bancários na rede urbana do País, foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, que informou, agregados por município, o número de agências e os saldos dos estabelecimentos bancários, tendo como data de referência 31.12.2004.

Com base nas mesmas informações, definem-se como instituições de atuação em âmbito nacional aquelas presentes em mais de 20 Unidades da Federação. Esse conjunto inclui, além de instituições oficiais - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - os bancos privados - Bradesco, Itaú, HSBC, ABN-AMRO-Real, Unibanco e Rural, num total de oito bancos de atuação nacional.

A classificação dos centros levou em conta indicadores que apontassem a centralidade das cidades em relação a essa função, a saber:

1. O número de instituições por unidade territorial (independente do número de agências), no conjunto das 642 instituições financeiras relacionadas para o País;
2. A presença de um ou mais dos oito bancos de atuação nacional;
3. O volume do ativo, calculado com base nos saldos dos estabelecimentos bancários, agregados por município, e somando-se os itens de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, de Títulos e Valores Mobiliários, e de Operações de Crédito; e
4. O percentual do volume no ativo da unidade no total da Unidade da Federação.

Foi realizada uma análise de componentes principais para obter um único índice, combinando os indicadores selecionados; as classes divididas segundo esse índice estão descritas pelas medianas apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Bancos – centralidade: medianas das classes

Classes	Número de municípios	Número de bancos	Número de bancos com atuação nacional	Volume de ativos (1 000 R\$)	Percentual do volume de ativos na Unidade da Federação
Total	3 178	2	2	6 699	0,0
1	1	405	8	492 954 869	92,8
2	2	123	8	112 962 373	97,5
3	7	49	8	15 398 251	72,4
4	33	18	8	1 416 931	4,6
5	87	9	7	213 732	0,7
6	207	7	5	79 782	0,1
7	450	4	3	37 437	0,1
8	2 391	1	1	3 269	0,0

Fonte: Estatística bancária por município: data-base dezembro/2004. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?id=estban>>. Acesso em: 29 mar. 2007; Banco Central do Brasil, Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro.

Ensino superior

a) Graduação

O delineamento da centralidade no ensino de graduação no Brasil partiu da análise dos dados do Censo da Educação Superior 2004, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

O nível de centralidade de uma cidade no tocante à oferta de cursos de graduação foi estabelecido utilizando-se: 1) o número de alunos matriculados nos cursos presenciais; 2) o número de Grandes Áreas abrangidas pelos cursos oferecidos; e 3) o número de tipos de cursos existentes. Cabe, aqui, uma observação: o Censo da Educação Superior 2004 lista um total de 1 119 nomes de cursos, dentre os quais, no entanto, alguns apresentam uma raiz comum, formando, assim, agrupamentos de cursos que foram denominados de "tipos de cursos". Um exemplo são os cursos de Geografia Cultural, Geografia Social e Geografia Humana que, pela similaridade de sua matriz teórica, foram então considerados como um único tipo de curso. Usando-se esse critério, chegou-se, finalmente, a um total de 463 tipos de cursos.

Partindo-se dos dados, seis níveis de centralidade foram identificados. As diferenças nos valores das medianas do total de matriculados, número de tipos de cursos e Grandes Áreas por nível de centralidade justificam a classificação realizada, como mostra a Tabela 4. É interessante ressaltar a importância da inclusão dos dados de número de Grandes Áreas e de tipos de cursos na composição do nível de centralidade, isso porque tais variáveis nem sempre repetem estritamente o padrão de localização das matrículas.

⁹ Na CNAE 1.0, o setor comércio corresponde às classes 50 a 52 e o setor serviços às classes 55 a 99. A classificação está disponível para consulta no endereço eletrônico <<http://www.ibge.gov.br/concla/default.php>>.

¹⁰ Foram excluídas da contagem do número de classes aquelas que apresentavam no município valor zero de pessoal ocupado.

Tabela 4 – Medianas do total de matriculados, número de tipos de cursos e grandes áreas do conhecimento por nível de centralidade no ensino de graduação – 2004

Variável	Nível de centralidade		
	1º	2º	3º
Matriculados	485 456,5	106 854,0	34 578,0
Tipos de cursos	202,5	100,0	64,0
Grandes áreas	8,0	8,0	8,0

Variável	Nível de centralidade		
	4º	5º	6º
Matriculados	13 872,0	2 324,0	136,0
Tipos de cursos	38,0	12,0	2,0
Grandes áreas	8,0	5,0	1,0

Fonte: Censo da educação superior 2004. Brasília, DF: INEP, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 11 maio 2006.

b) Pós-graduação

O estudo da oferta dos cursos de pós-graduação foi realizado a partir da análise de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação pública responsável pela homologação e avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil¹¹.

A centralidade na pós-graduação – considerada como a capacidade de um centro de atrair alunos e profissionais do ensino – foi estabelecida, para os municípios, pela combinação e pela comparação dos dados de total de cursos, de número de Grandes Áreas do Conhecimento¹² abrangidas pelos cursos, e da proporção de cursos de excelência (com conceitos seis ou sete, numa escala de avaliação que varia de um a sete). A classificação dos centros partiu dos valores das medianas dos dados de total de cursos e de Grandes Áreas (Tabela 5). Observe-se que a existência de cursos de excelência foi utilizada como um fator diferenciador que, em alguns casos, serviu para elevar a posição de um município um nível acima do que estaria, caso não os possuísse.

Tabela 5 – Valores medianos do total de cursos e grandes áreas do conhecimento por nível de centralidade no ensino de pós-graduação – 2005

Variável	Nível de centralidade		
	1º	2º	3º
Total de cursos	469,0	111,0	37,0
Número de grandes áreas	9,0	9,0	8,0

Variável	Nível de centralidade		
	4º	5º	6º
Total de cursos	13,0	4,0	1,0
Número de grandes áreas	5,0	2,0	1,0

Fonte: Relação de cursos recomendados e reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

Saúde

Duas dimensões foram consideradas para investigar oferta de serviços de saúde: o nível de complexidade do atendimento disponível em cada cidade e o tamanho do setor, avaliado pelo volume do atendimento realizado. Para estabelecer o nível de complexidade, a fonte dos dados utilizada foi a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS 2005, do IBGE, que investiga todos os estabelecimentos de saúde existentes no País. O indicador de tamanho utilizado foi o número de internações hospitalares financiadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, em 2005, em cada cidade.

A construção do indicador de nível de complexidade levou em conta os tipos de equipamentos e as especialidades informadas pelos estabelecimentos. Com base na frequência da distribuição dos equipamentos em condições de uso pelos municípios, dez deles foram selecionados¹³ como indicadores do nível de complexidade, definindo cinco classes. A classificação das 3 479 cidades que dispunham desses equipamentos registrou sua presença em cada classe na qual dispunha de pelo menos um dos equipamentos que a definem, e o município foi alocado à primeira classe a partir da qual a inclusão é contínua. Procedimento semelhante foi utilizado para classificar as cidades segundo as especialidades disponíveis nos estabelecimentos de saúde ali situados¹⁴, agora com cinco especialidades por classe; os 2 704 municípios com especialidades foram alocados às classes quando dispunham de pelo menos três das especialidades que as definem.

A combinação das duas classificações visa contornar questões ligadas à possibilidade de ter equipamento disponível sem a presença dos profissionais necessários para sua operação, bem como a de existir o atendimento em determinada especialidade, mas sem ser registrado, por não constituir a principal atividade do estabelecimento. Na classificação combinada, foi estabelecida uma hierarquia em seis níveis, na qual, em caso de divergência, o centro foi alocado à classe mais baixa. Aqueles classificados em apenas um dos eixos compõem o sexto nível.

A última etapa da classificação leva em consideração o número de internações hospitalares financiadas pelo SUS em 2005, em cada cidade, examinando-se as 1 345 cidades responsáveis por pelo menos 0,01% das internações ocorridas no Brasil naquele ano, representando cerca de 91% do total. Em números absolutos, as internações nesses centros variaram entre 1 143 e 950 843.

Foram mantidas na análise as 1 318 cidades que atendem aos critérios de porte e de complexidade. A coerência da associação desses dois eixos, bem como a distribuição das cidades pelos níveis de centralidade, podem ser avaliadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Níveis de centralidade segundo oferta de serviços de saúde – complexidade e tamanho Brasil 2005

Níveis de centralidade	Número de municípios	Classes de complexidade						Número de internações SUS (mediana)
		1	2	3	4	5	6	
Total	1 318							
1	2	100,0						730 800
2	11	72,7	27,3					208 492
3	26	61,5	38,5					60 556
4	57	77,2	22,8					19 522
5	198	29,3	51,0	19,7				7 378
6	1 024	2,1	14,4	60,0	23,5			1 885

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária 2005; Informações de saúde. Epidemiológicas e morbidade. Morbidade hospitalar geral por local de internação 2005. In: Ministério da Saúde. DATASUS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

Internet

A oferta de informações e serviços através da Internet é um elemento de interesse na avaliação da centralidade. O uso da Internet, do ponto de vista da procura ou consumo (*hosts*), pode, em princípio, ser realizado de qualquer lugar com conexão¹⁵. A oferta (domínios), por outro lado, devido à sua maior complexidade, necessita de locais específicos. A criação de uma página *on-line* necessitará, no mínimo, de pessoas habilitadas e proficientes tecnologicamente, de uma estrutura de

¹¹ A relação de cursos recomendados e reconhecidos foi pesquisada no endereço eletrônico <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?>>, com dados atualizados em 29.12.2005.

¹² Os equipamentos selecionados são: de ressonância magnética, de circulação extracorpórea, para hemodiálise, bomba de cobalto, mamógrafo com estereotaxia, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo, mamógrafo com comando simples, ultra-som doppler colorido, ultra-som ecográfico e eletrocardiográfico. Este último está presente em 3 191 municípios, enquanto a bomba de cobalto é encontrada em estabelecimentos de apenas 69 cidades.

¹³ Os equipamentos selecionados são: de ressonância magnética, de circulação extracorpórea, para hemodiálise, bomba de cobalto, mamógrafo com estereotaxia, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo, mamógrafo com comando simples, ultra-som doppler colorido, ultra-som ecográfico e eletrocardiográfico. Este último está presente em 3 191 municípios, enquanto a bomba de cobalto é encontrada em estabelecimentos de apenas 69 cidades.

¹⁴ Hemodinâmica, medicina nuclear, quimioterapia, nefrologia, videolaparoscopia, hematologia, oncologia, proctologia, reumatologia, neurocirurgia, angiologia, cirurgia plástica, endocrinologia, nefrologia, pneumologia/tisiologia, cardiologia, cirurgia geral, neurologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, clínica médica, ginecologia, obstetrícia, pediatria e análises clínicas. Nos extremos da distribuição, a clínica médica está presente em 3 042 municípios, e a videolaparoscopia, em 23.

¹⁵ A propósito, verifica-se, a partir das informações do questionário (Anexo), que 47,7% dos municípios que responderam ao questionário informaram possuir acesso à Internet banda larga.

atualização e – o que é particularmente verdadeiro quanto aos negócios que operam através da Internet – de contatos e ligações com empresas de consultoria, serviços de rede e informática, provedores de acesso, etc., sendo assim dependente de centralidades previamente existentes. Os dados referentes aos domínios de Internet foram cedidos pelo Registro de Domínios para a Internet no Brasil – Registro.br, instituição que centraliza a sua cessão e administração. Constituem-se em dois conjuntos, cada um composto de uma agregação do número de domínios por Código de Endereçamento Postal – CEP – posteriormente agregados por município – relativos a março de 2005 e a março de 2006. Perfazem, respectivamente, 741 217 domínios ".br", no primeiro ano, e 887 006 no segundo.

Para apreender os padrões espaciais da distribuição dos domínios, mapeou-se sua ocorrência, tanto por número absoluto quanto por número de habitantes. Para esse último, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Nº de domínios} / \text{População} \times 10\,000.$$

Redes de televisão aberta

A análise do sistema de redes de televisão visa apresentar a estrutura das emissoras afiliadas às redes de televisão aberta brasileira e, a partir delas, elaborar um modelo de rede hierárquica de telecomunicação, onde os fixos são os locais que concentram a infra-estrutura dos serviços necessários ao seu funcionamento e os fluxos, a programação e a propaganda veiculada aos municípios de sua área de cobertura.

Os dados utilizados na análise foram coletados nos *Atlas de cobertura das redes de televisão aberta*: Globo, Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, Bandeirantes – BAND, RedeTV!, Cultura, Gazeta e Grupo Paulo Pimentel – GPP, para os anos de 2002, 2003 e 2004, disponibilizados em seus sítios na Internet¹⁶.

O município onde se localiza a sede da geradora e de cada uma de suas filiadas figura, via de regra, entre aqueles com maior centralidade em sua área, devido à necessidade de haver facilidades tecnológicas locais, tais como a cobertura por linhas de transmissão que permitam a retransmissão do sinal, a presença de equipes técnicas especializadas em suporte e manutenção, vinculadas às emissoras, além do potencial econômico e social, este último vinculado, sobretudo, à publicidade e ao mercado regionais. A definição e o estabeleci-

mento das áreas de cobertura geográfica das emissoras, por sua vez, são feitos pela geradora do sinal, podendo abranger um ou mais municípios.

Vale ressaltar que as redes brasileiras têm dimensão e cobertura espacial diversificada (Tabela 7). A Globo, o SBT e a BAND apresentam cobertura nacional e alcançam maior número de municípios, tanto através do sinal transmitido por suas afiliadas quanto por satélite, ao passo que a RedeTV!, a Cultura, a Gazeta e o GPP atuam de forma concentrada, abrangendo poucos municípios.

Tabela 7 – Estrutura das redes de televisão brasileira período 2002-2004

Redes	Emissoras afiliadas	Municípios cobertos	Municípios que recebem a programação por satélite
Globo	118	4 903	539
Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)	92	3 645	1 198
Bandeirantes (BAND)	46	2 381	676
RedeTV!	13	928	-
Cultura	637	1 864	-
Gazeta	38	248	-
Grupo Paulo Pimentel (GPP)	4	399	-

Fontes: Atlas de cobertura das emissoras de televisão referentes a 2004.
Ver Referências.

Observa-se que as três primeiras redes de televisão aberta cobrem, respectivamente, 97,9%, 87,1% e 55,0% dos 5 560 municípios brasileiros então vigentes, enquanto as demais não ultrapassam o limite de 33,5%. Essa constatação permite subdividir essas redes em dois conjuntos: um primeiro, formado pela Globo, pelo SBT e pela BAND, que possuem maior alcance espacial, aqui classificadas como Redes Nacionais; outro reunindo as demais, ou seja, as Redes Regionais.

Tendo em vista a diversidade de fatores que envolvem a transmissão das redes de televisão aberta, foram estabelecidos pesos diferenciados para cada característica existente, privilegiando-se a presença ou a ausência de emissoras afiliadas e suas áreas de cobertura.

Partiu-se da determinação de que os municípios que possuem pelo menos uma emissora afiliada, seja de rede nacional, seja de rede regional, têm centralidade, uma vez que intermediam informações veiculadas pelas geradoras, adicionam propaganda, reportagens e notícias locais e/ou regionais, e reenviam o resultado a seus telespectadores, sendo, portanto, formadores de opinião pública. Nesse sentido, pressupõe-se que esses

municípios, sobretudo aqueles que sediam emissoras de redes nacionais, devem ocupar níveis hierárquicos superiores, por possuírem maior quantidade de empresas em suas próprias carteiras de anunciantes (locais e regionais) e por centralizarem serviços especializados, tanto ligados diretamente a sua rotina – como jornalistas, locutores, atores, operadores de equipamentos diversos, eletricistas, consultores e outros assessores técnicos – quanto serviços indiretos, como maquiadores, administradores e contadores.

A rede hierarquizada de emissoras de televisão aberta é comandada por São Paulo e Rio de Janeiro, que geram as programações e anúncios nacionais de uma ou mais redes de televisão. Assim, associou-se a ambos os municípios uma pontuação de 500 e 100 para cada geradora classificada respectivamente como nacional e regional, obtendo-se 1 300 pontos para São Paulo e 500 para o Rio de Janeiro.

Na identificação dos demais níveis, foram privilegiados os municípios que possuem emissoras afiliadas, sendo atribuída pontuação diferenciada a cada tipo. Esse procedimento visa identificar os municípios com maior centralidade, com destaque para o papel das redes nacionais. Assim, associou-se peso 50 para cada emissora de rede nacional, 20 para cada emissora de rede regional, e peso 10 para cada rede nacional com antena instalada pela prefeitura municipal. A inclusão dos municípios com equipamento cedido pelas geradoras deve-se ao entendimento de que os 311 municípios que recebem sinal de uma rede e possuem emissoras afiliadas nacionais e/ou regionais podem estar localizados em região com precária infra-estrutura de comunicação.

Assim, a hierarquização da rede informacional de televisão aberta foi determinada pela presença de emissoras nacionais e regionais e pela intensidade de ligações, com indicador definido pelo somatório dos pesos em cada local, obtendo-se valores variando de 0 a 1 510. Para estabelecer o número de níveis de centralidade e a hierarquização dos centros, levou-se em conta a presença de emissoras ou retransmissoras e o número de conexões a redes nacionais e regionais. O primeiro critério distingue os municípios com centralidade, nos níveis de 1 a 5. Os demais municípios são diferenciados, nos níveis 6 e 7, segundo o grau de conexão.

¹⁶ À época de elaboração do trabalho, não estavam disponíveis os dados da Rede Record.

Conexões aéreas

As redes de transporte aéreo são um aspecto indissociável da rede urbana e assumem, em geral, caráter hierárquico. A presente análise baseou-se nos dados fornecidos pelo *Anuário do transporte aéreo 2004*, do Departamento de Aviação Civil - DAC, atual Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, compondo uma matriz de origem-destino por aeroporto público no País, com a totalidade do número de vôos, passageiros e quantidade de carga para o ano de 2004. Os dados foram agregados por município, somando-se os valores das ligações quando havia mais de um aeroporto, isto é, foi considerado o total de conexões, independente do número de aeroportos.

A base de dados é composta de 1 077 pares de ligações entre cidades, perfazendo um total de 813 183 vôos, 32 193 033 passageiros e mais de 685 mil toneladas de carga. Para garantir um grau mínimo de regularidade do serviço de transporte aéreo, e sua consequente função de conectividade da rede urbana, foram considerados apenas os pares com média de ao menos um vôo por mês, eliminando-se aqueles com menos de 12 ligações.

Dado que o fenômeno estudado se configura espacialmente como rede geográfica, isto é, localizações sobre a superfície terrestre articuladas por vias e fluxos, utilizou-se uma das abordagens mais consolidadas para interpretações de padrões de interconexões dessa natureza, as metodologias baseadas em grafos, que estudam as propriedades topológicas de ligações entre elementos, incorporando conceitos de fluxo dominante, cidade independente, cidade subordinada e transitividade das ligações.

Assim, uma cidade é considerada independente se o seu maior fluxo, o dominante, for direcionado a um centro menor, e será considerada subordinada se a sua ligação de maior valor for com um centro maior. O tamanho das cidades foi aqui definido pela população no caso da movimentação de passageiros. Para o transporte de carga, em virtude de seu custo relativamente elevado, o tamanho foi definido pelo Produto Interno Bruto - PIB do município, o qual fornece uma aproximação de sua capacidade de pagar pelo serviço. Vale, também, a noção de transitividade, isto é, se há um encadeamento de subordinações no qual uma cidade é subordinada a outra, que é subordinada a uma terceira, então a primeira também será considerada como subordinada à última. Por fim, nenhuma cidade pode ser subordinada a um centro que já lhe é subordinado.

A técnica do fluxo dominante permite apreender a hierarquia da rede de ligações aéreas, e é, dessa maneira, a definidora da rede. As cidades independentes constituem o primeiro nível, o topo da hierarquia. Aquelas que lhes são imediatamente subordinadas constituem o segundo nível. As que direcionam seu fluxo dominante para estas últimas formam o terceiro nível, e assim sucessivamente. Cabe salientar que a classificação de duas cidades em um mesmo nível hierárquico não implica semelhanças demográficas ou funcionais, mas apenas que, topologicamente, ambas ocupam a mesma posição na rede.

Além disso, a observação da estrutura da matriz de ligações aéreas reforça a percepção clássica de que as interações entre centros urbanos se dão em função direta de suas massas e em função inversa de suas distâncias. Dessa forma, utilizou-se o modelo gravitacional, de longa tradição nos estudos geográficos, para estimar o fluxo teoricamente esperado entre duas cidades e, assim, verificar quais pares de cidades possuem conexões acima ou abaixo desse valor. Utilizou-se a formulação geral:

$$F_{ab} = M_a * M_b / D_{ab}^2,$$

onde: F_{ab} é o valor do fluxo estimado a ser descoberto entre os centros a e b;

M é a massa; e

D_{ab} é a distância entre os mesmos.

No caso do transporte de passageiros e do número de ligações, a massa é dada pela população; no

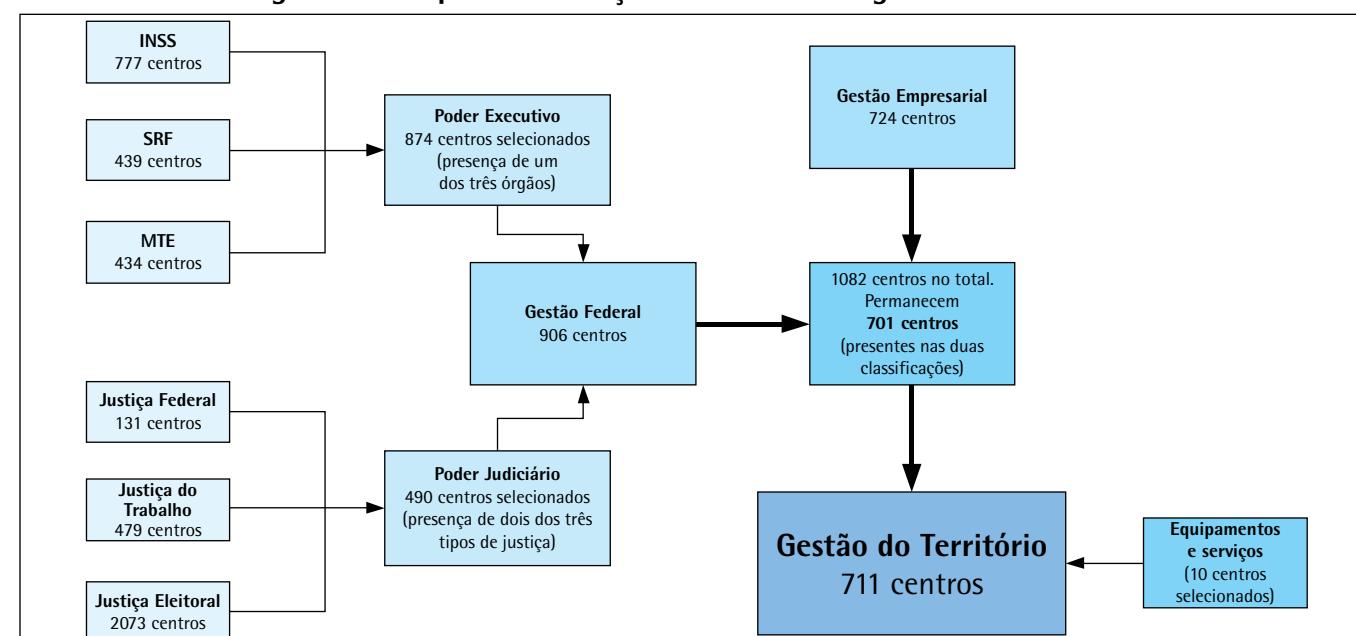
caso do transporte de carga, pelo PIB. A distância, em virtude da natureza do transporte aéreo, foi medida em linha reta.

Compararam-se, então, os fluxos da matriz de ligações aéreas com os resultados estimados, gerando um resíduo que indica quão distantes esses dois valores estão um do outro. Resíduos com o valor zero ou próximo a zero indicam que o fluxo real está condizente com o estimado. Resíduos de valor negativo indicam que o fluxo real é menor do que o esperado, apontando a presença de um efeito de barreira entre as duas cidades. Resíduos positivos, por sua vez, mostram que a ligação entre dois centros é mais forte do que o estimado, respondendo a algum fator que os une preferencialmente.

Definição dos centros de gestão do território

No total, 1 082 centros foram identificados segundo os critérios de gestão: 906 centros de gestão federal e 724 de gestão empresarial. Para definir o conjunto dos centros de gestão do território, considerou-se que os centros no último nível somente seriam mantidos se integrassem as duas classificações, ou se, estando apenas em uma delas, destacavam-se em pelo menos dois dos eixos de análise de equipamentos e serviços. Classificados em seis níveis hierárquicos, segundo a sua posição no âmbito da gestão federal e no da gestão empresarial, integram o conjunto final 711 centros de gestão do território (Figura 1).

Figura 1 – Etapas da definição dos centros de gestão do território



Regiões de influência

A intensidade das ligações entre as cidades foi empregada para delinear as áreas de influência dos centros e esclarecer a articulação das redes no território. Para tanto, foram utilizados dados secundários e dados obtidos por inquérito específico, conforme detalhado nos itens a seguir.

Ligações entre os centros de gestão

Para investigar a articulação dos centros de gestão, foram considerados os eixos de gestão pública e de gestão empresarial, complementados por um outro, o dos serviços de saúde. Para cada um desses eixos, registraram-se as quatro principais ligações.

Para a gestão pública, foram contadas as ligações estabelecidas pela relação de subordinação administrativa nos órgãos federais examinados (SRF, INSS e MTE), e nos órgãos da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. Somadas essas ligações, os valores foram ordenados, conservando-se, para cada centro, os quatro maiores.

Para a gestão empresarial, foi somado o número de filiais (unidades locais) instaladas em um centro, segundo a localização da sede. Da mesma forma que no caso anterior, os valores foram ordenados, conservando-se as quatro principais ligações de cada centro.

Os registros de internações hospitalares financiadas pelo SUS identificam o local de residência e o de internação do paciente. Estudos anteriores estabeleceram a diferenciação dos padrões de ligações segundo o nível de complexidade do tratamento realizado (OLIVEIRA, CARVALHO; TRAVASSOS, 2004). Foram utilizados dois grupos de procedimentos: os de alta complexidade e os definidos como mais freqüentes. Considerando a diversidade de volumes de internação, os valores foram padronizados para cada origem (local de residência), como proporção do total de internações em cada um dos grupos. Os dois valores resultantes foram somados e ordenados, sendo conservados os quatro primeiros.

A matriz de ligações entre os 711 centros de gestão assim construída tem 4 050 linhas, 0,8% do total de possíveis ligações. Cerca de 24% das ligações têm como destino São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, com os maiores valores (468, 352 e 144 ligações, respectivamente), 163 centros são procurados por um único centro, e outros 207 não tiveram registro de procura por qualquer dos centros de gestão.

A partir dessa matriz de ligações, foram contados, para cada par, o número de eixos, ou seja, o total de ligações, e o número de ligações de ordem um até três (Tabela 8).

Tabela 8 - Ligações entre centros de gestão

Número de ligações	Número de pares	Número de ligações de primeira ordem	Número de ligações de primeira e segunda ordem
Total	4 050	1 378	2 490
1	2 487	837	1 465
2	839	345	572
3	724	196	453

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004; Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário.

A vinculação entre os centros, determinada por sua principal ligação, foi definida pelos seguintes critérios: o maior número de ligações de primeira e segunda ordem (somadas), o maior número de ligações de primeira ordem, e o maior número de ligações de qualquer ordem, e atribuindo-se maior peso às ligações de gestão.

Ligações dos demais municípios

Nos 4 625 municípios que não foram classificados como centro de gestão, foi necessário levantar as informações. O conjunto dos quesitos do questionário aplicado pela Rede de Agências do IBGE no último trimestre de 2007 teve como objetivo cobrir um amplo espectro de ligações entre cidades, investigando (1) as principais ligações de transportes coletivos, com destaque para as que se dirigem aos centros de gestão; e (2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços específicos.

Desenho e aplicação do questionário

O questionário, preenchido pelos técnicos das Agências do IBGE (Anexo), é composto por nove itens. Um primeiro grupo de temas arrola os locais procurados pela população para (1) cursar o ensino superior; (2) comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou freqüentar *shopping centers*, hipermercados e assemelhados; (3) usar aeroporto em vôos de linhas regulares; (4) buscar serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações); e (5) para atividades de lazer (cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos). No questionário, era possível listar até quatro destinos¹⁷, ordenados segundo a intensidade da ligação¹⁸.

Um outro item investiga a regularidade e a freqüência com que as pessoas podem se deslocar para outros municípios, utilizando transporte coletivo. Neste quesito, foram levantadas as ligações com a capital do estado e com os três centros de gestão mais próximos, além de permitir a inclusão de mais duas outras cidades que sejam destinos relevantes, segundo o critério de maior número de viagens. Para cada tipo de ligação (rodoviária, por barco, ou aérea), indagou-se a freqüência (diária, semanal, quinzenal ou mensal), o número de saídas e o tempo médio de viagem em condições normais. No caso das ligações por ônibus, foram consideradas, além das linhas com início no município, também aquelas que têm seções com paradas no município. Para compatibilizar as informações de transporte com as anteriores, foi calculado o número de viagens a partir de cada município, por ano¹⁹, de modo a ordenar os destinos pela intensidade da ligação. Note-se que cerca de 92% das seis possíveis ligações concentram-se nos quatro principais destinos.

No âmbito das comunicações, investigou-se em que municípios são editados os jornais vendidos na cidade (não considerando as assinaturas com entrega residencial), com periodicidade diária, semanal ou mensal, e tendo sido registrado o número de títulos, e não o de exemplares, e a cidade em que são editados. Assim como no item anterior, foi calculado o número de títulos recebidos por ano, permitindo ordenar a intensidade da ligação. No questionário, o número máximo de municípios de origem dos jornais registrado foi dez, sendo que quase 79% das referências indicam apenas dois, e 98% das referências indicam até quatro municípios.

Embora o questionário tenha investigado também, em relação aos três principais produtos agropecuários, a origem dos insumos e o primeiro destino da maior parte da produção, os complexos padrões apresentados no item **Resultados intermediários** (Áreas de influência segundo temas específicos, Agropecuária) são determinados por diferentes processos, envolvendo *commodities* e produtos de cesta básica e de consumo regional. Tais informações podem orientar investigações sobre as redes de distribuição da produção e estão di-

¹⁷ Exceto no caso dos aeroportos, com duas opções, e para o qual 71% dos municípios apontaram apenas um destino.

¹⁸ Note-se que são minoria os municípios que apontam uma quarta opção de destino: correspondem a 9,7% do total de municípios investigados para compras, 9,9% para lazer, 11,5% para curso superior e 12,1% para saúde.

¹⁹ Multiplicando o número de saídas pela freqüência – 365 para a diária, 52 para a semanal, 26 para a quinzenal e 12 para a mensal.

vulgadas no banco de dados da pesquisa mas, devido à sua especificidade, optou-se por não considerá-las para o estudo das regiões de influência das cidades.

Tratamento das informações do questionário

O passo inicial da construção da rede a partir dos dados do questionário foi o exame da centralidade das cidades, com base na intensidade de relacionamento, ou seja, no número de vezes em que são apontadas como destino, nos sete temas considerados. A Tabela 9 apresenta os valores mínimo e máximo, e a mediana dessas referências, para todas as unidades investigadas, destacando-se as classes de gestão identificadas na primeira etapa.

A partir da matriz completa de ligações entre as cidades, os pares foram classificados contando-se o número total de ligações (o máximo é sete, o número de temas considerados) e o total das ligações de cada ordem, de 1 a mais de 5.

A vinculação de um município a um centro, determinada por sua principal ligação, foi definida de forma análoga ao item anterior, considerando-se o maior número de ligações de primeira e segunda ordem (sumadas), o maior número de ligações de primeira ordem e o maior número de ligações de qualquer ordem.

Definição das regiões de influência

As duas redes de ligações – a dos centros de gestão e a das informações do questionário – foram com-

Tabela 9 – Número de referências no questionário, segundo as classes de gestão do território

Classes de gestão do território	N	Mínimo	Mediana	Máximo
1	3	309	424	1 340
2	7	515	830	1 986
3	44	7	311	1 119
4	101	9	109	687
5	215	2	52	306
6	341	-	20	117
Demais municípios	4 625	-	1	99

IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

binadas para definir as regiões de influência dos centros urbanos. Quando, nesta síntese, a aplicação dos critérios apontou a presença de vinculação a mais de um centro, examinou-se a relação entre os superiores. Nos casos em que a ligação se dá com centros também vinculados, por exemplo, considerou-se apenas a ligação ao centro de menor nível, pois, por transitividade, os dois estão incluídos na região de influência do superior. Ao final do processo, 186 dos municípios investigados apresentam dupla inclusão, e quatro municípios integram a área de três superiores.

Hierarquia dos centros urbanos

Ao final da etapa anterior, juntamente com as redes, definiu-se o conjunto de centros urbanos, as 802 cidades que têm outras cidades em sua área de influência, evidenciando aquilo que os estudos anteriores definiram como centralidade extramunicipal.

O primeiro elemento considerado para estabelecer a hierarquia dos 802 centros urbanos identificados é a classificação dos centros de gestão do território. Uma vez delimitadas as regiões de influência dos diversos centros, dois critérios principais foram adotados para rever e complementar aquela hierarquia inicial: a dimensão da região de influência, em termos da população residente nos municípios para os quais o centro representa o foco, e a intensidade de relacionamento, indicada pela freqüência de menções ao centro, no questionário, como destino para os municípios.

Resultados intermediários

Centralidade

Neste estudo, como já referido, utilizou-se como eixo principal a função de gestão do território. Foram adotados como unidades de análise os municípios e as Áreas de Concentração de População.

Gestão federal

Executivo

A presença dos níveis gerenciais em cada unidade territorial resultou numa hierarquia (Tabela 10), que distingue o nível operacional e os diversos níveis de coordenação, para os três órgãos selecionados, INSS, SRF e MTE.

Tabela 10 – Níveis das unidades territoriais, segundo a administração federal

Nível	Número de unidades territoriais
1 Direção nacional	1
2 Superintendências regionais	9
3 Superintendências estaduais	17
4 Gerências	47
5 Agências e gerências	54
6 Agências (mais de um órgão)	353
7 Agência (apenas um órgão)	393

Fontes: Órgãos do Poder Executivo.

Judiciário

A hierarquia baseada na organização judiciária, levando em conta a representação da Justiça Federal no território, está apresentada na Tabela 11.

Tabela 11 – Níveis das unidades territoriais, segundo a justiça federal

Nível	Número de unidades territoriais
1 Tribunais Superiores	1
2 TRF, TRT e TRE	4
3 TRT, TRE e Seções Judicárias	23
4 1ª Instância das 3	145
5 1ª Instância de duas das 3	317

Fontes: Órgãos do Poder Judiciário.

A hierarquia da gestão federal, dada pelo cruzamento destas duas classificações, reúne 906 centros (Mapa 50), dos quais 414, no último nível, mesmo não tendo papel de gestão relevante, têm centralidade ligada ao atendimento que prestam à população.

Os níveis estabelecidos têm as seguintes características:

Nível 1a – Brasília, capital nacional, sede da direção nacional dos órgãos administrativos, dos tribunais superiores e de 45 dos 65 órgãos da administração indireta considerados;

Nível 1b – Rio de Janeiro, sede de superintendências regionais de órgãos administrativos e de 2ª Instância da Justiça Federal, tanto da Justiça Comum (TRF), quanto da Justiça Especializada (TRT e TRE), e de 14 dos 65 órgãos da administração indireta considerados;

Nível 2 – Capitais estaduais que sediam superintendências regionais e a 2ª Instância da Justiça Federal, tanto da Justiça Comum (TRF), quanto da Justiça Especializada (TRT e TRE) – São Paulo, Recife e Porto Alegre;

Nível 3 – Capitais estaduais que sediam superintendências regionais, a 2ª Instância da Justiça Federal Especializada (TRT e TRE), e a 1ª Instância da Justiça Federal Comum – Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba;

Nível 4 – Demais capitais estaduais, que sediam superintendências estaduais, a 2ª Instância da Justiça Federal Especializada (TRT e TRE), e a 1ª Instância da Justiça Federal Comum (17);

Nível 5 – Centros com gerências dos órgãos administrativos e a 1ª Instância da Justiça Federal (101);

Nível 6 – Centros com agências de mais de um dos órgãos administrativos, e 1ª Instância da Justiça Federal (254);

Nível 7 – Centros com agências de um dos órgãos administrativos, e a 1ª Instância da Justiça Federal (110); e

Nível 8 – Centros com agências de órgãos administrativos, sem a presença da Justiça Federal (414).

Gestão empresarial

Foram definidos 724 centros de gestão empresarial, entre os quais estão incluídas as 188 unidades territoriais onde se localizam as sedes das 1 124 grandes empresas. Apenas 25 cidades concentram 829 empresas (Tabela 12), e as demais 163 contam com menos de cinco empresas cada uma.

Tabela 12 – Distribuição das sedes de grandes empresas

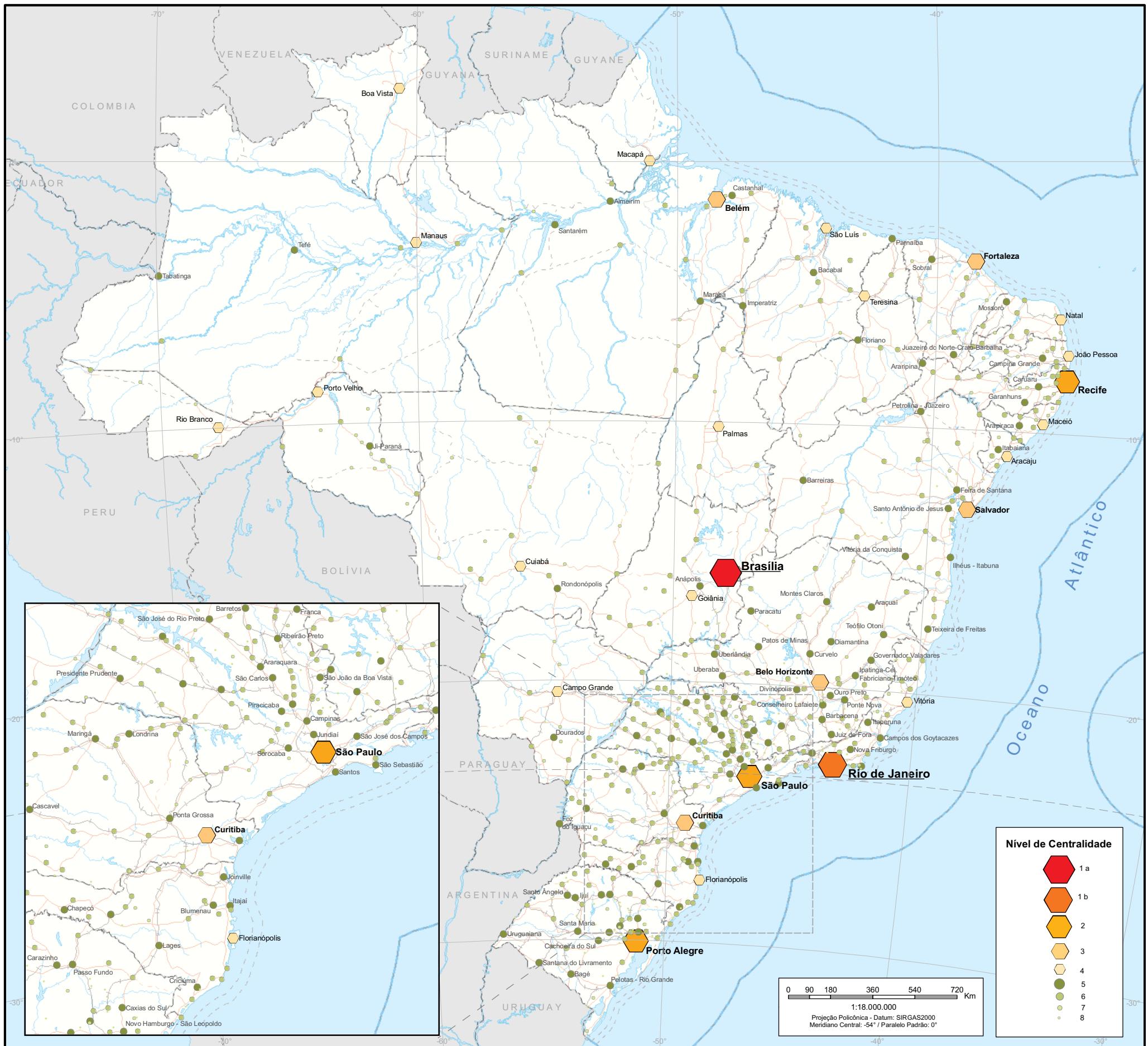
Local da sede	Em- presas	Local da sede	Em- presas
São Paulo	365	Ribeirão Preto	11
Rio de Janeiro	116	Joinville	10
Porto Alegre	50	Goiânia	10
Belo Horizonte	46	Sorocaba	9
Curitiba	40	Londrina	9
Salvador	32	Belém	8
Campinas	30	Florianópolis	8
Manaus	27	Cuiabá	8
Brasília	25	Natal	7
Vitória	21	Uberlândia	7
Recife	14	Volta Redonda -	
Fortaleza	13	Barra Mansa	5
Caxias do Sul	13	Jundiaí	5

Fontes: Valor 1000. São Paulo: Valor Econômico, v. 5, n. 5, 2005; As 500 maiores empresas do Brasil. Exame, São Paulo: Abril Cultural, jul. 2005. Suplemento especial.

A distribuição espacial das sedes das grandes empresas do País acompanha, em linhas gerais, a dinâmica econômica do País. O Estado de São Paulo é aquele com maior concentração de grandes empresas. Das 1 124 maiores empresas, 470 se localizam no estado, com destaque para São Paulo (365) e Campinas (30). O Estado do Rio de Janeiro é o segundo nessa contagem, com 124 grandes empresas, a maior parte delas localizadas no Rio de Janeiro. Somados, os estados do Sudeste respondem por 62,6% das maiores empresas instaladas no Brasil. O Sul do País também se destaca, o Rio Grande do Sul com 92 sedes, o Paraná com 83 sedes e Santa Catarina com 46 sedes, correspondendo, no total, a 19,6% das maiores empresas. Sobressaem nessa região as áreas de Porto Alegre (50) e de Curitiba (40). Os estados das demais regiões do País respondem, em conjunto, por 17,7% das sedes das maiores empresas, sobressaindo-se Salvador, (32 sedes), Manaus (27 sedes) e Brasília,(25 sedes).

Com base nos indicadores construídos a partir do Cadastro Central de Empresas e nas localizações das sedes das grandes empresas, os centros foram alocados em oito níveis (Tabela 13). No primeiro nível, destaca-se a liderança nacional de São Paulo. Dada sua diferença

Mapa 50 - Gestão federal - Brasil - 2006



Fontes: Órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário.

em relação aos demais centros, também aqui o Rio de Janeiro está classificado como nível 1b. Constituem o segundo nível Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, e Porto Alegre. No nível 3, estão incluídos centros localizados também em outras regiões do País. Esse conjunto reúne Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Campinas, Goiânia, Manaus, Belém, Sorocaba, Londrina, Florianópolis, Joinville, Caxias do Sul e Novo Hamburgo–São Leopoldo (Mapa 51).

Tabela 13 – Mediana dos indicadores de centralidade de gestão empresarial, segundo os níveis

Nível	Número de unidades territoriais	Filiais em outros municípios		Sedes em outros municípios		Distância média entre municípios ligados
		Número de unidades territoriais com filiais	Número de filiais em outras unidades territoriais	Número de unidades territoriais com sedes	Número de sedes em outras unidades territoriais	
Total	724	5	30	7	49	87
1a	1	1 113	59 905	271	32 191	664
1b	1	295	16 420	127	14 488	893
2	4	311	7 972	116	6 076	583
3	15	86	1 655	50	1 767	457
4	33	41	543	28	570	405
5	72	18	158	16	184	185
6	119	9	70	10	91	98
7	210	5	23	6	36	65
8	269	3	16	5	30	69

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

Equipamentos e serviços

Os resultados dos estudos complementares de diferentes equipamentos e serviços são o tema desta seção.

Comércio e serviços

Observando-se o comportamento dos setores de comércio e serviços, verifica-se que ambos têm comportamento semelhante no topo da hierarquia. São Paulo e Rio de Janeiro aparecem na primeira classe, diversidade máxima, para os dois setores. Contudo, devido à maior seletividade espacial identificada no setor serviços em relação ao comércio, existe um número bem maior de localidades nas classes mais altas da classificação no setor comércio – 23 centros estão na classe máxima do comércio, enquanto apenas dois estão classificados na classe 1 dos serviços (Tabela 14).

Na classe de diversidade muito elevada, a classificação de três centros – Manaus, Belém e Florianópolis –

Tabela 14 – Comparações das tipologias de diversidade dos setores de comércio e de serviços

Tipologia comércio	Serviços							
	Total	1	2	3	4	5	6	Sem ocorrência
1	24	2	13	5	4			
2	69		3	14	52			
3	188			1	128	59		
4	677				24	653		
5	1 810					1 501	309	
6	2 492					176	2 310	6
Sem ocorrência	11						11	

Fonte: Elaboração do projeto, com base em: IBGE Cadastro Central de Empresas 2004

coincide para os setores comércio e serviços. Para serviços, no total, 16 centros estão incluídos nessa classe, enquanto 69 estão assim classificados no setor comércio.

Para a classe diversidade elevada, apenas Palmas coincide nos dois setores. Nessa classe, para o setor serviços, estão 20 centros, para o setor comércio, 188 centros.

Considerando as mais altas classificações, ou seja, cidades que apresentam acima de 50% de diversidade de classes para os dois setores, definidas aqui como diversidade intermediária, elevada, muito elevada e máxima, encontra-se um total de 246 centros, 4,7% do total de unidades territoriais pesquisadas (5 275), comprovando a grande concentração de atividades de comércio e serviços no País.

Observando-se o Mapa 52, as áreas com grande diversidade de comércio estão relacionadas a grandes centros urbanos ou a capitais de estado, áreas que ofertam produtos para um grande volume de população local ou são responsáveis pela distribuição para uma região em seu entorno.

Em comparação com o setor comércio, os serviços apresentam-se espacialmente muito mais concentrados, como é possível notar no Mapa 53, com maior presença nos grandes centros urbanos e industriais do País. Áreas densamente ocupadas tendem a apresentar maior diversidade de oferta de serviços, uma vez que, quanto maior o número de população, tanto maior a demanda de serviços de transporte, comunicação, atividades imobiliárias, educação, saúde e serviços sociais, limpeza urbana, atividades recreativas, culturais e desportivas, serviços pessoais, serviços domésticos, entre outros.

A diversidade do setor serviços está também relacionada com a presença de atividades industriais, agropecuárias e mesmo de outros serviços dinâmicos. As empresas demandam de modo crescente serviços especializados – em especial “serviços prestados principalmente às empresas” – anteriormente incorporados às atividades da indústria.

Em linhas gerais, os dados analisados confirmam a proposição da seletividade dos investimentos no espaço (Mapa 54). Variações do nível de renda da população, de remuneração da mão-de-obra, de dinâmica econômica, de políticas locais e regionais, e de dotação de infra-estrutura são aspectos que tornam os locais mais ou menos atrativos e vantajosos, o que coincide com a maior diversidade de oferta de atividades de comércio e serviços. Por outro lado, como resultado desse processo observa-se que a concentração de atividades aumenta a atração populacional e conduz a variações positivas de renda, remuneração, demanda por políticas públicas, e maior dinamismo econômico.

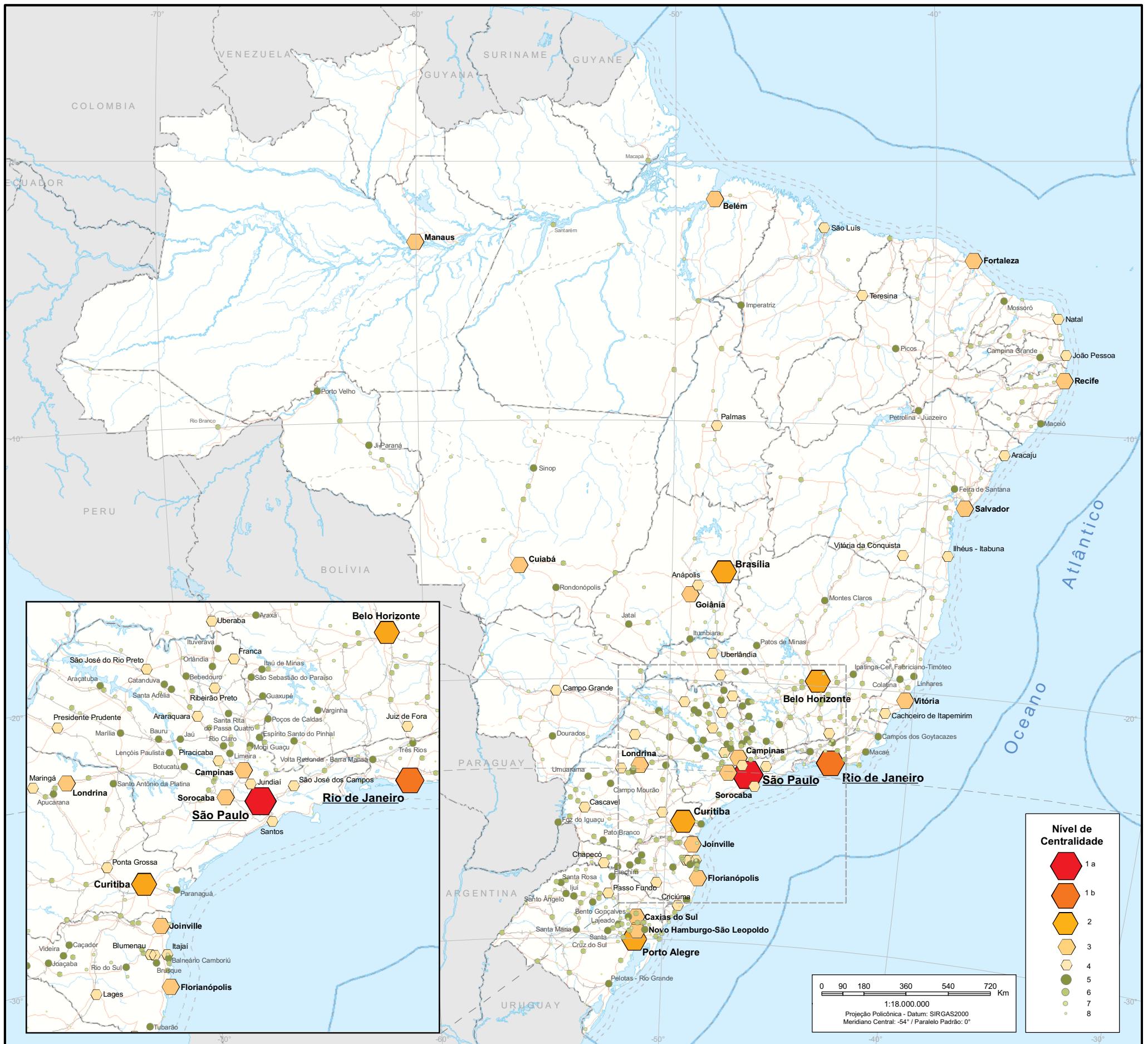
Tais características reforçam a permanência de um padrão de rede urbana já tradicionalmente consolidado no Brasil, onde pesam as condições urbanas construídas no passado.

Observou-se especialmente que o Sudeste mantém seu papel concentrador na economia brasileira. Os estados dessa região se destacam na diversidade de oferta de classes de atividades, e merece especial destaque a rede urbana do Estado de São Paulo, que se caracteriza como a mais densamente estruturada.

O Sul do País também apresentou destaque nesta análise, com a presença de níveis hierárquicos intermediários. No Centro-Oeste e Norte do País, ao contrário, a oferta de atividades de comércio e serviços concentra-se nas áreas de maior densidade populacional e nas capitais, as quais exercem forte centralidade na maioria dos estados dessas regiões.

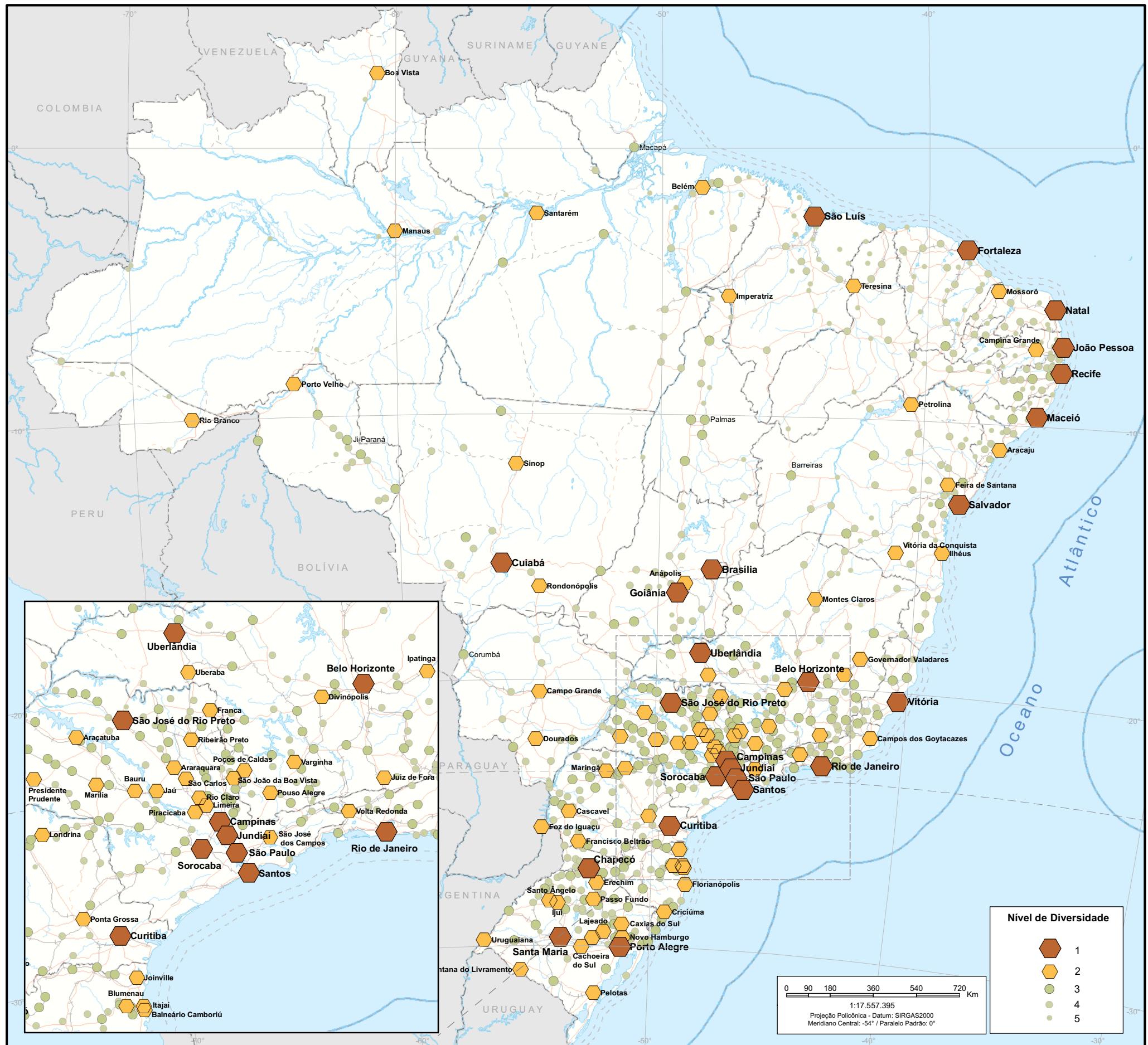
A Região Nordeste, por sua vez, apresenta duas dinâmicas distintas, uma do interior, outra do litoral, especificamente das capitais, tanto para o comércio quanto para os serviços. A rede urbana dessa região é fortemente comandada pelas capitais dos estados, apoiada em poucos centros no interior, como os de Campina Grande (PB), Juazeiro-Petrolina (BA-PE), Caruaru (PE), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha (CE), Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA).

Mapa 51 - Gestão empresarial - Brasil - 2004

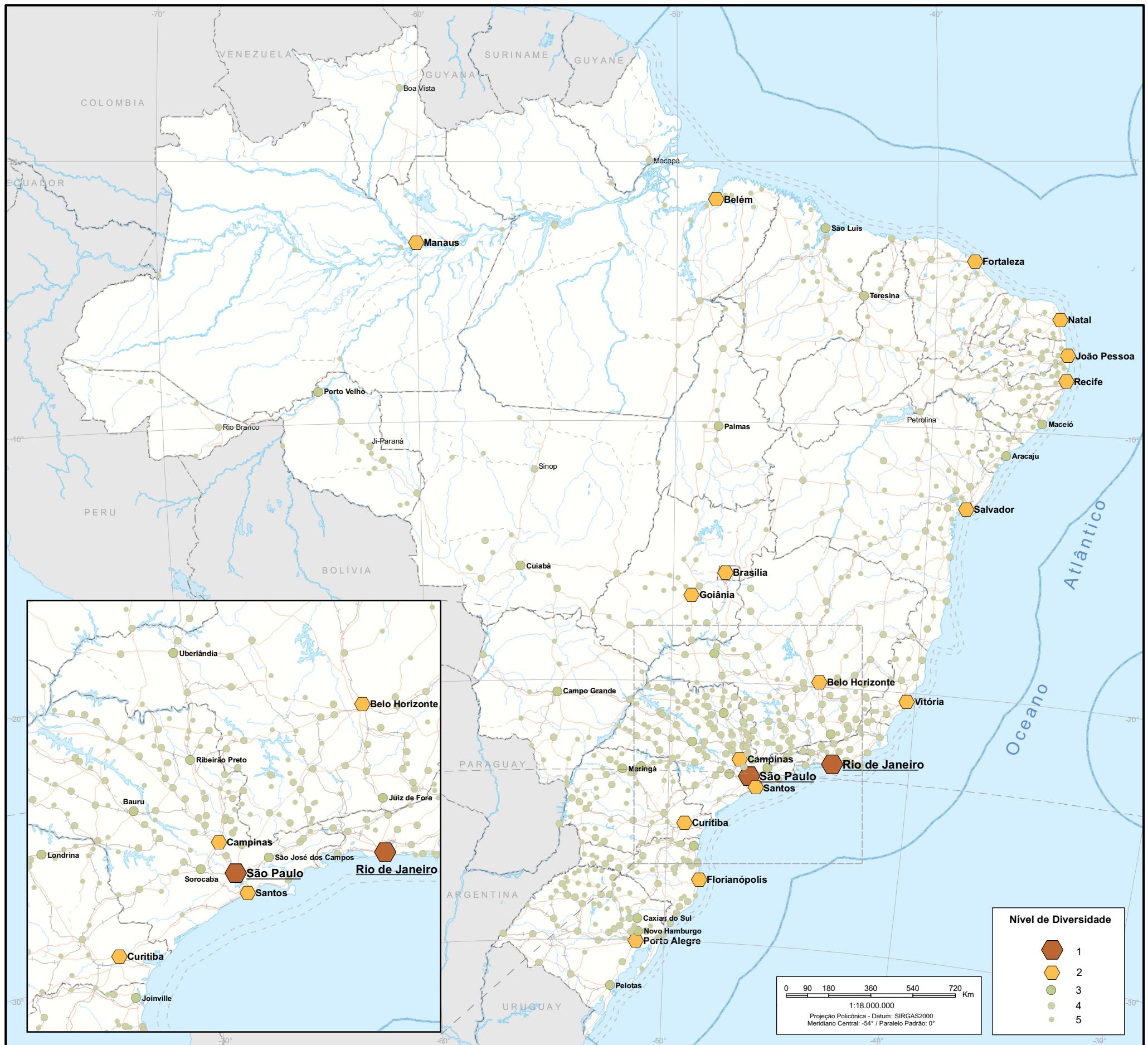


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

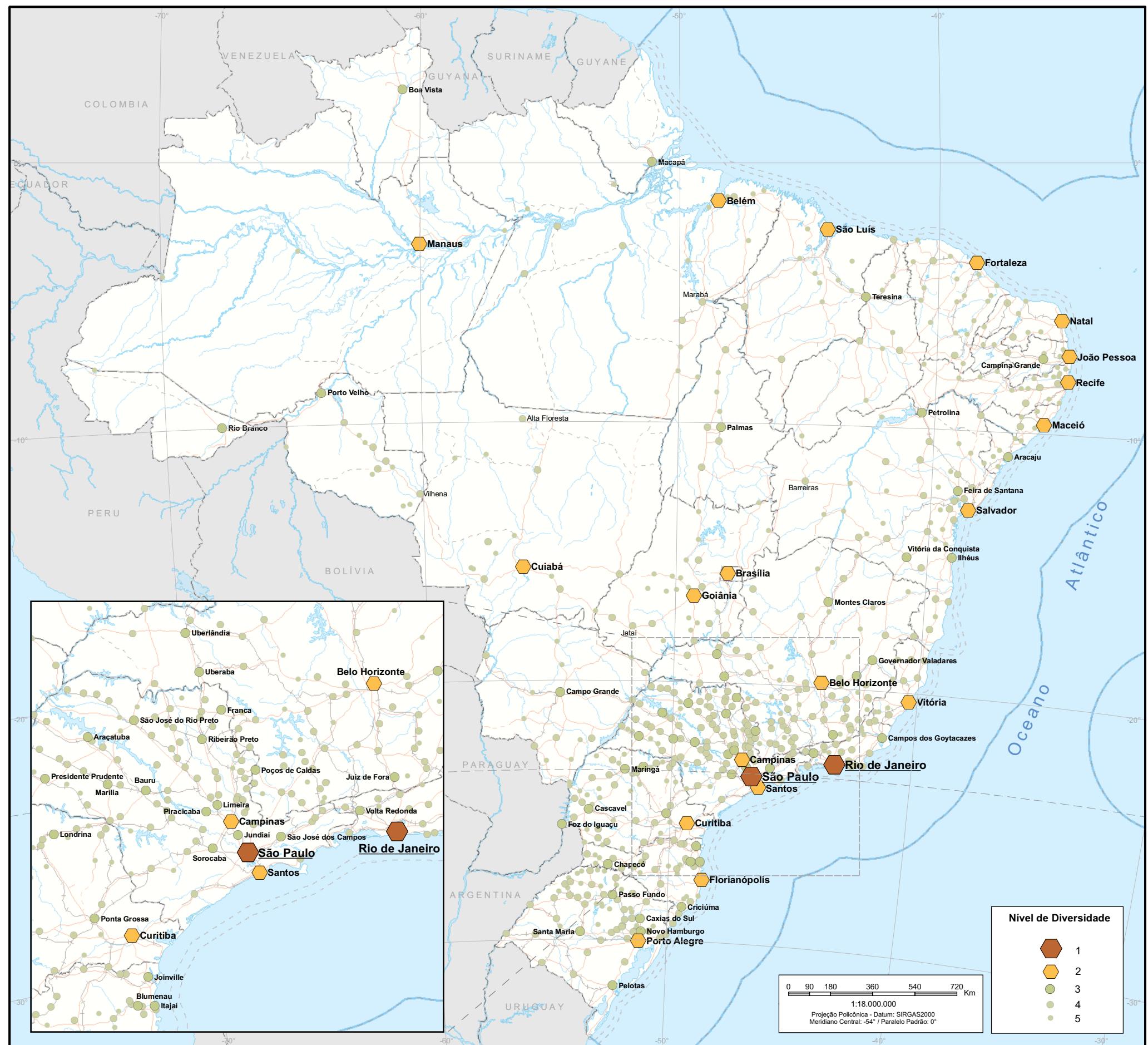
Mapa 52 - Atividades de comércio - Brasil - 2004



Mapa 53 - Atividades de serviços - Brasil - 2004



Mapa 54 - Atividades de serviços e comércio - Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

Instituições financeiras

Ainda que presente em todo o território nacional, a atividade bancária tende a concentrar-se em áreas com estrutura econômica dinâmica e diversificada, que se distinguem por alta densidade demográfica e maiores níveis de renda. Além disso, a localização das sedes destas instituições destaca a centralidade das cidades escolhidas, caracterizadas por estrutura produtiva que demanda intermediação financeira, por ambiente propício ao desempenho de suas atividades, em termos de oferta de serviços e de qualidade da infra-estrutura de comunicação e informação, pela presença de mão-de-obra especializada e por adequado arcabouço institucional e jurídico, revelando sua capacidade de comando econômico-financeiro e político.

Como expressão do padrão concentrado vigente no País, verifica-se que, das 50 maiores instituições financeiras por ativo total, segundo o Banco Central do Brasil, 32 têm sede em São Paulo, quatro estão em Brasília, três no Rio de Janeiro, duas em Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Alegre, e uma em Belém, Salvador, Vitória, Curitiba e Florianópolis (50 MAIORES..., 2004). Neste contexto, note-se que no Sudeste e no Sul estão os maiores bancos privados de capital nacional ou estrangeiro, enquanto nas demais regiões predominam instituições oficiais, federais e estaduais.

Com as alterações no sistema financeiro nacional ocorridas a partir de 1994, o segmento bancário experimentou acentuada concentração. As incorporações e fusões resultaram em instituições com extensas redes de agências e postos de serviços, com destaque para as instituições de atuação em âmbito nacional - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, HSBC, ABN-AMRO-Real, Unibanco e Rural. As distribuições apresentadas nos Mapas 55 e 56 têm como referência o final do ano de 2004, e demonstram o quanto pode ser relativa a atuação nacional daquelas oito instituições, que tendem a se concentrar nos maiores centros e nas áreas mais ricas. A rigor, apenas o Banco do Brasil, o Bradesco e a Caixa Econômica Federal têm presença nacional, ainda que a CEF tenha pouca expressão no Norte do País.

Quanto aos demais bancos, o Itaú tem padrão marcadamente concentrado em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás, e o HSBC, com distribuição similar, tem maior penetração no Norte e no Centro-Oeste. O ABN-AMRO-Real está fortemente concentrado no sul de Minas e em São Paulo, o Unibanco

em São Paulo. O banco Rural, com agências localizadas em apenas 53 cidades, concentra-se no Estado de São Paulo e em algumas capitais estaduais.

A classificação de centralidade exercida pelas cidades no que se refere à atividade de intermediação financeira está apresentada no Mapa 57. A concentração de centros de mais alto nível no Sudeste e Sul do País é mais uma vez reiterada. O primeiro nível é constituído por São Paulo, centro financeiro máximo do País, seguido pelo Rio de Janeiro e por Brasília, no segundo nível. No terceiro nível, destacam-se as grandes metrópoles do Centro-Sul, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas e Porto Alegre, bem como as do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador. O quarto nível, o último em que estão maciçamente presentes todos os bancos de atuação nacional, além de significativo número de outras instituições, inclui a maior parte das demais capitais estaduais, as demais subáreas de concentração de população que constituem a área de São Paulo, e tradicionais capitais regionais do Centro-Sul, a exemplo de Juiz de Fora, Uberlândia, São José do Rio Preto, Londrina, Maringá, Joinville, Pelotas-Rio Grande, bem como centros do porte de Santa Cruz do Sul (RS) e Rio Verde (GO).

No quinto nível, os centros contam com a maior parte dos bancos nacionais, mas são poucos os casos em que alguma outra instituição ali se localiza. Integram esse conjunto centros tradicionais, esparsos no Nordeste, a exemplo de Campina Grande, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, Imperatriz, Petrolina-Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista e, já em Minas, Montes Claros; as capitais dos Estados do Tocantins, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá; centros ligados à expansão da soja, como Barreiras, Sinop e Sorriso e, mais adensados, centros no Triângulo e no sul de Minas, como Uberaba e Varginha, paulistas como Presidente Prudente e Araraquara, fluminenses como Volta Redonda-Barra Mansa e Macaé. Mais ao sul, pode-se apontar, no mesmo grupo, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Chapecó, Criciúma, Santa Maria e Passo Fundo, entre outros. Os 207 centros no sexto nível, com mediana de cinco bancos de atuação nacional, e os 450 no sétimo nível, com mediana de três bancos de atuação nacional, podem ser considerados relativamente bem integrados no sistema financeiro nacional, e mantêm o mesmo padrão de localização mais disperso ao norte e mais concentrado nas áreas mais ricas ao sul. As 2 391 cidades no

último nível, em sua maior parte, contam com apenas um banco, e têm âmbito de atuação mais local.

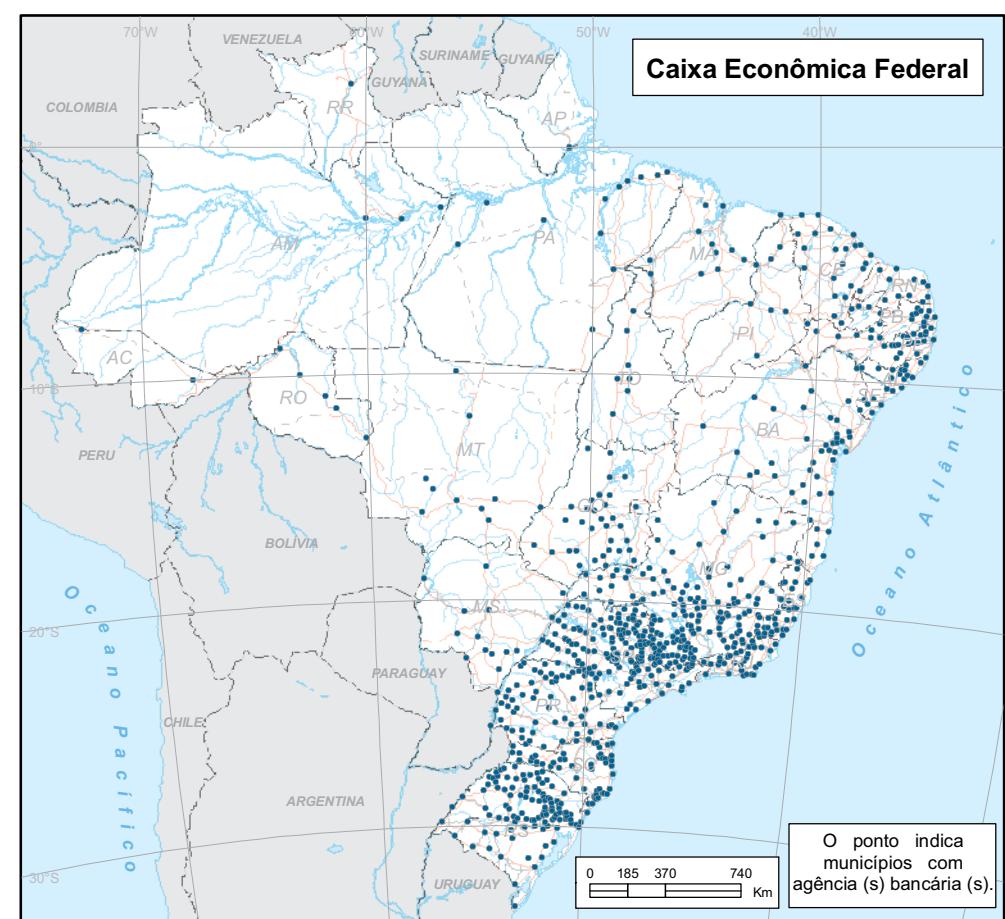
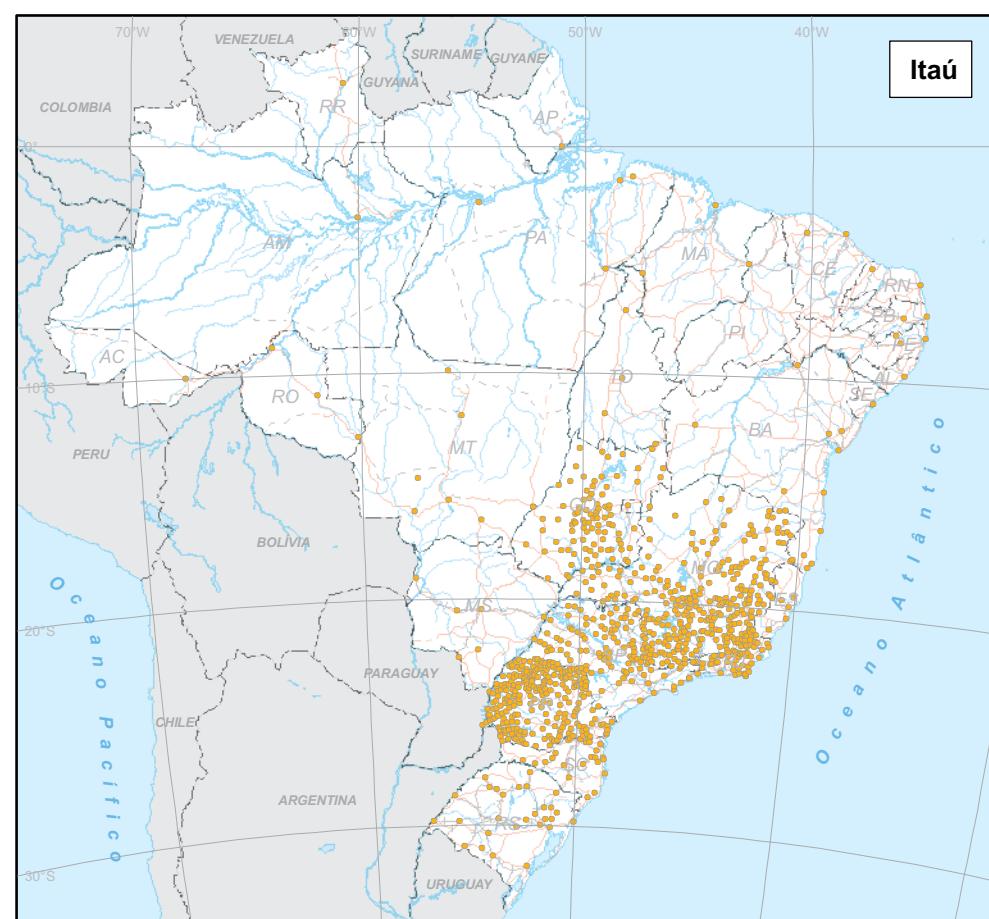
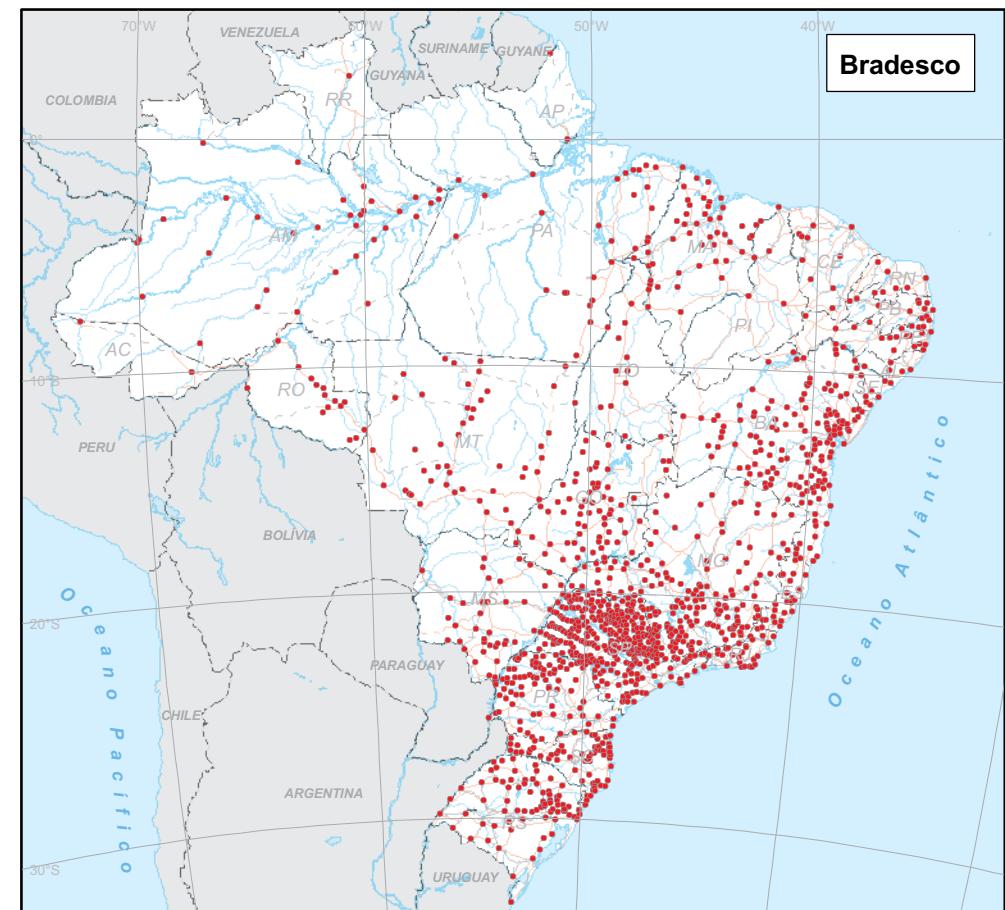
Ensino superior

a) Graduação

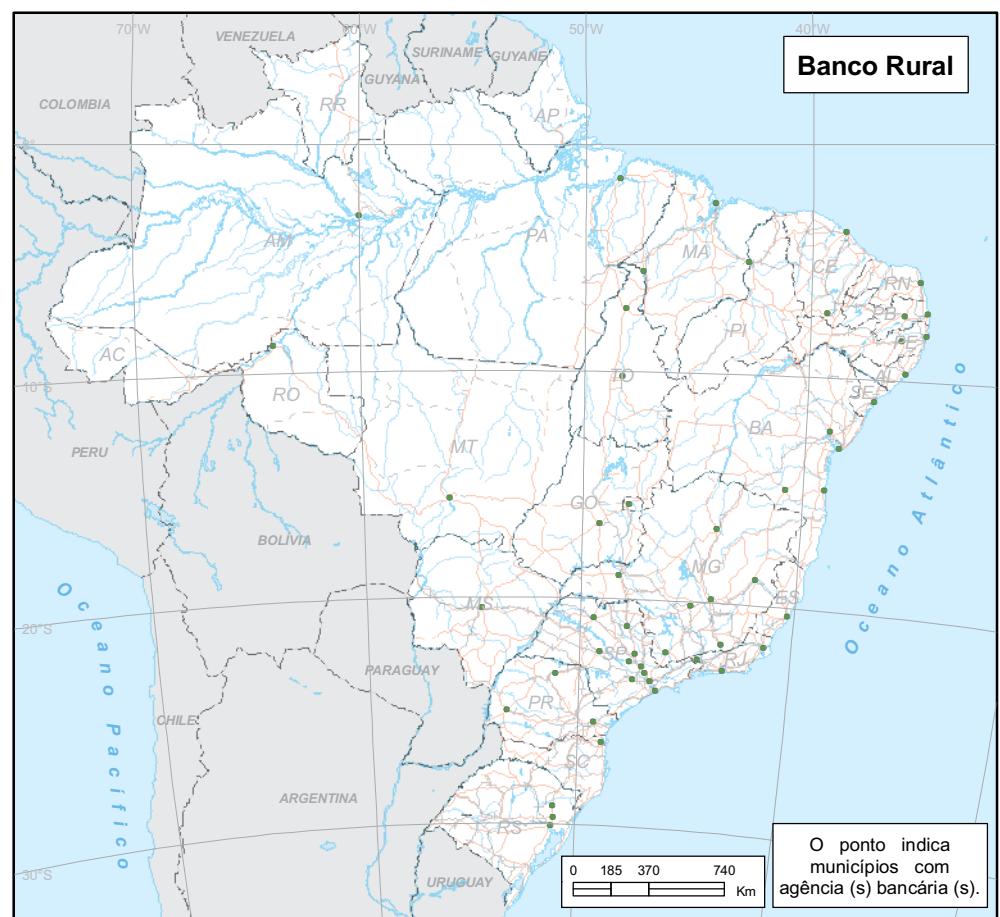
No ano de 2004, a oferta de cursos presenciais de graduação era encontrada em 1 261 centros, atendendo a um total de 4 163 733 alunos matriculados em 18 644 cursos distribuídos por nove Grandes Áreas do Conhecimento: Agricultura e Veterinária; Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; Educação; Engenharia, Produção e Construção; Humanidades e Artes; Programas ou Cursos Gerais; Saúde e Bem-Estar Social; e Serviços. Tudo isso operado por um sistema que compreende Instituições de Ensino Superior públicas – federais, estaduais e municipais, bem como privadas – particulares e comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Foram identificados dois centros no primeiro nível (São Paulo e Rio de Janeiro); nove no segundo (oito capitais mais a área de Campinas); 21 no terceiro; 33 no quarto; 270 no quinto e 926 centros no sexto. Sobressaem, de imediato, a magnitude dos centros de São Paulo e Rio de Janeiro e a grande quantidade de pequenos municípios que tanto fazem aumentar a grande concentração nas Regiões Sudeste e Sul, quanto se espraiam pelo interior das demais regiões. Intermediando os extremos estão as capitais e uma adensada rede de cidades médias no Centro-Sul do País. Esta é a região com a rede urbana mais diversificada, na qual se localizam os estados com a maior quantidade de municípios com oferta de cursos superiores – 257 centros em Minas Gerais e 133 em São Paulo – sendo este o único a apresentar todos os seis níveis. São Paulo também é a Unidade da Federação com a maior quantidade de centros intermediários (de terceiro, quarto e quinto níveis). Apenas três estados têm uma rede de centros de ensino superior com cinco níveis: Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. O Estado do Rio de Janeiro, apesar de compreender um centro de primeiro nível, apresenta distribuição irregular, pulando em seguida para centros de quarto, quinto e sexto níveis, revelando a primazia da capital. No Nordeste e no Norte, pode-se destacar a grande quantidade de pequenos municípios do interior que contam com cursos superiores nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia, Amazonas e Pará. Como contraponto, Amapá e Roraima mostram um sistema de ensino superior ainda acanhado (Mapa 58).

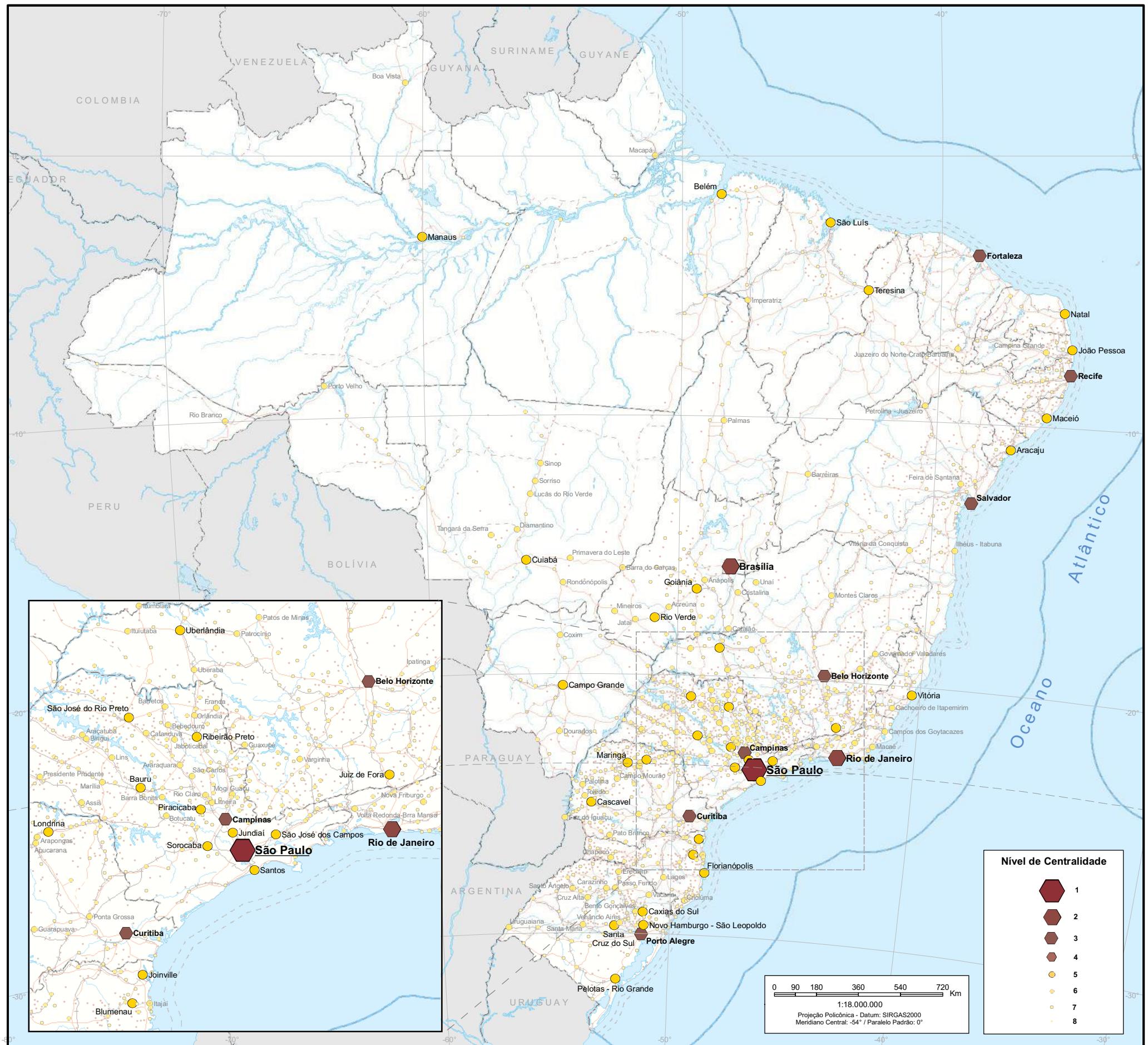
Mapa 55 - Agências bancárias - 2004



Mapa 56 - Agências bancárias - 2004



Mapa 57 - Atividades financeiras - Brasil - 2004



Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro e Banco de Informações de Economia e Finanças.

A comparação entre capital e interior mostra que, das 27 Unidades da Federação, 22 reúnem em suas capitais mais da metade dos alunos matriculados no estado. Além do caso já citado do Rio de Janeiro, que detém 84,1% das matrículas, há ainda outros em que se configura a polarização por parte da capital (Tabela 15): Boa Vista, Macapá, Aracaju, Maceió e Manaus. Por outro lado, a interiorização do alunato é marcante nos três estados sulistas, em Minas Gerais e no Tocantins. Por fim, o estado que apresenta o maior semelhança entre capital e interior é o do Mato Grosso do Sul.

Tabela 15 – Distribuição das matrículas no ensino de graduação – 2004

Unidades da Federação	Total	Capital (%)	Interior (%)
Brasil	4 163 733	56,5	43,5
Rondônia	31 387	56,8	43,2
Acre	13 888	74,5	25,5
Amazonas	72 967	81,5	18,5
Roraima	6 311	100,0	0,0
Pará	75 298	68,9	31,1
Amapá	17 106	97,6	2,4
Tocantins	33 719	31,3	68,7
Maranhão	60 407	62,6	37,4
Piauí	60 783	60,7	39,3
Ceará	94 140	79,3	20,7
Rio Grande do Norte	49 192	73,1	26,9
Paraíba	52 633	52,6	47,4
Pernambuco	126 428	66,9	33,1
Alagoas	38 798	87,1	12,9
Sergipe	31 032	94,5	5,5
Bahia	166 616	64,1	35,9
Minas Gerais	420 955	35,0	65,0
Espírito Santo	80 231	73,0	27,0
Rio de Janeiro	444 321	84,1	15,9
São Paulo	1 109 693	53,8	46,2
Paraná	292 018	38,2	61,8
Santa Catarina	178 456	24,3	75,7
Rio Grande do Sul	322 824	34,7	65,3
Mato Grosso do Sul	64 462	50,1	49,9
Mato Grosso	64 598	54,4	45,6
Goiás	135 097	59,5	40,5
Distrito Federal	120 373	100,0	0,0

Fonte: Censo da educação superior 2004. Brasília, DF: INEP, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 11 maio 2006.

b) Pós-graduação

Ao final do ano de 2005, estavam em funcionamento 3 325 cursos de pós-graduação *strictu sensu*, repartidos entre cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado. Os cursos eram encontrados em apenas 109 centros, revelando uma marca do sistema brasileiro de pós-graduação, qual seja, o seu caráter altamente concentrado. Chama atenção a enorme disparidade entre os números de cursos por Grande Região, com a Região Sudeste superando em muito a Região Sul – a segunda com maior quantidade de cursos – sendo ainda mais marcantes as diferenças, quando comparados os números do Sudeste com os do Norte (Tabela 16).

Tabela 16 – Cursos de pós-graduação, por tipo, segundo as Grandes Regiões – 2005

Grandes Regiões	Total	Cursos de pós-graduação		
		Mestrado	Doutorado	Mestrado profissional
Brasil	3 325	2 014	1 156	155
Sudeste	1 880	1 056	741	83
Sul	638	402	205	31
Nordeste	490	336	130	24
Centro-Oeste	205	136	56	13
Norte	112	84	24	4

Fonte: Relação de cursos recomendados e reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

A pesquisa aponta a presença de cursos no interior, apesar de eles ainda se encontrarem, em sua maioria, nas capitais dos estados. As 27 capitais abarcam um total de 2 284 cursos (68,7%), enquanto os 82 centros do interior compreendem 1 041 (31,3%). Fora das Regiões Sudeste e Sul, o papel concentrador das capitais mostra-se ainda mais marcante (Mapa 59). Na Região Norte, Belém e Manaus destacam-se claramente em relação às demais capitais estaduais que, só a partir dos últimos anos, passaram a oferecer cursos de pós-graduação. Contudo, mesmo no Sudeste, a concentração fica nítida na metade sul de Minas Gerais (mais especificamente na parte sudeste e na região do Triângulo Mineiro). Ao mesmo tempo, enquanto Espírito Santo e Rio de Janeiro têm poucos centros com pós-graduação, no Estado de São Paulo eles são mais numerosos e estão melhor distribuídos, apesar de São Paulo deter a maior oferta de cursos de todo o País.

A concentração mostra-se ainda mais nítida ao localizarmos os municípios que apresentam cursos de excelência, e a distribuição dos cursos de pós-graduação com conceito seis ou sete é limitada a poucos centros (Mapa 59).

Nos seis níveis de centralidade identificados, há certa homogeneidade entre o primeiro e o segundo níveis quanto à oferta de cursos em todas as Grandes Áreas, e quanto à existência de cursos de excelência. Porém, a diferença que justifica a separação de São Paulo e Rio de Janeiro, no primeiro nível, mostra-se claramente nos quantitativos de cursos, muito superiores nesses centros em relação aos demais. Formados pelos principais centros universitários do País, os dois maiores níveis de centralidade estão compostos sobretudo por capitais que exercem uma forte atração de estudantes

e profissionais em âmbito nacional e macrorregional. Nesse conjunto, a única que não apresenta o *status* de capital é Campinas.

Se o fator que diferencia os níveis 1 e 2 é o número de cursos, o terceiro nível distingue-se, além disso, pelo número de Grandes Áreas. Embora, no conjunto, a variação esteja entre quatro e nove, menos de um terço dos centros contam com as nove Grandes Áreas. Metade do grupo, por outro lado, tem cursos de conceitos mais elevados. Predominam, no terceiro nível, capitais de estado e cidades médias com forte poder de atração regional.

No quarto nível de centralidade, destacam-se as demais capitais estaduais. Pouco mais de 60% dos centros têm cinco ou menos Grandes Áreas, e apenas dois municípios, Presidente Prudente e Jaboticabal, apresentam cursos de excelência. Aliás, este último e o Município de Lavras caracterizam dois casos de centros especializados, na medida em que o elevado número de seus cursos está concentrado na Grande Área de Ciências Agrárias²⁰.

Os níveis 5 e 6 são caracterizados por um pequeno número de cursos – os centros do sexto nível têm apenas um curso – e, no quinto nível, poucos são os centros que apresentam mais de uma Grande Área. Nenhum dos centros nesses níveis apresenta cursos com as notas 6 e 7.

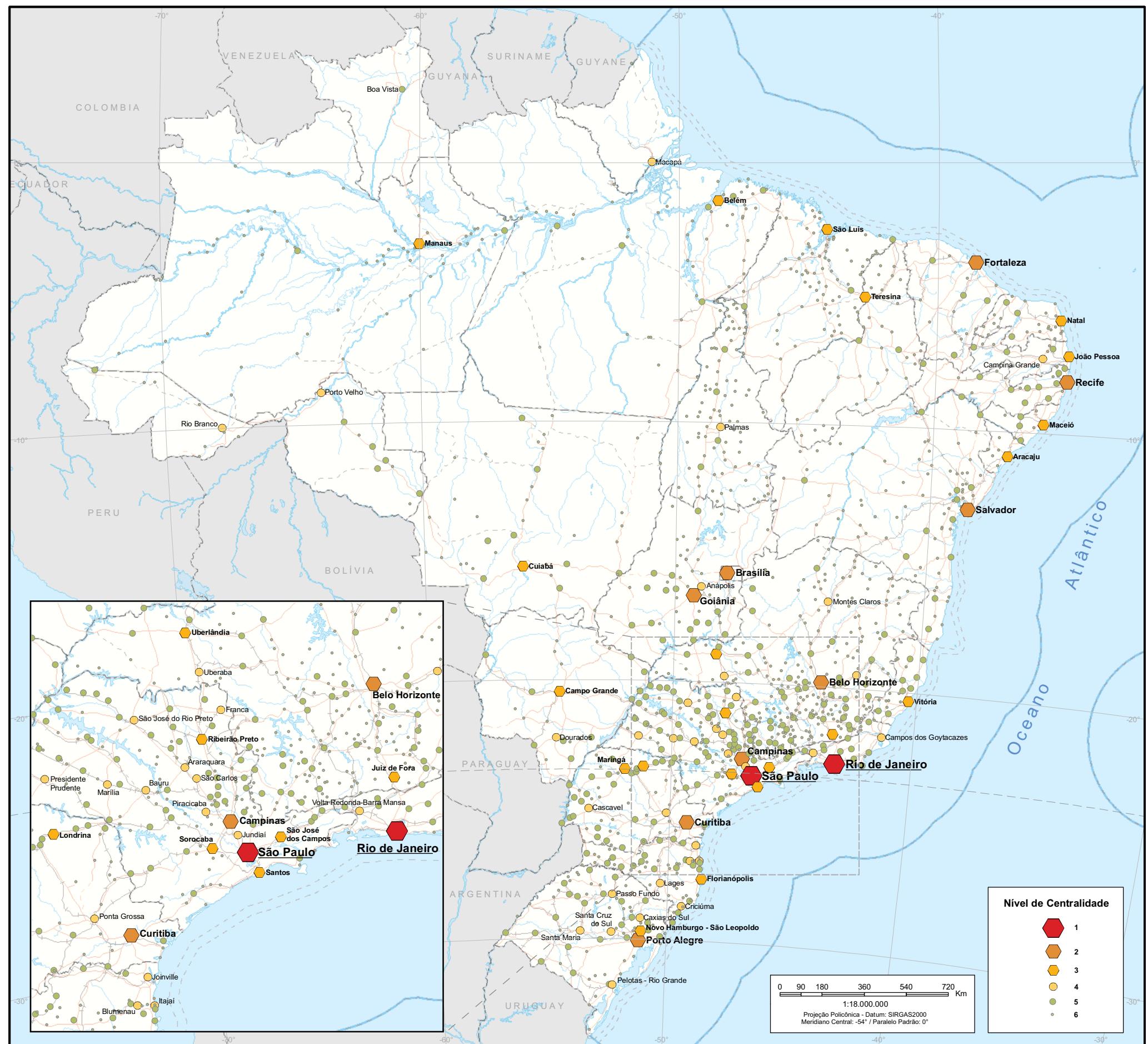
Essa hierarquia não reflete, necessariamente, a centralidade conferida pelo tema, pois, dado o caráter muito especializado do tipo de ensino em questão, a exclusividade na oferta de curso em determinada área de pesquisa, mesmo que realizada por um centro menor, pode atuar de modo a atrair estudantes provenientes de locais mais distantes, a exemplo de Viçosa (Minas Gerais).

Saúde

A centralidade urbana avaliada em termos da oferta de serviços de saúde destaca, no primeiro nível, as duas metrópoles nacionais com maior porte e complexidade, São Paulo e Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro níveis correspondem aos centros capazes de prestar atendimento mais complexo, distinguindo-se entre si pelo tamanho. No segundo, estão as áreas das maiores capitais estaduais: Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Salvador, Belém e Manaus, bem como Brasília e Campinas. No

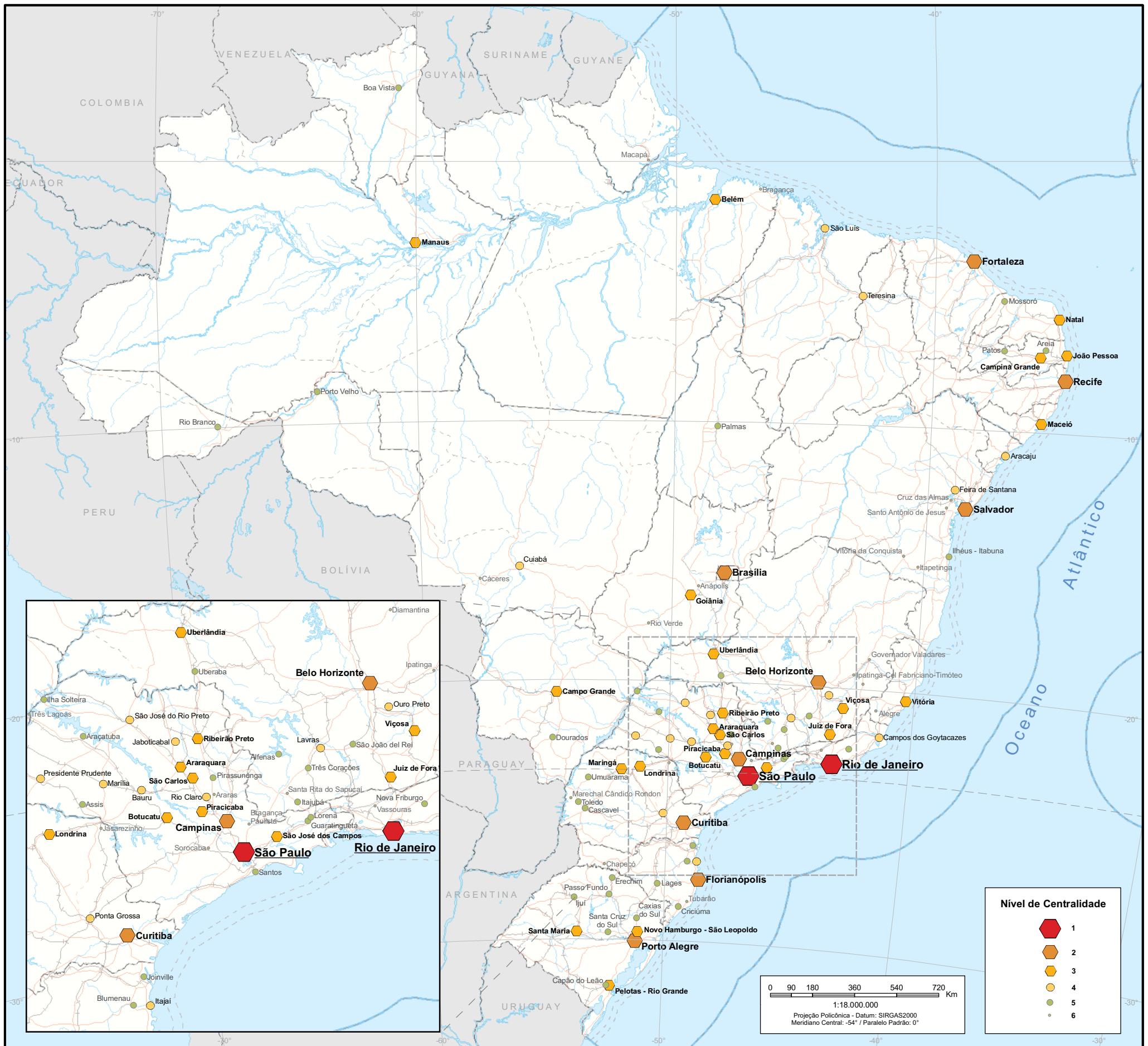
²⁰ O Município de Lavras, apesar de apresentar cursos em duas Grandes Áreas – Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas – concentra 30 dos 31 cursos na primeira.

Mapa 58 - Ensino de graduação - Brasil - 2004



Fonte: Censo da educação superior 2004. Brasília, DF: INEP, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 11 maio 2006.

Mapa 59 - Ensino de pós-graduação - Brasil - 2005



Fonte: Relação de cursos recomendados e reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

terceiro nível, além de dez capitais estaduais (Vitória, João Pessoa, Cuiabá, Campo Grande, Maceió, Teresina, São Luís, Natal, Aracaju e Florianópolis) destacam-se grandes centros regionais tradicionais, como Campina Grande, Juiz de Fora, Uberlândia, Ribeirão Preto e Londrina, entre outros (Mapa 60).

Em termos de organização da rede, verifica-se que São Paulo apresenta todos os níveis. Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia contam com todos os níveis a partir do segundo, e Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso contam com todos os níveis a partir do terceiro. Apresentam redes truncadas os Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Goiás, Pará, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Amazonas, com diversos níveis de primazia ou de carência.

No quarto nível, os centros são de menor porte, mas ainda predominam condições de atendimento de mais alta complexidade. Embora apresente alta concentração nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, o quarto nível está representado em todo o País, em centros regionais longamente estabelecidos, a exemplo de Montes Claros, Joinville, Maringá, Arapiraca, Feira de Santana, Caruaru, Teresópolis, Sobral, Parnaíba, e em centros de projeção mais recente, como Sinop e Palmas.

Cerca de 200 centros estão classificados no quinto nível, com condições de atender casos de média complexidade, e caracterizados pelo pequeno porte. Inexistentes apenas nos Estados do Amazonas e Roraima, estão distribuídos por todo o território, tal como ocorre com o último nível, constituído por 1 024 cidades de menor porte e complexidade. Essa distribuição concorda com as conclusões de estudo anterior (OLIVEIRA; CARVALHO; TRAVASSOS, 2004), que descreve o padrão de interiorização da atenção médica. Segundo esse estudo, os serviços de uso mais frequente estão disponíveis em praticamente todo o território nacional, e menos de 20% dos pacientes internaram-se em centros localizados a mais de 60km (as pessoas residentes para além desse limite representam apenas 1,3% da população total). Nas redes de alta complexidade, apenas um pequeno número de centros presta atendimento, e as pessoas que vivem mais longe têm pouca possibilidade de deslocar-se: apenas 3% dos pacientes internados para cirurgia cardíaca residiam em municípios situados a mais de 60km do centro em que se internaram (nesses

municípios concentram-se cerca de 40% da população brasileira). Fica patente que, em relação à acessibilidade aos serviços de saúde no Brasil, as desigualdades têm impacto expressivo, o que compromete os ideais de eqüidade do atendimento.

Internet

A oferta de informações na Internet, via presença de domínios, possui uma estrutura muito concentrada no território nacional. Dos 5 560 municípios então vigentes, 3 319 (59,7%) possuíam pelo menos um domínio, em março de 2005, e, dentre estes, a distribuição é enormemente desigual, com metade possuindo no máximo seis domínios. Por outro lado, somente a subárea de concentração de população de São Paulo detinha 243 927 domínios naquele ano, o que perfaz cerca de 33% do total de domínios. As áreas do Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre apresentavam-se em seguida como os maiores, possuindo, respectivamente, 73 209, 31 633, 28 132 e 26 944 domínios.

A distribuição espacial dos domínios mostra também concentração nas Regiões Sudeste e Sul, especialmente no Estado de São Paulo. Fora destas, destacam-se o Distrito Federal, as capitais e as maiores cidades, com as maiores quantidades de domínios em seus estados, o que já é um indício do caráter fortemente urbano da Internet (Mapa 61).

Por sua vez, os municípios que não têm nenhum domínio são 2 241, pouco mais de 40% do total. Localizam-se preponderantemente nas Regiões Nordeste, sobretudo no interior, Norte e Centro-Oeste. Nas Regiões Sul e Sudeste, os muitos municípios sem quaisquer domínios estão, freqüentemente, próximos àqueles com alta concentração.

O mapeamento da distribuição absoluta dos domínios revela que, apesar do imaginário de ubiqüidade que a Internet propicia, e da suposta morte das distâncias, seu funcionamento apresenta desigualdades espaciais marcantes. Tal fato indica que, do ponto de vista da geração de informações, o lugar é muito importante, pois alguns pontos no território parecem estar mais habilitados a produzir material *on-line* do que outros.

A presença dos domínios espelha, grosso modo, a hierarquia urbana, sendo, portanto, parcialmente influenciada pelo peso demográfico – têm mais probabilidade de possuí-los os municípios de maior população. Como o tamanho mascara a penetração da Internet nas

localidades menores, buscou-se calibrar essa cifra por número de habitantes, o que faz emergir padrões diferentes do simples mapeamento absoluto.

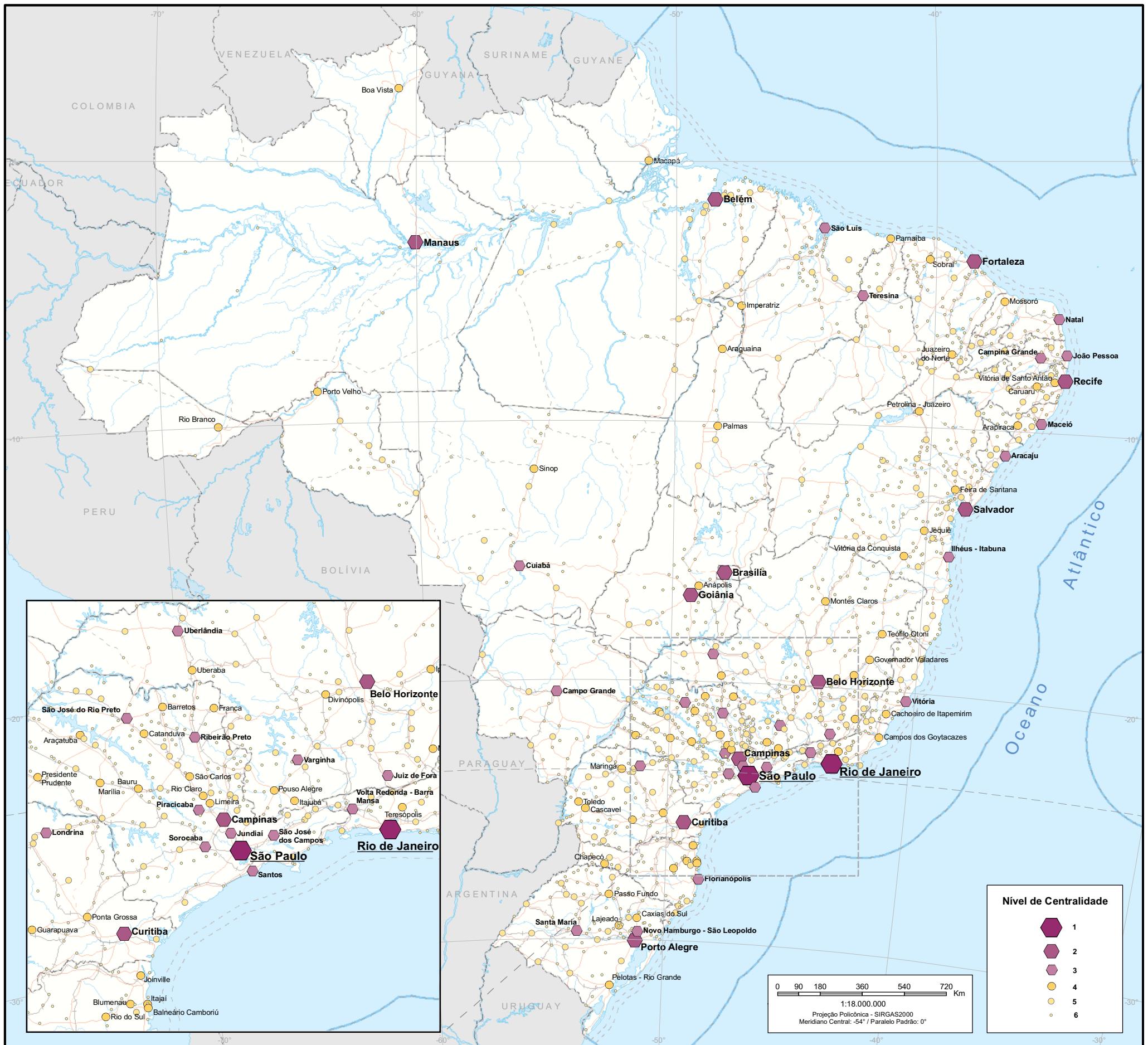
Os resultados dos valores relativos à distribuição da população mantêm, em linhas gerais, o padrão de concentração no Sul e Sudeste. Despontam, contudo, diversos municípios de pequena população, sobretudo os de notório caráter turístico. A Região Centro-Oeste, por sua vez, mesmo não possuindo altas concentrações (boa parte dos municípios situa-se entre 20 e 80 domínios por 10 000 pessoas), tem proporções mais elevadas de domínios por população do que o Nordeste e o Norte, o que está possivelmente ligado à atividade agroexportadora.

O conjunto de dados relativo ao ano seguinte, março de 2006, mostra um crescimento de quase 20% no número de domínios ".br" (19,59%). Entretanto, apesar desse acréscimo significativo, a distribuição absoluta dos domínios permanece sem quaisquer alterações notáveis em relação ao ano anterior. Os centros que detêm as maiores quantidades de domínios são rigorosamente os mesmos.

A concentração é, pois, a tônica da presença da Internet no espaço concreto. Em seu nível básico, ela não existirá sem a infra-estrutura que a sustenta e, quando existir, necessitará de qualidade mínima desses serviços: uma rede de distribuição de energia elétrica estável e confiável, um serviço de telefonia sem ruídos, um provedor de acesso local e um computador corretamente configurado. Somente esses pré-requisitos básicos, juntamente com a renda necessária para pagá-los, já excluem parte significativa do País da possibilidade de acesso, e, ainda mais, de poder criar conteúdo e gerar valor a partir da Internet. Assim, os locais que possuem mais infra-estrutura de qualidade e mais pessoas capacitadas com conhecimento técnico são aqueles mais conectados. Com efeito, são poucos os municípios com altas concentrações de domínios e as quantidades ali encontradas são muito superiores às dos demais. Por outro lado, como consequência desse fato, o padrão mais comum na maioria das localidades brasileiras é o de pequeno número de domínios e de relação *per capita* baixa.

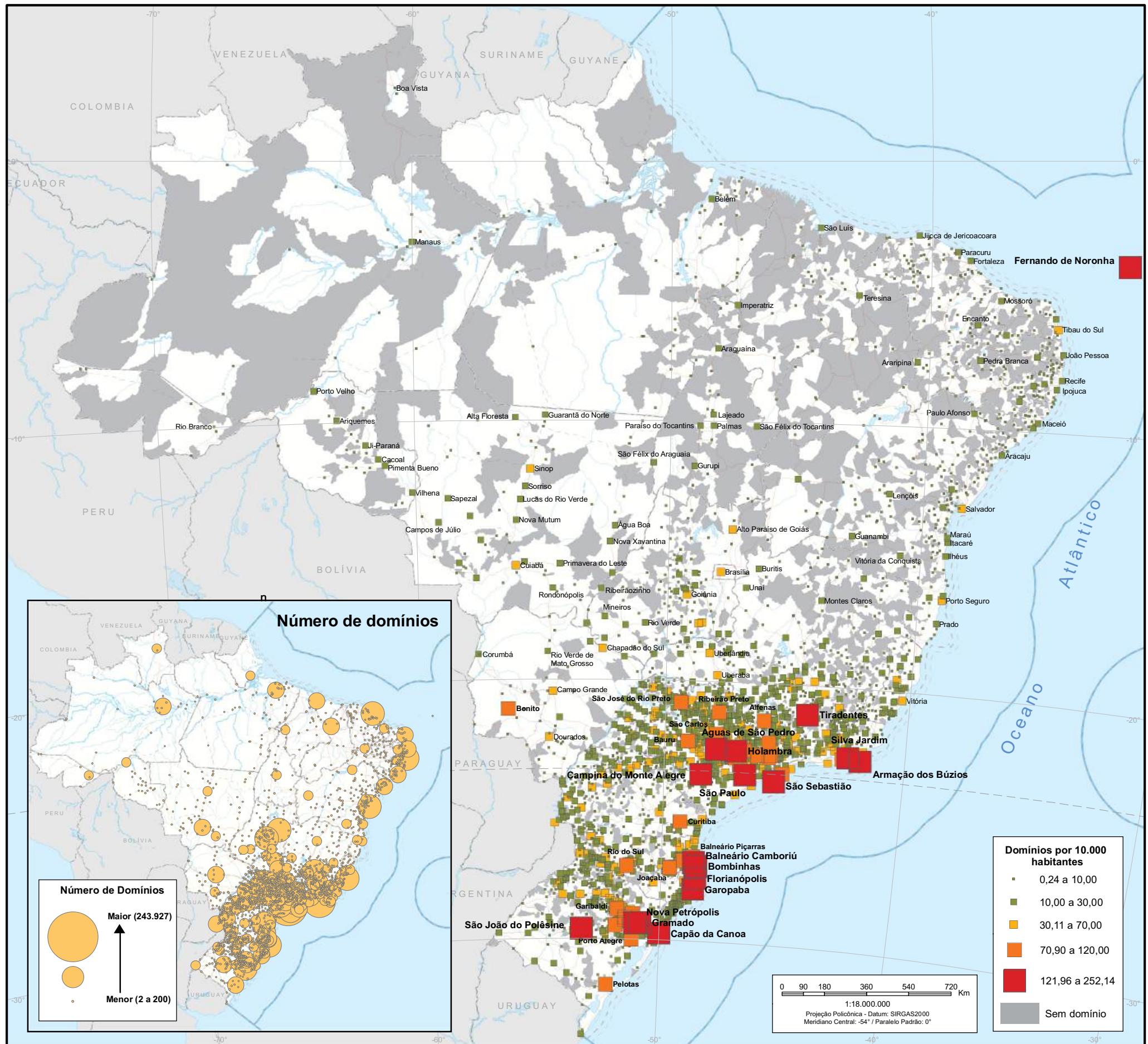
Apesar de a Internet ser, por natureza, um terreno de volatilidade, em que novas tecnologias e modelos de negócios inusitados surgem repentinamente, em que os modismos e a comunicação "viral" se espalham com velocidade instantânea, o fato de o quadro espacial dos domínios praticamente não se alterar entre 2005

Mapa 60 - Serviços de saúde - Brasil - 2005



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária 2005; Informações de saúde. Epidemiológicas e morbidade. Morbidade hospitalar geral por local de internação 2005. In: Ministério da Saúde. DATASUS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

Mapa 61 - Densidade de domínios de Internet - Brasil - 2006



Fonte: Registro de Domínios para a Internet no Brasil - Registro.br.

e 2006, em que pese o acréscimo de 20% no período, mostra a dependência da oferta em relação aos serviços do mundo *off-line*.

O princípio da centralidade parece continuar válido para a oferta de informações via Internet através do "efeito de clube", isto é, quanto mais pessoas estiverem conectadas à rede, usando-a e criando conteúdo em determinado lugar, mais pessoas sentir-se-ão encorajadas a fazê-lo também, em um processo de retroalimentação positiva. Embora qualquer um possa potencialmente comunicar-se com milhões de outros usuários, e entrar em sites de qualquer lugar no mundo, o que governa o comportamento *on-line* é a existência de preferências e afinidades. E as mais fortes entre elas são as que dependem da proximidade – relações de amizade, familiares, de trabalho, entre outras – que contribuem para reforçar o padrão espacial desigual da Internet. Além disso, as empresas que operam na Internet ainda precisam de ligações com o mundo material para suas operações: consultorias, serviços jurídicos, financeiros, técnicos, assim como o acesso à infra-estrutura de qualidade.

Redes de televisão aberta

São Paulo e Rio de Janeiro comandam o sistema de redes de televisão aberta brasileiro, gerando e propagando grande parte da programação veiculada por este meio de comunicação. O sistema conta com 171 centros que emitem sinais, hierarquicamente diferenciados em cinco níveis de centralidade, e outros 5 036 que apenas recebem os sinal e integram as áreas de influência dos centros, diferenciando-se os mais conectados, que recebem maior número de redes nacionais (nível 6), daqueles cujo grau de conexão é menor (nível 7). A Tabela 17 mostra a distribuição dos centros por nível hierárquico.

Tabela 17 – Redes de televisão aberta – número de municípios, segundo o nível

Nível	Número de municípios com redes de televisão aberta
Total	5 207
1	2
2	25
3	36
4	58
5	50
6	2 000
7	3 036

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Em linhas gerais, as dimensões das áreas de cobertura dos municípios com emissoras de televisão afiliadas, tanto as nacionais, quanto as regionais, variam de acordo com as regiões em que ocorrem, acompanhando diferenças em termos de concentração espacial de população e de renda (Mapa 62).

Todas as Unidades da Federação foram contempladas com pelo menos uma área de cobertura no nível 5, ocorrendo uma maior concentração em São Paulo, Bahia, Paraíba, Tocantins, Maranhão e Piauí. De modo geral, essas áreas de cobertura são de pequeno tamanho e abrangem somente o município onde está instalada a emissora de televisão.

Entre os níveis 4 e 2, verificou-se a organização de áreas de tamanho variável, podendo reunir um único município, ou até 291 municípios. Evidencia-se nesses níveis o pequeno número de municípios com centralidade no Norte do País, em decorrência da baixa densidade demográfica, dificuldade de implantação de infra-estrutura e níveis mais baixos de renda que justificassem os investimentos necessários para a criação de emissoras de televisão.

Deve ser ressaltado que, em decorrência da existência de municípios ligados a duas ou mais áreas, existem áreas de cobertura marcadas pela superposição. Nesse contexto, é importante enfatizar que as redes de televisão passam por ajustes freqüentes na composição de suas respectivas áreas de cobertura, especialmente no momento atual, quando a transmissão analógica vem sendo substituída pela digital, aumentando enormemente a capacidade de distribuição da programação e dos anúncios veiculados.

Conexões aéreas

As ligações aéreas no Brasil têm estrutura concentrada. No total de ligações, 32 pares de cidades são responsáveis por pouco mais da metade dos passageiros transportados (50,2%), e o transporte de carga possui padrão semelhante, da mesma ordem de grandeza (Mapa 63).

O mapeamento da matriz de ligações mostra uma alta conectividade entre os aeroportos brasileiros, tanto do ponto de vista do transporte de passageiros, quanto do de carga, e do número total de vôos, o que confere um padrão aparentemente caótico de conexões. Topologicamente, de qualquer cidade com aeroporto é possível chegar-se a outra, já que é pequeno o número de cen-

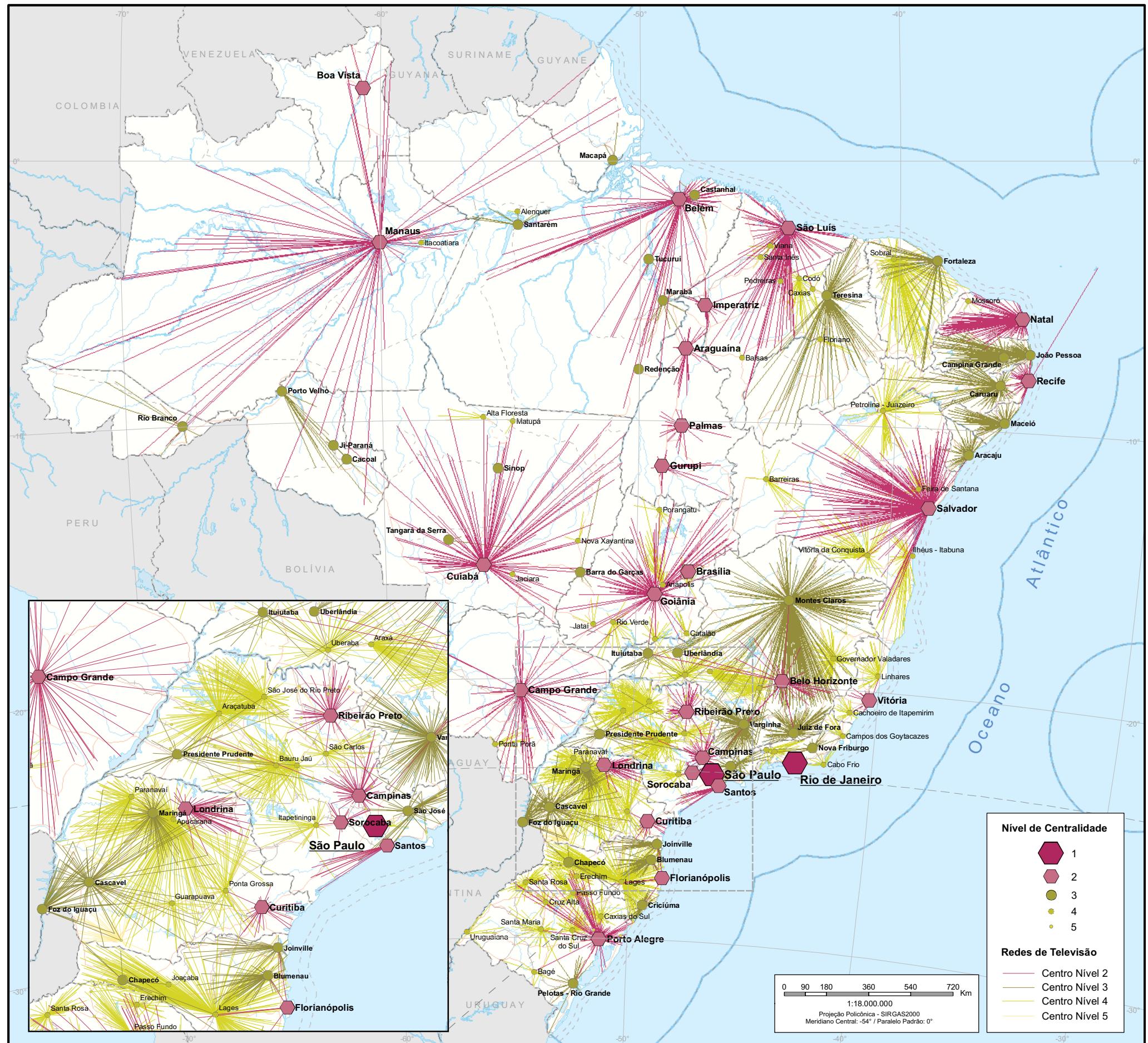
tos que necessitam de mais de um passo para ligar-se com a maioria das cidades da rede. Estes se concentram sobretudo na Região Norte.

Contudo, quando se considera o volume dos fluxos, nota-se a grande concentração, notadamente no Centro-Sul do País. A maioria das ligações é inferior a 100 000 passageiros por ano, o que relativiza a conectividade direta de grande parte das cidades. Com efeito, para o passageiro comum, é corrente a utilização de conexões por motivos de racionalidade econômica por parte das companhias transportadoras. Nesse sentido, chama-se atenção para São Paulo como concentrador de fluxos, não só por ser um *hub* de aviação, gerando conexões para diversas áreas do Brasil, mas também por ser o principal destino direto de passageiros e carga, em virtude de motivos históricos de concentração de população e de atividades econômicas. Secundariamente, Brasília apresenta-se como congregadora de conexões aéreas (ainda que, em termos absolutos, esteja longe de rivalizar com São Paulo), principalmente por causa de sua posição central no território. Em relação especificamente ao transporte de carga, destaca-se Manaus, como o centro que possui a ligação de maior valor do País, conectando-se diretamente com São Paulo, o que pode ser atribuído à existência da Zona Franca. Entretanto, levando em conta todo o volume de ligações, São Paulo desonta como líder, centralizando parte significativa do tráfego de carga aéreo do Brasil.

Os resultados do modelo gravitacional evidenciam que Brasília possui ligações preferenciais com todas as regiões brasileiras, bem acima do que seria esperado apenas por seu tamanho. Em relação ao transporte de carga, além de Brasília, Manaus também se destaca como centro de atração de fluxos. Inversamente, no caso de São Paulo, os menores centros, com poucas ligações diretas com São Paulo, fazem com que este centro receba menos ligações do que seria esperado com base em sua população.

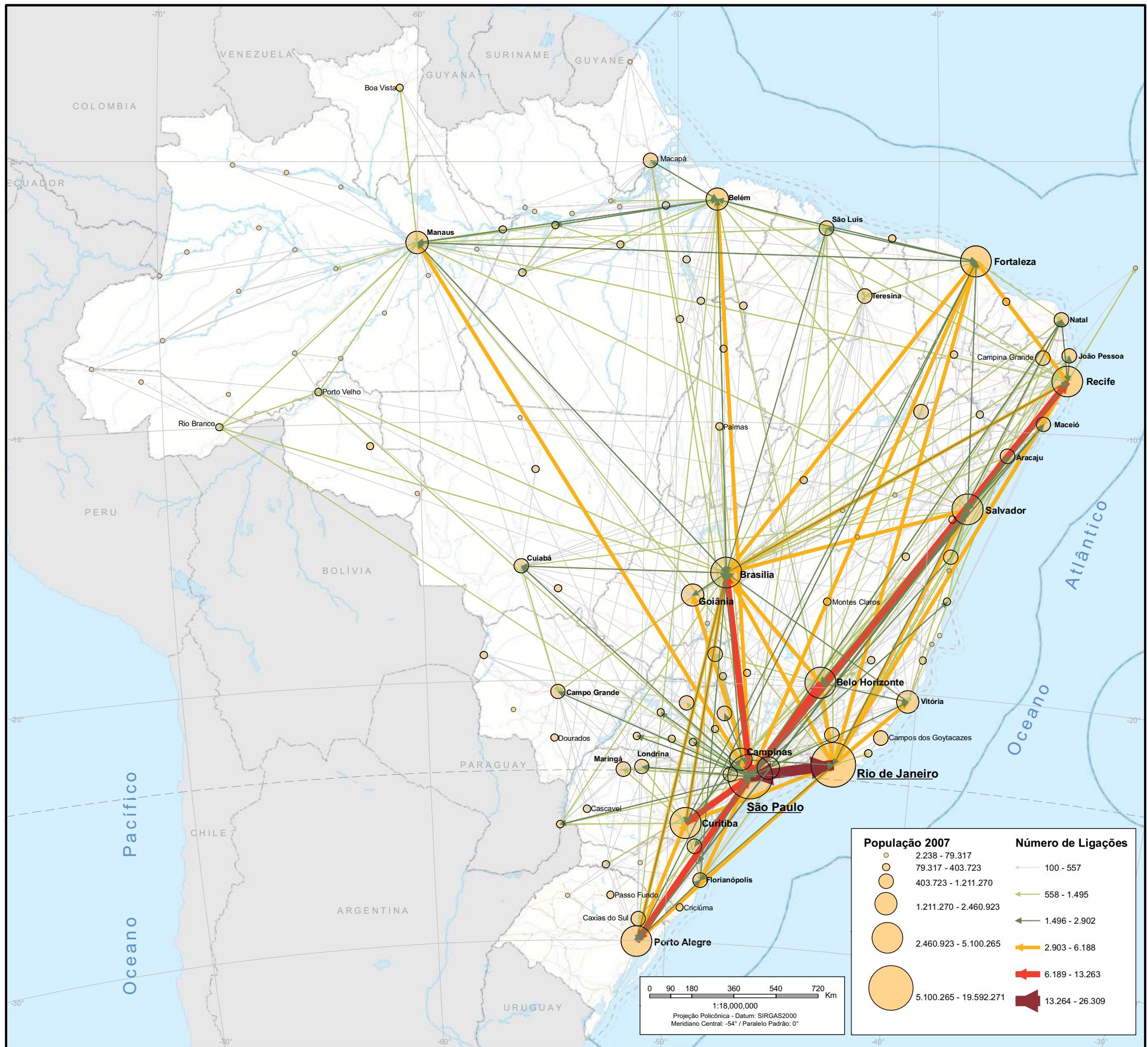
No que diz respeito às posições hierárquicas dos centros urbanos na topologia da rede, como era esperado, observa-se que os fluxos dominantes convergem para a cabeça da rede, São Paulo. Além disso, nota-se a existência de sistemas isolados no transporte de passageiros e de carga nos Estados do Pará, Amapá e Acre, uma vez que os seus fluxos dominantes dirigem-se a centros de menor tamanho (por exemplo, de Belém para Macapá). Entretanto, quando se considera o número de

Mapa 62 - Redes de televisão - Brasil - 2005



Fontes: Atlas de cobertura das emissoras de televisão referentes a 2004. Ver Referências.

Mapa 63 – Conexões aéreas – Brasil – 2004



Fonte: Anuário do transporte aéreo 2004. Brasília, DF: Departamento de Aviação Civil, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/estatistica/estatisticas1.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2004.

ligações, sem discernimento do tipo de tráfego, o sistema nacional encontra-se totalmente integrado, com apenas uma rede encabeçada por São Paulo. É interessante observar que as redes isoladas ocorrem em áreas remotas do País, de baixa centralidade. Dessa forma, suas maiores cidades possuem elevada importância regional, fazendo emergir um sistema próprio, em que as ligações dominantes se dão na escala local. O Estado do Amazonas, apesar de sua posição periférica, não segue esse padrão, devido aos fortes vínculos diretos da Zona Franca de Manaus com a economia do Centro-Sul.

As redes de ligações aéreas refletem as concentrações de população e de riquezas no território, ligando as cidades brasileiras mais ativas em termos econômicos. Embora o País tenha passado por diversas mudanças socioespaciais ao longo das últimas décadas, incluindo o próprio setor da aviação comercial, o padrão de conexão via transporte aéreo demonstra a tendência estrutural da rede urbana de permanência de sua forma. Assim, os pares de ligação que correspondem aos maiores valores de pessoas e cargas transportadas são primeiramente aqueles das capitais do Centro-Sul entre si, seguidas pelas ligações destas com as do Nordeste.

A análise das sub-redes e da tipologia dos fluxos confirma, por outro lado, a mudança no padrão hierárquico da Região Norte, ocorrida a partir dos anos 1970. Anteriormente, essa região possuía uma configuração que seguia a rede fluvial, tendo Belém como cabeça. Com as mudanças na divisão territorial do trabalho, Manaus, Porto Velho e Rio Branco passam a vincular-se diretamente ao Centro-Sul, fazendo Belém perder importância relativa. Entretanto, o fato de esta cidade constituir um sistema isolado indica sua grande importância local.

A grande diferença entre a forma geral da rede aérea do transporte de passageiros para o de carga é que a cidade de Brasília possui uma importância maior na primeira do que na segunda, onde é relativamente contornada, com Manaus ganhando maior importância relativa devido à Zona Franca. A cidade de Brasília, por sua vez, tem sua importância amplificada pelo fato de constituir *hub* de conexões aéreas, o que é ratificado pelos resultados do modelo gravitacional.

Centros de gestão do território

Para definir o conjunto dos centros de gestão do território foram utilizados os resultados do con-

junto de estudos apresentado. No total, 1 082 centros foram identificados segundo os critérios de gestão: 906 centros de gestão federal e 724 de gestão empresarial. Foram excluídos os 263 centros de nível 8 na classificação da gestão federal que não integravam o conjunto da gestão empresarial, bem como os 117 de nível 8 da gestão empresarial que estavam fora da relação da gestão federal. Somaram-se, ainda, ao conjunto dez centros que se destacam em pelo menos dois dos eixos de análise de equipamentos e serviços. Note-se que, neste grupo, quatro municípios paulistas e um mineiro estavam no último nível da gestão federal, e outros cinco (dois de Minas Gerais e um do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de Mato Grosso) estavam no último nível da gestão empresarial, de modo que somente um município (em Goiás) não integrava os conjuntos anteriores.

Os 711 centros de gestão assim definidos foram classificados segundo sua posição no âmbito da gestão federal e no da gestão empresarial, agrupando-se os centros em seis níveis (Tabela 18 e Mapa 64). O primeiro nível reúne São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, e constitui o topo da gestão nacional; Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre integram o segundo nível de gestão. No terceiro nível, estão quase todas as demais capitais estaduais, bem como grandes cidades das Regiões Sudeste e Sul. Os demais níveis têm distribuição menos concentrada, escasseando apenas nas áreas de ocupação menos densa da Região Norte.

Tabela 18 – Níveis das unidades territoriais, segundo a gestão

Nível	Número de centros de gestão	%
Total	711	100,0
1	3	0,4
2	7	1,0
3	44	6,2
4	101	14,2
5	215	30,2
6	341	48,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

A simples distribuição dos centros urbanos no território segundo os níveis da hierarquia estabelecida evidencia, mais uma vez, a tradicional desigualdade de acesso da população brasileira aos serviços. De fato, mesmo sem a informação dos fluxos e ligações que articulam os diversos centros, tais restrições de

acesso são facilmente inferidas, ainda que se considere apenas a gestão federal, cuja dupla função de prover assistência e extrair recursos implica necessidade de maior cobertura do território. Nesta esfera, apenas os Estados do Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Espírito Santo têm hierarquia truncada, com ausência do nível 5, sendo que Roraima e Amapá, além das capitais, têm apenas centros de nível 8, e de nível 6 e 8, respectivamente.

A distribuição dos centros em relação à gestão empresarial é mais complexa. Em São Paulo não há centros de nível 2, e no Rio de Janeiro, caracterizando a primazia, faltam os níveis 2, 3 e 4. Em Minas Gerais, faltam centros de nível 3, em Pernambuco e Mato Grosso, os de nível 4. Com padrão mais regular, no Rio Grande do Sul e Paraná, estão presentes centros dos níveis 2 a 8 e, em Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia e Goiás, os de 3 a 8.

Na classificação final, dois grupos se distinguem: a hierarquia é completa, a partir do segundo nível, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, ao passo que Pará, Ceará e Pernambuco não apresentam centros de nível 3.

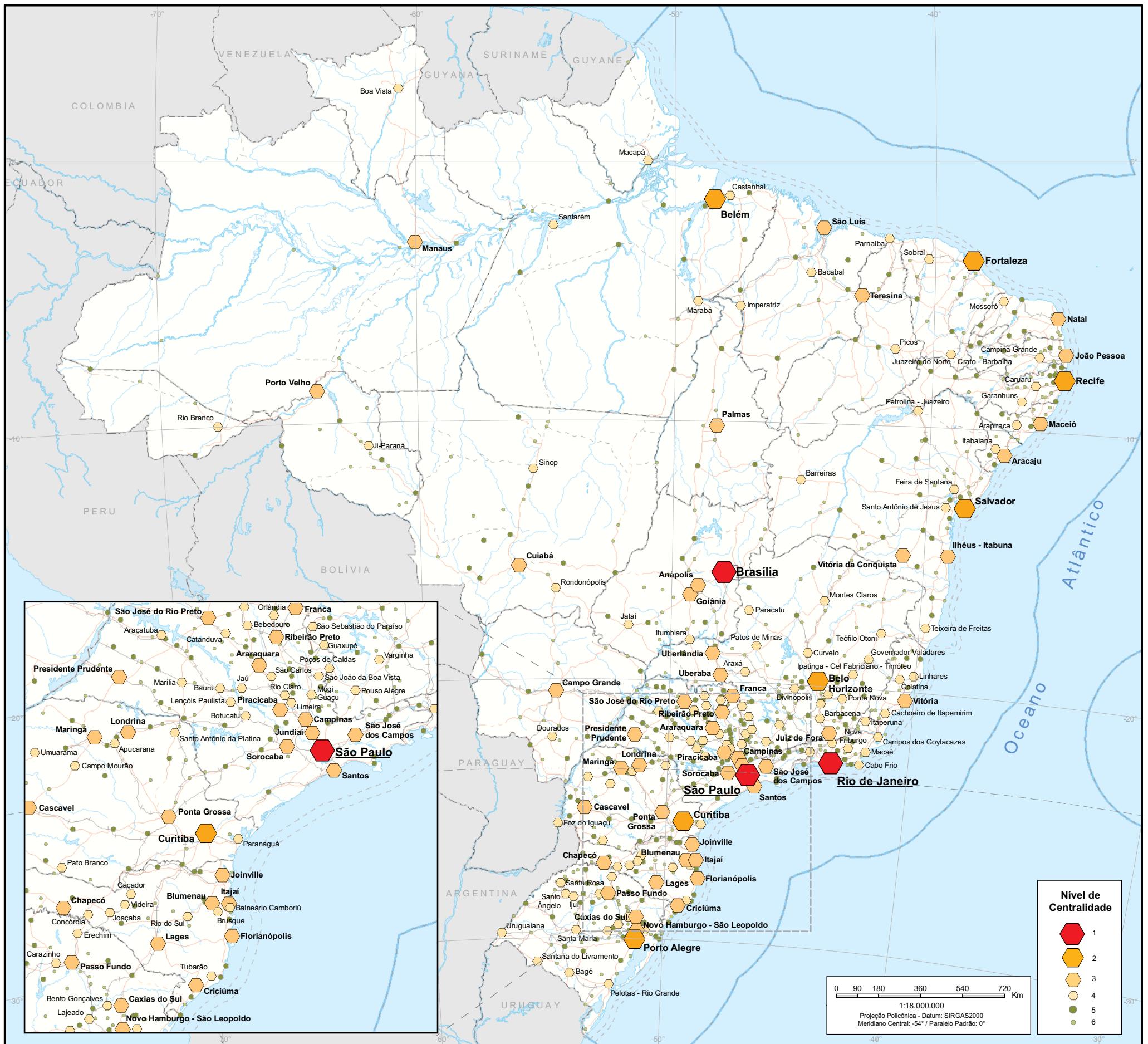
Áreas de Influência segundo temas específicos

O questionário aplicado pela Rede de Agências do IBGE para os 4 625 municípios que não foram classificados como centros de gestão investiga (1) as principais ligações de transportes coletivos, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e (2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos de insumos e produtos agropecuários). Com base nesses dados, é possível traçar distintas redes de interação que configuram as interseções e vinculações em cada tema levantado.

Transportes coletivos

O uso do transporte público foi investigado por meio das principais ligações regulares com outros municípios. No questionário, foram indicados até quatro municípios – a capital estadual e os três centros de gestão mais próximos – fornecendo-se dois campos extras para livre preenchimento, caso faltasse algum município no rol disponibilizado. Deveriam ser considerados os transportes de tipo rodoviário, aéreo e fluvial e a

Mapa 64 - Centros de gestão do território - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

freqüência das viagens (diária, semanal, quinzenal ou mensal). No caso das ligações regulares por ônibus foi solicitado que, além das que tinham início no município, fossem registradas as que possuíam seções com paradas ali, considerando-se, portanto, todas as possibilidades de, por esse meio, sair-se ou chegar-se àquele município. Nos casos de uso de mais de um tipo de transporte (ex.: um trecho de ônibus e outro de balsa), foi pedido o registro do tipo de percurso de maior extensão.

Chegou-se, então, a uma rede que conjuga fluxos de extensões curtas, médias e longas (Mapa 65). Estes últimos são os que mais sobressaem no mapa, por sua direção estar voltada principalmente para as capitais, e isso tanto nos casos de primeira opção de destino, quanto nos de segunda (e tendem a aumentar nos casos de terceira e quarta opções, no mapa representadas de modo agregado). Destaca-se a atração exercida por São Paulo e Rio de Janeiro em pontos distantes do Nordeste. No interior do Estado da Bahia, ocorre outro fluxo longo de caráter interestadual, voltado para Brasília. O mesmo acontece entre algumas cidades de Roraima e Manaus, num movimento que contribui para tornar a média das distâncias percorridas a partir de municípios de Roraima (de 270km) a maior do País. Roraima, aliás, é o único estado em que todos os movimentos de passageiros seguem exclusivamente para capitais, ou Boa Vista ou Manaus. O Amazonas é o outro estado em que a média das distâncias das viagens ficou acima dos 200km, destoando até mesmo da média da Região Norte, que foi de 107km.

Por outro lado, os fluxos de primeira opção encurtam na mesma proporção do adensamento da malha de municípios e da rede de transportes, e o desenho geral de ambos pode ser percebido facilmente pela disposição de tais movimentos. Santa Catarina aparece como a Unidade da Federação com a menor média de distância dos deslocamentos (30km), e Florianópolis surge como a capital com o menor grau de atração no quesito transportes: apenas um fluxo longo foi registrado como primeiro destino (partindo do Município de Mondáí). Outros estados com baixa média de distâncias percorridas são Rio de Janeiro (31km), São Paulo (32km) e Alagoas (33km). A média nacional ficou em 61km, e abaixo dela estão apenas as Regiões Sul, com 36km, e Sudeste, com 43km, indicando maiores facilidades de transporte que contrastam com as grandes dificuldades de mobilidade das demais regiões do País.

Compras

Na coleta de dados sobre deslocamento para compras, foi perguntado para que municípios em geral os moradores do local se dirigiam, em ordem de freqüência, para adquirir artigos como roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, etc. Nas instruções para resposta desse item, foi solicitado o registro dos destinos em outros municípios, ainda que os produtos estivessem disponíveis no próprio município investigado.

Considerando que se trata de comércio varejista, e que a população se predispõe a viajar pequenas distâncias para suprir as necessidades cotidianas, verifica-se, no caso de primeira opção para compras, que a rede conforma ligações relativamente curtas (Mapa 66), e que a média desses deslocamentos é de 48km. Como característica geral, entretanto, observa-se que a tendência é no sentido de deslocamentos progressivamente mais longos, a partir das opções seguintes. Por exemplo, a média da segunda opção de deslocamento para compras é de 79km, de 94km para a terceira opção, e de 121km para a quarta opção.

Esse padrão contudo varia, em linhas gerais, de acordo com a estrutura da rede urbana brasileira: densa no Sudeste, Sul e litoral nordestino; mais esparsa no Centro-Oeste e no interior do Nordeste; e bem dispersa no Norte.

Na Região Norte, os deslocamentos de primeira opção envolvem em média 102km, enquanto, no Sudeste, os mesmos deslocamentos equivalem em média a 38km.

No Estado de São Paulo, por exemplo, que possui uma rede urbana bem estruturada e escalonada, predominam fluxos curtos e homogêneos. No Amazonas, no entanto, as redes que se formam envolvem deslocamentos longos, e chama a atenção o espraiamento da área capitaneada por Manaus, que exerce grande centralidade no estado.

Há casos que fogem ao padrão regional, como o de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, que exerce um forte poder de atração no noroeste mineiro, com deslocamentos médios de 110km como primeira opção.

Caso ímpar é o de Macapá, que aparece como centro único no Estado do Amapá.

Ensino superior

Para a construção do traçado dessa rede, foi solicitada a indicação, em ordem de freqüência, dos municípios para onde os moradores se dirigiam a fim

de cursar o ensino superior, recomendando-se que se registrassem os locais de destino, mesmo se houvesse curso superior no próprio município investigado.

Na rede resultante, para a primeira opção de destino predominam os fluxos de curta extensão, especialmente nas Regiões Sul e Sudeste, onde há uma grande variedade de centros médios, e mesmo pequenos, que oferecem o serviço em pauta (Mapa 67). São as regiões com as menores médias de distância de deslocamento: 37km no Sul e 47km no Sudeste, sendo Santa Catarina o estado brasileiro de menor média, 28km, seguido de São Paulo com média de 35km. Entretanto, os fluxos longos também destacam-se, em geral direcionados às capitais de alguns estados onde a rede de cidades médias e pequenas é menos pulverizada e apresenta menor dinamismo. É o que ocorre na Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Amapá e Amazonas.

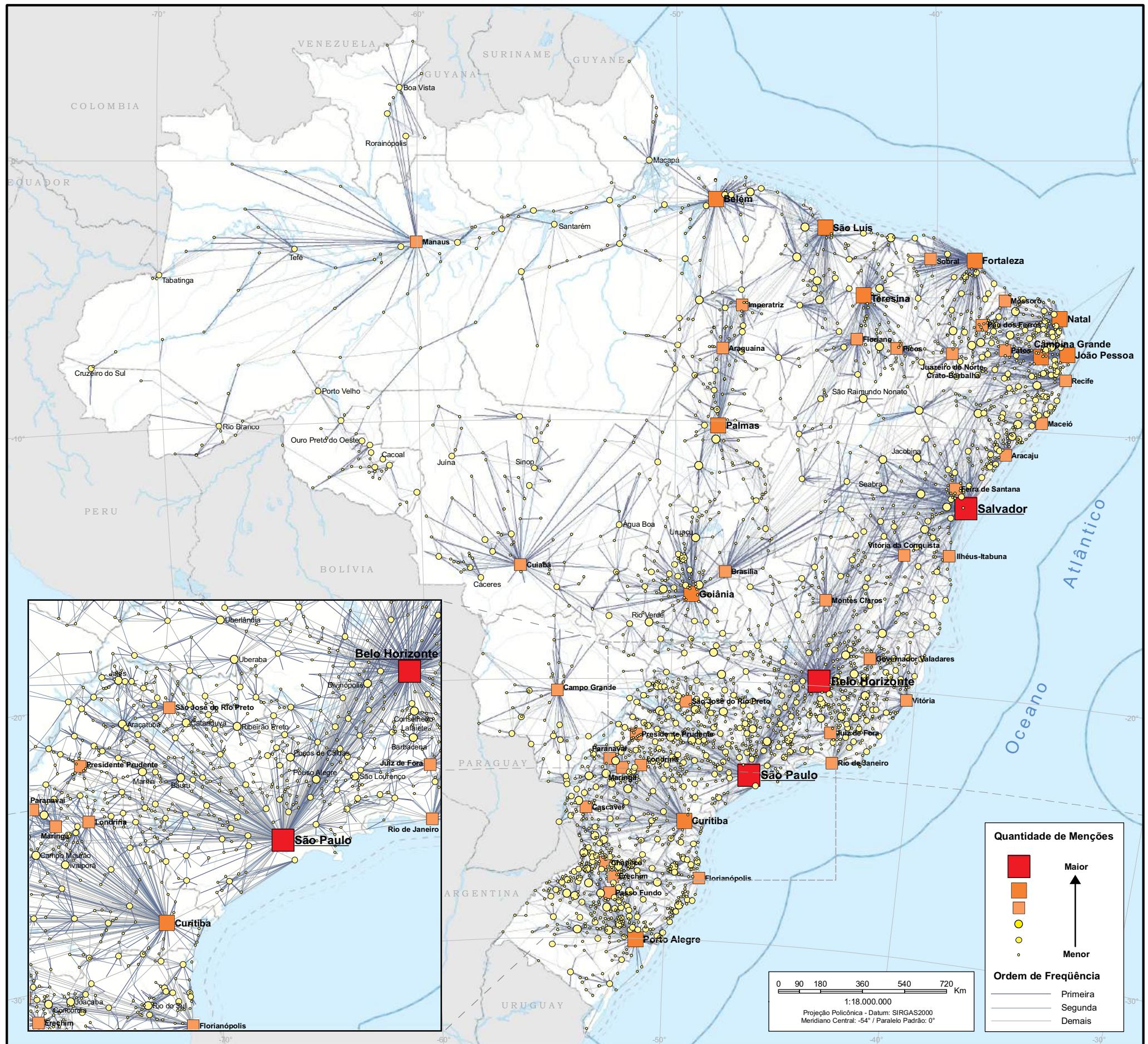
Um exemplo de conjugação dos dois tipos de rede é o Estado de Minas Gerais, onde se distinguem redes curtas ao sul, uma região com vários centros universitários, e redes mais longas na parte norte, incluindo-se aí os fluxos direcionados a Belo Horizonte, Montes Claros e Governador Valadares. Observam-se também os casos de cidades médias, mais citadas como primeiro destino do que as próprias capitais, como é o caso de Campina Grande, na Paraíba, e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Os maiores deslocamentos ocorrem na Região Norte e no Estado de Mato Grosso. Este último, com média de 112km, aproxima-se dos Estados do Acre, Roraima e Amapá, todos com médias acima dos 100km, valores, no entanto, bem abaixo dos 295km em média, percorridos no Estado do Amazonas, que evidenciam a forte polarização exercida por Manaus.

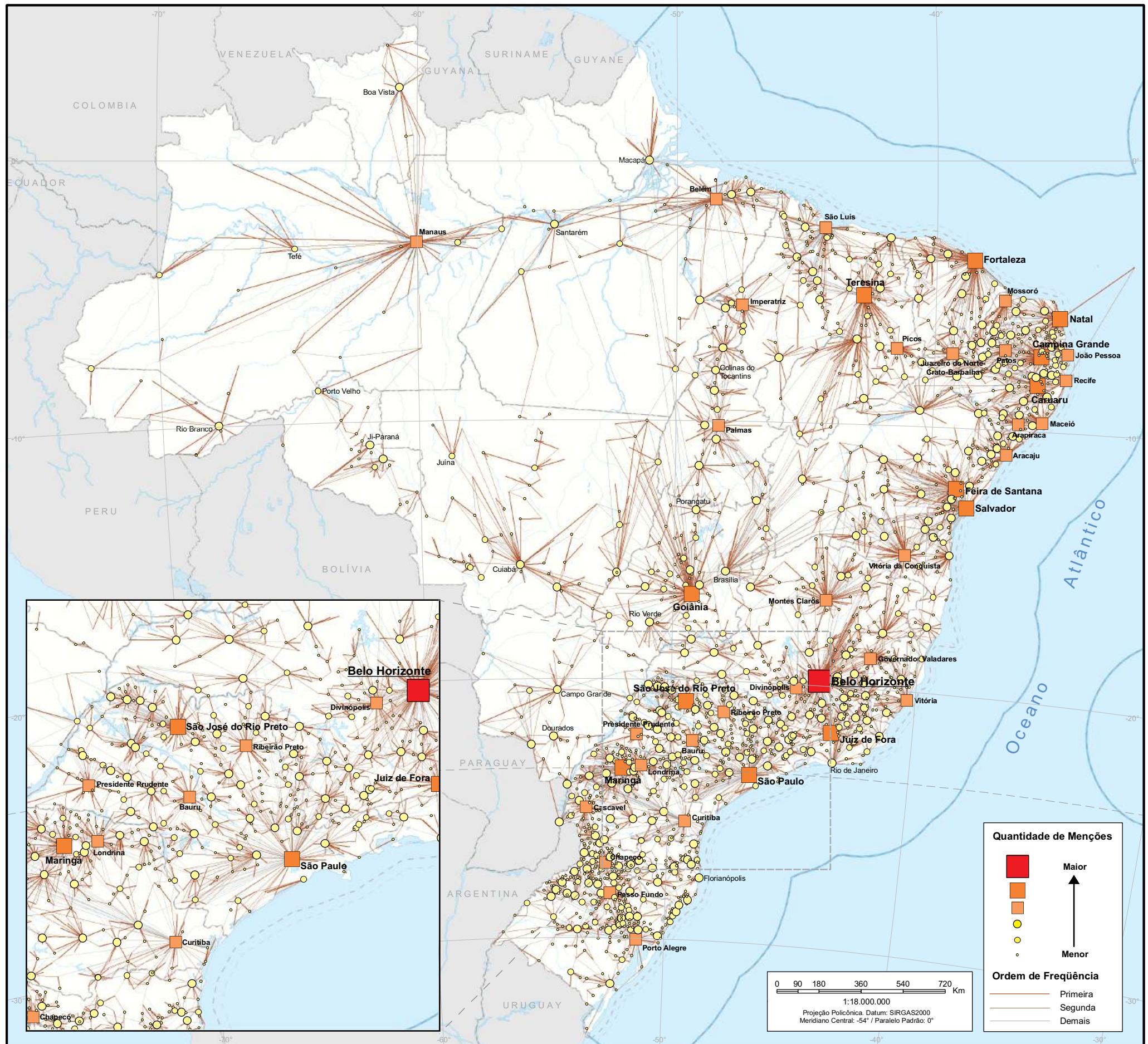
Nos fluxos representados pela segunda opção, as distâncias percorridas são ainda maiores, e envolvem não apenas os de natureza intra-estadual, mas também os interestaduais, com as capitais e cidades médias ganhando grande destaque. É esse um padrão que se repete nas redes de terceira e quarta opções, embora estas não estejam separadas no Mapa 67. Goiânia e Brasília são exemplos de centros que aparecem com vários fluxos provenientes de outros estados.

Apesar de, nas últimas décadas, ter havido rápida disseminação do ensino superior no território, o Mapa 67 demonstra o quanto a busca por esse nível de escolaridade ainda gera grande volume de deslocamentos, o que importa em elevados custos dessa formação educacional.

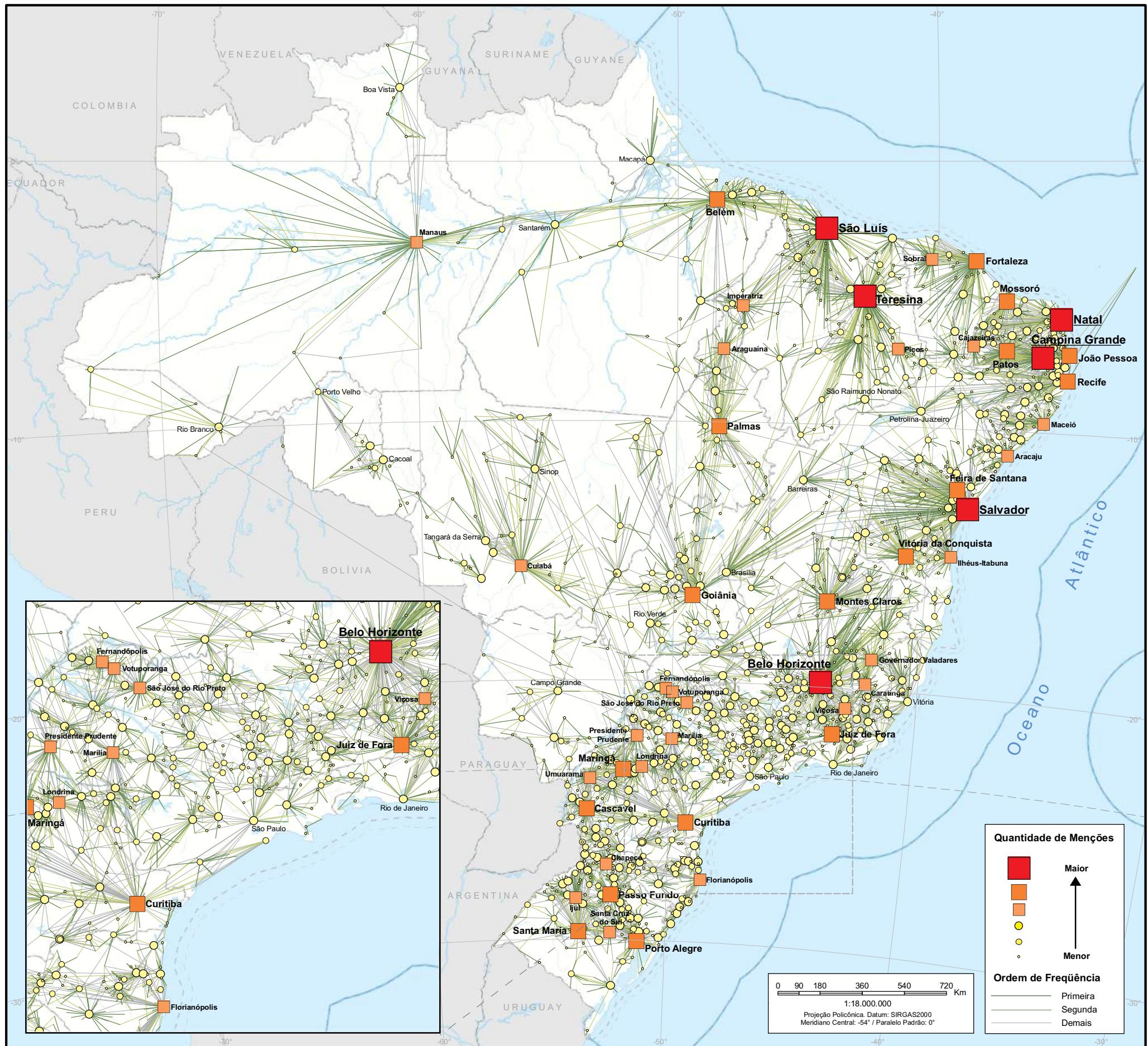
Mapa 65 - Destinos dos transportes coletivos - Brasil - 2007



Mapa 66 - Deslocamentos para compras - Brasil - 2007



Mapa 67 - Deslocamentos para cursos superiores - Brasil - 2007



Lazer

A atração de determinado centro por outro também foi estudada sob o ponto de vista da prestação de serviços culturais e de lazer. O questionário perguntava, em ordem de freqüência, em quais municípios os moradores freqüentavam cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos.

A rede mapeada mostra, nos fluxos de primeira opção, a predominância de deslocamentos curtos do sul de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, e em boa parte do Nordeste; de fluxos de média extensão, na longa faixa iniciada no oeste de Minas Gerais e prolongada pela maior parte do interior do País; e de longos fluxos voltados para algumas capitais, indicando a grande carência, em vasta porção do território, de estabelecimentos que ofereçam eventos voltados ao lazer da população (Mapa 68).

Destaca-se, no mapa, a centralidade exercida por capitais como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Salvador, Teresina, Manaus, Boa Vista e Macapá. Estas duas últimas foram mencionadas por todos os municípios pesquisados nos seus respectivos estados como sendo a primeira, e praticamente única, opção, visto que, no Amapá, apenas mais um município, Porto Grande, foi mencionado por Ferreira Gomes e, em Roraima, Pacaraima foi citado pelo Município de Normandia. Ambos os destinos constam, porém, como segunda opção. Fica patente, assim, tanto a polarização exercida por parte de Boa Vista e Macapá quanto a grande limitação de opções de lazer nos demais municípios daqueles estados.

As médias das distâncias de deslocamento revelam as desigualdades no acesso aos meios de entretenimento. As Regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam médias bem acima da média nacional, que é de 65km: 108km e 107km, respectivamente. Nas demais, os valores são de 58km, no Nordeste; 50km, no Sudeste; e 36km, no Sul.

Assim como ocorre em outras redes, também na rede do lazer os fluxos de segunda opção (e os de terceira e quarta) tendem a ser mais longos. Uma grande parte deles volta-se para as capitais, ampliando o raio de influência das mesmas, atração que pode chegar a extrapolar os limites estaduais, como a que ocorre em alguns municípios de Roraima, em relação a Manaus.

Saúde

No questionário, no tema deslocamento para busca de serviços de saúde, foi perguntado para que

municípios, em geral, os moradores do local se dirigiam, em ordem de freqüência, para consultas médicas, odontológicas, realização de exames e internações.

O padrão dos deslocamentos é de fluxos relativamente curtos na primeira opção, e percebe-se que as respostas foram dadas, de modo geral, refletindo os serviços de saúde de uso mais freqüente (Mapa 69). Nesta opção, a população desloca-se em média 54km na busca por serviços de saúde. Para a segunda opção, percebem-se fluxos mais longos, que podem representar deslocamentos para tratamento de maior nível de especialização, com deslocamentos que compreendem, em média, 108km. Na terceira e quarta opções, as médias são de 144km e 169km, respectivamente.

Ganham destaque centros que atraem pacientes residentes em áreas distantes, como é o caso, por exemplo, de Goiânia, Teresina e Barretos.

Assim como nos demais temas estudados, o padrão das ligações varia de acordo com a estrutura da rede urbana brasileira: densa no Sudeste, Sul e litoral nordestino; esparsa no Centro-Oeste e no interior do Nordeste; e mais dispersa no Norte.

Analizando as diversidades regionais, observa-se um padrão que acompanha a organização da rede urbana brasileira. Nas Regiões Sudeste e Sul, por exemplo, onde a rede urbana é bastante densa, predominam fluxos mais curtos, uma vez que os serviços de saúde se encontram distribuídos de forma mais ubíqua. Na Região Norte, em parte do Centro-Oeste e do Nordeste, a rede urbana menos estruturada, e os serviços de saúde ofertados em centros específicos, explicam a presença de fluxos mais longos. Mais uma vez, chama a atenção a forte centralidade exercida por Manaus, na Região Norte.

Ao observar-se a segunda opção, ou seja, aquela que vai além dos serviços de saúde de uso mais freqüente, as capitais exercem forte atração para a população do interior dos estados. Esse fenômeno se repete em todos os estados, com especial destaque, porém, no Nordeste do País, em Minas Gerais e Goiás. Vale ressaltar ainda a atratividade exercida por Brasília no oeste baiano.

Jornais

A rede de distribuição de jornais foi obtida ao se perguntar em que municípios eram editados os jornais com periodicidade diária, semanal e mensal vendidos no município, não se considerando as assinaturas com entrega residencial. Foi ainda solicitado que se registrasse

o número de títulos (e não de exemplares) com origem em determinada cidade.

Trata-se de uma rede em que o papel dominante das capitais fica explícito, e é dos mais marcantes (Mapa 70). O mapa mostra a predominância dos fluxos longos partindo, em sua maioria, das capitais dos estados; observa-se aí justamente o fato de que eles devem ser lidos como os grandes centros distribuindo/disseminando o produto-informação em questão. Também são mais comuns os fluxos para o interior da própria Unidade da Federação, havendo poucas trocas interestaduais.

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia, Acre, Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal, são os poucos que apresentam remessas para outros estados, sendo os dois primeiros os únicos cujas publicações atingem mais de uma Unidade. Atenção especial deve ser dada às mais longas distâncias alcançadas pelos fluxos paulistas, que chegam ao norte de Minas Gerais e Santa Catarina, e não apenas aos estados vizinhos como nos demais casos. Nos movimentos de segunda opção, as publicações oriundas de São Paulo e Rio chegam a alcançar longínquas cidades do Maranhão e do Ceará.

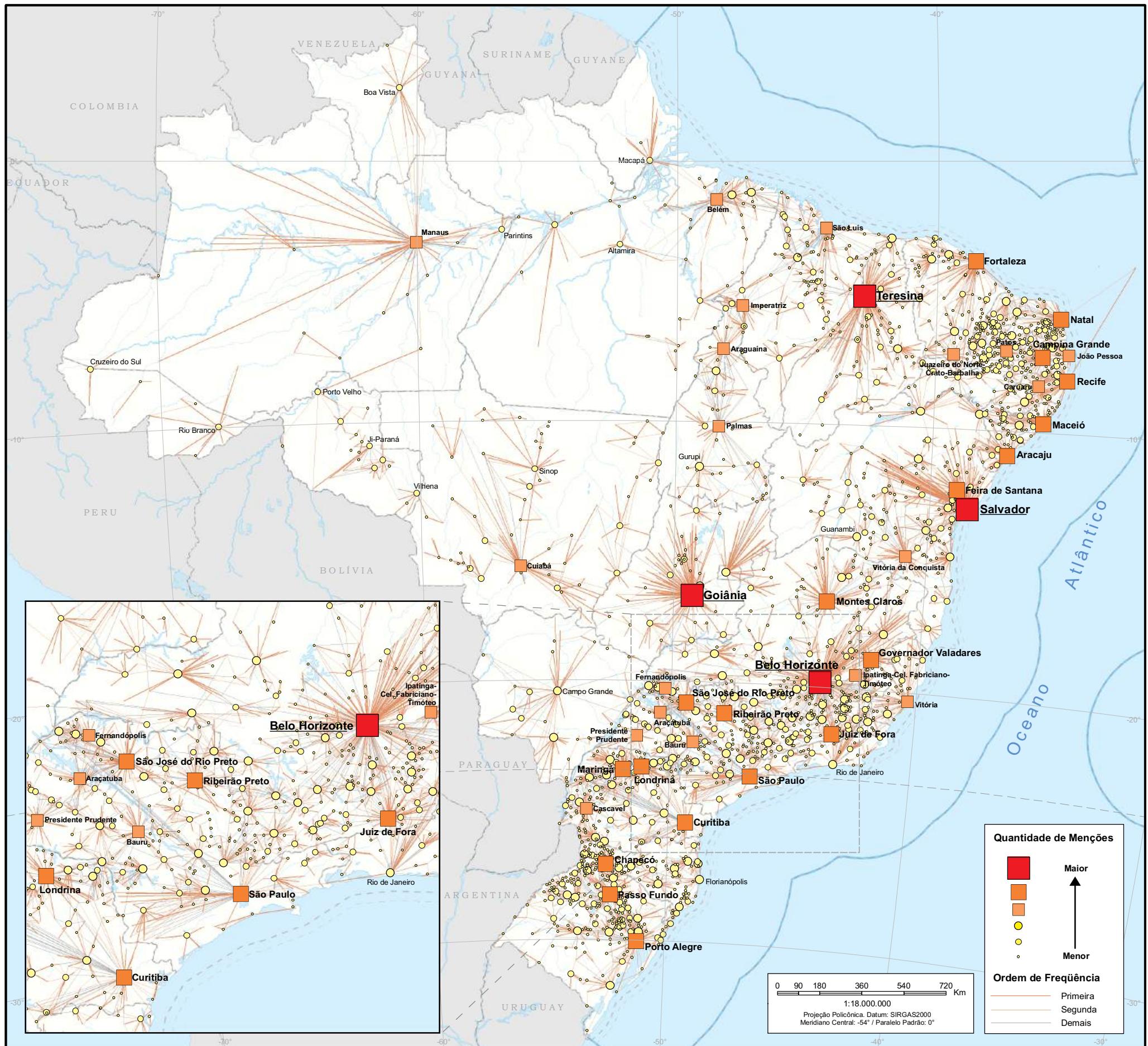
Essa rede tem a peculiaridade de que as médias de distância de deslocamento diminuem conforme aumenta a ordem das opções. Ocorre, então, que a média das distâncias nos casos de primeira opção é de 178km, ao passo que nos de segunda é de 137km, chegando a 43km nos fluxos de quinta opção. Fica configurada, assim, a abrangência alcançada pelas publicações das capitais, sendo que, nos Estados de Roraima, Amapá e Sergipe, todos os fluxos provêm apenas desses centros. Já no Amazonas, nota-se uma relativa fraca influência exercida por Manaus quanto à divulgação de informações, uma vez que suas edições chegavam a apenas 18 municípios dentre os pesquisados pelo questionário no estado.

As trocas de jornais entre médios e pequenos municípios parecem ser bastante limitadas em todo o País. Eles são um pouco mais freqüentes somente em algumas áreas como, por exemplo, o interior de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia.

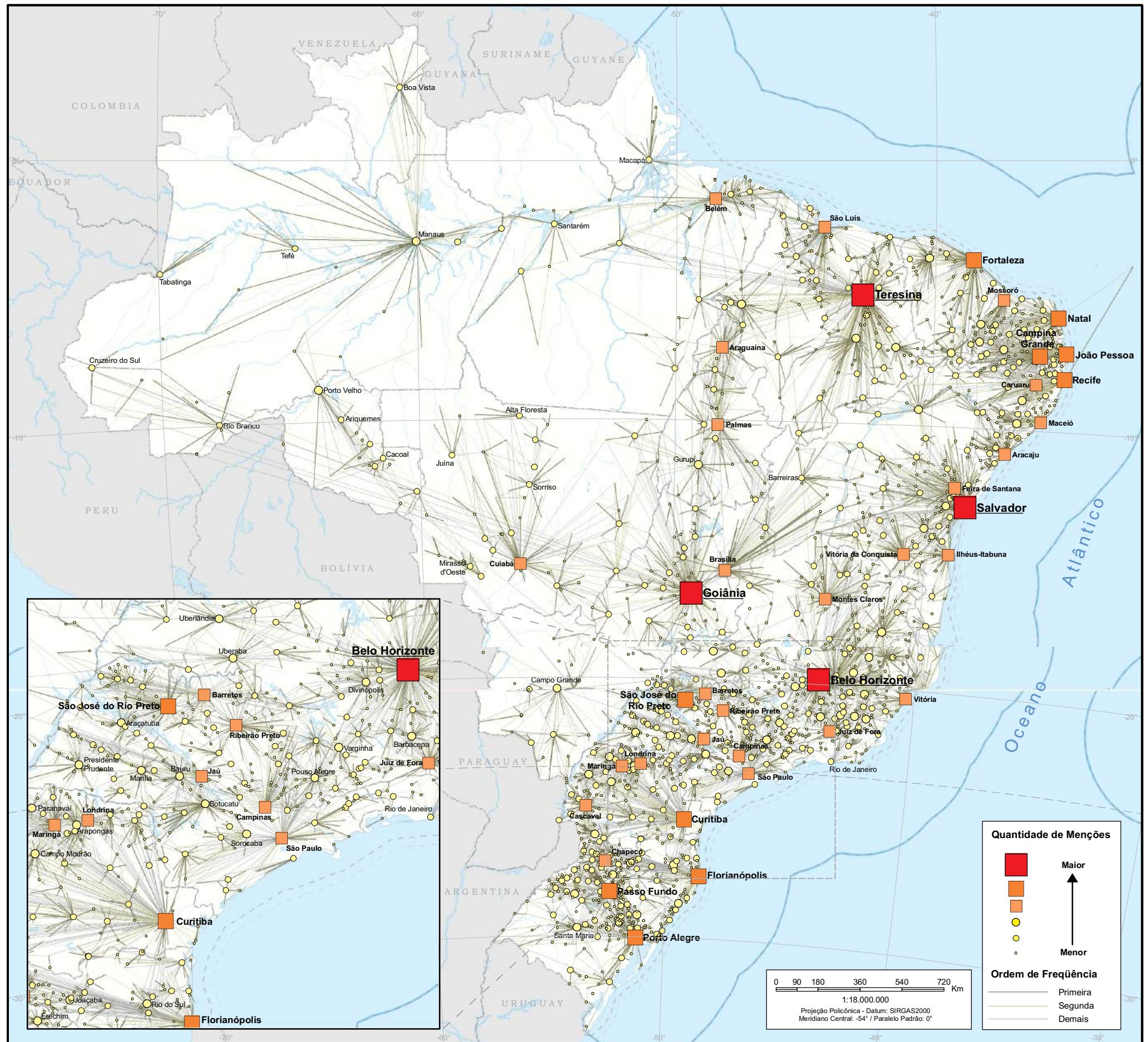
Aeroportos

No item aeroportos, foi perguntado em que municípios ficam os aeroportos mais freqüentemente utilizados pelos moradores para vôos em linhas regulares.

Mapa 68 - Deslocamentos para lazer - Brasil - 2007

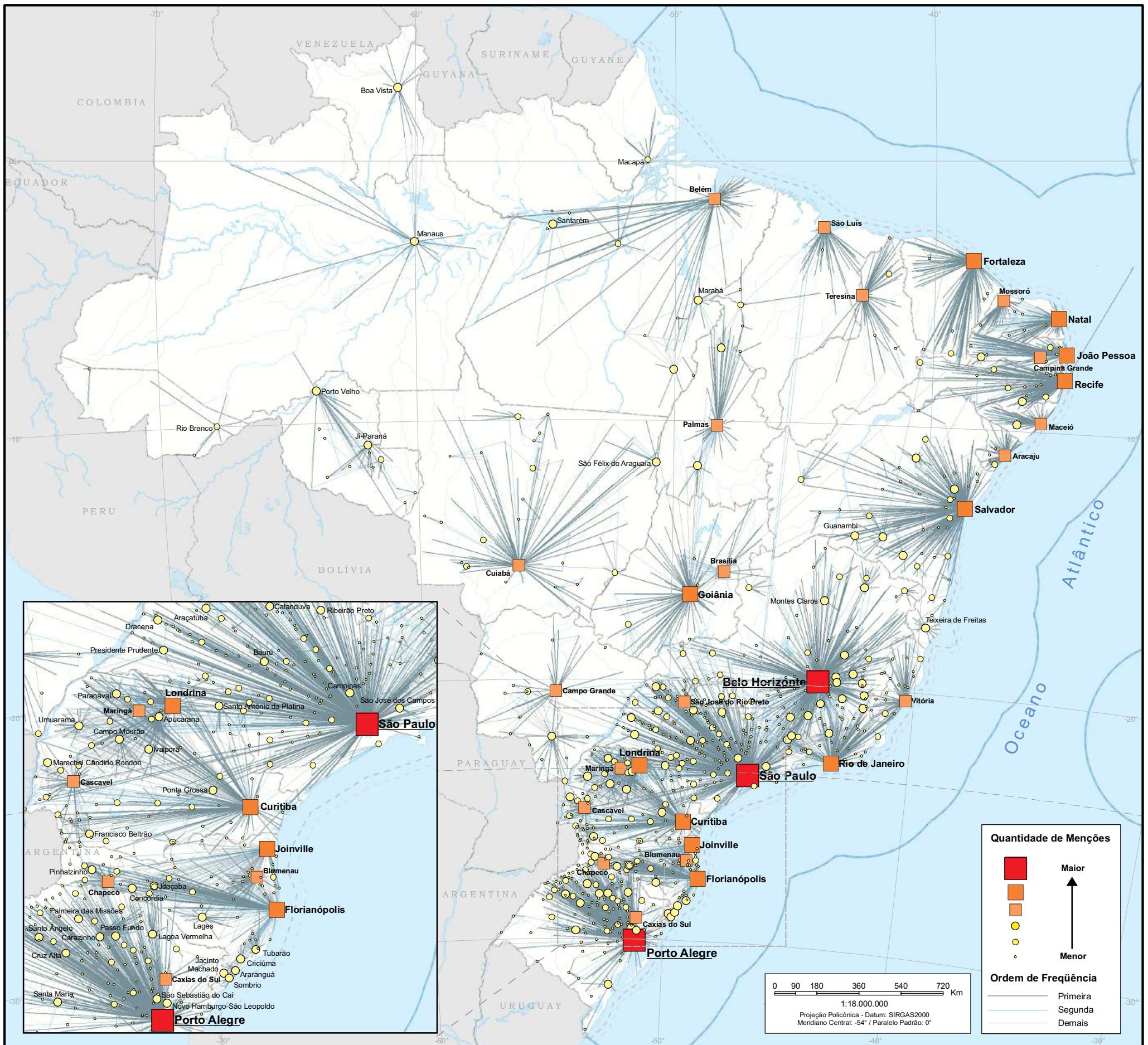


Mapa 69 – Deslocamentos para serviços de saúde – Brasil – 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Mapa 70 - Origem dos jornais vendidos - Brasil - 2007



Diferente da maior parte das demais redes pesquisadas, esta apresenta fluxos mais longos e, aparentemente, possui um padrão estatalizado, com as fronteiras dos estados exercendo peso na definição das áreas de influência dos aeroportos (Mapa 71). Deve-se considerar ainda a influência do caráter da viagem nos deslocamentos. Acredita-se que, de modo geral, a primeira opção apontada refere-se a viagens de caráter mais cotidiano, enquanto a segunda opção pode representar a busca por aeroportos de nível superior, para vôos internacionais. A variação quanto à distância dos deslocamentos de primeira e de segunda opção é relativamente pequena. Na primeira opção, os deslocamentos são em média de 146km, enquanto, para a segunda opção, são de 185km.

Outra observação que pode ser feita se refere à centralidade exercida pelas capitais dos estados na atração da população, o que é explicado pela maior oferta de vôos com linha regulares nesses aeroportos. As exceções são os estados do Norte, onde os aeroportos do interior exercem alguma atração pela necessidade de deslocamento, frente à restrita opção de transporte e às barreiras naturais da região.

Acompanhando a ocupação populacional do território, a faixa litorânea, de ocupação mais densa, é mais bem atendida por aeroportos. Nas outras áreas, a rede é mais esparsa, implicando em longos deslocamentos para acesso aos aeroportos, por exemplo, nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

A rede de aeroportos apresenta uma especificidade importante, que se refere à grande predominância de ligações diretas de pontos isolados para os grandes centros. Ou seja, as redes são diretas e radiais.

De modo geral, como primeira opção, notam-se ligações mais curtas. Contudo, aparecem centros que exercem dupla influência, pela relativa eqüidistância, com aeroportos de mesma categoria. Um exemplo de dupla influência é a exercida por Londrina e Maringá no Paraná; por Foz do Iguaçu e Cascavel, também no Paraná; e por São Luís, no Maranhão e Teresina, no Piauí. As áreas de influência desses centros, pelo menos no que se refere ao item aeroportos, são compartilhadas.

Agropecuária

a) Produtos

No item agropecuária – distribuição da produção, foi perguntado qual o destino da maior parte da produção local.

A rede de distribuição da produção agropecuária apresenta fluxos muito complexos (Mapa 72). Tal complexidade pode ser explicada pela existência de diferentes processos, os quais determinam redes distintas. Estão reunidos nessa rede *commodities*, produtos de cesta básica, e produtos de consumo regional.

Identificam-se pelo menos cinco padrões distintos na distribuição da produção: o dos produtos de consumo imediato, para regiões vizinhas, que formam redes mais curtas; o dos produtos para indústria de processamento da agroindústria, presentes em pontos específicos do território; o dos produtos destinados a centros atacadistas, em centros regionais, ambos apresentando desenho variado de redes; o dos produtos para abastecimento de cadeias varejistas, como hipermercados, apresentando, de modo geral, fluxos longos orientados a grandes centros urbanos; e o de produtos direcionados à exportação, fluindo para cidades portuárias.

São Paulo aparece como o grande centro captador dos fluxos de produção agropecuária, atraindo, entre os quatro principais destinos apurados, 337 fluxos, oriundos das cinco regiões do País. Belo Horizonte também apresenta uma importante área de influência, com 215 fluxos, sendo estes originários, em sua grande maioria, do próprio Estado de Minas Gerais. Na Região Nordeste, Fortaleza figura como o maior centro atrator de fluxos, 189, seguido de Salvador, com 153, com influência bem estadualizada.

No caso das redes que se direcionam a cidades portuárias, na maior parte dos casos com fluxo de produtos para exportação, destaca-se o envio, para o porto de Paranaguá, de milho do Mato Grosso do Sul e do Paraná, e de soja, do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para Santos, dirigem-se fluxos de café, de Minas Gerais e do próprio Estado de São Paulo, e de soja do Mato Grosso.

b) Insumos

No item agropecuária – insumos, foi perguntada qual a origem dos insumos utilizados pelos produtores

rurais. Insumos envolvem sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos diversos, etc. É importante salientar que insumos compreendem elementos bem distintos entre si, o que dá à rede uma maior complexidade.

A rede resultante apresenta, de modo geral, dois padrões distintos (Mapa 73). Um, com fluxos longos, que retrata os movimentos dos grandes produtores agropecuários que buscam, na sua maioria, insumos nos grandes centros urbano-industriais. Outro, de fluxos mais curtos, dos pequenos e médios produtores rurais que se dirigem aos municípios próximos. A exceção parece ser a Região Norte que, em virtude da esparsa rede urbana, apresenta, em sua estrutura geral, linhas de conexão longas (Mapa 73).

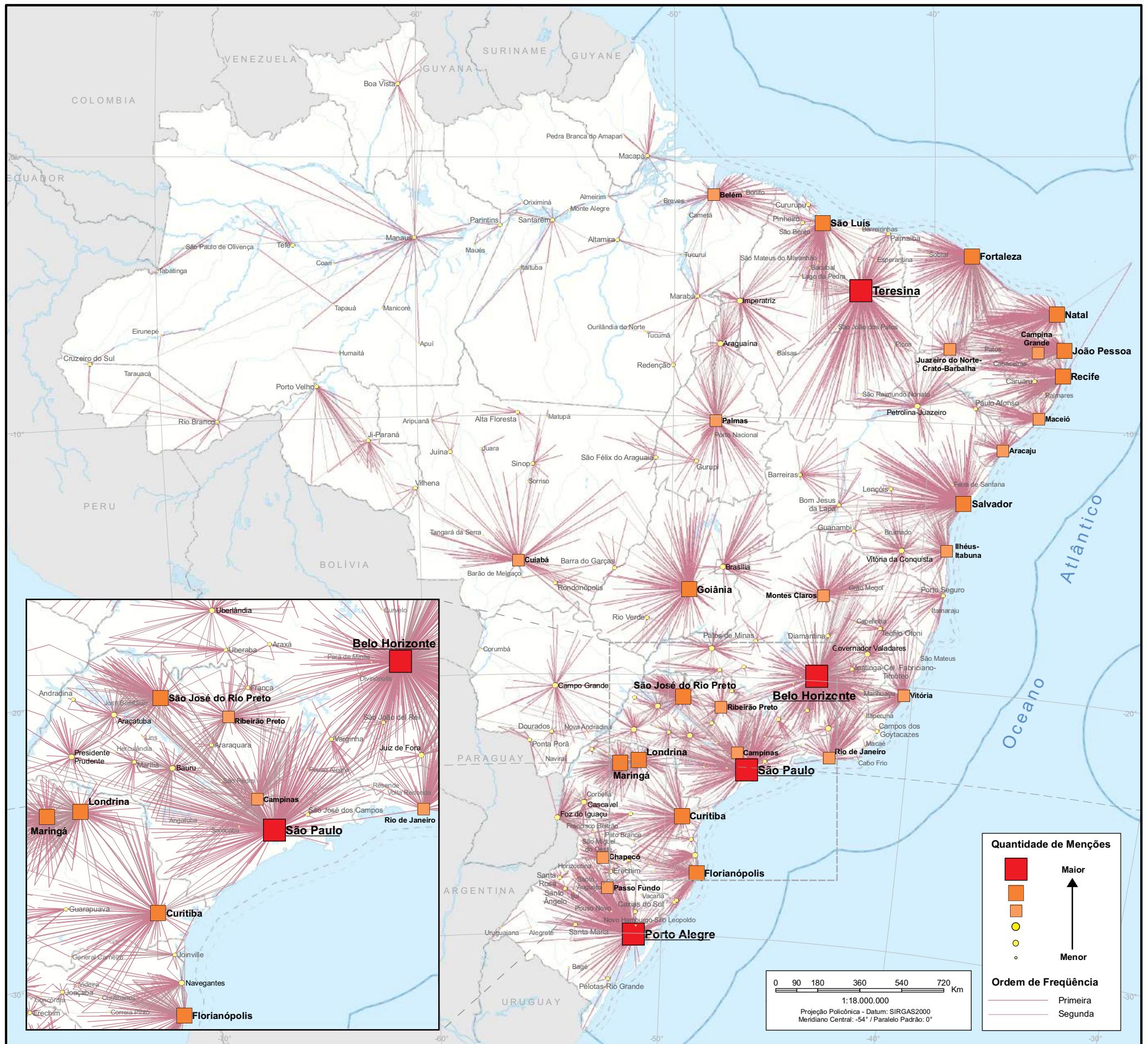
Em linhas gerais os fluxos de primeira ordem envolvem deslocamentos mais curtos, excetuando-se os que se voltam para grandes centros, principalmente oriundos de áreas onde predominam atividades de grandes produtores de *commodities*.

Nos fluxos que representam a segunda opção, há deslocamentos mais longos, destinando-se a grandes centros, em especial a São Paulo, mas também a Belo Horizonte e Goiânia.

Além desses, identificam-se ainda outros importantes centros fornecedores de insumos, como Montes Claros, em Minas Gerais, Feira de Santana, na Bahia, Cuiabá, no Mato Grosso, Maringá, no Paraná, e Fortaleza, no Ceará, entre outros. Mais uma vez, Manaus apresenta grande destaque na rede urbana da Região Norte.

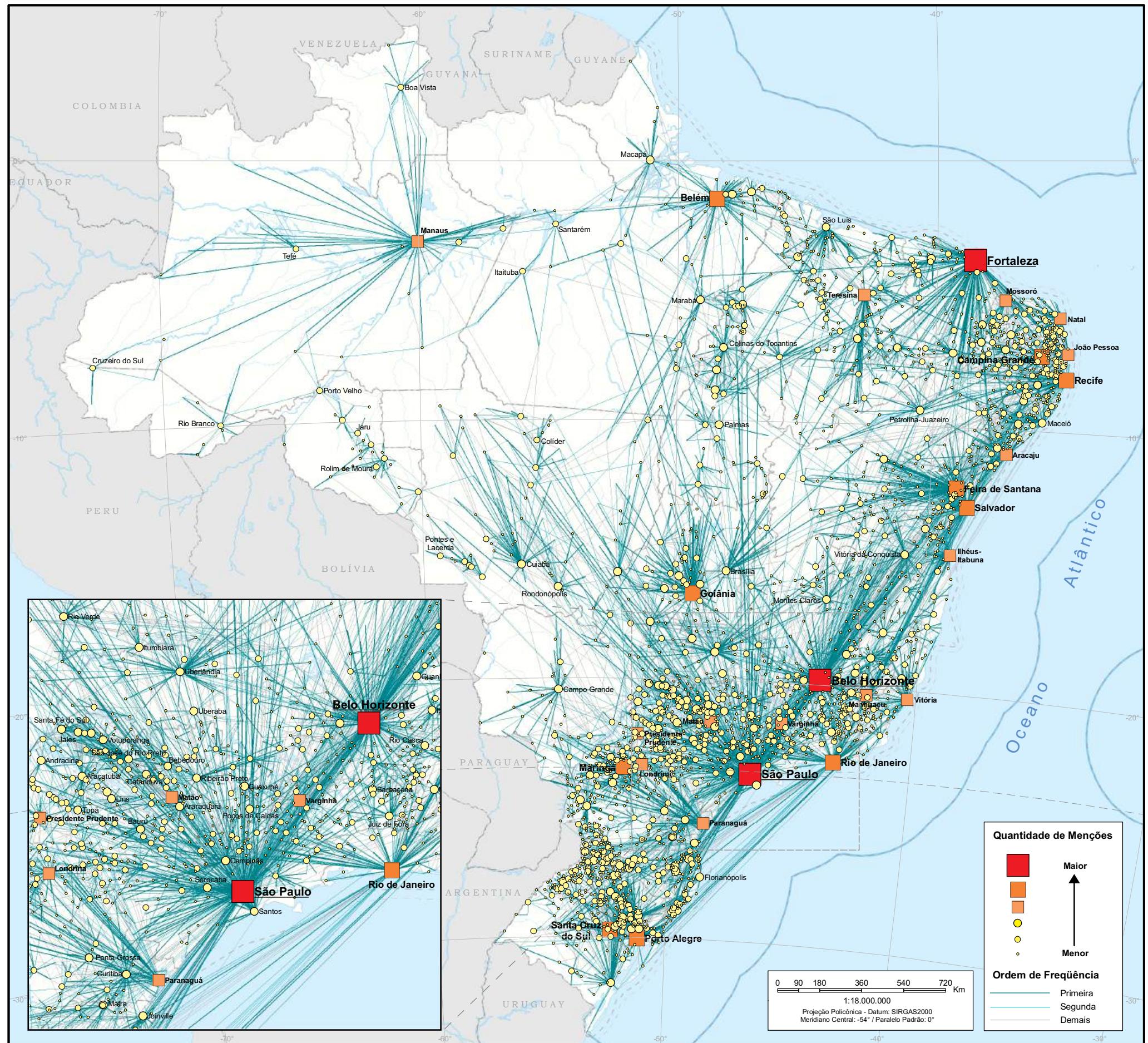
Os itens analisados, a saber: deslocamento para ensino superior, compras, uso de aeroportos em vôos de linhas regulares, busca de serviços de saúde, atividades de lazer e freqüência de ligações por transporte coletivo, compreendem uma gama variada de aspectos, e compõem grande diversidade de relações. Como esperado, entretanto, tal diversidade configura, no espaço, padrões semelhantes de centralidade, com fluxos de traçado e direção muitas vezes coincidentes, confirmando a hipótese da existência de um padrão comum de centralidade e de articulação em rede, que pode ser apreendido por generalização das ligações mais freqüentes.

Mapa 71 - Deslocamentos para aeroportos - Brasil - 2007



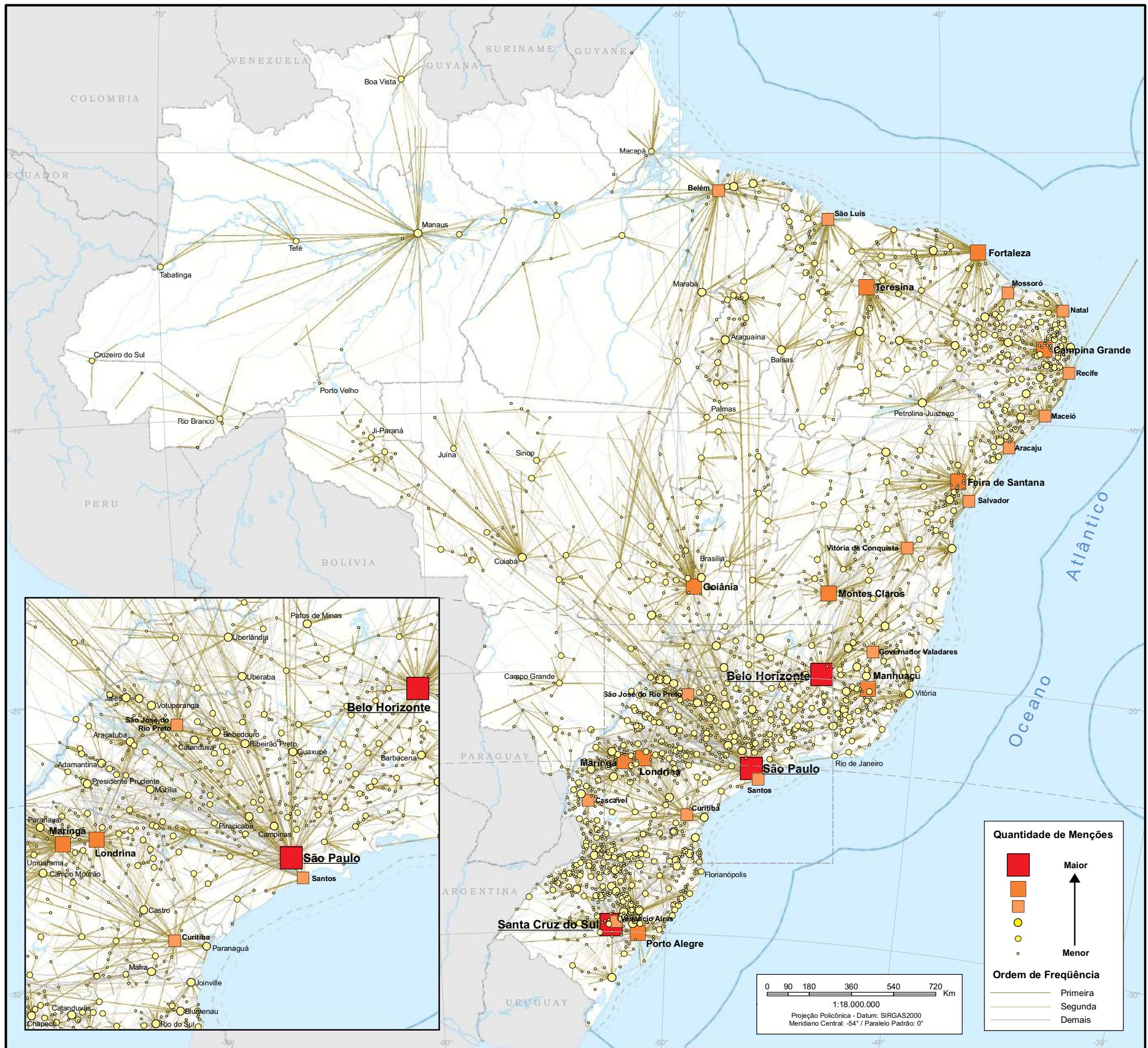
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Mapa 72 – Destino da produção agropecuária – Brasil – 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Mapa 73 – Origem dos insumos da produção agropecuária – Brasil – 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Referências

- 50 MAIORES bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional: data-base: dezembro/2004. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502004120P.asp>>. Acesso em: 29 mar. 2007.
- AS 500 MAIORES empresas do Brasil. *Exame*, São Paulo: Abril Cultural, jul. 2005. Suplemento especial.
- ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO 2004. Brasília, DF: Departamento de Aviação Civil, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/estatistica/estatisticas1.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2004.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DOS TRANSPORTES TERRESTRES 2005. Brasília, DF: Agência Nacional de Transportes Terrestres, 2005. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/aett/aett_2005/FSCOMMAND/index.htm>. Acesso em: 14 jan. 2008.
- ÁREA territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: mar. 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Portaria nº 1096, de 17 de maio de 2005. Anexo 1. Dispõe sobre a jurisdição fiscal das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/Portarias/2005/Anexo1PortariaSRF10962005.doc>>. Acesso em: 31 maio 2005.
- CAMAGNI, R. P.; SALONE, C. Network urban structures in Northern Italy: elements for a theoretical framework. *Urban Studies*, Oxfordshire, UK: Routledge, v. 30, n. 6, p. 1053-1064, 1993.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. Áreas de concentração de população. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Áreas de concentração de população: regiões metropolitanas, cidades médias, cidades gêmeas, cidades de fronteiras", no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, 2006.
- CENSO da educação superior 2004. Brasília, DF: INEP, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 11 maio 2006.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.
- CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital.htm>. Acesso em: ago. 2008.
- CORRÊA, R. L. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Artigo previamente publicado na Revista Brasileira de Geografia, v. 50, n. 1, p. 61-83, jan./mar. 1988, disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital.htm>.
- DEMATTÉIS, G. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: JAVIER MONCLÚS, F. (Ed.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. (Urbanitats. Urbanismo, ciudad, historia, 1).
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.
- DIVISÃO do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 563 p.
- DIVISÃO do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 110 p.
- ESBOÇO preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 3 v. Documento preliminar da revisão da divisão regional do Brasil, elaborado de acordo com a Resolução n. 595, de 17 de junho de 1966, da XXIII Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, com o objetivo de fornecer subsídios para a regionalização prevista no Plano Decenal.
- ESTATÍSTICA bancária por município: data-base dezembro/2004. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?id=estban>>. Acesso em: 29 mar. 2007.
- GRUPO PAULO PIMENTEL. *Atlas de cobertura 2004*. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/gpprural/htdcs/programa/atlascoberturatvGPP.xls>>. Acesso em: 1 set. 2005.
- INFORMAÇÕES de saúde. Epidemiológicas e morbidade. Morbidade hospitalar geral por local de internação 2005. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: 14 ago. 2007.
- NYSTUEN, J. D.; DACEY, M. F. A graph theory interpretation of nodal regions. *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*, New York: Springer-Verlag, v. 7, n. 1, p. 29-42, Dec. 1961. Disponível em: <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/45977/1/10110_2005_Article_BF01969070.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2008.
- OFFNER, J. M. Territorial deregulation: local authorities at risk from technical networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, Malden, MA: Wiley Interscience, v. 24, n. 1, p.165-182, Mar. 2000.
- OLIVEIRA, E. X. G.; CARVALHO, M. S.; TRAVASSOS, C. Territórios do Sistema Único de Saúde: mapeamento das redes de atenção hospitalar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, v. 20, n. 2, p. 386-402, 2004. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v20n2/06.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2008.
- OLIVEIRA, E. X. G. et al. Perspectivas das pesquisas sobre regiões de influência das cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis.

- lis. X SIMPURB. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, E. X. G. et al. Regiões de influência das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 2005, Fortaleza. *Livro de resumos*. Fortaleza, 2005. p. 44.

PIB dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=./pub/Pib_Municipios>. Acesso em mar. 2008.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo_federal/estrutura>. Acesso em: 10 set. 2007.

PRODUTO interno bruto dos municípios 2002-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 224 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/pibmunic2005.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO. *Atlas de cobertura 2004*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.band.com.br/comercial/atlas.asp>>. Acesso em: 30 maio 2005.

REDE GAZETA DE TELEVISÃO. *Atlas de cobertura 2004*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.tvgazeta.com.br/comercial/atlascobertura.php>>. Acesso em: 8 mar. 2005.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Atlas de cobertura 2004*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://comercial.redeglobo.com.br/atlas2004>>. Acesso em: 24 maio 2005.

REDE TV! *Atlas de cobertura 2004*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.redetv.com.br/easymedia/mapaCobertura/frmEmissora.aspx>>. Acesso em: 1 set. 2005.

REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 212 p.

REGIÕES de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.

RELAÇÃO de cursos recomendados e reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

ROCHEFORT, M. La armature urbaine et le réseau urbain. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americanano de Geografia e História, n. 63, t. XXXV, p. 33-50, jul./dez. 1965.

_____. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961.

ROCHEFORT, M; HAUTREUX, J. *La fonction régionale dans l'armature urbaine française*. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO. *Atlas de cobertura 2004*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://sbt.com.br/comercial/emissoras>>. Acesso em: 21 jun. 2005.

SISTEMA financeiro nacional. Informações cadastrais e contábeis. Informações contábeis. Estatística bancária por município (transferência de arquivo). Dezembro/2004. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações de Economia e Finanças. Brasília, DF, [2005]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2005.

SUBSÍDIOS à regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 208 p.

TV CULTURA. *Atlas de cobertura 2004*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/captacao/tv_cobertura.asp>. Acesso em: 22 jun. 2005.

VALOR 1000. São Paulo: Valor Econômico, v. 5, n. 5, 2005.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Universitaires de France, 1996. 262 p. (Economie en liberté, 0768-0988).

Apêndice

Ligações empresariais dos centros de mais alto nível

São Paulo - 1A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Rio de Janeiro (RJ)	6 549
2	Campinas (SP)	2 596
3	Belo Horizonte (MG)	2 280
4	Curitiba (PR)	2 206
5	Brasília (DF)	2 102
6	Porto Alegre (RS)	1 754
7	Santos (SP)	1 619
8	São José dos Campos (SP)	1 267
9	Salvador (BA)	1 217
10	Recife (PE)	1 071
11	Sorocaba (SP)	875
12	Jundiaí (SP)	736
13	Ribeirão Preto (SP)	724
14	Goiânia (GO)	717
15	Vitória (ES)	694
16	Fortaleza (CE)	629
17	Manaus (AM)	602
18	Londrina (PR)	424
19	São José do Rio Preto (SP)	393
20	Belém (PA)	360

Rio de Janeiro - 1B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	6 549
2	Brasília (DF)	948
3	Belo Horizonte (MG)	892
4	Curitiba (PR)	533
5	Vitória (ES)	471
6	Porto Alegre (RS)	468
7	Salvador (BA)	424
8	Recife (PE)	376
9	Rio Bonito (RJ)	368
10	Campinas (SP)	318
11	Macacé (RJ)	275
12	Volta Redonda (RJ)	234
13	Três Rios (RJ)	229
14	Fortaleza (CE)	221
15	Santos (SP)	203
16	Manaus (AM)	184
17	Juiz de Fora (MG)	168
18	Goiânia (GO)	164
19	Belém (PA)	150
20	Teresópolis (RJ)	124

Brasília - 1B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	2 102
2	Rio de Janeiro (RJ)	948
3	Goiânia (GO)	627
4	Belo Horizonte (MG)	481
5	Curitiba (PR)	285
6	Porto Alegre (RS)	275
7	Salvador (BA)	209
8	Recife (PE)	199
9	Fortaleza (CE)	196
10	Campinas (SP)	187
11	Vitória (ES)	140
12	Cuiabá (MT)	117
13	Belém (PA)	115
14	Manaus (AM)	104
15	Florianópolis (SC)	101
16	Natal (RN)	96
17	Uberlândia (MG)	95
18	Ribeirão Preto (SP)	82
19	São Luís (MA)	82
20	Campo Grande (MS)	82

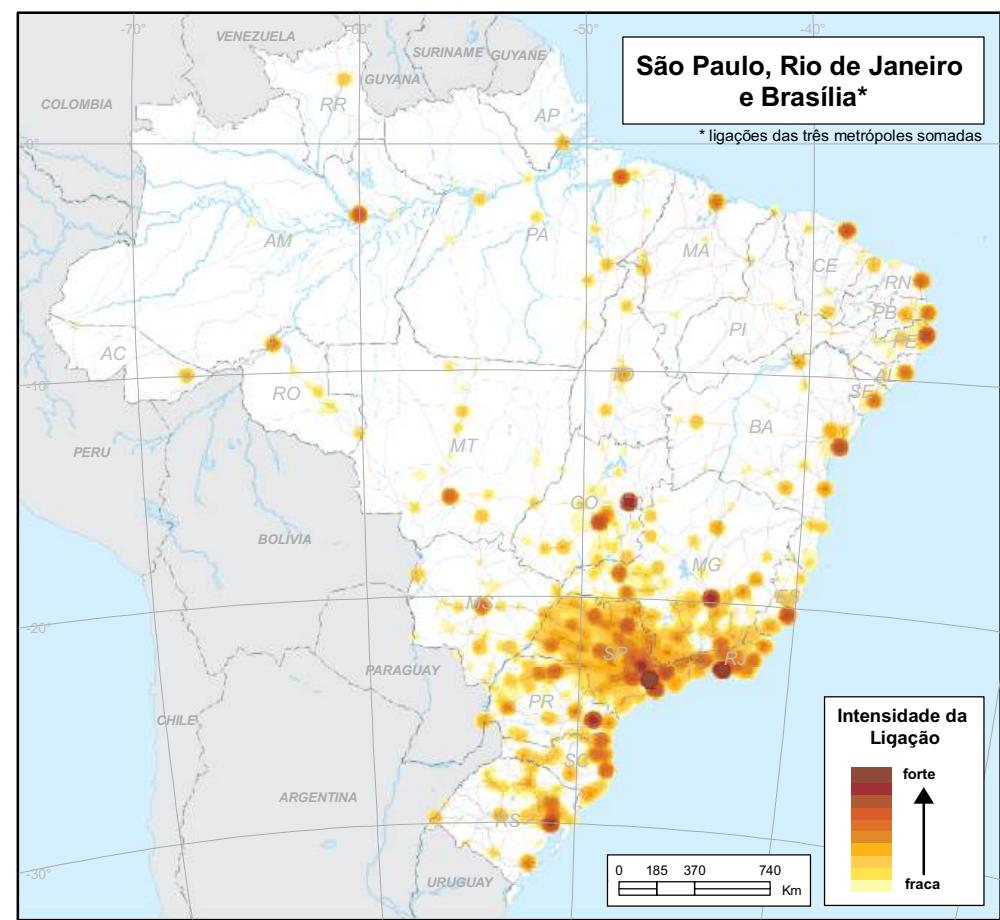
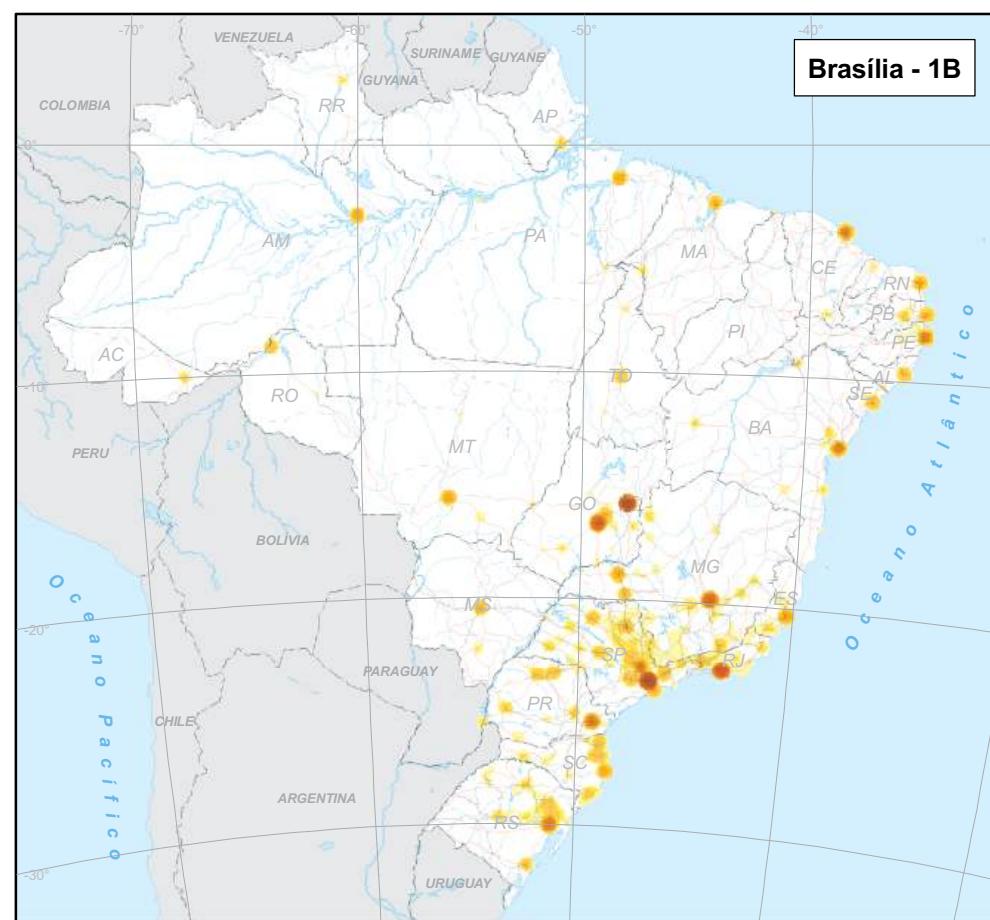
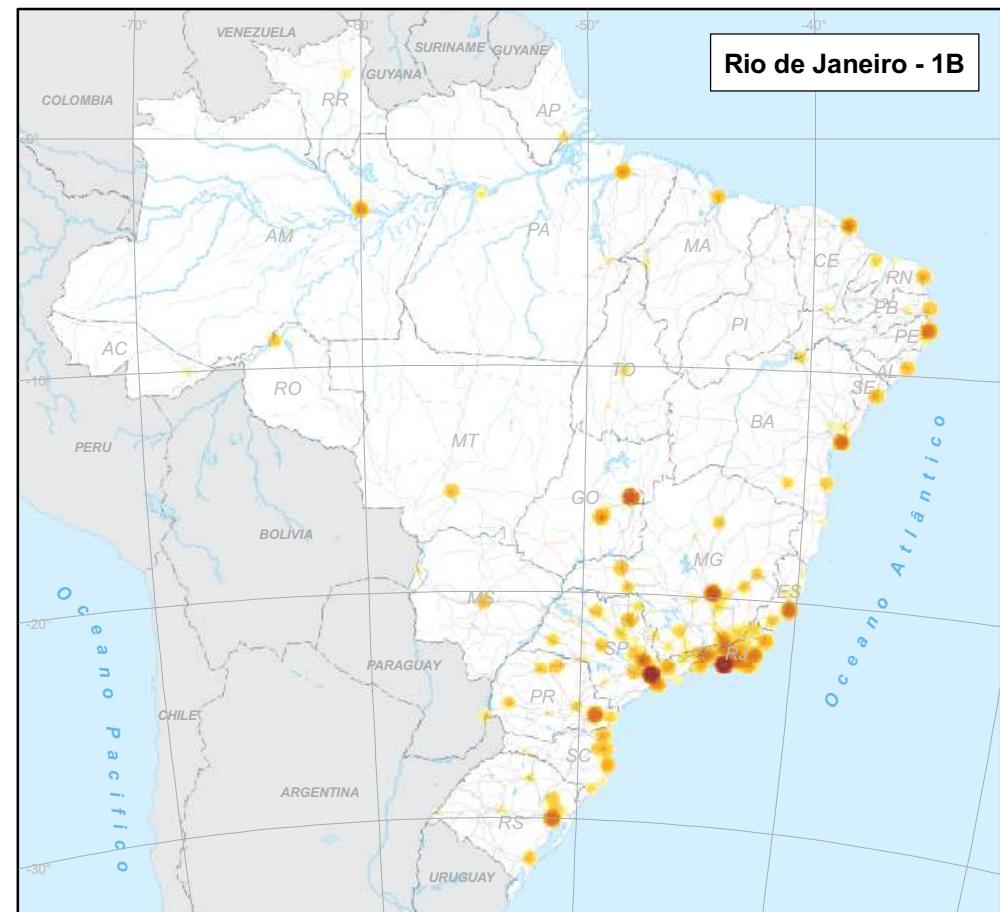
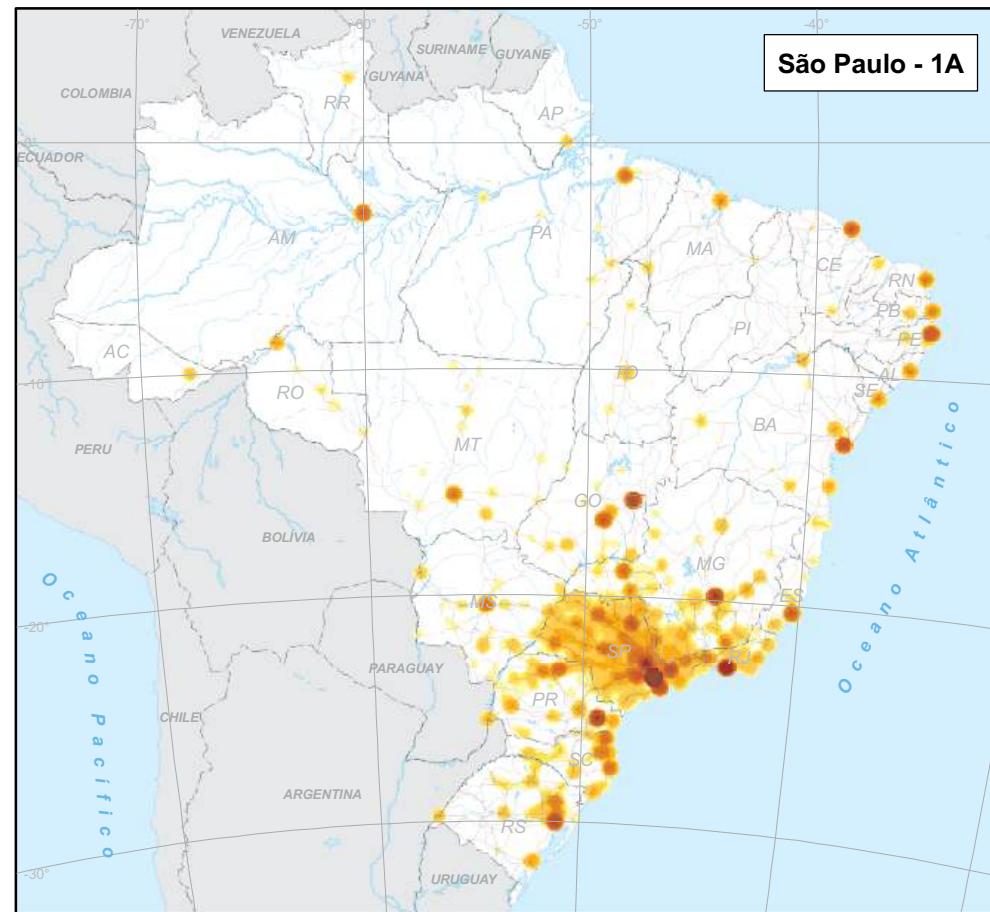
São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Belo Horizonte (MG)	3 653
2	Campinas (SP)	3 101
3	Curitiba (PR)	3 024
4	Porto Alegre (RS)	2 497
5	Santos (SP)	1 901
6	Salvador (BA)	1 850
7	Recife (PE)	1 646
8	Goiânia (GO)	1 508
9	São José dos Campos (SP)	1 455
10	Vitória (ES)	1 305
11	Fortaleza (CE)	1 046
12	Sorocaba (SP)	1 007
13	Ribeirão Preto (SP)	904
14	Manaus (AM)	890
15	Jundiaí (SP)	819
16	Belém (PA)	625
17	Florianópolis (SC)	556
18	Londrina (PR)	544
19	Campo Grande (MS)	494
20	Cuiabá (MT)	492

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Belém - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	360
2	Rio de Janeiro (RJ)	150
3	Manaus (AM)	140
4	Macapá (AP)	119
5	Brasília (DF)	115
6	Fortaleza (CE)	103
7	São Luís (MA)	83
8	Castanhal (PA)	72
9	Santarém (PA)	50
10	Marabá (PA)	47
11	Recife (PE)	45
12	Curitiba (PR)	40
13	Belo Horizonte (MG)	36
14	Altamira (PA)	30
15	Abaetetuba (PA)	28
16	Goiânia (GO)	24
17	Capanema (PA)	23
18	Santa Isabel do Pará (PA)	22
19	Paragominas (PA)	22
20	Breves (PA)	21

Fortaleza - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	629
2	Recife (PE)	294
3	Rio de Janeiro (RJ)	221
4	Brasília (DF)	196
5	Natal (RN)	156
6	Juazeiro do Norte (CE)	132
7	Salvador (BA)	123
8	São Luís (MA)	111
9	Belém (PA)	103
10	João Pessoa (PB)	93
11	Sobral (CE)	64
12	Mossoró (RN)	54
13	Belo Horizonte (MG)	53
14	Porto Alegre (RS)	46
15	Manaus (AM)	46
16	Curitiba (PR)	45
17	Maceió (AL)	41
18	Pacajus (CE)	29
19	Campinas (SP)	28
20	Goiânia (GO)	27

Manaus - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	602
2	Rio de Janeiro (RJ)	184
3	Belém (PA)	140
4	Brasília (DF)	104
5	Porto Velho (RO)	96
6	Boa Vista (RR)	64
7	Recife (PE)	49
8	Belo Horizonte (MG)	48
9	Fortaleza (CE)	46
10	Campinas (SP)	38
11	Porto Alegre (RS)	36
12	Cuiabá (MT)	33
13	Curitiba (PR)	33
14	Macapá (AP)	32
15	Rio Branco (AC)	25
16	Itacoatiara (AM)	20
17	Salvador (BA)	18
18	Goiânia (GO)	17
19	Manacapuru (AM)	16
20	São Luís (MA)	16

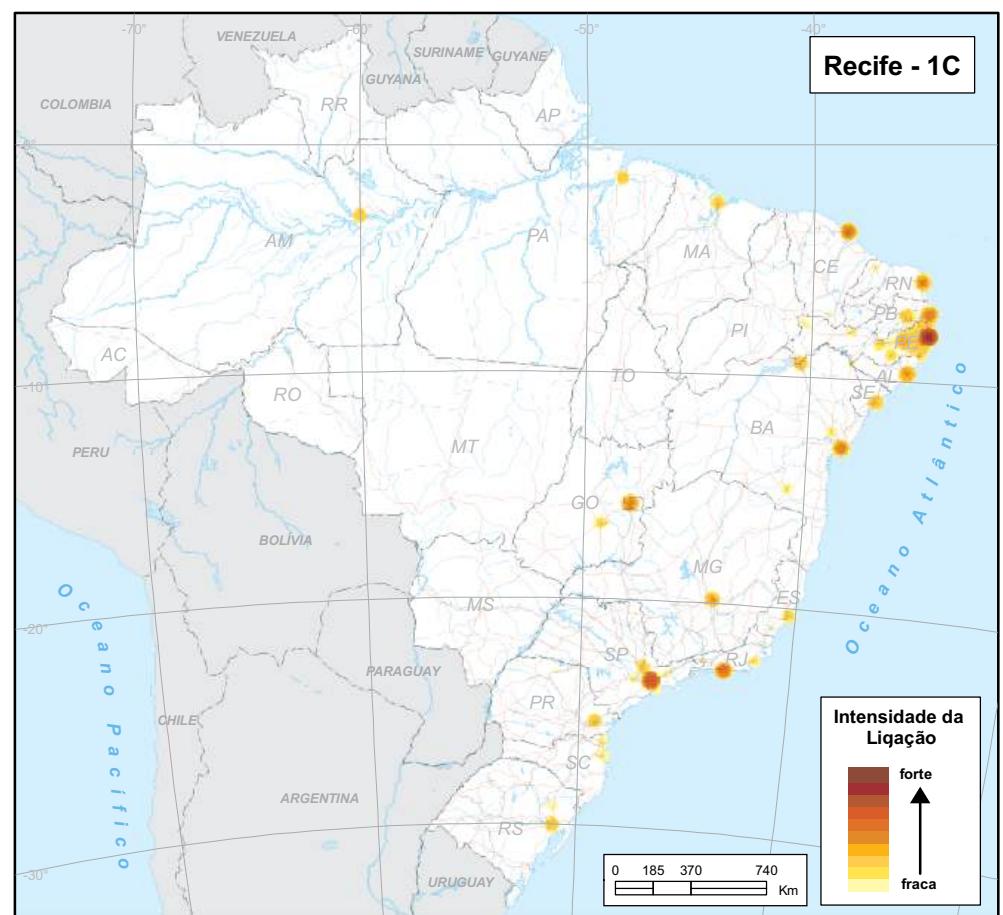
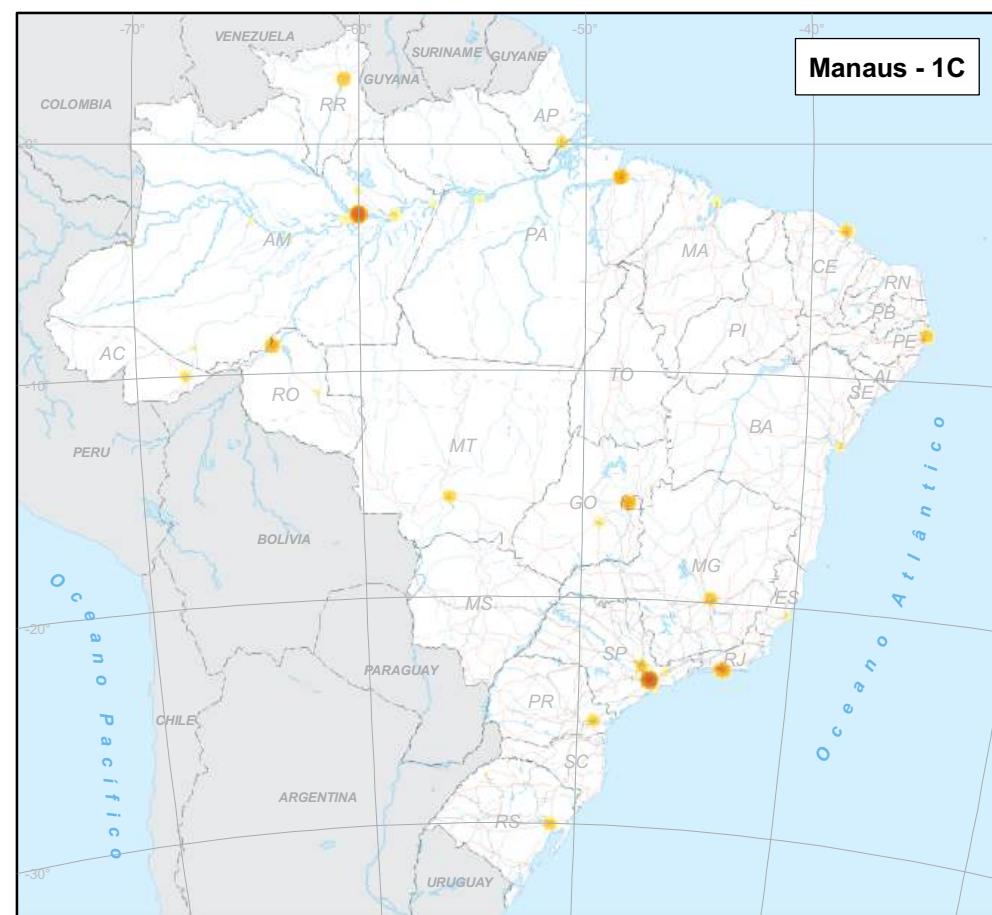
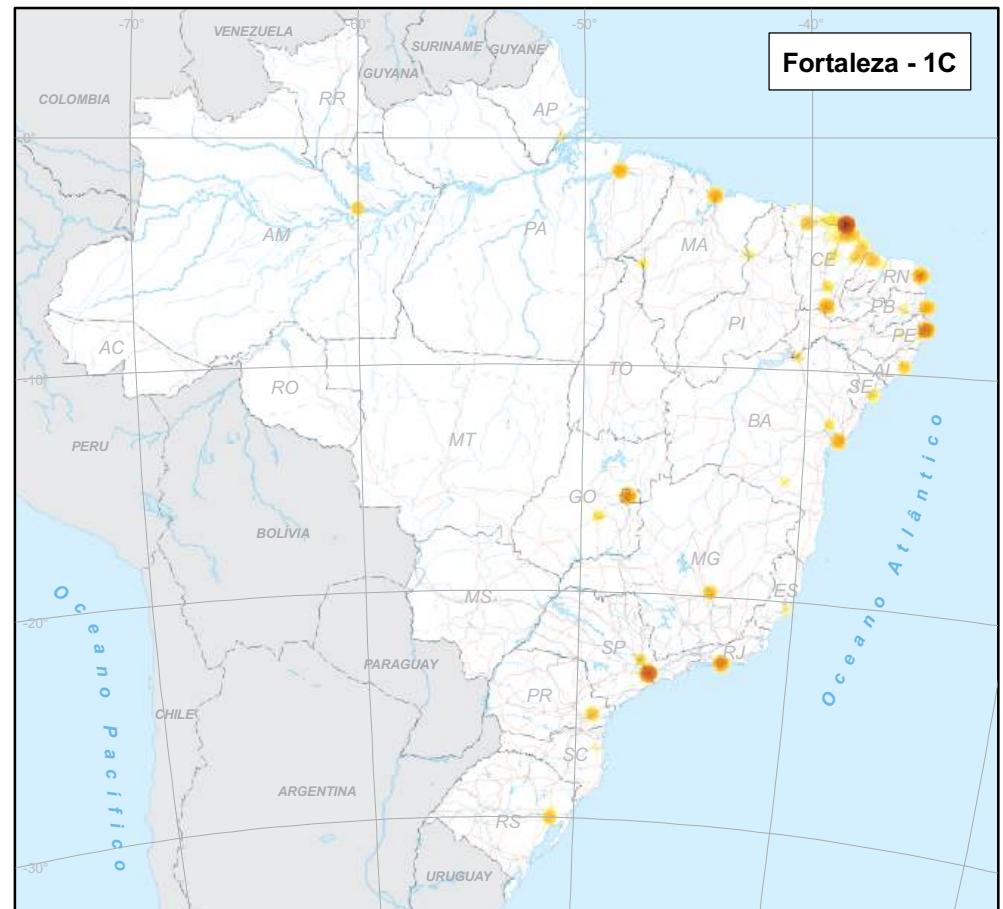
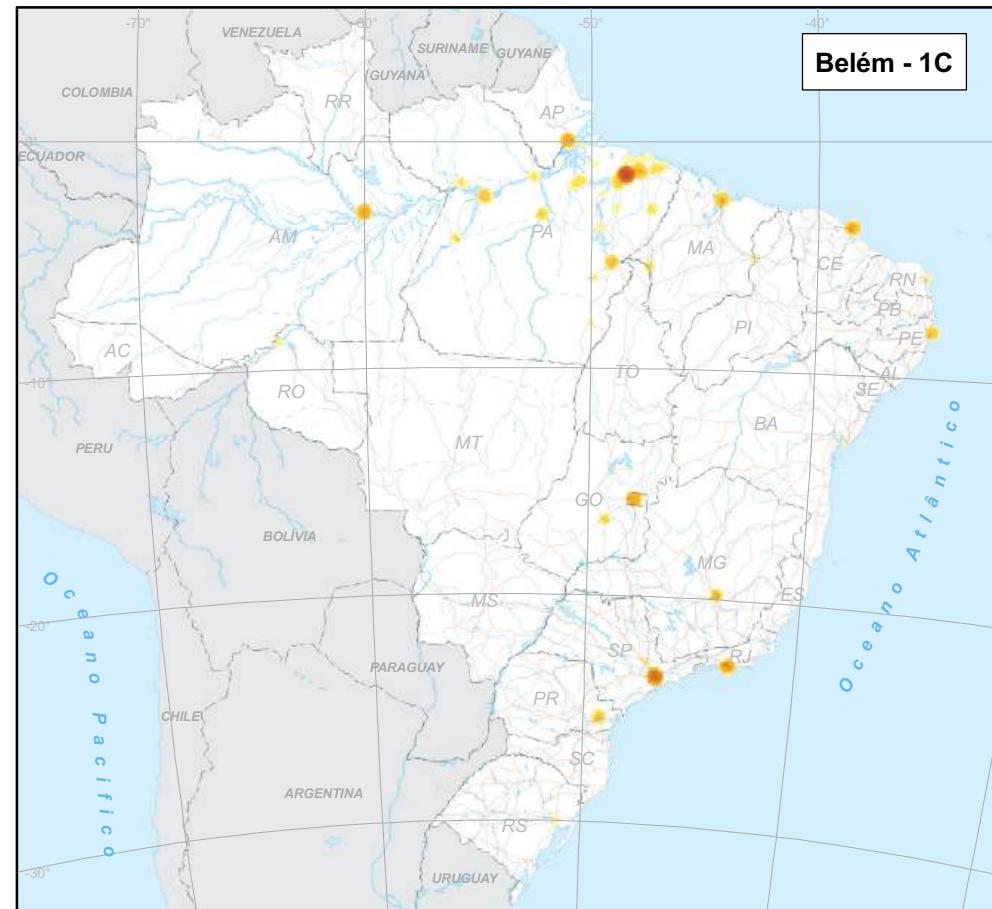
Recife - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	1 071
2	Rio de Janeiro (RJ)	376
3	Fortaleza (CE)	294
4	Salvador (BA)	233
5	João Pessoa (PB)	230
6	Brasília (DF)	199
7	Natal (RN)	159
8	Maceió (AL)	145
9	Caruaru (PE)	103
10	Belo Horizonte (MG)	87
11	Aracaju (SE)	70
12	Petrolina (PE)	65
13	Campina Grande (PB)	58
14	Curitiba (PR)	53
15	Porto Alegre (RS)	53
16	Ipojuca (PE)	51
17	São Luís (MA)	51
18	Manaus (AM)	49
19	Belém (PA)	45
20	Goiânia (GO)	37

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Salvador - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	1 217
2	Rio de Janeiro (RJ)	424
3	Feira de Santana (BA)	244
4	Recife (PE)	233
5	Brasília (DF)	209
6	Belo Horizonte (MG)	165
7	Aracaju (SE)	143
8	Fortaleza (CE)	123
9	Ilhéus (BA)	114
10	Vitória da Conquista (BA)	93
11	Curitiba (PR)	75
12	Porto Alegre (RS)	56
13	Vitória (ES)	53
14	Campinas (SP)	48
15	Maceió (AL)	34
16	Santo Antônio de Jesus (BA)	32
17	Petrolina (PE)	32
18	Jequié (BA)	29
19	Goiânia (GO)	29
20	São José dos Campos (SP)	27

Belo Horizonte - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	2 280
2	Rio de Janeiro (RJ)	892
3	Brasília (DF)	481
4	Vitória (ES)	266
5	Curitiba (PR)	173
6	Salvador (BA)	165
7	Ipatinga (MG)	142
8	Porto Alegre (RS)	139
9	Juiz de Fora (MG)	135
10	Uberlândia (MG)	133
11	Campinas (SP)	125
12	Montes Claros (MG)	113
13	Goiânia (GO)	107
14	Divinópolis (MG)	95
15	Recife (PE)	87
16	Governador Valadares (MG)	85
17	Itaúna (MG)	55
18	Fortaleza (CE)	53
19	São José dos Campos (SP)	53
20	Volta Redonda (RJ)	52

Curitiba - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	2 206
2	Rio de Janeiro (RJ)	533
3	Porto Alegre (RS)	439
4	Brasília (DF)	285
5	Londrina (PR)	264
6	Joinville (SC)	203
7	Ponta Grossa (PR)	197
8	Florianópolis (SC)	192
9	Belo Horizonte (MG)	173
10	Maringá (PR)	166
11	Paranaguá (PR)	153
12	Campinas (SP)	138
13	Cascavel (PR)	103
14	Blumenau (SC)	89
15	Foz do Iguaçu (PR)	85
16	Salvador (BA)	75
17	Guarapuava (PR)	69
18	Caxias do Sul (RS)	67
19	Mandirituba (PR)	57
20	Recife (PE)	53

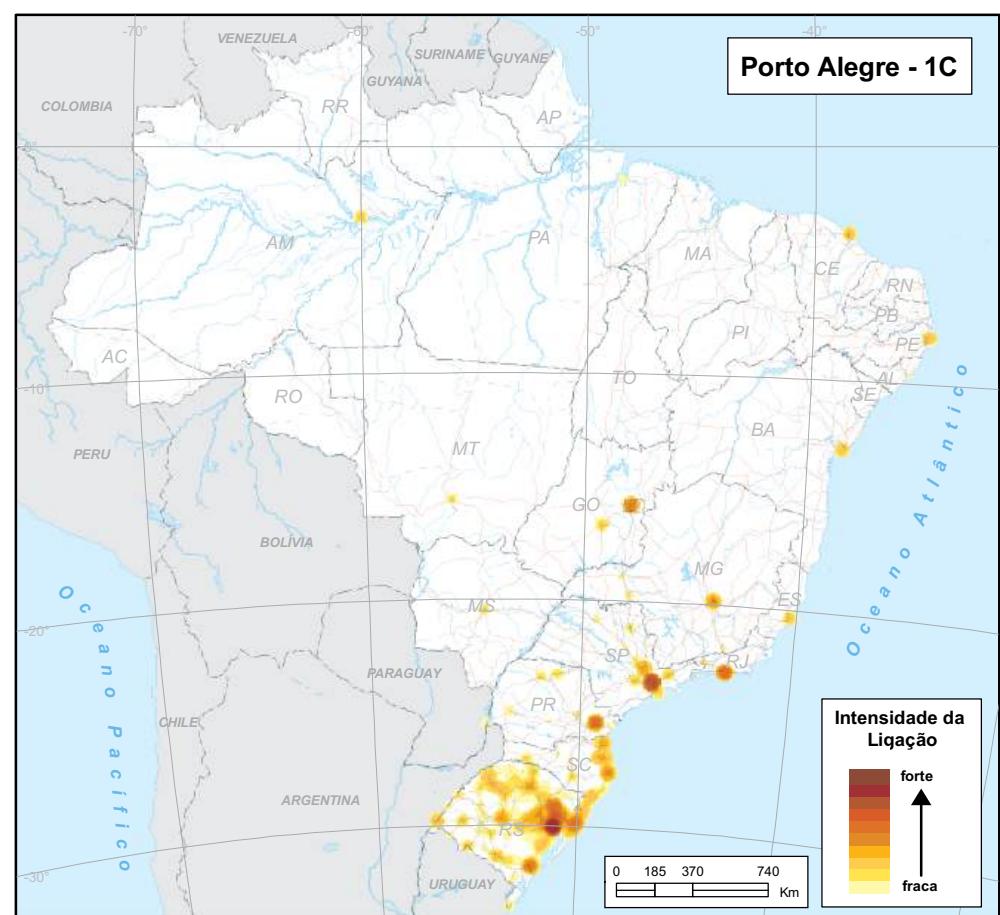
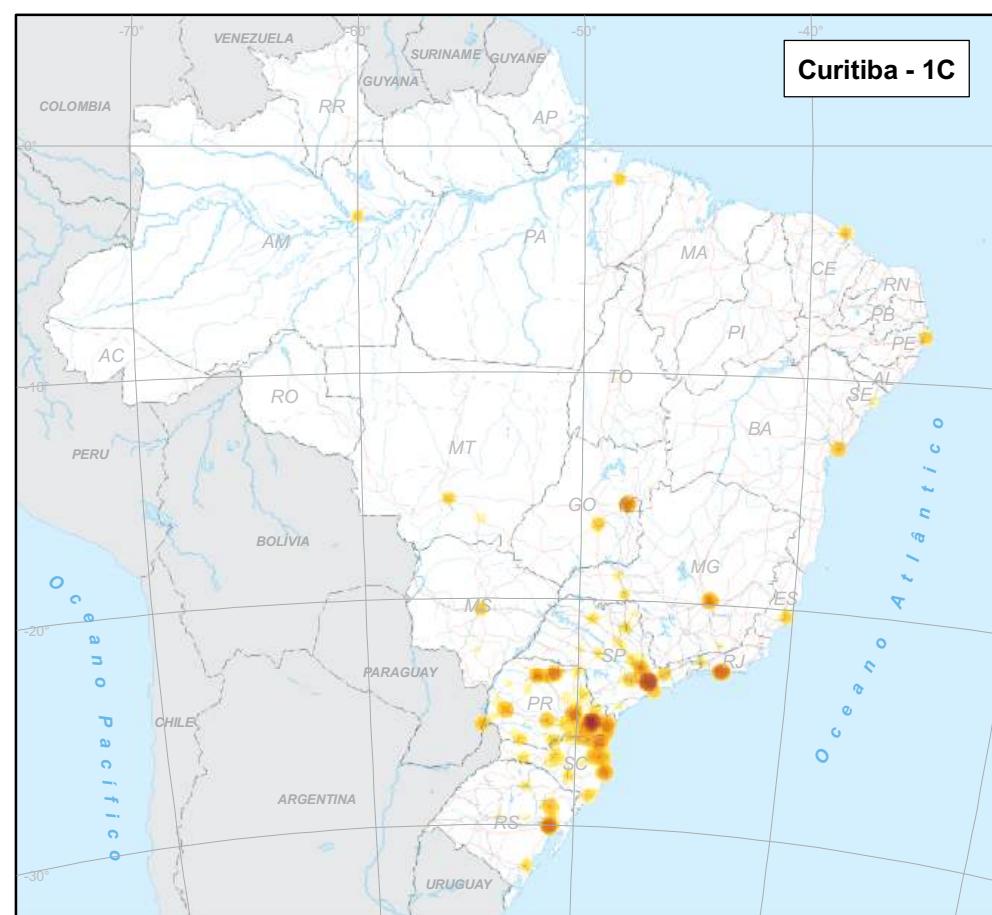
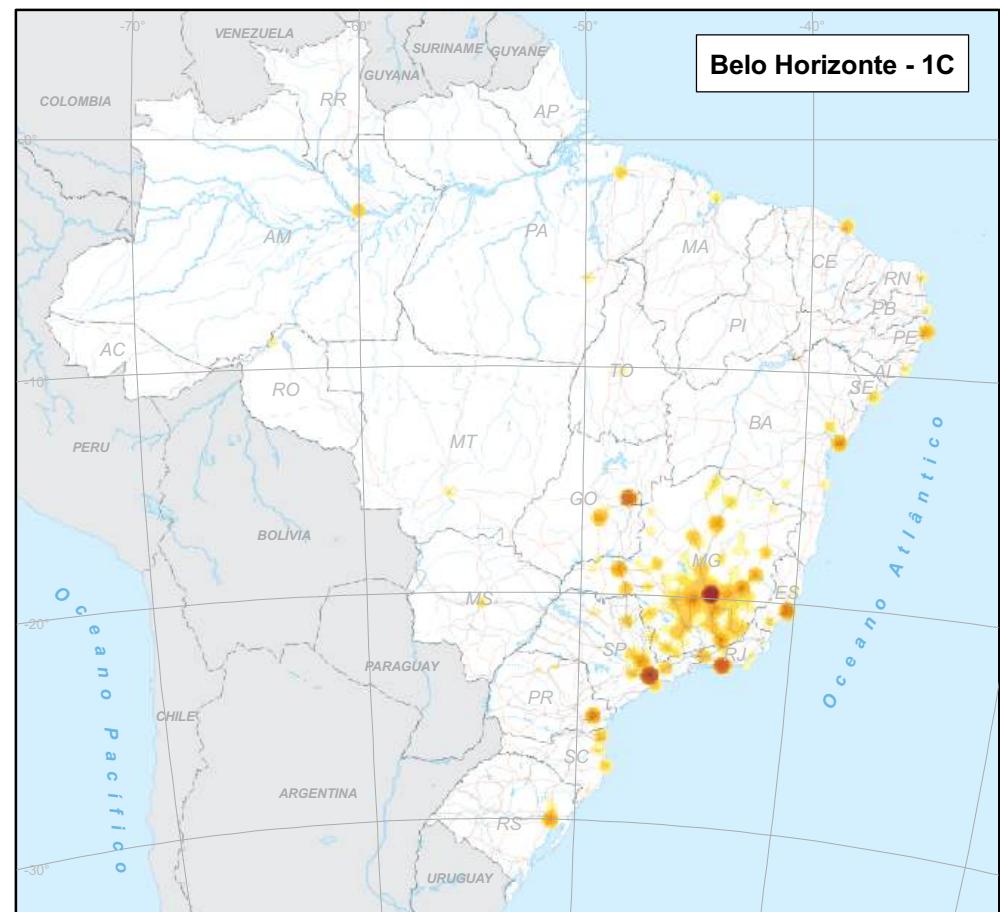
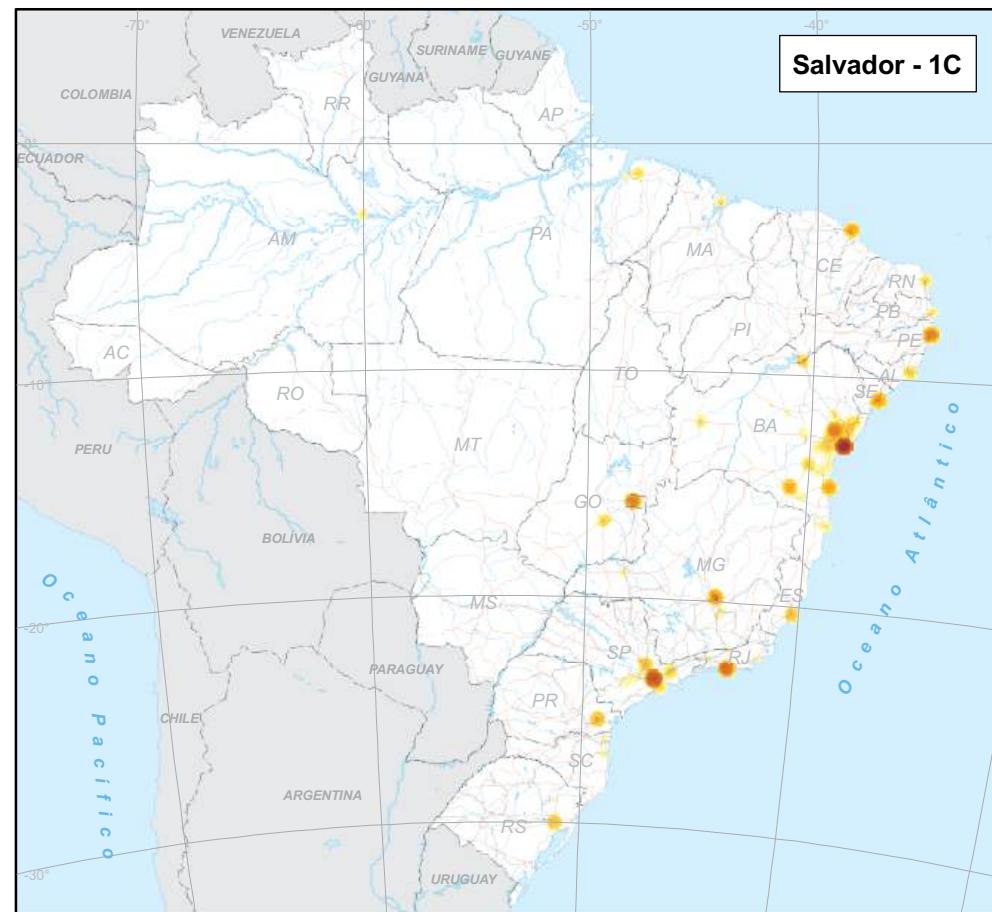
Porto Alegre - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	1 754
2	Novo Hamburgo (RS)	761
3	Rio de Janeiro (RJ)	468
4	Curitiba (PR)	439
5	Caxias do Sul (RS)	397
6	Pelotas (RS)	277
7	Brasília (DF)	275
8	Florianópolis (SC)	170
9	Capão da Canoa (RS)	149
10	Belo Horizonte (MG)	139
11	Santa Maria (RS)	119
12	Taquara (RS)	110
13	Campinas (SP)	106
14	Tramandaí (RS)	98
15	Passo Fundo (RS)	90
16	Santa Cruz do Sul (RS)	89
17	Joinville (SC)	83
18	Lajeado (RS)	79
19	Xangri-lá (RS)	73
20	Uruguaiana (RS)	61

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Goiânia - 1C
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	717
2	Brasília (DF)	627
3	Rio de Janeiro (RJ)	164
4	Anápolis (GO)	151
5	Belo Horizonte (MG)	107
6	Uberlândia (MG)	100
7	Palmas (TO)	66
8	Rio Verde (GO)	62
9	Cuiabá (MT)	57
10	Curitiba (PR)	47
11	Campinas (SP)	47
12	Itumbiara (GO)	37
13	Caldas Novas (GO)	36
14	Porto Alegre (RS)	30
15	Araguaína (TO)	30
16	Salvador (BA)	29
17	Fortaleza (CE)	27
18	Recife (PE)	27
19	Gurupi (TO)	25
20	Jataí (GO)	24

São Luís - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	160
2	Fortaleza (CE)	111
3	Belém (PA)	83
4	Brasília (DF)	82
5	Rio de Janeiro (RJ)	78
6	Recife (PE)	51
7	Imperatriz (MA)	50
8	Teresina (PI)	42
9	Belo Horizonte (MG)	21
10	Bacabal (MA)	20
11	Salvador (BA)	19
12	Manaus (AM)	16
13	Santa Inês (MA)	15
14	Balsas (MA)	11
15	Itapecuru Mirim (MA)	9
16	Caxias (MA)	9
17	Macapá (AP)	9
18	Pinheiro (MA)	8
19	Goiânia (GO)	8
20	Vitória (ES)	8

Teresina - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Fortaleza (CE)	125
2	São Paulo (SP)	105
3	Brasília (DF)	83
4	São Luis (MA)	68
5	Rio de Janeiro (RJ)	44
6	Picos (PI)	43
7	Parnaíba (PI)	37
8	Recife (PE)	31
9	Belém (PA)	28
10	Caxias (MA)	22
11	Campo Maior (PI)	21
12	Belo Horizonte	16
13	Floriano (PI)	15
14	Piripiri (PI)	12
15	Altos (PI)	12
16	Imperatriz (MA)	11
17	Natal (RN)	10
18	Salvador (BA)	9
19	Petrolina - Juazeiro (PE/BA)	8
20	Barreiras (BA)	5

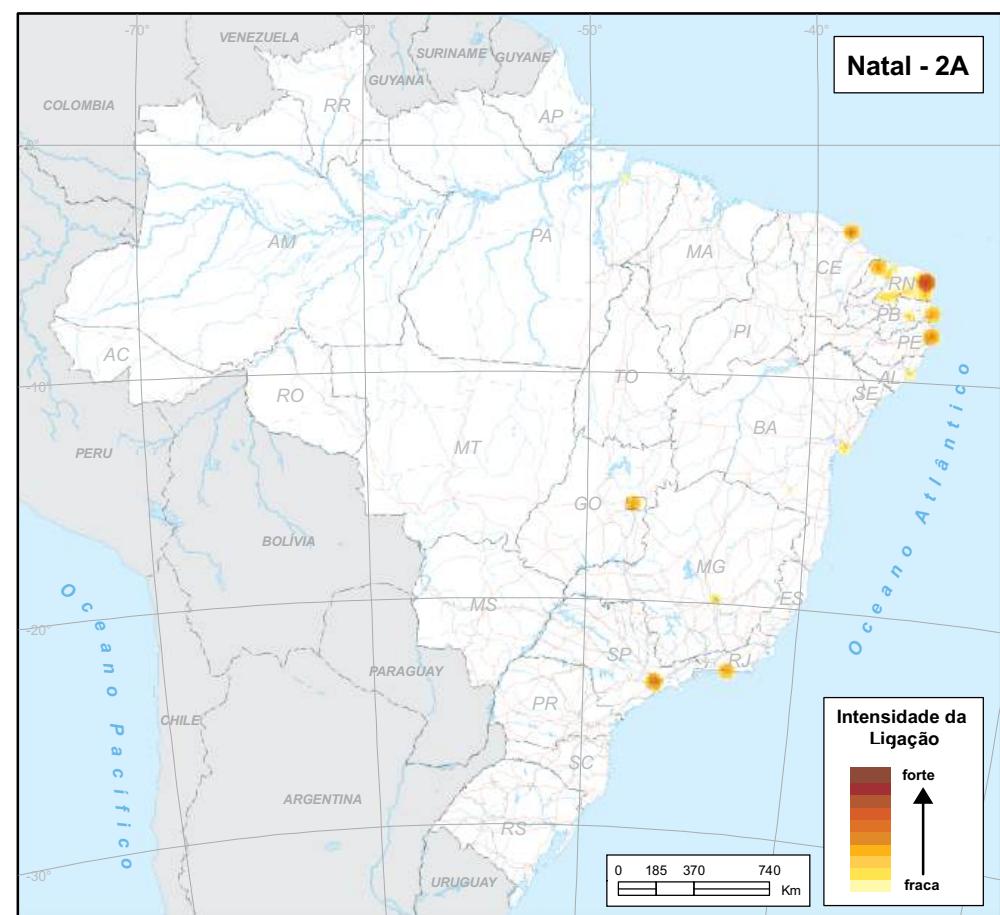
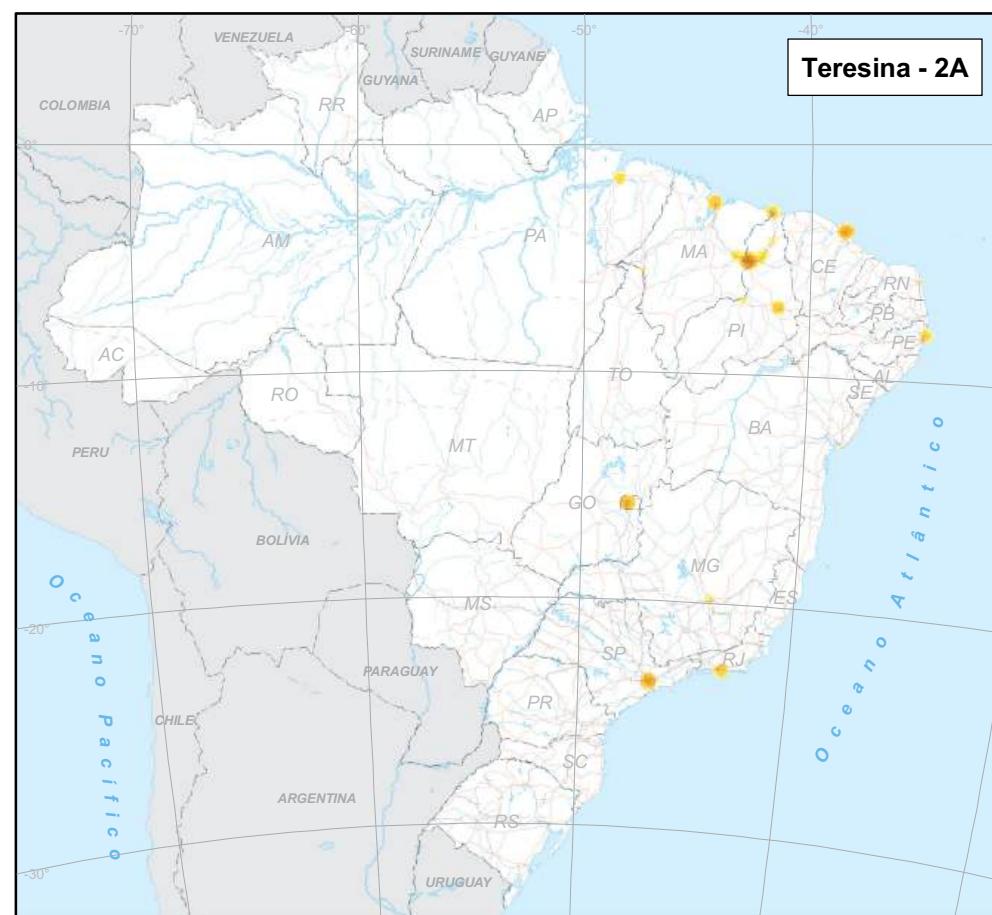
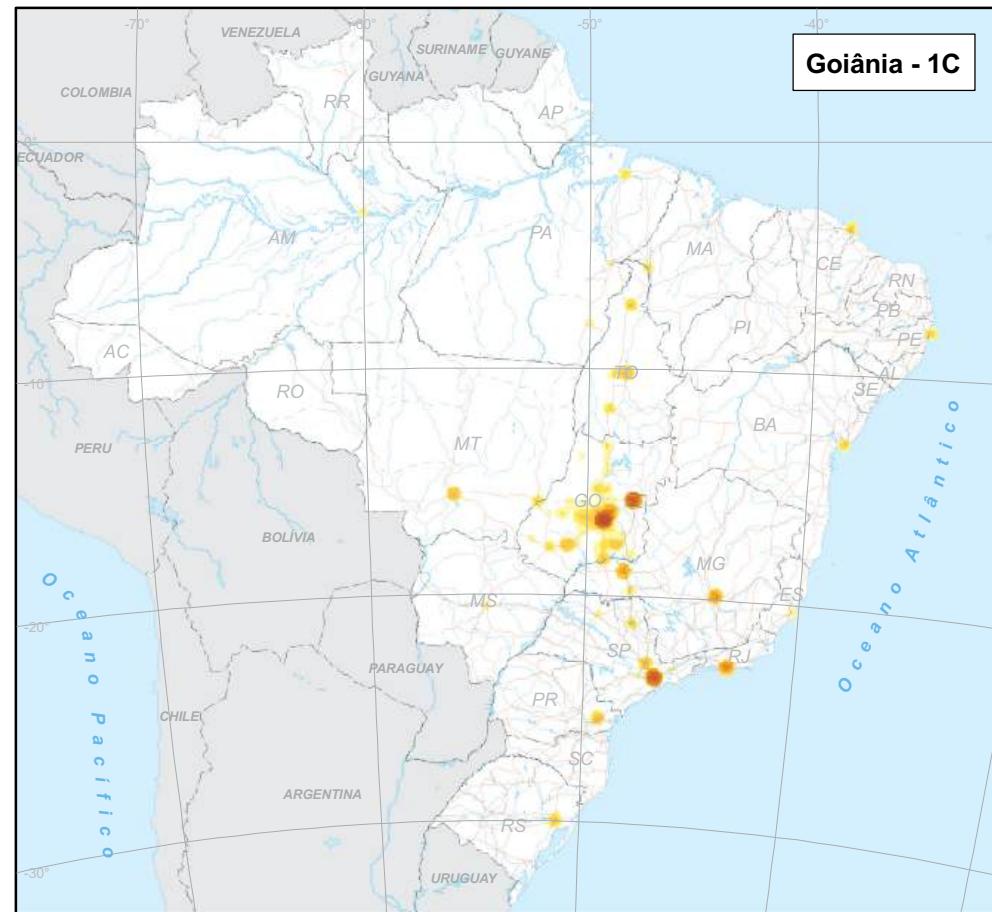
Natal - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	198
2	Recife (PE)	159
3	Fortaleza (CE)	156
4	Mossoró (RN)	102
5	João Pessoa (PB)	98
6	Brasília (DF)	96
7	Rio de Janeiro (RJ)	92
8	Salvador (BA)	23
9	Ceará-Mirim (RN)	19
10	Belo Horizonte (MG)	18
11	Campina Grande (PB)	18
12	Caicó (RN)	17
13	Açu (RN)	17
14	Maceió (AL)	17
15	Santa Cruz (RN)	16
16	Currais Novos (RN)	13
17	Belém (PA)	12
18	Aracaju (SE)	9
19	Vitória da Conquista (BA)	9
20	Tibau do Sul (RN)	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



João Pessoa - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Recife (PE)	230
2	Campina Grande (PB)	182
3	São Paulo (SP)	178
4	Natal (RN)	98
5	Fortaleza (CE)	93
6	Brasília (DF)	76
7	Rio de Janeiro (RJ)	67
8	Aracaju (SE)	25
9	Maceió (AL)	24
10	Guarabira (PB)	19
11	Patos (PB)	19
12	Salvador (BA)	17
13	Belo Horizonte (MG)	15
14	Mamanguape (PB)	13
15	Cajazeiras (PB)	12
16	Sapé (PB)	12
17	Sousa (PB)	11
18	Vitória da Conquista (BA)	8
19	Belém (PA)	8
20	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	6

Maceió - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	164
2	Recife (PE)	145
3	Rio de Janeiro (RJ)	71
4	Brasília (DF)	68
5	Arapiraca (AL)	60
6	Aracaju (SE)	56
7	Fortaleza (CE)	41
8	Salvador (BA)	34
9	João Pessoa (PB)	24
10	Natal (RN)	17
11	Belo Horizonte (MG)	17
12	São Miguel dos Campos (AL)	16
13	Marechal Deodoro (AL)	16
14	Garanhuns (PE)	16
15	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	13
16	União dos Palmares (AL)	12
17	Porto Alegre (RS)	10
18	Palmeira dos Índios (AL)	9
19	Vitória da Conquista (BA)	9
20	Coruripe (AL)	8

Aracaju - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	144
2	Salvador (BA)	143
3	Rio de Janeiro (RJ)	88
4	Recife (PE)	70
5	Brasília (DF)	67
6	Maceió (AL)	56
7	Itabaiana (SE)	42
8	Lagarto (SE)	36
9	Estância (SE)	33
10	Belo Horizonte (MG)	27
11	Fortaleza (CE)	27
12	João Pessoa (PB)	25
13	Feira de Santana (BA)	18
14	Curitiba (PR)	14
15	Propriá (SE)	13
16	Tobias Barreto (SE)	12
17	Nossa Senhora da Glória (SE)	11
18	Vitória da Conquista (BA)	11
19	Itabaianinha (SE)	10
20	Itaporanga d'Ajuda (SE)	10

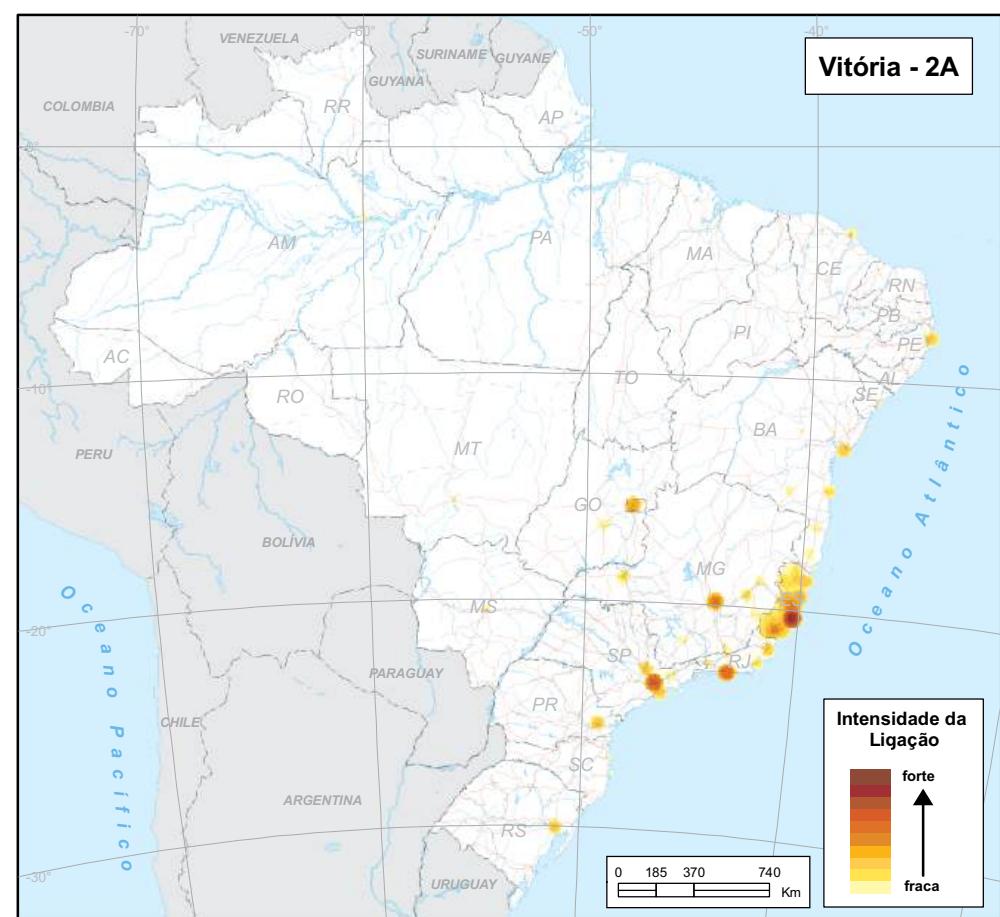
Vitória - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	694
2	Rio de Janeiro (RJ)	471
3	Belo Horizonte (MG)	266
4	Cachoeiro de Itapemirim (ES)	142
5	Brasília (DF)	140
6	Colatina (ES)	95
7	Linhares (ES)	91
8	Fundão (ES)	82
9	Ibiraçu (ES)	74
10	Aracruz (ES)	62
11	Salvador (BA)	53
12	Santos (SP)	42
13	Curitiba (PR)	41
14	Porto Alegre (RS)	37
15	São Mateus (ES)	36
16	Campos dos Goytacazes (RJ)	36
17	Campinas (SP)	36
18	Recife (PE)	36
19	Uberlândia (MG)	26
20	Ilhéus (BA)	25

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Campinas - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	2 596
2	Rio de Janeiro (RJ)	318
3	Brasília (DF)	187
4	Piracicaba (SP)	162
5	Sorocaba (SP)	139
6	Curitiba (PR)	138
7	Jundiaí (SP)	129
8	Belo Horizonte (MG)	125
9	Santos (SP)	124
10	Limeira (SP)	114
11	Ribeirão Preto (SP)	113
12	Porto Alegre (RS)	106
13	Santo Antônio de Posse (SP)	87
14	São José dos Campos (SP)	82
15	São José do Rio Preto (SP)	55
16	Salvador (BA)	48
17	Goiânia (GO)	47
18	Moji Mirim (SP)	42
19	Bauru (SP)	42
20	Manaus (AM)	38

Florianópolis - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	348
2	Joinville (SC)	215
3	Curitiba (PR)	192
4	Porto Alegre (RS)	170
5	Blumenau (SC)	137
6	Criciúma (SC)	125
7	Rio de Janeiro (RJ)	107
8	Brasília (DF)	101
9	Balneário Camboriú (SC)	63
10	Itajaí (SC)	63
11	Tubarão (SC)	54
12	Lages (SC)	48
13	Chapecó (SC)	30
14	Belo Horizonte (MG)	30
15	Brusque (SC)	29
16	Garopaba (SC)	25
17	Itapema (SC)	24
18	Caxias do Sul (RS)	23
19	Imbituba (SC)	22
20	Rio do Sul (SC)	21

Campo Grande - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	339
2	Cuiabá (MT)	140
3	Dourados (MS)	88
4	Brasília (DF)	82
5	Rio de Janeiro (RJ)	73
6	Curitiba (PR)	47
7	Presidente Prudente (SP)	41
8	Corumbá (MS)	40
9	Londrina (PR)	28
10	Rondonópolis (MT)	26
11	Campinas (SP)	23
12	Três Lagoas (MS)	23
13	Sidrolândia (MS)	21
14	Porto Alegre (RS)	21
15	Aquidauana (MS)	20
16	Belo Horizonte (MG)	20
17	Camapuã (MS)	19
18	São Gabriel do Oeste (MS)	18
19	Ponta Porã (MS)	17
20	Bonito (MS)	15

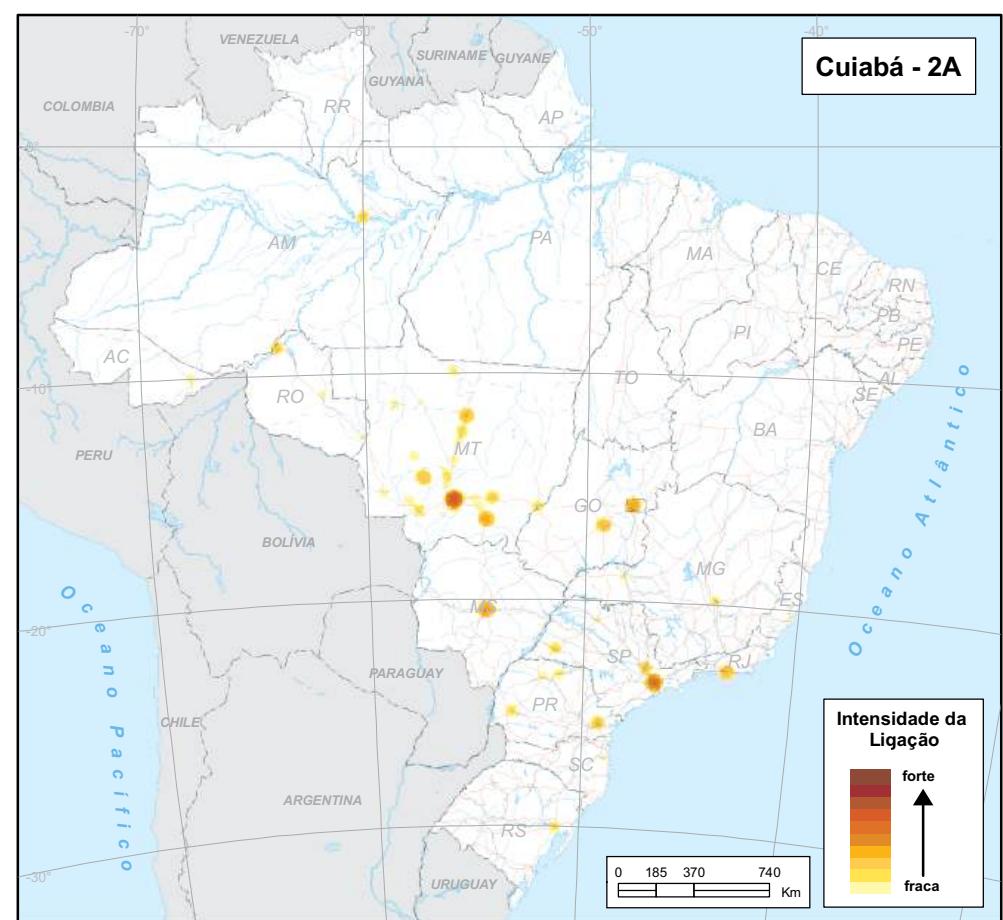
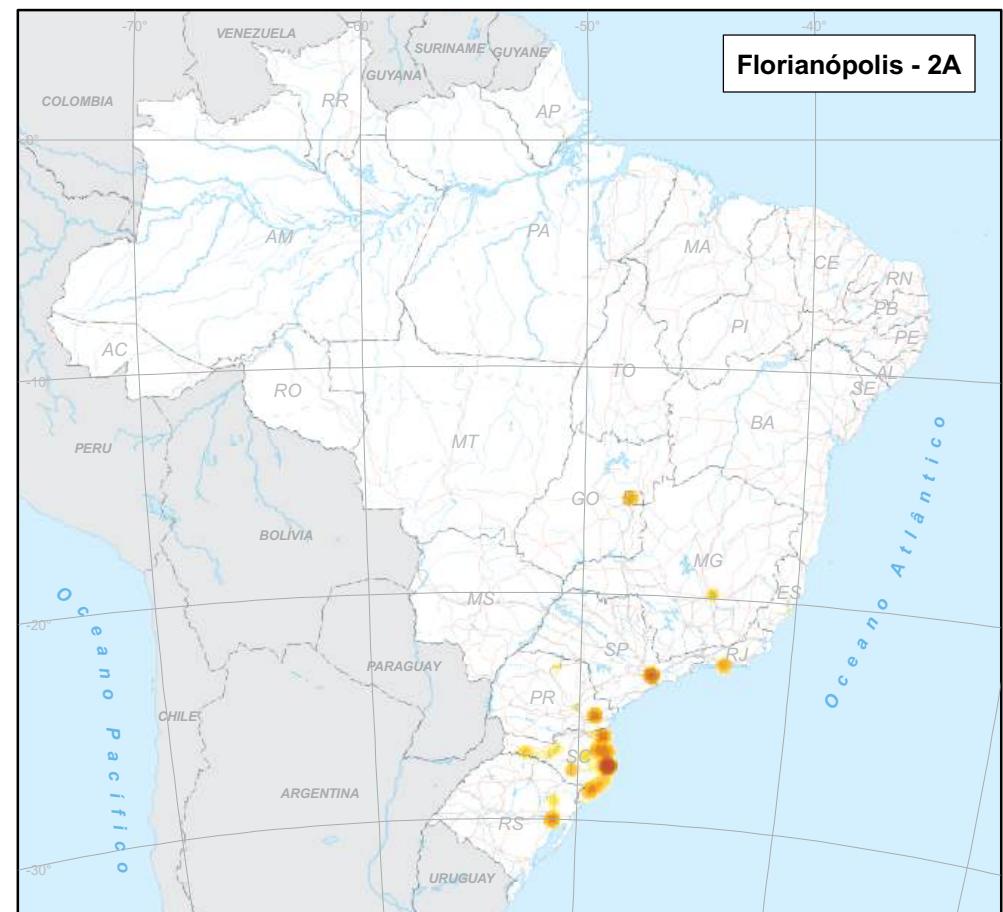
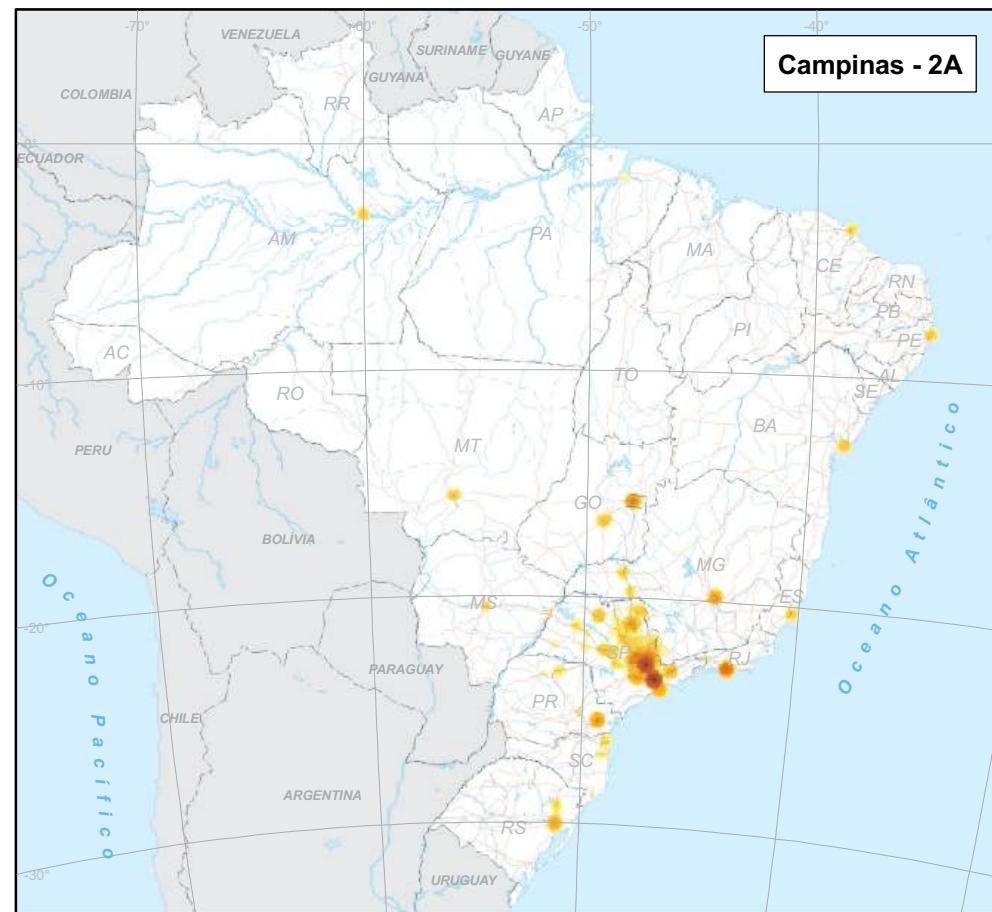
Cuiabá - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	307
2	Campo Grande (MS)	140
3	Brasília (DF)	117
4	Rondonópolis (MT)	109
5	Sinop (MT)	71
6	Rio de Janeiro (RJ)	68
7	Tangará da Serra (MT)	60
8	Goiânia (GO)	57
9	Curitiba (PR)	38
10	Campinas (SP)	38
11	Porto Velho (RO)	35
12	Primavera do Leste (MT)	34
13	Manaus (AM)	33
14	Santo Antônio do Leverger (MT)	30
15	Sorriso (MT)	26
16	Presidente Prudente (SP)	25
17	Cáceres (MT)	24
18	Barra do Garças (MT)	23
19	Porto Alegre (RS)	20
20	Cascavel (PR)	20

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Porto Velho - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	102
2	Manaus (AM)	96
3	Guajará-Mirim (RO)	65
4	Brasília (DF)	55
5	Rio Branco (AC)	47
6	Ji-Paraná (RO)	46
7	Rio de Janeiro (RJ)	42
8	Cuiabá (MT)	35
9	Vilhena (RO)	24
10	Ariquemes (RO)	20
11	Cacoal (RO)	20
12	Belo Horizonte (MG)	14
13	Belém (PA)	13
14	Jaru (RO)	11
15	Cascavel (PR)	9
16	Campo Grande (MS)	8
17	Goiânia (GO)	8
18	Curitiba (PR)	8
19	Uberlândia (MG)	6
20	Candeias do Jamari (RO)	5

Palmas - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	77
2	Goiânia (GO)	66
3	Brasília (DF)	52
4	Gurupi (TO)	36
5	Araguainá (TO)	34
6	Porto Nacional (TO)	28
7	Paraíso do Tocantins (TO)	27
8	Rio de Janeiro (RJ)	27
9	Belo Horizonte (MG)	15
10	Dianópolis (TO)	10
11	Curitiba (PR)	9
12	Salvador (BA)	8
13	Miracema do Tocantins (TO)	7
14	Cuiabá (MT)	7
15	Guaraí (TO)	6
16	Anápolis (GO)	6
17	Imperatriz (MA)	6
18	Aparecida do Rio Negro (TO)	5
19	Jaú do Tocantins (TO)	5
20	Rio Sono (TO)	5

Campina Grande - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	João Pessoa (PB)	182
2	Recife (PE)	58
3	São Paulo (SP)	43
4	Brasília (DF)	27
5	Natal (RN)	18
6	Fortaleza (CE)	16
7	Patos (PB)	14
8	Rio de Janeiro (RJ)	14
9	Esperança (PB)	11
10	Belo Horizonte (MG)	8
11	Sousa (PB)	7
12	Cajazeiras (PB)	7
13	Caruaru (PE)	6
14	Maceió (AL)	6
15	Boqueirão (PB)	5
16	Mossoró (RN)	5
17	Petrolina (PE)	5
18	Salvador (BA)	5
19	Juazeirinho (PB)	4
20	Soledade (PB)	4

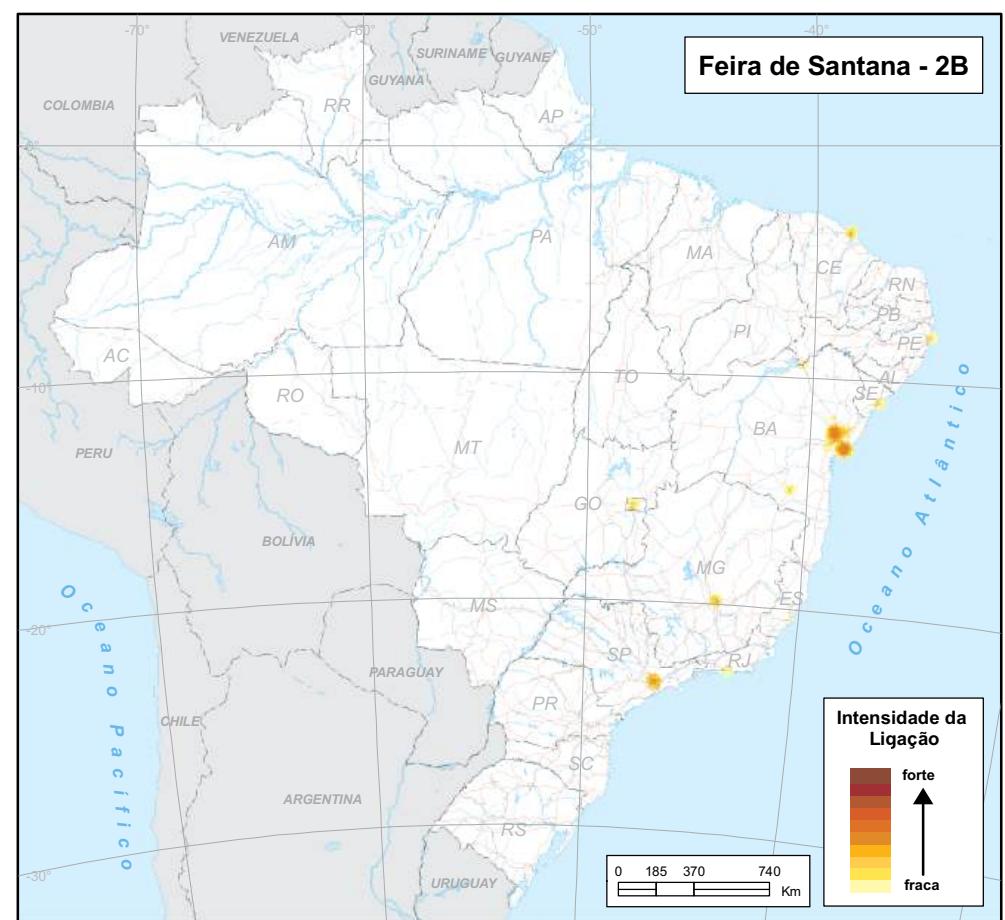
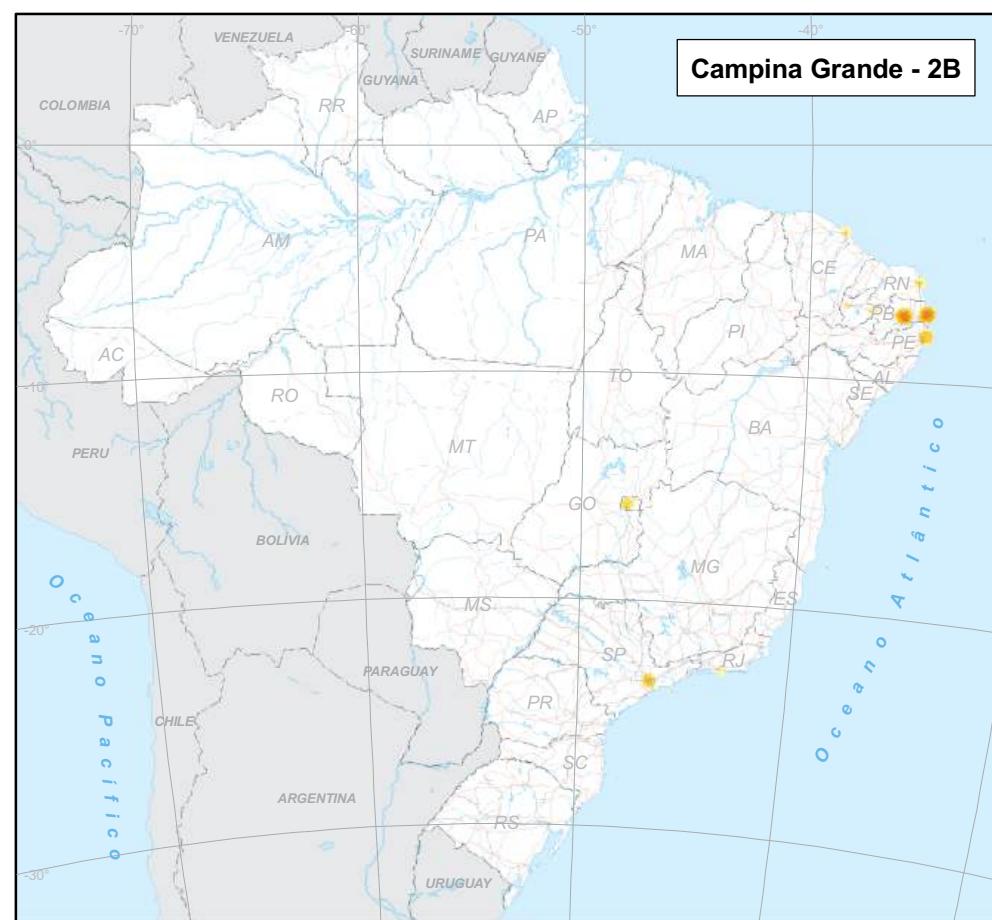
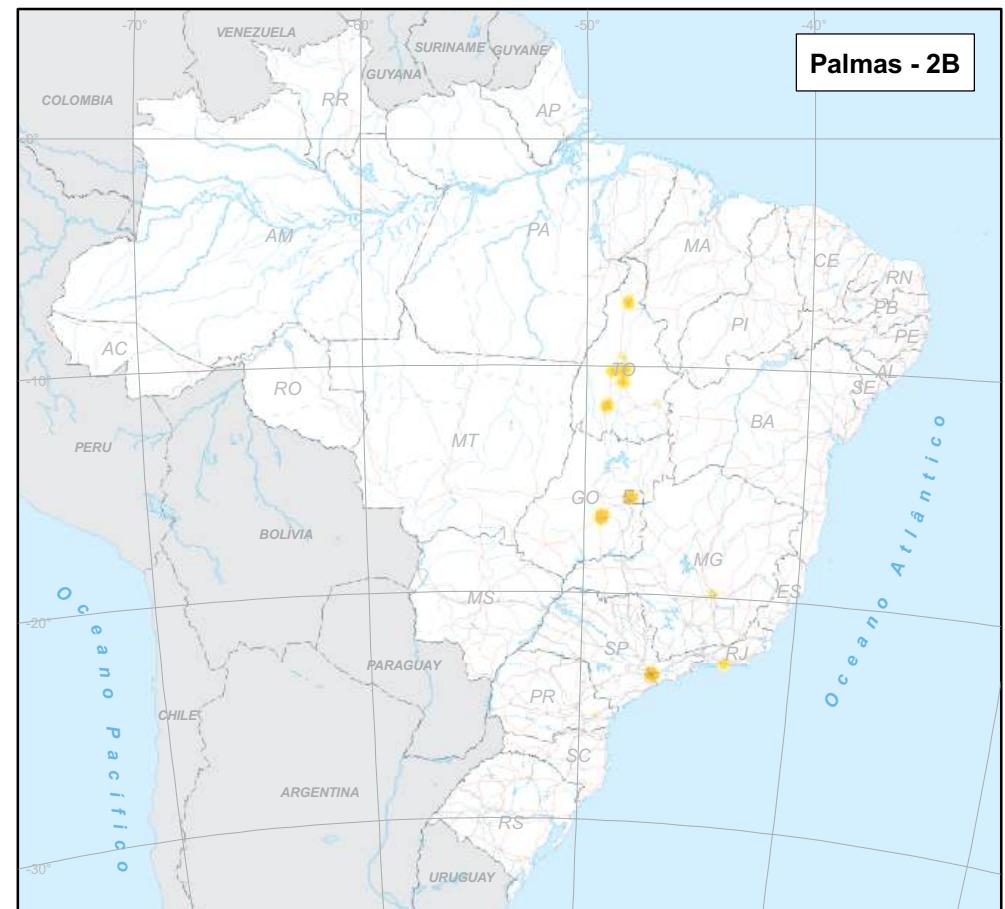
Feira de Santana - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Salvador (BA)	244
2	São Paulo (SP)	82
3	Belo Horizonte (MG)	26
4	Fortaleza (CE)	23
5	Brasília (DF)	21
6	Aracaju (SE)	18
7	Vitória da Conquista (BA)	18
8	Recife (PE)	18
9	Alagoinhas (BA)	17
10	Rio de Janeiro (RJ)	15
11	Santo Antônio de Jesus (BA)	14
12	Petrolina (PE)	12
13	Conceição da Feira (BA)	10
14	São Gonçalo dos Campos (BA)	9
15	Vitória (ES)	9
16	Conceição do Jacuípe (BA)	7
17	Serrinha (BA)	7
18	Irecê (BA)	6
19	Santo Estêvão (BA)	6
20	Ipirá (BA)	6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Ilhéus - Itabuna - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Salvador (BA)	114
2	São Paulo (SP)	86
3	Rio de Janeiro (RJ)	48
4	Vitória da Conquista (BA)	29
5	Vitória (ES)	25
6	Brasília (DF)	20
7	Belo Horizonte (MG)	16
8	Itajuípe (BA)	12
9	Una (BA)	12
10	Jequié (BA)	12
11	Ipiáu (BA)	9
12	Buerarema (BA)	8
13	Camacan (BA)	8
14	Itororó (BA)	8
15	Eunápolis (BA)	8
16	Itacaré (BA)	7
17	Uruçuca (BA)	7
18	Canavieiras (BA)	7
19	Teixeira de Freitas (BA)	7
20	Recife (PE)	7

Vitória da Conquista - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Salvador (BA)	93
2	São Paulo (SP)	37
3	Rio de Janeiro (RJ)	31
4	Ilhéus (BA)	29
5	Barra do Choça (BA)	18
6	Feira de Santana (BA)	18
7	Recife (PE)	18
8	Jequié (BA)	16
9	Fortaleza (CE)	16
10	Brasília (DF)	15
11	Belo Horizonte (MG)	14
12	Itapetinga (BA)	12
13	Vitória (ES)	12
14	Brumado (BA)	11
15	Aracaju (SE)	11
16	Guanambi (BA)	11
17	Poções (BA)	9
18	Maceió (AL)	9
19	Natal (RN)	9
20	João Pessoa (PB)	8

Juiz de Fora - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	171
2	Rio de Janeiro (RJ)	168
3	Belo Horizonte (MG)	135
4	Ubá (MG)	37
5	Brasília (DF)	36
6	Três Rios (RJ)	27
7	Barbacena (MG)	26
8	Cataguases (MG)	15
9	Santos Dumont (MG)	14
10	Muriaé (MG)	14
11	Volta Redonda (RJ)	12
12	Viçosa (MG)	11
13	Curitiba (PR)	11
14	Vitória (ES)	11
15	São João del Rei (MG)	10
16	Bicas (MG)	10
17	Ipatinga (MG)	10
18	Leopoldina (MG)	9
19	Porto Alegre (RS)	9
20	Rio Novo (MG)	8

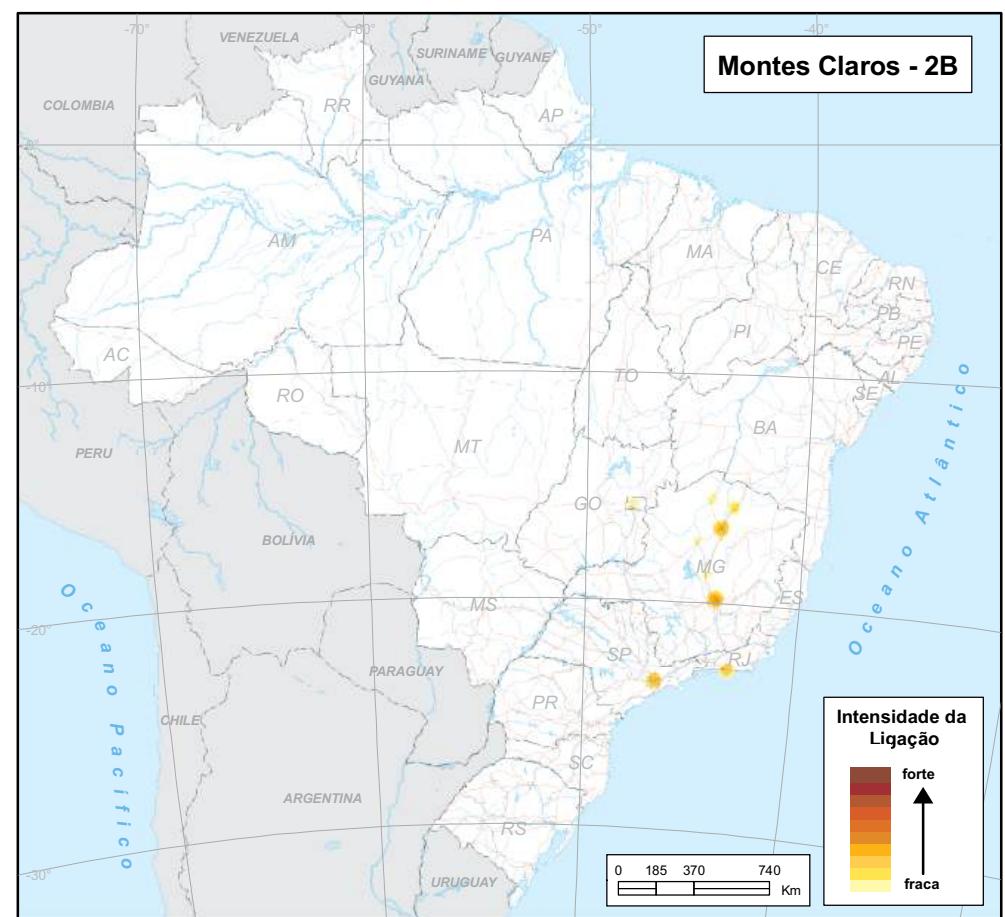
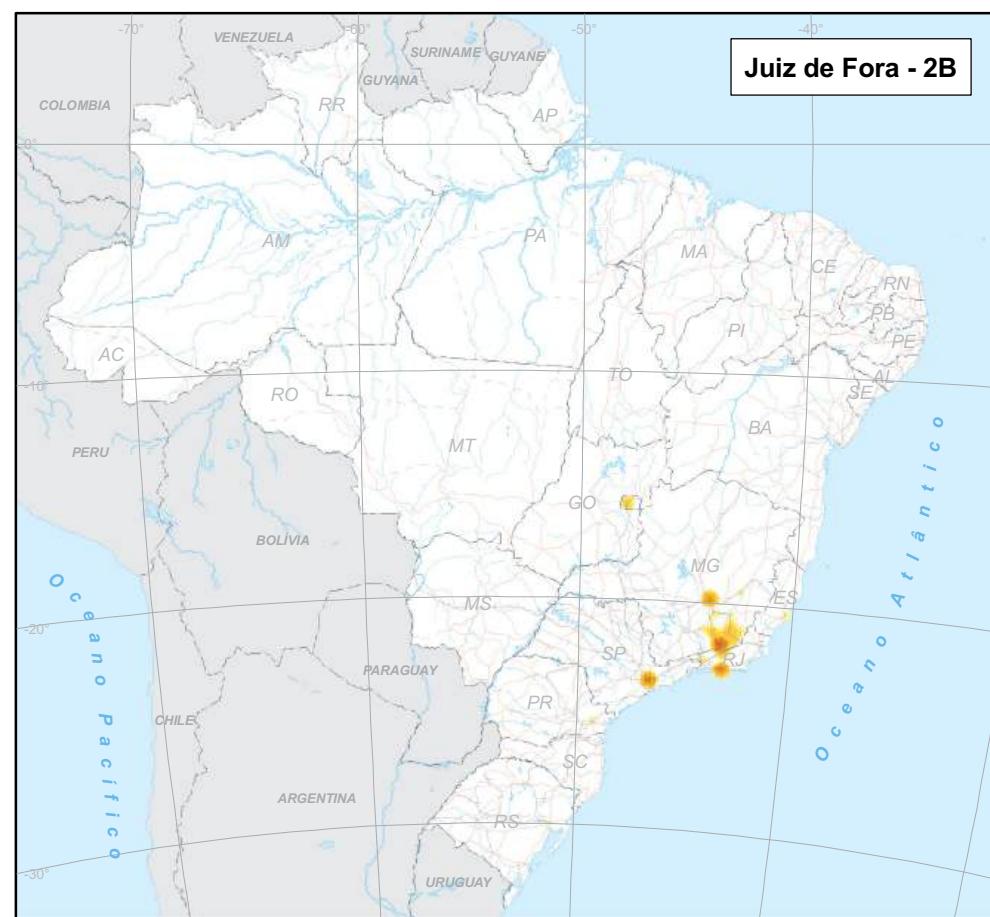
Montes Claros - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Belo Horizonte (MG)	113
2	São Paulo (SP)	65
3	Rio de Janeiro (RJ)	41
4	Janaúba (MG)	23
5	Januária (MG)	14
6	Curvelo (MG)	13
7	Brasília (DF)	13
8	Pirapora (MG)	12
9	Bocaiúva (MG)	10
10	Brasília de Minas (MG)	8
11	Guanambi (BA)	8
12	São Francisco (MG)	7
13	Vitória da Conquista (BA)	7
14	Salinas (MG)	6
15	Patos de Minas (MG)	6
16	Uberlândia (MG)	6
17	Jaíba (MG)	5
18	Francisco Sá (MG)	5
19	Salvador (BA)	5
20	Pará de Minas (MG)	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Uberlândia - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	318
2	Belo Horizonte (MG)	133
3	Goiânia (GO)	100
4	Brasília (DF)	95
5	Uberaba (MG)	95
6	Rio de Janeiro (RJ)	74
7	Araguari (MG)	60
8	Itumbiara (GO)	39
9	Ribeirão Preto (SP)	38
10	Campinas (SP)	31
11	Franca (SP)	31
12	Patos de Minas (MG)	29
13	Catalão (GO)	27
14	Vitória (ES)	26
15	Ituiutaba (MG)	25
16	Tupaciguara (MG)	19
17	Monte Alegre de Minas (MG)	16
18	Concórdia (SC)	16
19	Curitiba (PR)	16
20	Anápolis (GO)	12

Ribeirão Preto - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	724
2	Campinas (SP)	113
3	Rio de Janeiro (RJ)	98
4	Brasília (DF)	82
5	São José do Rio Preto (SP)	62
6	Franca (SP)	54
7	Belo Horizonte (MG)	40
8	Uberlândia (MG)	38
9	Pontal (SP)	32
10	Araraquara (SP)	32
11	Cravinhos (SP)	30
12	Curitiba (PR)	29
13	Jaboticabal (SP)	28
14	Uberaba (MG)	27
15	Batatais (SP)	24
16	Brodowski (SP)	24
17	Bauru (SP)	23
18	Goiânia (GO)	23
19	Pitangueiras (SP)	19
20	Santos (SP)	18

São José do Rio Preto - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	393
2	Catanduva (SP)	65
3	Ribeirão Preto (SP)	62
4	Campinas (SP)	55
5	Brasília (DF)	51
6	Rio de Janeiro (RJ)	45
7	Araçatuba (SP)	36
8	Curitiba (PR)	26
9	Bauru (SP)	22
10	Araraquara (SP)	17
11	Presidente Prudente (SP)	16
12	Votuporanga (SP)	15
13	Belo Horizonte (MG)	14
14	Londrina (PR)	13
15	Uberlândia (MG)	12
16	Porto Alegre (RS)	12
17	Tanabi (SP)	11
18	Fernandópolis (SP)	11
19	Goiânia (GO)	11
20	Santos (SP)	11

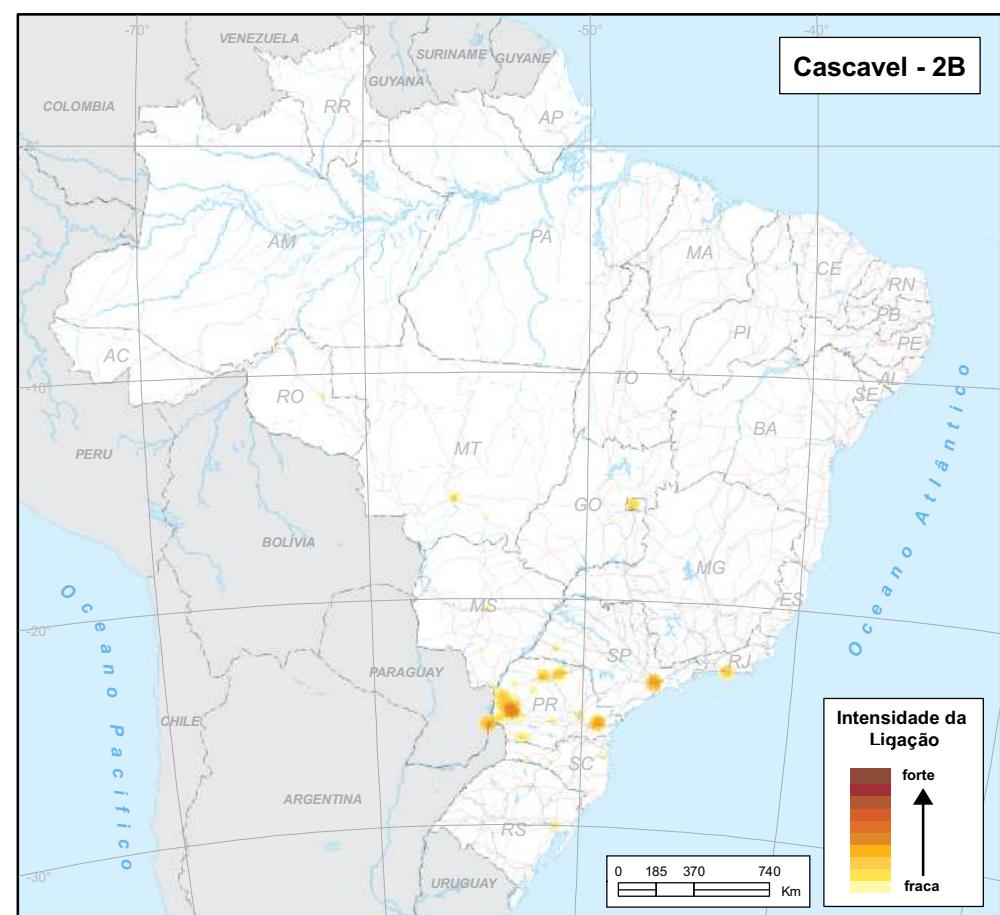
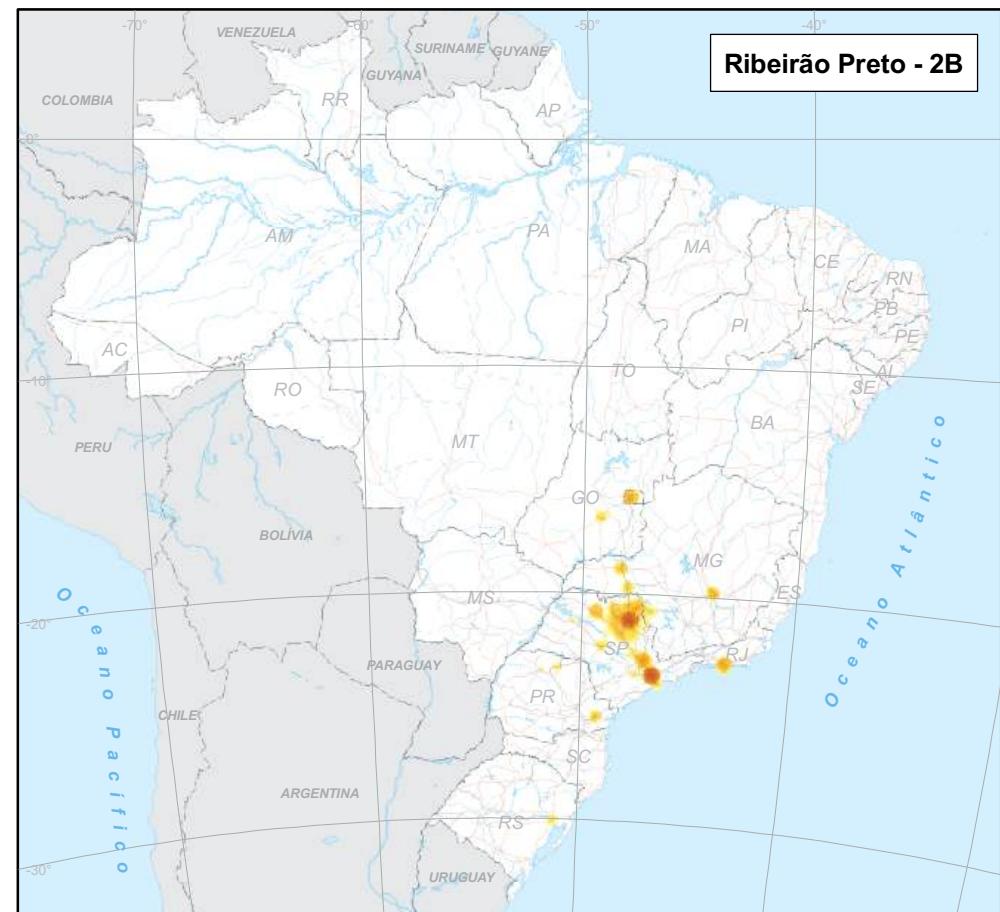
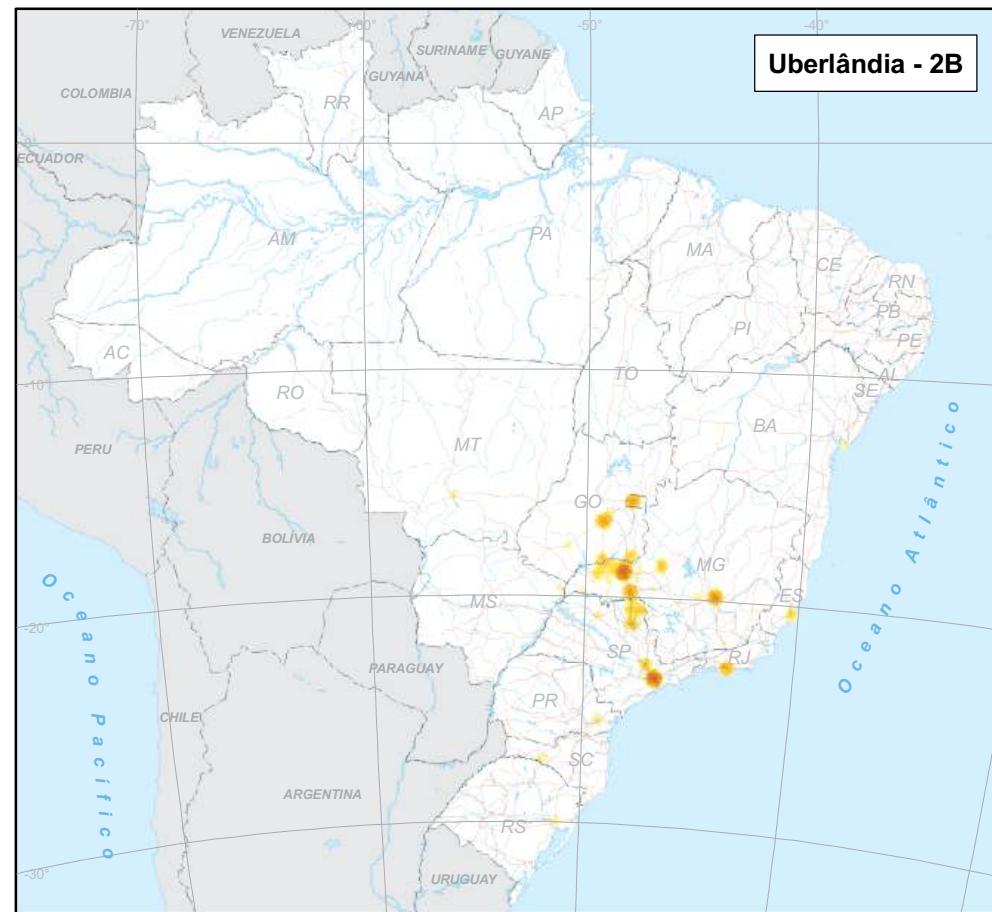
Cascavel - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	107
2	Curitiba (PR)	103
3	Foz do Iguaçu (PR)	93
4	Toledo (PR)	56
5	Londrina (PR)	41
6	Maringá (PR)	36
7	Rio de Janeiro (RJ)	34
8	Brasília (DF)	26
9	Palotina (PR)	23
10	Cuiabá (MT)	20
11	Corbélia (PR)	18
12	Marechal Cândido Rondon (PR)	17
13	Porto Alegre (RS)	16
14	Ponta Grossa (PR)	15
15	Francisco Beltrão (PR)	14
16	Medianeira (PR)	13
17	Campo Mourão (PR)	12
18	Campo Grande (MS)	12
19	Pato Branco (PR)	11
20	Guarapuava (PR)	11

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Londrina - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	424
2	Curitiba (PR)	264
3	Maringá (PR)	204
4	Rio de Janeiro (RJ)	65
5	Arapongas (PR)	56
6	Brasília (DF)	55
7	Apucarana (PR)	48
8	Cascavel (PR)	41
9	Reserva (PR)	36
10	Presidente Prudente (SP)	28
11	Campo Grande (MS)	28
12	Ponta Grossa (PR)	28
13	Sertanópolis (PR)	27
14	Porto Alegre (RS)	24
15	Cornélio Procópio (PR)	22
16	Tamarana (PR)	21
17	Campinas (SP)	21
18	Assaí (PR)	20
19	Santos (SP)	19
20	Bauru (SP)	19

Maringá - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Londrina (PR)	204
2	São Paulo (SP)	204
3	Curitiba (PR)	166
4	Cianorte (PR)	89
5	Jandaia do Sul (PR)	51
6	Apucarana (PR)	46
7	Brasília (DF)	45
8	Paranavaí (PR)	41
9	Cascavel (PR)	36
10	Rio de Janeiro (RJ)	35
11	Campo Mourão (PR)	35
12	Umuarama (PR)	34
13	Arapongas (PR)	24
14	Presidente Prudente (SP)	22
15	Nova Esperança (PR)	21
16	Porto Alegre (RS)	20
17	Ponta Grossa (PR)	18
18	Mandaguaçu (PR)	16
19	Foz do Iguaçu (PR)	16
20	Campo Grande (MS)	15

Blumenau - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	232
2	Joinville (SC)	168
3	Florianópolis (SC)	137
4	Curitiba (PR)	89
5	Indaial (SC)	84
6	Brusque (SC)	69
7	Balneário Camboriú (SC)	64
8	Itajaí (SC)	62
9	Porto Alegre (RS)	56
10	Gaspar (SC)	54
11	Rio de Janeiro (RJ)	41
12	Rio do Sul (SC)	36
13	Brasília (DF)	34
14	Timbó (SC)	28
15	Criciúma (SC)	23
16	Chapecó (SC)	22
17	Pomerode (SC)	19
18	Itapema (SC)	16
19	Navegantes (SC)	16
20	Campinas (SP)	16

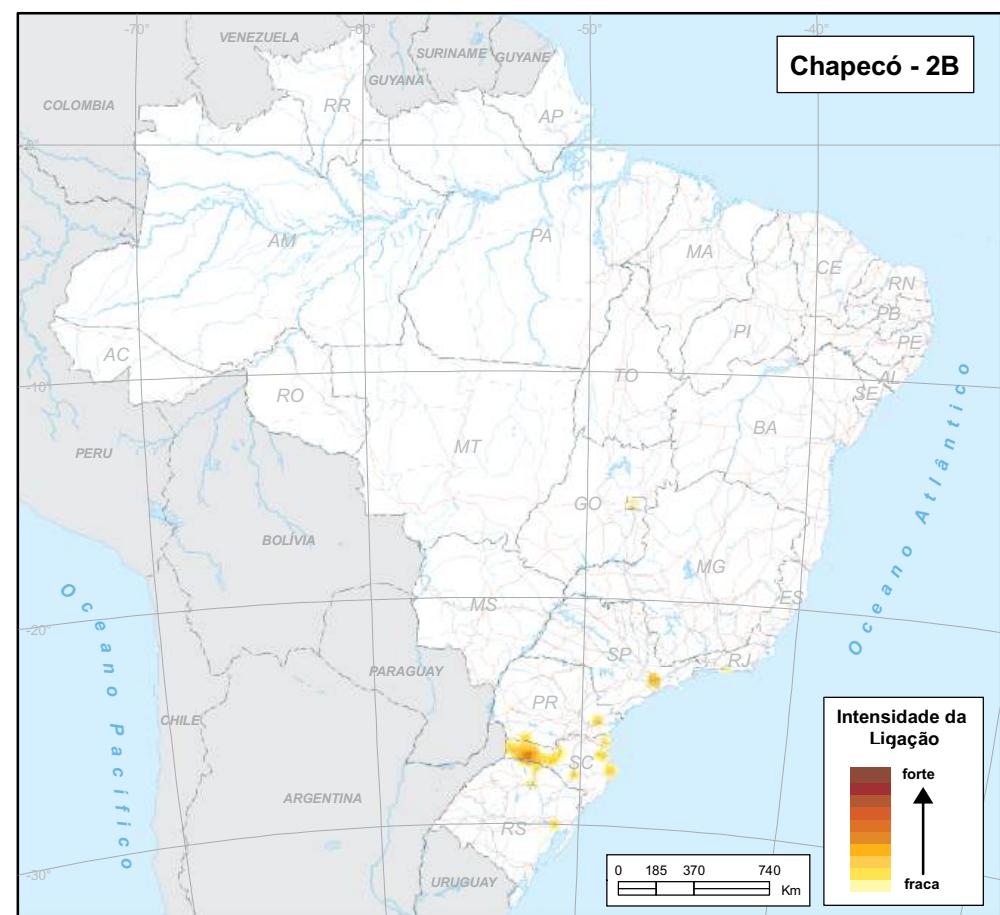
Chapecó - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	46
2	Xanxerê (SC)	32
3	Florianópolis (SC)	30
4	Concórdia (SC)	24
5	Xaxim (SC)	23
6	Curitiba (PR)	23
7	Joaçaba (SC)	22
8	Blumenau (SC)	22
9	São Miguel do Oeste (SC)	21
10	Porto Alegre (RS)	19
11	Joinville (SC)	19
12	Lages (SC)	19
13	Passo Fundo (RS)	16
14	Erechim (RS)	16
15	Pato Branco (PR)	15
16	Brasília (DF)	15
17	Guatambú (SC)	14
18	Coronel Freitas (SC)	12
19	Quilombo (SC)	12
20	Pinhalzinho (SC)	12

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



Joinville - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	323
2	Florianópolis (SC)	215
3	Curitiba (PR)	203
4	Blumenau (SC)	168
5	Porto Alegre (RS)	83
6	Itajaí (SC)	78
7	Rio de Janeiro (RJ)	64
8	São Bento do Sul (SC)	54
9	Balneário Camboriú (SC)	50
10	Brasília (DF)	50
11	Brusque (SC)	47
12	Belo Horizonte (MG)	44
13	Criciúma (SC)	42
14	São Francisco do Sul (SC)	30
15	Campinas (SP)	26
16	Lages (SC)	25
17	Corupá (SC)	22
18	Indaial (SC)	21
19	Rio Negrinho (SC)	20
20	Mafra (SC)	19

Caxias do Sul - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Porto Alegre (RS)	397
2	São Paulo (SP)	235
3	Bento Gonçalves (RS)	104
4	Novo Hamburgo (RS)	97
5	Curitiba (PR)	67
6	Flores da Cunha (RS)	53
7	Rio de Janeiro (RJ)	40
8	Brasília (DF)	33
9	Passo Fundo (RS)	31
10	Nova Petrópolis (RS)	30
11	Vacaria (RS)	29
12	Pelotas (RS)	28
13	Campinas (SP)	28
14	Garibaldi (RS)	27
15	Lajeado (RS)	24
16	Florianópolis (SC)	23
17	São Marcos (RS)	19
18	Carlos Barbosa (RS)	18
19	Erechim (RS)	18
20	Gramado (RS)	17

Passo Fundo - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Porto Alegre (RS)	90
2	São Paulo (SP)	52
3	Erechim (RS)	45
4	Caxias do Sul (RS)	31
5	Carazinho (RS)	30
6	Marau (RS)	20
7	Brasília (DF)	18
8	Ijuí (RS)	17
9	Santa Maria (RS)	17
10	Chapéco (SC)	16
11	Rio de Janeiro (RJ)	16
12	Pelotas (RS)	14
13	Novo Hamburgo (RS)	14
14	Curitiba (PR)	14
15	Santo Ângelo (RS)	13
16	Cruz Alta (RS)	11
17	Lagoa Vermelha (RS)	11
18	Santa Cruz do Sul (RS)	10
19	Tapejara (RS)	9
20	Lajeado (RS)	9

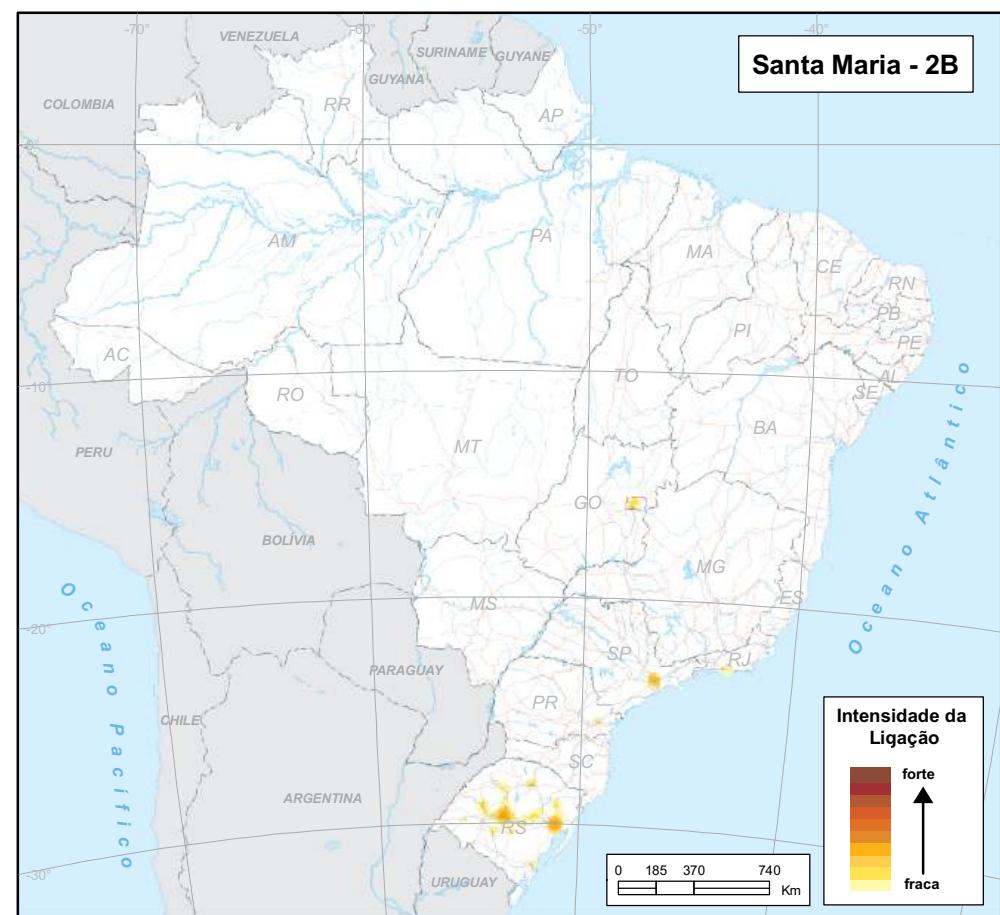
Santa Maria - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	Porto Alegre (RS)	119
2	São Paulo (SP)	44
3	Brasília (DF)	24
4	Santiago (RS)	18
5	Passo Fundo (RS)	17
6	Caxias do Sul (RS)	17
7	Santa Cruz do Sul (RS)	15
8	Rio de Janeiro (RJ)	15
9	São Gabriel (RS)	14
10	Pelotas (RS)	12
11	Lajeado (RS)	12
12	Cachoeira do Sul (RS)	11
13	Curitiba (PR)	11
14	Ijuí (RS)	10
15	Júlio de Castilhos (RS)	9
16	Novo Hamburgo (RS)	9
17	Alegrete (RS)	9
18	Tupanciretã (RS)	8
19	São Sepé (RS)	8
20	São Pedro do Sul (RS)	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2004.

(1) A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B.

Ligações empresariais - 2004



REGIC - Região de Influência das Cidades

Agência: Senha:

Entrar

Trizidela do Vale

I. Transporte público - Ligações regulares

1. MA - São Luis: Não possui ligação regular. Distância para esta capital: Km

Tipo: N° de saídas: Freqüência: Tempo médio de viagem:

<input type="checkbox"/> Rodoviário	<input type="text"/>				
<input type="checkbox"/> Barco	<input type="text"/>				
<input type="checkbox"/> Aéreo	<input type="text"/>				

2. MA - Pedreiras: Não possui ligação regular.

Tipo: N° de saídas: Freqüência: Tempo médio de viagem:

<input type="checkbox"/> Rodoviário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Barco	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Aéreo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

3. MA - Bacabal: Não possui ligação regular.

II. Indique, em ordem de freqüência, em que municípios os moradores do município cursam o ensino superior:

1º lugar: UF: Municipio:
 2º lugar: UF: Municipio:
 3º lugar: UF: Municipio:
 4º lugar: UF: Municipio:

III. Indique em que município(s) fica(m) o(s) aeroporto(s) mais freqüentemente utilizado(s) pelos moradores do município para vôos em linhas regulares:

1º lugar: UF: Municipio:
 2º lugar: UF: Municipio:

IV. Indique em que municípios são editados os jornais vendidos nesta cidade:

Diário Não recebe

UF: Municipio: N° de títulos:
 UF: Municipio: N° de títulos:
 UF: Municipio: N° de títulos:
 UF: Municipio: N° de títulos:

V. Indique, em ordem de freqüência, em que municípios os moradores compram artigos como roupas, calçados, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, computadores, móveis:

1º lugar: UF: Municipio:
 2º lugar: UF: Municipio:
 3º lugar: UF: Municipio:
 4º lugar: UF: Municipio:

VI. Indique, em ordem de freqüência, em que municípios os moradores buscam serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações):

1º lugar: UF: Municipio:
 2º lugar: UF: Municipio:
 3º lugar: UF: Municipio:
 4º lugar: UF: Municipio:

VII. Indique, em ordem de freqüência, para quais municípios os moradores vão para frequentar cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos:

1º lugar: UF: Municipio:
 2º lugar: UF: Municipio:
 3º lugar: UF: Municipio:
 4º lugar: UF: Municipio:

VIII. Para os três principais produtos agropecuários, indique (1) em quais municípios os produtores rurais compram insumos (adubos, fertilizantes, vacinas), e (2) quais municípios são o primeiro destino da maior parte da produção.

1º Produto :

Municípios de origem dos insumos:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

Municípios de destino da produção:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

2º Produto :

Municípios de origem dos insumos:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

Municípios de destino da produção:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

3º Produto :

Municípios de origem dos insumos:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

Municípios de destino da produção:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:
 UF: Municipio:

A Internet é uma opção relevante para a compra de insumos? Sim Não

IX. O município possui serviço comercial de assinatura de Internet banda larga ? (não considere acesso via satélite)

Sim Não

Salvar Limpar Imprimir Ajuda

